



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

LUCIANO DEMETRIUS BARBOSA LIMA

**ENTRE BATALHAS E PAPÉIS:
A Cabanagem e a imprensa brasileira na Menoridade (1835-1840)**

Belém
2016

LUCIANO DEMETRIUS BARBOSA LIMA

**ENTRE BATALHAS E PAPÉIS:
A Cabanagem e a imprensa brasileira na Menoridade (1835-1840)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de doutor em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Magda Maria de Oliveira Ricci (FAHIS/UFGPA).

Belém
2016

LUCIANO DEMETRIUS BARBOSA LIMA

**ENTRE BATALHAS E PAPÉIS:
A Cabanagem e a imprensa brasileira na Menoridade (1835-1840)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de doutor em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Magda Maria de Oliveira Ricci (FAHIS/UFPA).

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Magda Maria de Oliveira Ricci – Orientadora (FAHIS/UFPA)

Prof.^a Dr.^a Tânia Regina de Luca – (UNESP/ASSIS)

Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto – (FAHIS/UFPA)

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo – (FAHIS/UFPA)

Prof. Dr. William Gaia Farias – (FAHIS/UFPA)

Belém
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Lima, Luciano Demetrius Barbosa, 1973-

Entre batalhas e papéis: a Cabanagem e a imprensa brasileira na menoridade (1835-1840)/Luciano Demetrius Barbosa Lima. - 2016.

Orientadora: Magda Maria de Oliveira Ricci.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2016.

1. Brasil - História - Cabanagem. 2.
Imprensa - Brasil - História. I. Título.

CDD 23. ed. 981.059

Sob qualquer ponto de vista que se pretenda estudar, os jornais são os melhores testemunhos da historia de uma época. IGNOTUS (SERRA, Joaquim). *Sessenta anos de jornalismo – A imprensa no Maranhão 1820-1880*. Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino, 1883. p. 13

Se pudéssemos compreender como elaboramos o significado, a partir de pequenas figuras impressas numa página, poderíamos começar a penetrar num mistério mais profundo. DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 277

*Para Lindalva: pelo exemplo de vida,
Para Eliane, pelo amor e compreensão,
Para Mateus e Heloisa, que alegram e resignificam minha existência.*

AGRADECIMENTOS

A pesquisa que originou essa tese iniciou-se em 2011, logo após a conclusão de uma dissertação de mestrado, na qual investiguei a construção narrativa da obra: *Motins Políticos*, escrita em cinco volumes no decorrer de aproximadamente 25 anos (1865-1890), por Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará), e direcionada aos movimentos político-sociais deflagrados no Grão-Pará entre as décadas de 1820 e 1830, sendo transformada posteriormente na principal fonte bibliográfica daquilo que hoje denominamos de Cabanagem. Durante os momentos em que realizava a pesquisa e escrevia o texto desse estudo, percebi que as obras de diversos autores, envolvidos na abordagem direta ou indireta do tema da guerra cabana, não haviam adentrado no potencial narrativo do rico “manancial” de fontes jornalísticas, provenientes de várias províncias brasileiras e contemporâneas aos eventos deflagrados no Pará, privilegiando, no máximo, aspectos factuais, políticos ou informativos desses periódicos.

Partindo dessas observações, as ideias e encaminhamentos originados após a conclusão do mestrado tiveram prosseguimento em 2012, propiciando a elaboração de um projeto de pesquisa aprovado no mesmo ano no curso de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia pela UFPA. Esse projeto visava, em um primeiro momento, analisar a ocorrência da Cabanagem na cidade de Belém, a partir de fontes diversificadas, em especial a dos jornais, contudo, após muitas reflexões e graças a informações prestadas por minha orientadora e amiga, professora Magda Ricci, a investigação acabou ganhando uma nova configuração muito mais instigante: a da construção da narrativa da guerra cabana, a partir de alguns órgãos de imprensa na Menoridade.

Ao longo desse tempo, o desenvolvimento das leituras, as transformações no projeto inicial de pesquisa e a escrita da tese não se constituíram em momento algum em uma atividade solitária, pois pude contar, em todos os desafios, com o apoio e compreensão de muitas pessoas, que o espaço destinado a esses agradecimentos não iria suportar.

Agradeço primeiramente a Deus que me acompanha em todos os momentos, tanto de consciência como de inconsciência, propiciando aspectos que considero fundamentais na curta e frágil vida humana: saúde, perseverança e fé.

A minha esposa Maria Eliane, pelo incondicional amor, apoio e compreensão nesses últimos anos, em conviver com homem que passava várias noites mal dormidas, perdia fins de semana e dedicava muitas horas na frente de livros ou de um computador, na elaboração de diversos artigos, uma dissertação, um livro e no momento de uma tese.

Aos meus pais Francisco e Lindalva, e minhas irmãs: Leia, Simone e Cibele que sempre me apoiaram em minhas pesquisas e sonhos.

A minha orientadora professora doutora Magda Ricci, pelo apoio, sugestões, interesse e sensibilidade, em assinalar caminhos e soluções para todas as minhas pesquisas acadêmicas, desde a graduação até o doutorado.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), em especial aos professores da faculdade de História que possibilitaram a minha formação acadêmica desde o curso de graduação no final dos anos 90 até a concretização do sonhado doutorado.

À Secretaria do Estado de Educação do Pará (SEDUC - PA), pela concessão de uma licença que propiciou o tempo e os recursos indispensáveis para a realização do curso de doutorado.

Aos funcionários de instituições como a Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Pará, biblioteca do Grêmio Literário Português, biblioteca pública Arthur Viana e da Secretaria de Cultura de Capanema pela atenção e apoio destinados a elaboração dessa tese.

Ao amigo e colega de trabalho professor Clayton, pela competente correção gramatical, indispensável em um trabalho dessa envergadura.

E finalmente aos meus filhos amados: Mateus e Heloísa, que nasceram e passaram seus primeiros anos de vida, constantemente, interrogando por que o pai ficava tanto tempo estudando, sempre desejando mexer nas teclas do computador. Mas, parafraseando Chalhoub (1996), agora eles podem apertar o botão.

RESUMO

Entre batalhas e papéis: a Cabanagem e a imprensa brasileira na Menoridade (1835-1840) propõe uma redefinição metodológica na construção histórica e historiográfica sobre a guerra cabana. Voltando a análise para parte de alguns órgãos de imprensa brasileiros, durante a primeira metade do século XIX, mais especificamente entre os anos de 1835 e 1840. Defendo que a narrativa da história da Cabanagem deve ser ampliada para além dos escritos e fontes retiradas de ofícios e proclamações cabanas e anti-cabanas. Neste estudo, a pesquisa foi feita em um rico e diversificado quadro de editoriais, artigos e notas jornalísticas, publicados ao longo da Menoridade. São jornais tanto de fora do antigo Grão-Pará quando de dentro, derrubando o mito de que – por não existirem jornais circulando em Belém regularmente durante o episódio cabano (1835-1839) – quase não haveria o que pesquisar nesses órgãos de divulgação. Almejo também demonstrar, pela análise de dois jornais do Rio de Janeiro: *Correio Oficial* e *O Sete d’Abril*, e do periódico paraense *Treze de Maio* (esse nascido imediatamente depois do episódio cabano em 1840), que a narrativa da guerra cabana circulou nacionalmente e que essa divulgação muito contribuiu para a criação de uma memória-histórica desse movimento amazônico nos séculos XIX e XX.

Palavras chave: Amazônia, Cabanagem, Século XIX, História da imprensa no Brasil

ABSTRACT

Between battles and printed papers: the Cabanagem and the Brazilian periodicals during the Minority period (1835-1840) proposes a methodological redefining the historical and historiographical construction of the *cabanos's* war. Returning to the analysis of some Brazilian periodicals at the first half of the nineteenth century, specifically between the years 1835 and 1840, I argue that the *cabanos's* narrative history should be expanded beyond the crafts, proclamations and correspondence between *cabanos* e *anti-cabanos* authorities. In this study, the research was done in a rich and diverse list of editorials, articles and notes periodistics printed during the Minority period. They are outside and inside of periodicals of the former *Grão-Pará*, overturning the myth that – because there was no periodic regularly circulating during *cabano's* episode (1835-1839) – would hardly have to research these News organizations. I also intend to demonstrate, through the analysis of two newspapers of Rio de Janeiro: *Correio Oficial*, *The Sete d'Abril*, and the paraense periodical *Treze de Maio* (this was born immediately after *cabano's* episode in 1840), that the *cabano's* narrative war had a national circulation and that such disclosure contributed greatly to the creation of a memory-historical of this Amazonian movement in the nineteenth and twentieth centuries.

Keys words: Amazonian, *Cabanagem*, Nineteenth century, History of Brazilians periodicals.

SUMÁRIO

Introdução	15
PARTE 1	
DE FORA PARA DENTRO: A CABANAGEM NA IMPRENSA DA CORTE DO RIO DE JANEIRO.	
Capítulo I	
Quem é quem na imprensa do Rio de Janeiro: <i>O Sete d’Abril</i> e o <i>Correio Official</i>	33
Capítulo II	
Notícias que circulam: a apropriação de informes sobre a Cabanagem	55
2.1 – Comunicações ao curso das marés: o polêmico uso dos paquetes	56
2.2 – Leituras de um conflito no exterior: a Cabanagem em jornais estrangeiros	69
2.3 – A Cabanagem em folhas do Maranhão: notícias a partir de São Luís	79
Capítulo III	
Informes da primeira hora: repercussões do início da guerra cabana	95
3.1 – Propalando marcos: inícios da Cabanagem	98
3.2 – Informando ou comovendo? A guerra cabana e a sensibilidade romântica	115
3.3 – Entre selvagens e gente de “cor”: Belém, os cabanos e o medo	124
Capítulo IV	
Os cabanos e suas denominações: o uso de alcunhas	134
4.1 – Olhares hostis: designações atribuídas aos cabanos	135
4.2 – O tigre, o idiota e a fera: designações aos líderes cabanos	162
Capítulo V	
Cognominando lideranças legais	177
5.1 – Um “velho”, a Regência e a imprensa: o caso de Manoel Jorge Rodrigues	178
5.2 – Sob a opressão do “turco”: Andréa também ganha uma alcunha	191
Capítulo VI	
Notícias contra-revolucionárias: a campanha anti-cabana na imprensa	207
6.1 – “Restauração”, “ordem” e o quase “triunfo da legalidade”	208
6.2 – Entre críticas e silêncios: <i>O Sete d’Abril</i> e a reconquista de Belém	217
6.3 – Viva Pedro II! Morram os anarquistas! Análise de um hino em <i>O Sete d’Abril</i>	225
6.4 – Os cabanos vão a Corte: prisão e degredo de Angelim e Vinagre	233

PARTE 2

DE DENTRO PARA FORA: O TREZE DE MAIO, HISTÓRIA E MEMÓRIA IMEDIATA NO PARÁ.

Capítulo VII

O anti-cabanismo e o movimento pela Maioridade em um jornal paraense	249
7.1 – Imprensa no Pará: algumas considerações	250
7.2 – O <i>Treze de Maio</i> : origem e características	257
7.3 – As “armas da legalidade” contra os “desatinos da rebeldia”: a imprensa paraense e a data do treze de maio	263

Capítulo VIII

Celebrando o império, depreciando a Cabanagem: Festas da Maioridade em Belém	272
8.1 – Vivas ao príncipe no Grão-Pará	273
8.2 – Depois da festa: Pedro II e a educação cívica no Pará	291

Considerações Finais	299
Fontes e Bibliografia	304
Referências bibliográficas	311

ABREVIATURAS

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
UFPA	Universidade Federal do Pará

LISTA DE TABELAS

1 - Relação das embarcações da força naval destinada ao Pará em 1835	61
2 - Força naval imperial destinada ao Pará em 1836 – relação das embarcações e de seus armamentos	62
3 - Jornais do Maranhão que serviram como difusores de informações sobre a Cabanagem no Pará (1835 – 1840)	83
4 - Usos do termo “canibal” – <i>Correio Oficial</i> 1833-1840	137
5 - Usos do termo “canibal” – <i>O Sete d’ abril</i> 1833-1838	141
6 - Usos da expressão “bárbaros” no jornal <i>O Sete d’ abril</i> 1833-1839	144
7 - Usos da expressão “bárbaros” no jornal <i>Correio Oficial</i> 1833-1841	147
8 - Comparativo do uso do termo “bárbaro” nos jornais <i>O Sete d’ abril</i> e <i>Correio Oficial</i> 1833-41	151
9 - Usos da expressão “anarchista” no jornal <i>Correio Oficial</i> – 1834-1840	152
10 - Usos da expressão “vândalos” no jornal <i>O Sete d’ abril</i> 1835-1838	154
11 - Usos da expressão “vândalos” no jornal <i>Correio Oficial</i> 1833-1840	155
12 - Usos da expressão “scelerados” no jornal <i>O Sete d’ abril</i> 1833-1839	158
13 - Usos da expressão “scelerados” no jornal <i>Correio Oficial</i> 1833-1838	159
14 - Usos da expressão “tigre” nas páginas do jornal <i>Correio Oficial</i> 1834-1841	166
15 - Usos da expressão “tigre” no jornal <i>O Sete d’ abril</i> 1833-1839	168
16 - Usos da expressão “fera” a partir do jornal <i>Correio Oficial</i> 1834-1841	174
17 - Usos da expressão “fera” a partir do jornal <i>O Sete d’ abril</i> – 1833-1838	175
18 - Usos da expressão “turco” a partir do jornal <i>O Sete d’ abril</i> – 1833-1839	197
19 - Usos da expressão “turco” a partir do jornal <i>Correio Oficial</i> – 1833-1841	199
20 - Jornais paraenses nas décadas de 1820 e 1830	255

LISTA DE FIGURAS

1 - Reprodução da primeira página da edição nº 1 de <i>O Sete d' Abril</i>	38
2 - Reproduções de parte da primeira página da edição nº 112 do jornal <i>O Sete d' Abril</i>	39
3 - Reprodução da primeira página da edição nº 1 do <i>Correio Oficial</i>	48
4 - Transformações nos formatos e modelos do Brasão Imperial inserido no Frontispício do <i>Correio Oficial</i>	49
5 - Reprodução da primeira página da edição nº 403 do jornal <i>O Sete d' Abril</i>	227
6 - Reprodução da primeira página da edição nº 1 do <i>Treze de Maio</i>	259
7 - Suplemento com informações sobre os festejos da Maioridade em Belém	282

INTRODUÇÃO

É surpreendente que a história desses movimentos de rebeldia não tenha aproveitado, até agora, e via de regra, esse material informativo extraordinariamente rico e esclarecedor – o dos jornais. Isso comprova apenas que, na verdade, a história das rebeliões da Regência está por ser escrita. E precisa ser escrita, aproveitando o manancial dos jornais da época, os das províncias e os da Corte, estes para mostrar o eco e repercussão e reações que nela encontraram os acontecimentos distantes (SODRÉ, 1999, p. 130).

Quando os cabanos empreenderam a conquista de grande parte da Província do Grão-Pará a partir de janeiro de 1835, pouco se dimensionava o alcance daquele ato, prevalecendo a incerteza dos rumos do movimento e a de até onde ele iria. As notícias sobre os conflitos no Pará, todavia, ganharam o Brasil todo, sendo divulgadas a partir de notas, artigos, editoriais e documentos publicados na imprensa, durante os anos de 1835 a 1840, no momento em que ainda não havia nascido uma história dos impressos no Brasil¹. Esses textos, estabelecidos

¹ Não é meu foco aqui analisar esta trajetória geral do nascimento da história da imprensa brasileira detidamente, contudo, resumidamente, foi a partir dos anos de 1850-60 do século XIX, que surgiram as primeiras incursões de estudiosos no sentido de investigar a história da imprensa no Brasil. Entre o Segundo Reinado e o início da República, destacam-se estudos de enfoque local ou regional, publicados especialmente em Revistas de Institutos Históricos e Geográficos de diferentes pontos do Brasil, caracterizados majoritariamente, pela perspectiva de listar títulos e articulistas e classificar algumas especificidades inerentes aos jornais analisados, realizando levantamentos dos periódicos que existiram em cada província até então. Nesse quadro, destacam-se os seguintes estudos: AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. *Origens e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro-editor. 1865. p. 169-225; MARTINS, Francisco de Sousa. *Progresso do jornalismo no Brasil*, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2ª ed., Tomo VIII, Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignacio da Silva, 1867. p. 262-275; CABRAL, Alfredo Vale. *Anaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1881; IGNOTUS (SERRA, Joaquim). *Sessenta anos de jornalismo – A imprensa no Maranhão 1820-1880*. Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino, 1883; VEIGA, Xavier da. *A imprensa de Minas Gerais 1807-1894*, Ouro Preto: *Imprensa Oficial de Minas-Gerais*, 1894. TOLEDO, Lafayette de (Tancredo Lucas). *Imprensa Paulista*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol. III., São Paulo: Typographia de El Diario Español, 1898; RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul*. Diário do Rio Grande. Rio Grande, 1900, 231-257. Na virada do século, o estudioso paraense José Veríssimo publicou um importante estudo envolvendo a temática da imprensa, com o título: *A instrução e a imprensa: 1500 – 1900*; capítulo que compunha a obra: ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL. Livro do Centenário (1500-1900). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, no qual ressaltava a interação entre imprensa e educação no Brasil desde a era colonial. Em 1908, através de um projeto coletivo, organizado por Max Fleuiss (secretário perpétuo do IHGB), foi publicada uma edição especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, comemorativa do primeiro centenário da imprensa nacional. Esse volume, que contou com a colaboração de diversos sócios do instituto, entre eles, o importante texto de autoria de Alfredo de Carvalho, intitulado: *Gênese e progressos da imprensa periódica no Brasil*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 1-89; também teve a inserção do estudo do autor paraense Manoel Barata, denominado: *Jornais, revistas e outras publicações periódicas de 1822 a 1908*, um dos trabalhos precursores, relacionados à história da imprensa no Pará. Ainda em 1808, o estudioso Remijio de Bellido publicou a obra *Catálogo dos Jornaes Paraenses (1822-1908)*, pela Imprensa Oficial, estudo responsável por um grande levantamento dos jornais paraenses, também editado no auge das comemorações pelo centenário da imprensa periódica no Brasil. BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos jornaes paraenses 1822-1908*. Belém: Imprensa Oficial, 1908. No decorrer das primeiras décadas

como leituras e compreensões de uma guerra, representaram muito mais que os significados das expressões contemporâneas e alegóricas: *eco* ou *repercussão*, tais como enunciadas por Nelson Werneck Sodré no fragmento que abre essa tese. Eles possibilitam também, dependendo do enfoque ou análise empregada, importantes indícios para a compreensão de

do século XX, especialmente a partir dos anos 40, 50 e 60, os estudos sobre a história da imprensa no Brasil se multiplicaram, adquirindo outras especificidades e perspectivas, deixando de se constituir em meros levantamentos ou listas de periódicos, e ganhando conotações mais críticas e reflexivas. Nessa conjuntura destacaram-se os livros: FONSECA, Gondim da. *Biografia do jornalismo carioca: 1808-1908*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941. VIANA, Hélio. *Contribuições à história da imprensa brasileira: 1812-1869*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. Um dos primeiros trabalhos de fôlego envolvendo o assunto; RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946. NOBRE, José Freitas. *História da imprensa de São Paulo*. São Paulo, Leia, 1950. Em 1966, o militar, político e historiador Nelson Werneck Sodré, publicou a obra ainda considerada um dos mais importantes trabalhos sobre o tema, caracterizado não apenas como um estudo de fôlego, ancorado em um vasto levantamento e reflexão sobre jornais de todo o Brasil, a partir de uma pesquisa de várias décadas, como também pelo visível perfil ideológico marxista, marcado por tentar separar a imprensa liberal/burguesa da imprensa operário-libertária, temas explicitados pelo autor em pleno Regime Militar no Brasil. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. Destacam-se também no contexto da ditadura militar, período no qual a imprensa foi muito estudada como “veículo ideológico”, os estudos: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil*, in: Eurípedes Simões de Paula (org.), Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, v. II, pp. 225-39, 1971; CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1979. A partir de finais do século XX e início do XXI, em um contexto de renovação das pesquisas históricas, surgiram importantes balanços analíticos sobre a história da imprensa, tanto no âmbito regional como no nacional, portadores de focos diversificados. No Pará, ganham destaque os estudos realizados pelo professor da UFPA Geraldo Mártires Coelho intitulados respectivamente: *Letras & Baionetas; novos documentos para a história da imprensa no Para*. BELEM: CEJUP, 1989; e *Anarquistas, demagogos e dissidentes; a imprensa liberal no Para de 1822*. BELEM: CEJUP, 1993. Este último originado a partir da tese de doutorado desse historiador, com pesquisas realizadas em arquivos portugueses, e cujo foco esteve centrado no jornal *O Paraense*. Em âmbito nacional, um dos trabalhos relevantes a adentrar nessa temática no início do século XXI, foi o realizado pela historiadora Isabel Lustosa, intitulado *O Nascimento da imprensa brasileira*, estudo que adentra na interação entre pontos como o surgimento da imprensa, do processo de independência e da formação do Império do Brasil nas primeiras décadas do século XIX. LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. No mesmo ano, o livro *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*, dos autores Marco Morel e Mariana Barros, também representou uma interessante contribuição para os estudos envolvendo a história da imprensa, ao tratar de aspectos como a formação do público leitor e das interações entre articulistas e escritores no século XIX. MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Cinco anos depois, ganhou destaque um estudo organizado pelas autoras Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca intitulado *História da Imprensa no Brasil*. Esse trabalho se notabiliza pela realização de uma análise da história da imprensa brasileira desde 1808, passando pela investigação dos primeiros impressos e se notabilizando por balanço do papel e sentidos da imprensa nos séculos XX e XXI. MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. Destacam-se também nessa conjuntura os estudos da historiadora Marinalva Barbosa, um deles intitulado *História cultural da imprensa*, cujo primeiro volume trata dos percursos da imprensa brasileira ao longo do século XIX, e o segundo envolvendo o século XX. BARBOSA, Marinalva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010; Em outro estudo, denominado *História da comunicação no Brasil*, Marinalva Barbosa trata não apenas da imprensa como também de outras formas de comunicação, desde as práticas de oralidade e os folhetins, vigentes no século XIX, até a TV e a internet no início do século XXI. BARBOSA, Marinalva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013; Mas recentemente, o estudo publicado em dois volumes pelo jornalista Matias Molina, intitulado *História dos jornais no Brasil*, cujo primeiro tomo aborda os primórdios da imprensa no Brasil, desde a era colonial até o contexto da minoridade, também representou uma importante contribuição para as análises envolvendo essa temática. MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

uma época, em outras palavras, o “fio de Ariadne”, proposto por Carlo Ginzburg, que ajuda a nos orientarmos por um labirinto (GINZBURG, 2007, p. 7), cujos rastros propiciam uma leitura específica e instigante da guerra cabana, que só a imprensa poderia contar.

Embora nosso problema seja de natureza diversa do realizado pelo historiador italiano, também almejamos superar as “armadilhas” de um “labirinto” peculiar: aquele que evolve as interações entre imprensa e Cabanagem na década de 1830. Aqui proponho suplantar os significados apresentados em dicionários vernaculares do período Imperial, que expunham o termo *eco* como o “som da voz, que reflete, e se ouve outra vez depois da voz” (PINTO, 1832, p. 391), ou no sentido da “reflexão de um corpo do raio da luz” (Ibidem, p. 923). É possível referendar, já a partir dos primeiros parágrafos, que esses sentidos abarcam apenas a superfície no “leque muito amplo de possibilidades narrativas” (GINZBURG, 2007, p. 7), e interpretativas, presentes em uma investigação efetivada sobre alguns jornais que expuseram notícias sobre a guerra cabana no período da Menoridade. Por conseguinte, embora os significados mais antigos dos jornais como “ecos” possam traduzir melhor o esforço político-intelectual de alguns articulistas e redatores, pertencentes à imprensa brasileira no contexto da Menoridade, estes jornais estavam longe de representar a superficial perspectiva de veicular, notícias sobre a guerra cabana tal qual ela teria sido dita no seu campo de origem, O eco “eco”, repercute e o que se ouve vai além do que se queria ser dito no princípio. Tudo isso nos leva para diante da maneira como propõe Nelson Werneck Sodré. Essas notícias possuíam outros sentidos sociais e políticos, ou seja, interpretações e versões distintas, cuja análise levanta um problema peculiar no plano do diálogo e da interlocução jornalística, questões preconizadas diretamente em investigações envolvendo a temática dos periódicos, como portadores de visões polissêmicas, também responsáveis pela construção de narrativas, pois o “conhecimento que temos da realidade é mediado pelos fatos divulgados pela imprensa escrita e radiotelevisiva” (LUCA; MARTINS, 2006, p.10).

Convém notar que a investigação direcionada a periódicos, elaborados entre a Menoridade e o início do Segundo Reinado, a partir de propostas específicas, além de se constituir em um esforço de eliminar os preconceitos e limitações, ainda subsistentes em relação às fontes jornalísticas, não desconsidera os interesses e visões sobre os acontecimentos, perpassadas por essas gazetas, pois, como bem entende o historiador Robert Darnton, os “estilos de reportagem variam de acordo com o tempo, o lugar e o caráter de cada jornal” (DARNTON, 2010, p. 109), além de apresentar aos seus leitores uma “consciência nacional” peculiar. Esses periódicos das décadas iniciais do século XIX no Brasil, também

foram caracterizados por expor os eventos históricos através das perspectivas de seus articulistas, jornalistas e escritores que passaram a se dedicar, em muitas situações, colunas ou páginas inteiras à exposição dos episódios da guerra cabana deflagrados em Belém e no interior do Pará, entre a segunda metade da década de 1830 e o início dos anos 40.

Neste ponto de vista, os periódicos Imperiais estavam longe se serem apenas “ecos”, mas devemos mesmo assim concordar – já em outro plano – com um autor clássico como Nelson Werneck Sodré. Como recupera Molina, o estudo de Werneck Sodré é um documento “já bastante datado” (MOLINA, 2015, p. 9), com “forte conotação ideológica, compreensível pelo momento político que o país vivia” nos anos de 1960 (Ibidem, p. 9), mais ainda pode ser considerado um dos principais (se não o mais importante estudo) sobre o tema. Nesse sentido, as palavras desse autor, constituídas no fragmento que abre essa parte da tese, além de alertarem sobre a ausência de investigações direcionadas aos movimentos deflagrados no Brasil durante o chamado contexto da Menoridade, a partir de fontes jornalísticas, ponderam por diversas razões que o “período de 1830 a 1850 foi um dos grandes momentos da imprensa brasileira” (SODRÉ, 1999, p. 180).

Sodré também enfatiza que a condição da época, embora ainda “fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita e emprestada, (...) encontrou, entretanto, na realidade política a fonte de que se valeu para exercer sobre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária” (Ibidem, p. 180), seja em virtude da suposta autonomia que muitos jornais professavam ou das turbulências sócio-políticas pelas quais passava o Império naquela conjuntura.

Mais contemporaneamente, autores como Tânia de Luca e Alexandre Stephanou demonstraram a veracidade da descoberta de Sodré ainda nos anos de 1960, ao redimensionarem e problematizarem a questão dos estudos da imprensa. Para esses autores, os periódicos faziam a “mistura do imparcial e do tendencioso” (LUCA, 2006, p. 116); elegiam acontecimentos que mereciam “destaque” e os que seriam “relegados ao esquecimento” (STEPHANOU, 2001, p. 45), selecionando as notícias por “critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos” (Ibidem, p. 45).

Alguns periódicos nacionais publicaram em suas edições falas outras, as de seus editoriais. Eram notas, cartas e documentos de diversas autoridades, assinalados pela suposta perspectiva de “informar” seus leitores sobre os conflitos deflagrados no Grão-Pará entre os anos de 1835 e o início da década de 1840 e as ações efetivadas para seu combate pelas forças ditas Imperiais cariocas. Essa imprensa, muito diferente dos jornais e demais periódicos

publicados atualmente, necessita ser recuperada analiticamente em suas especificidades, para que seja possível “reconstruir a fisionomia, parcialmente de sua cultura e contexto social no qual ela se moldou” (GINZBURG, 2006, p. 9).

Ademais, embora ainda restem muitas polêmicas sobre o caráter histórico do texto jornalístico, é importante salientar, como recupera Stephanou, que o “jornalista procede de uma interpretação, na qual a subjetividade está sempre presente, por isso é preciso enxergar nos textos a sua carga de temporalidade” (STEPHANOU, 2001, p. 44). Assim, independentemente da conjuntura temporal e social, o periodista, em seu dia a dia, “opera a seleção do relevante, colaborando com a transformação do imediato em perene” (Ibidem, p. 44). Nessa perspectiva, é “preciso ler os textos na sua complexidade, distinguindo entre o fato (o real acontecido) e a notícia (o real reconstruído)” (Ibidem, p. 44).

Ao lado desses pontos, também é importante perceber que os centros e periferias são locais historicamente construídos, e as notícias, disseminadas no período, através de uma lenta e perigosa navegação costeira, na qual os navios “eram os únicos portadores dos jornais da Corte para o Norte e do Norte para o Sul” (MOLINA, 2015, p. 373), se constituíam em elementos preciosos de análise. Nesse sentido, muito além da condição “demorada (...) precária e perigosa” (Ibidem, p. 372), das viagens pela costa brasileira, cujos “ventos e correntes contrárias dificultavam a cabotagem” (Ibidem, p. 372), era pelas embarcações (mercantes ou militares) que se circulava mais do que bens materiais. Além dos objetos e mercadorias, essas embarcações carregavam cartas, ofícios de autoridades, decretos e normas legais, livros e muitas informações orais. Era muito comum em vários artigos, a ideia inicial de que o redator ou articulista havia sido informado de algo na chegada de uma ou de várias embarcações.

No Pará, chegavam e saíam muitas embarcações vindas de locais distantes e estrangeiros como portos africanos, europeus e norte-americanos. Contudo, desde agosto de 1823, o antigo Grão-Pará aderiu à causa de Pedro I e se uniu ao Império do Brasil. Assim as notícias da província paraense passaram a circular internamente e externamente a partir deste novo vínculo. Desta forma, o novo plano político institucional reforçou a imagem do Pará no seio do Império. Esse fundamento levou-nos a perguntar como esta província foi percebida no centro do Império brasileiro durante um momento crítico de formação da identidade nacional como o da Cabanagem. Mas do que isso, – quais os limites e interesses dessa difusão de notícias sobre os eventos desencadeados em uma província do Norte do Brasil? E

principalmente, como a narrativa da Cabanagem acontece de forma precursora na imprensa que começava a se pretender “nacional”?

Por meio destas indagações, selecionamos dois periódicos cariocas com tiragens representativas, periodicidade regular, motivações e ideários políticos distintos para empreender nossa pesquisa. Perguntamos em quais perspectivas jornais como o *Correio Oficial* e *O Sete d’Abril*, expuseram a narrativa da Cabanagem no Pará? O que interessava sobre o respectivo conflito, para ser divulgado? Ademais, no tocante a opção por dois jornais do Rio de Janeiro, também decorre do fato desse centro populacional, a partir da transferência da Corte lusitana para o Brasil em 1808, ter se transformado, no decorrer de mais de cem anos, no principal “centro cultural, político e econômico do território nacional – desfrutando no século XIX de uma preeminência que nenhuma outra cidade brasileira jamais virá a ter” (ALENCASTRO, 1997, p. 10). Foi a partir dessa urbe “que se desenrola o ‘paradoxo fundador’ da história nacional brasileira” (Ibidem, p. 10), aspecto que não pode ser dissociado da produção jornalística na presente capital, seja pelas ações e atitudes sócio-políticas de seus articulistas e redatores, ou pelas próprias leituras e percepções que esses periódicos passaram a discorrer sobre outros pontos do Império. Nessa perspectiva, para além da Cabanagem, esse estudo também desenvolve nas entrelinhas uma discussão sobre as posições políticas de dois jornais do Rio de Janeiro, cujos principais embates envolviam a questão da administração da Regência.

Por fim a pergunta sobre a construção da narrativa do movimento cabano também precisava ser vista de dentro para fora. Nesse sentido, selecionamos um periódico local para também formularmos perguntas. Pela continuidade e relevância do jornal escolhemos *O Treze de Maio*. Trata-se de um jornal fundado em 1840, com o nome ligado à data da retomada de Belém pelas tropas anti-cabanas. Assim tornou-se fundamental indagar como nas suas páginas foi reescrita a história dos tempos finais da Cabanagem, como também foi redelineado o processo de imposição da ordem imperial e a construção de uma memória anti-cabana.

Os escritos jornalísticos aqui selecionados delineiam – em distintas ocasiões da guerra cabana e de sua repressão – participantes, lideranças, ações e reações que são fixados nos jornais em discursos nem sempre homogêneos. Em alguns momentos podem ser até conflitantes sobre um mesmo acontecimento ou personagem. Esta proposta também inclui interagir com diferentes ângulos do objeto de reflexão, ora percebendo os cabanos vistos “de fora” a partir dos dois periódicos do Rio de Janeiro, ora por “dentro” com o jornal paraense. O problema é mais complexo do que isso, porque também nestes periódicos há vozes de estão

“fora de lugar”, ou seja, há paraenses escrevendo no Rio de Janeiro e “estrangeiros” publicando no *Treze de Maio*. Contudo, mesmo assim nossa ideia é a de perceber os ângulos diferentes nestes contextos mais complexos também. Trata-se de jornais fundados em 1833 (os dois primeiros) e em 1840 o último. Todos seus redatores e articulistas foram, portanto, contemporâneos ao conflito cabano.

Para autores como Cano, um periódico como o *Correio Oficial* tinha uma linha governista e outros como *O Sete d’Abril*, se caracterizava por ser “um dos órgãos da imprensa moderada” (CANO, 2002, p. 14) de viés liberal. Mas é preciso pormenorizar estas características. Também é relevante destacar, que naquela conjuntura, a “natureza ou característica mais evidente do periódico (...), geralmente, já era estampada no seu próprio título” (FIGUEIREDO, 2009, p.44). Assim, antecipando uma reflexão mais ampla, sobre cada uma das gazetas escolhidas, torna-se pertinente discutir aqui os próprios nomes-títulos dos jornais selecionados. Eles indicam ou sugerem, sob um primeiro olhar, determinadas atribuições integrantes de seus perfis político-ideológicos e discursivos. Nessa lógica, a denominação *Correio Oficial* insinua uma linha de proximidade ou ligação com o poder conservador do Império, legitimando ou divulgando leis, decretos e notas adequadas aos interesses da Corte no Rio de Janeiro. O periódico nasceu em primeiro de julho de 1833 e se estendeu até agosto de 1841, passando, assim, por vários governos. *O Sete d’Abril*, periódico fundado em janeiro de 1833 e que durou até março de 1839, tinha uma denominação peculiar. Ela indicava o momento de renúncia de um Imperador (D. Pedro I), considerado por alguns segmentos da imprensa e política brasileira como autoritário, e cuja saída do poder teoricamente subsidiava o alcance das liberdades políticas na imprensa e o ápice do liberalismo no Brasil. Já o terceiro periódico intitulava-se de *O Treze de maio*. Paraense, este jornal era portador de um título que homenageava o momento no qual a capital da Província do Pará havia sido “libertada” das forças cabanas em 1836. Seu primeiro número sugestivamente saiu do prelo no dia 13 de maio, momento em que se comemorava a data da retomada anti-cabana da capital paraense. Encerrado suas atividades apenas em 4 de dezembro de 1861.

Ainda é relevante enfatizar que a escolha dos três periódicos também se fundou em uma seleção prévia de artigos e notas. Por ela percebemos suas potencialidades para a história do movimento cabano, que explodiu na capital paraense em 7 de janeiro de 1835 e que, com

idas e vindas, se estendeu no poder em Belém até treze de maio de 1836. Contudo os cabanos do interior ainda resistiram por um tempo bem maior, até pelo menos o ano de 1840.²

A pesquisa prévia nestes periódicos revelou a existência direta e indireta de alusões geralmente negativas no: *O Sete d’Abril*; ou bem negativas no *Correio Oficial* e no: *O Treze de maio*; direcionadas ao movimento da Cabanagem (1835-1840), aos seus líderes (mormente os três que governaram Belém) e ao “povo” cabano, geralmente designado por várias alcunhas depreciativas, tais como: “turbas”, “facciosos”, “malvados”, “rebeldes”.³ Também foi possível perceber, sobretudo no *Treze de maio*, a existência de um aparente clima de medo

² A questão da duração temporal do movimento cabano já foi alvo de inúmeras controvérsias que estão associadas ao tema da governabilidade cabana e das duas tomadas que estes revolucionários fizeram à capital paraense, a cidade de Belém. A Cabanagem hoje pode ser entendida como um movimento político e social, deflagrado na Província do Grão-Pará, com forte participação de caboclos, negros e índios, que ameaçou a manutenção do poder imposto pelo governo central sobre a região. Os cabanos eram um grupo heterogêneo. Em sua maioria pleiteavam uma guerra contra os brancos (especialmente portugueses) e os maçons, mas muitos cabanos lutavam por terras e liberdade política e social. As lutas foram iniciadas na madrugada dos dias 6 para 7 de janeiro de 1835, quando o quartel e o palácio do governo de Belém foram conquistados pelos revolucionários, sob liderança dos irmãos Vinagre (Antonio e Francisco). Durante esse processo, o então presidente da província Lobo de Souza foi assassinado e substituído por José Clemente Malcher. Porém, em razão de divergências internas, Malcher foi rapidamente deposto, sendo sucedido na presidência por Francisco Vinagre, seu antigo comandante de armas. Depois de muitos revezes da chegada de uma tropa imperial comandada pelo marechal Jorge Rodrigues, os cabanos negociaram sua saída de Belém, deixando o poder. Todavia esta retirada foi provisória. Com a tomada da vila de Vigia e a prisão de Francisco Vinagre, seu irmão Antonio decidiu retomar Belém. Em agosto de 1835 há uma sangrenta luta onde morreram duas lideranças importantes: Antonio Vinagre e o filho e herdeiro do comandante Manoel Jorge Rodrigues. Finalmente assumia a liderança cabana o jovem Eduardo Angelim, que comandou os cabanos, retomou e governou Belém até 13 de maio de 1836. Finalmente o Marechal Rodrigues foi destituído e teve início uma dura repressão inaugurada pelo segundo emissário, enviado pelo governo central, o Marechal Francisco José Soares Andréa. Com a suspensão dos direitos constitucionais, Andréa prendeu Angelim e Francisco Vinagre, os remetendo para o Rio de Janeiro. Ele ainda reprimiu duramente o movimento cabano, através de acordos informais, perseguições políticas e prisões. O comandante anticabano também empreendeu a retomada de Belém e criou várias expedições repressoras para o interior. A cidade de Belém foi retomada em maio de 1836, mas o interior do Pará continuou em guerra até pelo menos 1840. Para alguns estudiosos mais antigos como Domingos Antônio Raiol, este período final da guerra cabana deveria ser desconsiderado, pois as principais lideranças já haviam sido presas e Belém havia sido retomada, contudo hoje ele parece ser fundamental, pois aí se formaram líderes radicais e interioranos. De saldo desta guerra houve: 1) a ausência de julgamentos na era Andréa, 2) uma corveta cheia de prisioneiros, 3) a maioria da população desterrada e recrutada para lutas no Pará e fora desta província e, 4), sobretudo houve muitas mortes, que, segundo as estimativas oficiais, chegaram a mais de 30 mil almas. Para maiores informações sobre este movimento, ver primeiramente os estudos clássicos responsáveis pelo redescobrir valorativo dos cabanos como agentes históricos. São trabalhos como os de: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª Ed., Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970; HURLEY, 1936 e CRUZ, 1942. Já nos anos de 1980, nasceram estudos que entenderam os cabanos como agentes transformadores e/ou revolucionários. Neste terreno ver especialmente: ROCQUE, 1984; CHIAVENATO, 1984 e DI PAOLO, 1990. Para versões mais contemporâneas que percebem os cabanos em sua multiplicidade de ideias e em suas contradições, ver: HARRIS, 2010: 10-30; PINHEIRO, 2001 e RICCI, 2001: 241-274 SALLES, 2005. Já para um estudo sobre o governo de Andréa e sua dura repressão, ver: MOURA, 2009 (Trata-se de Danielle Figuerêdo Moura. "Malfadada Província": lembranças de anarquia e anseios de civilização (1836-1839). 2009. Dissertação (História) - Universidade Federal do Pará).

³ O termo “rebelde” será utilizado ao longo desse trabalho, entre aspas. Ele funcionará como diferencial ou oposição, a designação “legal”, utilizada para especificar, também sem qualquer conotação valorativa, as forças representativas do Império ou do Governo Central.

ou aversão que as lembranças cabanas ainda ocasionavam, no início do Segundo Reinado, no seio de muitos integrantes das elites regionais e até nacionais. Todos estes indícios representaram interessantes focos de estudo para esta tese.

Metodologicamente, a opção por esses jornais também se tornou rica por alguns pontos a mais que vale a pena enunciar. Para os jornais cariocas, um dos motivos é a possibilidade comparativa ali presente. Como sede da Monarquia, os periódicos locais crivavam as notícias “regionais” do Pará com outras cariocas, ou mesmo com aquelas vindas de outras partes do Brasil que se formava e que estava repleto de conflitos políticos e sociais. Estes periódicos centrais também propiciam outra investigação mais indireta: a do processo de difusão de notícias sobre a guerra cabana em jornais de outras províncias. Ocorre que era prática comum por parte dos jornais brasileiros no período, republicar notas e documentos provenientes de outras regiões.

Já para o jornal *Treze de Maio*, nascido em Belém no contexto final da Menoridade e início do Segundo Reinado, há ainda uma ideia “sentimental” ou “romântica” do Império carioca como agente civilizador e até reformador do Grão-Pará e da nova nação como um todo. Em um período no qual a área urbana da Cidade do Pará se reconstruía, com muitas reformas e obras públicas, os articulistas do *Treze de maio* associavam constantemente estas mudanças com as novas leis e governos do Império. A este novo momento político e Imperial se fazia homenagem, mudando nomes de praças, ruas, criando monumentos e festejando a chamada “ordem dominante” ou Monárquica. Ali estava clara uma relação de posicionamentos caracterizados por aquilo que assinalarei como anti-cabanismo⁴ no Pará.

Por fim, a escolha desses periódicos também está circunscrita na disponibilidade de fontes, já que as coleções dos três jornais investigados, praticamente completas, encontram-se digitalizadas e disponíveis aos pesquisadores no arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.⁵ E, no caso do jornal paraense *Treze de Maio*, além da possibilidade de pesquisar na página da Biblioteca Nacional, que possui a coleção quase integral, há ainda as opções de acesso, em Belém, à biblioteca Fran Paxeco, do Grêmio Literário Português, e à biblioteca pública Arthur Viana, ambas com um grande acervo de jornais do Pará.

⁴ O conceito anti-cabanismo, formulado no bojo da investigação para a escrita da tese de doutoramento, será utilizado ao longo desse estudo para designar o processo de construção de memórias contrárias e depreciativas a Cabanagem ao longo do século XIX, particularmente no decorrer do Segundo Reinado, quando os cabanos e suas ações, na guerra de 1835 a 1840, passaram a ser designados como “bárbaros” ou “marginais”. Fujo aqui da ideia comum de tratar os anti-cabanos como “legalistas”, já que os cabanos, em especial lideranças máximas como Eduardo Angelim, nunca deixaram de se ver e pensar como “constitucionalistas” e, portanto, homens de lei e não “foras da lei”.

⁵ <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>

Na perspectiva de discutir a questão maior de compreender a construção da narrativa da Cabanagem nos periódicos de fora para dentro e de dentro para fora, esta tese foi organizada em duas partes que demandaram um amplo esforço de investigação. A primeira – mais ampla pela novidade temática e diversidade de abordagens – é formada por seis capítulos, voltados para a análise da imprensa carioca e suas diferentes leituras da guerra cabana, tanto em seu momento de explosão inicial, quanto no processo de retomada anti-cabana. Já a segunda parte é formada pelos capítulos 7 e 8. Ela analisa a presença de referências à Cabanagem dentro do periódico paraense *Treze de Maio*, formando a visão interna e mais próxima – e temerosa – da guerra cabana.

Em virtude de razões diversas, não pretendo empreender uma análise das formas de recepção,⁶ ou como expressou Roger Chartier sobre a “fenomenologia do ato de ler” esses periódicos (CHARTIER, 2002, p. 24). Em outras palavras, uma investigação que envolveria as experiências, testemunhos, formas de leitura desses jornais (se individuais ou coletivas), e visões dos leitores dos órgãos de imprensa escolhidos, frente à difusão de notícias sobre a guerra cabana. Temática que pela sua complexidade, já desembocaria em um estudo específico, que, por exemplo, poderia sugestivamente investigar como as informações sobre os conflitos na província do Norte foram lidas e pensadas por alguns moradores e autoridades da corte, ou como determinados segmentos políticos e sociais do Rio de Janeiro ou do Pará interpretaram aquilo que hoje chamamos de Cabanagem. Talvez isso pudesse ser feito para um único periódico, mas com três, originários de locais diferentes, é tarefa que demandaria muito tempo e pesquisa em locais como o Rio de Janeiro, Belém e todo seu interior.

Por outro lado, o desafio desta tese remete à perspectiva abordada pelo historiador Robert Darnton, em sua obra intitulada *O Grande massacre de gatos*. Nela, entre outros pontos, o autor coloca em prova a nossa própria capacidade de perceber os significados culturais de alguns periódicos em suas estratégias de escrita e valores, apesar da distância

⁶ Concernente à perspectiva de compreensão das formas de apropriação dos discursos jornalísticos e bibliográficos, por parte de diferentes grupos sociais, ou as maneiras como eles apreendidos e assimilados pelos leitores em temporalidades diversas, através de variadas práticas de leituras, o conceito de recepção, se constituiu em foco de diversos estudos ao longo de finais do século XX e início do XXI. Para observações mais pormenorizadas sobre o tema, ver: CHARTIER, Roger. *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987. RICOEUR, Paul. *Temps et récit, III, Le temps raconté*. Paris, Seuil, 1985. CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 4ª ed., tradução de Epharain Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Forense Universitária, 1994. CHARTIER, Roger. *A ordem do livro. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

temporal e cultural. A partir desses princípios, objetivo entender não apenas como os responsáveis pelos respectivos jornais no contexto da Menoridade descreveram a guerra cabana dentro de tessituras políticas e culturais próprias de sua época, mas principalmente como esses articulistas e redatores construíram um legado teórico do conflito que iria influenciar as narrativas históricas produzidas posteriormente, rompendo com a hipótese na qual, as primeiras versões sobre esse evento foram exclusividade de alguns historiadores no Segundo Reinado. Assim penso tal como Darnton, que mesmo que esses órgãos de imprensa, ou parte deles, “tenham chegado intactos até nós (...) nossa relação com esses textos não pode ser a mesma que aquela dos leitores” (DARNTON, 1992, p. 200) e redatores do passado, em simplesmente extrair ou publicar informações, mas na perspectiva de que cada volume ou página jornalística “deve ser esquadrinhada, retirada e interpretada” (Ibidem, p. 233).

Ainda é importante questionar se (e/ou como) os autores que já escreveram sobre o movimento cabano fizeram uso dos jornais para suas análises. Nas décadas seguintes ao término da guerra cabana, a utilização de periódicos como fonte para obtenção de dados sobre o conflito desencadeado na Província do Pará, não se constituiu em prática incomum. Este uso normalmente é notado nos estudos feitos pelos autores/membros dos quadros do IHGB⁷ e ligados à ordem monárquica. Porém sua “valoração” nem sempre foi grande. Autores que analisam hoje a história da imprensa, como é o caso de Tânia de Luca, percebem que os documentos jornalísticos – em especial seus editoriais – normalmente eram vistos como menos fidedignos ou “pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que (...) continham registros fragmentários do presente, realizados sob influxo de interesses, compromissos e paixões” (LUCA, 2006, p. 112) por esses motivos, sendo qualificados hierarquicamente como inferiores aos documentos ditos “oficiais”. Assim os primeiros autores que escreveram sobre a Cabanagem utilizavam muito mais as correspondências entre “autoridades”, ou entre elas e os “rebeldes” cabanos e suas proclamações.

⁷ Criado em 21 de outubro de 1838 na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), teve como arquétipo o *Institut Historique* de Paris, que havia surgido na primeira metade do século XIX (1834). Ele contava com o incentivo e apoio econômico imperial, durante décadas esta instituição se constituiu em forte representante dos interesses político-intelectuais daquele regime. Para maiores informações. Ver: GUIMARÃES Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 156, n° 388, p. 459-613, jul/set 1995. SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial - os Institutos Históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, "Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional" in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Jan/1988, n° 01.

Detalhando melhor é interessante considerar que autores e livros publicados entre as décadas de 1840 e 1870 sobre a história do Brasil fizeram referências sucintas à guerra cabana, mas pouco ou quase nada citavam dos jornais. São estudos como: *Compendio de História do Brasil* (1843), de autoria do militar pernambucano José Ignácio Abreu e Lima;⁸ *Resumo da História do Brasil* (1848), escrito pelo estudioso e sócio correspondente do IHGB, Salvador Henrique D’Albuquerque;⁹ *Indice Chronologico dos factos mais notáveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849*, publicada em 1850, pelo político imperial e estudioso Agostinho Marques Perdigão Malheiro,¹⁰ *Historia do Brazil de 1831 á 1840*, escrito em 1878 por João Manuel Pereira da Silva¹¹. Nesses instantes iniciais do Segundo Reinado, embora pareça claro em vários momentos, que alguns estudiosos tenham se auxiliado de informações dos jornais contemporâneos aos eventos no Pará, os mesmos não fazem nenhuma referência direta entre as gazetas e a construção da narrativa da Cabanagem.

⁸ José Ignácio Abreu e Lima nasceu em Pernambuco na data de 6 de abril de 1796 e faleceu em 8 de março de 1869. De inteligência brilhante, de uma educação esmerada, tendo concluído em 1816 o curso da Academia Militar, com a patente de Capitão de Artilharia, foi denunciado como integrante da Revolução Pernambucana de 1817, sendo recolhido em uma fortaleza. Posteriormente, serviu á causa da independência da Colômbia e da Venezuela. De volta ao Brasil, obteve por decisão da Assembleia Geral o direito que havia perdido, de cidadão brasileiro. Escreveu: *Bosquejo* histórico, politico e literário do império do Brasil (1835); *Compêndio* da historia do Brasil desde o seu descobrimento até o majestoso ato da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II (1843); *Resposta* ao cônego. Januário da Cunha Barbosa ou analyse do primeiro *juízo* de Francisco Adolpho de Varnhagem acerca do Compêndio de historia do Brasil (1844); *Sinopsis ou deducção chronologica dos factos mais notáveis da historia do Brazil* (1845); entre outros títulos. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 4, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1898. p. 455-457

⁹ Salvador Henrique de Albuquerque nasceu província da Paraíba em 21 de fevereiro de 1813 e faleceu em Pernambuco em 31 de agosto de 1880. Exerceu o magistério da instrução publicado no primeiro e segundo grau em Pernambuco, jubilandose nesse exercício em na Faculdade de Olinda. Integrou o conselho diretor da instrução publica da província de Pernambuco. Foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio fundador do Instituto Arqueológico e geográfico pernambucano e cavaleiro da ordem da Rosa. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 7, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1902. p. 188-189

¹⁰ Nascido na cidade da Campanha, localizada em Minas Gerais, no dia 5 de janeiro de 1824. Formou-se no curso de Ciências Sociais e Jurídicas na Academia de São Paulo em 1849. Envolveu-se desde 1850 ao exercício da advocacia, primeiro em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro. Representou a província de São Paulo na câmara temporária na legislatura de 1869 a 1872. Tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio e presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, e de outras associações de letras; era moço fidalgo da casa imperial e comendador da ordem de Cristo. Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de junho de 1881. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 1, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1883. p. 18

¹¹ João Manuel Pereira da Silva nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 30 de agosto de 1817, estudou na faculdade de direito de Paris, onde se formou como bacharel em Direito no ano de 1838. Após retornar ao Brasil exerceu a advocacia e também ao jornalismo. Pelo Partido Conservador, elegeu-se deputado pela assembleia provincial em varias legislaturas, sendo por vezes seu nome apresentado à coroa para a função de senador. Estudioso da historia brasileira, foi sócio do Instituto Histórico o Geográfico Brasileiro, da Academia Real das Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa, se constituindo em autor de diversas obras e artigos. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 3, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1895. p. 479 - 480

Entrando nos estudos de Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará)¹², um autor mais detalhista sobre a cabanagem, o uso da imprensa surge, mas não com muita ênfase. Contrariando parcialmente essa lógica, os cinco tomos dos *Motins Políticos*, obra publicada originalmente entre 1865 e 1890, possui uma riqueza de informações oriundas e vastíssimas fontes, entre elas as jornalísticas. Ao longo da narrativa de Raiol, existe a presença de referências a diversos documentos e notas publicadas em periódicos da década de 1830, como: o “*Conciliador do Maranhão*” (RAIOL, 1865, p. 39), “*Diario de Pernambuco*” (RAIOL, 1868, p. 50), “*Publicador do Amazonas*” (Ibidem, p. 196), “*Correio do Amazonas*” (Ibidem, p. 311), “*Desmascarador*” (RAIOL, 1883, p. 43), “*Correio do Amazonas*” (Ibidem, p. 83), “*Correio Oficial Paraense*” (Ibidem, p. 150), “*Publicador Oficial Paraense*” (Ibidem, p. 442), “*Correio Oficial do Rio de Janeiro*” (RAIOL, 1884, p. 36). As citações e usos destes documentos constitui uma prova visível da leitura e utilização de periódicos, para a composição ou construção desse estudo histórico. Contudo, mesmo considerando essa evidência, o Barão de Guajará utiliza as fontes jornalísticas provenientes de várias províncias, a partir de uma concepção periférica ou “menor”, pois tais dados, no entendimento dos historiadores daquele período, entre eles Domingos Antônio Raiol, funcionariam teoricamente como “subsídios” ou “pontos de apoio” para o acesso, nem sempre “fácil” ou “possível” na época, para obtenção de determinadas informações ou a documentação dita “oficial”, proveniente do poder Imperial nas décadas de 1820 e 1830, que, a seu modo, estabelecia uma espécie de memória dos “tempos amargos”, “amotinados” ou da “malvadeza”. Assim Raiol também privilegia em larga escala os ofícios e as correspondências entre as autoridades, sobretudo aquelas que repreenderam os cabanos, tidos por ele como “rebeldes” e “amotinados” contra o Império. Também foi um dos primeiros autores a utilizar fontes cabanas: algumas correspondências e muitas proclamações. Contudo, seu uso era sempre no

¹² Domingos Antônio Raiol foi um dos mais proeminentes intelectuais políticos do Norte do Brasil no século XIX. Nascido em Vigia, no Grão-Pará (30-03-1830), estudou no Liceu Paraense e formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1854, pela Faculdade de Direito de Olinda. Posteriormente, morou no Rio de Janeiro, trabalhando durante algum tempo no escritório do primo Bernardo de Sousa Franco. Retornou a Belém em 1856, onde exerceu a atividade de advogado e alguns cargos públicos. No início da década de 1860, entrou no meio político, sendo eleito por várias vezes Deputado pela Assembleia Provincial e pela Assembleia Geral, quando apoiou o projeto de Abertura da Amazônia ao Livre Comércio Internacional. Além disso, foi presidente das províncias de Alagoas (1882), Ceará (1882) e São Paulo (1883); no mesmo ano foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Guajará. Com a ascensão da República, abandonou o cenário político, falecendo Belém em 1912. Para maiores informações ver: LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. *Os motins políticos de um ilustrado liberal: História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX*. Orientadora, Magda Ricci. UFPA, 2010; LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. *Usos e leituras da obra de um Barão: percepções sobre Motins Políticos nos séculos XIX e XX*. Antíteses (Londrina), v. vol. 3, p. 589-619, 2010.

sentido de denegrir estas fontes, em geral, usadas como provas de rebeldia, e amotinamentos dos cabanos.

A partir do século XX, a utilização de fontes jornalísticas ganha progressivamente mais visibilidade e importância, além de outros sentidos e significados nos estudos históricos em geral, envolvendo também as narrativas direcionadas à guerra cabana. Durante a década de 1920, momento no qual foram realizadas “comemorações do centenário da chamada ‘Adesão do Pará à Independência’ em 1923” (RICCI, 2001, p. 6), autores como Jorge Hurley e Palma Muniz, estudiosos que naquela conjuntura abordaram (direta ou indiretamente) a temática da Cabanagem, também fizeram, referência ao uso de jornais para a obtenção de dados, subsidiando, ao menos parcialmente, a construção de suas narrativas, através de periódicos como: *O Paraense*, *A Gazeta do Pará* e o *Luso-paraense*. Portanto, para estes autores, haveria uma interrupção nesta imprensa durante o momento da eclosão cabana e os jornais então pouco elucidariam sobre o pensamento político destes rebeldes.

Na década de 1930, o historiador Basílio de Magalhães (1874-1957), em uma conferência publicada na revista do IHGB, realizou uma investigação sobre os eventos da *Cabanagem*. Nessa exposição, embora não tenha feito referências diretas à importância da imprensa para o estudo da guerra cabana, esse autor destaca alguns jornais que circulavam no Pará durante a década de 1830, como por exemplo, o “‘Correio Oficial Paraense’, primeiro órgão do governo da nossa província septentrional” (MAGALHÃES, 1936, p. 289). Fica evidente que este órgão não representou os cabanos e foi extinto depois da eclosão do movimento em janeiro de 1835.

Entre os anos 1940 e início de 1960, o historiador paraense Ernesto Cruz publicou alguns ensaios destinados à análise dos conflitos ocorridos durante as décadas de 1820 a 1840 na Amazônia, com destaque para os títulos: *Nos bastidores da Cabanagem* (CRUZ, 1942) e *História do Pará* (CRUZ, 1969). Ao longo dessas narrativas, caracterizadas, parcial ou totalmente, pela proposta de explicar ou elucidar os eventos político-sociais que haviam deflagrado a guerra cabana, Ernesto Cruz também fez uso constante de fontes jornalísticas, destacando em várias situações, periódicos como o: “*Publicador Amazonense*” (Ibidem, p. 279) ou o “*Correio Oficial Paraense*” (Ibidem, p. 280). Neste estudo, contudo, se afirma a pouca ou nenhuma regularidade destes periódicos e sua insuficiente narrativa dos acontecimentos cabanos.

Na falta de periódicos regulares durante a Cabanagem, Muniz, Cruz e Hurley foram pioneiros em trazer à luz, jornais paraenses e ligarem as demandas destas gazetas da época da

independência do Brasil e do Pará com metas cabanas, o que revelava as motivações cabanas para sua luta. Esses autores criaram figuras liberais chaves de média duração, que teriam lutado desde os tempos da Independência, tais como Felipe Patroni ou Felix Malcher. Nascia ali também a valorização das chamadas “proclamações cabanas”, e das falas dos líderes cabanos que governaram Belém como fala de autoridades. Nestes estudos o tempo em que Felix Malcher esteve no poder era intitulado de “Primeiro governo cabano”, o de Vinagre era o segundo e o de Angelim era o terceiro. Contudo apesar do uso documental dos periódicos para se iniciar uma valorização das ações dos cabanos, não há ali uso dos editoriais ou documentos mais “opiniosos” dos jornalistas. Valorizava-se a reprodução das falas cabanas e anti-cabanas. Bem dentro dos ditames metodológicos da época, os jornais não eram vistos como um espaço de construção de memórias, mas de articulação política e de expressão de ideias.

Anos depois, já no contexto das décadas de 1970 e final dos anos 80, período marcado pela Ditadura Militar, redemocratização e das comemorações dos 150 anos da Cabanagem no Pará, vários autores, envolvidos na produção de estudos sobre a guerra cabana, pouco valorizaram a utilização de fontes jornalísticas. Nessa conjuntura, autores como José Julio Chiavenato (CHIAVENATO, 1984) e Pasquale Di Paolo (DI PAOLO, 1990), embora tenham realizado algumas referências às fontes jornalísticas, deram muito mais importância à utilização de fontes manuscritas e bibliográficas, especialmente ao texto de *Motins Políticos*, que propriamente à utilização de outros tipos de documentos, como os periódicos.

Já o jornalista e memorialista Carlos Rocque (ROCQUE, 1984) somou às fontes manuscritas e bibliográficas com as vindas dos jornais, dedicando, inclusive, um dos tópicos de sua obra, intitulado: *O surgimento da imprensa no Pará*, para fazer referência ao aparecimento do jornal: *O Paraense* (Ibidem, p. 174-176). Entretanto, para esta geração, os jornais eram sinônimos de opiniões locais sobre o ocorrido, assim eles ganhavam força quando eram editados localmente e por intelectuais engajados nas lutas políticas. Nessa perspectiva, figuras ímpares da imprensa local como Felipe Patroni e o Cônego Batista Campos tiveram suas ideias lembradas e trabalhadas em estudos como os de Carlos Rocque e depois nos de Vicente Salles. Contudo, quando a cabanagem explodiu, a imprensa local não podia mais contar com seu principal articulista, Batista Campos, falecido em 1834. Deste modo, sem jornais locais circulando regularmente, o movimento cabano na obra de Rocque foi prioritariamente analisado por outras fontes.

Na mesma conjuntura histórica em que Chiavenato, Roque e Di Paolo elaboravam e divulgavam suas respectivas obras, outro estudo sobre a guerra cabana era publicado. Esse trabalho, voltado para a análise do pensamento político-social no Pará na conjuntura dos séculos XIX e início do XX, até a era getulista, foi escrito por Vicente Salles com o título *Memorial da Cabanagem* (SALLES, 1992). Através desse livro, dividido em duas partes, o autor almejou primeiramente analisar “a história do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará” (Ibidem, p. 7), examinando a “Revolução Cabana, seu conteúdo ideológico e seus efeitos” (Ibidem, p. 8) posteriores em um primeiro momento, sendo direcionado, na segunda parte, para “a busca cautelosa e pormenorizada de fontes que relacionavam os problemas vividos pelos cabanos com os inúmeros vivenciados nestes outros pontos do globo” (RICCI, 2001, p. 19), em especial no “conjunto de ideias geradas na França catalisadora do pensamento europeu – ou mundial – a partir da revolução burguesa” (SALLES, 1992, p. 8) e da “experiência dramática da Comuna, em 1871” (Ibidem, p. 8).

Ao lado dessas linhas gerais de discussão, o respectivo estudo de Vicente Salles, que segundo próprio autor foi “produto de pesquisas nas principais hemerotecas do país” (Ibidem, p. 10), também se notabilizou pela ampla utilização de fontes jornalísticas, pois, na concepção desse estudioso, o entendimento do processo de lutas e reivindicações “proletárias” no Pará, no Brasil e no mundo passava inevitavelmente pela análise de uma “abundante e expressiva documentação impressa, tipo pasquim, que exprime a inquietação incomum” (Ibidem, p. 8) vivenciada no período e que não poderia, pela sua importância e riqueza de informações, ser desprezada. Salles foi além do uso editorial dos jornais, buscando neles a história e a memória das classes trabalhadoras e sua cultura popular. O sentido que suas duas obras mestras para este estudo tiveram não foi pequeno, pois tanto no *Negro no Pará*, quando no *Memorial da Cabanagem*, o autor revelou como a imprensa local, em especial aquela mais revolucionária, foi irregular, porque foi reprimida e calada, porém seus ideais de luta continuaram nos panfletos e proclamações cabanas, que Salles recuperou de diversas fontes. O trabalho de Salles tem valor inestimável para recuperar a historicidade desta imprensa local frágil, porém atuante em formatos alternativos. Contudo, ainda assim este autor juntava-se aos demais de sua época para lembrar que a imprensa no Pará sofreu grande golpe com a morte prematura de um de seus principais líderes, o cônego Batista Campos e que na época da independência essa imprensa teria sido bem mais vívida e regular.

A partir de finais do século XX e início do XXI, com a influência cada vez mais significativa de novas concepções e metodologias na elaboração de estudos históricos, como

da Escola dos *Annales*,¹³ e dos “aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia a Psicanálise, a Antropologia” (LUCA, 2006, p. 112), ocorreu o alargamento e valorização do uso e presença de fontes jornalísticas, em estudos relacionados à guerra cabana. Nessa conjuntura, pesquisadores como: Magda Ricci (RICCI, 1993), Mark Harris (HARRIS, 2010), e Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (PINHEIRO, 2001) estabeleceram novos rumos para os escritos relacionados ao tema. Todavia, nestes novos estudos, a ideia central de recuperar e valorizar a visão cabana do movimento levou seus trabalhos a outros tipos documentais, tais como ofícios trocados entre autoridades, processos criminais e civis, bem como análise de listagem de presos cabanos na corveta Defensora. A imprensa, contudo, não foi muito valorizada, sobretudo por não ter existido – de forma mais regular e atuante – na época, periódicos locais regulares em funcionamento.

Hoje a Cabanagem pode ser relida pelas páginas dos jornais por outro campo conceitual. A existência anterior de determinadas visões, mais especificamente no mundo acadêmico, que questionavam a proficiência dos jornais como fonte, em virtude de uma suposta “falta de objetividade” (RAMOS, 2013, p. 10), tem sido sistematicamente impugnada nas últimas décadas, pois “objetividade é um atributo que, de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar” (Ibidem, p. 10). Nesse sentido, o grande problema para o pesquisador seria o “uso instrumental e ingênuo que tornava os periódicos como meros receptáculos de informação a serem selecionadas” (Ibidem, p. 10). A divisão bipartida desta tese e seus usos múltiplos enfatizam uma busca para a superação deste problema. Diante da pouca presença e ação da imprensa no Pará, é possível ver os cabanos e a cabanagem de fora para dentro, além do caminho oposto e convencional.

¹³ A chamada *Escola dos Annales*, surgiu a partir da iniciativa dos historiadores Marc Bloch e Lucien Lebrve, criadores da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* em 1929. Através desse periódico e da elaboração de diversos estudos, Bloch, Lebrve e outros colaboradores, procuravam romper com a hegemonia da história metódica, valorizadora dos eventos políticos e da documentação oficial, propondo entre outros aspectos a construção de uma história interdisciplinar e unida as demais ciências sociais, com abertura para outros tipos de fontes, entre elas, a dos periódicos. Ao longo do tempo, a escola dos *Annales* passou por várias transformações, e contou com a participação de algumas gerações de historiadores como Fernand Braudel, principal expoente da Segunda Geração, que nas décadas de 1950 e 1960, tornou-se diretor da revista e ocupou alguns dos espaços mais importantes no ensino acadêmico da França. E a Terceira Geração, a partir da década de 1970, composta por diversos historiadores, com destaque para: Georges Duby, Jacques Le Goff, François Furet e Emmanuel Le Roy Ladurie, se constituindo em um dos movimentos mais importantes da historiografia mundial naquele contexto. Para maiores informações Ver: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997. BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Portugal: Publicações Europa América, 1983. CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso e VAINFAS, Ronaldo (orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce de Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

É pertinente observar ainda, que em relação à Cabanagem, a “imprensa teve também papel relevante” (SODRÉ, 1999, p. 131), pois, embora na província do Pará, a “arte tipográfica (...) se desenvolvesse com grande lentidão” (Ibidem, p. 131), e durante o contexto de deflagração do movimento, as “dificuldades eram agravadas por uma série de fatores”, que propiciavam o funcionamento da imprensa somente “nos intervalos curtos de uma luta extraordinariamente acirrada” (Ibidem, p. 132), cartas, notas e documentos elaborados em diversos pontos da província, continuaram circulando nos periódicos publicados em diversas regiões brasileiras.

Seguindo uma tendência geral da imprensa brasileira, e possivelmente de muitos jornais internacionais do período, grande parte dos artigos e editoriais a serem analisados nessa tese, além da linguagem “ousada e com frequência ofensiva” (MOLINA, 2015, p. 182), não eram assinados, postura na qual o “autor ficava com frequência, anônimo, e não precisava responsabilizar-se por suas diatribes” (Ibidem, p. 182). Em virtude dessa obscuridade dos articulistas e demais responsáveis pelas notas, cartas e editoriais publicados e pela prudência em não cometer possíveis enganos quanto à autoria desses textos, grande parte das notícias aqui investigadas não serão designadas a partir de quem as escreveu, mas através do órgão de imprensa responsável por publicar a presente notícia, cujos interesses e tendências político-sociais serão especificados.

Em suma, admitindo que a “imprensa periódica seleciona, ordena estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2006, p. 139), é preciso adentrar no texto jornalístico sem convencionalismos ou reducionismos, submetendo-o a interrogatório contínuo, historicizando as notas, editoriais e demais documentos publicados em seus volumes. Em outras palavras, a proposta é refletir sobre a temática da guerra cabana através de diferentes perspectivas, utilizando o testemunho presente em notas da imprensa, por meio de pressupostos específicos de análise.

PARTE 1

DE FORA PARA DENTRO: A CABANAGEM NA IMPRENSA DA CORTE DO RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO I

QUEM É QUEM NA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO: O SETE D’ABRIL E O CORREIO OFFICIAL

O decênio que vai de 1830 a 40, é a certos respeito a época mais valorosa e memorável da história do Brasil. Nunca tivemos tanta audácia e nunca mostramos tão bom senso. (...) Os partidos agitaram-se, as províncias abalaram-se, as revoluções surgiram. A imprensa multiplicou-se como por encanto (ROMERO, 1980, p. 719).

Em 7 de janeiro de 1835, um movimento político-social de grandes proporções emerge na Província do Pará, ganhando repercussão em diversos jornais brasileiros e até estrangeiros no período. Nessa conjuntura é preciso saber como as notícias circulavam e quem eram os jornalistas da época e suas principais tipografias numa época, que – como relembra Sílvio Romero na epígrafe deste capítulo – a “imprensa multiplicou-se como por encanto”.

No Brasil, apesar das suposições sobre a introdução da arte tipográfica pelos jesuítas, na era colonial, em capitânias como Bahia ou Pernambuco, a postura repressiva imposta pelo Império Português que sujeitava extraoficialmente o acesso ao livro a “três censuras: a episcopal ou do Ordinário, a da Inquisição e a Régia, exercida pelo Desembargo do Paço, desde 1576” (SODRÉ, 1999, p. 19) impediu ou dificultou significativamente a difusão da imprensa na colônia americana até os primeiros anos do século XIX, pois naquela conjuntura, a “Coroa não tinha interesse em incentivar a impressão na colônia e (...) tentava impedir a divulgação de obras e informações sobre o Brasil com medo de atrair a cobiça de outros países” (MOLINA, 2015, p. 87). Nessa perspectiva, “incluir o período colonial na história da imprensa brasileira é na verdade uma tentativa de explicar porque o país não teve imprensa nos primeiros três séculos de sua história” (Ibidem, p. 35).

Polêmicas sobre as raízes da arte tipográfica no Brasil a parte, de acordo com Nelson Werneck Sodré, a imprensa origina-se em nosso país, de forma “definitiva, sob a proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial – com o advento da Corte de D. João” (SODRÉ, 1999, p. 19) no Rio de Janeiro. Durante o contexto de fuga da família real para o Brasil, “Antônio de Araújo Azevedo, depois conde da Barca, trouxe na nau *Medusa* alguns volumes de materiais tipográficos que existiam na Secretaria dos Negócios da Guerra e

estrangeiros em Lisboa” (CARVALHO, 1908, p. 24). Por meio dessa estrutura transportada do reino lusitano, a “imprensa Régia foi instalada no pavimento térreo” da edificação que servia “naquela época de residência ao conde da Barca” (Ibidem, p. 24).

Foi a partir dessas oficinas, onde funcionava o serviço de “Impressão Régia, encarregado de imprimir exclusivamente toda legislação e papéis diplomáticos” (SODRÉ, 1999, p. 19), que em “10 de setembro de 1808, saiu o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*” (Ibidem, p. 19), primeiro jornal efetivamente impresso no Brasil. Paralelamente a essa criação, houve o surgimento “em Londres, do *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa” (NEVES In: VAINFAS, 2002, p. 361), originado no mesmo ano, mas que teve questionada sua “inserção na imprensa brasileira” (SODRÉ, 1999, p. 20), pois não foi “mantido por força de condições internas, mas de condições externas” (Ibidem, p. 20). É importante ressaltar que, mesmo com o apoio institucional para a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, esse jornal “não era órgão oficial apesar de impresso na Imprensa Régia” (CARVALHO, 1908, p. 33), pois o “Governo somente respondia por aqueles papéis que nela mandava imprimir em seu nome” (Ibidem, p. 33).

A despeito do aparecimento quase simultâneo desses dois jornais na primeira década do século XIX, em outras regiões do Brasil, a imprensa também foi se desenvolvendo nos anos subsequentes, como por exemplo, na Bahia. Por lá, em “1811, a Tipografia de Silva Serva deu início à *Idade d’ Ouro do Brasil* que circulou até abril de 1823” (NEVES In: VAINFAS, 2002, p. 361).

Após 1820, a “‘praga politqueira’, motivada pelo clima de agitação política e pelos primeiros arroubos de liberdade de imprensa fez explodir o número de periódicos” (NEVES In: VAINFAS, 2002, p. 361-362) que passaram a surgir em diversas províncias. Nessa conjuntura, caracterizada pela deflagração do processo de independência política frente à metrópole lusitana, “confrontavam-se projetos diversos para o Brasil (...) em grande parte, resultado direto das polêmicas travadas na imprensa” (MOLINA, 2015, p. 177), que se difundiu significativamente pelas diversas regiões brasileiras.

Posteriormente, com as “agitações do período Regencial e graças à ampla liberdade de que gozou, a imprensa alcançou um desenvolvimento vertiginoso” (NEVES In: VAINFAS, 2002, p. 363) no Brasil da década de 1830, apresentando em várias situações, nas páginas e ideias difundidas pelos seus muitos periódicos, atuantes nas diversas províncias, os debates e embates que sintetizavam a “luta pelo poder entre liberais moderados e exaltados, à facção dos restauradores” (Ibidem, p. 363). É importante ressaltar, que durante essa conjuntura, a

cidade do Rio de Janeiro, espaço de “continua efervescência política – o número das tipografias se foi avolumando, existindo oito em 1832 e doze em 1840” (CARVALHO, 1908, p. 30).

No cerne desses embates e discussões em todo o Brasil, envolvendo periódicos portadores de posicionamentos diversos, dois jornais do Rio de Janeiro, ambos surgidos no ano de 1833, mas caracterizados por defenderem interesses e pressupostos político-sociais distintos, estampam nas páginas de sucessivas edições, notas, artigos, documentos e editoriais direcionados à temática da guerra cabana, então em voga na segunda metade da década de 1830, transformando essas palavras impressas não apenas em um “registro do que aconteceu” (DARNTON, 1996, p. 15), mas em um “ingrediente do acontecimento” (Ibidem, p. 15), antecipando, influenciando e ajudando a dar forma aos eventos que seriam abordados pela escrita histórica subsequente.

A análise das percepções sobre a guerra cabana nas páginas de dois órgãos de imprensa do Rio de Janeiro, em uma conjuntura, considerada por Manoel Duarte Moreira de Azevedo, como uma “época de exaltação, de agitação política” (AZEVEDO, 1865, p. 194), na qual os “partidos lutam na imprensa” (Ibidem, p. 194), que se definia através de prerrogativas políticas e sociais, se constitui em uma possibilidade única de verificar, não apenas como um evento importante da história brasileira foi descrito e interpretado no discurso jornalístico de um determinado contexto, marcado por diversas crises e rupturas evidenciadas durante o processo de consolidação da Monarquia no Brasil, mas também, no modo como articulistas e redatores de duas gazetas do Rio de Janeiro pensaram e descreveram a guerra cabana, em um momento praticamente contemporâneo aos conflitos na província do Norte.

Sobre esses aspectos, as palavras de Silvio Romero que abrem esse capítulo, embora constituídas como memórias de um crítico literário, atuante na imprensa, a partir da geração de 1870, representam um interessante ponto inicial de reflexão, sobre as interações entre política e imprensa no Brasil da década de 1830. Para Romero, o percurso da imprensa brasileira durante o contexto da Menoridade e nos primeiros anos do Segundo Reinado é exemplar, particularmente em virtude da existência de certa liberdade de opinião, inexistente anteriormente, e pelo envolvimento, muitas vezes direto, de seus integrantes nos diversos embates políticos e movimentos sociais deflagrados no período.

Assim, concordando com os argumentos proferidos por Silvio Romero, qualquer perspectiva de tentar adentrar nos “olhares” e “versões” estabelecidos pela imprensa sobre a guerra cabana, não pode ser dissociada do exame, pelo menos parcial, dos periódicos

especificados. A investigação sobre esses jornais, cujos conteúdos das notas e demais textos publicados não envolviam apenas os “papéis” noticiosos ou político-ideológicos de alguns de seus proprietários, articulistas e redatores, mas também outros aspectos como a literatura de ficção (novelas), crônicas, cartas dos leitores e anúncios, irá contribuir para romper ou desnudar, parte da opacidade e do silêncio, dos quase dois séculos que nos separam dos conflitos na Província do Pará.

Nesse sentido, por compreender que, naquela conjuntura, a “atividade jornalística (...) era complemento indispensável da atuação política” (CARVALHO, 1999, p. 12), através desse tópico inicial, parto do princípio de que o jornal de periodicidade diária, denominado *O Correio Oficial*, que tinha como redator, na segunda metade da década de 1830, José Cristino da Costa Cabral,¹⁴ indivíduo que no passado havia sido “colaborador do *Diário do Rio de Janeiro*” (SODRÉ, 1999, p. 137), e que contou até 1834, no âmbito da redação do *Correio*, com a participação do Cônego Januário da Cunha Barbosa,¹⁵ embora fosse caracterizado, na opinião de Nelson Werneck Sodré, por adotar concepções de linha mais conservadoras, próximas aos interesses do Governo Central, particularmente após a crise da frente liberal moderada em 1834, possuía, contudo, certas especificidades em seu discurso, cujo conteúdo não deve ser considerado, como de forma rígida ou fechada, sobre a visão dispensada aos acontecimentos da Cabanagem.

O mesmo procedimento, caracterizado por vislumbrar a diversidade de nuances e especificidades do discurso jornalístico, será aplicado na investigação das notas, artigos e outros documentos relativos à guerra cabana, presentes no outro periódico carioca a ser observado, intitulado *O Sete d' Abril*, jornal “bissemanal impresso na Tipografia Americana” (BARBOSA, 2013, p. 86), de proximidade com a corrente liberal moderada, coordenado,

¹⁴ Filho de José da Costa Cabral e dona Maria Caetana de Jesus Cabral, José Cristino da Costa Cabral nasceu na província da Bahia, faleceu em 4 de janeiro de 1876. Exerceu a função de chefe da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 4, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1898. p. 383

¹⁵ Filho de Leonardo José da Cunha Barbosa e dona Bernarda Maria de Jesus. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 10 de julho de 1780. Presbítero secular, ordenado em 1803, participou ativamente do movimento de independência. A partir da década de 1820, foi eleito deputado á primeira legislatura pela província de Minas e pelo Rio de Janeiro ao mesmo tempo. Serviu o cargo de diretor da Imprensa Nacional depois de ter feito parte, interinamente, da segunda junta diretora e por ultimo foi diretor da biblioteca nacional. Tornou-se Oficial da Ordem do Cruzeiro, comendador das ordens de Cristo e da Rosa, da ordem portuguesa da Conceição de Villa Viçosa, e da Ordem Napolitana de Francisco I. Autor de vários estudos tornou-se, ao lado do general Raymundo José da Cunha Mattos, o fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pertenceu á muitas associações de letras e ciências, nacionais e estrangeiras. Participou da redação de diversos jornais, como o: *Diário Fluminense* e o *Correio Oficial*. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1846. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 3, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1895. p. 294

entre 1833 e 1837, pelo Deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos,¹⁶ e sucedido pelo advogado e político Tomás José Pinto de Serqueira¹⁷ que, de colaborador, passou de “1837 em diante a (...) redator único” (BLAKE, 1902, p. 292).

O *Sete d' Abril* nasceu em janeiro de 1833 e durou até março de 1839. Durante grande parte de sua existência, foi publicado duas vezes por semana, mudando sua tiragem apenas em 1839, quando passou a ter uma publicação diária da Tipografia Americana e L. P. da Costa (ANAIS BN, 1965, v. 85, p.124). Esta tipografia, até 1839, ficava na rua de trás do Hospício, número 16, mas depois de 1839 passou a residir na Rua da Candelária número 4. A assinatura anual do periódico era de 3\$000 réis o semestre e 12\$000 por ano. O *Sete d' Abril* trazia longos editoriais, crivados por opiniões de seus editores/autores, o que também demarcava um caráter mais liberal da respectiva gazeta. Seu caráter “patriótico” e liberal também era marcado por sua epígrafe que o acompanhou por longos anos. Retirada de Virgílio, ela pregava que a pátria e a glória haveriam de “em tudo vencer”.

Subsistindo por aproximadamente seis anos, o jornal *O Sete d' Abril*, que também teve como seu editor Antônio José de Figueiredo e Vasconcelos, representou na década de 1830, um dos principais difusores, na Corte do Rio de Janeiro, de notas, artigos e editoriais sobre os acontecimentos da guerra cabana no Pará. Complementando essas informações, a imagem a seguir expõe o frontispício da primeira edição do respectivo periódico, datada 1º de janeiro de 1833, cuja cópia digitalizada pertence ao acervo da Biblioteca Nacional:

¹⁶ Filho do doutor Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos e de dona Maria do Carmo Barradas, nasceu em Villa Rica, depois Ouro Preto, em 27 de agosto de 1795, e faleceu na corte, vítima de febre amarela, em 1 de maio de 1850. Formou-se Bacharel em direito pela universidade de Coimbra. Posteriormente, já no Brasil, atuou na atividade da magistratura com a nomeação de juiz de fora de Guaratinguetá, sendo em seguida nomeado desembargador da relação do Maranhão. Eleito deputado á corte pela província de Minas Gerais em 1826, e escolhido senador em 1838, integrou a primeira Assembleia Provincial Mineira.

Exerceu também a função de Ministro da Fazenda em 1831, da justiça em 1837, e do império em 1840. Atuou intensamente na atividade jornalística, coordenando ou participando de vários periódicos na época. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 4, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1898. p. 415-416

¹⁷ Nasceu em 8 de julho de 1805 em Portugal, de onde migrou para o Brasil ainda criança. Alcançou o grau de Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Posteriormente, assumiu no Rio de Janeiro, as funções de Diretor da Secretaria de Agricultura, dos Correios e de Deputado Suplente em 1851. Integrou o Conselho do Império, foi Dignitário da Ordem da Rosa e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Faleceu no Rio de Janeiro em 1885. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 7, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1902. p. 291

O SETE D'ABRIL. 72

40 Rs. RIO DE JANEIRO TERÇA FEIRA 1.º DE JANEIRO DE 1833. N. 1.

Publica-se ás Terças Feiras e Sabbados na Typ. Americana n. 160 Rua detraz do Hospicio. Recebem-se assignaturas a 1\$ - por trimestre, pagos adiantados. Os Ns. avulsos vendem-se nas lojas do costume.

.....
 Como quér que este feito os netos tomem,
 Hade em tudo vencer a Patria, a gloria.
Virg. Aeneid. Lib. VI.

BRAZIL.

O dia Sete de Abril de 1831, em que a Providencia concedeu á este Imperio, mais um favor, dando ao mundo o espectáculo de uma revolução, de que o seu maior successo — a *abdicação* — nam custou à Nação, *uma victima, uma só gota de sangue, um só tiro*; se limitou em suas consequências, de tantas à dezejar, à esse unico filho do acaso, como se essa fosse a maior carencia da Nação, ou como se ella tivesse de castigar os insultos que sofreu em Novembro de 1823, e em Março de 1831, unicamente na pessoa do entam Imperador. Como se esse infeliz D. Pedro fosse o unico inimigo dos Brasileiros, e das liberdades, e nam ouvessem tantos sevandijas, que ainda agora à custa dos cofres da Nação sustentam fausto, e a grandeza, que os faz olhar as desgraças publicas com indifferença, ou com o sorriso da maldade com que as causaram.

A abdicação do Monarca, preparada, e apressada por elle mesmo, pareceu de tal modo anticipada àquelles que a dezejavam, que elles mesmos, ou envergonhados da fraqueza do Principe, e da vileza dos seus adoradores; ou receozos de tomar sobre si a gloria que lhes nam competia, esperavam que a obra começada com tanta facilidade, e exito incrível, fosse concluida pelo impulso do acaso, que lhe deu o primeiro movimento. O certo he que no decurso das muitas horas, em que se esteve sem governo, e s'm chefe; em que cada cidadam se julgava um soberano, e cada soldado um general victorioso, era tam notavel a divergencia de opinioens, como o socego que reinava, em todo esse ajuntamento demivel, apenas interrompido por algum grito desconcertado, à que o medo de uns, e a boafé de outros, acudia com promessas de tudo fazer-se, ou de tudo dever-se esperar da maio-

ria dos Deputados da Nação, em quem se tinha toda a confiança, porque entam o Senado era tido como entidade nulla; e a sua maioria convencida do seu nem um jús à afeição dos seus concidadaos, se entregou, como perfeito automato, nos braços da sua limitadissima minoria, e influencia da Camara temporaria, até que a desintelligencia dos partidos *exaltado, e moderado*, e a furia dos *anarquistas* tirou essa pobre gente do estado de desprezo, em que por felicidade devia permanecer.

Os *exaltados* entam, como se melhor lessem nos fucturos destinos da Patria, queriam que uma assembléa constituinte regulasse a sorte do Brazil, e firmasse com estabilidade, o trono vacillante do jovem Monarca, que nunca reinaria, se os Brasileiros generosamente nam esquecessem, sem exemplo das outras Nações civilizadas, o perigo que ha da successam de tiranos destronados, que fundaram a gloria do seu governo na *artilheria, cavallaria, e infantaria*. Os *moderados* porém, e os considerados como directores da revolução, induzidos por uma moderação irreflectida, e obstinada, em tudo acordes com os exaltados, menos na installação de Assembléa Constituinte; imploraram nam sò perdam para o passado, mas até, que sobre tudo se corresse o véo do esquecimento; como se o Brazil tivesse por inimigo sò D. Pedro I., e nam esse Conselho d'Estado de quem recebeu os Decretos, que fizeram verter o sangue dos Bahianos, Pernambucanos, e Cearenses, e que destinavam aos caprixos dos agentes do *poder* à quem eram confiados os governos das Provincias, as vidas desses infelices cidadaos; esse *Senado*, sempre desposto a fazer retrogradar a nossa civilisação; esse *poder judiciario*, pela maior parte corrompido, devasso, e *immoral*; e finalmente essa *aristocracia* aviltante, e esse numerozo *exercito*, para um paiz independente, e oererozo a um estado nascente, em que os amigos da patria nam tinham accesso,

Portador de um frontispício que em parte, ajuda a sintetizar ou compreender o pensamento liberal professado por seus fundadores na década de 1830, o periódico *Sete d' Abril*, inicialmente, não trazia brasões ou qualquer outro símbolo que fizesse alusão ao poder Imperial naquela conjuntura, marcada por fortes disputas envolvendo grupos liberais e conservadores. Apenas exaltava a data, considerada pelos seus organizadores tão importante quanto o próprio 7 de setembro, por indicar um marco que “entrou para o imaginário da nação, estabelecendo uma nova data cívica” (FARIA In: VAINFAS, 2002, p. 15), para o nascente Império brasileiro.

Em janeiro de 1834, o posicionamento dos organizadores desse periódico, até então reticente, em expor qualquer gravura ou imagem que fizesse referência, mesmo que de forma crítica, a ordem Imperial, que havia perdurado por aproximadamente um ano de circulação da gazeta, passou por uma mudança misteriosa, ganhando, sem nenhum comunicado prévio ou posterior aos leitores, um elemento inusitado que pode ser detectado na observação das imagens a seguir:



Reproduções de parte da primeira página da edição nº 112 do jornal *O Sete d' Abril*, de 21 de janeiro de 1834, com a inserção de um Brasão Imperial com o número 7 ao centro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sete-dabril/709476>.

A observação das imagens da capa do jornal *Sete d' Abril*, em sua edição de 21 de janeiro de 1834, caracterizadas pela inserção de um brasão semelhante ao do Império brasileiro, inclusive com ramos de café e tabaco, só que tendo fixado no centro do escudo localizado abaixo da coroa, um portentoso número sete, ocupando o lugar da Cruz de Cristo e da esfera armilar, insígnia “composta de dez círculos ou dez armilas (...) símbolo de soberania” (MILTON, 2005, p. 29) Imperial, tradicionalmente presente naquele espaço, não deixa de se constituir em uma situação inusitada, possibilitando alguns pontos a serem ressaltados. Em primeiro lugar, a inserção do respectivo “emblema”, sem nenhum aviso

prévio ou posterior, por parte dos articulistas e redatores do jornal, apesar de denotar uma suposta postura de irrelevância para a presença ou não da imagem, revela outras possibilidades, como a proposta de fixar, com certa discricção, uma identidade própria a essa gazeta, que em sua perspectiva Liberal, assumia sua condição de oposição ao Governo Central durante a Menoridade. Em segundo, a inserção do número “sete” no Brasão de Armas do Império também simbolizava uma clara perspectiva de exaltar uma nova “data cívica” que na visão dos organizadores do periódico, representava uma “revolução” responsável por grandes mudanças de rumos para o Brasil. Em terceiro, a projeção do número 7, ocupando parte da simbologia Imperial, também funcionava como uma espécie de contraponto aos órgãos de imprensa ligados aos interesses da Monarquia, a exemplo do *Diário Oficial* ou do *Correio Oficial*, que geralmente traziam em seus frontispícios aspectos dessa simbologia, especialmente o Emblema da Monarquia, sem grandes alterações em seu sentido simbólico original. E por último, ao exibirem, durante algum tempo, um Brasão de Armas Imperial, modificado em sua simbologia ou forma original, os responsáveis pelo periódico *Sete d’Abril* também procuravam demonstrar um suposto quadro de autonomia da imprensa no período e apregoavam implicitamente a necessidade ou anseio por mudanças na ordem política vigente.

Órgão de imprensa cujo título fazia reverência a data de 7 de abril, caracterizada não apenas pelo movimento de “reação ao excesso de autoridade do primeiro imperador” (ENGEL In: VAINFAS, 2002, p. 92), mas também como a ocasião na qual D. Pedro I abdicou, considerada pelos organizadores do respectivo periódico, já no volume de nº 1, como o dia “em que a Providência concedeu a este Império, mais um favor, dando ao mundo o espetáculo de uma revolução” (*O Sete d’abril*, nº 1, 01/01/1833, p. 1).

Como sugerem essas palavras publicadas nesse jornal, a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, “impulsionada pelo que foi percebido como as tendências absolutistas do monarca” (RICUPERO, 2004, p. 89), se constituiu, de acordo com Marcello Basile, em um evento “celebrado por seus promotores – os liberais moderados e exaltados – como o advento de uma nova era, uma ‘revolução gloriosa’, na qual ‘começou a nossa história nacional’” (BASILE, 2006, p. 595). Ainda de acordo com esse autor, a “vacância do Trono deflagrou violenta disputa pela Regência, prontamente ocupada por aqueles que se achavam mais bem articulados: os *moderados*” (Ibidem, p. 595). Esses embates envolveram, prontamente, diversos segmentos da imprensa do Rio de Janeiro que, indistintamente, apresentavam em suas linhas de discurso, envolvendo diferentes textos e documentos publicados, implicações dessas divergências.

Porém, por questões que ainda faltam ser melhor investigadas, a presença do “Brasão Imperial com o nº 7”, na página inicial do jornal *Sete d’ Abril*, foi relativamente breve, sendo extinta menos de dois anos depois, também de forma tão inusitada quanto a sua inserção, na edição nº 282, de 3 de outubro de 1835, quando o título do periódico presente no frontispício, sem nenhum comentário de seus responsáveis, voltou ao formato anterior, apenas com o título, sem gravuras ou simbologias que remetessem a Monarquia.

A despeito da presença ou não, em seu frontispício, de símbolos Imperiais alterados, esse periódico também se caracterizou como uma das gazetas do Rio de Janeiro que mais enfrentou problemas de ordem jurídica, em razão de supostos posicionamentos e críticas apresentadas por seus articulistas e redatores ao Governo Central e aos jornais que apoiavam o regime, sofrendo diversos embates e até processos¹⁸ impetrados por representantes do poder Regencial.

Publicado nos dias de terça-feira e sábado na Tipografia Americana, o jornal *Sete d’ Abril*, através de seus integrantes e demais interlocutores, se notabilizou desde os seus primeiros exemplares, pela perspectiva de assumir uma postura autônoma frente o Governo Imperial. Bernardo Pereira de Vasconcelos, político, articulista e redator de sucessivos periódicos que existiram ao longo do Primeiro Reinado e da fase da Menoridade, apresentando nos jornais que atuava, segundo Nelson Werneck Sodré, “o pensamento da direita liberal” (SODRÉ, 1999, p. 123), se constituiu em um dos principais nomes desse jornal.

Diante dessas questões, é possível especificar que, no âmbito de suas perspectivas e interesses políticos, o jornal *O Sete d’ Abril*, na pessoa de seu principal articulista e responsável Bernardo Pereira de Vasconcelos, se transformou em um dos principais órgãos de “oposição ao partido Caramuru” (BLAKE, 1902, p. 292), expressando em suas páginas franca aversão ao suposto “perigo” da restauração e, após a morte de D. Pedro I, voltou seus ataques, oposições e críticas ao padre e Regente Antônio Diogo Feijó, liderança que representava os interesses do grupo liberal moderado, e que foi combatido por esse jornal “até a renúncia” (AZEVEDO, 1865, p. 54).

¹⁸ Um dos mais polêmicos processos judiciais, desencadeado por simpatizantes e autoridades do governo Regencial, direcionado ao jornal *Sete d’ Abril*, ocorreu ao longo dos anos de 1836 e 1837, quando supostas “injúrias” e “calúnias”, proferidas primeiramente, pelo editor Antônio José de Figueiredo e Vasconcelos, e depois, pelo seu substituto Francisco do Rego Barros, foram publicadas nas edições nº 319, 320, 322, 323, 324 e 325 da respectiva gazeta. Essa disputa judicial e política ocasionou uma intensa discussão em torno da questão da liberdade de imprensa. Para maiores informações ver: *O Sete d’ abril*, nº 423, 15/02/1837, p. 1; *O Chronista*, nº 8, 22/10/1836, p. 3; *O Chronista*, nº 47, 18/03/1837, p. 3.

É importante também ressaltar que, embora *O Sete d' Abril* fosse considerado pelos seus articulistas como um jornal ligado ao lado liberal “moderado, (...) fazia várias críticas a Evaristo e a outros membros do seu grupo político” (ANDRADE e SILVA, 2012, p. 131) e, em diversos momentos “combatia as ideias de Feijó” (SOUSA, 2002, p. 40). Esse posicionamento, aparentemente contraditório do periódico *O Sete d' Abril*, em relação a Evaristo Ferreira da Veiga¹⁹ (1799 – 1837), jornalista, colaborador de vários órgãos de imprensa como o periódico carioca denominado *Aurora Fluminense* e antigo aliado político de Bernardo Pereira de Vasconcelos que se constituiu, na década de 1830, em um dos principais porta-vozes do pensamento liberal moderado, representa um interessante exemplo de como o complexo mundo de embates e interesses político-sociais, envolvendo jornalistas, políticos e autoridades no Brasil durante o contexto da Menoridade e início do Segundo Reinado, influenciou diretamente nos caminhos e atitudes dos órgãos de imprensa na década de 1830.

Sobre esse aspecto, Nelson Werneck Sodré expressa que a “frente formada pelos liberais de esquerda e direita, que permitiu a vitória do movimento de 7 de Abril, iria cindir-se a prazo curto”, favorecendo, particularmente após a morte de D. Pedro I, o surgimento de dois grupos antagônicos: o formado pelos liberais de esquerda que “extremar-se-iam nas rebeliões provinciais e agitações da Corte” (SODRÉ, 1999, p. 123), e o composto pelos liberais de direita e conservadores, que se uniriam em favor do “isolamento da esquerda liberal, que permitiria a repressão às rebeliões e agitações, o *regresso* e o golpe da Maioridade” (Ibidem, p. 123).

Nessa perspectiva, a saída de Bernardo Pereira de Vasconcelos da orientação desse jornal, pode ser explicada em parte, pela forte guinada política tomada por esse indivíduo na segunda metade da década de 1830, ao dar “início à organização do movimento regressista, desde que fora preterido para o Senado em favor do padre José Bento” (LENHARO, 1993, p. 119), e também pela “ascensão dos regressistas ao poder em 1837” (Ibidem, p. 119), acontecimento que não apenas “viria apenas cristalizar uma situação que já estava definida” (Ibidem, p. 119), o refluxo político dos liberais, como também o ápice da carreira política de

¹⁹ Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1799, filho do mestre-escola e livreiro Francisco Luiz Saturnino da Veiga. Concluiu seus estudos no seminário de São José. Conhecedor de diversas línguas, e fazendo em seu gabinete estudos de economia política e outros ramos dos conhecimentos humanos, dedicou-se ao jornalismo, onde adquiriu em pouco tempo uma grande influência na época. Foi eleito deputado por Minas em três legislaturas de 1830 a 1837, sendo nesta última eleito também pelo Rio de Janeiro, era sócio benemérito da Sociedade Amante da Instrução, sócio do Instituto Histórico da França e da Arcádia romana. Faleceu a 12 de maio de 1837 na cidade do Rio de Janeiro. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 2, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1893. p. 311

Vasconcelos, um “dos líderes mais expressivos do Regresso, sendo indicado para o Senado em 1838, (...) em 1839, ministro da Justiça e, em 1842, conselheiro de Estado” (ENGEL In: VAINFAS, 2002, p. 92).

Grande parte das rusgas presentes nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, até contra políticos e autoridades que compartilhavam do pensamento liberal moderado, e que influenciaram em diversas opiniões e notas publicadas ao longo da existência desse periódico na década de 1830, ocorre em razão daquilo que articulistas e redatores do respectivo órgão de imprensa consideravam como uma espécie de “revolução incompleta”, embora a mesma tivesse representado a diminuição do poder centralizador. Ao lado desses pontos, os posicionamentos adotados por essa gazeta também transpareciam as disputas envolvendo liberais moderados, liberais exaltados e restauradores. Sobre esse aspecto, o volume nº 1 do respectivo periódico, publicado em janeiro de 1833, torna-se esclarecedor, no sentido de elucidar parcialmente esses posicionamentos aparentemente conflitantes.

Nessa edição, os articulistas do respectivo órgão de imprensa, ao mesmo tempo em que exaltam a data de 7 de abril, como o dia no qual “a Providencia concedeu á este Império, mais um favor, dando ao mundo o espetáculo de uma revolução, de que o seu maior sucesso – a abdicação – não custou a Nação, uma vitima, uma só gota de sangue, um só tiro” (*O Sete d' Abril*, nº 1, 01/01/1833, p. 1), também expressam que a renúncia do Imperador em 1831 não havia sido suficiente, pois ainda permaneciam muitos indivíduos “que ainda agora à custa dos cofres da Nação sustentam fausto, e a grandeza, que os faz olhar as desgraças publicas com indiferença, ou com o sorriso da maldade com que as causaram” (Ibidem, p. 1). Ainda de acordo com os responsáveis por esse periódico, até alguns moderados, “induzidos por uma moderação irrefletida, e obstinada, em tudo acordes com os exaltados”, acreditavam que “o Brazil tivesse por inimigo só D. Pedro I., e não esse Conselho d' Estado de quem recebeu os Decretos” (Ibidem, p. 1).

Ainda em sua primeira edição, os articulistas desse jornal, expuseram de forma clara alguns dos pressupostos políticos e ideológicos que iriam assinalar a existência dessa gazeta, ao expressarem seu apoio aos “*moderados*, e *exaltados*” (Ibidem, p. 2), por serem “patriotas mais ou menos insofridos” (Ibidem, p. 2), criticando diretamente os grupos intitulados “*Anarquistas e Caramurus*” (Ibidem, p. 2), considerados como “os únicos que só querem a nossa ruina” (Ibidem, p. 2), e que por tal motivo, “só á estes trataremos como escravos que carecem de rigor para conter-se” (Ibidem, p. 2). E curiosamente, reafirmando sua posição de,

em determinadas circunstâncias, não dispensarem de “censurar aos *exaltados*, e *moderados* os atos a que nos parecer que não presidem a razão” (Ibidem, p. 2).

A partir desses pontos, o encaminhamento adotado pelos articulistas do jornal *Sete d' Abril*, em particular de Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi o “combate a regência do Padre Feijó” (CARVALHO, 1908, p. 55), principalmente em razão da ascensão dos defensores do *Regresso Conservador*, que professavam o “restabelecimento da organização centralizada nos moldes da Carta de 1824” (ENGEL In: VAINFAS, 2002, p. 208). Esse projeto, que acabou “unindo a ala liberal moderada de Carneiro Leão e Bernardo Pereira de Vasconcelos e atraindo os antigos restauradores, levou à queda de Feijó” (Ibidem, p. 208), cuja abdicação do cargo de regente foi concretizada em 19 de setembro de 1837.

Através dessas evidências, também é possível conjecturar que as concepções defendidas pelos redatores e articulistas desse jornal passavam pela perspectiva de aprofundar o processo de reformas, consideradas até então inacabadas ou insuficientes, que deveriam incidir em alterações, em algumas situações, nos quadros Ministeriais e da Câmara no Brasil, o que só a saída de D. Pedro I não havia sido capaz de modificar. Nessas circunstâncias, caracterizadas pela insatisfação dos responsáveis por um periódico, com os rumos que o processo institucional brasileiro havia tomado desde a abdicação do Imperador, as críticas podiam recair até sobre parlamentares e autoridades que professavam credos políticos semelhantes, mas que, por algum motivo, estivessem dissonantes em relação aos encaminhamentos defendidos pelos responsáveis por esse órgão de imprensa.

Porém, mesmo admitindo a relevância desses aspectos políticos, é importante afirmar que uma análise ou interpretação das visões sobre a guerra cabana nas páginas desse periódico, ou de qualquer outro órgão de imprensa, não pode ficar balizada unicamente na suposta corrente ou opiniões políticas defendidas pelos seus integrantes, sob pena de incorrer na superficialidade ou na perspectiva de um reducionismo imperdoável, incidindo na forte possibilidade do estudioso desavisado sobre o tema “jogar a criança fora junto com a água da bacia” (GINZBURG, 2006, p. 16), pois os pensamentos, visões de mundo e concepções dos redatores, articulistas e colaboradores de um jornal vão muito além de opções ou linhas político-ideológicas, perpassando também elementos de ordem sentimental, cultural, pessoal e outras influências.

Perspectiva análoga serve para a análise de notas, documentos e descrições da Cabanagem presentes no jornal *O Correio Oficial*, periódico do Rio de Janeiro que existiu entre 1º de julho de 1833 a 14 de agosto de 1841, sendo impresso inicialmente “na

Tipografia de Thomas B. Hunt & comp., e que tinha entre seus principais colaboradores Aureliano de Souza Oliveira Coutinho”,²⁰ passando daí em diante a ser editado na Imprensa Nacional” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1962, p. 9).

Apesar de ter sido criado como um órgão de imprensa que tinha, de forma específica, “uma seção para a publicação de atos oficiais” (Ibidem, p. 9), divulgando notas e documentos de diversas instâncias do Governo Central, particularmente do poder executivo, englobando os Ministérios e das demais províncias brasileiras no contexto da Menoridade, o respectivo periódico também possuía uma parte “editorial, onde tratava dos assuntos relevantes da atualidade” (Ibidem, p. 9) e que se notabilizou pela publicação de notas de opinião e textos diversos. É importante também ressaltar que o jornal *Correio Oficial*, no âmbito de sua perspectiva institucional, também apresentava uma nova configuração, pois pela primeira vez, naquela conjuntura, um “órgão oficial mudou de formato: de *in-4º* passou a *in-folio* pequeno” (BELLO, 1908, p. 139).

Já em seu volume nº 1, esse jornal, criado sob a incumbência de “uma Sociedade Patriótica, denominada – *Promotora da Liberdade da Imprensa*” (*Correio Oficial*, nº 1, 01/07/1833. p. 1), cuja publicação tinha “redatores hábeis, e de sentimentos patrióticos” (Ibidem, p. 1), deixava transparecer, através de seus organizadores, algumas de suas inclinações principais, ao expressar em sua página inicial que o:

Diário do Governo já não pode bastar á publicação dos Atos todos da Administração, que muito convém saberem-se, tanto na Corte, como nas Províncias; e até suceda, pelo seu pequeno espaço, não serem acompanhados de reflexões, que fação recomendar o seu acerto e justiça: o Suplicante oferece, em nome da dita Sociedade, as colunas deste novo Periódico, para nelas se publicarem, com a possível brevidade, todos os Atos do Governo, e das Estações publicas, em Artigos marcados com o titulo de *Oficiais*, para que tenham o necessário cunho de veracidade em todo o Brasil, responsabilizando-se os Redatores pelos Artigos não *Oficiais* de que serão dignos de Publico tanto pela sua decência, como pelas doutrinas salutareas, Patrióticas, que farão a sua matéria (Ibidem, p. 1).

Através desses argumentos, é possível constatar que o jornal *Correio Oficial*, apesar de suas ligações com a ordem Imperial, nunca esteve restrito, ao longo de sua existência, à

²⁰ Nasceu na província do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1800, Filho do coronel Aureliano de Souza e Oliveira. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra. Foi senador do império pela província de Alagoas; presidente de várias províncias; Ministro do Império; Conselheiro do Imperador; dignitário da Ordem do Cruzeiro e Cavaleiro das Ordens de Cristo e da Rosa; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de outras associações literárias da Europa recebeu o título nobiliárquico de Visconde de Sepitiba, falecendo em 25 de setembro de 1855. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 1, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1883. p. 373

publicação de notas e documentos governamentais. Havia entre seus redatores, articulistas e demais colaboradores, certa liberdade, evidentemente controlada, na elaboração e difusão de artigos não oficiais e notas de opinião. Essa perspectiva se fundamentava nos próprios argumentos proferidos pelos organizadores desse periódico em seu nº 1, ao expressarem a predileção pela escolha de “Redatores, cujo talento literário e fé política estão cabalmente experimentados, e cujas doutrinas políticas em perfeita harmonia com as dos atuais Ministros sustentam o sistema da legalidade, e do progresso da ordem” (Ibidem, p. 1).

A proposta de escolha dos redatores do jornal *Correio Oficial* justificava-se na perspectiva de seus fundadores e demais colaboradores estarem alinhados com as concepções do Governo Central, postura que indica de forma clara as pretensões sócio-políticas desse periódico, caracterizadas pelo objetivo primordial de apoio à manutenção da ordem Imperial, seguindo e sustentando propostas conservadoras de governo. Ao lado dessa questão, chama atenção no respectivo fragmento o objetivo dos responsáveis por esse jornal em apresentá-lo como um órgão de imprensa que tinha entre suas atribuições a responsabilidade de complementar ou substituir o “Diário do Governo”²¹ em vigor na época, sob o argumento do “pequeno espaço” disponível nessa gazeta para “assuntos” e “informações” institucionais.

Acompanhando esse pensamento, não era ocasional a condição de incorporação no jornal *Correio Oficial* de duas partes distintas: a “primeira puramente Oficial contará as peças oficiais, que dimanem das Autoridades e Administração, tais como Leis, Resoluções, Decretos, Instruções, Regulamentos, Portarias de interesse Geral, Relatórios” (*Correio Oficial*, nº 1, 01/07/1833. p. 1), ao lado de uma seção de caráter “semi-Oficial, ora meramente periodical” (Ibidem, p. 1) que continha “informações e insinuações de que o

²¹ O primeiro periódico impresso no Brasil, a partir da chegada da família real em 1808, denominava-se a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Esse jornal, originado dos prelos da Imprensa Régia, em lugar da *Gazeta de Lisboa*, além da publicação de notas leis, decretos, despachos, editais e outros documentos, relacionados à administração imperial na cidade do Rio de Janeiro, também inseria em suas páginas artigos não oficiais e anúncios. Após o processo de independência, mas especificamente no ano de 1823, surgiu na Corte do Rio de Janeiro o *Diário Fluminense*, periódico que circulou entre 1824 e 1831, substituindo a *Gazeta do Rio de Janeiro* (extinta após a ruptura com Portugal em 1822), na função de divulgar os “papéis” do Governo Central e ao mesmo tempo, prestar apoio ao poder instituído. No início da década de 1830, mais especificamente entre os anos de 1831 e 1833, o *Diário do Governo* passou a se constituir no órgão de imprensa responsável pela divulgação dos atos e papéis do governo Imperial no Rio de Janeiro. Com a extinção desse periódico, essa função foi assumida pelo jornal *Correio Oficial*, que existiu na cidade do Rio de Janeiro entre 1833 e 1841. Após o fim da circulação desse periódico, o *Jornal do Commercio* (RJ), passou a publicar os “atos” e “papéis” do governo. Para maiores informações ver: LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. MEIRELLES, Juliana Gesuelli, *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*, Rio de Janeiro, Ed. Arquivo Nacional, 2008. MARINALVA, Barbosa. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Governo não toma a responsabilidade, um extrato das sessões das Augustas Câmaras Legislativas, a defesa dos Atos administrativos, que forem atacados pelas folhas de oposição” (Ibidem, p. 1-2), que deveriam ser respondidos pela “boa fé dos seus argumentos, que os homens de bem se meçam com eles na lide da publicação (...) bem como a discussão de todas as questões de politica geral e nacional” (Ibidem, p. 1-2).

A existência dessa dupla “identidade” ou “utilidade” do jornal *Correio Oficial* se constituía em um ponto curioso, mas não contraditório, das propostas de publicação do respectivo periódico, pois ambas as partes possuíam um princípio em comum, e muitas vezes se complementavam, ao serem balizadas na defesa, direta ou indireta, da ordem instituída, representada pelo poder Monárquico, e de críticas, especialmente nas colunas de caráter não oficial, a qualquer oposição mais extremada ao Governo Central. Um importante indicativo dessa condição pode ser verificado nas considerações que abriram a edição nº 1 do respectivo jornal no ano de 1833, cujos objetivos também tinham, como especificidade, “entrar melhor no conhecimento da conduta e razões do Governo, contra o qual muitas vezes se murmura por não haver necessária informação dos motivos e circunstancias que o induzirão a se portar de tal ou tal modo” (Ibidem, p. 1).

Da profusão de aspectos referente à sua publicação, é importante salientar que essa gazeta saía diariamente e sua assinatura anual custava 20\$000 réis, possuindo, dessa forma, uma assinatura mais cara que *O Sete d’ Abril*, cujos valores foram verificados anteriormente. Esse jornal era impresso na Rua da Cadeia pela tipografia de Thomaz B. Hunt & Cia. Em boa parte de suas páginas, contudo, as chamadas notícias “oficiais” como portarias e atos do governo ganhavam fôlego. Também chama a atenção o fato de que na capa do primeiro número do periódico há uma imagem do brasão Imperial, cujo direito de publicação foi concedido pelo próprio Governo Central, que através de uma portaria, outorgou aos responsáveis pelo periódico, a “faculdade (...) das Armas Imperiais, e o título de – *Correio Oficial* –” (Ibidem, p. 1), aproximando de forma clara as ações dessa gazeta com a Monarquia e a família Imperial de Bragança.

A partir dessas informações, e na perspectiva de conhecer de forma mais específica o respectivo periódico, torna-se importante visualizar a imagem a seguir, concernente a uma reprodução da primeira página da edição nº 1 do jornal *Correio Oficial*, datada de primeiro de julho de 1833 e pertencente ao acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

Imprime-se em Casa de THOMAZ B. HUNT & C. Rua da Cadeia N.º 89, e distribuído todos os dias, que não forem de guarda, pelas 8 horas da manhã.



Subscrição-se a 20\$000 rs. por hum anno; 10\$000 rs. por 6 meses; 5\$000 rs. por 3 meses, em casa dos Srs. Vianna Campos Belles & Lameira Rua do Ouvidor N.º 75.

CORREIO OFFICIAL.

(S- IN MEDIO POSITA VIRTUS -S)

TOM I.]

RIO DE JANEIRO Segunda Feira 1.º de Julho de 1833.

[N.º 1]

RIO DE JANEIRO.

SENHOR.

Diz Thomaz B. Hunt e Comp., em nome dos Membros de huma Sociedade Patriótica, denominada — *Promotora da Liberdade da Imprensa* — que elle he o Editor de hum Jornal, que ella vai fazer publicar todos os dias, que não forem de guarda, desde o 1.º do proximo mez de Julho, em grande formato, e com a mesma elegancia de typos do *Recopilador*, que junto offerece; para cuja publicação tem promptos Redactores habéis, e de sentimentos Patrioticos. E porque veja que o Diario do Governo já não pode bastar á publicação dos Actos todos da Administração, que muito convém saberem-se, tanto na Corte, como nas Provincias; e até succeda, pelo seu pequeno espaço, não serem acompanhados de reflexões, que fação recomendar o seu acerto e justiça: o Supplicante offerece, em nome da dita Sociedade, as colunas deste novo Periodico para nellas se publicarem, com a possível brevidade, todos os Actos do Governo, e das Estações publicas, e Artigos marcados com o titulo de *Officiaes*, para que tenham o necessario cunho de veracidade em todo o Brazil, responsabilizando-se os Redactores pelos *Artigos não Officiaes* de que os acompanharem, e prometendo que serão dignos do Publico tanto pela sua decencia, como pelas doutrinas salutarese, Patrioticas, que fahão á sua materia.

E porque saiba que tão ardua, quanto conveniente tarefa, mal poderá desempenhar-se sem que V. M. I. Se Digne auxiliá-la: requer, que accitando-se a sua Patriótica offerta, se conceda, em compensação, o usar-se das Armas Imperiaes na frente desta nova Folha: que ella se possa intitular — *Correio Official* —, que para ella se remetão das Secretarias de Estado, e das Estações Publicas, os Actos do Governo, Officios, e mais pessos, que devião ser impressos para que cheguem ao conhecimento de todos os Brasileiros, mo convém em hum Estado Constitucional, e á marcha de todas as Auctoridades; que pelo Thesouro se lhe conceda hum subsidio pecuniario, com que se possa cobrir despeza da publicação das ditas pessos Officiaes. Por tanto —

P. & V. M. I. Se Digne Conceder-lhe as Graças requeridas, para melhor desempenho da dita tarefa, e que se propoza a Sociedade *Promotora da Liberdade da Imprensa*, na publicação do *Correio Official*, de que o Supplicante se haletar.
E. R. M.
T. B. Hunt e Comp.

PORTARIA.

Tendo subido ao conhecimento da Regencia a Representação de Thomaz Hunt e C., em que offerecem parte de hum Jornal, que huma Sociedade Patriótica se propoza a publicar diariamente nesta Corte, para se darem á luz os Artigos Officiaes, que para esse fim lhes forem remetidos das diferentes Repartições, e para os Redactores do mesmo Jornal fazerem sobre elles reflexões, que recomendem a sua utilidade, e justiça, visto que o Diario do Governo he insufficiente para bem se desempenharem estes d. lis objectos; concedendo-se-lhes em compensação não só a facultade de usarem naquella Periodico das Armas Imperiaes, e do titulo de — *Correio Official* —, mas tambem hum subsidio pecuniario: Manda a Regencia em Nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio agradecer aquelle offerecimento de puro e louvavel patriotismo, e amor da ordem; e concedendo o uso do titulo indicado, e das Armas, não Pode com tudo annuir á prestação do subsidio pecuniario, attentas as actuaes circumstancias do Thesouro. Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Junho de 1833.

PROSPECTO.

As duas Pessas antecedentes dão aos nossos Leitores huma idea do que pretendem os Membros da nova Sociedade *Promotora da Liberdade da Imprensa* publicando este *Correio Official*; mas apezar disso a sua utilidade deve ser mais desenvolvida em algumas reflexões, para que melhor se aprecie a importancia desta tarefa, que apesar de ser ardua, deve ter resultados de publico interesse.

He inegavel que em hum Governo Constitucional os Actos da Administração devem ser publicos; não só desta arte os Cidadãos entrão no conhecimento do systema administrativo, como á todos convém, mas ainda evita-se as sinistras interpretações, que de ordinario se fazem sobre actos, que são occultos, até porque o silencio he já hum motivo de suspeita. Alem disto, quando tantos estabelecimentos publicos, novos no Brazil, começão os seus trabalhos, he natural que muitas devidas á cada passo venhão embarcar a sua pratica com notavel prejuizo do seu necessario andamento; a experiencia faz ver que de todas as partes e todos os dias, se

Consulta o Governo sobre duvidas occorridas; e que as decisões tomadas não aproveitão em casos identicos, ou porque se não fazem todas publicas, ou por que não cheguem ao conhecimento de todas as Auctoridades do Imperio. O Diario, em que taes Actos se publicavão, já não podia bastar á hum tal fim, porque em sua pequenez, ou não abrangia todos os Actos da Administração, ou alias não tinha espaço para as reflexões, de que muitas vezes devem ser acompanhados; e tambem porque então faltava a publicidade de materias instructivas, e de que se matião as Folhas, para que as suas variedades convidem melhor á leitura.

Notar as deficiencias do antigo Jornal Official he o mesmo que obrigar-nos perante o Publico á supprillas; não porque tenhamos a presunção de supprir que cumpriremos com toda perfeição a tarefa, mas como não nos falta zelo, espaço, e os mais quesitos para dar conta da parte material da obra, e que temos escolhido Redactores, cujo talento litterario e té politica estão cabalmente experimentados, e cujas doutrinas politicas em perfeita harmonia com as dos actuaes Ministros sustentão o systema da legalidade, e do progresso da ordem, ousamos assumir a responsabilidade de tão ardua empresa, certos que o Publico Brasileiro, tão indulgente, qua illustrado, perdoando-nos as faltas inevitaveis no começo de qualquer obra, nos agradecerá a criação desta Folha, que lhe proporciona os meios de entrar melhor no conhecimento da conducta e razões do Governo, contra o qual muitas vezes se murmura por não haver a necessaria informação dos motivos e circumstancias, que o induzirão á se portar de tal ou tal modo, não sendo decoroso nem proficuo á uma Nação no goso de todos os direitos da Liberdade, e de posse de dar fóra á seu Governo por sua Soberana opção, condemnar os seus agentes, os depositarios do seu poder, e da sua confiança, sem os ouvir previamente á fim de formar com toda madureza e total conhecimento de causa o seu final juizo.

O *Correio Official* apresenta duas partes distinctas. A primeira puramente Official conterá as pessos Officiaes, que dimanem das Auctoridades e Administração, taes como Leis, Resoluções, Decretos, Instruções, Regulamentos, Portarias de interesse Geral, Relatorios, Mensagens, Peças e correspondencias Diplomaticas, documentos, esclarecimentos &c.

A Segunda, ora semi-Official, ora meramente periodical, conterá, alem das informações e insinuações, de que o Governo não toma a responsabilidade, hum extracto das Sessões

Ao lado da trajetória de quase uma década de circulação (1833-1841), o periódico *Correio Oficial* passou por transformações diversas que acompanharam as próprias mudanças políticas e sociais, deflagradas no Governo Central do Brasil, durante o contexto da Menoridade e início do Segundo Reinado. Desse modo, não surpreende muito observar que, em conjunto com as mudanças em seu quadro diretivo e até no formato, um elemento, aparentemente despretensioso, correspondente à simbologia da Monarquia, encravado na parte superior do frontispício desse jornal, também sofreu alterações substanciais que necessitam ser melhor delineadas, como é possível observar nas imagens abaixo, referentes à figura do Brasão Imperial:



(1)



(2)



(3)



(4)

Transformações nos formatos e modelos do Brasão Imperial inserido no Frontispício do *Correio Oficial*, ao longo da existência do periódico (1833-1841). Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correiooficial/808970>

A imagem nº (1), que ilustrou as capas do *Correio Oficial* em suas primeiras edições, é caracterizada por expor um Brasão Imperial portador dos elementos tradicionais como o escudo, a esfera armilar, os ramos de café e tabaco e a coroa Imperial. A mesma, contudo, teve presença relativamente curta no periódico, sendo substituída, a partir da edição nº 26, de 31 de julho de 1833, pelo brasão correspondente a imagem nº (2), caracterizado por conter, ao lado das alegorias já citadas, outros elementos, como o cetro, bandeiras, canhões, chaves do Império, uma âncora e até uma *cornucópia*, elemento originado da mitologia clássica greco-romana, que representa a prosperidade, fertilidade e abundância da terra, inserida abaixo do escudo. Esse símbolo Imperial estilizado, passou a estar presente no frontispício do jornal, a partir da edição nº 27, de 1 de agosto de 1833, persistindo por quase três anos, até a edição nº 68, de 26 de março de 1836. A partir da edição nº 69, de 28 de março de 1836, até a edição nº 151, de 31 de dezembro de 1836, o frontispício do *Correio Oficial*, observado na imagem nº (3), passou por novas alterações, voltando a ter elementos semelhantes ao encrustado nos números iniciais da gazeta, contudo, a partir de formatos distintos. Nessa nova aparência, o escudo é exposto de forma mais arredondada e o estilo da coroa, encontra-se muito mais próximo da real (configurada em símbolos nacionais na época em que no Brasil se constituía em Reino Unido a Portugal e Algarve) que da Imperial, estabelecida por D. Pedro I, após o processo de Independência em 1822. Essas características persistiram até o primeiro número dessa gazeta, no ano de 1837, datado de 2 de janeiro, quando é possível verificar alterações na imagem do Brasão impresso na página inicial do periódico. Nesse novo formato, o brasão adquiriu aspectos mais singelos, com diferenças perceptíveis nas ramas de café e tabaco, na dimensão do escudo e também da coroa. Essa gravura do Brasão de Armas do Império, observada na imagem nº (4), perdurou até a edição final desse periódico, datada de 14 de agosto de 1841.

Na concepção de Milton Luz, autor do livro intitulado: *A história dos símbolos nacionais*, a presença dessas diferenças no Brasão de Armas do Império, observadas, segundo esse estudioso, nos “cabeçalhos do *Correio Oficial*, do *Diário Oficial* do Império e no *Diário Oficial*” (MILTON, 2005, p. 114), se constitua em resultado da negligência do Império, cujas autoridades não se preocuparam em padronizar a “aparência formal desse símbolo” (Ibidem, p. 112), ocasionando o surgimento de “variadas e fantasiosas versões deste brasão (...) nas fachadas dos edifícios públicos e nas publicações oficiais” (Ibidem, p, 112). A persistência dessas distintas imagens de um mesmo emblema nacional também era fruto dos “caprichos e fantasias dos artistas. Gravadores franceses, ingleses e alemães, ao receberem a encomenda de

um remoto Império perdido nos trópicos” (Ibidem, p 114), que sem a existência de “um rígido programa que lhes disciplinasse o trabalho, davam asas à sua imaginação” (Ibidem, p 114).

Contudo, para além da inoperância do Regime Imperial em padronizar o respectivo símbolo e da liberdade de criação de alguns artistas, subsistiam outros elementos que perfaziam a inserção de diferentes versões do Brasão Imperial, em um periódico como o *Correio Oficial*, a serem pormenorizados. Em primeiro lugar, consiste no próprio empenho dos responsáveis pelo respectivo periódico em fixar na página inicial um aspecto simbólico – no caso o brasão – que estivesse adequado a determinados interesses de ordem política, social e estética, na proposta de fixar um sentimento de respeito ao poder Monárquico. Em segundo, consiste em persuadir os leitores de que a presença do brasão, muito além de representar um simples “adereço”, propiciava supostamente ao periódico que o portasse, um olhar distinto e de maior credibilidade, a uma gazeta encarregada de publicar atos administrativos e documentos do Governo Central. Em terceiro, ela remete, no plano subjetivo, a uma clara perspectiva de demonstrar autoridade e reforçar o poder de dominação da Monarquia brasileira, em um momento de consolidação e de conflitos provinciais. Em quarto, ao mesmo tempo em que transmitia um sentido imagético centrado na retórica da persuasão, havia também uma indisfarçável proposta de expor esse mesmo poder real, a uma determinada parcela de súditos, sob o influxo do respeito e da devoção. E por último, legitimar com o selo de “autenticidade” da Monarquia os diversos conteúdos, mesmo os não governamentais, publicados no respectivo periódico.

Ademais, da perspectiva de seus organizadores, em colocar esse órgão de imprensa como uma espécie de “guardião da verdade”, ou de divulgador da “veracidade” dos fatos, originou-se o termo *Oficial* presente no título do jornal. Assumindo uma clara proximidade com o poder Monárquico e de defesa da manutenção da ordem estabelecida, *O Correio Oficial* também apresentou, ao longo de sua existência, uma frase latina em sua lauda inicial: *In medio posita virtus* (Até na virtude he vicio o excesso).

A presença de um fragmento escrito na antiga língua latina no frontispício do respectivo órgão de imprensa, a despeito de se constituir em prática comum, adotada por diversos periódicos brasileiros no período, em suas prerrogativas de demonstrar atributos como “ilustração” e “civildade”, também pode representar um importante indício sobre as linhas político-sociais nas quais, os responsáveis por determinados órgãos de imprensa se identificavam. Era exatamente nesse último ponto, que a frase *In medio posita virtus* pode ser concebida. A inserção desse fragmento, em todas as edições do *Correio Oficial*, em uma

parte proeminente da página inicial, logo abaixo do brasão de armas do Império, muito mais que a simples demonstração de “polidez” ou de admiração pelos valores e saberes da antiguidade clássica romana, também evidenciava uma indisfarçável perspectiva dos responsáveis pelo jornal em manifestar apoio ao seu significado literal, que condenava qualquer tipo de excesso, até o da virtude. Em outras palavras, o medo que subsistia em grande parte dos representantes e apoiadores do Império na década de 1830, quanto à possibilidade de inversão do *Status Quo*, a partir de insurreições de ordem diversa, era manifestado, ou sintetizado nessa pequena frase, que pregava o uso da moderação em qualquer circunstância.

Ademais, a inserção dessa frase em língua latina na primeira página do referido jornal, não representava nenhuma novidade, se constituído em uma “política de domínio” (CHALHOUB, 1998, p. 95), que “possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome” (Ibidem, p. 95), com a inserção de “um vocabulário sofisticado para sustentar e expressar” (Ibidem, p. 95), a suposta “capacidade intelectual” e “idoneidade moral”, difundida por determinados órgãos de imprensa e seus integrantes, daí seu uso se transformar em uma prática comum, adotada nas páginas iniciais de vários periódicos brasileiros naquela conjuntura, como o jornal *O Sete d’Abril*, observado anteriormente, o qual também ilustrava em sua folha inicial uma passagem traduzida do livro VI da *Eneida* do autor romano Virgílio, com a seguinte mensagem: *Como quer que este feito os netos tomem, Hade em tudo vencer a Pátria, a gloria.*

Ao lado dessas questões, é importante ressaltar, que a divulgação dos “Atos do Governo, Ofícios, e mais peças” (*Correio Oficial*, nº 1, 01/07/1833. p. 1) nas edições do jornal *O Correio Oficial* não se constituía em um ato gratuito, havendo por intermédio do “Tesouro (...) um subsidio pecuniário, com que se possa cobrir despesa da publicação das ditas peças Oficiais” (Ibidem, p. 1). A presença ostentada desse apoio financeiro governamental, como subvenção para a publicação de documentos oficiais no respectivo periódico, consolida ainda mais a condição de sujeição desse órgão de imprensa frente aos interesses e perspectivas da ordem Imperial.

Na proposta de fundamentar ou justificar alguns dos atos e documentos governamentais a serem publicados, redatores e articulistas do jornal *O Correio Oficial* também apresentaram a finalidade de “fazerem sobre eles reflexões que recomendem a sua utilidade e justiça, visto que o *Diario do Governo* é insuficiente para bem se desempenharem estes dois objetos” (Ibidem, p. 1). Nota-se, a partir desses argumentos, que os responsáveis

pelo respectivo periódico consideravam que a folha oficial do Governo Central em circulação na época não cumpria com suas obrigações de informar “adequadamente” a população.

Eficaz ou não, enquanto instrumento de divulgação dos atos oficiais do Governo Central, o fato é que o *Diário do Governo* foi gradativamente perdendo espaço para o *Correio Oficial*, periódico que passou a se constituir, ao longo da década de 1830, no principal veículo de difusão de notícias institucionais a partir da cidade do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com seus organizadores, outro aspecto essencial das atribuições desse jornal ao publicar documentos governamentais, corresponde à perspectiva de “informar” e “alertar” seus leitores “sobre atos, que ficam ocultos, até porque o silencio é já hum motivo de suspeita” (Ibidem, p. 1), pois “convém, mas ainda evitar-se as sinistras interpretações, que de ordinário se fazem” (Ibidem, p. 1), principalmente em virtude do surgimento de “tantos estabelecimentos públicos, novos no Brasil” (Ibidem, p. 1).

Essas passagens apresentam alguns elementos muito significativos em relação aos objetivos e peculiaridades desse jornal. Em primeiro lugar, ao demonstrarem, pelo menos no plano teórico, a perspectiva em se constituir em uma fonte de “informação” e “esclarecimentos” dos atos e documentos oficiais aos leitores. Em segundo, especificam a necessidade de evitar supostas interpretações das leis, decretos e notas oficiais. E por último, demonstram, pelo menos de forma conjecturada, a tarefa de expor as ações dos novos estabelecimentos públicos, em especial do Poder Executivo, que estavam surgindo ou se consolidando naquela conjuntura.

Porém, mesmo com todas essas informações em relação ao *Correio Oficial*, não há como deixar de ressaltar que a “história da imprensa brasileira é a história dos subsídios, numa extensão muito maior do tem sido reconhecido” (MOLINA, 2015, p. 453). Assim pode-se afirmar que, nas primeiras décadas do século XIX, quando vários órgãos de imprensa encontravam-se em formação, grande parte dos jornais sobrevivia à “sombra do poder público” (Ibidem, p. 453). Assim, em uma conjuntura na qual a “imprensa, extremamente politizada se dividia no apoio a um dos partidos, conservador ou liberal” (Ibidem, p. 453), tornava-se comum o fato de que, quando o “partido de sua preferência estava na oposição, o jornal atacava furiosamente os atos do governo, quaisquer que fossem” (Ibidem, p. 453).

Assim, embora se constitua em ato arriscado ou inconsistente, utilizar o argumento dos subsídios governamentais, como aspecto propiciador das críticas ou elogios dos periódicos aqui analisados, em especial *O Correio Oficial*, não há como deixar de ressaltar a influência, mesmo que indireta, desses auxílios financeiros institucionais no conteúdo das notas e

editoriais publicadas nos respectivos órgãos de imprensa. A partir dessa lógica, “raros eram os jornais equilibrados que julgavam as medidas do governo de maneira independente” (Ibidem, p. 453), prática que justificava não apenas a sobrevivência de diversas gazetas no contexto da Menoridade, mas também a clara interação com os interesses do governo Imperial.

Todas essas peculiaridades e encaminhamentos, relativas ao surgimento e linhas de conduta e perspectivas de ordem política e social, acabaram por repercutir nos caminhos desses dois órgãos de imprensa que, ao longo da segunda metade da década de 1830, passaram a apresentar em suas páginas notas e documentos referentes à guerra cabana, muitas vezes, através de pontos de vista e preocupações divergentes, caracterizados por propiciar visões ou versões discordantes sobre acontecimentos análogos.

Contudo, antes de proceder na análise dos sentidos, visões e interesses político-sociais, envolvendo a publicação de notas e documentos da Cabanagem nos dois periódicos escolhidos, essa tese adentrará, nas páginas do próximo capítulo, em uma questão muito importante e não menos complexa: a das formas de circulação e apropriação de notícias sobre a guerra cabana nesses dois periódicos do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II NOTÍCIAS QUE CIRCULAM: A APROPRIAÇÃO DE INFORMES SOBRE A CABANAGEM

Continua a falta de notícias do Pará; nem elas por ora podem ser satisfatórias, por que no estado em que os Offícios de princípios de Outubro nos pintam aquela Província, só por meio de uma força respeitável poderá ela ser compelida a entrar na ordem (...) é de esperar que dentro em poucos meses tenhamos noticias agradáveis do seu resultado, e que de alguma sorte desmanchem a triste impressão, que tem causado os relatórios dos acontecimentos ali ocorridos (*Correio Official*, nº 23, 30/01/1836. p. 3).

Se o estrondoso som dos tiros, violência e gritos de dor, desencadeados nos embates da guerra cabana, hoje nos parecem inaudíveis ou invisíveis sob muitos aspectos, pequenos fragmentos daquele mundo foram descritos e preservados através de determinadas perspectivas, ao serem publicados em páginas de diversos jornais entre 1835 e 1840. Essas notícias, muitas vezes obtidas através de textos oficiais, cartas e informes de refugiados, foram sistematicamente distribuídas no formato de notas, artigos e documentos impressos, à cidades situadas a milhares de quilômetros de distância de Belém e até em outros países.

Os sentidos e as formas de difusão de informações sobre a Cabanagem em jornais de várias províncias brasileiras, durante os últimos anos da fase da Menoridade, se constituem em tema ainda praticamente inexplorado no meio historiográfico brasileiro, embora represente uma perspectiva inusitada de empreender novas leituras sobre esse evento e, ao mesmo tempo, um caminho para a compreensão das visões, descrições e importância desse acontecimento na imprensa nacional, pois quaisquer investigações envolvendo a temática da “mídia precisam ser também relacionadas a alterações no sistema de transporte, o movimento de mercadorias e pessoas, seja por terra ou água (rio, canal ou mar). (...) ou, pelo menos, foi — parte de um sistema de comunicação física” (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 31).

Como ocorria a difusão de notícias sobre a guerra cabana? Periódicos de quais regiões do mundo ou província brasileira funcionavam como irradiadores das informações sobre os eventos no Pará? E como dois jornais do Rio de Janeiro tinham acesso às notícias sobre os acontecimentos da Cabanagem durante a segunda metade da década de 1830? Na perspectiva de discutir sobre essas questões, o presente capítulo tentará explorar como, ou seja, a partir de quais meios de propagação e de quais perspectivas essas notícias chegavam aos respectivos jornais localizados no Rio de Janeiro. Essa forma de mapeamento, favorecedora do delineamento dos pontos de difusão dessas notícias aos periódicos da Corte, possibilitará

adentrar não apenas nas linhas de pensamento sócio-políticas dos periódicos aqui analisados (temática a ser abordada a partir dos próximos capítulos), mas também no entendimento das formas de difusão de notícias no Brasil durante a primeira metade do século XIX.

2.1 – Comunicações ao curso das marés: o polêmico uso dos paquetes

No âmbito do Ocidente europeu, o sistema de distribuição de cartas e notícias se expandiu paralelamente ao desenvolvimento da atividade de imprensa. Naquela conjuntura, o “sistema postal, assim chamado porque envolvia o estabelecimento de postos com homens e cavalos estacionados ao longo de algumas estradas ou rotas de correios” (Ibidem, p. 33), era responsável pela transmissão das mensagens e informações. Nessa atividade, “mensageiros especiais, trocando os cavalos a intervalos regulares, eram capazes de viajar até cerca de 200 quilômetros por dia e, assim, trazer as notícias de importantes eventos com relativa rapidez” (Ibidem, p. 33). Porém, em sua lógica habitual, o “tempo em geral gasto para a chegada das mensagens era consideravelmente maior, pois correios normais andavam cerca de dez a 13 quilômetros por hora” (Ibidem, p. 34), levando, por exemplo, de “25 a 30 dias para o correio ir de Roma a Londres” (Ibidem, p. 34).

Os problemas de comunicação, responsáveis por influenciar diretamente na difusão de notícias na era moderna, atingiam também a comunicação por mar, embora essa fosse “normalmente mais rápida do que por terra” (Ibidem, p. 34). Segundo Peter Burke essas dificuldades de comunicação, “ajudam a explicar por que os impérios dos primórdios da Europa moderna, com exceção da Rússia, eram marítimos” (Ibidem, p. 35). Em uma conjuntura, na qual os “navios que atravessavam o Atlântico carregavam, além de cartas, livros e jornais” (Ibidem, p. 35), formaram-se os “impérios intercontinentais de Portugal, Espanha, Holanda, França e Grã-Bretanha, e também o império sueco na Europa, construído em redor do mar Báltico” (Ibidem, p. 35).

Esses entraves à circulação da imprensa periódica no mundo ocidental só começaram a ser superados a partir das primeiras décadas do século XIX, com a expansão, em alguns estados europeus, do processo de industrialização, que também representou uma “corrida para a revolução nas técnicas de imprensa, iniciada na Inglaterra, quando o *Times*, em 1814, utilizou a máquina a vapor na sua impressão” (SODRÉ, 1999, p. 3). Essa nova situação representou um “ponto de partida para a produção em massa que permitia reduzir o custo e acelerava extraordinariamente a circulação” (Ibidem, p. 3) de informações.

Nessa conjuntura, os aparecimentos respectivos das estradas de ferro, cujo marco foi a “inauguração da linha ferroviária entre Liverpool e Manchester em 1830” (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 129), da introdução dos navios a vapor, responsáveis por tornar muito mais rápida a “estafante viagem de travessia do Atlântico” (Ibidem, p. 131), e do telégrafo representaram ocasiões decisivas desse processo. Assim, a “luta pela rapidez e pela difusão, associando as alterações nas técnicas de impressão às que afetavam as comunicações e os transportes, modificou radicalmente o quadro em que a imprensa operava” (SODRÉ, 1999, p. 3).

Por outro lado, no vasto Império marítimo português, a aquisição e difusão de notícias por via naval durante a era moderna enfrentava problemas semelhantes aos demais impérios coloniais europeus. Naquela conjuntura, embora a imprensa tenha sido “levada às mais remotas paragens do Oriente” (CARVALHO, 1908, p. 3) e Ocidente, por intermédio de “missionários portugueses e, sobretudo, padres da Companhia de Jesus” (Ibidem, p. 3-4), a lentidão na transmissão de informações, e nos próprios contatos entre “metrópole” e “colônia”, se constituía em uma atividade que demandava grandes dificuldades e atrasos, pois as viagens interoceânicas entre Portugal e os diversos pontos do Brasil não eram tão curtas. De “Lisboa à Bahia, durava em média de dois a três meses; para o Recife, pouco menos e para o Rio de Janeiro, uns dias a mais” (FARIA In: VAINFAS, 2000, p. 423).

Logo após o processo de ruptura política com a metrópole lusitana na década de 1820, um dos principais problemas, que ajudavam a obstar a manutenção da integridade político-territorial de um espaço de proporções continentais como o Brasil, consistiu nas limitações de comunicação entre as diversas províncias, na época realizada em grande parte por vias marítimas ou fluviais. Naquela conjuntura, a “ausência de uma eficiente malha de transportes (...) dificultou a expansão dos serviços postais” (MOLINA, 2015, p. 368), se constituindo em um grande “obstáculo ao desenvolvimento da imprensa” (Ibidem, p. 368) na ex-colônia de Portugal. Para completar, a “navegação pelo litoral brasileiro foi difícil e ocasionalmente perigosa nos tempos dos navios a vela”. Nesse contexto, os “ventos e as correntes marítimas eram um obstáculo à comunicação do Norte com o Sul do País” (Ibidem, p. 371). Com esses empecilhos, tornava-se “mais fácil à comunicação do Pará e do Maranhão com Lisboa do que com o Rio de Janeiro” (Ibidem, p. 371).

Um exemplo claro da precariedade no processo de comunicações interprovinciais no Brasil pode ser verificado ainda durante o processo de lutas pela independência, quando Lorde Thomas Cochrane, militar britânico contratado pelo regime Imperial para forçar a

adesão das províncias que se mantinham fiéis ao domínio lusitano, informou que um dos principais problemas estava centrado nas dificuldades de acesso e de informações, pois “não haviam estradas, nem outras facilidades de comunicação com os patriotas do Norte” (COCHRANE, 2003, p. 36). As palavras de Cochrane, apesar de fazerem referência a uma conjuntura conflituosa, caracterizada pela ruptura do Brasil frente a Portugal no início da década de 1820, também podem exemplificar o contexto imediatamente posterior à independência, no qual um Império recém-emancipado passava por enormes dificuldades em manter suas comunicações internas e a difusão de notícias.

Com a transformação da cidade do Rio de Janeiro em capital do Império do Brasil, as notícias a serem publicadas em jornais cariocas, chegavam a partir dos “navios que aportavam o cais da atual Praça XV” (BARBOSA, 2013, p. 44). Naquela época, “podiam vir gazetas que atravessavam o Atlântico ou, o que era também bastante comum, nas cartas escritas (...) que eram enviadas para a Corte” (Ibidem, p. 44). Além dessas possibilidades, havia também, a partir de vários pontos do Império, “uma rede de boatos, conversas entre-ouvidas, informações que ‘ouviam-se dizer’, ‘diziam uns’, ‘falava-se’ e que podiam ser publicadas no jornal” (Ibidem, p. 44). No período de fins da década de 1820, persistiram reclamações de pessoas comuns e até de autoridades, como a pronunciada pelo Ministro da Guerra Bento Barroso Pereira, em sessão da Câmara Imperial no ano de 1828, ao ressaltar a ausência de informações provenientes de “6 províncias (...) embaraço este originado, ou da distância, ou interceptação de comunicações” (BRASIL, Ministério da Guerra, 1828, p. 39).

Ademais, é importante ressaltar que, no Pará, mais especificamente na década de 1830, enquanto “durou a luta armada, na sucessão de choques de extrema violência, a atividade da imprensa quase desapareceu” (SODRÉ, 1999, p. 132) na capital provincial. Nessa conjuntura, as “dificuldades observadas no sul para a circulação de jornais repetiram-se no norte, mas em proporções muito maiores” (Ibidem, p. 132), pois, tanto na capital como interior paraense, as adversidades eram “agravadas por uma série de dificuldades e a imprensa dos rebelados só existiu nos intervalos curtos de uma luta extraordinariamente acirrada” (Ibidem, p. 132).

No caso brasileiro, “desde o início da colonização, o enorme território e a carência de estradas dificultavam as comunicações entre o Governo Central e as Províncias” (BARROS NETO, 2004, p. 22). Assim, mesmo com a criação no Rio de Janeiro da “Administração do Correio Geral (...), estabelecida em Maio de 1798” (BRASIL. Ministério do Império, 1836, p. 15), e sendo “reorganizada por Decreto de 6 de Março de 1829” (Ibidem, p. 15), através de

“hum Regulamento da mesma data (...) aprovado pela Assembleia Geral em Resolução sancionada em 7 de Junho de 1831” (Ibidem, p. 15), o ritmo, digamos “mas lento” de envio e recepção de notícias, caracterizado pelo “estabelecimento de um sistema de comunicações precário, apoiado em embarcações que transportavam correspondência entre localidades litorâneas” (BARROS NETO, 2004, p. 22), só foi modificado de forma substancial a partir da década de 1850, quando a inserção do cabo submarino passou gradativamente a libertar a “informação externa da subordinação dos paquetes” (SODRÉ, 1999, p. 186).

É interessante observar, por meio dessas informações, que as atividades de distribuição de cartas e outros documentos por via marítima no Brasil remontam a era colonial, quando se iniciou, por parte da administração portuguesa, o estabelecimento de uma estrutura mínima visando à circulação de notícias entre os diversos pontos da colônia e a metrópole lusitana. Em relação ao Pará, o Correio Geral “foi criado pelo Alvará de 20 de janeiro de 1796, e provisão do Erário de 5 de março do mesmo ano, para facilidade e segurança da comunicação mercantil, e correspondências amigáveis” (BAENA, 2004, p. 130).

Ademais, a permanência, durante a primeira metade do século XIX, da opção pelo uso de paquetes marítimos regulares movidos à vela, no processo de difusão de cartas e notícias no Império do Brasil, com percursos subdivididos inicialmente em “três secções, uma desta Corte para o Sul, outra para Pernambuco, e a terceira de Pernambuco ao Pará” (BRASIL. Ministério do Império, 1833, p. 20), foi instituída de acordo com as autoridades do Governo Central “para facilitar, acelerar, e segurar a correspondência com todo o litoral do Império, e, além disto, auxiliar a despesa do Estado com o produto dos fretes e estipendio dos passageiros” (BRASIL. Ministério do Império, 1836, p. 16). A adoção dessas prerrogativas transparecia, em parte, uma conjuntura histórica específica que não pode ser explicada apenas pelas restrições tecnológicas da época, mas também resultavam das limitações econômicas de um Estado Monárquico em construção, situado em um espaço territorial continental, com grande parte da população concentrada em áreas litorâneas e economia predominantemente agrícola e escravista.

É um tanto curioso notar, a despeito dessas informações, que os próprios representantes do Governo Central admitiam as limitações, precariedade e lentidão na adoção desse sistema. Em um *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*, publicado em 1834, mas correspondente ao exercício do ano anterior, o Ministro Antônio Pinto Chichorro da Gama expressou a Assembleia Geral Legislativa que os “nossos Paquetes, os quais mal merecem este nome, não satisfazem ás vistas da Administração, nem ás Publicas

necessidades” (BRASIL. Ministério do Império, 1834, p. 25) e complementou que um “País de tão extenso litoral demanda veículos de correspondência mais breve, e mais certa; e isto só poderá conseguir-se por meio de Barcos de Vapor, e por empresa” (Ibidem, p. 25).

Outro indício das dificuldades de comunicação no Império brasileiro durante a conjuntura da Menoridade pode ser observado entre fins de 1834 e início de 1835, quando a administração regencial, por intermédio do Ministro: Antônio Pinto Chichorro da Gama enviou um ofício ao presidente da província do Pará Bernardo Lobo de Souza, objetivando acelerar a entrega de correspondências governamentais, para isso almejava colocar em prática uma “proposta do Administrador do Correio Geral da Corte” (APEP, Caixa 41, Ofício nº 5, 7/03/1835), que visava tornar mais ágil esse sistema. Nesta, os “administradores e agentes dos Correios tanto da Província do Rio de Janeiro, como das outras do Império” (Ibidem), eram autorizados a “empregar na entrega dos ofícios dirigidos as diferentes autoridades, as pessoas que fossem indispensáveis” (Ibidem) para essa atividade.

Corroborando com essas informações, o Ministro José Ignácio Borges expressa, no Relatório de 1836 que, apesar das várias propostas, “nenhuma destas vantagens, rigorosamente falando, se ha verificado” (BRASIL. Ministério do Império, 1836, p. 16), pois em virtude “das muitas escalas que tem a fazer o Pacote, agravadas pelos embaraços das monções” (Ibidem, p. 16), e também pelo escasso “auxilio dos fretes e passageiros” (Ibidem, p. 16), o uso desses barcos como recurso para assegurar a correspondência no Império se tornava a cada dia inviável. Além dessas questões, essa autoridade do Império também admite em sua fala ministerial que “tais Paquetes foram estabelecidos em pequeno numero na sua criação, (...) e que todos estão hoje arruinados e carecidos ou de dispendiosos reparos, ou de serem substituídos por outros que hajam de comprar-se ou construir-se” (Ibidem, p. 16-17).

Ao lado das alusões sobre o conjecturado “sucateamento” e “ineficiência” dos pacotes a vela em uso para a circulação interprovincial de cartas e notícias no Brasil, o Ministro do Império, José Ignácio Borges, também expõe, em sua fala publicada em 1836, que, naquele contexto de conflitos provinciais, o processo circulação de notícias por meio de pacotes tornou-se ainda mais complicado, pois o Governo Central “foi obrigado a armar alguns, e emprega-los no Pará, e Rio Grande de S. Pedro, pela vantagem de navegarem em pouco fundo” (Ibidem, p. 17). Em 1835, o Ministério da Marinha informava através de um relatório, publicado em maio no *Correio Official*, a necessidade do apoio de embarcações provenientes de outras províncias, para compor as forças militares do Governo Central que

lutavam contra os cabanos. Abaixo desses informes, foi inserida uma relação dos barcos que estavam, ou iriam compor a marinha de guerra imperial naquele momento do conflito:

TABELA 1 - RELAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES DA FORÇA NAVAL DESTINADA AO PARÁ EM 1835	
Fragata Campista, e o Pacote Patagônia.	Seguem do Rio de Janeiro.
Corveta Regeneração, e Escuna Rio da Prata.	Seguem da Bahia.
Corveta Defensora, Brinque Cacique, Escunas Bela Maria e Mundurucu, Barca Independência.	Existentes no Pará

Secretaria de Estado em 13 de Abril de 1835. In: *Correio Official*, Ano IV, Nº 96, 01/05/1835. p. 1

Nos anos subsequentes, em virtude das dificuldades financeiras e necessidades militares cada vez mais proeminentes, o Governo Central intensificou a inserção dos paquetes pelas forças militares “legais” que combatiam nas províncias consideradas “rebeldes”. Um importante indício dessa prática foi revelado pelo próprio Ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu,²² que no *Relatório da Repartição de Negócios do Império*, referente ao ano de 1836, mas publicado somente em 1837, admitiu o uso cada vez mais sistemático desse tipo de embarcação na “guerra contra os rebeldes, que se insurgirão nas extremidades do Norte, e Sul do Império” (BRASIL. Ministério do Império, 1837, p. 32), como um ponto crucial que teria motivado “também a falta da precisa regularidade nas (...) viagens” (Ibidem, p. 32) do Correio Imperial. Ainda em relação a esse aspecto, um *Relatório da Repartição dos Negócios da Marinha*, referente ao exercício do ano anterior, mas publicado em 1837, e apresentado a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro Salvador José Maciel, ratifica essas ações, ao destacar que os “acontecimentos do Pará, e do Rio Grande do Sul, obrigarão o Governo a amar maior numero de Embarcações” (BRASIL. Ministério do Império, 1836, p. 8), fato que ocasionou, de acordo com essa autoridade, “um acréscimo proporcional de despesa” (Ibidem, p. 8). Para reforçar esses argumentos, ao final do relatório, foi apresentado um quadro com as embarcações remetidas ao Pará e o poder de artilharia (em canhões) de cada uma delas:

²² Nascido em Lisboa no dia 22 de junho de 1798, filho do tenente coronel Manoel do Espírito Santo Limpo e de Maria da Maternidade de Abreu e Oliveira. Chegou ao Brasil após 1808, depois da mudança da Corte Portuguesa. Formado em Direito pela universidade de Coimbra (1820), exerceu no Império do Brasil diversos cargos de magistratura até o de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, no qual se aposentou. Além dessas atividades, foi deputado pela Província de Minas Gerais em diversas legislaturas, além de presidente provincial. Ao lado dessas atividades, foi eleito senador em 1847; presidindo por muitos anos o senado e assumiu o cargo de ministro em diversos gabinetes desde o de 14 de outubro de 1835. Escreveu diversos relatórios no exercício dos cargos, que ocupou, além de outros trabalhos. Foi agraciado em 1854 com o título nobiliárquico de Visconde de Abaeté, faleceu em 14 de setembro de 1883. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 1, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1883. p. 275

**TABELA 2 - FORÇA NAVAL IMPERIAL DESTINADA AO PARÁ EM 1836 –
RELAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES E DE SEUS ARMAMENTOS**

Nº	Nome da Embarcação	Canhões (bocas de fogo)
1	Fragata Campista	40
2	Corveta Defensora	26
3	Dita Regeneração	28
4	Brigue Cacique	16
5	Dito Constança	16
6	Dito Brasileiro	5
7	Brigue Escuna Dois de Março	5
8	Patacho Januária	12
9	Dito Independência	5
10	Escuna Rio da Prata	10
11	Dita Bela Maria	5
12	Dita Pelotas	5
13	Dita Dezenove de Outubro	2
14	Dita Rio Grandense	3
15	Dita Porto Alegre	5
16	Iate Mundurucu	5

Fonte: BRASIL. Ministério do Império, Ministro Salvador José Maciel. *Proposta e Relatório da Repartição dos Negócios da Marinha Apresentados a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1836, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Salvador José Maciel*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1836. p. 13

A observação e análise do quadro referente aos navios armados enviados à Província do Pará, no contexto da guerra cabana, representa um importante exercício para o entendimento das deficiências encontradas no envio de informações sobre o respectivo acontecimento para a Corte do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, evidencia que os esforços do Governo Central estavam dirigidos muito mais à repressão imposta aos cabanos paraenses, daí a necessidade de armar diversos paquetes e outras embarcações que, propriamente, em facilitar a difusão de notícias sobre o evento. Em segundo, por meio do procedimento de armar e militarizar embarcações antes destinadas a atividades civis, como o transporte de passageiros e envio de correspondências, as autoridades da Regência aumentavam o controle e vigilância sobre esses processos. E por último, na concepção de muitos representantes do Império, antes de qualquer política de favorecimento das linhas de comunicação com as províncias do Norte, era necessário por fim ao controle de Belém e de parte do Pará pelos cabanos.

No caso da imprensa do Rio de Janeiro, a utilização cada vez mais sistemática dos paquetes, em atividades militares nas províncias consideradas “rebeldes” representou um problema considerável, em razão da grande dependência desse tipo de embarcação para a aquisição de notícias sobre eventos como a guerra cabana no Pará. Em virtude dessas

adversidades, a cobertura jornalística realizada pelos periódicos aqui analisados, envolvendo os acontecimentos na província do Norte, passou a ser realizada através de outras “ações”, como será discutido mais especificamente nas páginas a seguir.

Além disso, a fundação em Londres, no ano de 1837, “com um capital de 100 mil libras” (MOLINA, 2015, p. 372), da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor para o Brasil, que passou a prestar serviços de cabotagem, realizando o “percurso do Rio ao Pará em 22 dias, com escalas em Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão”, não trouxe grandes melhorias na difusão de notícias e edições de periódicos pelas diversas províncias do Império no contexto da Menoridade, a qual continuou representando uma atividade caracterizada pela lentidão, precariedade e pelos perigos.

Ademais, em virtude dos problemas estruturais, necessidades militares e falhas de comunicação, que afligiam, na primeira metade do século XIX, a distribuição de notícias em um Império de grandes proporções territoriais como o do Brasil, eram comuns, em algumas situações, a publicação de informações contraditórias, superadas ou equivocadas em relação as mais diversas situações ou determinações oficiais. Um interessante exemplo das dificuldades na difusão de notícias no Império brasileiro esteve relacionado à Presidência do Pará no início de 1835, como pode ser verificado no fragmento a seguir:

Bernardo Lobo de Souza, Presidente da Província do Grão-Pará. A Regência, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, vos envia muito saudar. Tendo sido nomeado Antônio Joaquim de Moura, para substituir-vos na Presidência dessa Província, de cujo Cargo se vos há por desonerado: vós lhe fareis entrega da administração da mesma Província, depois que tenha prestado juramento nos termos da Carta de lei de três de Outubro do ano passado, e lhe subministrareis as informações que forem necessárias á boa direção e andamento dos negócios públicos. O que assim vos participa para vossa inteligência e execução. Escrita no Palácio do Rio de Janeiro em vinte de Março de mil oitocentos e trinta e cinco, decimo quarto da Independência, e do Império. – Francisco de Lima e Silva. – João Bráulio Moniz. – Joaquim Vieira da Silva e Souza. – Para Bernardo Lobo de Souza (*Correio Oficial*, nº 69, 28/03/1835. p. 1).

Esse documento, publicado no jornal *Correio Oficial*, em 28 de março de 1835, representa um indício revelador de como a lentidão e a irregularidade no processo de difusão de notícias no Brasil, durante a primeira metade do século XIX, representava um problema sério, gerador de equívocos significativos, até na alta administração do Império. Nele, o

presidente provincial Bernardo Lobo de Souza,²³ que havia sido morto pelos cabanos em 7 de Janeiro de 1835, portanto quase três meses antes da nota publicada, é supostamente informado de sua substituição na administração do Pará, em virtude de uma Carta de Lei de três de outubro de 1834, que regularizava a nomeação de um novo presidente chamado Antônio Joaquim de Moura, que iria sucedê-lo no governo da respectiva província.

Mais que um exemplo dos problemas ocasionados pelas limitações na circulação de informações por parte imprensa brasileira na época, a publicação dessa carta imperial, nas páginas de um jornal como o *Correio Oficial*, que tinha entre suas incumbências a responsabilidade de apresentar legitimamente possíveis alterações nos quadros de funcionários nomeados para o Governo Central ou nas demais províncias, demonstra que os problemas de comunicação e difusão de notícias poderiam ocasionar atrasos ou equívocos significativos, que contribuíam para desmoralizar a autoridade do poder Imperial frente às populações das demais regiões do país. Nesse sentido, embora não seja possível saber as atitudes dos representantes do Governo Central ao constatarem o equívoco, ou mesmo, como o líder cabano Francisco Vinagre, que já administrava a província do Pará em março de 1835, reagiu, caso tenha tido algum contato com esse documento, ele representa um exemplo substancial da enorme lentidão e deficiências na difusão de notícias no Império.

É interessante observar que, naquele mesmo ano, esses entraves parecem ter favorecido, por parte dos representantes do Governo Central, a adoção de medidas que visavam agilizar a difusão de notícias oficiais no Brasil. Nesse sentido, o até então uso quase que exclusivo dos Paquetes regulares, como meios de difusão de notícias entre as administrações provinciais e o Governo Central do Rio de Janeiro, deixou de se constituir em exigência da autoridade Imperial a partir da segunda metade década de 1830, mais especificamente através da aprovação da Lei Nº 186, de 23 de julho de 1835, responsável por

²³ Bernardo Lobo de Souza foi nomeado presidente da Província do Pará no ano de 1833, tomando posse em 3 de dezembro do mesmo ano, um dia após sua chegada na capital Belém por intermédio da Corveta de guerra *Bertioga*. Antes de assumir o poder no Grão-Pará, atuou como Deputado à Assembleia Geral Legislativa e governou as Províncias do Rio de Janeiro, Goiás e Paraíba. No Pará, desde o momento em que assumiu o poder, enfrentou sérios problemas com a oposição liderada pelo Cônego Batista Campos, agravada por questões como a da Maçonaria; os “ataques” do periódico: *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*, organizado por Campos, e que tinha em sua redação o panfletário Lavour Papagaio; além das expedições enviadas ao rio Acará e o incêndio da fazenda de José Malcher. Lobo de Souza foi assassinado em 7 de janeiro de 1835, quando os cabanos conquistaram Belém. Para maiores informações ver: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª Ed. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984. ROCQUE, Carlos. *Grande enciclopédia da Amazônia*. Vol. IV., Belém: Amazônia Editora LTDA, 1968. p. 1009-1010.

propiciar maior liberdade no envio de informações e documentos governamentais que, por meio dessa resolução, poderiam ser remetidos em embarcações comerciais e estrangeiras:

Tendo muitas vezes acontecido chegarem das Províncias a esta Corte notícias, aliás, de grande monta, comunicadas em cartas particulares, antes que o Governo receba das mesmas, participação oficial; o que talvez é devido a só quererem remetê-las por paquetes, desprezando a oportunidade de outras embarcações do Comércio, e ainda estrangeiras que os precedem na viagem: cumpre que V. Ex., sempre que houver de sair desse porto para o desta capital algum navio, remeta por ele não só os ofícios que lhe seja mister dirigir a esta Secretaria de Estado, mas também qualquer comunicação interessante ao Governo Central, podendo por cautela enviar segundas vias, logo que se proporcione ocasião. (...) Igual aos presidentes das outras Províncias (BRASIL, Ministério da Marinha, Lei nº 186, 23/07/1835, p. 148).

Não é difícil constatar que os argumentos contidos nessa Lei visavam em primeiro lugar, acelerar o processo de difusão de notícias em um Império que sofria cronicamente, com o problema da circulação de informações e, em segundo, desburocratizar o envio de documentos oficiais, antes geralmente restrito aos paquetes de linha regular. Contudo, se for considerado o momento no qual essa norma foi fixada, caracterizado por diversos conflitos provinciais, no qual um Governo Central em crise, que sofria a todo o momento com problemas de comunicação, almejava a todo custo impor seu domínio sobre grupos considerados “rebelados”, a liberação da expedição de notícias, através de embarcações comerciais e até estrangeiras, representa um interessante ponto de ruptura e o indício da necessidade cada vez maior de tornar a circulação de informações mais ágil.

Outro aspecto que também deve ser ressaltado nessa mensagem, inicialmente encaminhada para o presidente da província da Bahia, mas depois dirigida aos demais administradores provinciais, consistia na própria postura das autoridades do Governo Central em assumir publicamente as limitações e lentidão na transmissão de notícias entre os diversos pontos do Império, ao expressarem no texto da Lei que, em diversas situações, tem ocorrido de “chegarem das Províncias a esta Corte notícias, aliás, de grande monta, comunicadas em cartas particulares, antes que o Governo receba das mesmas, participação oficial”. Esses argumentos apenas ratificam a existência de uma possível insatisfação de parte dos integrantes do governo do Rio de Janeiro com a ocorrência de silêncios ou equívocos, como o analisado no fragmento anterior, correspondente à substituição de Bernardo Lobo de Souza por outra autoridade na administração do Pará, aproximadamente três meses depois da morte do respectivo presidente provincial.

Por outro lado, no mesmo ano em que essa Lei foi sancionada, o Governo Central fez um acordo com a firma inglesa de “J. Tarrand Thomas, que mediante as condições estipuladas se encarrega por tempo de quinze anos da correspondência com as Províncias que nos ficam ao Norte deixando, porém de compreender as que nos ficam ao Sul” (BRASIL. Ministério do Império, 1836, p. 17). A urgência em sancionar esse contrato com uma firma britânica e a própria aprovação da Lei nº 186, ações realizadas no ano de 1835, se constituem em importantes indícios de como as dificuldades na circulação de cartas, documentos, notícias e pessoas no Brasil, passou a representar um problema cada vez mais urgente a ser solucionado pelas autoridades.

É interessante observar que os sentimentos de insatisfação com a irregularidade na aquisição e envio de notícias no Império do Brasil pareciam apresentar um caráter geral nas diversas instâncias sociais e políticas nacionais. Nesse sentido, entre os próprios responsáveis pelos periódicos aqui analisados, também subsistiam comportamentos de desagrado e desejos de mudança no processo de circulação de informações interprovinciais. Um exemplo relevante da existência de críticas ao quadro de limitações na difusão de informações no país, durante a primeira metade do século XIX, pode ser verificado a seguir, em uma nota publicada em 1836 no jornal *Correio Oficial*:

He para lastimar-se que quando os Governos ainda em seu começo, como por exemplo, o da Grécia, se aplicam a facilitar as suas comunicações por Barcos de Vapor, bem convencidos das grandes vantagens que disso resulta ao seu comércio a publica Administração, nada possa a tal respeito fazer o Governo do Brasil, persistindo para com as Províncias marítimas em tão prolongada ignorância dos sucessos ocorrentes, mais parecem elas pertencer a diverso hemisfério do que ao grande corpo do Império Brasílico, onde são partes mui interessantes. Se a Proposta apresentada às Câmaras Legislativas, ha dois anos, sobre um sistema de Correios de vapor, não tivesse sido embaraçada quase acintosamente, hoje não estaríamos sofrendo por tantos meses falta de notícias do Pará, e de outros pontos do nosso vasto litoral, que parecem abandonados á sua sorte (*Correio Offícial*, nº 10, 14/01/1836. p. 3).

Por meio da leitura dessa passagem, é possível perceber uma série de elementos que ocasionavam desagrado nos responsáveis pelo periódico *Correio Oficial* e, possivelmente, nas redações de outros jornais do Rio de Janeiro e das demais províncias brasileiras, em relação à recepção de notícias sobre os acontecimentos no Pará. Em primeiro lugar, é possível verificar que, já no contexto da menoridade, havia a existência de certa contrariedade com o “atraso” e “lentidão” na circulação de informações no Brasil, em comparação com outros países, como no caso da Grécia, que na época já passava pela implantação de um sistema de comunicações

realizado por navios a vapor. Em segundo, de acordo com o respectivo articulista, os problemas na difusão de notícias e o embargo parlamentar na aprovação de um sistema de Correios a vapor dificultaram o próprio desenvolvimento econômico e político de um Império com proporções continentais como o brasileiro. E por último, todos esses problemas acabavam por conduzir a um quadro de ausência de notícias sobre os acontecimentos da guerra cabana deflagrada no Pará.

É possível também verificar implicitamente nesse fragmento as preocupações do articulista do *Correio Oficial* com as deficiências de comunicação interprovincial em um período de constituição do Estado brasileiro e de profundas crises políticas e sociais, no qual o Governo Central enfrentava dificuldades em assegurar, nas diversas regiões, o “monopólio da violência (...) e controlar as pessoas e seus corpos” (GOULEMOT In: CHARTIER, 2009, p. 359). Examinando atentamente esses argumentos, é possível conjecturar que, na opinião de alguns integrantes da imprensa, havia uma clara interação entre as dificuldades de difusão de notícias e a própria consolidação política e territorial do regime imperial no Brasil.

Essas críticas, publicadas no jornal *Correio Oficial*, direcionadas a questão das dificuldades de circulação de informações no Brasil durante o contexto da Menoridade, aprofundam-se ao tratarem mais especificamente do envio de notícias sobre os conflitos deflagrados no Pará. Na presente nota, um dos temas mais polemizados trata da lentidão na difusão de informações:

Resulta de tão vagarosíssima correspondência, que quando as noticias Provinciais, sobre negócios de importância chegam ao conhecimento do Governo Central, já nelas os sucessos tem tomado diferente aspecto, e novas circunstancias fazem necessárias novas determinações, agravando-se os males pela demora destas. Por mais que se adoptem as providencias reclamadas ás ocorrências que se participam, sempre elas se tornam improficuas, porque são fora de tempo e desviadas pela delonga dos objetos a que se destinavam. Teriam os infelizes Paraenses sofrido tanto, e ter-se-ia a nossa comprometida expedição visto em tantos apertos se os seus desastres nos fossem comunicados com toda a possível celeridade, que só por Barcos de Vapor se pode conseguir? (...) Se a economia entra nos cálculos dos que se negão a autorizar o Governo para o estabelecimento desses Correios, lembraremos as despesas enormes que estão fazendo por falta deles, pois que as providencias retardadas, além de mais custosas, são quase sempre infrutíferas; o Pará oferece bastante matéria para prova deste acerto (...) agora que se vê na necessidade de acudir a um ponto tão interessante do Brasil, ameaçado por falta de forças proporcionadas, e de comunicações oportunas (*Correio Oficial*, nº 10, 14/01/1836. p. 3).

Esta passagem ajuda a revelar que a ausência de notícias sobre a guerra cabana se constituía em uma temática de relevância na discussão entre os articulistas de alguns órgãos de imprensa brasileiros como o jornal *Correio Oficial*. Nesse sentido, é possível detectar na presente mensagem uma interessante tentativa de aproximação entre a lentidão no envio de informações para o Governo Central e o agravamento dos problemas na Província do Pará. Ainda de acordo com os autores dessa nota, os mesmos poderiam ser evitados, caso as dificuldades de comunicação fossem minoradas.

Além desses pontos, é curioso constatar que, de acordo com o articulista do jornal *Correio Oficial*, as dificuldades econômicas que o Governo Central passava em relação ao conflito deflagrado na Província do Pará e dos embates em outras regiões, poderiam ser amenizadas caso os representantes do governo do Rio de Janeiro tivessem tomado providências anteriores no sentido de melhorar o sistema de comunicações no Brasil. Diante desses argumentos, os altos custos envolvidos na guerra contra os cabanos seriam suavizados se o Império conseguisse receber e enviar notícias de maneira mais rápida e eficiente, evitando diversos desencontros e os altos valores dispensados no acesso ou envio das informações.

Além desses pontos, os problemas da imprensa carioca em veicular, notícias sobre a guerra cabana também podem ser pensados como uma complicada “batalha”, caracterizada por incertezas, longos períodos de espera e inconstâncias no fluxo de embarcações portando informações. Nessa conjuntura, em que a cidade de Belém havia sido conquistada pelas tropas intitadas “rebeldes” e na qual, como já foi ressaltado, a imprensa deixou de existir, em vários momentos no solo paraense, restava aos responsáveis pelos periódicos *Correio Oficial* e *O Sete d’ Abril* encontrar alternativas para suprir as lacunas e lapsos sobre os acontecimentos no Pará.

Ao lado dos obstáculos no processo de difusão e apropriação de notícias por parte dos diversos jornais, é importante ressaltar que o “mundo do início do século XIX vivia imerso em outra temporalidade” (BARBOSA, 2013, p. 48). Naquela conjuntura, o “tempo estendido de viagens que duravam meses, de guerras que duravam décadas, de domínios que subjogavam por séculos” (Ibidem, p. 48), ajudou a estabelecer “uma arquitetura temporal de meses e anos submetidos a uma cadência de dias que se sucediam muito mais pelas marcações do tempo da natureza, ao mesmo tempo cíclico e linear orientado” (Ibidem, p. 48). Assim, distanciando-se de qualquer posicionamento anacrônico em relação à velocidade na difusão das notícias durante a guerra cabana, é importante ressaltar que a “rapidez do século XIX não

é evidentemente a mesma do século XX ou XXI. O rápido, o veloz, o que corria e andava a passos largos podia representar no tempo calendário um, dois, três ou até quatro meses” (Ibidem, p. 48).

Ademais, se a perspectiva de obtenção de informações sobre a guerra cabana no Pará, a partir de embarcações brasileiras, se constituiu em um dos pontos mais complexos a serem enfrentados pelos articulistas e demais responsáveis pelos periódicos aqui analisados, subsistiram algumas “alternativas” na aquisição de notícias sobre o respectivo conflito. Nesse sentido, uma das principais opções para suplantar a ausência de informações sobre o processo de lutas, centrou-se no acesso à periódicos de outros países, obtidos através de embarcações estrangeiras ou nacionais que traziam frequentemente jornais originários da Europa e dos EUA, com diversas, e muitas vezes inéditas informações sobre os eventos desencadeados no Pará.

2.2 – Leituras de um conflito no exterior: a Cabanagem em jornais estrangeiros

Longe de se constituir em um acontecimento restrito aos limites do Império do Brasil, a guerra cabana ultrapassou fronteiras, tanto as físicas, ao apresentar repercussões e embates em nações limítrofes ao Grão-Pará, a exemplo da criação pelos franceses, sob a justificativa de salvaguardar as propriedades dos seus súditos durante a Cabanagem, de um “Posto militar na margem direita do Oyapock” (BRASIL. Ministério do Império, 1836, p. 11); contra os “efeitos das comoções, que então agitavam a Província do Pará” (BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1838, p. 7), como também no processo de transmissão de notícias, na época dominada por alguns Impérios da Europa.

Mas de que maneira isso ocorreu? Como esse conflito se constituiu em evento noticiado em periódicos pertencentes a várias nações do Ocidente, a exemplo da França, Inglaterra e Estados Unidos? A presença desses informes, originados a partir de questões e fontes diversas, sobretudo pela passagem ou permanência em solo paraense, durante os anos de conflito (1835-1840), de autoridades, tripulações de navios estrangeiros e refugiados, além do envio de correspondências e outros documentos para governos estrangeiros, acabou favorecendo a publicação de notas, editoriais e cartas relativas à guerra cabana em jornais internacionais.²⁴

²⁴ Durante vários momentos da guerra cabana no Pará, estrangeiros de diversas nacionalidades e motivados por interesses distintos, como franceses, ingleses e portugueses, tiveram participação ativa nos acontecimentos.

É importante ressaltar que, ao lado da conexão com a imprensa de outros países, perceptível na circulação de uma rede de informações, na qual “notícias das gazetas de Lisboa e de Madrid, do *Times* de Londres, do *Courrier* ou do *Journal de Paris*, dos jornais da Áustria, da Saxônia e de terras ainda mais distantes” (BARBOSA, 2010, p. 22-23) chegavam com frequência, “raras vezes foi tão grande a influência do elemento estrangeiro na imprensa brasileira” (MOLINA, 2015, p. 183), pois na conjuntura das décadas de 1820 e 1830, ao lado dos vários jornais “escritos por estrangeiros” (Ibidem, p. 183), a exemplo do “*Correio do Rio de Janeiro* de João Soares Lisboa, *A Malagueta* de Luís Augusto May, o *Diário do Rio de Janeiro* de Zeferino Vito de Meirelles, todos nascidos em Portugal” (Ibidem, p. 183), além da “*Sentinella da Praia Grande*, de Joseph Stephano Grondona, italiano da Sardenha” (Ibidem, p. 183), a “maior contribuição talvez tenha vindo dos franceses, que montaram tipografias e abriram livrarias” (Ibidem, p. 183).

Embora já bastante conhecida e importante, a influência de redatores e articulistas de origem estrangeira na imprensa brasileira do século XIX não se instituirá em tema a ser abordado nessa parte do capítulo, que se caracterizará exclusivamente em analisar a publicação de notícias sobre a guerra cabana, provenientes de gazetas do exterior, nos jornais cariocas especificados, tema que contribui para aprofundar as reflexões e discussões sobre a circulação e aquisição de informações direcionadas ao respectivo conflito.

Por outro lado, a utilização de informes sobre a Cabanagem, publicados em jornais estrangeiros, no que pese não se constituir em nenhuma novidade, já que as assinaturas, permuta de exemplares e as transcrições de notícias provenientes de gazetas do exterior representavam práticas corriqueiras desde o surgimento da imprensa no Brasil no princípio do século XIX, apresenta algumas peculiaridades a serem investigadas nesse tópico. Em primeiro lugar, é preciso averiguar se essas ações foram favorecidas pela existência de uma rede periódica de comunicação via oceânica, envolvendo o contato do Grão-Pará com portos de

Naquela conjuntura, autoridades, militares, comerciantes e viajantes, particularmente de origem europeia, que residiam ou estavam de passagem pela Província do Pará, testemunharam ou envolveram-se diretamente nos conflitos em Belém ou no interior. Nesse período, destacam-se alguns eventos, como os relatados pelo comandante da Corveta portuguesa Elisa, que socorreu muitos estrangeiros e brasileiros durante os conflitos no início de 1835 (APEP. Códice manuscrito nº 521, Ofício nº 85, de 22/06/1835), a crise ocasionada com a marinha francesa, que ameaçou bombardear a capital paraense, a crise do navio *Clio* em Salinas aliada a possibilidade de acordo e anexação da província pelos ingleses, e a presença de forças navais lusitanas, que ao lado de britânicos e franceses, também permaneceram, em várias situações, ancorados na baía de Guajará, sob o argumento de proteção de seus súditos. Para maiores detalhes sobre o assunto, ver: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª Ed. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. Arthur Cezar Ferreira Reis, *A Amazônia e a conquista internacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970; David Cleary, *Cabanagem – documentos ingleses*. Belém, Arquivo Público do Pará/ SECULT, 2002.

diversas regiões da América e da Europa, ou se esses informes eram adquiridos de forma esporádica. Em segundo, é necessário confirmar se havia entre os revisores e redatores de gazetas nacionais a prática de um “crivo”, “revisão” ou “seleção” dos textos originários de jornais estrangeiros, a serem publicados nos jornais do Rio de Janeiro ou de outras regiões do Império. E por último, o fato de muitas dessas informações sobre a guerra no Pará chegarem, em várias ocasiões, mais rápido e até mesmo com certa exclusividade em páginas de periódicos do exterior, que propriamente na imprensa nacional, poder representar um indício ratificador das deficiências ou limitações presentes na difusão de notícias por parte da imprensa nacional discutidas no tópico anterior.

Sinal proeminente do uso de embarcações diversas, por parte dos órgãos de imprensa aqui analisados, no sentido de aquisição de notícias sobre a guerra cabana em Belém, pode ser verificado nas referências a chegada de navios portando informes sobre a respectiva província, como atesta um articulista do jornal *O Correio Oficial*, ao expressar no princípio de uma nota, que através de “uma Embarcação mercante chegada ontem (17) a este Porto, recebemos do Pará notícias favoráveis á causa da Legalidade, que nos apressamos a publicar” (*Correio Oficial*, nº 102, 07/05/1836. p. 3). Mas, para além do uso de embarcações nacionais de porte e características diversas, cabe também destacar a importante participação de navios e, por conseguinte, de periódicos estrangeiros na circulação de informações sobre a guerra cabana.

Nesse sentido, o acesso contínuo à Belém de navios pertencentes a diferentes regiões do planeta não foi interrompido durante o contexto de lutas da Cabanagem na província. Naquela conjuntura, apesar dos bloqueios e embates militares, muitas embarcações estrangeiras, particularmente de origem europeia, em virtude de razões diversas, como atividades comerciais, resgate de seus conterrâneos ou questões de ordem política e diplomática, acabaram por aportar na capital paraense, favorecendo (de forma voluntária ou não) o envio de informações sobre o conflito para outras partes do mundo. Essas notícias, muitas vezes inéditas aos leitores brasileiros, passaram a ser sistematicamente publicadas em jornais pertencentes a vários países, sendo exibidas somente algum tempo depois em órgãos de imprensa nacionais, como atesta o fragmento a seguir, editado originalmente em um periódico francês:

As notícias do Pará chegam até 30 de maio em França, e d'ali referem os Jornais que a 12 e 13 deste mês tinha havido um combate entre tropas de terra e a divisão Brasileira, que tinha sido obrigada a retirar-se para fora do alcance das Fortalezas. A Fragata Imperatriz, sobretudo, teve grande avaria. A Escuna de Guerra Francesa Bearnaise, comandada por M. Penaud, Capitão de Fragata, ancorada muito perto de terra, tem podido salvar um grande numero de fugitivos, que se lançavam a nado para não serem assassinados; e os escaleres os iam recolher até debaixo do fogo. Estes infelizes, a maior parte, feridos, tem sido recebidos a bordo, e tratados com toda a humanidade possível pelo Comandante Penaud, seu Cirurgião, seus Officiais, e toda a tripulação. (...) A 27 o Cuirassier e o Assas chegarão de Brest, e exigindo, com efeito, uma satisfação pelos ultrajes feitos ao Consul e ao Pavilhão Francês nos dias 2 e 3 de Fevereiro. Esta satisfação consistia em arvorar a Bandeira Francesa sobre o Forte principal, e salva-la com 24 tiros de peça, e dar uma satisfação verbal ao Consul, o que depois de 24 horas de reflexão foi acordado; mais ainda depois de duas horas o Presidente de facto mandou pedir ao Consul hum Pavilhão Francês para o arvorar sobre o Forte principal ao lado do Brasileiro e cumprir assim suas promessas. (*Corrier Français*). (*Correio Official*, nº 143, 17/12/1835. p. 3).

Essa nota, transcrita do jornal de Paris intitulado *Corrier Français*, e caracterizada por descrever alguns eventos deflagrados no Pará em 1835, constitui-se em um interessante exemplo de como as notícias sobre a guerra cabana ganharam certa relevância em periódicos de várias partes do mundo durante a conjuntura de embates na província do Norte. Ao lado desse ponto, as próprias descrições que alguns periódicos estrangeiros passaram a apresentar sobre o conflito também transpareciam a atenção e importância destinada ao tema.

Subdividida em dois momentos, a nota apresenta, em sua primeira parte, a exposição dos embates deflagrados no dia 12 de maio de 1835, quando uma tentativa de invasão e reconquista de Belém, por parte das tropas do Governo Central, sob comando do Capitão Pedro da Cunha, acabou sendo evitada pelas forças cabanas lideradas pelos irmãos Vinagre e Eduardo Angelim²⁵ e, em um segundo momento, são expostos eventos anteriores, mais

²⁵ Eduardo Francisco Nogueira Angelim nasceu em 6 de julho de 1814 em Aracati, Ceará, filho de Pedro Drummond Nogueira, que em razão das constantes secas em sua região de origem, migrou com a família para a Província do Pará em 1827. Iniciou os estudos na Cidade do Pará, mas em pouco tempo foi trabalhar na lavoura como arrendatário nas terras de Félix Clemente Malcher. Após entrar em contato com as ideias políticas e sociais do Cônego Batista Campos, Angelim tornou-se um de seus amigos e defensores, passando a fazer oposição sistemática ao governo de Lobo de Souza. Com o ataque e incêndio a fazenda de Malcher, por parte das tropas provinciais, Eduardo Angelim conseguiu fugir transformando-se em uma das principais lideranças do movimento cabano. Em janeiro de 1835, com a conquista de Belém e morte de Lobo de Souza, Angelim passa a ter papel proeminente ao lado de Malcher, primeiro presidente escolhido pelos cabanos. Em junho de 1835, com a chegada do Marechal Manoel Jorge Rodrigues presidente nomeado pela Regência para assumir a administração do Pará, Angelim e Antônio Vinagre se opuseram a decisão de Francisco Vinagre (2º presidente cabano), em entregar a capital provincial sem anistia aos participantes do movimento. Contudo, pouco tempo após Manoel Jorge Rodrigues assumir o poder em Belém, os cabanos, liderados por Eduardo Angelim e Antônio Vinagre voltaram a atacar e conquistar a capital provincial em agosto de 1835. Com a morte de Antônio Vinagre nos combates, Angelim, com apenas 21 anos, assumiu o poder na capital, transformando-se no 3º presidente cabano. Dez meses depois, com a chegada de uma força militar considerável, enviada pelo Governo Central sob

especificamente de março de 1835, quando dois navios de guerra da marinha francesa que haviam fundeado no “ancoradouro da capital, (...) vinham pedir satisfação ao governo pelo cerco e busca que Malcher mandara proceder na casa do vice-cônsul da França” (RAIOL, 1884, p. 39), exigindo que “sem perda de tempo seja arvorado o pavilhão francês no mastro da principal fortaleza” (Ibidem, p. 40), da capital da Província do Pará, situação que ocasionou sérios problemas ao líder Francisco Vinagre,²⁶ que havia sucedido Félix Malcher²⁷ na administração da cidade de Belém e de parte do Pará.

o comando do Marechal José Soares Andréa, os cabanos tiveram que abandonar a cidade de Belém, iniciando-se a partir desse momento, uma intensa repressão aos integrantes do movimento político-social. Após o fim da Cabanagem, Eduardo Angelim foi remetido ao Rio de Janeiro, e posteriormente preso, só retornando ao Pará no início da década de 1850. Ele faleceu em 1882, em sua fazenda na região do Acará. Para maiores informações ver: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª Ed. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopeia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984. ENGEL, Magali Gouveia Engel. Eduardo Angelim. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 222-223

²⁶ Francisco Pedro Vinagre nasceu em Belém, em 1793, sendo integrante de uma família de pequenos proprietários de terras na região do Acará. Ele e seus quatro irmãos, aliam-se ao grupo político liderado por Batista Campos e Félix Clemente Malcher, fazendo intensa oposição ao governo de Lobo de Souza. Em janeiro de 1835, logo após a conquista de Belém pelos cabanos, Francisco Vinagre foi nomeado para o posto de Comandante das Armas do governo de Malcher. Contudo, a aliança entre Francisco Vinagre e Malcher não durou muito tempo, iniciando em fevereiro, um conflito interno entre essas lideranças e suas tropas, que terminou com a morte de Malcher e a ascensão de Francisco Vinagre ao cargo de Presidente Provincial. Em junho de 1835, com a chegada do Marechal Manoel Jorge Rodrigues, novo presidente nomeado pela Regência para administrar o Pará, Francisco Vinagre optou por negociar e entregar o comando da cidade a contragosto de várias outras lideranças cabanas com Eduardo Angelim e Antônio Vinagre. Pouco tempo depois de entregar o controle da capital paraense ao Marechal Manoel Jorge Rodrigues, Francisco Vinagre foi preso, sendo enviado posteriormente ao Rio de Janeiro. Só retornou ao Pará na década de 1850. Faleceu em Belém no ano de 1873. Para maiores informações ver: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª Ed. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopeia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984. ENGEL, Magali Gouveia Engel. Francisco Pedro Vinagre. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 296

²⁷ Félix Clemente Malcher nasceu no ano de 1782 em Monte Alegre (Pará). Seus pais, agricultores abastados na localidade, chamavam-se Antônio José Malcher e dona Anastacia Josepha Mathildes de Souza. Na década de 1820, participou ativamente do processo de Adesão a Independência da Província, como membro da Junta Provisória do Governo-Geral, e depois como Porta-bandeira de milícias, tomando parte nas agitações deflagradas nos anos subsequentes. Em 1833, após a nomeação de Lobo de Souza para o cargo de Presidente Provincial, Malcher passou a apoiar os grupos de oposição ao novo presidente, articulando-se com Batista Campos. Após o envio de uma expedição ordenada por Lobo de Souza, que ocasionou o ataque e incêndio a sua fazenda em fins de 1834, Félix Malcher foi preso e enviado para o forte da Barra. Com a conquista de Belém pelos cabanos e morte de Lobo de Souza, em 7 de janeiro de 1835, Félix Malcher foi libertado e nomeado Presidente da Província. Poucas semanas após ser empossado como presidente por parte dos cabanos, Malcher entrou em desentendimento com o Comandante das Armas Francisco Vinagre, a disputa entre os dois pelo poder ocasionou um confronto interno no movimento em fevereiro de 1835, responsável pela morte de Malcher após ser baleado pelo cabano Quintiliano Barbosa. Para maiores informações ver: RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª Ed. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984. ENGEL, Magali Gouveia Engel. Félix Malcher. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 271-272

Ademais, ao lado da perspectiva de expor as limitações da imprensa brasileira, em sua constante dependência de informes obtidos a partir de jornais estrangeiros, um dos pontos mais curiosos e instigantes na presente nota, originada nas páginas do periódico francês *Corrier Français* em 1835, consiste no fato de parte de seu conteúdo contradizer, algumas décadas depois, os argumentos de um dos principais representantes da historiografia brasileira sobre o tema: Domingos Antônio Raiol, na obra *Motins Políticos*. Nesse sentido, enquanto que na versão publicada no periódico de Paris em 1835, e reeditada no mesmo ano nas páginas do *Correio Oficial*, o presidente Francisco Vinagre cedeu às exigências francesas, mandando “pedir ao Consul um Pavilhão Francês para arvorar sobre o Forte principal ao lado do Brasileiro e cumprir assim suas promessas”. Na narrativa do Barão de Guajará, publicada em fins do Segundo Reinado, o comandante da força naval francesa acabou aceitando os argumentos de Vinagre, responsabilizando o presidente deposto e assassinado Félix Malcher pelo ato de desagravo e isentando o “povo paraense e o novo governo (...) de culpa” (Ibidem, p. 42-43) e retirando-se da baía do Guajará sem o cumprimento das exigências.

A presença dessas divergências entre a nota jornalística francesa, quase contemporânea aos eventos no Pará, e a visão historiográfica, originária de uma obra publicada várias décadas depois, já em fins do Segundo Reinado, denota diversas suposições. Em primeiro lugar, que a existência de limitações e lacunas na obtenção de informações sobre a guerra cabana, no momento contemporâneo ao conflito, pode ter favorecido a possível existência de inexatidões nos informes publicados em órgãos de imprensa, como o respectivo jornal francês. Em segundo, pela possibilidade da nota publicada em um periódico francês, envolvendo informes relativos ao envolvimento de autoridades e da marinha daquela nação na guerra cabana, ter sofrido, antes ou depois de sua chegada à Europa, alguma alteração em seu conteúdo, com o propósito de atender a determinados interesses institucionais e políticos daquele país na época. Em terceiro, pela perspectiva das autoridades francesas, de fato terem obtido êxito em suas exigências relacionadas aos líderes cabanos, e o Barão de Guajará ter exposto, em seu livro publicado no ano de 1884, uma leitura distorcida dos respectivos eventos. E por último, pela possibilidade de Domingos Antônio Raiol ter obtido, várias décadas depois, documentos e depoimentos orais que colocavam em xeque a versão publicada no periódico francês.

Polêmicas a parte, através da mesma nota publicada no periódico francês somente 7 meses após os acontecimentos deflagrados em Belém, mas curiosamente transcrita em tom de novidade ou exclusividade nas páginas do *Correio Oficial*, é factível evidenciar a grande

escassez ou limitações na obtenção de informes sobre os acontecimentos no Pará em periódicos brasileiros, que necessitavam rotineiramente recorrer à informações sobre uma guerra cabana em gazetas estrangeiras. Ao lado desses pontos, também responsáveis por demonstrar a distância temporal, entre o contexto de chegada dos informes em solo francês e a difusão das notícias em periódicos brasileiros, só concretizada em dezembro de 1835, também é possível constatar como a guerra deflagrada em Belém foi descrita a partir de lógicas, sentimentos e olhares de articulistas e redatores pertencentes à imprensa de outros países.

Embora publicada originalmente a milhares de quilômetros do Brasil e, possivelmente, através de interesses distintos em relação ao Império Brasileiro, a presente notícia também se caracteriza por apresentar os eventos da guerra no Pará a partir de uma leitura depreciativa em relação às ações dos cabanos, expostos como portadores de comportamentos violentos e de práticas de banditismo.²⁸ A representação dos cabanos através dessa lógica estereotipada, na nota publicada nas páginas do jornal francês, também indica claramente, que na visão exibida pelo periódico, as ações das autoridades daquele país em relação à guerra desencadeada no Norte do Brasil eram consideradas adequadas ou necessárias. Ao lado dessas questões, os interesses políticos franceses também ganham relevância na respectiva nota, como é possível verificar nas referências às supostas indisposições diplomáticas entre cabanos e de autoridades daquele país.

É importante observar que praticamente na mesma conjuntura em que essa “nota” francesa sobre os conflitos deflagrados em maio de 1835 na cidade de Belém era publicada em solo estrangeiro, periódicos de outros continentes também repercutiam os acontecimentos da Cabanagem em suas páginas. Um exemplo dessa situação pode ser verificado no fragmento exposto a seguir, publicado no periódico londrino *Times*:

²⁸ Segundo Jean-Claude Schmitt, a história se constituiu durante muito tempo como uma área de pesquisa e conhecimento valorizadora do domínio político e institucional, legitimadora das tradições e valores daqueles que se encontravam no topo da pirâmide social, vinculada ao poder monárquico ou burguês, pouco se importando os grupos sociais considerados “perigosos”, que se encontravam excluídos do centro dominante. Ao longo do século XIX, conjuntura caracterizada pela consolidação da história como disciplina acadêmica na Europa, do desenvolvimento de grandes linhas interpretativas e narrativas do pensamento ocidental, como o Romantismo, o Marxismo e o Positivismo. Alguns estudiosos debruçaram-se sobre os vagabundos e criminosos do passado, a partir de uma dupla inspiração, voltada para uma tradição literária, ou pela viva inclinação pelo exotismo social. Essa condição dos grupos “marginais” como foco de interesse de estudos historiográficos ou narrativas literárias na Europa do século XIX, também pode ser compreendida a partir de acontecimentos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Para maiores informações ver: SCHMITT, Jean-Claude. *A História dos marginais*. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger (Orgs.). *A história nova*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005. p. 351-390; PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998; HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Trad. Donaldson M. Garschagen, 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Este estado de coisas no Pará, praça de não pequena importância, em relação ao consumo de artigo de manufaturas Inglesas, dá bastante cuidado aos negociantes ligados com a mesma praça; e bastante se tem insinuado ao Governo para pôr em efetividade, naqueles Pais, a mais eficiente proteção, e não podemos pensar que se deixe de atender ás mesmas insinuações sobre este objeto. Como quer seja, não nos passa pelo pensamento que, deixando de parte a consideração dos interesses de nosso comercio, haja demora em ocorrer a tal necessidade, por quanto é bastante a indignidade, e mortificação de receber-se proteção de uma força naval de outros Países (*Correio Official*, nº 22, 29/01/1836. p. 3).

A despeito das reflexões envolvendo a suposta “ameaça” ocasionada pelos cabanos aos interesses econômicos britânicos no Pará e da “convocação” de uma força naval estrangeira para a manutenção da ordem na província, interessa no respectivo fragmento, retirado de uma notícia originalmente publicada no periódico: *Times*, em 20 de outubro de 1835, mas somente inserida nas páginas do *Correio Official*, em janeiro de 1836, verificar a repercussão de notícias sobre a guerra cabana em jornais estrangeiros e de sua respectiva divulgação em órgãos de imprensa nacionais.

A esses imperativos, é preciso acrescentar que, no discurso apresentado pelo jornal *Times*, o conflito desencadeado no Pará causava preocupações, particularmente em razão de supostos prejuízos econômicos aos comerciantes britânicos, em relação à venda de manufaturas na respectiva província. Nesse sentido, é factível considerar que assim como a nota envolvendo informações sobre a Cabanagem, publicada em um órgão de imprensa francês, analisada anteriormente, o texto sobre a guerra cabana, divulgado no jornal inglês, possuía como característica a exposição das inquietações e apreensões vivenciadas naquele país, a partir de interesses e questões específicas a determinados grupos econômicos, sociais e políticos.

Para entender melhor os significados da presença de notícias sobre a Cabanagem em periódicos estrangeiros, torna-se interessante examinar a presença de outros documentos publicados nesses órgãos de imprensa, como na exposição de cartas com referências ao respectivo conflito, em jornais de várias partes do mundo, como é possível verificar no fragmento exposto a seguir, divulgado em um periódico francês:

Extrato de uma carta particular recebida em Paris em fins de Agosto. Pará 29 de agosto de 1835. Eu me apresso a anunciar-vos que o Governo de D. Pedro II acaba em fim de restabelecer sua autoridade no Pará. Eis aqui as circunstancias que tem conduzido a esta feliz mudança. A 21 deste mês chegou a Belém uma divisão Brasileira sob comando do Commadore Taylor. Esta divisão, que se compunha de duas Fragatas, sendo uma de 60 canhões,

duas grandes Corvetas, dois Brigues, dois Brigues Escunas, e um Navio mercante, transportava 800 homens de tropas bem disciplinadas, e com as quais se podia contar. O General Manoel Jorge Rodrigues, vinha nesta expedição na qualidade de Presidente e Comandante das Armas desta Província. No dia seguinte ao da chegada da divisão, que deu fundo fora do alcance das Fortalezas, a Fragata, a Campista, se aproximou da Cidade (...). As comunicações se estabelecerão logo com a Administração que estava em posse do poder. Depois de três dias de correspondência o General Rodrigues, desembarcou com 480 homens de sua tropa. (...) Ele seguiu diretamente para o Palácio e tomou imediatamente conta do Governo. (...) Ele lhe tem feito igualmente exprimir, assim como a todos os Comandantes dos Navios de Guerra Franceses aqui estacionados, os inalteráveis desejos de ver prontamente restabelecida a harmonia entre as duas Nações. Em consequência desta manifestação o pavilhão Francês tem sido arvorado na casa Consular. (...) He notável que perante as desordens, de que o Pará tem sido o teatro, as propriedades dos Franceses, estabelecidos neste pais, não tem deixado de serem respeitadas (*Moniteur*). (*Correio Official*, nº 138, 11/12/1835. p. 4)

Conquanto existam muitos pontos a serem destacados na presente carta, publicados no periódico francês *Moniteur*, como os que fazem referência aos acontecimentos de agosto de 1835, marcados pela ascensão do Marechal Manoel Jorge Rodrigues²⁹ ao poder provincial no Pará e das próprias divergências com os franceses no contexto do governo cabano de Francisco Vinagre, interessa analisar no respectivo fragmento alguns aspectos a serem ressaltados. Em primeiro lugar, nota-se que a notícia só foi divulgada no Brasil cinco meses após sua edição no exterior, quadro que denota a maior rapidez, em muitas circunstâncias, dos jornais estrangeiros em obterem subsídios sobre os conflitos no Pará que os periódicos nacionais e curiosamente, se constituírem como fontes de informações em relação a esses eventos para folhas de todo o Brasil. Em segundo, que essa maior “facilidade” de obtenção de notícias sobre a Cabanagem na primeira metade do século XIX, por parte da imprensa europeia, decorria, como já foi ressaltado anteriormente, da existência de certa “acessibilidade” ou “necessidade” que algumas embarcações do exterior, mais especificamente francesas, inglesas e portuguesas, tiveram em determinados momentos do

²⁹ Filho de Jerônimo Rodrigues e Joana Maria da Conceição Rodrigues, nasceu em Lisboa (Portugal), em 23 de abril de 1777. Ainda jovem, deixou os estudos em favor do serviço militar, assentando praça no Regimento de infantaria no Exército Português. Em 1816 chegou ao Brasil para auxiliar as tropas lusitanas na Banda Oriental do Uruguai. Em 1826 foi promovido a Marechal de Campo, dois anos mais tarde, em 1828, assumiu o comando das Armas da Província do Rio Grande do Sul, e em 1830 assumiu o Comando das Armas da Província de Minas Gerais. Em 1835, foi nomeado Presidente da Província e Governador das Armas do Pará, durante a guerra cabana. Em 1839, foi enviado para o Sul para combater os Farrapos. Em 1842, já no final de sua carreira militar, assumiu o cargo de Governador das Armas da Corte e foi congratulado com o título de nobreza de Barão de Taquari. Faleceu em 1845. Fonte: SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. *Os generais do exército brasileiro de 1822 a 1889: traços biográficos*. Vol. I, Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1906. p. 279-281. RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990.

conflito em penetrar nos portos do Pará, ou até de manterem contato com lideranças do movimento cabano. E por último, ratificando esses argumentos, da própria perspectiva desses periódicos em apresentarem informações de seus compatriotas e autoridades envolvidos direta ou indiretamente nos eventos do Pará ao público de seu país.

Também é possível constatar, de imediato, a presença de notícias e cartas, originárias de periódicos estrangeiros, sobre os eventos deflagrados no Pará nos jornais analisados, como uma saída para preencher a ausência de informações direcionadas a Cabanagem em órgãos de imprensa pertencentes a várias províncias brasileiras, entre eles, os diversos periódicos do Rio de Janeiro. Nesse sentido, muito além da publicação aleatória de informações sobre a guerra cabana, a constante presença de referências desse conflito em gazetas nacionais representa um indício importante das próprias limitações e dificuldades de aquisição de notas através de fontes do Brasil.

Ao lado dessas questões, é importante referendar que, em relação ao processo de edição de notas, cartas, artigos e documentos provenientes de gazetas do exterior por parte de articulistas e redatores pertencentes a vários jornais brasileiros, a “lógica de distribuição das notícias era espaço-temporal. Primeiro as que chegavam da Europa, postadas da mais antiga para a mais recente” (BARBOSA, 2013, p. 42). Em grande parte das situações, o redator tinha como uma de suas principais responsabilidades “ler as folhas europeias, traduzi-las e publicar estratos desses periódicos – muitos deles precedidos de seus comentários” (Ibidem, p. 42).

No plano simbólico, a inserção de notícias publicadas em jornais de outros países sobre a guerra cabana no Pará, em periódicos do Rio de Janeiro como *O Correio Oficial* e *O Sete d' Abril*, também pode representar o sintoma da presença de um duplo sentimento de medo. Seja no âmbito internacional, em virtude dos governos de algumas nações estrangeiras, supostamente, temerem perdas econômicas ou a morte de seus concidadãos, em virtude do agravamento do processo de lutas na província do Norte, ou, na esfera nacional, em razão da possibilidade das próprias autoridades brasileiras recearem a repercussão “negativa” de sua “inépcia” ou “fraqueza” em relação à Cabanagem.

Ao lado desses problemas e incertezas, é importante ressaltar que no plano oficial, a imprensa brasileira, durante várias décadas do século XIX, “dependeu, para quase toda a informação do exterior, praticamente de uma única fonte: a agência francesa Havas” (MOLINA, 2015, p. 19), instituição que “tinha o monopólio virtual da transmissão de notícias do resto do mundo para a América Latina, e cujo serviço estava subordinado aos interesses do governo francês que a financiava” (Ibidem, p. 19). Esse suposto privilégio exclusivo da

respectiva empresa francesa no envio de notícias, apesar de, como foi observado ao longo dessa parte do estudo, não ter tido influência determinante na aquisição de notas e outros informes sobre a Cabanagem para os jornais *Correio Official* e *O Sete d' Abril*, se constitui em um importante indício sobre as condições, dependências e limitações da imprensa nacional nos primeiros tempos de sua formação.

Não é de surpreender, portanto, que os articulistas e demais responsáveis pelos jornais aqui analisados fizeram uso de outras estratégias para obtenção de informações sobre a guerra cabana. Uma das principais saídas, se não a mais importante em relação ao Brasil, se constituiu na obtenção, para eventual utilização de notas, editoriais, documentos e cartas publicadas em edições de jornais originários de uma província limítrofe ao Grão-Pará: a do Maranhão. Esse aspecto se constituirá em ponto de análise nas páginas do próximo tópico.

2.3 – A Cabanagem em folhas do Maranhão: notícias a partir de São Luís

A necessidade de adquirir informações sobre o Pará, após a conquista de vários pontos da província pelos cabanos, se constituiu definitivamente em um dos objetivos mais proeminentes dos articulistas e responsáveis por vários periódicos brasileiros no período compreendido entre 1835 e 1840. Naquela conjuntura, em que a imprensa brasileira adquiria certa autonomia, e ocorria o surgimento de vários jornais em diversos pontos do Império, subsistia um sério problema no envio de informações ao Rio de Janeiro, particularmente sobre as províncias que haviam se transformado em “palco” de conflitos durante a Menoridade: a impossibilidade de adquirir de forma direta notícias sobre os acontecimentos deflagrados em Belém e no interior.

Província limítrofe ao extenso e “conturbado” Grão-Pará, o Maranhão se constituiu, na conjuntura da guerra cabana, não apenas em uma rota regular para aqueles que buscavam refúgio e das tropas enviadas pelo Governo Central, mas também em um ponto de acesso e envio de informações sobre os embates na região vizinha, cujos paraenses refugiados, de acordo com Domingos Antônio Raiol, “narraram os factos com cores mais ou menos sombreadas” (RAIOL, 1884, p. 53).

Abrindo um parêntese nas discussões sobre a difusão de notícias provenientes do Maranhão, os argumentos perpetrados pelo Barão de Guajará na obra *Motins Políticos*, independentemente da legitimidade ou não dos pensamentos professados, se constituem em um exemplo revelador de como as narrativas construídas pela imprensa durante a

Menoridade, acabaram por influenciar o texto historiográfico direcionado ao tema da guerra cabana ao longo do Segundo Reinado, também construído por meio da obtenção e leitura de periódicos.

Contudo, a despeito das opiniões formuladas várias décadas depois pelo Barão de Guajará na obra *Motins Políticos*, e de representar, na concepção das autoridades do Império, uma espécie de “barreira” ao avanço da conjecturada “barbárie” ou “anarquia” que supostamente vicejavam na capital Belém e grande parte do interior paraense, São Luís (capital maranhense), passou a se constituir, nos anos de conflito, uma vital “porta” de saída de pessoas, notas, documentos e cartas, responsáveis por fazer referência aos acontecimentos deflagrados na província do Pará.

Assim, apesar da relativa influência da imprensa estrangeira na obtenção de informações sobre a Cabanagem, por parte de vários periódicos nacionais, analisada no tópico anterior, torna-se inconcebível elaborar qualquer investigação sobre a circulação de notícias da guerra cabana sem ressaltar a importância de órgãos de imprensa pertencentes à província do Maranhão, cujos jornais e pasquins passaram a funcionar como “pontos” de difusão de informações, de forma voluntária ou não, para periódicos de todo o Brasil entre 1835 e 1840.

Foram os jornais dessa província – até então pouco reproduzidos ou enfatizados anteriormente por articulistas e redatores situados em outros pontos do Brasil – que no decorrer da guerra cabana no Pará passaram a ser sistematicamente citados ou transcritos, sob os mais diversos interesses, pela imprensa de várias regiões do Império, entre elas os periódicos da cidade do Rio de Janeiro aqui analisados. Nesse sentido, o fragmento a seguir, publicado no jornal *O Sete d' Abril*, e referente a alguns dos acontecimentos do conflito no Pará em princípios de 1835, pode representar um interessante ponto inicial de discussões sobre a influência de gazetas do Maranhão em relação à divulgação desses eventos:

Das folhas do Maranhão consta que o infeliz Pará houvera uma insurreição, e foram barbaramente assassinados o Presidente Bernardo Lobo de Souza, o comandante das Armas, Santiago, o comandante da Fragata Defensora, Inglis, e vários oficiais de patente, além de muitas outras pessoas que não poderão fugir. O povo e a tropa aclamaram Presidente ao bem conhecido Felix Antônio Clemente Malcher, e requererão que se desse conta á Regência, pedindo-lhes que não nomeasse mais Presidentes para aquela província até que S. M. o Imperador chegasse á idade marcada pela Constituição, para dirigir as rédeas do Império. (...) Ao Maranhão haviam chegado muitas famílias fugitivas e na maior consternação. Nós lamentamos a triste sorte daquela malfadada província, e pedimos a todos os Fluminenses, amigos da felicidade de sua Pátria, que meditem sobre os factos ali acontecidos, e busquem fugir das artimanhas dos perversos

consistoriais, que desejam ver esta bela província envolta em tais desgraças para satisfação de suas rancorosas vinganças (*O Sete d' Abril*, nº 232, 28/03/1835, p. 4).

Foi em grande parte através de métodos de obtenção de notícias de forma “improvisada” ou “indireta”, como a aquisição esporádica de exemplares de jornais publicados em São Luís, obtidos por meio da compra ou permuta, e transportados em pacotes ou outras embarcações, civis e militares, que os redatores e articulistas dos periódicos *O Correio Oficial* e *O Sete d' Abril* tiveram em grande parte, contato com os acontecimentos da guerra cabana deflagrados em solo paraense.

Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que, no âmbito da década de 1830, mais especificamente no contexto de lutas da Cabanagem, em uma “fase da imprensa política, ou predominantemente política” (SODRÉ, 1999, p. 184), o acesso às informações pelos jornais pertencentes à província do Maranhão era realizado pela ação sistemática de navios de linha, que circulavam em portos existentes ao longo do litoral ou das principais bacias fluviais brasileiras, recebendo e difundindo notícias diversas. Nesse sentido, como atesta esse fragmento, publicado no jornal carioca *O Sete d' Abril* em 28 de março de 1835, praticamente dois meses após o início da guerra cabana, e produzido a partir de notícias oriundas de “várias folhas do Maranhão”, a difusão de informações sobre o conflito deflagrado no Pará, na Corte do Rio de Janeiro, expunha os problemas habituais da imprensa brasileira no período, como a precariedade e a lentidão do sistema de transportes marítimo fornecido pelo governo Imperial brasileiro.

Além desses pontos, o fragmento também revela que a presente notícia sobre o início do conflito no Pará não foi proveniente de uma fonte oficial (documentos ou informantes do governo Imperial), procedimento também comum na época, mas foi adquirida através de várias “folhas do Maranhão”, cujos títulos são mantidos em anonimato na nota, revelando não apenas a prática de difusão de notícias entre periódicos distintos, mas a própria interação de confiança, por parte dos responsáveis por alguns desses jornais, na aquisição e propagação de informações. Assim, na impossibilidade de verificar a autenticidade ou veracidade das informações obtidas, tornava-se comum publicar notas e artigos baseando-se apenas em relações de confiança, no tipo de discurso apresentado ou a partir da adequação com a linha política e social seguida pelos responsáveis por aquele periódico.

Ao lado dessas questões que envolviam diretamente os problemas de circulação de notícias em um Império de proporções continentais, outros pontos que chamam atenção no

respectivo fragmento correspondem às referências ao Maranhão, não apenas em razão dos periódicos que serviram como fonte, mas também em virtude da suposta chegada de famílias refugiadas em São Luís, fato que, como já foi ressaltado anteriormente, possivelmente ocasionou o surgimento de muitos testemunhos orais e cartas sobre a guerra cabana e, principalmente, as preocupações dos articulistas dos jornais analisados com a difusão dessas notícias entre os moradores de outras províncias, como os da capital da Corte.

Essas notícias já impressas e adquiridas em “segunda ou terceira mão” pelos jornais do Rio de Janeiro, apesar de suas supostas limitações ou possíveis imprecisões, representavam um mote precioso a ser explorado, em uma época na qual a aquisição de informações se constituía em um dilema comum, enfrentado por aqueles que integravam os respectivos órgãos de imprensa. Assim, apesar da guerra, da fome e da convulsão sócio-política desencadeada no Pará, a província do Maranhão, de acordo com uma nota publicada no jornal *O Correio Oficial*, “por sua atitude tranquila, soube opor inexpugnável barreira à larva revolucionária” (*Correio Oficial*, nº 102, 07/05/1836. p. 3) que se disseminava na região vizinha, fornecendo quase que ininterruptamente informes sobre a sucessão de acontecimentos em Belém e interior.

Através dessa perspectiva, não é descabido expressar que, apesar das dificuldades na aquisição de notícias e da relativa “variedade” de fontes e informantes disponíveis aos jornais aqui investigados, grande parte das notas sobre a guerra cabana publicadas em periódicos da corte eram, em sua estrutura original, estabelecidas por meio de “versões maranhenses” do conflito, fornecidas pelo fluxo de embarcações diversas que percorriam aquela rota e adaptadas, transcritas ou modificadas, de acordo com as linhas político-sociais pertencentes a cada um dos periódicos aqui analisados.

A partir desses pontos, embora seja impossível especificar em percentuais ou números exatos o processo de apropriação de notícias a partir de folhas maranhenses, em virtude de grande parte das coleções que restaram estarem atualmente incompletas. Não é difícil encontrar uma nota ou documento com referência a Cabanagem, publicado em jornais da Corte, sem deparar com alguma menção a procedência do Maranhão, mesmo que o título do jornal não tenha sido revelado. Complementando essas considerações, o quadro que se segue, apresenta alguns dos periódicos maranhenses identificados que forneceram subsídios sobre a guerra cabana entre os anos de 1835 e 1840 para os dois órgãos da imprensa do Rio de Janeiro aqui selecionados, que publicaram em suas páginas diversas notas, artigos e documentos sobre esse evento:

TABELA 3 - JORNAIS DO MARANHÃO QUE SERVIRAM COMO DIFUSORES DE INFORMAÇÕES SOBRE A CABANAGEM NO PARÁ (1835 – 1840)			
JORNAL	PERÍODO DE EXISTÊNCIA	CARACTERÍSTICAS	Nº DE NOTAS PUBLICADAS NOS JORNAIS <i>CORREIO OFICIAL</i> E <i>SETE D' ABRIL</i>
<i>Echo do Norte</i>	1834-1836	Fundado por João Francisco Lisboa e publicado na <i>Tipografia de Abranches e Lisboa</i> , se constituiu, ao longo de sua existência em um dos principais baluartes do Partido Liberal naquela província.	6
<i>O Publicador Oficial</i>	1831-1841?	Escrito com participação dos funcionários da província do Maranhão, tendo como um de seus principais expoentes Manoel Monteiro de Barros. Esse jornal, que funcionou durante algum tempo como espécie de <i>Diário Oficial</i> , era impresso na Tipografia Liberal,	1
<i>Chronica Maranhense</i>	1838-1841	Jornal organizado por João Francisco Lisboa e publicado na Tipografia de I. J. Ferreira. Esse periódico também se constituiu em espaço de difusão dos ideais do Partido Liberal na província do Maranhão.	3
<i>O Investigador Maranhense</i>	1836-1839	Periódico fundado por Francisco Sotero dos Reis, político de linha conservadora e professor, que tinha entre seus adversários integrantes do Partido Liberal, era publicado na Tip. Constitucional.	2
<i>O Cacambo</i>	1835-1836	Jornal que tinha como redator Luiz Carlos Cardoso Cajueiro, deputado pela A. G. Legislativa. Defensor das ideias do Partido Moderado realizava críticas constantes aos jornais redigidos por João Francisco Lisboa e Sotero dos Reis.	6
<i>O Sete de Setembro</i>	1837-1838	Periódico publicado na Typ. de I. J. Ferreira, e que possuía como redator Joaquim José de F. e Vasconcellos.	2
<i>Correio Semanal do Maranhão</i>	1834 - 1835	Periódico publicado na Typ. R. A. R. de Araújo, que tinha como redator João Loyres, simpatizante do Partido Cabano naquela província. Era impresso em papel almaço em duas colunas.	4
<i>Americano</i>	1836	Periódico publicado sob a direção do Dr. Joaquim Franco de Sá. Caracterizou-se por apoiar a administração Costa Ferreira. Seu principal redator era juiz de direito. Existiu por poucos meses no ano de 1836, possuindo apenas 12 edições entre janeiro e abril.	2

Tabela por mim organizada a partir da respectiva bibliografia: IGNOTUS (SERRA, Joaquim). *Sessenta anos de jornalismo – A imprensa no Maranhão 1820-1880*. Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino, 1883. REIS, Francisco Sotero dos. *Biografia dos brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes*: Eduardo Olympio Machado. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856. GASTÃO, Augusto Olympio Viveiros. *Estado do Maranhão, jornais, revistas e outras publicações periódicas de 1821 a 1908*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Parte II, Vol. I., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. SILVA, Gilmar Pereira. *Memórias Históricas Escritas pelo Doutor César Augusto Marques*. Caxias – Maranhão: Editora JM, 2010. Marques, Cesar Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. São Luís: Typ. do Frias, 1870. LOPES, Antônio. *História da imprensa no Maranhão (1821-1925)*. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1959.

A observação desse quadro, correspondente a publicação de notas e outros documentos com informações sobre a guerra cabana, provenientes de diversos periódicos do Maranhão, permite delinear, já de imediato, algumas conclusões. Em primeiro lugar, verifica-se na supremacia dos jornais *Echo do Norte* (de linha liberal com 6 referências), *O Cacambo* (de corrente moderada com 6 citações) e o *Correio Semanal do Maranhão* (partidário dos cabanos no Maranhão com 4 citações) que não havia, entre os dois periódicos do Rio de Janeiro aqui analisados, uma opção exclusivamente política ou ideológica na aquisição de informações, mas que estas, adquiridas de forma indistinta, eram adaptadas a outros interesses e necessidades. Em segundo, que a condição pulverizada de aquisição de informações sobre a Cabanagem, a partir dos demais periódicos, como a *Chronica Maranhense* (3), *O Investigador Maranhense* (2), *O Sete de Setembro* (2), *O Americano* (2), e *O Publicador Official* (1), representa um manifesto vestígio das deficiências na obtenção de dados sobre o respectivo tema, ao denunciar que na condição de “falta de informações”, acabava-se em várias situações escolhendo “qualquer um” ou o primeiro que se tornasse acessível. E por último, a opção pela aquisição de informações em periódicos provenientes do Maranhão, portadores de discursos ou encaminhamentos político-sociais diversos, acabava não comprometendo os direcionamentos adotados pelos jornais aqui analisados, já que as notas ou documentos inseridos nessas gazetas, caso não fossem adequadas aos interesses políticos e sociais, professados pelos articulistas ou redatores desses periódicos da Corte, ao serem recopilados, sofriam alterações em sua forma original ou tornavam-se alvo de críticas.

Por outro lado, embora sejam caracterizados por apresentarem, ou supostamente seguirem, concepções político-sociais muitas vezes divergentes em relação aos periódicos cariocas aqui analisados, não é difícil deixar de conjecturar sobre a importância que esses jornais tiveram na circulação direta ou indireta de notícias sobre a guerra cabana no Pará. Os percalços econômicos, as limitações nos meios de transporte, a distância em relação a capital do Império e até mesmo as preocupações em manter seus leitores informados sobre os conflitos em uma distante província do Norte, se constituíam em motivações suficientes para que os responsáveis pelos periódicos aqui analisados colhessem notícias sobre a Cabanagem.

É importante ressaltar que muitos dos títulos de jornais maranhenses transcritos ou utilizados como fonte pelos articulistas dos respectivos jornais cariocas, não foram citados diretamente, aparecendo geralmente como “Notícias do Maranhão ou de Jornais Maranhenses”. Ao lado desse aspecto, várias dessas notas, caso apresentassem em sua redação ou encaminhamento alguma divergência em relação aos interesses políticos

delineados pelos proprietários dos órgãos de imprensa pertencentes a outras províncias, como os do Rio de Janeiro, podiam ser publicadas parcialmente, adaptadas às concepções dos respectivos jornais ou, se divergissem significativamente dos posicionamentos das folhas cariocas, também eram passíveis de ser vetadas em sua divulgação.

Complementando esses pontos, foi em grande parte, com base nas notícias publicadas e enviadas por embarcações distintas, a partir de periódicos do Maranhão, cuja imprensa era considerada já no século XIX “uma das mais notáveis do império, (...) pela importância política que exerceu” (IGNOTUS, 1883, p. 10), que os jornais analisados, estabeleceram suas versões, notas e argumentos sobre a guerra cabana deflagrada no Pará. Nesse sentido, apesar das evidentes dificuldades estruturais e econômicas existentes na imprensa brasileira da época, já subsistia certa percepção entre os redatores de alguns jornais da possibilidade de “orientar a opinião através do fluxo de notícias” (SODRÉ, 1999, p. 4).

Também é relevante verificar que a exposição de notícias sobre a Cabanagem, provenientes de jornais publicados em São Luís, em órgãos de imprensa de todo o Brasil, ou mais designadamente de certa leitura dessas informações, nos dois periódicos do Rio de Janeiro aqui analisados, se caracterizava por apresentar especificidades diversas, podendo ser exibida, a partir dos interesses de articulistas e proprietários dos órgãos de imprensa, de forma parcial, na íntegra ou em conjunto com textos provenientes de outros periódicos, como na edição nº 48, de 27 de agosto de 1835, do jornal *Correio Oficial*, na qual foi publicado o fragmento exposto a seguir, obtido do periódico *Correio Semanal do Maranhão*:

Dos periódicos do Norte extraímos as seguintes notícias do Pará. No *Correio Semanal do Maranhão* lesse, que a expedição ao Pará comandada pelo Capitão Tenente Pedro da Cunha, tendo ganhado uma boa posição a perdera por pretender empossar na Presidência da Província ao Deputado mais votado, o Dr. Correia; figurando-se o Vinagre de muito boa fé para este negócio, vindo até jantar um dia á bordo da Fragata Imperatriz (*Correio Oficial*, nº 48, 27/08/1835, p. 2).

E no texto, presente na mesma página e volume do jornal *Correio Oficial*, retirado do periódico de São Luís intitulado *Echo do Norte*:

A cinco do corrente entrou em o nosso porto o Brigue Moderado, vindo do Pará, e trouxe-nos as seguintes notícias. Tendo lá chegado a fragata Imperatriz veio o Vinagre a bordo com grande numero de seus sequazes, e o Sr. Pedro da Cunha, bem fora de prendê-los, deu-lhes hum grande jantar, e mandou salva-los com artilheira á sua retirada. O Vinagre no entanto prometia entregar o governo ao Membro mais votado da Assembleia

Provincial o Doutor Ângelo Custodio, que então se achava em Cametá, mal chegasse ele á cidade; contudo não passava de hum pretexto com que queria ganhar tempo a fim de preparar-se para o combate, como de facto o fez. (...) Todas as cartas, todas as notícias do Pará, de nacionais e estrangeiros, concordam em deitar toda a culpa do mau sucesso da tentativa ao Capitão Pedro da Cunha, Comandante da Fragata; não sabemos com tudo que peso se deva dar á semelhantes inculpações. Ajuntemos a todos estes desastres as vitimas que necessariamente haveria no partido Vinagre, e conheçamos a quanto pode chegar o furor dos partidos, que tornou uma Cidade formosa, e rica em sentina de ladrões e de assassinos (*Echo do Norte*). (Ibidem, p. 2).

Não é difícil constatar que a inserção desses fragmentos, pertencentes a periódicos maranhenses distintos, em uma mesma edição e página do jornal *Correio Official* se constitui, aos olhos do observador atual, como no mínimo inusitadas. Nesse sentido, sob a conjecturada perspectiva de “informar” seus leitores em relação aos acontecimentos da guerra cabana no Pará, os responsáveis pelo respectivo jornal do Rio de Janeiro misturavam, em alguns momentos, notícias provenientes de folhas diversas, indicando de imediato que naquela conjuntura, caracterizada pelas dificuldades e lentidão na aquisição de fontes, muito mais que a existência de supostas preocupações com a veracidade, o momento e o lugar da elaboração dos fatos, predominava entre redatores e articulistas de vários órgãos de imprensa brasileiros a necessidade de expor essas informações.

Outro aspecto que também chama atenção na proposta de inserção dos respectivos fragmentos em um dos volumes do jornal *Correio Official*, corresponde à perspectiva de relacionar, ou pelo menos aproximar, notícias publicadas em periódicos maranhenses distintos, como se as mesmas seguissem uma mesma linha de continuidade. Nesse sentido, o texto retirado do periódico *Correio Semanal do Maranhão*, relativo às intrigas envolvendo a tentativa de posse do deputado Ângelo Custodio Correa, como novo presidente provincial do Pará, durante o governo do cabano Francisco Vinagre, parece corresponder, de acordo com a ordem de exposição utilizada no jornal carioca, à parte inicial de um mesmo acontecimento, “artificialmente” complementada pelos eventos expostos na nota originária do *Echo do Norte*.

Reforçando a discussão sobre a questão da agregação ou junção proposital de notícias provenientes de periódicos diversos, a presença desses fragmentos em uma mesma edição do *Correio Official* corresponde a uma perspectiva, ou estratégia, de confluência de informações que “aparentam”, a despeito de suas origens distintas, se complementar. Nessa perspectiva, é possível verificar que a referida ação dos redatores do jornal carioca, em expor informes sobre a guerra cabana em uma mesma página do presente jornal, não se constituía em simples transposição aleatória de notícias. Deveria haver, pelo menos na teoria, como é possível

perceber nas notas analisadas, certa proximidade temporal e temática que facilitasse o “encaixe” ou “sobreposição” dos eventos a serem divulgados.

Existe nesses procedimentos, como é possível perceber no exemplo apresentado do *Correio Oficial*, uma nítida hierarquia de objetivos, sintetizados em pontos como a suposta necessidade de manter os leitores informados mesmo que a custa de notícias não muito confiáveis ou de origem duvidosa; a lentidão, interrupção ou ausência de aquisição de informações sobre a guerra cabana no Pará; a grande distância geográfica entre a respectiva província do Norte e o Rio de Janeiro e a impossibilidade vivenciada pela imprensa brasileira naquela conjuntura em adquirir essas notícias a partir de outros meios, em virtude da relativa ausência ou limitação de percursos terrestres ou pacotes regulares no período.

Estas observações não devem conduzir a perspectiva de uma visão limitada ou superficial sobre a publicação de notícias envolvendo os acontecimentos da guerra cabana ou de outra temática qualquer, nos jornais analisados. Já existiam na imprensa brasileira, durante o contexto da Menoridade, algumas “estratégias” que envolviam não apenas a aquisição de notícias, mas também de possíveis alterações, nas formas ou sentidos, de como essas informações seriam reeditadas, sendo comum a existência de cortes, textos de opinião sobre determinadas notas e até de práticas de exclusão ou silêncio, caso o respectivo informe contrariasse demasiadamente as perspectivas político-sociais dos periódicos cariocas aqui analisados.

É interessante verificar que apesar das distinções político-sociais e diferenças na perspectiva de enfoque, o jornal *O Sete d' Abril* fez uso de recursos semelhantes ao *Correio Oficial*, na perspectiva de expor em suas páginas informes relacionados à guerra cabana. Nessa proposta, a utilização de periódicos maranhenses como fontes de notícias tornou-se um recurso bastante frequente, como demonstra a nota a seguir, publicada na edição de outubro do ano de 1835 no jornal carioca:

Noticias do Vinagre.

Maranhão 25 de julho de 1835.

Chegou a 23 do corrente o Pacote do Pará, e por ele soubemos em como o marechal Manoel Jorge Rodrigues entrou no porto da cidade no dia 23 de junho, saltou em terra a 25, e tomou posse em 26. O Vinagre, ao que dizem cartas, parece quis ainda usar de temporização a ver se acabava com o marechal as mesmas façanhas que já tinha feito na expedição do Pedro da Cunha; mas como quer que fosse, teve de entregar a cidade sem disparar um só tiro, sendo muita parte para isto o ignorar ele sobretudo que forças marítimas e terrestres tinha contra si. (...) Segundo a carta que vimos, o mau sucesso do desembarque do dia 12 de Maio não foi devido ao Pedro da

Cunha, senão ao major Carneiro, que se houve mui fraco e covarde, mandando tocar á retirada quando iam os nossos vencendo tudo, fáceis e desimpedidos. O doutor Ângelo portou-se então baixa e indignamente, como logo verão os leitores das peças oficiais que havemos dar sobre esses sucessos e os d'agora no numero seguinte (*Do Echo do Norte.*). (*O Sete d' Abril*, nº 283, 06/10/1835, p. 4)

Apesar de a respectiva notícia enfocar acontecimentos desencadeados em momentos temporalmente distantes, não é difícil perceber nesse fragmento, originário da edição do mês de julho do jornal de São Luís intitulado *Echo do Norte*, mas publicado somente em outubro nas páginas de *O Sete d' Abril*, a evidente influência dos periódicos maranhenses na difusão de notícias envolvendo alguns episódios da guerra cabana.

De imediato, é possível observar nos respectivos fragmentos que, embora a localização limítrofe entre aquela província e a do Pará, possibilitasse uma posição privilegiada para a recepção de informações, notas sobre o embate entre os cabanos e as tropas comandadas pelo Capitão Pedro da Cunha, deflagrado em maio de 1835, e também da retomada de Belém pelo Marechal Manoel Jorge Rodrigues, ocorrida em junho do mesmo ano, só foram publicadas um mês depois pelo respectivo periódico maranhense, demorando ainda mais para serem reeditadas no jornal *O Sete d' Abril*, portanto quase quatro meses após os eventos decorridos, situação que apenas demonstra a grande lentidão e dificuldade no envio de notícias no Brasil durante essa conjuntura.

Existe também, na utilização dessas notas por parte dos órgãos da imprensa carioca, aqui especificados, uma clara perspectiva de apresentar acontecimentos relatados e publicados com espaços de várias semanas ou meses, como expressões de eventos do presente. Postura compreensível, como já foi ressaltado anteriormente, em uma conjuntura em que o acesso e difusão de dados de maneira imediata se constituíam algo praticamente impossível no Brasil, e no qual a própria definição de notícia “não tinha o mesmo sentido de informação nova e recente que terá a partir do século XX” (BARBOSA, 2013, p. 47), pois naquele momento, notícia representava “ilustração, esclarecimento, conhecimento de algo até então não sabido. Não importava se o não sabido era temporalmente próximo ou distante” (Ibidem, p. 48).

Nessa perspectiva, alguns esclarecimentos inseridos no final das notícias, como o argumento no qual “logo verão os leitores das peças oficiais que havemos dar sobre esses sucessos e os d'agora no numero seguinte”, embora se constituam em evidências claras de como diversos órgãos de imprensa nacionais, e também internacionais, da época, atribuíam um sentido atual ou recente à notícias publicadas vários meses após os acontecimentos. É

importante também ressaltar que qualquer crítica despropositada, direcionada a essas noções de temporalidade, pode incorrer em anacronismo, por desconsiderarem os sentidos da aquisição de informações e a própria concepção de tempo dos homens e mulheres no Brasil do século XIX.

Mesmo “habituaados” com a aquisição de notícias sobre a guerra cabana, através de periódicos estrangeiros ou maranhenses, vários meses depois dos eventos deflagrados, subsistia entre os articulistas e redatores dois jornais cariocas aqui analisados, e provavelmente, no restante da imprensa brasileira do período, uma clara noção das dificuldades, interrupções e atrasos na obtenção de informes, cuja responsabilidade era geralmente atribuída ao Governo Central:

Copiamos do *Echo do Norte*, periódico do Maranhão, o seguinte artigo, sobre os negócios do Pará, por nos parecer, que algum tanto adianta as notícias, que até hoje dali temos recebido, sendo para lamentar tão longa interrupção de comunicações com essa Província do Império, que sem duvida se não daria, se a Sociedade dos Correios por vapor, n’outros tempos proposta, não fosse embaraçada á ponto de esmorecerem os seus empreendedores (*Correio Official*, nº 102, 07/05/1836, p. 3).

A constatação das dificuldades na aquisição de notícias sobre a guerra cabana no Pará, relatada nessa citação, ganha uma dimensão mais abrangente, podendo ser observada a partir de alguns pontos. Em primeiro lugar, nota-se, através desses argumentos, que até mesmo o envio de informações provenientes de periódicos do Maranhão era dificultoso em razão das interrupções e atrasos ocasionados possivelmente pelos conflitos armados, lentidão em razão do fluxo das marés e número insuficiente de embarcações. Em segundo, que esse problema propiciava um contínuo descompasso nas notícias publicadas em jornais do Rio de Janeiro. E por último, que o Império era geralmente responsabilizado por essas questões em virtude no suposto fracasso na época, da implantação de um sistema de correios a partir de embarcações a vapor.

Nessa perspectiva, em virtude dos problemas enfrentados pelos periódicos com a circulação e aquisição de informações, o sentido e a linguagem das notícias tinham que ultrapassar os limites e fronteiras do tempo, apresentando-se aos leitores notas de semanas ou meses, como se fossem informes de acontecimentos contemporâneos. Esses métodos ou estratégias utilizados na imprensa, embora se constituíssem em ações óbvias ou comuns no Brasil, durante a primeira metade do século XIX, eram agravados em tempos de guerra ou convulsão social como a Cabanagem, em virtude da inexistência de periódicos publicados na

capital do Pará durante grande parte do conflito e das tripulações de muitas embarcações nacionais ou estrangeiras, ao serem informadas dos eventos no Pará, evitarem aportar em cidades como Belém.

Paradoxalmente a essas questões, a prática de aquisição de notícias sobre a guerra cabana, a partir de jornais maranhenses entre 1835 e 1840, possuía outros sentidos e interesses de ordem política e social que suplantavam as prerrogativas centradas unicamente na busca de informações. Nessa perspectiva, havia entre os redatores e articulistas dos jornais analisados, olhares e concepções direcionadas não apenas às notas que deveriam ser retiradas e impressas, como também passavam por classificações de ordem política e ideológica. Um interessante exemplo da prevalência dessas opções pode ser verificado no fragmento a seguir, retirado de uma das edições do *Correio Oficial*:

Juntaremos á estas ideias do *Echo*, os seguintes Ofícios e Reflexões, que transcrevemos do Novo Periódico Semanal Maranhense, N ° 5 e 6 de 19 e 25 de fevereiro, intitulado o – *Americano* – cujos primeiros números acabamos de receber, e nos parecem atendíveis, pela sua decência e doutrina animadora da boa ordem. – Por uma Embarcação mercante chegada ontem (17) a este Porto, recebemos do Pará noticias favoráveis á causa da Legalidade, que nos apressamos a publicar (Ibidem, p. 3).

Através desse fragmento, retirado de um dos números do jornal *Correio Oficial*, publicado em 1836, é possível discutir vários pontos. Em primeiro lugar, que uma mesma nota, publicada no respectivo periódico carioca, poderia ser originada a partir de informações provenientes de várias edições de uma gazeta maranhense, no caso em questão dos números 5 e 6 do *Americano*. Em segundo, que o ato de aquisição, transcrição e publicação dessas notas pelos articulistas e redatores dos jornais do Rio de Janeiro, muito além do caráter informativo, possuía nítidos sentidos políticos e sociais, daí o argumento no qual essas notícias deveriam ser “atendíveis, pela sua decência e doutrina animadora da boa ordem”. E por último, confirmando o pensamento anterior, em uma conjuntura marcada pela existência de uma imprensa impregnada pelas disputas e articulações políticas, de apoio ou oposição a ordem instituída, a aquisição e publicação de notícias, também se adequavam à lógica marcada pela valorização ou depreciação de determinadas fontes que, no caso dos articulistas do *Correio Oficial* deveriam privilegiar a “causa da Legalidade”, estruturada nas determinações do Governo Central do Rio de Janeiro.

Assim, embora não seja possível, nem viável, fixar os interesses político-partidários e sociais, defendidos pelos articulistas e demais responsáveis pelos periódicos de forma

monolítica ou parcial, centrada na proposta de referenciar simplistamente, a aliança ou oposição ao Governo Central, não há como deixar de destacar a existência de determinadas concepções hegemônicas, manifestadas em notas, editoriais e documentos publicados nos jornais cariocas especificados, que influenciaram diretamente na escolha das notícias, provenientes de jornais maranhenses, a serem publicadas.

Há que se acrescentar que a utilização ou transcrição de notas e documentos sobre a guerra cabana provenientes da imprensa maranhense também ocasionou polêmicas e discussões envolvendo os articulistas dos jornais cariocas investigados. Naquela conjuntura, um dos embates mais acirrados ocorreu em virtude da publicação, em agosto de 1837, de uma carta atribuída a José Joaquim Machado de Oliveira, militar que havia administrado a Província do Pará na conjuntura da Cabanagem. Esse documento, divulgado inicialmente em abril do mesmo ano, nas páginas do jornal maranhense *Cacambo*, ocasionou uma grande polêmica entre os responsáveis pelos respectivos periódicos do Rio de Janeiro.

O conteúdo da carta de Machado de Oliveira, destinada a um amigo particular, caracterizava-se por criticar as diversas instâncias governamentais do Império na época, como o Senado, considerado uma instituição de “velhos emperrados, rabugentos e mantenedores dos princípios góticos e abjetos, não podendo ali ter influência as novas capacidades que se lhe tem agregado” (*O Sete d' Abril*, nº 476, 19/08/1837, p. 1); a Câmara dos Deputados, descrita como uma instituição que “ainda não se pode fazer juízo seguro, porque o seu maior numero consiste de gente nova que ainda não firmou o pé” (*Ibidem*, p. 1); o governo Regencial, considerado “vacilante a respeito de seu destino” (*Ibidem*, p. 1); além da província do Maranhão, apresentada como portadora de uma “perversa Marinheirada, opulenta e por isso mais atrevida” (*Ibidem*, p. 1), que só iria ocupar com a “condição de não levar-se a mal uma Abrilada como a do Pará ou Pernambuco, porque só d’essa maneira decairá a proa d’esses ignóbeis” (*Ibidem*, p. 1).

Após a exposição da carta, o jornal *O Sete d' Abril* também publicou as críticas do redator do *Cacambo* a administração de Machado de Oliveira, segundo esse, embora alguns afirmem “que só os partidos, os Paraenses foram a causa das desgraças do Pará; como seria possível manter-se a ordem n’uma província cujo presidente era o primeiro fator da anarquia?” (*Ibidem*, p. 1) Ao lado dessa interrogação e da postura virulenta, o responsável pelo respectivo periódico maranhense deu prosseguimento às censuras à presidência de Machado de Oliveira, expressando que o “monstro, não satisfeito do mal que havia causado, ainda fazia alarde da sua maldade e dos seus crimes; não saciado de sangue, ainda suspirava

por novas vítimas!” (Ibidem, p. 1) As repreensões direcionadas a administração do respectivo militar prosseguiram com a utilização de uma linguagem carregada de insultos, na qual o respectivo presidente provincial foi chamado de “Monstro infernal! Insaciável bebedor de sangue!” (Ibidem, p. 1), sendo finalizadas em tom de ameaça, ao exporem que esse militar “desceria ao inferno d’ onde és filho, antes de pôr em prática no Maranhão os teus sanguinários planos!” (Ibidem, p. 1).

A publicação da carta e das críticas ao presidente Machado de Oliveira, em uma das edições do jornal *O Sete d’ Abril*, datada de agosto de 1837, intensificou as polêmicas entre os articulistas desse periódico e os do *Correio Official*, que na parte destinada a artigos não oficiais, depreendeu várias censuras ao conteúdo da respectiva nota. Para o articulista do *Correio*:

Muito se tem afadigado o gênio insuflador do *Sete de Abril*, para repelir da Oposição extrema, em que é oráculo, as justas censuras, que a Nação lhe vai arremessando, até mesmo pelos Escritores da Oposição (...). Em que principio de Moral, em que Lei se fundamenta o gênio do *Sete de Abril* para publicar, posto transcrita do *Cacambo*, essa carta particular do Sr. Machado d’ Oliveira, confiada ao segredo da amizade? Sem entrarmos na investigação da sua veracidade, diremos com tudo, que a publicação dessa carta, sem o consentimento do seu autor, é um crime, que tem pena marcada no Código; ela denota uma traição, e quando menos uma ingratidão da parte da pessoa recomendada, que sendo o Redator do *Cacambo* e do *Echo* é procurador da pandilha do *Sete*, no Maranhão, assim como o *Sete* o é aqui dele, canta no mesmo diapasão, sem lembrar-se que podendo os Leitores, por muitos motivos, duvidar da existência ou genuinidade dessa carta, não podem duvidar, aliás, do crime cometido em sua publicação, e dos péssimos sentimentos de quem, para fazer mal a hum seu benfeitor, começa por se declarar traidor, e indigno da confiança da amizade (*Correio Official*, nº 45, 24/08/1837. p. 3).

A leitura desse fragmento nos remete a diversos pontos de reflexão ou discussão. Em primeiro lugar, é possível verificar uma clara incompatibilidade de ordem política, apresentada pelos articulistas do *Correio Official*, em relação aos encaminhamentos tomados pelo quadro diretivo do periódico *O Sete d’ Abril*, considerados como “insufladores”, portadores de “oposição extrema” ou “exaltados” em relação ao Governo Central. Em segundo, a publicação não autorizada de uma carta, de veracidade duvidosa, nas páginas do jornal maranhense *O Cacambo*, e sua reprodução em uma das edições do periódico *O Sete d’ Abril*, configurava-se, de acordo com o articulista do *Correio Official* em um crime, praticado pelos responsáveis por ambos os periódicos, previsto no Código Penal da época e que deveria ser devidamente apurado. E por último, tal prática, além de se constituir em delito,

configurava-se, de acordo com o respectivo articulista, em uma conduta maldosa, reprovável até pelos leitores.

Ademais, é possível também verificar nas entrelinhas, tanto das palavras publicadas pelo jornal maranhense *Cacambo* e reproduzidas nas páginas do periódico carioca *O Sete d' Abril*, portadoras de críticas direcionadas a administração de Machado de Oliveira, como na “resposta contundente”, pronunciada pelo articulista do *Correio Oficial* em relação à publicação não autorizada da carta e a veracidade do seu conteúdo, que a existência desses “discursos” perpassava o aparente interesse de “esclarecer” o leitor sobre os pensamentos e perspectivas dessa autoridade ou sobre a Cabanagem. Subsistia, no plano subjetivo desses embates, uma clara disputa envolvendo relações de poder, que apesar do caráter público, indicavam, através da imprensa, as disparidades sócio-políticas preeminentes na sociedade brasileira durante o período da Menoridade.

Nesse sentido, o fato das questões políticas assumirem a cena pública, através da imprensa naquela conjuntura, pode ser claramente observado no estudo envolvendo a difusão de notícias sobre um evento como a guerra cabana entre 1835 e 1840. As opções dos articulistas, responsáveis pelos jornais *Correio Oficial* e *O Sete d' Abril*, em publicar, censurar ou apoiar a presença de determinadas notícias provenientes de jornais do Maranhão, se constitui em um interessante caminho para a análise, não apenas das formas de transcrição e recepção desses informes, mas também de como as discussões, envolvendo a inserção ou não de determinadas notas, suplantavam os próprios limites daquilo que deveria ser apresentado, ajudando a revelar o lado marcadamente caracterizado pelas disputas e posições político-partidárias entre os articulistas e redatores de cada órgão de imprensa.

As conexões e as análises aqui estabelecidas, envolvendo a publicação de notícias sobre a guerra cabana, provenientes de gazetas maranhenses, também permitem verificar que algumas das notas, documentos e cartas transcritas sobre os conflitos na Província do Pará, presentes nesses órgãos de imprensa do Rio de Janeiro, a partir de 1835, ganharam papel de destaque, sendo publicadas em partes importantes dos respectivos periódicos, como na primeira página, ocupando laudas ou colunas inteiras. Porém, algumas dessas notícias, em razão do pequeno conteúdo ou de portarem informações consideradas menos relevantes de serem divulgadas, ganhavam espaço reduzido ou apenas complementar, nas edições dos respectivos órgãos de imprensa da Corte.

A partir desses pressupostos, é possível afirmar que, com algumas exceções, como no uso de gazetas publicadas em outras províncias brasileiras, como a de Pernambuco, ou no

exterior, os dois periódicos aqui analisados, em virtude das dificuldades já pontuadas, estabeleceram, em grande parte, suas versões ou visões da guerra cabana, através de jornais maranhenses, mesmo que a aquisição dessas edições, em razão das limitações nos meios de transporte marítimos existentes no Brasil durante a década de 1830, fosse fragmentária, demorando geralmente alguns meses para chegarem à cidade do Rio de Janeiro. No curso dessas viagens litorâneas, documentos oficiais, notícias e cartas particulares ajudaram a estabelecer padrões específicos sobre os conflitos em solo paraense, que foram enfocados através de uma multiplicidade de concepções e perspectivas.

Ao lado desses pontos, as investigações realizadas ao longo de grande parte desse capítulo também serviram para confirmar, a existência, no contexto imediatamente posterior a Independência, mais especificamente nas décadas de 1820 e 1830, de um quadro de relativo isolamento da respectiva província do Norte do Brasil, em “relação ao restante do território brasileiro, já que a dificuldade e a irregularidade das comunicações entre o Norte e o Sul do Brasil” (COELHO, 1989, p. 27) tornavam mais acessíveis os contatos com a Europa. Essa condição já difícil sofreu um agravante considerável com a eclosão da guerra cabana no Pará.

A presença dessas considerações, como já foi sublinhado anteriormente, não deve conduzir a uma visão maniqueísta, ou superficial, na qual os redatores e articulistas dos jornais do Rio de Janeiro aqui analisados se prestavam unicamente a “transcrever” passivamente ou aleatoriamente as notícias da guerra cabana que chegavam a suas redações. Sobre esse aspecto, por traz da possibilidade de alteração no sentido da informação e, da já existente prática na época, de cortes ou edições, subsistiam diversos interesses e preocupações de ordem política, econômica e social que envolviam a inserção ou até exclusão de alguma informação sobre o respectivo conflito.

Por fim, em suas construções narrativas dos acontecimentos da guerra cabana, articulistas e redatores dos jornais aqui investigados, frequentemente, recorreram a diferentes notas e documentos, responsáveis em várias situações, por apresentarem versões distintas de um mesmo evento. Essas opções de exposição da Cabanagem, baseadas no entrecruzamento de perspectivas, adequadas a determinados interesses político-sociais de cada órgão de imprensa e caracterizadas por privilegiar aspectos que variavam desde a escolha dos marcos de início do movimento, até a inserção de linhas sentimentais específicas, já estavam presentes nos primeiros informes sobre o tema, publicados nos periódicos explicitados, como será discutido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

INFORMES DA PRIMEIRA HORA: REPERCUSSÕES DO INÍCIO DA GUERRA CABANA

Os tópicos que compõem esse capítulo tratam das primeiras repercussões da guerra cabana em dois jornais do Rio de Janeiro. A presença de distintos, e muitas vezes conflitantes, padrões demarcadores da origem da Cabanagem no Pará nas páginas de alguns órgãos de imprensa do Rio de Janeiro, ao lado da inserção de sucessivas notas, editoriais e artigos relativos ao tema, publicados entre fins de 1834 e princípio de 1835, representa uma interessante possibilidade de reflexão sobre como a imprensa brasileira no período da Menoridade, ou certo segmento dela, passou a divulgar e, ao mesmo tempo, estabelecer implicitamente, a partir das concepções político-sociais de seus integrantes, sentidos e temporalidades, determinadas consciências sobre os “começos” do conflito deflagrado na província do Norte.

Assim, se as notícias sobre a guerra cabana, inseridas nos dois jornais especificados, durante o contexto da Menoridade, foram originadas ou adquiridas, em grande parte, através de notas, artigos, cartas e documentos fixados em periódicos estrangeiros ou nas gazetas publicadas em províncias do Nordeste (especialmente do Maranhão), como foi analisado no capítulo anterior, pouco ou quase nada foi investigado, de forma mais específica, sobre a intensificação da publicação de notícias direcionadas aos eventos no Pará (entre fins de 1834 e o ano de 1835) e sobre o possível estabelecimento dos marcos que procuravam consolidar, por meio de determinados interesses e leituras, o princípio ou “inícios” da guerra desencadeada no Pará. Esses primeiros informes, publicados quase que contemporaneamente aos acontecimentos deflagrados em Belém e no interior paraense, a partir da perspectiva de articulistas e redatores, pertencentes às gazetas de várias províncias brasileiras, influenciaram, mesmo que indiretamente, as concepções sobre o referente movimento político-social e os estudos históricos sobre o tema produzidos nas décadas seguintes, não apenas na questão dos eventos apresentados, mas também da divulgação de balizas iniciais e de um suposto sentimentalismo, em seus vários empregos, presente nas notícias.

Evidentemente, é oportuno afirmar que no contexto da Menoridade, durante a divulgação dos acontecimentos que desembocaram a guerra cabana, em virtude da própria proximidade temporal, social e política com os eventos relatados, não havia um marco único estabelecido para delimitar o início do conflito designado posteriormente de Cabanagem, mas vários padrões, fixados ou erigidos, de acordo com a essência das notas ou documentos, dos

interesses político-sociais dos articulistas e redatores pertencentes a cada órgão de imprensa e das próprias limitações na obtenção de informações por parte dos periódicos. Foi somente algumas décadas depois do término da Cabanagem, mais especificamente entre finais do século XIX e início do XX, que essas balizas começaram a ser gradativamente consolidadas, a partir de determinados consensos, discussões e interesses oriundos do meio acadêmico e institucional.

É importante ressaltar que, nos anos seguintes ao término da guerra cabana, predominou, entre diversos estudiosos, um quadro de dispersão de percepções e consensos sobre o “marco” ou “marcos” propiciadores do conflito em terras paraenses. Naquela conjuntura, o olhar dos primeiros estudiosos envolvidos na investigação desse tema, talvez ainda influenciado pelo “calor dos acontecimentos”, pela variedade de concepções, pelos depoimentos e versões sobre o início do conflito no Pará, obtidos a partir dos documentos oficiais disponíveis, permaneceu caracterizado por leituras distintas ou fragmentárias em relação ao ponto inicial desse evento.

Influenciados por essa “dispersão” de leituras e visões sobre a Cabanagem no Pará originadas da imprensa, autores que fizeram referência à guerra cabana em estudos publicados a partir de 1840, como: José Ignácio Abreu e Lima,³⁰ no livro intitulado: *Compendio de História do Brasil* (1843); Salvador Henrique D’Albuquerque,³¹ no estudo denominado *Resumo da História do Brasil* (1848) e Agostinho Marques Perdigão Malheiro,³² autor do

³⁰ José Ignácio Abreu e Lima nasceu em Pernambuco na data de 6 de abril de 1796 e faleceu em 8 de março de 1869. Concluiu em 1816 o curso da Academia Militar, com a patente de Capitão de Artilharia, foi denunciado como integrante da Revolução Pernambucana de 1817, sendo recolhido em uma fortaleza. Posteriormente, serviu á causa da independência da Colômbia e da Venezuela. De volta ao Brasil, obteve por decisão da Assembleia Geral o direito que havia perdido, de cidadão brasileiro. Escreveu: *Bosquejo* histórico, político e literário do império do Brasil (1835); *Compêndio* da historia do Brasil desde o seu descobrimento até o majestoso ato da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II (1843); *Resposta* ao Conego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro *juízo* de Francisco Adolpho de Varnhagen acerca do Compêndio de historia do Brasil (1844); *Sinopsis ou deducção chronologica dos factos mais notáveis da historia do Brasil* (1845); entre outros títulos. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 4, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1898. p. 455-457

³¹ Salvador Henrique de Albuquerque nasceu província da Paraíba em 21 de fevereiro de 1813 e faleceu em Pernambuco em 31 de agosto de 1880. Exerceu o magistério da instrução publicado no primeiro e segundo grau em Pernambuco, jubilandose nesse exercício em na Faculdade de Olinda. Integrou o conselho diretor da instrução publica da província de Pernambuco. Foi sócio correspondente do IHGB, sócio fundador do Instituto Arqueológico e geográfico pernambucano e cavaleiro da ordem da Rosa. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 7, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1902. p. 188-189

³² Nascido na cidade da Campanha, localizada em Minas Gerais, no dia 5 de janeiro de 1824. Formou-se no curso de Ciências Sociais e Jurídicas na Academia de São Paulo em 1849. Envolveu-se desde 1850 ao exercício da advocacia, primeiro em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro. Representou a província de São Paulo na câmara temporária na legislatura de 1869 a 1872. Tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio e presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, e de outras associações de letras;

Indice Chronologico dos factos mais notáveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849 (1850), ao relatarem sobre os embates na província do Norte, durante a Menoridade, expuseram visões fragmentadas e díspares sobre o início do conflito, aproximando-se, nesse ponto, da multiplicidade de discursos apresentados pelos jornais nos anos anteriores, ao apresentarem a origem da Cabanagem a partir de vários episódios, muitas vezes remontando ao processo de Independência (década de 1820), da Adesão (1823), ou ao início da Menoridade (década de 1830), para balizar os acontecimentos no Pará.

Na perspectiva apresentada por esses estudiosos, a guerra cabana, ou aquilo que consideramos como tal, não se constituía em um único evento, mas representava o ápice de uma série de acontecimentos desencadeados entre o processo de Independência e a Menoridade. Nessa lógica, muito além de ficar reduzida aos eventos do dia 7 de janeiro de 1835, como foi formalizado posteriormente, ou em qualquer outra data em especial, a Cabanagem configurava-se em diversos acontecimentos anteriores, gerados, pelo menos, desde o princípio das décadas de 1820 ou 1830, quando o quadro político-social da província passou a ser sucessivamente abalado pelos embates ocasionados entre os governos considerados “desastrosos” de várias autoridades que haviam sido nomeadas para administrar a região do Grão-Pará e as ações de algumas lideranças e grupos políticos locais, como o liderado pelo Cônego Batista Campos.

Foi somente a partir da publicação de texto de *Motins Políticos*, livro editado originalmente em cinco tomos entre 1865 e 1890, pelo político e historiador paraense Domingos Antônio Raiol, portador do título nobiliárquico de Barão de Guajará, que datas como o 7 de Janeiro de 1835 e o 13 de Maio de 1836, conquista de Belém pelos cabanos e retomada da capital pelas forças legalistas respectivamente, passaram a ganhar certa importância como marcos incisivos, embora ainda não oficializados para o início ou fim do movimento, pois, na concepção defendida por Raiol em sua obra, os eventos deflagrados no Pará, desde a década de 1820, compunham em seu conjunto uma série de “motins”, símbolos principais, na visão desse estudioso, da difusão da “anarquia” em solo paraense.

No decorrer das primeiras décadas do século XX, com a difusão de estudos sobre a guerra cabana, especialmente a partir das comemorações do atribuído centenário do respectivo movimento na década de 1930, estudiosos como Jorge Hurley (HURLEY, 1936),

era moço fidalgo da casa imperial e comendador da ordem de Cristo. Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de junho de 1881. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 1, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1883. p. 18

Dilke Barbosa Rodrigues (RODRIGUES, 1836) e Ernesto Cruz (CRUZ, 1942), passaram a consolidar em suas obras dedicadas ao tema a inserção desses marcos. A partir dessa conjuntura de celebrações, controvérsias e intensos debates sobre a guerra cabana no Pará, a data de 7 de Janeiro de 1835 foi concretizada no discurso historiográfico como baliza principal referente ao início desse acontecimento, opção que, pelo menos no plano subjetivo, desconstruía a variedade de marcos e temporalidades estabelecida anteriormente.

Contudo, diferentemente das perspectivas estabelecidas em estudos históricos produzidos no século XIX e início do século XX, o discurso jornalístico na década de 1830, sintetizado em notas, editoriais e artigos publicados durante o período da Menoridade, apresentou esse(s) marco(s) a partir de outras interpretações e circunstâncias, que devem ser melhor conhecidas e exploradas, pois a proximidade temporal, as particularidades dos processos comunicacionais da imprensa na época e os próprios interesses e preocupações político-sociais de articulistas e redatores em jogo ajudaram no estabelecimento de padrões específicos para o início da guerra cabana, difundidos nas páginas de cada órgão de imprensa.

Nessa perspectiva, através do presente capítulo, irei realizar no tópico inicial um mapeamento das primeiras notas publicadas sobre a guerra cabana nos jornais: *Correio Oficial* e *O Sete d' Abril*, durante finais de 1834 e os meses iniciais de 1835, como forma de compreender não apenas alguns dos diferentes discursos apresentados, mas os próprios elementos que ajudaram na construção das respectivas narrativas sobre o conflito em seu(s) marco(s) de origem. A realização dessa análise permitirá também delinear os interesses e visões que permearam a mentes dos articulistas e redatores na construção, exclusão ou estabelecimentos dessas balizas relacionadas à Cabanagem, instituindo uma conexão direta com os dois tópicos posteriores que serão caracterizados por investigar os olhares e sentimentos fixados em notas e documentos envolvendo o referido movimento político-social.

3.1 – Propalando marcos: inícios da Cabanagem

Ao contrário do que se possa imaginar e da visão perpassada por alguns estudos históricos de finais do século XIX e início do XX, a leitura do começo, ou princípios, da guerra cabana nos jornais *Correio Oficial* e *O Sete d' Abril*, como será observado ao longo desse tópico, não se encontra fixada na data de 7 de Janeiro de 1835, mas foi estabelecida a partir de cortes temporais específicos, fruto de compreensões distintas dos acontecimentos,

adequadas à determinadas ordenações ou visões das notas, documentos, editoriais e artigos direcionados à respectiva guerra.

Muito além do ponto de vista histórico fixado a *posteriori*, a construção dos marcos iniciais da Cabanagem não se constituiu em uma atividade absolutamente consciente de articulistas e redatores, mas foi, em grande parte, fruto do desenrolar dos próprios eventos do conflito, do difícil acesso às informações e das próprias opções e cortes estabelecidos por esses profissionais na década de 1830. Assim, ao observar um fragmento retirado do jornal *Sete d' Abril*, que apresenta o “famoso Padre Conego Baptista, á testa da gente do seu partido sanguinário, a querer derrubar o Presidente Lobo, que da sua parte tem cometido desatinos, e feito já derramar sangue, (...) como que votado á destruição do Norte” (*O Sete d' Abril*, nº 212, 12/01/1835, p. 5), é possível argumentar já de imediato, que na leitura apresentada por algumas gazetas no período, subsistiam eventos demarcadores de outros inícios da Cabanagem, um deles, centrado na ideia de que o Cônego seria o centro do movimento que nascia e crescia no Pará e que se restringia numa luta entre Batista Campos (e seus partidários) com o presidente Lobo de Souza.

Na perspectiva de alguns jornais na década de 1830, publicar informes recorrentes sobre a guerra cabana no Pará, era contribuir para o estabelecimento de uma “moldura vazia”, aqui já parafraseando o estudioso francês Michel de Certeau (CERTEAU, 2015, p. XXV). Nesse sentido, esses primeiros artigos acabaram auxiliando na perspectiva de fixar determinados “inícios” para o respectivo movimento, responsáveis por influenciar direta ou indiretamente nas abordagens de diversos historiadores nas décadas posteriores. Esses discursos, sintetizados como “uma forma de ‘capital’ investido nos símbolos, transmissível, susceptível de ser deslocado, acrescido ou perdido” (Ibidem, p. XXVI), foram em parte construídos através do “olhar” de alguns articulistas e editores que, a seu modo, organizaram e deram sentido às notícias que chegavam de várias partes do Brasil e do mundo sobre os conflitos desencadeados no Pará.

Assim, o procedimento paradoxal de transcrever, escrever e publicar notícias sobre a guerra cabana na segunda metade da década de 1830, constituído em uma atividade que visava, em um plano superficial, “informar” leitores da capital Imperial em relação ao conflito na Província do Pará, também favoreceu de forma direta a constituição de marcos simbólicos do início do movimento, nem sempre condizentes com aqueles fixados pela historiografia nas décadas seguintes, mas não menos relevantes como elementos de reflexão. Sobre esse

aspecto, o fragmento a seguir, publicado em janeiro de 1835 no jornal *O Sete d' Abril*, representa um interessante ponto de discussão:

A Aurora, o *Jornal do Comércio*, e principalmente o *Correio Oficial* que d'isso tinha obrigação, nada nos tem dito sobre o Pará, tendo entrado há quatro dias a *Bertioga* em direitura daquele porto com uma viagem de 40 dias. Este misterioso silêncio do Governo não sabemos ás costas de quem lançá-lo; mas o certo é que aquela infeliz e desgraçada província está hoje mutilada, inóspita, e quase erma. Dois bandos de assassinos e de ladrões tomarão conta (...). O Presidente *Lobo* decidiu-se abertamente por um dos dois bandos, (...) e tem mandado bater sem misericórdia o outro bando, que é muito mais numeroso, de que é chefe o tão celebrado Conego Baptista: ambos querem o mando, e ambos revelam em seus miseráveis escritos muita ignorância e muita audácia. Em grande atraso está o Pará! A incapacidade e susceptibilidade por ventura criminosa do ultimo Presidente Machado d' Oliveira (que, por favor, do passado Ministério foi ainda governar outra província) lá deixou derramadas essas sementes de destruição, que hoje deixa crescer a largos braços esse inepto e furioso Lobo, para vergonha de quem o nomeou! Assim está perdida talvez para séculos a mais fecunda parte da monarquia! (*O Sete d' Abril*, nº 215, 24/01/1835, p. 3)

O exame mais específico das palavras expostas nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, responsáveis por abrir uma trilogia de artigos, publicados em edições subsequentes, intitulada *O Pará à vela* oferece interessantes perspectivas de compreensão. Posta em termos nitidamente críticos, direcionados primeiramente à conjecturada postura de “silêncio”, apresentada até então, pelos responsáveis por outros jornais do Rio de Janeiro, em especial o *Correio Oficial*, sobre os acontecimentos na Província do Pará em fins de 1834, a formulação presente no texto tenta demonstrar também que os conflitos desencadeados na Província do Norte, pelo menos na lógica de uma parte da imprensa contemporânea aos eventos, deveriam ser remetidos a outros marcos e temporalidades, remontando, como é possível verificar no fragmento, a suposta “inépcia” ou “incompetência administrativa” de Machado de Oliveira e ao conjecturado comportamento “repressor” e “furioso” do presidente Lobo de Souza.

O ponto de vista apresentado por esse discurso jornalístico explicita já de imediato a existência não apenas de um, mas de vários marcos de início ou “inícios” da guerra cabana, não pontuados como fixos ou únicos, mas enquanto uma série de acontecimentos, contrariando a perspectiva de estabelecer datas específicas, como seria formalizado algumas décadas depois. A existência dessa pluralidade de balizas temporais e factuais no fragmento em questão sugere já de imediato, que no pensamento dos articulistas e redatores dos periódicos investigados, os eventos desencadeados no Pará funcionavam como uma complexa rede de divergências sócio-políticas que integravam um quadro mais geral, envolvendo, entre

outros aspectos, os supostos desmandos e a incompetência administrativa de presidentes provinciais nessa região do Império durante as décadas de 1820 e 1830.

Esses posicionamentos, presentes em notas e editoriais publicados em alguns jornais, não correspondiam a atos meramente acidentais. Eles faziam parte de toda uma série de procedimentos e atitudes que integravam o próprio discurso apresentado ou reproduzido pelos responsáveis por alguns periódicos. Assim, por se encontrarem próximos temporalmente dos embates político-sociais deflagrados em solo paraense, a imprensa, aqui sintetizada nos dois jornais do Rio de Janeiro analisados, estabeleceu – através de seus periódicos – padrões ambivalentes ou mesmo contraditórios para o início do respectivo conflito, como é possível verificar no fragmento exposto a seguir, publicado no jornal *O Sete d' Abril* em março de 1835:

As ultimas noticias que se receberão do Pará, e que têm enchido de consternação esta capital, (...). O Pará, não ha duvida que estava dividido em dois bandos de assassinos e ladrões, por um dos quais se havia inteiramente decidido o infeliz Presidente *Lobo*. Um dos dois bandos deu cabo do outro, como era de esperar; e é provável que do meio d'aquelle que hoje se acha de posse do país surjam mais e mais fracções, que se vão despedaçando e devorando mutuamente. (...) e a gente do cônego Campos surpreendeu a cidade e afogou ás mãos e a tiros de bala o desgraçado Presidente, em cujo cadáver ainda depois os assassinos puseram por uma ferocidade inaudita, mutilando-o a golpes de baionetas e de pau! O comandante das Armas *Santiago*, aborrecido de muitos dos seus officiais (...) sofreu a mesma morte bárbara ás portas do palácio do Governo! O comandante da fragata *Defensora*, muitos outros officiais e muitos cidadãos foram igualmente assassinados; e o cruelíssimo *Malcher*, chamado por excelência o Tigre Acaraense, foi posto na presidência da província pelos alevantados (*O Sete d' Abril*, nº 233, 31/03/1835, p. 1).

Através desse fragmento, continuidade da trilogia *O Pará à vela*, publicado originalmente em 31 de março de 1835, e caracterizado por fazer referência à conquista de Belém e de parte da província do Pará por tropas formadas pelos cabanos provenientes em grande parte do Acará, é possível verificar que o marco de 7 de Janeiro, embora capital para a compreensão posterior da guerra deflagrada na província, como será observado mais adiante, nem é citado diretamente, se constituído nesse momento, muito mais como ápice de um processo anterior. Para os redatores e articulistas do jornal *O Sete d' Abril*, a necessidade de apresentar e explicar aos leitores, os acontecimentos deflagrados na parte Norte do Império do Brasil, não passava diretamente pela necessidade de fixar ou destacar uma data em especial, mas em grande parte, pela perspectiva de definir o presente conflito como fruto de longas divergências sócio-políticas deflagradas anteriormente.

Nessa lógica, a concorrente narrativa jornalística, caracterizada por seguir do geral para o particular, na qual os problemas suscitados no Pará remontam especialmente dos episódios do Acará em 1834, como a morte de Nabuco de Araújo; os embates envolvendo o Cônego Batista Campos e o incêndio da fazenda de José Malcher. Nessa lógica discursiva, era impossível compreender ou explicar os eventos desencadeados no Pará como integrantes de um único marco inicial, mas como fruto de uma multiplicidade de origens, acontecimentos e argumentos adequados aos pontos de vista pertencentes a cada articulista ou redator.

Nesse ponto, a partir da análise dos elementos colocados no respectivo fragmento, publicado no jornal *O Sete d' Abril* em 31 de março de 1835, é possível verificar que, para o articulista responsável pelo artigo, o “levante”, como é chamado o conflito desencadeado no Pará, não foi ocasionado de forma abrupta, mas de maneira gradual, ao longo dos anos anteriores, principalmente em virtude da suposta existência de dois grupos ou “bandos de assassinos e ladrões” que possuíam interesses divergentes e que, conseqüentemente, passaram a lutar pelo poder. Essa visão, no mínimo distinta em relação às concepções apresentadas pelo outro periódico investigado o *Correio Oficial* (como será discutido mais adiante), insinua que as autoridades pertencentes ao Governo Central em Belém também tiveram sua parcela de responsabilidade nos eventos deflagrados na província do Pará, principalmente em virtude de seu conjecturado “desgoverno” e por integrarem um desses “bandos de assassinos”.

Nessa perspectiva, é possível observar que, pelo menos na primeira nota, publicada em março de 1835, referente à conquista de Belém pelos cabanos, o marco de 7 de Janeiro é relativizado, pois, de acordo com a narrativa apresentada no periódico *O Sete d' Abril*, os acontecimentos que haviam propiciado a guerra no Pará ligavam-se a eventos anteriores a 1835, remontando as ações de personagens como o Cônego Batista Campos. Nessa lógica, em suas motivações e origens, o conflito em solo paraense remontava a uma série de eventos precedentes a conquista de Belém pelos cabanos do Acará, cujas autoridades “legais”, de acordo com a notícia, possuíam também uma forte parcela de responsabilidade. Através dessa percepção, o domínio da capital do Pará pelas forças cabanas provenientes do interior se constituiria apenas no processo de continuidade ou resultado dos eventos deflagrados anteriormente.

Ademais, também é fácil apreender na nota que os cabanos e suas lideranças não são em momento algum inocentados ou vislumbrados de forma positiva. Para o articulista do jornal *O Sete d' Abril*, os intitulados “alevantados” eram na verdade um “bando de assassinos”, caracterizados pela prática de crimes e atos de violência que só favoreciam a

destruição da província. Assim, muito além de “eleger” propensos “heróis” ou “vilões”, a presente notícia, em sua linha de reflexão, considera que, nos momentos iniciais do conflito, o Pará “estava dividido em dois bandos de assassinos e ladrões”. Essa postura, caracterizada pela criticidade e portadora de visões pouco lisonjeiras em relação aos representantes do Governo Central em Belém, propicia um importante ponto de discussões, ao contradizer, como será observado mais adiante, determinadas visões sobre a chamada Cabanagem, construídas em outro órgão imprensa da época (mais especificamente o jornal *Correio Oficial*), e possibilita extrair elementos interessantes sobre esse tema.

A presença dessas reflexões em um dos primeiros informes publicados em 1835 sobre a guerra cabana no Pará, nas páginas de um jornal do Rio de Janeiro, se constitui em um elemento importante, como tema de discussão no presente tópico. Essas palavras também remetem ao entendimento no qual as maneiras de ver ou descrever o respectivo acontecimento, a partir de olhares, quase simultâneos ao conflito, eram, em muitas circunstâncias, claramente distintos das visões apresentadas sobre esses mesmos eventos a posteriori pelos historiadores, assumindo conotações galgadas pelos interesses e questões político-sociais pertinentes em cada conjuntura.

Nesse sentido, para entender mais propriamente os objetivos dessa parte do estudo e adentrar nos termos e implicações das considerações apresentadas nos parágrafos anteriores, direcionadas a reflexão de uma nota publicada no jornal *O Sete d' Abril*, é importante remeter a outro texto, editado em 5 de fevereiro de 1835 no outro periódico do Rio de Janeiro analisado: o *Correio Oficial*, também caracterizado por fazer referência a determinados eventos que seus articulistas consideravam os primeiros momentos dos conflitos no Pará:

Não sabemos que mau fado persegue desde 1822 a bela Província do Pará! Presa de comoções intestinas, longe do Governo Central, que lhe poderia dar lenitivo a seus males, castigando os culpados, a Província do Pará ainda não pôde colher as vantagens com que prodigamente a mimoseou a natureza! (...) um bando de facciosos tem desolado a Província do Pará desde 1822, e ainda agora se atreveu a levantar a altaneira cerviz. Esta facção que tantos males tem causado ao Pará, ainda não sofreu o justo castigo imposto pela Lei, mas no animo dos Brasileiros sensatos acha o sentimento de reprovação, que merecem homens, que, levados por paixões ignóbeis e vis, cravão o punhal no coração dos amantes do Brasil, empecendo o seu adiantamento. Que horrores não se têm cometido na Província do Pará! (*Correio Oficial*, nº 27, 05/02/1835. p. 3).

Não é difícil constatar no presente fragmento, publicado nas páginas do *Correio Oficial* em fevereiro de 1835 e caracterizado como um dos primeiros textos inseridos nesse

jornal a fazer referência de forma mais sistemática e incisiva aos conflitos desencadeados no Pará, que a guerra cabana, no discurso dos articulistas desse periódico, apresenta-se ligada a acontecimentos bem anteriores, remontando aos eventos desencadeados desde a década de 1820. Já de início, um dos aspectos mais significativos, a serem ressaltados nessa visão, é que a mesma, apesar de suas divergências com a nota pertencente à trilogia de artigos *O Pará à vela*, sobre o princípio da Cabanagem inserida em algumas das edições do jornal *O Sete d' Abril*, também relaciona as origens do respectivo conflito a episódios anteriores, porém remontando a acontecimentos da década de 1820 e início dos anos 30, como a tomada da fazenda de José Malcher e a morte de Nabuco de Araújo no Acará.

Apesar da perspectiva de expor a guerra cabana como fruto de acontecimentos remotos, postura que representa um ponto de aproximação com a nota publicada no jornal *O Sete d' Abril*, o texto apresentado nas páginas do *Correio Oficial*, se notabiliza por desenvolver encaminhamentos bem distintos em relação às origens da Cabanagem em solo paraense. Em primeiro lugar, ao procurar apresentar os cabanos como os únicos responsáveis pelo início das supostas “desordens” e “destruições” na Província do Pará e destacar implicitamente os representantes do Governo Central naquela região como “vítimas” dessas ações, o articulista responsável pela presente notícia, afirma claramente, as opções políticas e sociais do respectivo órgão de imprensa, em prol da defesa da ordem instituída, ou seja, da manutenção do poder Imperial. Em segundo, ao expor os opositores dos representantes do Governo Central no Pará como “facciosos” e “criminosos”, a presente notícia procura desconstruir as ações e objetivos dessas populações. E por último, ao exigir um castigo exemplar aos “facciosos”, descritos como principais responsáveis pelas “desordens” no Pará, o articulista do *Correio Oficial* apresenta “ingredientes”, até então não ressaltados nas páginas do periódico *O Sete d' Abril*, ao responsabilizar direta e unicamente esses grupos pelos eventos naquela região.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que procura responsabilizar exclusivamente os chamados “facciosos” pelo processo de lutas no Pará, um dos pontos mais interessantes, destacado pelo articulista do *Correio Oficial*, a ser analisado na respectiva parte do estudo, corresponde à perspectiva de responder as críticas desencadeadas pela trilogia de artigos: *O Pará à vela*, publicados no jornal *O Sete d' Abril*, centrados na ênfase da suposta existência de alguns “problemas”, que comprometiam a lisura do conteúdo no respectivo texto, relacionado ao princípio da guerra cabana, como é possível verificar nas palavras a seguir:

O *Sete d' Abril* dando-nos noticia da revolta do Pará, diz em seu Nº 215 *Dois bandos de assassinos e de ladrões tomarão conta do País, e a guerra não é de opinião nem de crença política; não é de legalidade nem de interesses honestos; não se ventilam princípios nem se busca a razão: – a razão é a força – os princípios são os do selvagem – os interesses são os do salteador. Que injustiça! Assim se lança o odioso sobre uma Província inteira! De todo este período do Sete d' Abril que se conclui? Que a mor parte dos habitantes do Pará são assassinos e ladrões, pois que na Província não se acha hum numero de homens honrados capaz de debelar os assassinos que tomarão conta do país! Talvez o Sete d' Abril não meditasse em semelhante expressão. É verdade, os agressores no Pará não tem opinião nem crença política, não foi pela legalidade que eles se apresentarão em campo; e também não julgamos que os interesses honestos entrarão em suas vistas, nem tão pouco que pretendam ventilar princípios, ou buscar a razão; mas aqueles que se lhes opuseram, embora sejam mãos, o que não cremos, esses sem duvida quereriam o oposto do que pretendia o Arcipreste Gonçalves Campos, e seus sectários (Ibidem. p. 3).*

Não é complicado averiguar no respectivo fragmento, que as críticas inseridas no *Correio Official*, direcionadas à nota anteriormente publicada no jornal *O Sete d' Abril*, apresentam algumas peculiaridades a serem especificadas. Em primeiro lugar, ao discutir a passagem presente no periódico, na qual se afirma que o Pará encontra-se dividido entre “dois bandos de assassinos e de ladrões”, o articulista do *Correio Official* expressa que esse posicionamento corresponde a uma “injustiça”, por supostamente indicar que a “mor parte dos habitantes do Pará são assassinos e ladrões”.

Em segundo, também é possível verificar que as censuras do *Correio Official*, direcionadas ao texto de *O Sete d' Abril*, apresentam, como fundamento, a negação do caráter generalizante da respectiva nota, em virtude da mesma “respingar” sobre as autoridades instituídas pelo Governo Central que também são vislumbradas sob a lógica do “roubo” ou “assassinato”. E por último, ao alegar que os envolvidos no processo de lutas do Pará não têm “opinião nem crença política”, o respectivo texto, também recebe recriminações, pois, na visão do articulista do *Correio Official*, essas acusações deveriam recair apenas sobre os cabanos.

Nota-se também no fragmento que um dos elementos mais enfatizados pelo articulista do jornal *Correio Official*, para distanciar os cabanos em relação aos representantes do Governo Central do Pará, era a suposta ausência de “opinião e crença política” entre os “facciosos”, como símbolos da falta de civilização. Nessa perspectiva, enquanto as autoridades e demais simpatizantes do chamado governo “legal” eram apresentados como dotados de discernimentos políticos e ideais de “honestidade”, os cabanos, supostamente, cometiam suas ações motivados exclusivamente pelos objetivos de “roubo”, “vingança” e

“assassinato”, posturas, que segundo o presente autor, não haviam sido devidamente “explicadas” nas páginas de *O Sete d’ Abril*.

Outras censuras do articulista do *Correio Oficial*, com a nota publicada no jornal adversário, recaíam sobre o conjecturado “mal uso” da noção de legalidade nas páginas desse periódico. Constituindo-se em uma ação “inadmissível”, pois tentar aproximar as atribuições e princípios dos representantes do Governo Central no Pará, consideradas como “benéficas” aos interesses da pátria, com a dos chamados “sectários” que haviam conquistado a capital da província em 1835.

A partir desses pontos, é plausível observar, ao lado da perspectiva de balizar a guerra cabana a partir de marcos anteriores ao dia 7 de janeiro de 1835, um claro direcionamento a favor das ações e posicionamentos do Governo Central. Nesse sentido, para o articulista do periódico *O Correio Oficial*, os acontecimentos deflagrados a partir dos últimos meses de 1834 na Província do Pará eram de responsabilidade exclusiva dos intitulados “facciosos”, constituindo-se em censuráveis, quaisquer argumentos que culpassem os representantes da chamada ordem “legal”. Ainda nesta questão, é importante ressaltar que as críticas direcionadas ao texto publicado no jornal *O Sete d’ Abril* possuíam outros encaminhamentos, como é possível verificar no trecho a seguir:

Dois bandos de ladrões se apoderam do Pará, um marcha contra o outro, um é vencido, e o Pará fica em sossego! O que se deduz daqui? Que o vencedor não era um bando de assassinos e ladrões Também não achamos engraçado o gracejo do *Sete d’ Abril – O Pará á vella*; – quem ler o artigo não fará bom júizo de seu autor, que mesmo quando lamenta o sangue derramado, e os desatinos praticados no Pará, quando pressagia a perda talvez para séculos da mais fecunda parte da Monarquia, não pode conservar o sério, que exigem negócios de tanta monta. O sangue dos patriotas ainda se não gelou, diz o *Sete d’ Abril*, nós repetimos com ele e esperamos que todos eles se reunião, e emissários preguem as verdades que se encontram nos dois seguintes versos do mesmo Poeta de que tiramos a epigrafe deste nosso artigo (Ibidem. p. 3).

Em passagens como esta – onde é possível verificar a continuidade das críticas do articulista do *Correio Oficial* em relação à nota publicada no jornal *O Sete d’ Abril* – nota-se também que, ao lado das censuras, a postura considerada “injusta” ao incluir no mesmo “barco” os diversos “envolvidos” nos acontecimentos no Pará, fossem eles pertencentes ao governo “legal” ou dos grupos cabanos, a existência de um perceptível direcionamento a outros pontos da presente notícia, como no suposto tom irônico do título: *O Pará à vella*,

considerado desrespeitoso por, teoricamente, ofender a memória e a dignidade das vítimas e seus familiares, das “violências” cometidas pelos intitulados “rebeldes” na província.

Ao lado dessas questões, é possível constatar nesse fragmento que as supostas preocupações do articulista do *Correio Oficial* não se limitavam a ressaltar as “injustiças” da notícia publicada no jornal *O Sete d’Abril*, ao equiparar as ações dos integrantes do Governo Central e dos cabanos na Província do Pará. Havia também no presente texto uma clara proposta de enfatizar, a partir dos eventos deflagrados em 1834, a ameaça de fragmentação territorial e política do Império, de alertar as autoridades para a necessidade de intervir imediatamente na atribulada província do Norte e principalmente nos acontecimentos que ocasionariam o processo de agravamento do conflito.

Polêmicas territoriais e políticas do Império a parte, o processo de lutas no Pará – até então exposto em suas origens pelos jornais do Rio de Janeiro aqui investigados nas décadas de 1820 e 1830 – começa a ser apresentado mais incisivamente nas páginas do jornal *Correio Oficial* somente em fins de março de 1835 quando alguns documentos de autoria dos próprios cabanos, remetidos ao Governo Central, começaram a ser publicados, na primeira página da edição nº 70 do respectivo periódico carioca:

Illm. e Exm. Sr. – Havendo o ex-Presidente Bernardo Lobo de Souza, e seu Colega o ex-comandante d’Armas Joaquim José da Silva Santiago, infelizmente abusado das Leis, violentando a seus Concidadãos, e cometendo imensos atos arbitrários em dano de muitos, e com manifesta infração da Constituição do Império á ponto de exacerbar o animo dos habitantes desta Província (...) aconteceu que na manhã do dia 7 do corrente mês, foram todos os pontos de defesa desta Capital atacados por uma grande força dos Distritos do Acará e outros adjacentes, que se tinha reunido de emboscada nas matas que cercam esta Cidade, e que saindo em Divisões, todas a hum tempo deram de súbito, com ímpeto e rapidez indizível, vencendo tudo, de maneira que o Povo, já ansioso de se libertar do pesado jugo, espontaneamente se levantou em massa: neste conflito foram mortos o ex-Presidente, o ex-comandante d’Armas acima ditos, cinco Oficiais de Artilharia e Infantaria de Primeira Linha nos respectivos Quarteis, e o Capitão de Fragata Guilherme James Inglis. Nesta crise a vontade do Povo foi tão unanime e decisiva a meu respeito, que ás duas horas do mesmo dia me achei colocado na Presidência desta Província, não obstante achar-me naquela manhã preso na Fortaleza da Barra, distante mais de légua desta Cidade, por efeitos da prepotência do meu antecessor. (...) Sirva-se V. Ex. fazer chegar ao conhecimento da Regência, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., para ser levado ao recinto da Augusta Assembleia Nacional, (...) que os Paraenses estão dispostos a conservar e manter a integridade do Império (*Correio Oficial*, nº 70, 30/03/1835. p. 1).

Muito além de representar um mero documento oficial, produzido em um momento de crise, o presente texto, enviado a bordo do paquete *Patagônia*, navio que levantou âncora de Belém em 29 de janeiro de 1835, e que também transportava os deportados “Lavor Papagaio, Jacarecanga e Francisco da Silva (...) como infensos á tranquilidade publica (...) para o Maranhão e Ceará” (RAIOL, 1883, p. 392-393), proporciona alguns elementos importantes para a compreensão de como o marco do dia 7 de Janeiro de 1835 e, conseqüente, à própria guerra cabana passou a ser compreendida nesse jornal da Corte. Em primeiro lugar, por tratar-se de um periódico responsável pela divulgação de notas e atos administrativos em grande parte do poder executivo, o *Correio Official* exerceu a incumbência de publicar na íntegra o documento originário do governo “intruso” do Pará e destinado ao Ministério do Império, como de fato fez. Em segundo, a inserção desse texto, na primeira página do respectivo jornal carioca, não representava de forma alguma a presença de algum posicionamento ou opinião em favor dos cabanos, mas unicamente de apresentar, através da própria versão do governo provincial considerado “intruso”, os atos cometidos contra a chamada ordem “legal”. E, em terceiro, mesmo referenciando o aprofundamento do processo de lutas no Pará, sob a lógica da administração de Félix Malcher, iniciada em 7 de Janeiro de 1835, a nota também permite verificar que na respectiva narrativa, os embates na província, na perspectiva do articulista do *Correio Official*, remontavam ao ano anterior, mas especificamente a crise desencadeada no Acará durante a administração de Lobo de Sousa.

Para além das obrigações institucionais e dos aspectos simbólicos, ao contrariar a legitimidade e autoridade dos detentores do poder e de seus representantes, a publicação integral, com certo destaque, de um texto originário do governo cabano no *Correio Official*, periódico responsável pela difusão de mensagens originárias da ordem instituída considerada “legal”, particularmente do poder executivo, possibilita a existência de duas reflexões. Primeiramente, que essas informações, partem de uma série de documentos governamentais, continuamente enviados pelo Governo Central a redação do jornal, deveriam ser publicadas independentemente de seu conteúdo. Em segundo, que a opção da publicação desses “documentos originários dos cabanos” na página inicial do *Correio* representava na verdade uma “afronta”, em outras palavras, uma declaração de guerra dos intitulados “rebeldes” contra a ordem Imperial, aprofundada no dia 7 de Janeiro de 1835 com a ascensão de Félix Malcher.

Ao lado dessas questões, o destaque dado à notícia, a riqueza de informações presentes no documento elaborado pelos cabanos e a própria referência à data de 7 de Janeiro de 1835, correspondem a interessantes indícios de que, para a redação do jornal *Correio Official*, os

informes sobre a guerra no Pará apresentavam, de acordo com aquele volume, seu ponto de ruptura ou de adensamento. Assim, mesmo expondo de forma descontínua, em algumas edições anteriores, determinadas informações e textos de opinião sobre os acontecimentos na província do Norte, foi a partir da edição nº 70, de 30 de março de 1835, que o respectivo jornal do Rio de Janeiro passou a apresentar informes mais sistemáticos e incisivos sobre os eventos no Pará. É importante ressaltar que, ainda na página inicial dessa mesma edição do jornal *Correio Oficial*, foi também publicada uma ata elaborada pelo governo dos cabanos no Pará, contendo as seguintes informações:

Acta do Conselho extraordinário de Cidadãos reunidos na sala do Conselho do Governo. Aos 7 dias do mês de janeiro de 1835 anos, nesta Cidade de Santa Maria de Belém, Capital da Província do Grão-Pará, e no Palácio do Governo da mesma, onde se achavam presentes os mais conspícuos Cidadãos abaixo assignados, congregados para testemunharem o ato da aclamação, que o Povo e Tropa reunidos no largo de Palácio acabavam de fazer o Exm. Sr. Presidente desta Província Felix Antônio Clemente Malcher, por falecimento do ex-Presidente Bernardo Lobo de Souza, á quem já estavam cansados de sofrer por causa da prepotência e arbitrariedades, que sempre praticou em todos os atos do seu governo foi pelo mesmo Povo e Tropa que o aclamou, requerendo que se desse conta do acontecido á Regência pedindo-lhe que não nomeasse mais Presidente para esta Província, até que Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II, chegasse á idade marcada pela Constituição para dirigir as rédeas do Império, pois que a experiência tem desgraçadamente mostrado, que eles em vez de cuidarem do bem publico só tratam de seus interesses particulares e o mesmo Povo e Tropa declarou, que protestavam não receber qualquer Presidente que a Regência lhes mandasse, pela certeza de que esta malfadada Província não poderá prosperar se não for administrada pelo benemérito e patriota Cidadão (...). E para constar mandou lavrar esta Acta, que foi assignada pelo mesmo Exm. Sr. Presidente, Chefes de Corpos, e mais Cidadãos congregados (*Correio Oficial*, nº 70, 30/03/1835. p. 1).

Apesar da existência de algumas similitudes com o documento analisado anteriormente, também publicado na primeira página da edição nº 70 do jornal *Correio Oficial*, essa ata, elaborada possivelmente durante a cerimônia de posse do líder cabano Félix Malcher ao poder presidencial no Pará, possui algumas peculiaridades que podem ser enumeradas. Em primeiro lugar, representa uma tentativa dos cabanos em oficializarem ou legitimarem, aos olhos dos representantes do Governo Central, seu controle sobre a província ou parte dela, daí a perspectiva de estabelecer uma espécie de cerimonial no Palácio do Governo provincial e apresentarem uma lista de assinaturas, como forma de demonstrar “apoio” ao novo regime. Em segundo, a publicação integral desse documento nas páginas do *Correio Oficial* do Rio de Janeiro, apesar de denotar aparentemente, certa legitimidade a

nova administração do Pará, na verdade possuía um efeito contrário, ao simbolizar, de forma implícita, muito mais a existência de um possível sentimento de repúdio ou de reprovação por parte das autoridades imperiais e da imprensa da Corte aos eventos desencadeados na província do Norte. E por último, na medida em que expõe mais uma vez o 7 de Janeiro de 1835 como momento de ruptura dos eventos da guerra cabana, o presente documento, publicado nas páginas do respectivo jornal da Corte, vai ampliando gradativamente os sentidos e significados dessa data em relação a Cabanagem, mesmo que de forma negativa.

É interessante observar que referências à data de 7 de Janeiro de 1835 em Belém também estiveram presentes em uma edição do jornal *O Sete d' Abril*, publicada em 31 de março de 1835, um dia após o lançamento do respectivo volume do *Correio Official*. Os sentidos de incorporação dessa data, nas páginas do respectivo periódico, presentes no corpo textual de documentos e outros informes relacionados ao início do conflito, propiciam interessantes pontos de discussão, como é possível verificar no fragmento a seguir:

E o mais é que n'uma acta que ele fez lavrar em 7 de Janeiro, e assignar por quanta gente pôde colher á mão, fez declarar pelo chamado Povo Conspícuo que os Paraenses não querem outro Presidente senão ele, durante a minoridade do Imperador, e como que ameaçando d'uma semelhante sorte a qualquer outro que a Regência lhes envie! Que dirá a este resultado a gente que não teve pejo de nomear ineptos para uma província de tanta importância, e mais que nenhuma outra carecida de homens que se desvelassem por tirar proveito dos imensos recursos que o solo oferece, em lugar de irritar os partidos para vermos as cenas de 7 de janeiro? Todos os espíritos da Capital estão absorvidos com semelhante acontecimento, tanto mais inesperado quanto é ele de uma natureza insólita nos nossos anais. Estava reservado ao Pará dar o primeiro espetáculo de ferocidade de caráter e de vilipêndio pelas leis, banhando-se no sangue do Presidente e fazendo-lhe os membros em postas! (*O Sete d' Abril*, nº 233, 31/03/1835, p. 1)

A passagem acima apresenta alguns pontos que devem ser considerados centrais para a compreensão dos significados do dia 7 de Janeiro de 1835 no Pará, a partir das páginas do jornal *O Sete d' Abril*. Em primeiro lugar, essa data, ainda não consolidada como marco inicial, passa a simbolizar a imposição de uma nova ordem político-administrativa em solo paraense que, na lógica do respectivo periódico e, possivelmente de grande parte da imprensa e autoridades da Corte, era considerada como um momento desencadeador de atos considerados “ilegais” e “abusivos”. Em um segundo plano, o dia 7 de Janeiro também pode ser observado como emblema de uma das ocasiões de insubordinação, envolvendo uma parte da população paraense que não aceitava a constante interferência do Governo Central, desde

os anos anteriores, colocando em risco a própria integridade territorial do Império. Em terceiro, esse dia também passava a se constituir em um instante no qual a suposta “desordem” havia imperado ou ganhado conotações até então impensáveis, em uma província brasileira, com a ascensão de pessoas consideradas “despreparadas” ao poder. E por último, essa data também simbolizava um momento de extrema violência na capital paraense, no qual o presidente provincial, várias autoridades e moradores haviam sido “assassinados” pelos cabanos.

Embora não caiba argumentar se as reflexões direcionadas à data de 7 de Janeiro de 1835 como um marco negativo da guerra cabana, tenham se principiado ou ganhado relevância em jornais da província do Rio de Janeiro, devido a contemporaneidade dos acontecimentos e a evidente dependência na aquisição de fontes através de periódicos provenientes de outras regiões e países, a nota publicada nas páginas do jornal *O Sete d' Abril* permite verificar, pelo menos na versão do respectivo órgão de imprensa, a perspectiva de fixar um discurso marcado por ressaltar o sentimento de medo ou preocupação em relação aos eventos no Pará, direcionado a determinados grupos letrados da capital imperial.

Contudo, outro ponto que favorece uma compreensão mais profunda de uma ênfase inicial negativa, por parte desses jornais, aos acontecimentos deflagrados no dia 7 de Janeiro de 1835 em Belém, corresponde à curiosa proximidade de datas nas quais as notícias foram publicadas: 30 de março no *Correio Oficial* e 31 de março em *O Sete d' Abril*. Nesse sentido, por trás dessa suposta coincidência, existem na verdade duas possibilidades: a da chegada quase simultânea dessas notícias nas redações de ambos os periódicos ou que o segundo deles (*O Sete d' Abril*) possa ter angariado informações através da leitura do primeiro, subsiste um claro indício de que foi somente nessa conjuntura de fins do mês de março que esses órgãos de imprensa do Rio de Janeiro receberam de forma mais consistente, ou oficial, notícias sobre os eventos de janeiro no Pará, caracterizadas por ressaltar a conquista da capital provincial pelos cabanos, e que ajudaram a sistematizar os dados “superficiais” sobre esse evento, adquiridos anteriormente.

Ademais, um aspecto que não deve ser ignorado na presente nota, embora não faça referência direta ao marco de 7 de Janeiro de 1835, pode ser observado na perspectiva de incorporar ao concernente evento na Província do Pará elementos de valor socioeconômico, na condição de aspectos que favoreceram a eclosão da Cabanagem, como na referência à inépcia das autoridades em supostamente nomear pessoas incapacitadas para “tirar proveito dos imensos recursos que o solo oferece”.

Percepções econômicas a parte, a relevância atribuída ao agravamento da guerra cabana na presente edição do *O Sete d' Abril*, representa um indício esclarecedor das preocupações disseminadas em alguns órgãos da imprensa do Rio de Janeiro, independentemente das concepções políticas professadas, com os eventos desencadeados no Pará. Essas visões, externadas nas notas publicadas em fins do mês de março, também podem ser consideradas como evidências de uma conjecturada postura, de vários periódicos brasileiros, em prol da eliminação do movimento cabano em solo paraense. Sob essas circunstâncias, a ampliação da importância da data de 7 de Janeiro de 1835, como uma espécie de “marco negativo” da história política paraense e brasileira, começou, gradativamente, a ser ampliada nas páginas de alguns órgãos da imprensa carioca ao longo dos anos subsequentes. Um exemplo esclarecedor da ênfase posterior destinada a essa data pode ser percebido no fragmento exposto a seguir, publicado no jornal *Correio Oficial* em maio de 1836:

A sedição, que teve lugar na Cidade de Belém, Província do Pará, em 7 de Janeiro de 1835, tem-se seguido novas sedições, acompanhadas de crimes de toda a espécie. Pelo assassinato do Presidente Lobo, e do Comandante das Armas Santiago, os revoltosos do Pará elevarão naquele mesmo dia 7 de Janeiro Felix Antônio Clemente Malcher á Presidência da Província, e Francisco Pedro Vinagre ao Comando das Armas, tendo declarado em uma Ata que lavrarão, que não aceitariam outro Presidente, durante a menoridade do Imperador o Senhor Dom Pedro II (*Correio Oficial*, nº 113, 21/05/1836. p. 1).

Muito além de ser descrita como um momento considerado trágico da história nacional, a data de 7 de Janeiro de 1835 passou a representar, nos anos posteriores, nas páginas do jornal *Correio Oficial*, a combinação de um duplo sentido simbólico: um instante capital da guerra cabana, na nota denominada de “sedição”; e a posse das autoridades consideradas “ilegais”. Sob tais circunstâncias, esse marco temporal, como demonstra o respectivo fragmento, embora ainda não consolidado ou tratado oficialmente como instante inicial da guerra cabana, passou a representar um ponto determinante na “batalha”, pelo estabelecimento de opiniões e críticas direcionadas às ações dos cabanos no Pará.

Ao lado desses pontos, ressalta-se que, no curso da análise sobre o estabelecimento de marcos iniciais relacionados à guerra cabana, torna-se necessário discorrer que a interpretação das circunstâncias supostamente responsáveis por finalizar o movimento e a própria duração do mesmo também se constituíram em pontos apresentados pelos articulistas do *Correio*

Official, em algumas edições do periódico, como na nota referente ao momento do militar Manuel Jorge Rodrigues ao poder em Belém, no mês de junho de 1835:

No dia 26 o ex-Presidente Vinagre, se dirigiu aos fortes Castello e Santo Antônio, para os entregar ao Contra Almirante Taylor, que o acompanhou. Eles ali encontrarão um grande numero de soldados reunidos, que pareciam animados de disposições hostis, mas debaixo da palavra de paz e conciliação que lhe dirigiu M. Taylor, eles consentirão em depor as armas. Assim terminou esta insurreição, que tinha durado seus meses (*Correio Official*, nº 138, 21/05/1835. p. 4).

A análise desse fragmento expõe a opção de alguns órgãos de imprensa brasileiros, em um momento praticamente contemporâneo aos embates desencadeados na Província do Pará durante a década de 1830, em utilizarem marcos diversos – muitas vezes contraditórios – na perspectiva de delinear o princípio e o fim do respectivo movimento político-social. Sobre esse aspecto, o articulista responsável pela presente nota, acreditando que a saída de Francisco Vinagre do poder e a ascensão do presidente Manoel Jorge Rodrigues ao controle da capital do Pará em 26 de junho de 1835, representavam os “atos” finais da guerra cabana, acabou fixando esse momento como término da mesma e expressando que o conflito havia durado seis meses, a contar pelo início de janeiro do mesmo ano, quando os cabanos haviam conquistado Belém e executado Lobo de Souza.

A partir desses argumentos, é possível considerar que a necessidade de demarcar os momentos de início e fim da guerra cabana, e as possíveis inexatidões que essa ação poderia ocasionar por tratarem de eventos contemporâneos à publicação da nota, era proveniente, em suas circunstâncias, da própria proximidade temporal relativa aos acontecimentos narrados e perspectiva de síntese, inerentes ao discurso jornalístico. Por outro lado, observando ao longo do tópico, as diversas notas e artigos publicados pelo *Correio Official* e em *O Sete d' Abril* durante a Menoridade, constata-se que a guerra cabana, na citação denominada de “insurreição”, não possuía, de forma prática, um padrão temporal específico, demarcador de seu começo, término ou duração, mas “períodos” e “sentidos” diversificados que poderiam, dependendo da visão empregada pelo articulista ou redator, se estender por meses, anos ou décadas.

Em suma, também foi possível constatar, ao longo dessa parte do estudo, que, ainda na época de eclosão da guerra cabana, parecia essencial aos jornais *O Sete d' Abril* e *Correio Official* estabelecerem uma determinada visão sintetizada do conflito, caracterizada pela “necessidade”, explícita ou implícita, de criticar as ações dos intitulados “rebeldes” paraenses,

seja em virtude de expor o respectivo movimento a partir de aspectos como a “violência” e a “irracionalidade”. Nessa lógica, a Cabanagem foi apresentada inicialmente como fruto de acontecimentos precedentes a conquista de Belém pelos cabanos, e a data de 7 de Janeiro de 1835, embora observada como um instante capital, não era ainda considerada como marco inicial, pois, de acordo com esses órgãos de imprensa, as “crises” e a perspectiva de imposição da chamada “ilegalidade” no Pará remontavam à épocas anteriores.

A partir desse entrecruzamento de perspectivas, as linhas demarcatórias estabelecidas nos discursos jornalísticos dos periódicos investigados, para balizar o início da guerra cabana no Pará, apesar de distintas e opostas em seus interesses e perspectivas, podem ser situadas, com algumas especificidades ou determinações, pertencentes a cada jornal, nos últimos meses de 1834, embora, em algumas notas, o início dos conflitos seja creditado a eventos ainda mais remotos, situados na década de 1820. As opções por essa conjuntura, fruto em grande parte, como já foi ressaltado, da dependência em relação a determinadas instâncias de poder, do acesso às informações e dos interesses político-sociais dos articulistas e redatores pertencentes a esses órgãos de imprensa, influenciaram diretamente nos entendimentos e opções por esse ou aquele acontecimento, como fator propiciador ou inicial daquilo que hoje denominamos como Cabanagem.

No entanto, muito além das divergências de ordem política, social e das diferenças de encadeamento das notícias publicadas em relação às opções pelos marcos de início da guerra cabana nos dois jornais analisados, a construção ou estabelecimento das balizas, relativas ao(s) começo(s) da Cabanagem no Pará, também perpassava pela elaboração de princípios explicativos ou narrativos que suplantavam a opção por essa ou aquela data. Nessa lógica, a ideia de “noticiar” ou “informar”, que em suas especificidades temporais, estrutura e oferece sentido ao texto jornalístico, dá lugar à perspectiva da construção de narrativas sobre a guerra cabana, favorecidas pela própria questão da temporalidade ou contemporaneidade dos eventos divulgados.

Assim, mesmo “seduzidos” e transitando por marcos distintos e, ao mesmo tempo constituídos de especificidades e divergências, as narrativas direcionadas à guerra cabana, construídas pelos periódicos *O Sete d’ Abril* e *Correio Oficial*, continham uma simbologia peculiar que envolvia as próprias formas de transmissão e recepção de notícias, pertencentes à imprensa brasileira na primeira metade do século XIX, e configuravam o sentido de existir dos jornais naquele período. Ao lado dessas questões, as notas, artigos e cartas transcritas ou inseridas nas páginas dos respectivos órgãos de imprensa também continham outras formas de

expor os acontecimentos no Pará, caracterizadas por envolver o próprio sentido e os objetivos na elaboração textual. Nessa perspectiva, uma das mais evidentes características relacionada às narrativas da Cabanagem nas páginas dos periódicos analisados é ênfase a um discurso sentimental de viés romântico, tema do próximo tópico.

3.2 – Informando ou comovendo? A guerra cabana e a sensibilidade romântica

Ao mesmo tempo em que os informes sobre o movimento cabano se sucediam nas páginas dos jornais cariocas, no início de 1835, muitos textos publicados na imprensa expunham estas notícias de maneira emocionada e até lamentosa, em uma composição narrativa caracteristicamente portadora de aspectos do pensamento romântico³³ ou, pelo menos, de alguns “vestígios” desse “espírito” em um Estado Imperial ainda em formação.

O momento histórico conflituoso e incerto, pelo qual passava a província do Pará, assolada em uma guerra que supostamente ameaçava até a unidade territorial e política do Império, se constituiu em um elemento recorrente do discurso jornalístico da época, especialmente de alguns órgãos de imprensa da Corte do Rio de Janeiro, que difundiram em várias notas, artigos e editoriais informações “eivadas” de sentimentalismo sobre a suposta ameaça de “destruição” e “esfacelamento” da pátria, em decorrência dos acontecimentos da Cabanagem. Como por exemplo, nos argumentos delineados por um articulista do *Correio Oficial*, para quem as “comoções da Província do Pará, nossa desditosa Pátria, provocam sinceras lágrimas de todos os bons Brasileiros” (*Correio Oficial*, nº 28, 06/02/1835. p. 3), e que também lamenta a “cegueira de nossos compatriotas, que calcando aos pés tudo quanto ha de mais sagrado e respeitável para o homem de bem, despedaçam as entranhas da Pátria com odiosas paixões” (Ibidem, p. 3).

Dando prosseguimento a nota, o integrante do *Correio Oficial* também utiliza algumas interrogações permeadas de sentimentalismo, questionando “Onde irão parar as desordens da Província? Em barbarizar um povo a quem a natureza liberalizou a mais bela

³³ Para uma análise mais específica sobre a presença de aspectos do pensamento romântico no texto histórico do século XIX, ver: AMORA, Antônio Soares. *O Romantismo (1833/1838 – 1878/1881)*. São Paulo: Cultrix, 1967; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1960-1964. Tomo II. O Brasil Monárquico; BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979. GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; GUINSBURG, Jacó (Org.) *O romantismo*. 4ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

alma; em reduzir a espantoso ermo a mais formosa e rica província do Império. E é assim, Brasileiros, que amais o vosso país? He assim que buscais a sua felicidade?” (Ibidem, p. 3) Finalizando o texto com outras alocações permeadas de concepções românticas, pois, com a “Efusão de sangue humano, luto, pranto, lagrimas, orfandade e viuvez. O povo desmoraliza-se, adquire o habito da ferocidade, os ódios enraízam se, as vinganças perpetuam-se, cessão trabalhos uteis” (Ibidem. p. 3).

Nessa lógica, embora de forma oficial, o aparecimento no Brasil de uma “primeira geração romântica” (ROMERO, 1888); (VERÍSSIMO, 1916), na qual os escritores como Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre e Torres Homem, influenciados pelo Romantismo em voga na Europa, passaram a difundir seus escritos a partir de 1836. É possível verificar, através da leitura de notas, editoriais e artigos, publicados nos periódicos analisados, que ao largo desses padrões, o patriotismo e sentimentalismo romântico, começaram a se insinuar em discursos apresentados pelos articulistas e redatores pertencentes a algumas gazetas, ainda na primeira metade da década de 1830.

Polêmicas a parte, se na multiplicidade de concepções literárias e filosóficas que circulavam no Brasil durante as primeiras décadas do século XIX, o pensamento romântico teve um lugar de importância, influenciando a produção intelectual e também as próprias experiências político-sociais naquele contexto, pois o “processo de formação da literatura brasileira, como da própria nação brasileira, na verdade precipita e continua a obra dos românticos” (RICUPERO, 2004, p. 86). Originado em “oposição ao estilo neoclássico anterior” (COUTINHO, 2004, p. 5) e adentrando no Brasil durante o momento de formação do regime monárquico, o romantismo passou a apresentar na ex-colônia lusitana características específicas, manifestando na literatura e historiografia aspectos que evidenciavam a nacionalidade e o sentimentalismo.

Ao lado desses pontos, é interessante também expressar que o processo de construção e consolidação do Estado brasileiro a partir das décadas de 1820 e 1830, em seus ideais simbólicos e patrióticos, constituiu-se, em grande parte, sob “influência do romantismo” (RICUPERO, 2004, p. XVIII) que ajudou a estabelecer a própria identidade nacional no Brasil. Foi nessa conjuntura, deflagrada logo após a independência, que as “instituições jurídico-políticas (...) começarão a formar-se, de maneira mais contínua, com o romantismo que, não por acaso, estabelece boa parte do vocabulário político e cultural” (Ibidem, p. 79-80) no nascente Império.

Foi através do esforço de “completar a obra de emancipação política” (Ibidem, p. 85), iniciada em 1822, que muitos brasileiros, em busca da autonomia intelectual, “encontraram no romantismo europeu (...) amplo repertório de referências para a busca da emancipação mental” (Ibidem, p. 85). Postura que, com seu instrumental teórico, acabou por influenciar diretamente na produção literária e historiográfica brasileira que iria aflorar nos anos subsequentes, especialmente após a abdicação de D. Pedro I em 1831.

No âmbito específico da presença do pensamento romântico no discurso jornalístico brasileiro, apesar de oficialmente, essa experiência ter começado apenas nas décadas de 1830 e 1840 quando, a partir da influência francesa, muitas gazetas nacionais começaram a publicar *folhetins* que se difundiram “em pleno movimento romântico, estreitamente ligado à literatura de massa” (CAVALVANTE, 2005, p. 63), por várias regiões do mundo ocidental, entre elas o Brasil, ajudando a consolidar uma época na qual “praticamente todos os romances passaram a ser publicados (...) em fatias seriadas” (MEYER, 1996, p. 59) nas páginas ou colunas de periódicos destinados ao “gosto do público urbano” (CAVALVANTE, 2005, p. 64), vários “homens de letras” que também integravam as redações desses periódicos brasileiros, entre eles o “livreiro e jornalista Evaristo da Veiga” (RICUPERO, 2004, p. 90), ao mesmo tempo em que apoiavam “alguns dos introdutores do romantismo no Brasil” (Ibidem, p. 90), estabeleceram outras maneiras de inserção e apresentação dos “sentimentalismos” e “patriotismos” românticos que, em muitas situações, poderiam envolver de forma subjetiva a própria composição narrativa de notas, artigos e documentos publicados nas páginas de algumas gazetas.

Através desses argumentos, embora ainda faltem subsídios mais concretos que expliquem de forma mais geral os interesses e sentidos de inserção das concepções românticas no discurso jornalístico brasileiro da década de 1830, existem muitos vestígios da presença dessas formas de sentimentalismo nas narrativas de periódicos diversos, fossem eles portadores de discursos liberais ou conservadores, como pode ser observado no trecho que abre essa parte do estudo, retirado de uma edição do *Correio Oficial*, datada de fevereiro de 1835, no qual o movimento deflagrado no Pará é descrito como uma era de “comoção” e levava despedaçamento das entranhas da pátria Imperial.

A partir dessas conjecturas, o presente tópico trata de discutir a inserção de outras perspectivas ou “leituras sensíveis” na imprensa brasileira, mais especificamente na proposta de compreender como notícias direcionadas a determinados acontecimentos, algumas notas, editoriais e artigos, referentes aos primeiros momentos da guerra cabana no Pará, publicados

pelos jornais do Rio de Janeiro: *Correio Oficial* e *O Sete d' Abril* foram subjetivamente marcados em seu processo narrativo, pelos ideais ou pensamentos românticos.

Nessa perspectiva, o fragmento discutido no início desse tópico, publicado no jornal *Correio Oficial*, em 06 de fevereiro de 1835, referente aos embates deflagrados no Acará em finais do ano anterior, representa um interessante exemplo da inserção de expressões ou termos responsáveis por denotar discursos ou linguagens de viés romântico. Há ainda muitas alusões a adjetivos particulares para esta pátria que se despedaçava: era “sangue humano”, “luto”, “pranto”, “lágrimas”, etc. Cada um destes termos era capaz de estabelecer ou fixar determinadas leituras ou sentidos sobre a guerra cabana.

Nesse sentido, muito além da preocupação em descrever minuciosamente os acontecimentos deflagrados no Pará em finais de 1834, o texto, assinado pelas iniciais J. C. D. S., indicativas da autoria do redator do jornal *Correio Oficial* José Cristino da Costa Cabral, possuía também outros predicativos em sua narrativa. Em primeiro lugar, é possível verificar, desde o início da respectiva citação, a presença de um tom “sentimental”, postura que denota a influência direta do pensamento romântico na escrita jornalística brasileira durante a primeira metade do século XIX. Em segundo, ao lado da presença de aspectos do Romantismo, explicitado pela ênfase aos “sentimentos” e “emoções”, a respectiva nota também demonstra em sua narrativa uma clara proposta de associar o domínio dos cabanos sobre a região com a possibilidade de “barbarizar” através do ódio, vinganças e violência a Província do Pará. E por último, ressaltar o suposto perigo e atraso aos ideais “civilizatórios”³⁴ que a população local sofreria em contato com os intitulados “rebeldes”.

É importante ressaltar que a expressão “civilização” se constituiu em “uma das mais utilizadas pelas elites políticas, médicas, jurídicas, literárias e religiosas do Brasil Imperial” (ABREU In: VAINFAS, 2002, p. 141), além do incentivo à difusão de ações civilizadoras, através de manuais de costumes, valorizadores de aspectos como: “‘cortesia’, ‘urbanidade’, ‘polidez’, ‘boa educação’, ‘boas maneiras’, ‘delicadeza’, ‘etiqueta’, ou seja, tudo que se opunha a rusticidade e grosseria dos setores sociais mais baixos” (Ibidem, p. 142). Esse

³⁴ Na concepção de Norbert Elias, a expressão civilização, passou a ser gradativamente empregada pelos nobres, letrados e burgueses europeus a partir de finais do século XVIII, para assinalar resumidamente uma série de costumes, comportamentos e condições de uma sociedade como o todo. Tempos depois, serviu para distinguir ou comparar povos e nações como “civilizadas” ou “bárbaras” e para expressar as distintas configurações de desenvolvimento científico ou artístico dos povos. No Brasil, o termo “civilização”, adaptado realidade escravista foi largamente utilizado no século XIX, cujas elites vislumbravam na França ou Inglaterra os principais “modelos” de “civilização” a serem imitados. Ver: ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

termo, também amplamente utilizado pela imprensa brasileira da época, passou a representar a perspectiva de “eliminação de tudo que fosse bárbaro ou irracional” (Ibidem, p. 142), estabelecendo uma “poderosa ideologia de dominação de classe e de controle social” (Ibidem, p. 142).

O reconhecimento de descrições ou narrativas subjacentes, mais especificamente de linha sentimental, em notas, editoriais e documentos direcionados ao princípio da guerra cabana (aqui especificado entre os anos de 1834 e 1835) nas páginas de alguns jornais do Rio de Janeiro, como *Correio Oficial* e *O Sete d' Abril*, possibilita um interessante ponto de reflexão sobre a presença de sensibilidades diversas no discurso jornalístico durante a Menoridade. Assim, mesmo compreendendo que a inserção de emoções, pertinentes a determinadas experiências e visões de mundo, esteve configurada implicitamente em notas e artigos publicados na imprensa em uma conjuntura temporal muito mais extensa que o período de duração da guerra no Pará e que a mesma extrapolava o texto inserido nas páginas de periódicos, encontrando-se presente, ao longo de grande parte do século XIX, nos mais diversos campos, como o literário, o tópico em questão envolverá uma investigação sobre a presença desses “traços românticos” apenas em notas e documentos referentes aos momentos iniciais da Cabanagem, particularmente em virtude desses textos, supostamente, envolverem sentimentos de apreensão e patriotismo frente à difusão do movimento cabano na província do Norte.

Nesse sentido se, através do tópico anterior, foi possível meditar sobre a existência de diversos marcos de origem da guerra cabana em várias edições de dois periódicos do Rio de Janeiro, particularmente em algumas das primeiras notas direcionadas a esse tema, com referências aos acontecimentos de fins de 1834 na região do Acará e os de 7 de Janeiro de 1835 em Belém, inseridas nos periódicos investigados, essa parte do estudo irá percorrer outro caminho, caracterizado por envolver algumas leituras e expressões “sentimentais”, expostas nas páginas dos respectivos jornais cariocas, especialmente em relação ao domínio cabano sobre a cidade de Belém, concretizado durante os dois primeiros anos de conflito.

Diante dessas questões, torna-se importante elaborar uma interpretação das problemáticas envolvendo a presença de pensamentos ou expressões portadoras de preocupações “nacionalistas” ou “sentimentais”, com base em notas referentes à exposição da guerra cabana, publicadas em algumas edições dos respectivos jornais. A complexidade apresentada nessa análise remete a necessidade de observar como o texto jornalístico, situado na leitura de dois órgãos de imprensa, contemporâneos aos eventos no Pará, incorporou de

formas distintas o estilo “apaixonado” do Romantismo, ação que propiciará olhares inovadores sobre os discursos presentes no referido objeto de averiguação.

No âmbito da escrita jornalística, compreendida aqui na elaboração e publicação de notas, artigos e editoriais a partir de jornais existentes no Brasil durante a década de 1830, a presença do sentimentalismo romântico, mesmo que de forma indireta ou não intencional, se constitui em uma característica importante, podendo ser detectada na utilização de frases ou expressões que denotavam a sensibilidade e a emoção. Nessa perspectiva, muitos informes sobre a guerra cabana, publicados nas gazetas cariocas aqui investigadas, também foram marcados em seus argumentos, sentidos ou aspirações, pelo espírito do pensamento romântico em voga.

Confirmando essa opinião, não é difícil encontrar nos periódicos analisados, notas eivadas de sentimentalismo e até com referências a autores românticos, como a publicada por um articulista do *Correio Oficial*, de iniciais N. S., no início de 1835, na qual exclamava: “que horrores não se tem cometido na Província do Pará! O orgulho, o egoísmo e o desejo de governar em hum homem (...) mas ai deles! A espada da justiça está prestes a cair sobre suas cabeças criminosas” (*Correio Oficial*, nº 27, 05/02/1835. p. 3). Ainda de acordo com o autor dessa notícia, nenhuma ideia seria mais exemplificativa sobre esse tema, que a proferida pelo “*Conde de Chateaubriand*, quando diz na excelente obra *O Gênio do Cristianismo*, que os tigres se não civilizam na escola dos homens, mas que estes tornam-se selvagens na escola daqueles” (Ibidem, p. 4).

Com essa ênfase aos sentimentos, verificada nas notícias sobre as ações dos cabanos em Belém, e nos demais pontos da Província do Pará, que em parte buscavam traduzir uma “articulação, em termos de coexistência e conflito, entre a especulação filosófica e as exigências eruditas” (FALCON In: CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 99), do Brasil na época, é difícil especificar se as emoções, fixadas em argumentos como os do autor francês François-René de Chateaubriand,³⁵ ilustravam as notas sobre o conflito, publicadas em jornais como *Correio Oficial* e *O Sete d’ Abril*, ou se ocorria o oposto, com a violência dos embates

³⁵ François-René de Chateaubriand nasceu em Saint-Malo, no dia 4 de setembro de 1768 e morreu ainda na primeira metade do século XIX, na cidade de Paris em 4 de julho de 1848. Foi autor de várias obras literárias, peças teatrais, poesias e até livros de história. Seus escritos literários o tornaram conhecido em vários países, e o caracterizaram como um dos principais expoentes do movimento romântico naquela conjuntura. Para maiores informações ver: CHATEAUBRIAND, François-René de. *Memoires d’ outre-tombe*. Éd. Établie par Jean-Claude Berchet, 2 t., Paris LGF, 2003-2004. MAUROIS, André. *René ou la vie de Chateaubriand*. Paris: Bernard Gasset, 1938. GIL, Beatriz Cerisara. *Remémoration et histoire dans les Mémoires d’ outre-tombe de F.-R de Chateaubriand et leur traduction em portugais*. Porto Alegre: tese de doutorado. UFRGS, 2008.

iniciados na capital do Pará, apenas sendo “traduzidas” nos textos publicados pelos órgãos de imprensa.

Assim, mesmo envolvendo um movimento de ordem político-social e encontrando-se temporalmente próximo dos eventos, o discurso jornalístico sobre a guerra cabana, a partir dos periódicos analisados, se caracteriza, em algumas situações, pelo estilo ambivalente que se mostra, de um lado, voltado para uma lógica informativo-objetiva e, de outro, pela proposta nitidamente Romântica de expor os acontecimentos deflagrados no Pará, a partir aspectos sensíveis, geralmente desfavoráveis à causa dos cabanos, cujos atos considerados “bárbaros” são apresentados a partir do influxo de “paixões” que “transbordavam” medo e emoção.

Com efeito, o procedimento de apresentar alguns acontecimentos da guerra cabana, a partir de uma linguagem “eivada” de “sensibilidades”, também se ligava a uma lógica de “despertar” autoridades e leitores, no sentido de agirem ou apoiarem soluções, para evitar o “agravamento” do quadro de lutas no Pará. A presença dessas perspectivas pode ser verificada na continuidade do fragmento publicado no *Correio Oficial* em fevereiro de 1836, caracterizado pela proposta de “despertar” sentimentalmente a população e os representantes do Governo Central no sentido de socorrer prontamente as populações da “tormentosa” Província do Norte:

Não há motivo nenhum que possa justificar aos olhos da Moral e da Política tais convulsões, por maiores que se figurem as injustiças que haja sofrido qualquer indivíduo, nunca este tem direito para perturbar o país. Devem os esforços de todos os Brasileiros honrados tender a dar remédio aos males que afligem o infeliz Pará para que cessem os escândalos que ali tem sido repetidos. (...) A graves enfermidades procuram-se Médicos já conhecidos por sua capacidade. Nada de experimentar capacidades incógnitas com perigo grave na saúde do enfermo. Obtenham estes votos o desejado efeito e sejam felizes os Paraenses com todo o Império. J. C. D. S. (*Correio Oficial*, nº 28, 06/02/1835, p. 3)

Essa parte da nota publicada no *Correio Oficial*, e de autoria do redator José Cristino da Costa Cabral, ao dar prosseguimento à descrição dos acontecimentos deflagrados no Pará, mais especificamente no Acará em 1834, também se notabiliza por enfatizar a proposta de resistência frente aos intitulados cabanos que já ameaçavam a ordem instituída na Província do Norte. Ao lado desses pontos, a comparação dos conflitos no Pará com uma “grave enfermidade” que necessitava ser curada representa notadamente mais uma expectativa de entrelaçar o sentimentalismo romântico com os eventos da Cabanagem.

Ao procurar estabelecer uma imagem metafórica da guerra cabana como uma “doença” que necessitava ser debelada a qualquer custo, a nota publicada no *Correio Official* também deixa subtendido que a suposta “ameaça” de propagação dessa conjecturada “epidemia”, responsável pela possibilidade de difundir os temíveis ideais de “rebeldia” em outras províncias brasileiras, não poderia se concretizar de forma alguma. Daí a necessidade do autor da notícia em convocar autoridades e cidadãos “honrados”, no sentido de mitigar o suposto “mal” que ameaçava a estabilidade do Império. Estas visões sobre os acontecimentos no Pará, eivadas de “patriotismo” e “ensinamentos”, podem ser verificadas no fragmento publicado no *Correio Official* assinado pelas iniciais N. S.:

Parece-nos que não há hoje coração patriótico que não sinta desalento á vista de tais acontecimentos: por nós o julgamos. Se por qualquer forma dirigíssemos os destinos do Brasil, nós o confessamos, permaneceríamos inertes, perderíamos toda a ação que nos cumprisse pôr em jogo para obviar a tão grandes males; tudo esperaríamos do que houvesse de acontecer. Permita o Céu que nunca nos vejamos em passo tão arriscado e difícil!
(*Correio Official*, nº 72, 01-04-1835, p. 4)

Apesar desse tipo de comentário, marcado pela mistura de sentimentos patrióticos e religiosos, se constituir em prática comum por parte dos articulistas e redatores de diversos órgãos de imprensa brasileiros na primeira metade do século XIX, é possível verificar que, no caso específico da análise das notas e artigos sobre a guerra cabana, a presença ou combinação dessas “emoções”, nas páginas do *Correio Official* e, também de forma específica, em algumas edições do jornal *O Sete d’Abril*, acabou se transformando em argumentação que propiciava sentidos distintos aos acontecimentos expostos.

Paralelamente a imposição desses padrões, articulistas e redatores pertencentes aos jornais investigados, ao fazerem referência à guerra cabana na década de 1830, inseriram em suas páginas, através de diferentes perspectivas, expressões e argumentos em favor dos ideais românticos e civilizatórios, pois, na lógica dos responsáveis por esses periódicos, o movimento deflagrado na província do Pará, além de ser caracterizado por supostos atos de “desordem” e “violência”, envolvia populações descritas como portadoras de atitudes e comportamentos considerados não civilizados.

Um interessante exemplo da persistência desses posicionamentos sentimentais pode ser verificado em uma das edições do jornal *O Sete d’Abril* publicada em agosto de 1835, quando um articulista não identificado, ao fazer referência à crise deflagrada no Maranhão e os reflexos nessa província dos eventos desencadeados no Pará, argumentou que “os horrores

praticados n'esta ultima província, e o golpe que eles deram no progresso da civilização dos infelizes paraenses, devia sem duvida despertar os perturbadores do Maranhão” (*O Sete d' Abril*, nº 270, 18/08/1835, p. 3).

As conexões aqui estabelecidas – entre a guerra deflagrada no Pará, o discurso romântico e a insegurança quanto à possibilidade de “ameaça” por parte dos cabanos à província fronteiriça do Maranhão – pareciam se constituir em algumas das balizas principais da presença de expressões emocionais nos periódicos analisados. As bases dessas atitudes justificam-se principalmente pelo sentimento de temor causado em virtude das supostas ameaças, ocasionadas pela oposição entre a “barbárie” vivenciada no Pará e a “civilização” na província vizinha, além da difusão do processo de lutas a outros pontos do Império, como o Rio Grande do Sul.

Ao abordarem dessa maneira alguns dos primeiros eventos deflagrados no Pará, os articulistas e redatores dos jornais do Rio de Janeiro aqui analisados ajudaram a impor, paralelamente a lógica de informar sobre os acontecimentos da guerra cabana, uma determinada visão do respectivo conflito, perante seus leitores e autoridades do Governo Central, caracterizada, de acordo com várias notas observadas, pela proeminência de expressões “intuitivas” e “fatalistas” que traduziam não apenas a presença do sentimentalismo romântico, mas também certo distanciamento em relação aos mecanismos formais de explicação pertencentes aos textos publicados em alguns periódicos.

A necessidade de pensar e analisar como os articulistas e redatores, pertencentes aos dois jornais do Rio de Janeiro, conceberam e expuseram em notas, artigos e editoriais os acontecimentos da guerra cabana, também remete à conclusão de que essa parte da investigação, por tratar de sensibilidades diversas inerentes ao discurso jornalístico, não “obedeça a qualquer padrão estatístico” (DARNTON, 1986, p. 322), situando-se muito mais em verificar a adoção dessas emoções e patriotismos, a partir das especificidades de cada periódico averiguado.

Assim, quando os periódicos investigados passaram a publicar de forma contínua informações sobre o movimento chamado atualmente de Cabanagem, inserindo em seus volumes colunas ou laudas inteiras com notícias sobre esse evento, propiciaram ao mesmo tempo, o estabelecimento de versões específicas dos momentos iniciais dessa guerra que, em várias circunstâncias, foram marcadas pela predominância de perspectivas e descrições sentimentais.

Por fim, ao lado das leituras românticas direcionadas aos primeiros embates da guerra cabana no Pará, subsistiram outros encaminhamentos e sentimentos que suplantavam ou complementavam as discordâncias político-sociais presentes na imprensa do Rio de Janeiro, em relação às ações dos intitulados cabanos na província do Norte. Essas, também envoltas em discursos que visavam transmitir determinadas emoções aos leitores, como o “medo” e a “insegurança”, acabaram ganhando ênfase nas páginas dos respectivos jornais analisados entre os anos de 1835 e 1836. Na diversidade de pontos a serem sublinhados, um dos mais instigantes foi a ênfase à apreensão proporcionada pelos atos de “barbárie”, supostamente cometidos pelos cabanos durante os embates na capital do Pará, aspecto a ser investigado no próximo tópico.

3.3 – Entre selvagens e gente de “cor”: Belém, os cabanos e o medo

Estão infelizmente verificadas as predicções do *Sete d' Abril* sobre essa moribunda província. Há hoje quatro meses que podemos descobrir a exata situação d'esse ermo, dividido em dois bandos de assassinos e ladrões, cuja luta não era de opinião nem de crença política, não era de legalidade nem de interesses honestos; não se ventilavam aí princípios nem se buscava a razão. (...) a razão era a força (...), os princípios eram os do selvagem (...), os interesses eram os do salteador. Algum tempo depois (...) chegou a notícia do assassinato do Presidente Lobo (...). O miserável Vinagre, arvorado em Comandante das Armas, seguiu o exemplo que o Tigre Malcher lhe havia dado, (...) ajudado de grande numero de índios e gente de cor, se, apossara do Trem de guerra e apresentara ao Tigre um combate, que durara três dias (desde 19 até 21 de Fevereiro) correspondido de um e outro lado com mui grande encarniçamento, mas cujo resultado se declarara em favor do Vinagre, o qual tomara a fortaleza e dera mui barbara morte não só ao Malcher, como a quantos desgraçados poderá encontrar em tal fortaleza, sacrificados pelo Tigre, muitos dos quais se lançarão ao rio e aí mesmo morreram a balas (*O Sete d' abril*, nº 249, 26/05/1835. p. 1).

O trecho acima é de maio de 1835, quando os acontecimentos da primeira tomada de Belém completavam quatro longos meses. Ali o articulista vai além de sentimentalismos românticos. Nele, a presença de expressões como: “moribunda” província, local “ermo” e de princípios do “selvagem” e não da “razão” atrelavam o Grão Pará e Belém dos cabanos a uma luta de “bandos” com líderes como Félix Malcher, relacionados à ideia de um animal feroz como o “tigre” que seria “ajudado” por “grande número de índios e gente de cor”. O documento não apenas desqualifica os cabanos, mas claramente os compara a não humanos, tirando dos cabanos todos os atributos da vida social e política Imperial e civilizacional.

Não se fazia no artigo discussões de caráter político e social. Ressaltava-se a existência de um suposto caráter não político da atuação dos cabanos, que se voltava, de acordo com a nota, para ações como o “roubo”, o “assassinato” e o “saque”. Nessa ótica, destaca-se uma clara perspectiva de expor a guerra cabana, particularmente em seus episódios deflagrados na cidade de Belém, sob uma lógica alarmista na descrição daquilo que, autores como Natalie Zemon Davis denominou, em sua obra, de “ritos de violência” (DAVIS, 1990) e que, no caso da imprensa carioca, foram supostamente propiciados pelos cabanos. Os jornais cariocas colocavam os atos “violentos” dos cabanos em vozes e personagens que iam além das opiniões e atuações dos articulistas cariocas.

A Câmara Municipal da Cidade de Belém do Grão-Pará já livre da opressão, e tirania, julga de seu mais sagrado dever levar ao conhecimento (...) todos os factos na mesma ocorridos, desde o sempre infausto 7 de Janeiro até 25 de junho do presente ano, lamentando a impossibilidade de o não ter feito há mais tempo pela coação, e acabrunhamento que foi conservada pela facção desorganizadora. Na madrugada daquele dia um bando de assassinos assenhorando-se de todos os pontos mais importantes, sacrificarão ao seu sanguisedento furor o Presidente, Comandante das Armas, Comandante das Forças Marítimas, alguns Oficiais, e outros indivíduos; aqueles porque acudiam ao toque do alarme, e estes em suas próprias casas. Colocarão na Presidência a Felix Antônio Clemente Malcher, principal chefe da revolta do Rio Acará, e por isso preso na Fortaleza da Barra; e elevarão a Comandância das Armas (...) Francisco Pedro Vinagre; o susto e a morte se difundiu em todas as Classes de Cidadãos, que forçados subscreviam a execranda Acta daquele dia (...). Prisões, deportações, perseguições, e assassinatos era o norte de sua Administração, e a revolução tomando curso extraordinário, inculcava males irremediáveis (*Correio Official*, nº 82, 07/10/1835. p. 1).

O trecho anterior veio a público em outubro de 1835. Apesar de se constituir em um relato estabelecido como uma espécie de memória oficial dos “tempos de anarquia”, ele é proveniente da Câmara Municipal de Belém. Provavelmente foi produzido entre os meses de junho e julho de 1835, momento no qual o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, representante do Governo Central, havia assumido o poder na capital provincial. Ele recupera os fatos de janeiro e os atos de Malcher e Vinagre de forma que se pensasse aquele momento como um tempo de escravidão, em que os cabanos eram comparados com “assassinos” que se “assenhoravam” da cidade e a governavam por meio de “coação”, “tirania”, “prisões”, “deportações” e “assassinatos”. Nesta perspectiva, nota-se a ideia de que a conquista da Cidade do Pará pelos cabanos se apresentava em sua “face assustadora” como um verdadeiro “banho de sangue”, no qual os participantes do movimento, intitulados “assassinos”, cometeram crimes e saques irremediáveis, propiciando “susto e a morte se difundiu em todas

as Classes de Cidadãos”. Aqui fica clara a defesa que os vereadores faziam de si e uma explicação do porquê alguns deles teriam aderido à causa de Félix Malcher, assinando a ata de janeiro de 1835.

Ao lado das questões destacadas, a análise da continuidade desse fragmento, caracterizada por expor o conflito em Belém em fevereiro de 1835, envolvendo grupos rivais comandados pelos líderes cabanos Félix Malcher e Francisco Vinagre, possibilita perceber outras visões, ou versões, sobre a presença dessas populações do interior na capital provincial:

A ambição desfigurativa absoluta fez que desinteligenciados os dois Chefes, aparecessem novas cenas de horror e carnificina, que, com efeito, tiveram lugar nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro. De um lado às malvadezas de Malcher, violentando com sua facção os miseráveis que se asilarão a bordo dos Navios Estrangeiros, donde eram arrancados, apesar dos gemidos dos filhos e das consortes, para serem conduzidos ao Castello; do outro a pertinência de querer conseguir pela força o Timão da Província; e desta desordenada ambição resultou o completo aniquilamento daquele, que mais se ufanava da destruição do gênero humano. Vencido Malcher, subiu a anelada Cadeira Presidencial o seu adversário, que entre cadáveres e ruínas, assegurou sua efêmera posição (*Correio Oficial*, nº 82, 07/10/1835. p. 1).

A análise dessa parte da notícia, também datada de outubro de 1835 e publicada na primeira página da respectiva edição do jornal *Correio Oficial*, permite compreender que, ao lado da ênfase aos sentimentos de “insegurança” e “pavor”, ocasionados supostamente durante o domínio cabano sobre a Cidade do Pará, havia algo muito pior que a conquista e o controle da capital provincial pelos cabanos, que pode ser sintetizado na “ameaça para a ordem estabelecida” (DELUMEAU, 2009, p. 297). Nesse sentido, de acordo com a respectiva nota jornalística, a permanência desses grupos intitulados “assassinos” sobre o controle da cidade de Belém, responsáveis por propiciar “cenas de horror e carnificina”, se constituía em um quadro inaceitável, seja pela suposta violência e prática de crimes diversos, seja em razão do “temor da inversão das hierarquias” (Ibidem, p. 293).

Atento a essas evidências, a “explosão de violência”, suscitada no embate entre os aliados de Malcher e Vinagre, presente na nota publicada pelo *Correio Oficial*, possui alguns indícios reveladores, a serem ressaltados, das visões presentes entre os articulistas de alguns órgãos de imprensa, ao enfatizar ou excluir determinadas notícias, que chegavam às respectivas redações através dos pacotes ou de outras embarcações. Em primeiro lugar, é possível verificar que a intenção em expor as lutas internas entre os cabanos em Belém ou no interior do Pará passava pela perspectiva de demonstrar a incapacidade desses grupos em administrar uma província, daí a urgente necessidade de eliminá-los ou retirá-los do poder.

Em segundo, a ênfase em demonstrar que o motivo principal responsável por ocasionar a luta entre essas intituladas “facções” era a chamada “ambição”, se constituía em um interessante argumento para desqualificar as motivações e interesses político-sociais que também estavam por trás da guerra cabana. E por último, difunde-se nas entrelinhas de algumas notas e documentos uma visão sentimental, com ênfase ao “temor do povo anônimo (...) tanto na cidade como no campo” (Ibidem, p. 293), na qual Belém, durante a administração cabana, se constituía, na verdade, em um espaço de desordem e violência no qual predominavam “ruínas” e “cadáveres”.

Os argumentos publicados no periódico almejavam mais que comover o público leitor do Rio de Janeiro sobre os acontecimentos da guerra cabana no Pará, a partir de uma lógica sentimental com características de um discurso portador de características trágicas. Era preciso trazer o problema imposto pelos cabanos para outros terrenos e contextos, chamando a atenção para a amplitude da Cabanagem e de seus atos que deixaram o Pará e seus moradores mais ilustres sem ação. Nesse sentido ganha ênfase na parte final do artigo os seguintes argumentos:

He difícil pintar qual a situação dos habitantes desta Capital: a fome, a morte, e o susto, tudo em fim nos flagelou: e imensas vitimas seriam imoladas se por ventura os Estrangeiros em suas casas nos não acolhessem. Composto o partido Vinagrista da gente mais baixa, e mais indigente, toda a maldade de empregou para desmornar e eliminar esta parte do Solo Americano, e consegui-lo-iam se a providencia que constantemente tem velado sobre nossos destinos nos não trouxesse o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, que a Regência, em Nome de Sua Majestade o Imperador, nos enviou para Presidente: á sua prudência, e saber se deve o seu desembarque em 25 de junho, e a sua posse no imediato (*Correio Official*, nº 82, 07/10/1835. p. 1).

Através da leitura desse fragmento, caracterizado por fechar a nota sobre a guerra cabana publicada no jornal *Correio Official* em 7 de outubro de 1835, é possível refletir sobre alguns pontos. Primeiramente, a capital da Província do Pará, na conjuntura da administração de Francisco Vinagre, é apresentada como um espaço caótico, caracterizado por envolver sentimentos como o “horror”, no qual as “desordens” e a “barbárie” tornam os cabanos uma constante ameaça para os demais habitantes. Em segundo, que o sentimento de insegurança tornava-se algo comum entre os moradores de Belém durante o período de controle dos cabanos. Em terceiro, que a ascensão do Marechal Manoel Jorge Rodrigues, descrita na presente nota, através de uma lógica espiritual, representou, supostamente, um momento de

alívio frente às apreensões das populações da região, conjecturadas “vítimas” das “maldades” e “injustiças” perpetradas pelos grupos cabanos.

Ao lado desses pontos, também é possível perceber no presente fragmento que o sentimento de temor apresentado não estava voltado unicamente para o fato dos cabanos se constituírem um grupo considerado “rebelde”, mas principalmente, em razão de incorporarem em seu interior “categorias de errantes, muitas vezes confundidos com delinquentes” (DELUMEAU, 2009, p. 249). Nesse sentido, o fato do intitulado “Partido Vinagrista”, supostamente, congregar, na lógica dos articulistas do *Correio Oficial*, a “gente mais baixa, e mais indigente”, se constituía em um ponto alarmante que deveria ser destacado na presente nota, pois denotava, nas entrelinhas, o poder oriundo da maldade que “metaforicamente” eliminava o Pará do “Solo Americano”.

A associação apresentada na nota, envolvendo questões como pobreza, indigência e marginalidade na guerra cabana do Pará, se constitui em um dos elementos pouco conhecidos no meio historiográfico, mas recorrente nos diversos informes publicados nos jornais analisados. Mas essa posição do *Correio Oficial* não é a única. Aqui é preciso acrescentar, ou contrapor, com relatos publicados também no mês de outubro do mesmo ano, nas páginas de *O Sete d' Abril*. Um desses fragmentos pode ser observado a seguir:

Maranhão 25 de julho de 1835. Chegou a 23 do corrente o Pará, e por ele soubemos em como o marechal Manoel Jorge Rodrigues entrou no porto da cidade no dia 23 de junho, saltou em terra a 25, e tomou posse em 26. (...) Não havia segurança, contudo: os sequazes vinagristas passeavam a cidade livremente noite e dia a fazer uniões e distúrbios, e se acertavam as rondas de os prender, eram logo soltos: o Vinagre se acha na cidade, visita a miúdo as novas Autoridades, que não sabemos por que razões têm deixado de o prender (*O Sete d' abril*, nº 283, 06/10/1835. p. 4).

A satisfação apresentada com a ascensão do Marechal Manoel Jorge Rodrigues ao poder na Província do Pará se constitui em um posicionamento explícito na nota publicada no jornal *O Sete d' Abril*. Contudo, para além dessa evidente tomada de posição a favor da chamada “legalidade”, o articulista responsável pela presente notícia também demonstra que a reconquista do poder em Belém, por parte dos representantes do Governo Central, representava uma derrota incisiva para os intitulados “vinagristas” que haviam se assenhorado de grande parte da província, sinalizando, nesse sentido, a volta da ordem. Tal missão, porém, ainda estava “incompleta”, pois, de acordo com a notícia, os cabanos, em especial seu líder

Francisco Vinagre, ainda estavam livres, situação que causava descontentamentos e temores também patentes no respectivo fragmento.

Ao lado dessas questões, há outro ponto que chama atenção na presente notícia e que também deve se instituir em objeto de reflexão: a convocação apresentada. Assim, muito além da perspectiva de informar, a nota publicada no jornal *O Sete d' Abril* também se constituía em uma espécie de mensagem de incentivo em prol do enfrentamento e possível eliminação de seus líderes que ainda encontravam-se na Cidade do Pará, cuja livre permanência na província, era considerada, na visão dos responsáveis pelo periódico, como inconcebível.

Se, em outubro, *O Sete d' Abril* condenava os atos cabanos, mas também não era demasiado favorável ao controle e ao governo do Comandante Rodrigues, os acontecimentos que se sucederam em Belém fizeram apenas ampliar as desconfianças para com os atos do Marechal. Em final de julho e início de agosto de 1835, vários embates foram travados entre cabanos e os partidários de Rodrigues. Foi decretada a prisão de Francisco Vinagre e houve um grande ataque cabano a uma importante vila do interior, a cidade da Vigia. Ameaças e armamentos foram mobilizados. Finalmente, na madrugada de 14 de agosto, os cabanos novamente atacaram e conquistaram Belém. As notícias dos episódios daquele mês chegaram ao Rio apenas em fins de outubro, mais especificamente foram a público em 31 de outubro de 1835. As informações sobre esses eventos ganharam grande repercussão nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, como é possível verificar no fragmento a seguir:

O lugar onde existia a Cidade de Belém é hoje o reparo de algumas centenas de facinorosos que se estrangulam mutuamente, e o assento das aves carnívoras que aí acham pasto diário em que se cevem abundantemente! Perto de 3.000 homens, índios ferozes e gente de cor do centro da província, assaltaram a Cidade indefesa, e levarão tudo a ferro e fogo, depois de oito dias de aturado combate. Nada escapou á barbaridade das feras (*O Sete d' abril*, nº 290, 31/10/1835. p. 4).

Agora, o discurso era de franca calamidade. A riqueza figurativa da linguagem e a contínua inserção de detalhes presentes na descrição da reconquista de Belém pelos intitulados “facinorosos”, presente nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, representa uma interessante possibilidade de decodificação da linguagem simbólica que se inter cruzava continuamente nas páginas da imprensa brasileira no período. A ênfase na descrição das supostas ações “carnívoras” e “bárbaras”, cometidas pelos “índios ferozes” e “gente de cor”, se constitui em um interessante sinal dos sentimentos de medo e insatisfação, que o domínio

de uma capital provincial por determinados grupos sociais ocasionava no respectivo periódico.

A constatação do uso de “argumentos” como a suposta exacerbação da “brutalidade cabana” e o claro temor de uma subversão geral, que se difundisse para as províncias vizinhas, a partir das ações desses grupos que haviam reconquistado Belém em agosto de 1835, corresponde a um ponto de reflexão importante, frente à perspectiva de compreender os sentimentos de insegurança e medo que permeavam algumas notas publicadas nos respectivos jornais do Rio de Janeiro. Ao lado desses pontos, a informação de que essa ação praticamente “destruiu” a capital paraense corresponde a um dado novo a ser divulgado na imprensa carioca, ganhando grande repercussão e gerando imagens ainda mais emotivas e distorcidas sobre a respectiva guerra.

A procura de estabelecer uma coerência própria no discurso jornalístico, em relação aos argumentos de oposição ao controle de Belém pelos chamados “facinorosos”, favoreceu também o aparecimento, na nota publicada pelo jornal *O Sete d' Abril*, de expressões ou concepções portadoras de sentidos inusitados. Uma dessas expressões, presente na afirmativa de que “3.000 homens, índios ferozes e gente de cor do centro da província, assaltaram a Cidade indefesa”, centra-se na lógica de que a capital paraense, ao ser conquistada por populações indígenas e grupos de origem africana, provenientes de áreas do interior do Grão-Pará, teve claramente sua condição ou *Status* de “civilização” ameaçados, pois encontrava-se sob domínio da “barbárie”, simbolizada pelas populações de localidades do interior, em outras palavras, aquelas que habitavam o “sertão” da província.

O exame desse argumento presente na nota publicada pelo jornal *O Sete d' Abril*, ao lado de denotar claramente a proposta de contrapor litoral e sertão, ou centro e periferia, como identificadores da oposição entre as populações do litoral “civilizado” e as do sertão “barbarizado” na província do Pará, indica visivelmente que a descrição da guerra cabana, em notas publicadas pelos jornais especificados, também passava pela proposta de desconstruir as ações dos intitulados “facinorosos”, não apenas através de concepções “sentimentais”, mas também por meio de outros argumentos.

Nesse sentido, muito mais que simplesmente apresentar uma notícia sobre reconquista de Belém pelos cabanos, o(s) articulista(s) do jornal *O Sete d' Abril* preocuparam-se em enfatizar a situação da capital provincial, supostamente saqueada e em ruínas, não existindo mais como cidade, ou seja, o objetivo era convencer o leitor de que a guerra cabana se constituía, pelo menos no plano discursivo, em uma tragédia de grandes proporções, e a

eliminação dos intitulados “facinorosos” se fundava em um ato justificado e apoiado pelos responsáveis pelo periódico. Assim, ao lado da perspectiva de informar sobre o conflito, as páginas do presente jornal carioca, tanto no uso dos sentimentos, passando pela inserção de determinados argumentos, quanto na prerrogativa dos silêncios, apresentavam a perspectiva de convencer e envolver as sensibilidades dos leitores para a suposta gravidade dos acontecimentos no Pará.

Em suma, o uso de argumentos depreciativos e alarmantes para descrever o domínio dos cabanos sobre Belém traduzia os objetivos dos responsáveis pelo jornal *O Sete d' Abril*, centrados na proposta de convencer determinados setores da população carioca, em especial elites e autoridades, da necessidade de destruição do movimento cabano a partir de dois ângulos: por um lado, mostrando que o controle dos “rebeldes” sobre a capital paraense representava a aniquilação da cidade e de seus moradores; por outro lado, argumentando que além da destruição e mortes, era inconcebível, na visão apresentada por alguns articulistas da imprensa do Rio de Janeiro, que índios, negros e pobres dominassem uma província ou parte dela.

A ênfase na utilização de sentimentos de medo e de insatisfação em notas contendo informações sobre o andamento da guerra cabana no Pará durante os meses finais do ano de 1835 não se constituiu, evidentemente, em exclusividade dos responsáveis pelo jornal *O Sete d' Abril*. As páginas do periódico *Correio Oficial*, mesmo portando argumentos politicamente divergentes, também expuseram em várias de suas edições, notas caracterizadas pelo descontentamento, frente à permanência dos “rebeldes” no poder após a reconquista da capital paraense:

Assaz se tem escrito sobre os lamentáveis acontecimentos do Pará; eles repassando de dor os corações, que ainda a desmoralização não privou daqueles sentimentos de humanidade que caracterizam os Brasileiros, servem pelo menos para nos descobrirem a profundidade dos abismos em que nos pode lançar a falta de nosso respeito ás Leis e Autoridades encarregadas da sua necessária manutenção. A ignorância do povo quando é aproveitada pela perversidade de arteiros ambiciosos, e escandecida por discursos incendiários de interesseiros facciosos, dá sempre essas cenas de ferocidade, de que, por desgraça nossa, tantas repetições temos visto no malfadado Pará. Insistiremos sempre sobre esta matéria, e desculpem os nossos leitores, porque estamos bem persuadidos que as principais raízes da anarquia são o desprezo da Lei, e a sua habitual infracção, tanto da parte dos governados, como da dos governantes; e a anarquia devora costumes, prosperidades, vidas e liberdades, por isso devemos ter muito em lembrança os seus estragos e perigos, para não sermos preados em descuido (*Correio Oficial*, nº 106, 04/11/1835. p. 3).

Muito além de sua proposição meramente informativa, a nota referente aos acontecimentos no Pará, publicada em novembro de 1835 no jornal *Correio Oficial*, se constitui em argumentos mais trágicos e de temor crescente. Para o articulista responsável pelo texto, a reconquista de Belém pelos cabanos poderia ser enquadrada no exemplo de eventos que remetiam a ação de indivíduos responsáveis por ocasionar “dor nos corações”, privados dos “sentimentos de humanidade”, e que poderiam lançar a pátria na “profundidade dos abysmos”.

Nessa perspectiva, a suposta “anarquia”, propiciada pelos cabanos durante os momentos de conflito, é apresentada pelo articulista do referente periódico como um elemento “devorador” de “costumes, prosperidades, vidas e liberdades”. Assim, as ações propiciadas pelos participantes da Cabanagem no Pará, eram descritas, na lógica de algumas notas publicadas no *Correio Oficial*, como marcadas por comportamentos “brutais” que deveriam ser impedidas a qualquer custo, sob ameaça de propiciarem a penúria e a destruição a toda uma província e de se difundirem por outros pontos do Império.

É importante ressaltar que a presença de alguns termos e expressões sentimentais, caracterizados pela ênfase no medo, inseridos no componente explicativo do processo narrativo de várias notas publicadas na imprensa sobre a guerra cabana no Pará, não era exclusividade das notícias direcionadas à Cabanagem. Esses argumentos integravam quadro mais geral de influências do pensamento ou de leituras “sensíveis” na imprensa e no meio intelectual brasileiro da primeira metade do século XIX.

Ao lado dessa perspectiva de “convencer” o leitor, os emblemas da “apreensão” e do “medo”, presentes na composição de parte da narrativa construída pela imprensa sobre a guerra cabana no Pará, não devem ser dissociados das próprias visões de mundo que permeavam a vida nacional e internacional na década de 1830, caracterizadas pela influência introspectiva dos sentimentos, impulsos e patriotismos que compunham a “aura” romântica subjacente naquele período. Essa estrutura textual, caracterizada pela ênfase na sensibilidade, embora tenha permeado grande parte das notícias, editoriais e até alguns documentos oficiais publicados no Brasil sobre os mais diversos temas ao longo da primeira metade do século XIX, adquirindo “maior impulso (...) nos primeiros anos do reinado do segundo Imperador” (ROMERO, 1980, p. 60), também esteve presente em notas e artigos referentes à Cabanagem.

Ao mesmo tempo em que parte das narrativas sobre a guerra cabana no Pará, era assinalada, nos dois jornais da Corte aqui analisados, pelo uso de aspectos sentimentais, subsistiam nas notas, editoriais e documentos sobre os eventos deflagrados em Belém,

reproduzidos nesses periódicos, outras peculiaridades que denotavam a presença de concepções legitimadoras dos ideais de dominação. Uma dessas posturas, perceptível em diversas notícias publicadas nesses órgãos de imprensa, consistia na prática de designar os cabanos ou suas lideranças a partir de expressões ou alcunhas diversas, geralmente envoltas em perspectivas depreciativas, como será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV OS CABANOS E SUAS DENOMINAÇÕES: O USO DE ALCUNHAS

A utilização de designações, sob as mais variadas perspectivas, se constituiu em uma atitude comum nos periódicos do início do século XIX, tanto nos brasileiros, quanto nos estrangeiros. Naquele contexto, a presença de termos que indicavam “insultos, desqualificações mútuas e difamações” (BARBOSA, 2010, p. 56), envolvendo articulistas rivais ou direcionadas a indivíduos comuns, apenas representava um sintoma ou postura geral da imprensa em uma temporalidade específica, “marcadamente caracterizada pelas disputas de um periódico em relação a outros” (Ibidem, p. 56) e pelas páginas e colunas das gazetas serem “povoadas por múltiplas metáforas” (Ibidem, p. 56), direcionadas aos mais variados fins e acontecimentos.

Assim, compreendendo que o “pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 377), e que o “conteúdo histórico que se pretende resgatar depende muito da forma do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais” (Ibidem, p. 377). O uso de designações pela imprensa brasileira na década de 1830, a partir de um plano mais diverso, superando aspectos como a temporalidade e a própria exclusividade, se constituiu em prática habitual por parte dos articulistas de distintos periódicos que costumeiramente privilegiavam em suas narrativas a inserção de críticas e do uso de termos “desqualificadores”, o capítulo em questão, envolverá o campo da linguagem, ao abordar a construção de diferentes formas de classificação ou conceituação nas páginas de dois jornais do Rio de Janeiro, relacionada aos grupos ou indivíduos envolvidos na Cabanagem.

É preciso também destacar, de início, que não podemos analisar a utilização de designações diversas, por parte de dois órgãos da imprensa carioca, publicadas em várias notas, artigos e documentos, de forma quase contemporânea aos eventos da guerra cabana, sem compreender os sentidos ou significados que essas expressões possuíam naquela conjuntura, daí a constante necessidade de utilizar como suporte, ao longo dessa parte da tese, de dicionários da época e outros documentos referentes ao contexto da primeira metade do século XIX. Essa postura, caso não seja adotada, inevitavelmente, iria incorrer no “pecado” do anacronismo, por desconsiderar a extensão temporal e cultural que nos separa dos

articulistas e redatores responsáveis pela inserção desses termos nas páginas de algumas gazetas durante a década de 1830.

Assim, considerando que “nem a história se reduz a estrutura do texto, nem tampouco esta deve ser desprezada para uma análise do conteúdo histórico-social dos discursos” (Ibidem, p. 379), e admitindo que a análise dessas expressões abrirá a “possibilidade de se descobrir (...) um sistema estranho de significação, a fim de decifrá-lo” (DARNTON, 1986, p. 106), caminho a ser percorrido já no primeiro tópico abordará essas especificidades do texto jornalístico, referente às designações impetradas aos cabanos.

4.1 – Olhares hostis: designações atribuídas aos cabanos

Tantas foram, e tão diversas, as designações direcionadas aos integrantes do movimento cabano no Pará, por parte da imprensa brasileira na década de 1830, que se constituiria em um lapso imperdoável não penetrar em sua análise. Embora a prática de denominar por meio de alcunhas não tenha se constituído em exclusividade dos jornais aqui analisados, a mesma ganha, indubitavelmente, relevância nas páginas do *Correio Oficial* e de *O Sete d' Abril*, cujos articulistas, ao construírem por meio de variadas perspectivas, a narrativa da guerra cabana, utilizam de expressões para nomear os participantes do movimento deflagrado na província do Norte, em uma indicação de que os periódicos, através de perspectivas diversas, inclusive no plano da linguagem, almejam “formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas” (LUCA; MARTINS, 2006, p.11).

É importante ressaltar que de acordo com Reinhart Koselleck, a presença e uso de designações variadas, como forma de atribuição a grupos humanos, distintos em seus aspectos sociais, culturais e étnicos, revela “determinadas formas de experiência e possibilidades de expectativas cujos atributos também podem surgir com outras denominações em outras situações históricas” (KOSELLECK, 2006, p. 195), possuindo em seus significados e atribuições “estruturas próprias, mas também comuns, que sempre aparecem de novo na linguagem política, mesmo quando, no correr da história, as palavras ou nomes se modificam” (Ibidem, p. 195), manifestando essas alterações em diversas situações no discurso jornalístico.

Ainda na percepção desse estudioso, a “semântica política dos conceitos (...) fornece uma chave de compreensão sem a qual os fenômenos do passado não poderiam ser entendidos hoje” (Ibidem, p. 103), pois ao lado das narrativas dos acontecimentos publicadas nos

periódicos aqui investigados, subsiste uma “exigência metodológica mínima: a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então” (Ibidem, p. 103). Assim, apesar dos estudos envolvendo designações ou conceitos, se constituírem em “um campo próprio de pesquisa que deve, do ponto de vista metodológico, deixar de considerar, em um primeiro momento, os conteúdos extralinguísticos – entendidos como campo específico da história social” (Ibidem, p. 106), a inserção desse tipo de análise no corpo do texto jornalístico direcionado a guerra cabana, envolvendo os “usos da linguagem”, necessita ser compreendida, “antes que esses significados possam ser tomados como indicadores de conteúdos extralinguísticos que recobrem” (Ibidem, p. 106).

A partir dessas considerações, é possível constatar vários pontos indicativos dos anseios e interesses da narrativa jornalística em relação à guerra cabana. Em um fragmento publicado no jornal *Correio Oficial*, de autoria do redator José Cristino da Costa Cabral, cujo conteúdo é direcionado a Cabanagem, o autor expressa que “crimes gravíssimos, atentados horrendos e inauditos mancharão os anais da Província do Pará” (*Correio Oficial*, nº 71, 31/03/1835, p. 4), e complementa que o povo pertencente a essa “Província do Império Brasileiro, situado na América, no século 19, o da civilização, apresenta ao mundo cenas de sangue e ferocidade próprias das hordas dos Canibais e dos Flibusteiros!” (Ibidem, p. 4).

“Canibais” e “Flibusteiros” eram os cabanos. Essas denominações eram mais do que um ato imaginativo ou despropositado de articulistas ou redatores. Estas designações buscavam desconstruir a causa e os sentidos de luta dos cabanos paraenses. O primeiro termo remete aos primórdios da colonização e à existência de povos indígenas que devoravam homens, em especial os colonizadores europeus. O segundo também tem origem na colonização europeia e fazia menção aos piratas que assaltavam embarcações, especialmente as espanholas, nos mares atlânticos entre os séculos XVII e XVIII.

Mas havia muitas outras alcunhas. Da profusão de termos utilizados para designar os cabanos, pelos órgãos de imprensa especificados, alguns ganham relevância, seja pela frequência de aplicações em notas, editoriais e documentos, ou pelos próprios significados que a expressão pode denotar ou remeter. Contudo, de todos os termos, um era extremamente presente. Sobre esse aspecto, a análise da denominação “canibais”, inserida na citação que abre esse tópico, possibilita um interessante ponto inicial de discussão, seja em virtude da perspectiva de apreensão de seus sentidos léxicos, na década de 1830, ou em razão das próprias possibilidades de refletir sobre a presença dessa expressão no discurso jornalístico.

Começo com a análise de uma tabela. Nela fica clara a presença e o uso constante do termo “canibal” no jornal *Correio Oficial*:

TABELA 4 - USOS DO TERMO “CANIBAL” – CORREIO OFFICIAL 1833-1840					
Nº	Edição Nº	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo
1	63	13/09/1833	Soc. Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de S. Francisco de Paula (RS). (p. 2-3)	1	Metáfora
2	27	04/02/1834	Suspensão da tutoria de D. Pedro II por José Bonifácio. (p. 1-2)	1	Metáfora
3	64	20/03/1834	Revolta de Água Preta e Panelas em Pernambuco. (p. 3)	1	Revoltosos
4	120	31/05/1834	Revolta de Água Preta e Panelas em Pernambuco. (p. 3)	1	Revoltosos
5	35	11/08/1834	Revolta na Província de Goiás. (p.1)	1	Revoltosos
6	105	04/11/1834	Revolta na Vila da Cachoeira na Bahia. (p. 3)	1	Índios
7	147	24/12/1834	Revolta em Minas Gerais. (p. 4)	1	Revoltosos
8	25	03/02/1835	Cabanagem no Pará. (p. 2) Hidra canibal	1	Metáfora
9	71	31/03/1835	Cabanagem no Pará. (p. 4)	1	Revoltosos
10	100	06/05/1835	Viabilidade da navegação. (p. 2)	1	Índios
11	09	10/07/1835	Revolta no Ceará. (p. 4)	1	Revoltosos
12	48	27/08/1835	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Revoltosos
13	50	03/03/1838	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Revoltosos
14	78	06/04/1838	Sabinada em Salvador (p. 1-2)	1	Revoltosos
15	79	09/04/1838	Sabinada em Salvador. (p. 1)	1	Revoltosos
16	116	26/05/1838	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Revoltosos
17	129	10/06/1840	Farroupilha (p.3)	1	Sobrenome
18	130	11/06/1840	Farroupilha (p.3)	1	Sobrenome
19	141	30/06/1840	Religião na França. (p. 3-4)	1	Metáfora
20	60	15/09/1840	Eleições na Bahia. (p. 4)	1	Metáfora
Total 20	XXX	1833- 1840	11 - Revoltosos; 5 - Metáfora; 2 - Índios; 2 - Sobrenome		

Fonte: Jornal *Correio Oficial* (RJ). Biblioteca Nacional - BNdigital.

Identificada 20 vezes ao longo das edições do *Correio Oficial* entre 1833 e 1840, a expressão: “canibais” ou “canibal” foi aplicada hegemonicamente para os líderes e a multidão presente nos movimentos considerados na época como “rebeldes” ou “insurgentes”, deflagrados pelos mais diversos motivos, em várias províncias brasileiras durante a conjuntura da Menoridade. Confirmando essa linha de pensamento, 11 das 20 inserções do termo em questão (mais de 50%), identificadas no mapa, correspondem à perspectiva de

aproximar ou designar os participantes de movimentos deflagrados em vários pontos do Brasil (Pará, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Goiás e Ceará), ao longo da década de 1830.

A perspectiva de aproximação entre o termo: “canibais” e os participantes de movimentos provinciais durante a Menoridade, nas páginas do *Correio Oficial*, torna-se evidente em relação à guerra cabana. Nesse sentido, de acordo com o quadro apresentado, a associação com a respectiva alcunha é evidenciada em cinco notas e artigos, perfazendo 20% de todas as referências à expressão. A contínua inserção da denominação: “canibais”, ao contrário do termo: “flibusteiros” cuja presença nas páginas da respectiva gazeta foi confirmada em apenas uma única nota (a citada no início desse tópico), condiciona aquela expressão como uma das mais utilizadas por parte desse órgão de imprensa, para designar participantes de movimento cabano no Pará.

O contínuo emprego do termo, em geral, surge no plural: “canibais”. Nele, evidencia-se uma forma de percepção da multidão de cabanos. Eles eram claramente associados aos supostos atos de “brutalidade”, como assassinatos e diversas apropriações de bens materiais e imateriais cometidas pelos “rebeldes” paraenses nos momentos de luta na província. Por outro lado, “canibais” possui outra acepção, ao fazer “lembrar o canibalismo (...) prática (...) oposta a civilização” (SCHWACZ, 1998, p. 195-196), cujo sentido não “só representava, em seu conjunto, sinal de repugnância a tudo o que lembrasse a animalidade” (Ibidem, p. 196), como também indicava os valores e os medos professados pelos representantes de alguns órgãos de imprensa no Brasil durante a década de 1830. Esses dois significados se encontram unidos dentro de uma definição maior: a do atrelamento dos cabanos com os povos indígenas da Província do Pará.

A identificação dessa significativa quantidade de menções ao termo: “canibal” ou “canibais”, com indicações aos cabanos do Pará, em diversas edições do *Correio Oficial*, também sugere a importância e o temor da participação de povos indígenas na Cabanagem, por parte do discurso jornalístico da década de 1830. Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que o envolvimento dessas populações no movimento político-social deflagrado na Província do Pará foi observado e, ao mesmo tempo, analisado por diversos estudiosos ao longo dos séculos XIX e XX o que, além ressaltar ou diminuir o papel do índio na guerra cabana, foi também responsável pelo uso de termos diversificados, como forma de alcunha para essas populações.

A existência da terminologia: “canibais” como forma de designar os índios participantes da guerra cabana, ao lado de reconstruir uma parte da experiência jornalística em

nomear alguns grupos participantes do movimento, através de determinadas visões de mundo e esquemas interpretativos, remete, inevitavelmente, a outras questões que não devem ser desprezadas. Um dos aspectos mais instigantes a ser ressaltado relaciona-se com a própria historiografia sobre a Cabanagem que, ao longo dos séculos XIX e XX, foi caracterizada por visões distintas e, muitas vezes, opostas, tanto em relação ao envolvimento de índios³⁶ nesses acontecimentos, como nos termos empregados para nomear essas populações e, principalmente, no processo de construção de uma identidade cabana.

Embora, na maioria dos casos, as referências à expressão “canibais” tenham sido aplicadas para designar populações indígenas, em algumas notas encontradas subsistiam exceções no uso do termo que poderia indicar outros grupos étnicos, como uma publicada no jornal *O Sete d' Abril* em 1837, cujo conteúdo informa que no mês de junho foi “assaltada uma canoa de gente da Legalidade acima de Breves: onze pessoas foram vítimas da sua ferocidade” (*O Sete d' Abril*, nº 490, 07/10/1837, p. 3), e os mesmos, “não contentes os canibais de haverem roubado a vida desses infelizes, mutilarão os seus cadáveres e lhes

³⁶ Sobre as referências a participação de índios na Cabanagem e as designações empregadas para essas populações pela historiografia, já existe uma importante bibliografia. No século XIX, destacam-se os estudos realizados pelo historiador alemão Heinrich Handelman, intitulado *Historia do Brasil* (publicada originalmente em 1860), no qual ele enfatiza a mudança ocorrida no movimento cabano com o envolvimento de populações “índias, meio selvagens, os tapuias” (HANDELMANN, 1931, p. 313), que passou a configurar-se como “uma guerra de índios contra brancos” (Ibidem, p. 313). João Manuel Pereira da Silva, que em seu livro *Historia do Brasil de 1831 á 1840*, aplica a denominação de “gentios selvagens” (Ibidem, p. 156), direcionada aos índios envolvidos no respectivo movimento. Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará), que em seu livro intitulado *Motins Políticos*, também se notabiliza, ainda no século XIX, por expor, de forma incisiva, nos diversos volumes de sua obra, publicados entre os anos de 1865 e 1890, a participação de populações indígenas na guerra cabana, através de designações variadas, como: “índios”, “tapuios”, “selvagens” (RAIOL, Volumes I-V). Esses estudos, apesar de possuírem visões distintas sobre a guerra cabana, estabeleceram de maneira geral, um discurso de temor ou aversão, evidenciado pelas próprias alcunhas, frente ao envolvimento de índios no respectivo movimento. A partir do século XX, autores como Jorge Hurley, Palma Muniz, e Ernesto Cruz, apesar de também fazerem referências esporádicas ao envolvimento de índios na Cabanagem, designados como: “aborígenes”, “selvagens”, “índios” ou “tapuios”, ressaltaram muito mais a participação dos mestiços, que passam a se constituir no grupo étnico mais evidenciado em estudos sobre a guerra cabana naquela conjuntura. Esse posicionamento, não sofre grandes alterações nas obras relativas ao tema, publicadas ao longo das décadas de 1980 e 1990, por autores como José Julio Chiavenato, Pasquale Di Paolo e Carlos Rocque, que denotam um papel menor a participação indígena na guerra cabana. A partir dos primeiros anos do século XXI, estudos como a dissertação de Leandro Mahalem de Lima, intitulada: *Rios Vermelhos: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. (2008), a dissertação de Michelle Barros de Menezes, denominada: *Germes de grandeza: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850)*, e o artigo da Prof. Magda Ricci, intitulado: *As Batalhas da memória ou a cabanagem para além da guerra* (RICCI In: RICCI e SARGES, 2013, p. 45-80), apesar de não enfatizarem a análise dos termos direcionados aos índios, passam a ressaltar cada vez mais a importância do envolvimento de grupos indígenas na guerra cabana e as polêmicas que essa participação ocasionou no meio intelectual e político brasileiro do século XIX, como por exemplo, no relato de Michele Barros sobre a briga de Baena com Machado de Oliveira (ex-presidente de província do Pará) sobre a questão indígena no Pará dentro do IHGB).

arrancaram as partes mais sensíveis do corpo, ao som de improperios!!!” (Ibidem, p. 3), e outra exposta nas páginas do *Correio Oficial* em 1838, caracterizada por apresentar uma defesa da permanência do Marechal José Soares Andréa no governo da província, ao expressar que “razões sobejas tem os Vigienses para recluir de mudanças, pois a Villa da Vigia foi a que primeiro viu furiosos canibais em 23 de Julho de 1835, matarem, arrastarem e esquartejarem aos mais denotados patriotas que se opuseram ás suas sinistras intenções”. (*Correio Oficial*, nº 50, 03/03/1838, p. 3).

Apesar de, sob um primeiro olhar, existir uma aparente semelhança entre os usos do termo “canibais”, a partir das páginas de ambos os periódicos, é possível observar que os argumentos expostos nas notas, a despeito de aproximar essa expressão dos conjecturados “crimes” e “brutalidades” cometidos pelos cabanos de uma forma geral, também se notabilizam pela distinção no campo político exposto. Nessa perspectiva, enquanto o primeiro fragmento, publicado no jornal *O Sete d’ Abril*, ressalta o suposto “quadro de violência” e “impunidade” que preponderava no Pará em 1837, portanto ainda na administração do Marechal José Soares Andréa, se constituído em uma crítica a essa autoridade, a segunda nota, publicada nas páginas do *Correio Oficial* em 1838, é caracterizada por conter sentidos opostos, pois, ao mesmo tempo em que se constitui em um apelo dos moradores da vila de Vigia, localizada no interior do Pará, pela permanência de Andréa no poder, ressalta atos de violência dos supostos “canibais” cometidos em 1835, portanto antes do Marechal ter assumido o governo da província.

Ao lado das evidentes diferenças observadas, entre os usos do termo “canibais”, por parte dos periódicos cariocas analisados, torna-se importante observar o quadro a seguir, caracterizado por delinear os usos e sentidos dessa expressão nas páginas do jornal *O Sete d’ Abril*:

TABELA 5 - USOS DO TERMO “CANIBAL” – O SETE D’ ABRIL 1833-1838					
Nº	Edição Nº	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo
1	5	15/01/1833	Brasil.	1	Metáfora
2	22	12/03/1833	Carta ao redator.	1	Metáfora
3	130	22/03/1834	Exposição sobre a exclusão do Sr. H. H. Carneiro Leão, da Sociedade Defensora.	1	Metáfora
4	370	13/08/1836	Farroupilha	1	Metáfora
5	472	05/08/1837	Cabanagem no Pará.	1	Revoltosos
6	473	09/08/1837	Farroupilha	1	Revoltosos
7	490	07/10/1837	Cabanagem no Pará.	1	Revoltosos
8	544	09/04/1838	Revolta na Bahia	1	Revoltosos
9	545	12/04/1838	Os mesmos e o Imparcial	1	Metáfora
Total 9	XXX	1833- 1838	4 - Revoltosos; 5 - Metáfora;		

Fonte: Jornal *O Sete d’ Abril* (RJ). Biblioteca Nacional - BNdigital.

A análise do presente quadro, relativo aos usos da expressão “canibais” por parte dos articulistas e redatores do jornal *O Sete d’ Abril*, propicia algumas surpresas. Em primeiro lugar, nenhuma das referências encontradas faz associação direta desse termo com as populações indígenas do Pará ou de qualquer outra região do mundo. Em segundo, mesmo as duas alusões da designação aos cabanos paraenses localizadas (50% do total de citações direcionadas a “rebeldes”), não fazem qualquer aproximação direta com os índios envolvidos no movimento, pois expõem os cabanos como “canibais” de uma forma geral. E por último, cinco, das nove alusões encontradas, fazem uso da alcunha: “canibais” de forma metafórica.

Ao lado desses pontos, a observação dos percentuais também permite expressar que no âmbito dos jornais analisados, a presença da expressão “canibais”, além de seu evidente uso na designação de participantes de movimentos como a Cabanagem, também possuía uma forte conotação metafórica, associada a distinguir ou separar ações ou comportamentos considerados civilizados dos não civilizados,

Nessa perspectiva, a presença, em algumas notas, de argumentos que procuram associar o século XIX como o da “civilidade” corresponde em um interessante indício da existência de uma disposição mental prévia, por parte dos articulistas e integrantes de determinados representantes dos órgãos de imprensa investigados, em fixar uma leitura específica da Cabanagem e de outros movimentos político-sociais deflagrados na Menoridade, como eventos distantes das “várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas” (ELIAS, 1994, p. 23).

Paralelamente à difusão de notícias sobre a guerra cabana, nada mais trivial para parte da imprensa de um jovem império em formação que a adoção em suas páginas de padrões, anseios e valores considerados como “civilizados”, que no mundo ocidental ganham força a “partir de finais do século XVIII, mas, sobretudo durante os séculos XIX e XX” (SCHWACZ, 1998, p. 197).

Nessa perspectiva, os intitulados “rebeldes” paraenses não eram criticados apenas pela sua oposição as determinações político-sociais do Governo Central, o fato de habitarem espaços longínquos em relação ao Rio de Janeiro, caracterizados por extensas florestas e rios, de portarem condutas e posturas consideradas distantes das maneiras e comportamentos sociais considerados como “adequados”, ou de serem, na visão das elites imperiais, praticantes de hábitos que causavam repugnância por supostamente estarem próximos da animalidade, se constituiu em um interessante ponto inicial de reflexão para o entendimento do uso de designações atribuídas a essas populações em determinados órgãos de imprensa.

Funcionando como símbolo do caráter “modelador”, no qual, determinados grupos sociais dominantes tentam impor seus valores e sentidos aos demais segmentos da população, o emprego de alcunhas direcionadas aos cabanos paraenses em jornais como o *Correio Oficial* e *O Sete d’Abril*, a despeito de suas diferenças políticas e sociais já evidenciadas, não pode ser dissociado dos valores e concepções que passaram a permear as mentes dos articulistas, redatores e demais integrantes da imprensa brasileira desde o início do século XIX, despontando como indício dos “medos sociogênicos” (ELIAS, 1994, p. 62), que subsistiam na época em parte das elites imperiais brasileiras.

Ao lado dessas questões, a inserção dessas designações também se caracterizava por congregar ou adaptar outros elementos e designações, como o termo “bárbaro”, originado pelos gregos na Antiguidade Clássica e que, de acordo com Reinhart Koselleck, se constituía em “uma figura de linguagem universalista, que abrangia todos os homens, e era atribuído a dois grupos espacialmente separados” (KOSELLECK, 2006, p. 198), como no caso dos helenos e bárbaros. Ainda de acordo com esse autor, o uso dessa “figura de linguagem assimétrica” (Ibidem, p. 198), destinada aos não gregos, representava “menosprezo aos estrangeiros, aos que balbuciavam ao falar, ou cuja fala não se entendia, cristalizou-se em uma série de epítetos negativos que desclassificavam toda uma humanidade que vivia fora da Grécia” (Ibidem, p. 198).

Apesar da grande distância temporal e cultural em relação aos antigos gregos, a inserção do termo bárbaro continuou sendo utilizada ao longo dos séculos pelos europeus,

como forma de designar povos diferentes em seus costumes e modos de vida. Com a “chegada dos europeus à América, o conceito de bárbaro demonstrou mais uma vez vitalidade ao ser usado para classificar os povos encontrados” (FREITAS, 2011, p. 3), também denominados de índios. No Brasil da década de 1830, o uso da expressão: “bárbaro” ganhou outros sentidos e conotações, passando também a representar o sentimento de medo ou apreensão das elites imperiais frente à ocorrência de movimentos considerados “rebeldes” ou de “insurreição”, propiciados por escravos ou indivíduos pertencentes a outros grupos sociais e étnicos em diversas províncias, cujos participantes, em muitas situações, passavam a ganhar indistintamente essa denominação. A partir desses pressupostos, é possível verificar que a aplicação dos termos “bárbaro” ou “bárbaros”, como forma de designar os cabanos por distintos órgãos de imprensa brasileiros durante a Menoridade, não representava nenhuma prática inovadora naquela conjuntura, como é possível verificar no fragmento pertencente ao jornal *O Sete d' Abril* exposto a seguir:

Todos têm direito a esperar da atual administração a energia que o decoro pede, a vingança que as leis reclamam, e a justiça severa e pronta que a humanidade exige n'este caso, oprimida por esse bando de bárbaros, instruídos nos massacres pelos déspotas e loucos que ali tem governado, e que os souberam meter a caminho para cometerem estes horrorosos atentados, e os mais que provavelmente se seguirão (*O Sete d' Abril*, nº 233, 31/03/1835, p. 1).

Em primeiro lugar o termo é utilizado numa aproximação com comportamentos “brutais”, conjecturadamente atribuídos aos “rebeldes”, mas também como o “bando” que, provavelmente por sua brutalidade, se sujeitava a serem “instruídos” por “déspotas e loucos”. Essa acepção também interagiu com a própria “trama”, estabelecida implicitamente pelos articulistas de alguns jornais da época, sempre “ávidos” em fixar diferenças entre o mundo “letrado” (o da legalidade) e o da “ignorância” ou “brutalidade” (o dos cabanos e de seus líderes).

Após sublimar esses argumentos que justificam e balizam a presente investigação, torna-se importante conhecer de forma mais específica os diferentes usos e inserções do termo “bárbaros” nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, ao longo do contexto de existência desse periódico, ação a ser realizada através do quadro a seguir:

**TABELA 6 - USOS DA EXPRESSÃO “BÁRBAROS” NO JORNAL
O SETE D’ ABRIL 1833-1839**

Nº	Edição Número	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo
1	7	22/01/1833	Oposições ao 7 de Abril – (p. 3)	1	Metáfora
2	16	23/02/1833	Hino em homenagem ao dia 7 de abril (p. 4)	1	Metáfora
3	141	03/05/1834	Art sobre a antiguidade. (p. 1)	1	Antiguidade
4	188	14/10/1834	Artigo sobre a abd. de D. Pedro I. (p. 2)	1	Metáfora
5	227	07/03/1835	Artigo sobre a política no Brasil (p. 1)	1	Metáfora
6	233	31/03/1835	Cabanagem no Pará. (p. 1)	1	Revoltosos
7	239	22/04/1835	Cabanagem no Pará. (p. 1)	1	Revoltosos
8	243	05/05/1835	Encíclica do papa Gregório XVI (p. 1-2)	1	Antiguidade
9	250	30/05/1835	Artigo sobre a política no Brasil (p. 1-2)	1	Metáfora
10	266	01/08/1835	Artigo sobre as províncias do Norte (p. 4)	1	Revoltosos
11	295	18/11/1835	Cabanagem no Pará. (p. 1)	2	Revoltosos
12	306	30/12/1835	Cabanagem no Pará. (p. 1)	1	Revoltosos
13	313	23/01/1836	Correspondência. (p. 4)	1	Metáfora
14	319	13/02/1836	Artigo sobre Feijó e a escravidão. (p. 1)	1	Africanos escravos
15	327	11/03/1836	Artigo sobre Feijó e a monarquia. (p. 3-4)	1	Metáfora
16	356	25/06/1836	Sessão da Câmara (p. 1,2-3)	2	Índios
17	394	02/11/1836	Processo sobre o <i>Sete d’ Abril</i> (p. 3)	1	Metáfora
18	440	15/04/1837	Correspondência. (p. 3-4)	1	Metáfora
19	513	30/12/1837	Notícias do exterior (p. 4)	1	Africanos escravos
20	555	07/05/1838	Pastoral de D. Romualdo de Seixas. (p.1)	1	Metáfora
21	562	23/05/1838	Máximas. (p. 4)	1	Revoltosos
22	563	25/05/1838	Hino Catarinense a rest. da Bahia. (p.3)	1	Metáfora
23	567	06/06/1838	Contrapeso. (p. 4)	1	Revoltosos
24	601	29/08/1838	Julgamento dos revoltosos na Bahia. (p. 2)	1	Revoltosos
25	605	07/09/1838	Pronunc. do Pres. do Mato Grosso (p. 2-3)	1	Índios
26	606	10/09/1838	Eleições na prov. De Minas Gerais (p. 3-4)	1	Metáfora
27	608	14/09/1838	Artigo sobre o Regime Monárquico (p. 3)	1	Metáfora
28	633	12/11/1838	Camões e Cervantes: paralelo hist.. (p. 3)	1	Metáfora
29	650	21/12/1838	Política externa – Buenos Aires (p. 3)	1	Metáfora
30	656	04/01/1839	Os Efeitos da guerra civil na Espanha. (p. 4)	1	Revoltosos
31	661	10/01/1839	O Parlamentar e a França. (p. 4)	2	Metáfora
32	665	15/01/1839	Política Externa. (p. 1-2)	2	Metáfora

33	670	21/01/1839	Variedades (p. 3-4)	1	Metáfora
34	672	23/01/1839	Interior: Pro. do Piauí. (p.1)	1	Bandidos
35	679	31/01/1839	O México e o Jornal do Comércio. (p.1)	1	Metáfora
36	681	04/02/1839	Província de Goiás (p.1 – 2)	1	Revoltosos
37	683	06/02/1839	A questão Oiapok. (p. 3)	1	Índios
38	685	08/02/1839	O Despertador. (p. 3)	1	Povos árabes
39	688	12/02/1839	Industrialismo. (p. 2)	1	Metáfora
40	696	21/02/1839	Carta aos redatores do Cronista (p.2)	1	Metáfora
41	697	22/02/1839	Artigos Oficiais – Min. do Império (p.2)	1	Índios
42	708	07/03/1839	Literatura. (p. 2-3)	1	Povos árabes
43	709	08/03/1839	Literatura. (p. 2-3)	1	Povos árabes
44	713	13/03/1839	Recopilação. (p. 3)	1	Metáfora
45	714	14/03/1839	Recopilação. (p. 3)	1	Metáfora
46	716	16/03/1839	Recopilação. (p. 3)	1	Metáfora
47	717	18/03/1839	A Oposição de 1838. (p. 2)	1	Metáfora
Total 47	XXX	1833- 1840	25 - Metáfora; 10 - Revoltosos; 4 - Índios; 3 - Povos árabes; 2 - Antiguidade; 2 - Africanos escravos; 1 - Bandidos;		

Fonte: Jornal *O Sete d' Abril* (RJ), entre os anos de 1833 e 1839. Biblioteca Nacional BNdigital.

O quadro demonstra uma opção que relacionava o termo: “bárbaros” a seu uso mais metafórico, que passa a designar diversos sentidos, como: oposto aos ideais de civilização, ignorância de “saberes letrados” ou no refrão de hinos e poesias publicadas nesse periódico. Partindo desta constatação, se percebe que o termo: “bárbaros” era amplo e caracterizado pela constante ênfase em perspectivas mais simbólicas, permitindo se entender como essa expressão esteve adequada a diferentes fins em sua utilização pelo texto jornalístico. Nesse encadeamento, caracterizado por especificar os usos e significados da expressão “bárbaros”, é importante ressaltar que a mesma também se encontra associada, ao longo de várias edições do jornal *O Sete d' Abril*, a perspectiva de designar outros povos ou culturas em diferentes temporalidades, perpassando também aspectos sociais e étnicos. A partir da observação desses critérios, é possível ressaltar outras inserções da expressão: “bárbaros” nas edições do respectivo periódico, enumerando as referências aos índios (4), árabes (3) e africanos (2); ambos condicionados ou considerados, em diferentes perspectivas, como povos cujas experiências são aproximadas em suas leituras e acepções de atos considerados distantes dos ideais “civilizatórios” em voga nessa conjuntura. Ainda havia notas ou artigos com temas históricos, filosóficos ou religiosos, envolvendo o contexto da antiguidade, cujos conteúdos perfaziam alguma experiência histórica dos gregos ou romanos, acepção presente em duas notas que fazem referência aos bárbaros da Antiguidade Clássica.

No entanto, apesar da predominância de inclusões metafóricas da expressão: “bárbaros” e de seu uso para outras temporalidades e locais fora do Brasil Imperial, o seu uso mais próximo a esse último cenário é muito significativo. Nele, há a aproximação com as ações ou comportamentos dos participantes dos movimentos provinciais durante a Menoridade. São 10 notas ou artigos publicados, o que representa mais de 20% das referências a presente expressão nesse periódico. A valorização da inserção desse termo, independentemente do movimento evocado, constitui-se em uma prova de que a utilização da presente expressão em diversos textos publicados no jornal *O Sete d’Abril* ocorria também em virtude da mesma possibilitar a construção ou estabelecimento de determinadas visões sobre indivíduos ou populações, a partir de lógicas caracterizadas pela “brutalidade”, ou seja, em oposição aos ideais civilizatórios em voga. Neste cenário, o evento da Cabanagem lidera o uso do termo nesse quesito, possuindo quatro citações (ou 40%). Os demais usos estão presentes em referência aos movimentos deflagrados em Goiás e na Bahia, este último, posteriormente conhecido como Sabinada.

Ao lado dessas acepções, o uso da expressão “bárbaro”, como forma de designar os cabanos paraenses, também pode ser compreendido através de uma perspectiva de distinguir essas populações em seus comportamentos e atributos dos demais brasileiros, como é possível verificar no fragmento exposto a seguir, publicado no *Correio Oficial*:

Custa a crer que os gemidos de tantas vítimas expirando nas garras dos bárbaros anarquistas do Pará, não ferissem os corações Brasileiros de alguns hipocritamente zelosos da segurança de suas vidas e propriedades, e que malograssem hum socorro que tantos motivos devera ser pronto e suficiente (*Correio Oficial*, nº 130, 02/12/1835. p. 3-4).

Na visão do articulista do *Correio Oficial*, os “bárbaros anarquistas” do Pará eram apresentados em franca oposição aos “brasileiros” (subentendidos aqui como a minoria branca e escolarizada), cujos “corações” e “segurança” estavam sendo ameaçados pela “rebelião” na província do Norte. Tudo isso mostra como é complexo, mesmo para um especialista em história conceitual ou em dicionários de pseudônimos, especificar de forma adequada os sentidos e significados dessa expressão e de outras mais. Assim, a designação “bárbaro” que, na acepção de um dicionário da década de 1830 significa aquele “que não tem civilidade; que não é civilizado; cruel; desumano” (PINTO, 1832, p. 141), possui, no discurso jornalístico, outras denotações e usos. Diferentes também são os usos do mesmo termo “bárbaros” no jornal *Correio Oficial*:

TABELA 7 - USOS DA EXPRESSÃO “BÁRBAROS” NO JORNAL *CORREIO OFFICIAL* 1833-1841

Nº	Ed. Nº	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões	Aplicações do termo
1	13	15/07/1833	M. do Imp. demolição de pelourinho. (p.1)	1	Castigos
2	22	26/07/1833	História da Suécia – bárbaros. (p. 4)	1	Antiguidade
3	31	06/08/1833	Notícias estrangeiras – Buenos Aires (p.3)	1	Índios
4	44	22/08/1833	Notícias estrangeiras – Amér. do Sul (p. 4)	1	Índios
5	53	02/09/1833	Revolta de Água Preta e Panelas em Pernambuco. (p.4)	1	Revoltosos
6	107	04/11/1833	Bárbaros salt. de Jacuipe Maceió (p. 2)	1	Bandidos
7	111	08/11/1833	Viagem de uma libra de algodão. (p. 4)	1	Povos orientais
8	127	27/11/1833	Artigo sobre os restauradores. (p.3)	1	Povos orientais
9	61	15/03/1834	Ministério da Fazenda (p.2)	1	Metáfora
10	64	20/03/1834	Revolta de Água Preta e Panelas em Pernambuco. (p.3)	1	Revoltosos
11	65	21/03/1834	Nota da sociedade de medicina. (p. 3)	1	Metáfora
12	73	03/04/1834	Civilização dos aborígenes do Brasil, ou Catequese dos índios (p. 4)	1	Índios
13	86	18/04/1834	Nota sobre assassinato cometido por escravo (p. 4)	1	Bandidos
14	03	03/07/1834	Revolta de Água Preta e Panelas em Pernambuco. (p.1)	1	Revoltosos
15	06	07/07/1834	Revolta de Água Preta e Panelas em Pernambuco. (p.1)	1	Revoltosos
16	09	10/07/1834	Invasão de índios chilenos em Córdova. (p. 4)	1	Índios
17	29	04/08/1834	Transporte de bárbaros africanos	1	Africanos
18	35	11/08/1834	Revolta na Província de Goiás. (p.1)	1	Revoltosos
19	62	13/09/1834	Artigo: Dos Padres da Igreja. (p. 3)	1	Antiguidade
20	63	15/09/1834	Artigo: Dos Padres da Igreja. (p. 3-4)	1	Antiguidade
21	82	07/10/1834	Educação, Ciências e Belas Artes. (p. 4)	1	Ignorância
22	99	27/10/1834	Dos diversos modos de considerar e escrever a Historia. (p. 2,3-4)	1	Antiguidade
23	141	17/12/1834	Variedades. (p. 3-4)	1	Antiguidade
24	06	09/01/1835	Lembranças Atlânticas por Theodoro de Pavia. (p. 3-4)	1	Índios
25	10	14/01/1835	Variedades: As quatro concordatas. (p. 2-3)	1	Antiguidade
26	22	29/01/1835	Filosofia - Regeneração Social. (p. 3-4)	1	Antiguidade
27	31	10/02/1835	Filosofia - Regeneração Social. (p. 3-4)	1	Antiguidade
28	32	11/02/1835	Filosofia - Regeneração Social. (p. 3-4)	1	Antiguidade
29	33	12/02/1835	Filosofia - Regeneração Social. (p. 2, 3-4)	1	Antiguidade
30	34	13/02/1835	Variedades: Despertador aos brasileiros. (p. 4)	1	Revoltosos
31	44	25/02/1835	Revolta no Ceará. (p. 4)	1	Revoltosos
32	45	26/02/1835	Do numero e da nomeação de juizes em França, Inglaterra e na América. (p.3)	1	Antiguidade
33	63	20/03/1835	Instrução publica, e estatística. (p. 2-3)	1	Antiguidade
34	67	26/03/1835	Variedades. (p. 2-3)	1	Antiguidade
35	75	04/04/1835	Artigo sobre a população do Brasil. (p. 3-4)	1	Metáfora
36	82	13/04/1835	Recordações do Oriente por M. Alf. Lamartine. (p. 3-4)	1	Antiguidade
37	86	18/04/1835	Lei nº 27 do Gov. imperial. (p. 1)	1	Ignorância
38	94	29/04/1835	Historia do Governo representativo em França e Inglaterra. (p. 3-4)	1	Antiguidade
39	95	30/04/1835	Reflexões sobre o atraso da Indústria no Brasil. (p. 1-2)	1	Metáfora
40	96	01/05/1835	Compendio d' Historia Universal. (p. 3-4)	1	Antiguidade

41	97	02/05/1835	Compendio d' Historia Universal. (p. 3-4)	1	Antiguidade
42	98	04/05/1835	Compendio d' Historia Universal. (p. 3-4)	1	Metáfora
43	20	23/07/1835	Revolta no Ceará. (p. 1-2)	1	Revoltosos
44	30	05/08/1835	Acolhimento que em qualquer País recebem os estrangeiros mostra o grau de civilização. (p. 4)	1	Antiguidade
45	32	07/08/1835	Estatística feiras e mercados da Grã Bretanha. (p. 3-4)	1	Povos orientais
46	36	12/08/1835	Do desejo de ser útil aos homens. (p. 4)	1	Antiguidade
47	38	14/08/1835	Do desejo de nos aperfeiçoarmos. (p. 3-4)	1	Metáfora
48	46	25/08/1835	Suplemento a Moral Natural de Bruce. (p. 3-4)	1	Metáfora
49	48	27/08/1835	Cabanagem no Pará. (p. 2,3-4)	1	Revoltosos
50	57	07/09/1835	Da escola dos Estoicos. (p. 2,3-4)	1	Antiguidade
51	60	11/09/1835	Variedades. (p. 4)	1	Africanos
52	77	01/10/1835	Variedades. (p. 4)	1	Antiguidade
53	79	03/10/1835	Razão e máximas da razão. (p. 3-4)	1	Metáfora
54	81	06/10/1835	Decreto da Regência. (p. 4)	1	Metáfora
55	85	10/10/1835	A Vida de Simão, escrita por Cornélio Nepote. (p. 4)	1	Antiguidade
56	104	02/11/1835	Ministério da Justiça: Expediente do dia 27 de outubro de 1835.	1	Castigos
57	105	03/11/1835	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Revoltosos
58	107	05/11/1835	Farroupilha. (p. 2)	1	Revoltosos
59	130	02/12/1835	Cabanagem no Pará. (p. 3-4)	1	Revoltosos
60	152	31/12/1835	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Revoltosos
61	10	14/01/1836	Navegação a vapor - correios. Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Revoltosos
62	13	18/01/1836	Nova Granada e Nova Zelândia	1	Índios
63	30	09/02/1836	Notícias estrangeiras	1	Metáfora
64	70	29/03/1836	Assembleia Provincial Legislativa de São Paulo. (p. 3)	1	Bandidos
65	76	07/04/1836	Variedades. (p. 4)	1	Metáfora
66	101	06/05/1836	Da Liberdade ilimitada da imprensa. (p.3)	1	Metáfora
67	102	07/05/1836	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Revoltosos
68	142	01/07/1836	Nota sobre a Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. (p. 4)	1	Metáfora
69	07	08/07/1836	Documento importante extraído da Carta aos eleitores de Minas Gerais. (p. 3)	1	Antiguidade
70	15	18/07/1836	Exportação para África. (p. 2)	1	Africanos
71	67	21/09/1836	Ministério da Justiça. (p. 1)	1	Castigos
72	72	27/09/1836	Notícias estrangeiras: Discurso do Presidente da Rep. do Chile. (p. 3-4)	1	Índios
73	86	13/10/1836	Edital: Distribuição de africanos livres. (p. 4)	1	Castigos
74	26	01/08/1837	O <i>Chronista</i> refutando a politica do senhor Limpo de Abreu. (p. 3)	1	Antiguidade
75	29	04/08/1837	Cabanagem no Pará. (p. 3-4)	1	Revoltosos
76	69	27/03/1838	Lepra tuberculosa leontina	1	Antiguidade
77	80	10/04/1838	Parte não oficial. (p. 2,3-4)	1	Povos orientais
78	92	26/04/1838	Relação circunstanciada da restauração da Bahia por uma testemunha ocular. (p.1-4)	1	Metáfora
79	45	24/08/1838	Com. do Correio Mercantil da Bahia. (p. 3-4)	1	Metáfora
80	59	12/09/1838	Índios e População. (p. 2-3)	1	Índios
81	61	14/09/1838	Destrução dos Governos antigos. (p. 2-3)	1	Antiguidade
82	106	07/11/1838	Movimento político da Europa atual. (p. 4)	1	Povos orientais
83	138	15/12/1838	Novas perseguições contra os Polacos. (p. 4)	1	Povos orientais
84	02	03/01/1839	Artigo da Faculdade de Medicina. (p.1-4)	1	Metáfora
85	18	22/01/1839	Discurso do Presidente da província do Piauí.	1	Bandidos

			(p. 1)		
86	23	28/01/1839	Coluna de Trajano. (p. 4)	1	Antiguidade
87	38	15/02/1839	Industrialismo (p. 1-2)	1	Metáfora
88	41	19/02/1839	Indígenas. (p. 2-3)	1	Índios
89	91	23/04/1839	Farroupilha. (p. 1-3)	1	Revoltosos
90	98	01/05/1839	Variedades. (p.4)	1	Metáfora
91	108	15/05/1839	Farroupilha. (p. 3-4)	1	Revoltosos
92	07	08/07/1839	A História Romana. (p. 4)	1	Antiguidade
93	45	23/08/1839	As Emparedadas. (p. 4)	1	Metáfora
94	87	12/10/1839	Esboço Histórico da Rep. de Veneza. (p. 4)	1	Idade Média
95	101	29/10/1839	Indígenas. (p. 1-2)	1	Índios
96	104	02/11/1839	Memória Analítica a cerca do comercio de escravos. (p. 2-3)	1	Africanos
97	109	08/11/1839	O Marquês de Pombal. (p. 3-4)	1	Metáfora
98	118	19/11/1839	A Batalha de navarino. (p. 3-4)	1	Antiguidade
99	119	20/11/1839	Os Strelitz. (p. 2-3)	1	Povos orientais
100	124	26/11/1839	Os desafios. (p. 1-2)	1	Metáfora
101	141	17/12/1839	Destruição de Caxias – Maranhão. (p. 2-4)	1	Revoltosos
102	151	31/12/1839	Os Guaicuru's. (p. 3-4)	1	Índios
103	15	21/01/1840	História das abadias. (p.1-2)	2	Idade Média
104	35	13/02/1840	Variedades. (p. 2)	1	Metáfora
105	37	15/02/1840	Constituição democrática de Veneza. (p. 2-3)	1	Idade Média
106	38	17/02/1840	Constituição democrática de Veneza. (p. 1-4)	1	Metáfora
107	50	02/03/1840	Gregório XVI – Papa. (p. 4)	1	Metáfora
108	62	16/03/1840	Reflexões Políticas e Moraes. (p. 2-3)	1	Antiguidade
109	75	02/04/1840	Miscelânea: A Mãe denunciante. (p. 4)	1	Metáfora
110	80	09/04/1840	Assembleia Legisl. provincial. (p. 2-3)	1	Metáfora
111	89	22/04/1840	Depredações dos habitantes de Khiva. (p. 4)	1	Povos orientais
112	130	11/06/1840	Utilidade da educação religiosa. (p. 3)	1	Metáfora
113	134	17/06/1840	Presidência da província do Ceará. (p. 3)	1	Bandidos
114	137	22/06/1840	Cabanagem no Pará. Pastoral Dom Romualdo de Sousa Coelho. (p. 1)	1	Metáfora
115	141	30/06/1840	Variedade: O que é pior para um povo, a superstição ou incredulidade. (p. 3)	1	Metáfora
116	23	28/07/1840	História contemporânea. (p. 1)	1	Metáfora
117	56	10/09/1840	Discurso do Sr. Montezuma na Sessão de 28 de agosto. (p. 2)	1	Metáfora
118	86	19/10/1840	Notícia da Maioridade no Maranhão. (p. 3-4)	1	Metáfora
119	129	12/12/1840	Quartel da Presidência e do Comando das Armas do Maranhão. (p. 2-3) Balaiada.	1	Revoltosos
120	02	04/01/1841	Farroupilha – Proclamação. (p. 3)	1	Revoltosos
121	22	30/01/1841	A Nossa vida campestre. (p. 3)	1	Castigos
122	24	03/02/1841	Audácia de Minas em Portugal. (p. 2)	1	Metáfora
123	44	27/02/1841	Catedral de Milão. (p. 4)	1	Antiguidade
124	52	09/03/1841	Tangere – Império do Marrocos. (p. 3-4)	1	Povos árabes
125	56	13/03/1841	Bahia de todos os santos. (p. 3-4)	1	Índios
126	60	18/03/1841	Anna Ginga, rainha de Matambá. (p. 1-3)	1	Africanos
127	88	27/04/1841	Estudo histórico James Watt. (p.4)	1	Metáfora
128	21	28/07/1841	Variedade Hist.: A conquista d'Argel. (p. 2-3)	1	Povos árabes
Total 128	XX	1833-1841	34 - Metáfora; 31 - Antiguidade; 21 - Revoltosos; 12 - Índios; 8 - Povos orientais; 5 - Africanos; 5 - Bandidos; 5 - Castigos; 3 - Idade Média; 2 - Povos árabes; 2 - Ignorância.		

Fonte: Jornal *Correio Oficial* (RJ), entre os anos de 1833 e 1841. Biblioteca Nacional BNdigital.

A reflexão sobre esse enorme quadro permite de imediato perceber que seu uso era mais intenso no *Correio Oficial* (1833-1841) do que em *O Sete d'abril*. Embora o corte cronológico do primeiro periódico seja um pouco maior chegando até 1841, chama atenção a diferença entre 47 citações em *O Sete d'Abril* para 128 no *Correio Oficial*. Isto pode demonstrar o quanto um jornal mais centrado no fortalecimento da unidade Imperial se preocupava em demarcar vários episódios (de forma real ou figurada) como algo catastrófico e anormal.

Outro ponto importante é o significativo uso metafórico do termo, constatado em, pelo menos, 34 ocorrências, postura que, mesmo não sendo totalmente consciente ou “proposital” (por tratar-se de textos e documentos originários de fontes diversas e com muitos usos como os artísticos e literários), envolve no plano subjetivo, certa “preferência” em privilegiar alusões da designação a partir de perspectivas simbólicas ou figurativas. Em segundo, há também o igualmente expressivo uso do termo como referência à antiguidade clássica (31 citações) e Idade Média (3 alusões). Isso pode revelar a preferência dos articulistas e redatores do respectivo órgão de imprensa naquela conjuntura pela segurança e erudição do passado clássico, demonstrando mais uma vez a força da ideia ali presente da necessidade de busca de origens e tradições mais europeias e consideradas mais “civilizadas”. Para comprovar esta tese, há também no *Correio Oficial* outra comparação significativa: aquela que associa o termo: “bárbaros” com as atitudes de povos portadores de culturas distintas dos valores e sentidos perpassados no Ocidente europeu, como os índios (12 referências); povos orientais (8 citações); africanos (5 alusões) e os povos árabes (2 citações). A presença dessas formas de inserção do termo “bárbaro”, muito além de representar uma mera consciência, evidencia, pelo menos no plano subjetivo, uma conjuntura de expansão do processo de industrialização, de alguns campos científicos e do Imperialismo, a partir de determinadas nações da Europa (especialmente Inglaterra e França), transformações que influenciaram diretamente os olhares dispensados pela imprensa, e retraduzida em notas, artigos, documentos e até em textos ficcionais que fazem referência à populações provenientes de outros continentes, em especial da África, da Ásia e da América.

Destaca-se, sobretudo para esta tese, a terceira forma mais utilizada da expressão: “bárbaros” (21 referências), como forma de designar os participantes de diversos movimentos deflagrados durante a Menoridade. Aqui, tal como em *O Sete d'Abril*, seus atos são geralmente criticados e, preferencialmente, aproximados de ações consideradas “brutais”.

Nessa perspectiva, a inserção do presente termo, em notas ou documentos direcionados a guerra cabana ganha evidência numericamente menor, com 6 citações.

Para analisar de forma mais específica os usos da expressão “bárbaros”, a partir das páginas dos periódicos *O Sete d’Abril* e *Correio Oficial*, torna-se importante estabelecer um quadro comparativo entre os dois jornais, relacionado à inserção do presente termo:

TABELA 8 - COMPARATIVO DO USO DO TERMO “BÁRBARO” NOS JORNAIS O SETE D’ABRIL E CORREIO OFICIAL 1833-41					
Tipologia	Periódico <i>O Sete d’Abril</i>		Periódico <i>Correio Oficial</i>		
Rebeldes contra o Império	10	100%	21	100%	
Cabanos do Pará	04	40,0%	06	28,5%	

Fonte: Jornais *O Sete d’Abril* e *Correio Oficial*. Biblioteca Nacional BNdigital.

A partir da leitura desse quadro, é possível tirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, evidencia-se certa preponderância no uso da expressão: “bárbaros” por parte do jornal *Correio Oficial*, que possui praticamente o dobro (21/10), de referências desse termo em comparação ao jornal *O Sete d’Abril*. Em segundo, que apesar dessa hegemonia evidenciada na inserção do termo nas edições do *Correio Oficial*, os articulistas do periódico *O Sete d’Abril* aproximaram muito mais essa designação de notas relacionadas à guerra cabana (40%) contra (28%). E por último, essa diferença representa um interessante indício de que, na perspectiva do jornal vinculado ao pensamento liberal, *O Sete d’Abril*, a guerra cabana e seus integrantes estavam muito mais próximos do termo “bárbaros”.

Por meio dessa leitura dos dados, é possível admitir que a “batalha” conceitual, envolvendo articulistas dos jornais *Correio Oficial* e *O Sete d’Abril*, em torno da inserção de alcunhas para os participantes da Cabanagem, estava situada muito além dos posicionamentos políticos e sociais, adotados ou apoiados pelos integrantes de cada periódico. Subsistiam outros elementos, de ordem cultural ou pessoal, presentes no pensamento de cada redator ou articulista, que não podem ser quantificados, mas que definem a opção por essa ou aquela expressão.

A presença menor do termo “bárbaro”, nas edições dos jornais investigados, talvez possa ganhar outro sentido se incluirmos nesta contagem o uso de outra expressão paralela: a alcunha “anarquista”. Essas duas designações parecem somadas nesse contexto jornalístico e eram marcadas claramente pela lógica da “brutalidade” e da “desordem”. Tais observações serão discutidas a partir da análise do quadro a seguir, referente ao periódico *Correio Oficial*:

TABELA 9 - USOS DA EXPRESSÃO “ANARCHISTA” NO JORNAL <i>CORREIO OFFICIAL</i> – 1834-1840					
Nº	Edição número	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo
1	124	05/06/1834	Notícias estrangeiras: Buenos Ayres. (p. 4)	1	Revoltosos
2	114	14/11/1834	Notícias estrangeiras: Montevideo. (p. 4)	1	Revoltosos
3	130	02/12/1835	Cabanagem no Pará. (p. 3-4)	1	Revoltosos
4	48	01/03/1836	Farroupilha: proclamação. (p.3)	1	Revoltosos
5	22	27/07/1836	Farroupilha: notícias vindas do Rio Grande do Sul. (p. 2)	1	Revoltosos
6	73	28/09/1836	Farroupilha: Rio Grande. (p. 2,3-4)	1	Revoltosos
7	85	12/10/1836	Farroupilha: Rio Grande. (p. 4)	1	Revoltosos
8	115	17/11/1836	Farroupilha: notícias vindas do Rio Grande do Sul. (p. 2-3)	1	Revoltosos
9	75	06/04/1837	Mens. do Pres. do Uruguai. (p. 2)	1	Revoltosos
10	96	02/05/1837	Cont. sobre as causas do atual estado do Rio Grande. (p. 2-3)	1	Revoltosos
11	98	06/05/1837	Artigos não oficiais.	1	Metáfora
12	16	19/07/1837	Ministério da Justiça	1	Revoltosos
13	85	18/04/1838	Festejos que tiveram lugar na Freguesia de N. S. da Conceição – Bahia. (p. 3)	1	Revoltosos
14	07	09/07/1838	Discurso na Câmara dos Srs. Deputados, em Sessão de 5 do corrente, pelo Exm. Ministro da Guerra. (p. 3-4)	1	Metáfora
15	10	12/07/1838	Disc. na Câmara dos Srs. Dep., em Sessão de 10 do corrente, pelo Exm. Min. da Guerra. (p. 3-4)	1	Metáfora
16	23	28/07/1838	Farroupilha: notícias vindas do Rio Grande do Sul. (p. 1-2)	1	Revoltosos
17	40	18/08/1838	Engajamento de tropas estrangeiras. (p. 3-4)	1	Revoltosos
18	15	18/01/1839	A Aurora e o Pres do Ceará. (p. 3)	1	Revoltosos
19	117	18/11/1839	Alagoas: Relação oficial da sedição. (p. 2-3)	1	Revoltosos
20	111	18/05/1840	Ministério da Guerra. (p. 1-3)	1	Revoltosos
21	85	17/10/1840	O Brasil – Nº 46. (p. 3-4)	1	Metáfora
Total 21	XXX	1833-1841	Total: 17 - Revoltosos; 4 – Metáfora		

Fonte: *Jornal Correio Oficial* (RJ), entre os anos de 1833 e 1841. Biblioteca Nacional BNdigital.

Ao contrário dos outros quadros apresentados, o referente à inserção da expressão “anarquista” nas páginas do jornal *Correio Oficial* apresenta-se bem menos diverso numericamente em sua tipologia, podendo ser dividido em apenas duas opções de uso: a metafórica, com apenas 4 alusões, e a que apropria-se da alcunha para indicar os participantes de diversos movimentos deflagrados no Brasil, e também em algumas nações estrangeiras, como Argentina e Uruguai, ao longo da década de 1830, contendo nada menos que 17 citações, uma delas referente à guerra cabana. A predominância dessa opção reflete, em parte,

os medos vivenciados em uma conjuntura histórica específica, caracterizada por conflitos em diversos pontos do Brasil, descritos ou interpretados por periódicos de várias províncias, como representativos da desordem e da barbárie.

Tais observações, porém, não devem conduzir a um olhar fechado ou simplista sobre as notas, artigos e documentos publicados em jornais como o *Correio Oficial*, pois vários desses textos, portadores da designação “anarquista”, além de serem originados de gazetas diversas, tanto nacionais como estrangeiras, não tratavam especificamente de movimentos regionais, do porte de uma Cabanagem no Grão-Pará, ou de uma Farroupilha no Sul, mas de eventos internacionais ou revoltas locais de menor expressão.

Contudo, ao mesmo tempo em que expressões como: “bárbaro” e “anarquista”, como forma de designação aos cabanos, ganhavam intensidade nas páginas dos órgãos de imprensa aqui analisados, outros termos, a exemplo da alcunha de: “vândalos”, também proveniente de temporalidades e culturas distintas, passavam a ser paulatinamente utilizados para designar os cabanos paraenses, como é possível verificar no fragmento a seguir:

Veio realçar o prazer deste dia a noticia que já ontem publicamos de ter sido entrada a Capital do Pará pelas tropas (...) comandadas pelo Sr. Soares de Andréa, que daqui partira com algumas forças para presidir á essa desolada Província. (...) Os vândalos, que a destruirão foram-se para o interior depois de soffrerem muitos dos resultados da sua mesma barbaridade (*Correio Oficial*, nº 30, 05/08/1836. p. 3).

Através da leitura desse fragmento, publicado no jornal *Correio Oficial* em agosto de 1836, é possível verificar que a influência da cultura clássica, denotando o significado de anticivilizacional, tornou-se de fato uma situação proeminente. Na passagem, ao mesmo tempo em que os atos dos cabanos paraenses são considerados como prática de “barbaridade”, os mesmos também são associados em suas ações aos “vândalos”, povo germânico que em fins do Império Romano instalou-se na “Andaluzia e depois passando para a África do Norte, onde constituiu um reino” (AZEVEDO, 1999, p. 451).

Sem objetivar, diretamente, qualquer ligação com essas atribuições históricas, a proposta de aproximação entre os cabanos e os “vândalos”, a partir dos responsáveis pelo respectivo órgão de imprensa, decorria muito mais atribuições contemporâneas dessa palavra, cujo significado só encontrado em dicionários de língua portuguesa produzidos durante o Segundo Reinado, exprimia, entre outros aspectos, “homem que aborrece, e detesta as ciências e a civilização, e que destrói os monumentos das artes” (VIEIRA, 1874, p. 887).

Muito além de serem descritos na imprensa como simples “aborrecedores” ou “destruidores de monumentos”, a alusão do termo: “vândalos” aos cabanos, suscitava também outras preocupações, que perpassavam, por exemplo, a inversão das ordens política e social. Para entender com mais propriedade os usos e sentidos dessa expressão, nos periódicos analisados, torna-se necessário observar o quadro a seguir, referente à presença dessa expressão, nas páginas do jornal *Sete d’Abril*:

TABELA 10 - USOS DA EXPRESSÃO “VÂNDALOS” NO JORNAL O SETE D’ ABRIL 1835-1838					
Nº	Edição número	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo
1	290	31/10/1835	Cabanagem no Pará. (p. 4)	1	Revoltosos
2	555	07/05/1838	Pastoral de D. Romualdo de Seixas. (p. 1)	1	Antiguidade
3	634	14/11/1838	Anuncio. (p. 4)	1	Antiguidade
Total 3	XXX	1835-1838	2 – Antiguidade; 1 – Revoltosos.		

Fonte: Jornal *O Sete d’Abril* (1833-1838). Biblioteca Nacional BNdigital

O uso da expressão: “vândalos” teve uma presença bem reduzida nas páginas do jornal *O Sete d’Abril*, sendo identificadas apenas em três edições, publicadas entre 1835 e 1838. Contudo, mesmo admitindo a existência de certo “desinteresse” na inserção desse termo, por parte dos articulistas e redatores do respectivo órgão de imprensa, cuja inclusão se resumiu a dois temas: o da Antiguidade (2 citações) e o da guerra cabana (1 referência), não há como deixar de enfatizar que, entre as três alusões, a única menção a esse termo encontrada no jornal, em relação aos participantes de movimentos deflagrados durante a Menoridade, está relacionada à guerra cabana no Pará.

A opção pela utilização da expressão “vândalos”, como forma de designação dos cabanos paraenses pelos articulistas e redatores do jornal *O Sete d’Abril*, em uma nota publicada em outubro de 1835, também liga-se, pelo menos no plano subjetivo, à perspectiva de certos órgãos de imprensa em desconstruir ou ocultar os sentidos sócio-políticos da guerra cabana, que passa a ser descrita em muitas notas, artigos e documentos oficiais a partir de uma lógica de “destruição” e “brutalidade”. Comportamentos, que na visão do responsável pela nota, consistiam nos objetivos dos participantes da Cabanagem.

É importante repetir que essa postura de críticas agressivas aos cabanos e ao próprio movimento (como será observado mais adiante), evidenciada pela utilização de algumas expressões ou alcunhas, nem sempre ocorria de forma proposital, constituindo-se geralmente no plano teórico, nem era exclusiva do jornal *O Sete d’Abril*, mas perfazia um caminho

discursivo comum, adotado por vários órgãos de imprensa nacionais, durante a menoridade. Um exemplo manifesto dessa prática pode ser observado no quadro a seguir, caracterizado por apresentar os usos da denominação “vândalos” pelo *Correio Oficial*:

TABELA 11 - USOS DA EXPRESSÃO “VÂNDALOS” NO JORNAL CORREIO OFFICIAL 1833-1840					
Nº	Edição número	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo
1	83	06/10/1833	Revolta de Água Preta e Panelas em Pernambuco. (p.4)	1	Revoltosos
2	110	07/11/1833	Requerimento da Sociedade Federal Fluminense. (p. 3)	1	Metáfora
3	119	20/11/1834	Cabanagem no Pará. (p. 2)	1	Revoltosos
4	30	09/02/1835	Decreto do Rei da Suécia e Noruega. (p. 3)	1	Metáfora
5	31	06/08/1835	Fragmento Histórico	1	Antiguidade
6	30	05/08/1836	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Revoltosos
7	115	29/05/1837	Montevideo 8 de maio. (p. 4)	1	Revoltosos
8	124	26/11/1839	Os Desafios. (p. 1-2)	1	Metáfora
9	82	11/04/1840	Balaiada no Maranhão. (p. 4)	1	Revoltosos
10	134	17/06/1840	Ceará: Presidência da Província. (p. 3) – Balaiada Maranhão	1	Revoltosos
11	141	30/06/1840	Variedade: O que é pior para um povo superstição ou incredulidade? (p. 3-4)	1	Metáfora
12	142	01/07/1840	Contrabando de Pau Brasil (p. 2)	1	Metáfora
13	117	25/11/1840	A Teoria da povoação segundo Malthus. (p. 2-3)	1	Metáfora
Total: 13	X	1833-1841	Revoltosos – 6	Metáfora – 6	Antiguidade – 1

Fonte: Jornal *Correio Oficial* (RJ), Biblioteca Nacional BNdigital.

Comparando os dados dessa tabela com a anterior, retirada do periódico *O Sete d' Abril*, destaca-se o uso mais intenso dessa designação nas páginas do *Correio*. São 13 alusões contra 3, ou mais de quatro vezes a mais. Em segundo, ressalta-se a contínua ligação dessa expressão com os movimentos deflagrados durante a Menoridade, que ganham 6 citações. E por último, dessas seis alusões, duas fizeram menção à guerra cabana.

Nessa perspectiva, em uma conjuntura de crise do regime Imperial brasileiro, no qual se vivenciava a fase conhecida como Menoridade e várias províncias passavam por conflitos de ordem diversa, nada mais interessante para os integrantes do restrito meio intelectual da época, entre os quais incluía alguns indivíduos atuantes na imprensa, que remeter as “experiências”, “lições” e “termos” do passado clássico às dificuldades do presente, que poderia contribuir na perspectiva de legitimar a política de domínio, possuidora de “uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, (...)”

eufemismos e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar e expressar” (CHALHOUB, 1998, p. 95) a ordem instituída.

É importante também ressaltar que as conexões aqui estabelecidas – entre o emprego da expressão: “vândalos”, direcionada aos cabanos, em dois jornais do Rio de Janeiro e seus significados na primeira metade do século XIX – podem também ter sido, em parte, consequência do acesso à leitura de periódicos estrangeiros publicados na década de 1830, que colocavam em evidência a presença desse termo em discussões envolvendo temas variados, a exemplo da revista portuguesa *Archivo popular*, possuidora de uma ampla difusão no Brasil nessa conjuntura, e que, em uma de suas edições do ano de 1840, apresentou um artigo intitulado: *Os Vândalos*, no qual fazia referência à história dessa sociedade na antiguidade, expressando que de todos os povos de origem “caucásia, a cujas emigrações da Ásia para a Europa se costuma dar o nome de invasão dos bárbaros do norte, e que destruíram o velho Império Romano, (...) não há nenhum cuja história tenha sido mais singular (...) como os Vândalos” (ARCHIVO POPULAR, 1840, p. 19).

Da profusão de relações, envolvendo a utilização de textos com a designação “vândalos”, originados de periódicos estrangeiros e publicados nas páginas dos jornais *O Sete d’Abril* e *Correio Oficial*, embora não tenham sido encontradas referências diretas à revista *Archivo popular*, outras publicações estrangeiras, cujos textos citados se caracterizam por adotar essa designação, foram identificadas nos jornais analisados, como por exemplo a revista francesa: “Littérature et Philosophie mêlées” (*Correio Oficial*, nº 31, 06/08/1835, p. 4) e a portuguesa “O Panorama” (*Correio Oficial*, nº 117, 25/11/1840, p. 3).

Vale ressaltar que a hipótese aqui levantada sobre a influência de textos publicados em periódicos estrangeiros, envolvendo a possível utilização ou adaptação de designações e outros pensamentos em notas e artigos jornalísticos referentes à guerra cabana no Pará – a exemplo da inserção da expressão: “vândalos” – em gazetas brasileiras durante a Menoridade, como o *Correio Oficial* e *O Sete d’Abril*, apesar de perceptível a partir de alguns indícios, necessita, porém, de investigações específicas, que comprovem a existência de maneiras como ocorriam esse intercruzamento de perspectivas na aplicação de termos diversificados.

Após apresentar esse problema, é importante enfatizar que, se a designação: “vândalos”, originada a partir de fontes e perspectivas diversas, correspondia, no caso dos periódicos analisados, a uma expressão aplicada de forma relevante, principalmente quando o assunto apresentado tratava de movimentos deflagrados durante a Menoridade, como a guerra cabana, ela não foi a única. Outra designação bastante utilizada para nomear os cabanos

paraenses nas páginas do *Correio Official* e de *O Sete d' Abril* foi o termo “scelerados”, observado no fragmento a seguir:

O sangue derramado anterior e posteriormente por malvados, e o que o mesmo *Vinagre* acaba agora de derramar, ainda não é suficiente: – se por azar entre os poucos miseráveis que ainda pisam a terra do Pará aparecer algum traidor ao *Vinagre*, ou que como tal seja suspeito, ele o anunciará prontamente ao bando de scelerados, para que seja feito em postas!!! (*O Sete d' Abril*, nº 249, 26/05/1835, p. 2)

Constituído em um termo muito usual na primeira metade do século XIX, aplicado em sentido estrito, de acordo com o *Dicionário da língua brasileira* publicado em 1832, para designar “facinoroso, que tem muitos crimes” (PINTO, 1832, p. 969) e “malvado”, denotando um indivíduo “perverso, mal inclinado, ímpio” (Ibidem, p. 688). A expressão “scelerados” ou “scelerado” ganhou um claro sentido de oposição naquela conjuntura, servindo para separar pessoas e grupos portadores de hábitos considerados “perniciosos” à sociedade, seja em razão da prática de crimes comuns ou de ameaçarem a ordem vigente.

A título de exemplo, um dos primeiros estudiosos a fazer referência a essa expressão, para designar acontecimentos deflagrados na Província do Pará na década de 1830, foi Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva³⁷ que, em sua obra intitulada: *Corografia Paraense, ou, Descrição física, histórica, e política da província do Gram-Pará*, publicada originalmente em 1833, fez uso desse termo para nomear “scelerados espalhados pelo rio Mojú, e Igarapé-mirim, que infestavam os moradores, matando e praticando outros atos de barbaridade” (CERQUEIRA E SILVA, 1833, p. 229). As palavras desse estudioso, apesar de terem sido publicadas em um estudo Corográfico,³⁸ e não em jornais, e de estarem direcionadas a

³⁷ Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva nasceu em Coimbra (Portugal) em 1808, filho do Desembargador Miguel Joaquim Cerqueira e Silva. Estudou na Universidade de Coimbra, mas não concluiu o curso. Ainda criança veio para o Brasil em companhia de seu pai, se estabelecendo inicialmente no Pará, onde ficou por aproximadamente 13 anos, fixando depois residência na Bahia. Era Comendador da Ordem da Rosa e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entre suas principais obras destacam-se a *Corografia Paraense* (1833), *As Memórias históricas e políticas da província da Bahia* (1835), *Informação ou descrição topographica e politica do rio de São Francisco* (1847), *Ensaio Chorographico do Imperio do Brazil* (1853). Faleceu no Rio de Janeiro em 1865. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 3, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1895. p. 256-257

³⁸ De acordo com a estudiosa Fabiana Machado Leal, a expressão “corografia” originalmente compreendida como a “descrição de regiões ou ainda escrita das regiões, foi amplamente utilizada entre os séculos XVII e XVIII, tendo em Varenius um dos principais responsáveis por sua divulgação. Ao usar este termo, Varenius pretendia reforçar, sobretudo, a característica de delimitar e descrever regiões individuais da Terra”. Para maiores informações ver: LEAL, Fabiana Machado. *Geografia: ciência corográfica e ciência corológica*. In: <http://enhpgee.files.wordpress.com>. p. 5

acontecimentos da chamada “pré-Cabanagem”, foram inseridas propositalmente nessa parte da tese, como forma de constatar os sentidos e o uso constante da expressão “scelerados”, não apenas em relação à populações do Pará, como também em seus mais diversos estudos e campos do conhecimento nessa conjuntura.

Assim, na tentativa de esclarecer não apenas a presença do termo: “scelerados”, mas, ao mesmo tempo, os sentidos empregados ao mesmo, tal como era apresentado em uma determinada conjuntura histórica, política e cultural, as palavras de Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva tornam-se relevantes como ponto inicial de discussão, pois demonstram que a ideia de denominar indivíduos considerados “nocivos” à sociedade da época, como praticantes de crimes comuns e integrantes de movimentos considerados de “rebelião” com essa alcunha, não fazia parte do vocabulário de um grupo específico, como articulistas ou redatores de determinados jornais ou revistas, mas complementava as perspectivas de diversos intelectuais e políticos.

Porém, mesmo admitindo a diversidade de usos do termo “scelerados”, ao investigar a inserção dessa expressão em notas, artigos, cartas e documentos governamentais, publicados ao longo da década de 1830 nos dois jornais do Rio de Janeiro aqui selecionados, torna-se perceptível a existência de certa preponderância na presença do mesmo, como forma de especificar as ações de participantes de movimentos deflagrados durante a Menoridade, com destaque para a guerra cabana. Na proposta de justificar esses argumentos, o quadro a seguir demonstra a inclusão do termo “scelerados” nas páginas do jornal *O Sete d’Abril*:

TABELA 12 - USOS DA EXPRESSÃO “SCELERADOS” NO JORNAL O SETE D’ ABRIL 1833-1839					
Nº	Edição Nº	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo
1	104	21/12/1833	Interior – Manifesto (p. 1-2)	1	Metáfora
2	109	11/01/1834	A Desembargadoria no Brasil (p. 1, 2-3)	1	Metáfora
3	130	22/03/1834	Exposição sobre a exclusão do Sr. H. H. Carneiro Leão da Soc. Defensora. (p. 1-4)	1	Metáfora
4	178	09/09/1834	Pesadelo. (p. 4)	1	Metáfora
5	181	20/09/1834	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Revoltosos
6	198	22/11/1834	Cabanagem no Pará. (p. 1-4)	1	Revoltosos
7	589	30/07/1838	Correspondência. (p. 4)	1	Metáfora
8	590	01/08/1838	Correspondência. (p. 3)	1	Metáfora
9	676	26/01/1839	Os Livros irreligiosos e imorais.	1	Metáfora
Total:9		XXX	1833-1839	Metáfora – 7	Revoltosos – 2

Fonte: Jornal *O Sete d’Abril*. Biblioteca Nacional, BNdigital.

Do ponto de vista da quantidade de inserções nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, a publicação da expressão “scelerados” possui números relativamente modestos, com apenas 9 referências identificadas. Contudo, se for levado em conta o uso desse termo em relação aos participantes da guerra cabana, com 2 citações (mais de 20%), as únicas direcionadas aos integrantes de movimentos deflagrados durante a Menoridade, pois as outras 7 alusões encontradas correspondem a empregos metafóricos, a presença desse termo ganha uma proeminência inesperada.

Ao ser analisada a partir de um primeiro olhar, a inserção dessa designação em relação aos cabanos paraenses poderia transparecer apenas os sentimentos de aversão, presentes entre os integrantes de determinados órgãos de imprensa brasileiros, no entanto, representa também a construção de outra retórica discursiva. Assim, o uso da expressão “scelerado” nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, complementava ou justificava a presença de uma “narrativa” caracterizada pela perspectiva de marginalizar ou desconstruir os sentidos de lutas dos participantes da Cabanagem.

Com efeito, a ideia de expor os cabanos como indivíduos “criminosos” e “nocivos” à manutenção da ordem Imperial vigente também esteve presente nas páginas do outro jornal carioca analisado, mas portando algumas especificidades. Assim, na perspectiva de compreender mais profundamente os usos e significados da expressão “scelerados” na imprensa do Rio de Janeiro, torna-se importante observar o quadro abaixo, relativo aos usos da mesma alcunha no *Correio Oficial*:

TABELA 13 - USOS DA EXPRESSÃO “SCELERADOS” NO JORNAL CORREIO OFFICIAL 1833-1838							
Nº	Edição número	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo		
1	03	03/07/1833	Rebelião em Minas Gerais. (p. 2)	1	Revoltosos		
2	146	19/12/1833	Ministério da Justiça. (p.2-3)	1	Bandidos		
3	77	08/04/1834	Ministério do Império. (p. 1-2)	1	Índios		
4	109	16/05/1835	Correspondência - Alagoas. (p.3)	1	Bandidos		
5	91	19/10/1836	Notícias estrangeiras. (p. 2)	1	Metáfora		
6	18	24/01/1837	Derrota do faccioso Gomes. (p.4)	1	Revoltosos		
7	50	03/03/1838	Cabanagem no Pará. (p. 3-4)	1	Revoltosos		
8	109	10/11/1838	O Mérito. (p. 3-4)	1	Metáfora		
9	120	23/11/1838	Província de Pernambuco. (p. 2-3)	1	Metáfora		
Total: 9		XXX	1833-38	Metáfora – 3	Revoltosos – 3	Bandidos – 2	Índios - 1

Fonte: Jornal *Correio Oficial*. Biblioteca Nacional BNdigital.

Muito além de sua inserção literal, cuja subdivisão estabelece 3 citações de uso metafórico, 3 alusões a movimentos deflagrados durante a Menoridade (sendo apenas 1

referente à guerra cabana e outro a um levante em Pernambuco), 2 referências à bandidos e 1 direcionada a índios, observa-se através da análise desse quadro que, durante o contexto da Menoridade, muito além de ser dirigido a praticantes de atos considerados criminosos ou de grupos “rebeldes”, a expressão “scelerados” também era aplicada a outros grupos sociais e étnicos, a exemplo dos índios.

Por outro lado, um traço característico da presença dessa expressão advém da perspectiva de salientar aos leitores uma determinada visão dos cabanos, geralmente “exagerada”, mas que funcionava como uma postura clara, e em alguns momentos coerente, de apoio à manutenção do *Status Quo*. Assim, a imagem dos participantes da Cabanagem no Pará, projetada através dessa designação, tinha como um de seus objetivos principais a perspectiva generalizante de desqualificar esses indivíduos e, conseqüentemente, o próprio movimento. Nesse encaminhamento, a própria postura de incluir, muitas vezes em uma mesma nota, os termos “scelerado” e “malvados” adequava-se a essa proposta, como é possível verificar no fragmento a seguir:

Acha-se preso Francisco Pedro Vinagre, chefe dos scelerados; todavia possível não tem sido capturar os outros influentes e destruir por uma vez aquela facção, que de novo tenta reproduzir nesta Capital as catástrofes do dia 7 de janeiro, sendo já grande a massa dos malvados reunidos nas imediações d’esta Cidade, a qual não sendo rebatida (...), vai engrossando com indivíduos açulados com a promessa da Liberdade (*Correio Official*, nº 110, 09/11/1835. p. 1-2).

“Facção”, “malvados”, “indivíduos açulados” (ou açulados, ou aqueles que incitam ou provocam a irritação) e, por fim, “scelerados”: o trecho acima enuncia em sequência e focado na figura do líder Francisco Vinagre, os adjetivos mais marcantes associados aos cabanos.

Um dos pontos importantes a ser ressaltado na presente citação consiste na incessante perspectiva de expor os cabanos como um grupo de “scelerados” e “malvados” que, em sua luta pela “promessa de liberdade”, haviam cometido diversos atos de “brutalidade”, em seu objetivo de subverter a ordem na província. Daí a importância do uso de termos como “açulados” que corriqueiramente esteve associado ao ato de incitar cães para que estes mordessem. Os cabanos estavam nesse artigo mais próximos aos animais ferozes do que a homens que conviviam em regime social.

Nascia nesse tipo de artigo a intenção de fixar uma determinada visão dos participantes da Cabanagem, voltada para a proposta de “marginalizar”, de uma forma geral, o movimento social e seus líderes, que passam a ser aproximados a algo mais grave que simples

separatistas ou homens revoltados: os cabanos tornavam-se feras, “brutos”, “ladrões”, “assassinos” e tantos outros adjetivos graves e degradantes dentro das regras da convivência social.

Ponto importante nesse uso de termos é o emprego de duas alcunhas de época que, embora numericamente não sejam expressivas nos jornais cariocas, tornaram-se hegemônicas na memória do movimento paraense de janeiro de 1835: os termos: “malvado” e o “cabano”. Eles são abundantes em ofícios trocados entre autoridades anti-cabanas e são em suas reproduções que eles surgem nos jornais aqui analisados. Um exemplo da continua presença dessa designação pode ser verificado no ofício elaborado por juiz de paz Feliciano Pedro Cordeiro, publicado em uma edição do *Correio Oficial* no ano de 1836, durante a administração do Marechal Manoel Jorge Rodrigues, referente à tentativa fracassada de ataque a Turiassú no interior da província em novembro de 1835:

Tenho a intima satisfação de participar a V. Ex., que no dia 4 do corrente, pelas cinco horas e meia da madrugada, fomos furiosamente atacados por mais de trezentos Cabanos que desesperadamente intentaram devorar-nos; com tudo a Providencia, que até agora tem vigiado sobre nós, nos livrou de cairmos em mão tão ferinas, pois que a nossa gente tanto do mar, como de terra, se portarão tão denotados e corajosamente, que os ditos Cabanos se arrependerão de nos atacar (*Correio Oficial*, nº 41, 22/02/1836. p. 2).

Resposta a esse ofício, em fala do presidente Manoel Jorge Rodrigues:

Acuso a recepção do Ofício de V. Ex., datado de quatro do corrente, e do seu conteúdo fico certo, agradecendo a V. Ex. a participação que me dá da derrota dos malvados em Turiassú, cujas notícias foram aplaudidas com grande entusiasmo neste Arraial. Cumpre-me comunicar a V. Ex. que no dia quatro do corrente, das três para as quatro horas da manhã, fui agredido neste Arraial pelos malvados, em grande numero, atacando todo o entrincheiramento a hum só tempo, sendo sustentado por hum vivíssimo fogo de fuzilaria (Ibidem, p. 3).

Através da leitura desses documentos, elaborados no decorrer da guerra cabana por representantes do Governo Central e publicados em sucessivas edições do *Correio Oficial*, é possível verificar uma disposição para depreciar a Cabanagem e seus integrantes e associá-los novamente à feras, perceptível, por exemplo, no uso da expressão “mão ferina”.

É importante ressaltar que os periódicos cariocas também comparavam os cabanos com outros levantados de outras partes do Brasil Imperial. Havia alguns artigos esporádicos onde aparecia um debate sobre o caráter desses levantados e de seus líderes. Isso ocorria, sobretudo, quando os jornais criticavam algum ato do governo, o que era mais comum no

jornal *O Sete d' Abril*. Em janeiro de 1836, por exemplo, foi publicado neste periódico um artigo crítico sobre as mudanças das atitudes do Regente Feijó, que prometia anistia aos levantados gaúchos. Contudo, em 1835, quando em campanha, prometera rigor contra os levantados do Império. Nele se fazia referência direta a essa questão ao expressar que “*O Correio Oficial* chamava aos revoltosos gaúchos – *amigos do paiz*”. E que o também periódico governista *O Fluminense* “maldizia *O Sete d' Abril* por chamar *rebelde* ao Vinagre e Bento Gonçalves” (*O Sete d' Abril*, nº 315, 30/01/1836, p. 2). Este artigo acabou associando cabanos aos farrapos e até nomeava Bento Gonçalves de “Vinagre”. Também reclamava que o governo de Feijó nomeava, para ir para lutar no Pará pessoas oficiais e graduadas que tinham se distinguido “pela defesa da legalidade” no Rio Grande do Sul e que tinham migrado para o Rio de Janeiro. Nesse artigo, o jornal *O Sete d' Abril* condenava Feijó e seu governo e usava o exemplo do Pará para generalizar o medo contra os farrapos do Rio Grande do Sul.

Ademais, o exame da inserção dessas designações, por parte dos dois jornais cariocas investigados, revela, primeiramente, que a perspectiva de nomear ou alcunhar os cabanos paraenses se constituía em uma prática corriqueira e até era parâmetro de comparações, adequada aos interesses de diferentes órgãos de imprensa. Em segundo, que a própria forma de designar os cabanos transformava-se em ponto de embates, envolvendo articulistas e demais responsáveis por diversos jornais. E por último, que a utilização dessas expressões não estava, em nenhum momento, desvinculada das questões políticas e eleitorais.

Através dessas supostas alterações, vicejadas pelos responsáveis e articulistas de alguns jornais do Rio de Janeiro, presume-se que a utilização de designações, direcionadas aos cabanos ou à lideranças do movimento (como será analisado no próximo tópico), não se constituía em uma postura despretensiosa, mas envolvia claramente, outras preocupações.

4.2 – O tigre, o idiota e a fera: designações aos líderes cabanos

O cruelíssimo Malcher, chamado por excelência o *Tigre Acaraense*, foi posto na presidência da província pelos alevantados, como o único digno de substituir a pessoa do *cônego Baptista*, falecido poucos dias antes no retiro do sertão, para onde se tinha evadido às perseguições que o partido *camecran* lhe estava dando! Eis aí o estado em que o Pará se acha, ermo, assolado, cheio de sangue, moribundo: e os poucos e raros desgraçados que ainda aí passeiam estão com as suas vidas e as de suas mulheres e filhos entregues á mercê do Tigre que se assentou no estrado do poder (*O Sete d' Abril*, nº 233, 31/03/1835, p. 1).

Foram três os principais líderes cabanos: o primeiro, Félix Antônio Clemente Malcher, ficou pouquíssimo tempo no poder, sendo empossado em janeiro e assassinado e substituído por seu comandante de armas em 20 de fevereiro de 1835. O segundo presidente cabano foi Francisco Pedro Vinagre que permaneceu no comando de Belém até entregar o governo pacificamente ao emissário Imperial Manoel Jorge Rodrigues em julho de 1835. Contudo não houve desarmamento e Vinagre foi preso depois da tomada da vila interiorana de Vigia pelos Cabanos. Em agosto de 1835, Belém foi novamente tomada pelos “levantados” comandados pelo irmão de Francisco Pedro Vinagre, que morreu nessa investida. Desde então até 13 de maio de 1836, ficou no poder em Belém o último e mais conhecido líder cabano Eduardo Nogueira Angelim, com apenas 21 anos.

Evidentemente, a imagem pública dessas lideranças cabanas – cujas biografias encontram-se fixadas em notas inseridas no capítulo inicial – não foi estabelecida nas páginas de diversos periódicos que existiam no momento contemporâneo ao conflito, em especial no *Correio Oficial* e em *O Sete d’Abril*, com os mesmos olhares e perspectivas dos anos, décadas ou no século subsequente, subsistindo, como será possível observar nessa parte do estudo, várias peculiaridades a serem observadas.

Desde que a guerra cabana se iniciou, em janeiro de 1835, os articulistas de diversos jornais brasileiros preocuparam-se em designar as principais lideranças do movimento, salientando através de alcunhas, traços da personalidade, aspectos físicos e algumas das características específicas, o que consideravam importante em cada uma dessas autoridades. Partindo desse princípio, as denominações atribuídas aos líderes cabanos, publicadas nas páginas dos jornais *Correio Oficial* e *O Sete d’Abril*, muito além de simbolizarem práticas sem relevância, representam um interessante ponto de reflexão para a compreensão de como determinados segmentos da imprensa brasileira pensavam ou divulgavam o respectivo movimento e seus integrantes.

Nessa perspectiva, a importância direcionada às alcunhas de alguns dos principais líderes do movimento cabano no Pará, estabelecida nas páginas desses dois órgãos da imprensa do Rio de Janeiro, em um momento contemporâneo à ocorrência dos conflitos, possibilita um interessante caminho para o entendimento de como determinadas “autoridades” do movimento cabano, mais especificamente: Félix Clemente Malcher, Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, responsáveis por comandar o movimento em ocasiões distintas, foram associados à alcunhas que conduziam a determinadas leituras, não apenas desses indivíduos, como também daquilo que hoje intitulamos de Cabanagem.

Utilizando uma lógica semelhante à aplicada no tópico anterior, torna-se relevante afirmar que o ato de determinados órgãos de imprensa de expor algumas “autoridades” cabanas, através do uso de alcunhas diversas, estava longe de representar uma ação despreziosa ou despolitizada, possuindo, inexoravelmente, uma forte interação com os ideais professados e a própria maneira de ver a guerra no Pará por parte dos articulistas e responsáveis de cada um dos periódicos aqui analisados.

Não por acaso, o fragmento que abre essa parte do estudo, publicado na edição de 26 de maio de 1835 do jornal *O Sete d' Abril*, representa um interessante ponto inicial de discussão, ao expor o líder cabano Félix Malcher por meio da alcunha de *Tigre Acaraense*. Em primeiro lugar, esta nomenclatura, cuja significação em um dicionário publicado na década de 1830 significa “animal feroz. (...) feroz, cruel” (PINTO, 1832, p. 1044), procura implicitamente denotar a existência de supostos comportamentos embrutecidos por parte dessa autoridade, que, na lógica dos articulistas dos jornais analisados, fugiam de qualquer perspectiva considerada “civilizada” no período. Em segundo, a associação dessa liderança a um animal carnívoro de grande porte, embora não pertencente à fauna amazônica, também sugere a nítida perspectiva de enfatizar ou destacar o lugar de Malcher no respectivo movimento, colocando-o em situação de proeminência e liderança entre os demais cabanos, também considerados como “feras”. Em terceiro, havia uma clara perspectiva de denegrir a própria ação dos participantes da guerra cabana, ao apresentá-los a partir de determinadas imagens, com dimensões de “selvageria”, consideradas tão “animalescas” como a do seu próprio líder. E por último, a evocação dessa alcunha, nas páginas de *O Sete d' Abril*, também está ligada a uma perspectiva de desumanizar a liderança cabana que, pelos seus conjecturados atos de “brutalidade” na administração provincial, e “desrespeito” as leis, acabou recebendo essa alcunha, nas páginas de alguns jornais, durante essa conjuntura.

No terceiro volume de sua obra *Motins Políticos*, publicado em 1833, Domingos Antônio Raiol, mais uma vez recorrendo às narrativas pertencentes às fontes jornalísticas, realiza uma exposição sobre a administração e a pessoa de Félix Antônio Clemente Malcher, no início de 1835. Nesta parte da narrativa, o Barão de Guajará também faz referência ao uso da designação *Tigre Acaraense*, como forma de atribuição a Malcher. De acordo com a narrativa do Barão de Guajará, um dos momentos relevantes, referente à presença dessa alcunha ocorreu no momento de deportação de Lavor Papagaio (ex-redator da folha *Sentinela Maranhense*), que após aportar no Maranhão, publicou um artigo nas páginas da *Typographia Constitucional do Maranhão*, cujo conteúdo, expressava entre outros aspectos, que essa

liderança era “um monstro de iniquidades, e não em homem humano amigo da constituição e mais liberdades: só um Tigre Acaraense (Malcher)” (RAIOL, 1883, p. 399).

Longe de se constituir em um termo criado no transcorrer da guerra cabana, ou de representar um atributo exclusivo dos articulistas dos periódicos *O Sete d' Abril* e *Correio Oficial*, as origens da designação *Tigre Acaraense*, como forma de atribuição ao líder cabano Félix Malcher, remontam aos conflitos desencadeados na Província do Pará durante a década de 1820, momento no qual exerceu atribuições como membro da Junta Provisória do Governo-Geral, e depois como Porta-bandeira de milícias. Nesse contexto, no qual o Grão-Pará se constituía em espaço de embates decorrentes do processo de Independência, Malcher, na condição inicial de membro da Junta Provisória do Governo-Geral, e depois como Porta-bandeira de milícias, esteve envolvido em várias contendas políticas locais e acusado de compactuar com ideais republicanos, já era conhecido nas páginas de alguns órgãos da imprensa por meio dessa denominação.

Na conjuntura da guerra cabana, o uso da designação *Tigre Acaraense* passou a estar presente nas páginas de, pelo menos, outros dois jornais cariocas, como *O Campista* e a *Aurora Fluminense*.³⁹ Um interessante exemplo do uso anterior dessa alcunha nas páginas da imprensa, pode ser verificado nas páginas de um jornal carioca de linha monarquista denominado *O Espectador brasileiro: diario politico, litterario e commercial*, mas especificamente, em uma nota, intitulada: *Extracto dos journaes do Pará*, e publicada em janeiro de 1826, na qual se afirma, entre outros aspectos, que este “individuo que de homem só tem a configuração, (...) assemelha-se ao Tigre pela ferocidade”. E que este “malvado Tigre Acaraense, não possuindo proporções para fazer-se ilustre pelas ciências, artes, e virtudes (...) pretendeu fazer-se celebre, constituindo-se principal instrumento de mil coisas, (...) cada uma delas mais nefandas”. (*O Espectador brasileiro: diário politico, literário e commercial*. Nº 228, 27/01/1826. p. 1-2); Antônio Ladislau Monteiro Baena, apesar de não utilizar o termo “tigre”, como forma de atribuição a Malcher, destaca a suposta postura agressiva do mesmo durante o processo de Adesão a Independência, ao expressar que o “Porta-Bandeira do Primeiro Regimento de Milícias Felix Antônio Clemente Malcher

³⁹ Alguns exemplos da presença do termo *Tigre Acaraense* na imprensa brasileira, durante o contexto da Cabanagem, podem ser verificados em uma nota publicada em 1835 no periódico *O Campista*, segundo a qual, “Malcher (chefe ostensivo dos sediciosos) é homem de caráter feroz e sanguinário, conhecido no Pará pelo nome de tigre acarãense” (*O Campista*, Nº 14, 1835, p. 4), ou em um fragmento, publicado no mesmo ano, pelo jornal *Aurora Fluminense*, marcado por críticas em relação às notas sobre os conflitos desencadeados no Pará, noticiadas pelo periódico *Sete d' Abril*, no qual se expressava ironicamente que o “Conego Serra é pior que o tigre Acaraense” (*Aurora Fluminense*, Vol. 8, Nº 1012, 06/02/1835, p. 4).

despenhado em demandadas iras, em fúrias semelhantes às da hidrofobia” (BAENA, 1969. p. 385).

Entre os diversos órgãos de imprensa que inseriram a respectiva alcunha em suas páginas, alguns, porém, destacaram-se pela quantidade de utilizações ou variedade de sentidos da expressão. Um deles foi o *Correio Official*, cuja variedade e quantidade de empregos do termo podem ser observadas no quadro abaixo:

TABELA 14 - USOS DA EXPRESSÃO “TIGRE” NAS PÁGINAS DO JORNAL CORREIO OFFICIAL 1834-1841						
Nº	Edição número	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo	
1	101	06/05/1834	Buenos Ayres. (p. 4)	1	Animal	
2	44	22/08/1834	Discurso do sem. F. de Mello. (p.3)	1	Metáfora	
3	61	12/09/1834	Exportações do Brasil. (p. 3)	1	Metáfora	
4	62	13/09/1834	Correspondência. (p. 1-2)	1	Metáfora	
5	65	17/09/1834	Biografia – Curvier. (p. 3)	1	Metáfora	
6	140	16/12/1834	Do Aperf. da espécie humana. (p. 3)	1	Animal	
7	07	10/01/1835	Variedades. (p. 4)	1	Metáfora	
8	92	27/04/1835	Da consciência moral. (p. 2)	1	Metáfora	
9	139	27/06/1835	Variedades. (p. 3-4)	1	Navio	
10	99	27/10/1835	A prosperidade pública. (p. 3-4)	1	Metáfora	
11	132	07/12/1836	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Bandido	
12	49	02/03/1837	Comandância da campanha. (p. 4)	1	Localidade	
13	127	01/12/1837	Os Impostos do Egypto. (p. 2)	1	Metáfora	
14	65	22/03/1838	Revolta na Bahia. (p. 2)	1	Metáfora	
15	91	25/04/1838	Conhecimento do Homem. (p. 3)	1	Metáfora	
16	139	27/06/1838	A Oposição. (p. 3)	1	Metáfora	
17	138	15/12/1838	Um domador de feras. (p. 4)	1	Animal	
18	65	20/03/1839	A Doutrina do interesse. (p. 1-3)	1	Metáfora	
19	90	22/04/1839	Ideia da História antiga. (p. 2-3)	1	Rio	
20	96	29/04/1839	Uma Viagem perigosa. (p. 4)	1	Animal	
21	49	28/08/1839	Indústria. (p. 1-3)	1	Localidade	
22	50	29/08/1839	Viagens e aventuras no interior da África. (p. 3-4)	1	Localidade	
23	124	26/11/1839	Os desafios. (p. 1-2)	1	Metáfora	
24	23	30/01/1840	Bibliotecas de povos Maometanos. (p. 3-4)	1	Rio	
25	34	12/02/1840	A baixela de S. M. B. (p. 4)	1	Metáfora	
26	94	29/10/1840	Imortalidade da alma. (p. 3)	1	Metáfora	
27	35	16/02/1841	Igreja aberta num rochedo	1	Rio	
28	94	05/05/1841	Reflexões sobre a coragem. (p. 2)	1	Metáfora	
29	96	07/05/1841	O Monge de Sister. (p. 3-4)	1	Metáfora	
30	97	08/05/1841	O Monge de Sister. (p. 2-4)	1	Metáfora	
31	18	24/07/1841	O Monge de Sister. (p. 2-4)	1	Metáfora	
Total:	XX	1834-41	Metáfora – 19	Animal – 4	Bandido – 1	Localidade – 3
31			Rio – 3	Navio – 1	Revolução Francesa – 1	

Fonte: Jornal *Correio Official*, Biblioteca Nacional, BNDigital.

Os dados apresentados no quadro mostram que a expressão “tigre” esteve bastante presente nas páginas do jornal *Correio Oficial*. Foram dezenove que associavam “tigres” metaforicamente, postura que identifica a opção dos articulistas desse periódico em apresentar esse termo a partir de sentidos alegóricos ou exemplificativos. Em segundo, ressalta-se também a utilização dessa expressão como forma de designar o próprio animal tigre, com 4 citações. Em terceiro, o uso desse termo também foi encontrado nas páginas do *Correio Oficial*, como forma de mencionar espaços geográficos com três citações sobre o rio Tigre e uma citação que referenciava um navio com este nome.

A observação desse quadro permite verificar que a utilização da expressão “tigre” saía dos usos corriqueiros como os do próprio animal e o do rio Tigre, para ganhar relevância como metáfora de ferocidade. A única migração para o contexto dos levantes da Menoridade se dá com a Cabanagem, no caso da prisão de um líder cabano de importância regional. Antes dela, somente havia mais uma citação que atrelava aos tigres os revolucionários franceses. Este tipo de associação se relaciona as outras alcunhas mais corriqueiras atribuídas aos cabanos, como “bárbaros” e “vândalos”, que também foram inseridas como forma de expor os líderes do respectivo movimento.

Por outro lado, divergindo da postura apresentada pelo *Correio Oficial*, em relação aos usos da expressão “tigre”, os articulistas do jornal *O Sete d’Abril* apresentaram outras opções de uso da respectiva alcunha, particularmente em relação a lideranças da guerra cabana, como é possível verificar no quadro exposto na página a seguir:

TABELA 15 - USOS DA EXPRESSÃO “TIGRE” NO JORNAL O SETE D’ ABRIL 1833-1839						
Nº	Edição número	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões	Aplicações do termo	
1	20	05/03/1833	Correspondência. (p. 2-3)	1	Metáfora	
2	73	05/09/1833	Os Caramurus e seu D. Pedro I. (p. 1-4)	1	Metáfora	
3	89	29/10/1833	Descrição. (p. 3)	1	Metáfora	
4	106	31/12/1833	Bravura militar. (p. 4)	1	Tigre fezese	
5	116	01/02/1834	Continuação das gentilezas dos colendíssimos Liborios. (p. 2)	1	Metáfora	
6	200	29/11/1834	Velhas alcançadoras. (p. 4)	1	Animal	
7	217	31/01/1835	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Tigre acaracense	
8	232	28/03/1835	Rio de Janeiro. (p. 1)	1	Metáfora	
9	233	31/03/1835	Cabanagem no Pará. (p. 1)	1	Tigre acaracense	
10	239	22/04/1835	Cabanagem no Pará. (p. 1)	1	Tigre acaracense	
11	249	26/05/1835	Cabanagem no Pará. (p. 1-2)	2	Tigre acaracense	
12	407	17/12/1836	Convém ao Brasil o regime republicano. (p. 3)	1	Metáfora	
13	412	07/01/1837	O Tatú e a const. dos brutos. (p. 3-4)	1	Metáfora	
14	453	31/05/1837	Gentilezas profanas. (p. 2)	1	Metáfora	
15	469	26/07/1837	Serviços relevantes do Padre Alencar. (p. 3-4)	1	Metáfora	
16	478	26/08/1837	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Tigre acaracense	
17	483	13/09/1837	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Tigre acaracense	
18	487	27/09/1837	Farroupilha. (p. 2)	1	Metáfora	
19	493	18/10/1837	Threnos do pajé do Amazonas. (p.4)	1	Animal	
20	519	24/01/1838	Proposta ao irmão Limpo de brio. (p. 4)	1	Metáfora	
21	523	07/02/1838	Pretensão do Frei Limpo de Brio. (p. 4)	1	Metáfora	
22	537	24/03/1838	Província da Bahia. (p. 1)	1	Metáfora	
23	560	18/05/1838	Farroupilha. (p. 2-3)	1	Metáfora	
24	564	28/05/1838	Província de Minas Gerais. (p. 4)	1	Metáfora	
25	582	13/07/1838	Pernambuco: Os Sebastianistas do Sertão. (p. 1)	1	Metáfora	
26	632	09/11/1838	Qual é melhor, ser homem ou ser mulher? (p. 4) – Tigre Marat	1	Metáfora	
27	675	26/01/1839	Província de São Paulo. (p. 2)	1	Metáfora	
28	698	23/02/1839	O Mensageiro de D. Miguel. (p. 3)	2	Metáfora	
29	699		O Mestre assassinado. (p. 3)	1	Metáfora	
30	704	02/03/1839	A Doutrina do interesse. (p. 1)	1	Metáfora	
31	705	04/03/1839	A Mulher do povo. (p. 2)	1	Metáfora	
32	707	06/03/1839	Cena de noite. (p. 3-4)	1	Metáfora	
Total	XXX	1833-39	Metáfora – 23	Animal – 2	Tigre escravos – 1	Tigre acaracense – 6
32						

Fonte: Jornal *O Sete d’Abril*, Biblioteca Nacional, BNdigital.

Apesar de numericamente conterem quase a mesma quantidade de alusões da expressão “tigre”, *Correio Oficial*, 31, e *O Sete d’Abril*, 32, possuíam perspectivas de inserção um pouco diferenciadas. Em termos comparativos, mesmo considerando a consciência da proeminência de utilização desse termo em sua forma metafórica, com 23 alusões encontradas, a permanência da inserção dessa designação em relação a animais, com 2 referências, e a novidade em apresentar 1 menção ao “tigre”, como o escravo que transportava

fezes. Contudo a principal novidade é a maior aproximação desse termo com a guerra cabana, particularmente com uma de suas lideranças: o acaraense Félix Antônio Clemente Malcher.

A presença dessa discrepância entre os usos da expressão “tigre”, em relação à guerra cabana, nas páginas dos periódicos analisados, remete a alguns pontos de reflexão. O primeiro deles é que, para os articulistas do jornal *O Sete d' Abril*, não havia, pelo menos no plano subjetivo, nenhuma restrição na utilização dessa alcunha como forma de expor a administração ou a personalidade de Félix Malcher, ao contrário do periódico *Correio Oficial*, cujos articulistas não fizeram nenhuma associação desse termo com Malcher restringindo-se a nomear tigre a outro líder interiorano de menor expressão nacional. De qualquer maneira, interessa também notar, que esta inserção da expressão “tigre”, como atribuição a Félix Malcher, nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, também foi contingência das disputas políticas enfrentadas pelos dois periódicos. *O Sete d' Abril* era então oposição ao governo regencial de Feijó e certamente seus articulistas percebiam que as críticas aos revolucionários como os do Pará tinham e deveriam ser mais pesadas, como forma até de expor implicitamente um quadro de “gravidade” da crise no Pará e, ao mesmo tempo, a ausência de atitudes da Regência, o que pode ser verificado no fragmento exposto a seguir, retirado de uma edição do jornal *O Sete d' Abril* do ano de 1835:

O *Tigre Malcher*, hoje chamado Presidente do Pará, não só frustrará certo saque que deverá dar-se n'esses dias, mas fôra ele sempre homem muito honrado e muito respeitado na província!!! Como os selvagens se entendem, e que casta de advogados têm eles entre nós! (*O Sete d' Abril*, nº 239, 22/04/1835, p. 1)

Ao que parece, articulistas como os do *Correio Oficial* poderiam ser nesta conjuntura de 1835-1836, senão os “advogados” de todos os cabanos, pelo menos o advogado do líder Felix Malcher. Partindo desses aspectos, apesar do caráter irônico e até certo ponto cínico, do texto, voltado para a proposta de ridicularizar os defensores da administração de Malcher em solo paraense e no carioca, que funcionariam como “patronos” de seus atos, o mesmo documento traz como fundamentos alguns aspectos importantes a serem ressaltados, particularmente em aproximar o termo “tigre” daqueles que supostamente o defendem intitulados de “selvagens”.

Ademais, a exposição da imagem de Félix Malcher em jornais, através da designação de *Tigre Acaraense*, parece ter persistido até a morte dessa liderança, ocasionada após desavenças com seu “Comandante das Armas” Francisco Vinagre, poucas semanas após os

cabanos conquistarem Belém, como atesta o fragmento a seguir, também publicado no jornal *O Sete d'Abri*:

O miserável *Vinagre*, arvorado em Comandante das Armas, seguiu o exemplo que o *Tigre Malcher* lhe havia dado, levantando-se contra ele e fazendo-o assassinar. (...) parece que o *Vinagre*, ajudado de grande número de índios e gente de cor, se apossara do Trem de guerra e apresentara ao *Tigre* um combate, que durara três dias, (...) mas cujo resultado se declarara em favor do *Vinagre*, o qual tomara a fortaleza e dera mui bárbara morte não só ao *Malcher*, como a quantos desgraçados poderá encontrar em tal fortaleza, sacrificados pelo *Tigre* (*O Sete d'Abri*, nº 249, 26/05/1835, p. 1).

O documento é revelador de um processo de herança expandida da ferocidade de *Malcher* para *Vinagre*. O “*Tigre Malcher*”, alcunha utilizada para designar o primeiro presidente cabano, é alterada em seu sentido original, sendo agora exposto para nomear um ser “acuado”, frente às ameaças de uma nova “fera” que, surgira dentro da “horda” de cabanos, e ambicionava assumir o poder, cujo nome é revelado: Francisco Pedro *Vinagre*.

Nessa perspectiva, a partir do assassinato do primeiro “tigre” *Malcher* surgia um mais feroz: Francisco *Vinagre*, quem (esse sim) foi bastante execrado pelos dois periódicos cariocas. Além desses pontos, um simples exame da presença dessas designações também revela a existência de um tecido “paralelo” de interesses e perspectivas nas páginas de determinados órgãos de imprensa. As regras para o emprego dessas alcunhas nas páginas dos jornais aqui analisados não eram de modo algum fechadas, integrando-se a diversos interesses, sentimentos e visões de ocasião, pertencentes a cada articulista ou redator dos jornais aqui especificados.

A ênfase na investigação sobre a presença e usos de designações direcionadas a alguns líderes cabanos permite afirmar, que Félix Clemente *Malcher* não se constituía na única liderança taxada com alcunhas depreciativas na conjuntura da guerra cabana, outras “autoridades” do movimento, como Francisco *Vinagre*, também foram alvo de designações por parte da imprensa carioca.

Inicialmente nomeado para o posto de Comandante das Armas do governo de *Malcher*, após a conquista de Belém em janeiro de 1835, em pouco tempo, *Vinagre* entrou em dissidência com o mesmo. Em fevereiro do mesmo ano, após várias divergências, teve início um conflito entre os antigos aliados, culminando com a morte de *Malcher*. Após a eliminação do antigo companheiro, Francisco *Vinagre* ascendeu ao cargo de Presidente Provincial e também passou a se constituir em “notícia” nas páginas de vários jornais brasileiros.

Com sua rápida e inesperada “notoriedade” no comando dos “rebeldes” paraenses, Francisco Vinagre, assim como Félix Malcher, se tornou “alvo” de “alcunhas” por parte de vários periódicos, entre eles o *Correio Oficial* e *O Sete d’ Abril*. Confirmando a subsistência, no âmbito da imprensa brasileira, mas especificamente nos jornais aqui analisados, de um discurso que visava desconstruir, não apenas as ações e a moral dos principais líderes cabanos através de determinadas expressões, mas também desmoralizar a própria capacidade intelectual e administrativa desses supostos “rebeldes” em comandar uma província, como é importante observar no fragmento a seguir:

Quem observa um estúpido e completo idiota, Vinagre, seduzir Povos, pode duvidar do perigo em que existe a verdadeira liberdade; dos riscos que correm os princípios, entre gente, que para bem nos explicarmos, nem sabe o que é sociedade política, nem mesmo o que é ser homem? Conhecem os Paraenses, que se submeteram ás malvadezas de Vinagre, e outros tais caudilhos, a força da sentença dos políticos, com que principiamos este artigo (Ibidem, p. 4).

Vinagre aqui era: “idiota” e “sedutor de povos”, governante de “gente” que nem sequer saberia o que seria uma “sociedade política” ou o que era “ser homem”. Diante da ferocidade de Vinagre, o articulista chegava a duvidar da “verdadeira liberdade dos povos”. Nessa perspectiva, a noção de “liberdade”, difundida entre os cabanos a partir de suas lideranças, não poderia, de forma alguma, de acordo com o discurso jornalístico aqui analisado, representar algo positivo. Sua ação não era considerada ato político nem sequer humano.

Nessa perspectiva, uma das leituras possíveis sobre suposta estupidez de Vinagre também ilustra ou “sintetiza” o que autores como Robert Darnton denominaram no cenário da Revolução Francesa como “o pecado da simplicidade, um pecado mortal, porque a ingenuidade (...) é um convite ao desastre” (DARNTON, 1986, p. 82). Porém, por mais que a suposta “idiotice” tenha se constituído em uma das críticas mais contundentes em relação a Francisco Vinagre nas páginas do *Correio Oficial*, essa liderança cabana, como era de “praxe”, estava mais do que nunca vinculada ao perfil de um ser “animalizado” e “embrutecido”, que tinha caracterizado as expressões utilizadas para nomear seu antecessor e ex-aliado Félix Malcher, na liderança do movimento cabano deflagrado no Pará. Sobre esse aspecto, uma nota de conteúdo polêmico, intitulada *O Vinagre arcabuzado*, originada do periódico denominado *Paraibano*, e reeditada na edição Nº 98, de 28 de novembro de 1835 do jornal *O Sete d’ Abril*, possibilita algumas reflexões importantes:

Vinagre, esse monstro que arrogou-se a autoridade de Comandante das Armas do infeliz Pará no momento em que barbaramente era assassinado o bravo Tenente Coronel Santiago, já expirou os seus atrozes crimes! O inconsolável resto dos cidadãos d'aquela província, que obedientes eram às leis do Império, tocando o apuro do sofrimento (...) sem filhos, sem esposas, sem pais e sem bens, só lhes satisfazia ver a pronta morte da fraticida e sanguinolenta fera! Clamarão, pedirão, com vozes nascidas do desespero, essa satisfação; e o Chefe de Divisão Taylor viu-se forçado a entrega-lo ao fuzil! Eis o fim dos malvados (*O Sete d' Abril*, nº 98, 28/11/1835, p. 4).

A despeito do conteúdo “inverídico” ou “falacioso” da presente nota, pois Francisco Vinagre, líder cabano que sucedeu a Félix Malcher, não foi executado a mando do chefe de Divisão Taylor em 1835, interessa destacar no respectivo fragmento alguns pontos instigantes. Em primeiro lugar, é possível verificar na nota uma ênfase a expressões designadoras de comportamentos “animalescos” como “monstro” ou “fera”. Em segundo, a presença dessas designações, além das evidentes proximidades com as alcunhas direcionadas a Malcher, também indicam que o uso de termos opostos aos valores civilizatórios professados na época passou a se constituir em prática comum adotada por alguns jornais em relação às lideranças dos cabanos e, por último, ao se utilizarem, em diferentes situações, de denominações alusivas de condutas “impetuosas” e “selvagens” aos líderes da Cabanagem, periódicos, como *O Sete d' Abril*, procuravam fazer alusão às ações de outros participantes e do próprio movimento.

Nessa perspectiva, ao lado da “ingenuidade” e da “idiotice”, a “brutalidade”, supostamente atribuída a algumas lideranças cabanas, como Francisco Vinagre, também se constituía em um comportamento altamente reprovável na lógica de alguns órgãos da imprensa do Rio de Janeiro, ao ser fixado como parte integrante das ações e atitudes de uma autoridade provincial. Assim, apesar das dificuldades de comunicação existentes no Brasil da época e das distâncias geográficas e políticas que separavam o Rio de Janeiro do Pará, como foi investigado nos dois capítulos iniciais, os articulistas dos jornais aqui analisados procuravam, a sua maneira, baseados geralmente em informações fornecidas de segunda mão ou de notas publicadas em outros jornais, descrever as personalidades, valores e até características físicas pertencentes aos principais líderes cabanos a partir de posicionamentos específicos, sintetizadas em alcunhas.

Não é difícil constatar, que outra alcunha contida no fragmento, a expressão “fera”, como forma de nomear lideranças cabanas, também integrou em várias situações, o discurso sobre a Cabanagem, em artigos e documentos publicados no *Correio Oficial* e em *O Sete d' Abril*. Palavra cujo significado, na década de 1830, imputava a condição de “animal feroz e

carnívoro” (PINTO, 1832, p. 513), o termo “fera” passou a integrar o diversificado vocabulário “depreciativo”, aplicado a outros participantes desse movimento político-social nas páginas da imprensa.

Justificando essas colocações, Eduardo Angelim, o 3º “presidente cabano” que com apenas 21 anos assumiu o poder em Belém, logo após liderar o ataque e conquista da respectiva capital provincial em agosto de 1835, mesmo depois de sua prisão, não escapou a lógica infligida pelos órgãos de imprensa aqui analisados, em atribuir alcunhas para os chefes do respectivo movimento político-social, como é possível verificar na leitura do fragmento a seguir:

Ao Norte um *Eduardo* não pôde sustentar as bravatas, com que buscou iludir a perspicácia de um General, que bem conhecia os apertos de quem queria capitular indevidamente; uma retirada em completa debandada o salvou, por hora, da espada da Lei; acossado nas matas, em que se embrenhara levando consigo as maldições da Pátria, ele parece fugir da sua mesma sombra, e como fera aborrecida não ousa repousar duas noites em um mesmo covil (*Correio Official*, nº 108, 09/11/1836. p. 3).

Através da análise desse fragmento, é possível verificar que, no discurso apresentado pelo articulista não identificado do jornal *Correio Official*, “um Eduardo”, sem sobrenome, é exposto como uma liderança “falaciosa”, caracterizada por um discurso eivado de “intimidações” e “mentiras” e em uma “bravata” desigual por lutar contra um General. O texto também desqualifica Eduardo, que teria sido “acossado nas matas”, parecendo fugir “da sua mesma sombra”.

Continuamente criticado nas páginas do *Correio Official*, pela sua postura em relação à Regência e liderança em relação aos cabanos, a designação “fera aborrecida”, aplicada para Angelim, embora direcionada em uma única nota ao líder cabano, foi adequada aos propósitos dos responsáveis por esse periódico, centrados indiretamente em mecanismos de apoio a ordem dominante imperial. Essas descrições, subjacentes a perspectiva de estabelecer uma determinada visão sobre a Cabanagem e seus líderes, acabavam por enfatizar, de forma indireta, o próprio movimento sob a lógica da “barbárie” e “brutalidade”.

Após essas observações, envolvendo os sentidos e significados da expressão “fera aborrecida” nas páginas do jornal *Correio Official*, torna-se relevante observar, a partir do quadro a seguir, como os articulistas desse periódico inseriram a designação “fera” em sucessivas edições do respectivo órgão de imprensa:

TABELA 16 - USOS DA EXPRESSÃO “FERA” A PARTIR DO JORNAL <i>CORREIO OFFICIAL</i> 1834-1841					
Nº	Edição Nº	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo
1	75	05/04/1834	Farroupilha. (p. 3)	1	Revoltosos
2	94	29/04/1835	Variedades. (p. 2)	1	Metáfora
3	22	27/07/1835	Câmara Municipal da Corte. (p. 3)	1	Bandidos
4	25	30/07/1835	Destino do homem. (p.4)	1	Metáfora
5	42	20/08/1835	Cabanagem no Pará. (p. 3)	1	Revoltosos
6	66	19/09/1835	Resposta de um Cristão. (p. 3-4)	1	Metáfora
7	35	15/02/1836	Notícia sobre o reino de Lahore. (p.3-4)	1	Metáfora
8	108	09/11/1836	Cabanagem no Pará. (p. 3-4)	1	Revoltosos
9	10	13/01/1837	Rio de Janeiro. (p. 2)	1	Bandidos
10	141	20/12/1837	Variedades. (p. 3-4)	1	Metáfora
11	75	03/04/1838	Resultado das derrotas dos rebeldes na Bahia. (p. 1)	1	Revoltosos
12	79	09/04/1838	Bahia. (p. 1-2)	1	Revoltosos
13	141	30/06/1838	Propostas do Ministério. (p. 3-4)	1	Metáfora
14	124	26/11/1839	Os Desafios. (p. 1-2)	1	Metáfora
15	68	30/03/1841	As três rainhas. (p. 4-5)	1	Metáfora
Total 15	XXX	1834-41	Metáfora – 8	Revoltosos – 5	Bandidos - 2

Fonte: Jornal *Correio Oficial*. Biblioteca Nacional, BNdigital.

Destaca-se na tabela, a relevância destinada ao uso metafórico do termo, com 8 citações encontradas, postura que demonstra certa preferência de articulistas e redatores por essa opção. Em segundo, observa-se também a presença de 5 indicações desse termo, em aproximação com a participação de determinados segmentos populacionais nos movimentos deflagrados nas mais diversas províncias brasileiras durante a Menoridade, 2 delas em aproximação direta com o movimento conhecido como Cabanagem. E por último, 2 indicações da designação, em alusão direta à supostas práticas de banditismo.

Deve-se, no entanto, notar que as duas referências da expressão “fera” em relação à guerra cabana, uma delas direcionada a liderança Eduardo Angelim, ganham um sentido específico, em questão de possuírem um significado ambíguo. Em primeiro lugar, podem almejar especificar a suposta proeminência de comportamentos “selvagens” ou “animalescos”, tanto dos cabanos, como de suas lideranças, no decorrer dos conflitos no Pará. Em segundo, sugere o uso político da expressão, empregada a partir das opções e criatividade de articulistas e redatores.

Evidentemente, deve-se acrescentar também, que a inserção da designação “fera” não ficou limitada às edições do jornal *Correio Oficial*, o outro periódico do Rio de Janeiro investigado, também fez diversas menções a esse termo, como é possível observar na tabela a seguir:

TABELA 17 - USOS DA EXPRESSÃO “FERA” A PARTIR DO JORNAL O SETE D’ ABRIL – 1833-1838					
Nº	Edição Nº	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo
1	27	30/03/1833	La Vai verso. (p. 3)	1	Metáfora
2	76	14/09/1833	Maranhão: Chapa Caramurú. (p. 1-2)	1	Metáfora
3	81	01/10/1833	Revolta em Minas. (p. 1)	1	Revoltosos
4	86	18/10/1833	La Vai Verso. (p. 3)	1	Metáfora
5	298	28/11/1835	Cabanagem no Pará. (p. 4)	1	Revoltosos
6	543	06/04/1838	Rebeldes na Bahia. (p. 2-3)	1	Revoltosos
7	544	09/04/1838	Rebeldes na Bahia. (p. 2)	1	Revoltosos
8	567	06/06/1838	A Cobra cascavel. (p. 4)	1	Animal
9	592	06/08/1838	Câmara dos deputados: sessão de 31 de julho de 1838. (p. 2)	1	Metáfora
10	634	14/11/1838	Liberdade o que é? (p. 3-4)	1	Metáfora
Total 10	XXX	1833-1938	Metáfora – 5	Revoltosos – 4	Animal - 1

Fonte: Jornal *O Sete d’ Abril*. Biblioteca Nacional, BNdigital

No quadro referente ao *O Sete d’ Abril* destaca-se novamente a preponderância do uso metafórico do termo, com 5 citações (50%), em um claro indício da opção pelo uso simbólico ou exemplificativo. Em segundo, observa-se que a aproximação da designação com os participantes de movimentos regenciais ganha referências numericamente significativas, com 4 citações encontradas (40%), uma delas direcionada à guerra cabana. E por último, destaca-se também o uso do termo como forma de expor um animal, com 1 alusão (10%).

Ainda é importante ressaltar que o uso da designação “fera” não ficou restrita ao líder cabano Eduardo Angelim, outras autoridades do movimento também receberam essa alcunha, como Francisco Vinagre. Contudo houve momentos específicos em que um jornal mais ligado ao governo de Feijó publicou críticas menos contundentes em relação a Francisco Vinagre. Foi o caso de julho de 1835, quando este comandante cabano se rendeu e entregou seu posto ao Marechal Jorge Rodrigues, como fica claro em uma nota publicada pelo *Correio Oficial*:

O Vinagre é reputado como uma fera, mas eu digo que Vinagre é um benemérito, que deve ser agradecido pelos Poderes Nacionais! Sim, Sr. Presidente, Malcher separou a Província do Império, negou obediência aos Poderes Nacionais, e constituiu-se pela força: Vinagre porém debela o rebelde, integra o Império, presta obediência ao Governo Geral, reintegra todos os empregados demitidos pelo rebelde Malcher, e desde então até hoje o Pará não tem fermentado mais: assim nos dizem as notícias que aqui temos. E debaixo deste ponto de vista, não será ele um benemérito? (...) Eu não questiono se Vinagre é malvado, se é fera; não questiono se a sede da carnagem o levou a unir-se primeiro com Malcher; o que considero é sua última ação, a integração do Império (*Correio Oficial*, nº 42, 20/08/1835, p. 2).

Fera ou benemérito? Homem com sede de “carnagem” ou político que reestabeleceu os laços do Pará com o Império? Em julho e agosto de 1835 ainda havia dúvida entre os articulistas do *Correio Oficial* quanto às ações e o caráter desse indivíduo, como é possível verificar no fragmento, mesmo considerando que a suposta postura de Vinagre em manter-se fiel ao Governo Central, tenha imputado, de acordo com a nota, em um ponto a favor de seu governo, quando comparado ao de Malcher.

Porém, a despeito do viés sócio-político apresentado, é importante ressaltar, que as designações aplicadas aos cabanos e suas lideranças, estiveram mais especificamente, de acordo com o estudo apresentado pelo antropólogo Edmund Leach, em uma das categorias do “idioma da obscenidade” (LEACH In: DA MATA, 1983, p. 173), a do “insulto animal – em que o ser humano é equiparado a um animal de outra espécie” (Ibidem, p 173). Aspecto que na visão desse estudioso é “muito mais difícil de ser considerado” (Ibidem, p. 174), pois além da ausência de sentidos específicos que apresenta o “próprio nome está investido de potência” (Ibidem, p. 174).

Ao lado dessas questões, um dos pontos mais importantes a ser ressaltado no uso de alcunhas direcionadas aos cabanos nos dois periódicos analisados é que embora subsistam algumas divergências na presença de determinadas expressões ou vocabulários aplicados aos participantes do movimento deflagrado no Pará, o grande ponto de discordância girava em torno de quem estava no poder. Nessa lógica é possível delinear que os redatores e articulistas do *Correio Oficial* e de *O Sete d’ Abril* possuíam leituras de mundo bem próximas no sentido de negatizar os “rebeldes” paraenses e suas lideranças, porém, os embates em torno da administração de Diogo Feijo acabaram influenciando na aplicação ou ausência de determinados termos.

Por fim, se a deflagração da guerra cabana reascendeu os ódios às lideranças do movimento, proporcionando, como foi observado ao longo dessa parte do estudo, na utilização de “insultos e xingamentos veiculados sob a forma do impresso” (BARBOSA, 2010, p. 49), a presença de alcunhas nas narrativas pertencentes aos jornais investigados, não esteve em momento algum, restrita aos participantes da Cabanagem, subsistindo também outras “formas de diálogo (...) com os leitores” (Ibidem, p. 49), indicativas das “filiações político-partidárias” (Ibidem, p. 49) de cada uma das gazetas. Um quadro indicativo dessa situação pode ser verificado, na presença de alcunhas e desqualificações direcionadas a alguns líderes “legais” enviados do Rio para Belém para lutar em favor do Governo Central, tema a ser abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO V COGNOMINANDO LIDERANÇAS LEGAIS

Desde o princípio da guerra cabana, quando o governo regencial passou a nomear e enviar lideranças militares ou civis com o duplo objetivo de assumir as “rédeas” da administração no Pará e conter o avanço do movimento considerado “rebelde”, deflagrado na província do Norte, os nomes indicados para essa função passaram a ser observados por redatores e articulistas dos jornais aqui analisados, tornando-se a partir das perspectivas político-sociais de cada gazeta alvos de elogios, críticas ou insultos que podiam resultar na utilização de alcunhas diversificadas.

Essas denominações sejam as direcionadas aos cabanos, observadas e discutidas no capítulo precedente, ou as aplicadas aos integrantes das forças “legais”, cujos epítetos serão investigados nessa parte da tese, seguem o modelo “agressivo” e “depreciativo” explicitado por Mikhail Bakhtin, ao considerar que o “nome-alcunha não é jamais neutro, pois seu sentido inclui sempre uma ideia de apreciação (positiva ou negativa), é na realidade um brasão. Todos os verdadeiros apelidos são ambivalentes, isto é, têm um matiz elogioso-injuriioso” (BAKHTIN, 2008, p. 405). Assim, mesmo sugerindo que os sentidos e interesses, envolvendo as designações direcionadas as autoridades nomeadas pela Regência para administrar o Pará, durante a guerra cabana, tenham sido distintos, se comparados aos aplicados para os participantes do respectivo movimento político-social, não há como deixar de considerar, que a presença dessas expressões, sintetizava que a temática dos embates na província do Norte, acabava por transparecer outros interesses e rivalidades nas gazetas investigadas, revelando os sentidos ambivalentes das notas e artigos publicados.

Com efeito, por compreender que a “linguagem faz mais do que nos prover com uma classificação das coisas” (LEACH In: DA MATA, 1983, p. 179), auxiliando em uma perspectiva que “molda nosso ambiente e coloca cada indivíduo no centro de um espaço social ordenado” (Ibidem, p. 179), torna-se importante conhecer e discutir como os órgãos de imprensa analisados passaram a portar e publicar em suas narrativas, expressões ou designações, direcionadas as autoridades enviadas pelo Governo Central com a incumbência de administrar o Pará, durante a guerra cabana.

5.1 – Um “velho”, a Regência e a imprensa: o caso de Manoel Jorge Rodrigues

O Regente, logo que se viu empossado da Suprema Administração, cuidou de acudir a aquela malfadada Província com os socorros ao seu alcance, ou que ele julgou necessários para o completo restabelecimento da ordem. Até então a Província estava abandonada e entregue aos caprichos de seu fado: meses e meses se passarão, depois da primeira explosão, sem que o Governo Central se lembrasse que não devia deixar apagar aquela brilhante estrela que realça a beleza do nosso Pavilhão (...) e não foi senão depois de 7 meses que apareceu o septuagenário, mas honrado Marechal Manoel Jorge Rodrigues, com 5 soldados e supondo que um cabo, ou tirado das prisões, ou condenados a galés. Coisa irrisória e digna de ser notada! Manda-se um General, curvado sob o peso dos anos, com 6 praças, e essas cobertas de flagícios, conquistar e pacificar uma Província rebelada!! Até onde chegou a zombaria do Governo para com os míseros Paraenses?!...(*O Sete d' Abril*, nº 562, 23/05/1838, p. 1)

Cada jornal, ao expor um acontecimento em suas páginas, cria seus próprios vilões, heróis ou personagens de postura duvidosa, cujas atitudes, dependendo da nota, artigo ou documento publicado, indicativas, tanto de ações grandiosas como de supostos atos de covardia ou incompetência, em uma determinada situação conflituosa, podem manifestar questões ainda mais complexas, respingando no poder governamental e na pauta da imprensa de uma época. No caso da investigação envolvendo as notícias sobre a guerra cabana, a partir dos periódicos aqui analisados, a polêmica gerada em torno do “papel” de uma autoridade das forças Imperiais, o Marechal de Campo Manoel Jorge Rodrigues, presidente nomeado para reconquistar Belém e administrar o Pará durante o ano de 1835, se constituiu em tema para intensas discussões nos jornais, que acabaram influenciando na própria autoridade e prestígio da Regência naquele contexto.

Sobre esse aspecto, várias evidências demonstram que as controvérsias geradas sobre o “papel” do Marechal no ano de 1835, responsáveis por trazer consequências à autoridade Regencial naquela conjuntura, foram tão significativas, que acabaram permanecendo vivas nas memórias de alguns representantes da política brasileira nos anos subsequentes, como é possível verificar no fragmento que abre esse tópico, correspondente a uma fala do Deputado do Pará Ângelo Custódio Corrêa, na Sessão de 17 de Maio de 1838 da Câmara dos Deputados, caracterizada por ironizar o Governo Central da época pela escolha de um “decrépito” militar, sem apoio de tropas suficientes para reconquistar Belém e restaurar o governo do Pará em um momento conflituoso da província. Esse mote de discussões, envolvendo as repercussões nos jornais *Correio Oficial* e *O Sete d' Abril*, a partir das ações de uma autoridade nomeada pelo Governo Central para “pacificar” a Província do Pará, em

uma ocasião na qual a mesma encontrava-se sob domínio cabano, se constituirá no principal ponto de discussões do presente tópico, caracterizado por também expor as designações imputadas a essa autoridade nas respectivas gazetas.

Primeiramente delineado por alguns jornais como uma esperança e, depois simbolizando o fracasso do Governo Central em tentar manter, no ano de 1835, o domínio sobre a capital da Província do Pará frente aos cabanos, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, “nomeado presidente e comandante das armas do Pará por Carta Imperial de 1 de abril” (RAIOL, 1884, p. 285), representou em poucos meses de atuação na província do Norte, um interessante exemplo tanto de ambições frustradas como de crítica ou apoio por parte dos periódicos aqui analisados.

Portador de um longo “itinerário” de serviços prestados a causa do Império brasileiro, como indica sua biografia, aqui presente em uma nota inserida em um dos tópicos do capítulo inicial, Manoel Jorge Rodrigues, ao ser convidado pelo governo Regencial em 1835 para assumir as “rédeas” da administração do Pará e expulsar os cabanos de Belém, já era septuagenário, portando uma idade considerada muito avançada para os padrões da época a alguém que fosse exercer atividades bélicas. Esse aspecto, que ao lado da ausência de apoio militar para acompanhar a expedição do Marechal, se transformaria, ao longo do tempo, em um dos principais pontos de críticas por parte de vários políticos da oposição, também esteve presente nas páginas de alguns órgãos de imprensa, inclusive sendo ressaltado no fragmento que abre esse tópico, pertencente a uma das edições de *O Sete d’Abril*.

Porém, de forma oposta ao discurso crítico ou irônico, dispensado a expedição de Manoel Jorge Rodrigues ao Pará, as notas sobre a nomeação do respectivo militar para administrar a província do Norte, publicadas nas páginas do jornal *Correio Oficial*, ao longo do mês de abril de 1835, traziam um instigante silêncio relativo aos problemas dessa nova autoridade, como é possível observar na citação a seguir:

Manoel Jorge Rodrigues. A Regência, em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, vos Envia muito saudar. Tendo consideração aos distintos merecimentos, patriotismo, adesão á Sagrada Causa deste Império, e mais qualidades recomendáveis, que concorrem na vossa pessoa: Há por bem Nomear-vos Presidente da Província do Grão Pará, de cujo Cargo entrará em exercício depois de prestardes juramento (...); Recomendando-vos que façais manter a religiosa observância das Leis, para a liberdade, segurança, e prosperidade dos Povos, que vos são confiados (*Correio Oficial*, nº 82, 13/04/1835, p.1).

Apresentado na nota como um servidor exemplar, portador de “qualidades recomendáveis”, constituindo-se, portanto, no homem ideal para restaurar a “ordem” e a “segurança”, no considerado “devastado” e “insurgente” Grão-Pará, a escolha de Manoel Jorge Rodrigues para essa missão foi descrita inicialmente no *Correio Oficial*, como um grande acerto da administração Regencial para conter as supostas “desordens” naquela província.

Um interessante exemplo da confiança depositada pelo governo Regencial na escolha de Manoel Jorge Rodrigues para a Presidência do Pará pode ser observado nas palavras de José Félix Pereira Pinto de Burgos, o barão de Itapicuru-Mirim, Ministro da Guerra no período, para quem, o Marechal consistia em um “Presidente apto, as atribuições ainda mais amplas concedidas pela novíssima Lei (...) a direção geral de uma expedição que determinou pelos meios ao seu alcance” (BRASIL. Relatório dos negócios da guerra, 1835, p. 3). Ainda de acordo com o Ministro, o presidente nomeado para administrar o Pará, iria contar também com “mais numerário que se verificasse necessário” (Ibidem, p. 4).

Contudo, apesar das palavras de apoio do Ministro da Guerra ao empreendimento, desde o início de sua missão, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues contou com obstáculos consideráveis, particularmente, em virtude do insignificante número de soldados remetidos por outras províncias e pela ausência de um suporte naval e financeiro necessário para esse empreendimento. Assim, na prática, essa autoridade saiu do “Rio de Janeiro sem força quase nenhuma, e nem o governo lhe podia dar” (RAIOL, 1884, p. 285).

Durante seu percurso até o Pará, Manoel Jorge Rodrigues, portando Ofícios da administração Regencial, foi requisitando, sem muito sucesso, auxílio militar e financeiro de diversas autoridades provinciais, como o presidente da Bahia, que deveria embarcar o batalhão de caçadores nas mesmas embarcações que transportavam o Marechal e outras autoridades. E ao presidente de Pernambuco, que também deveria dar suporte a expedição comandada pelo Marechal, como é possível verificar no fragmento a seguir:

Ocupando a maior solicitude do Governo Imperial e proporcionar a V. Ex., a quem confiara a importantíssima Comissão de salvar a Província do Pará das garras da anarquia e guerra civil, todos os meios de bem desempenhar a sua missão; Manda a Regência, em Nome do Imperador, expedir o incluso Aviso por copia ao Presidente da Província de Pernambuco, para fazer dali partir, sem demora, uma força militar expedicionária a essa Província do Pará (*Correio Oficial*, nº 51, 31/08/1835, p.3).

Mesmo sem adquirir a força militar requerida nem as embarcações que necessitava para a campanha na Província do Pará, Manoel Jorge Rodrigues também aportou em São Luís, onde deveria obter recursos financeiros provenientes do “Tesouro do Maranhão” (BRASIL. Relatório dos negócios da guerra, 1835, p. 3), e somente depois partiu em direção a cidade de Belém, sob comando da Fragata “‘Campista’ (...), acompanhado do seu filho capitão graduado Jeronimo Herculano Rodrigues, do dr. Joio Alves de Castro Roso, Juiz de Direito e chefe de policia” (HURLEY, 1938, p, 473) entre outros. Logo após sua chegada à Baía do Guajará, passou alguns dias em negociação com o líder cabano Francisco Vinagre, na perspectiva de desarmamento das tropas consideradas “rebeldes” que dominavam a capital provincial desde o mês de janeiro de 1835.

Em 25 de junho de 1835, após diversos contatos com o presidente cabano Francisco Vinagre, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues acabou alcançando o “feito” de reconquistar a capital do Pará sem necessitar do uso específico de força militar, como é possível verificar no conteúdo do Ofício destinado ao Ministério da Marinha, e publicado no *Correio Oficial* em 24 de setembro de 1835:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex., que no dia 19 de junho cheguei á Bahia de Santo Antônio com 5 dias de viagem do Maranhão, onde encontrei fundeada a Fragata Imperatriz, Corveta Defensora e Brigue Cacique. (...) No dia 25 veio a bordo o intruso Presidente acompanhado por pessoas de sua confiança, para entregar a Presidência, e para mostrar a sua boa fé, acompanhar-nos á terra, estando o Sr. Marechal Manoel Jorge de inteligência comigo, determinamos desembarcar ás 11 horas estando a tropa e marinhagem divididas em duas divisões, composta de 460 homens, incluindo 120 praças do batalhão do Maranhão, (...) demos o desembarque com a melhor ordem e rapidez possível, o que foi muito louvável (...) parece um sonho aconteceu; estando nós agora senhores de todos os pontos, e reinando o mais perfeito sossego e alegria, lojas abertas, e as famílias reunindo-se outra vez em suas casas (*Correio Oficial*, nº 70, 24/09/1835, p.1).

Não é difícil constatar, através da análise do Ofício enviado pelo próprio Marechal Manoel Jorge Rodrigues ao Governo Central, que o discurso do mesmo apresenta uma clara perspectiva de enfatizar o processo de reconquista de Belém em meio às tropas cabanas, sob a roupagem de um feito heroico em razão das condições pouco favoráveis das tropas Regenciais, em clara desvantagem numérica diante dos cabanos que dominavam a capital do Pará.

Acompanhando a versão apresentada pelo Marechal ao Governo Central, uma das edições do jornal *Correio Oficial* deu ampla cobertura ao “feito”, destacando que a chegada

de tropas comandadas pelo novo presidente provincial, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues no dia 26 de junho, trouxe surpresas aos cabanos que permaneceram na capital, pois o “ex-presidente Vinagre se dirigiu aos fortes do Castelo e Santo Antônio, para se entregar ao Contra Almirante Taylor, que o acompanhou” (*Correio Oficial*, nº 138, 11/12/1835, p.4). Naquele mesmo instante, “um grande numero de soldados reunidos, que pareciam animados de disposições hostis, mas debaixo da palavra de paz e conciliação que lhe dirigiu M. Taylor, eles consentirão em depor as armas” (Ibidem, p. 4).

Os fragmentos que descrevem o desembarque de Jorge Rodrigues em Belém, publicados no *Correio Oficial* se constituem em um interessante exemplo de como uma nota procura enfatizar e exaltar o feito de uma autoridade do Império, apresentando em detalhes o processo de reconquista da Cidade do Pará. Nessa lógica de superdimensionar a importância da conquista, os cabanos que antes dominavam a urbe deveriam ser descritos como uma “horda bárbara” que ameaçava o processo de pacificação e estabelecimento da ordem.

Contrapondo-se ao discurso apresentado no documento publicado pelo *Correio Oficial*, uma nota publicada no periódico *O Sete d' Abril*, intitulada *Notícias do Vinagre*, cuja fonte havia sido o jornal *Echo do Norte* do Maranhão, destaca informações sobre a conquista de Belém pelas forças do Marechal Manoel Jorge Rodrigues em junho de 1835 já envolvendo algumas críticas quanto à conduta adotada pelo novo presidente provincial do Pará em relação aos cabanos:

Chegou a 23 do corrente o Paquete do Pará, e por ele soubemos em como o Marechal Manoel Jorge Rodrigues entrou no porto da cidade no dia 23 de Junho, saltou em terra a 25, e tomou posse em 26. O Vinagre, ao que dizem cartas, parece quis ainda usar de temporização a ver se acabava com o Marechal as mesmas façanhas que já tinha feito na expedição do Pedro da Cunha; mas como quer que fosse, teve de entregar a cidade sem disparar um só tiro, sendo muita parte para isto o ignorar ele sobretudo que forças marítimas e terrestres tinha contra si (*O Sete d' Abril*, nº 283, 06/10/1835, p. 4).

Apesar de constatar a “proeza” realizada pelo Marechal em reconquistar Belém sem o uso direto da força, o conteúdo da nota publicada pelo periódico *O Sete d' Abril*, no início de outubro de 1835, é muito explícito nas críticas direcionadas a Manoel Jorge Rodrigues, ao enfatizar uma suposta postura de fraqueza ou ingenuidade do militar em “temporizar” com os cabanos, como de maneira suposta havia se comportado anteriormente, de acordo com o articulista, outra autoridade enviada para o conflito no Pará: Pedro da Cunha.

Nota-se a partir dessa divergência de discursos, direcionados a um mesmo acontecimento, a reconquista de Belém pelo Marechal Manoel Jorge Rodrigues, que os posicionamentos dos articulistas e redatores do *Correio Oficial* e de *O Sete d' Abril*, direcionados a guerra cabana, eram de fato opostos, pois embora ambos aparentemente apoiassem, até certo ponto, a aniquilação dos cabanos no Pará, as soluções adotadas, e principalmente, as autoridades nomeadas para essas ações acabavam por propiciar claros contrapontos entre as gazetas.

Evidentemente, Manoel Jorge Rodrigues, autoridade escolhida naquele momento para derrotar os cabanos, acabava se transformando no foco de disputas e críticas envolvendo os dois periódicos do Rio de Janeiro, cujos articulistas assumiam de forma cada vez mais explícita seus posicionamentos em relação às ações da Regência, direcionadas ao movimento político-social deflagrado no Pará. É de se notar, mais uma vez, em grande parte das notas, artigos e documentos publicados em ambas as gazetas analisadas, que o enfoque sobre os eventos da Cabanagem era suplantado em diversos momentos pelas contendas políticas existentes entre esses periódicos, caracterizados por ganhar um espaço cada vez maior.

Assim, enquanto naquele momento, Manoel Jorge Rodrigues era descrito em um Ofício originado da Câmara Municipal de Belém, publicado no *Correio Oficial*, como uma espécie de “salvador” da cidade “que a Regência, em Nome de Sua Majestade o Imperador, nos enviou para Presidente” (*Correio Oficial*, nº 82, 07/10/1835, p.3). O *Sete d' Abril* insistia em apresentar críticas relacionadas à determinadas ações e posturas do Marechal, considerado compassivo ou incompetente para lidar com os cabanos.

É possível asseverar, que parte das críticas adotadas pelos articulistas do *Sete d' Abril*, eram originárias de censuras desencadeadas por autoridades do Governo Central no Pará, insatisfeitas com a administração do velho Marechal em Belém, que acabavam sendo aprofundadas pelas dificuldades de comunicação. Um indício dessa situação pode ser observado em um ofício enviado por Manoel Jorge Rodrigues a Ângelo Custódio Correa, datado de julho de 1835. O conteúdo desse documento é revelador dessa condição, pois ao procurar defender-se das acusações impetradas por Custódio Corrêa, o presidente do Pará acabou expressando que um dos argumentos utilizados pelos seus detratores era curiosamente de que “tinha demorado o Correio que levava certos officios a V.Ex.^{as}” (APEP, Códice 521, Ofício nº 103, de 20/06/1835).

Ao lado dessas polêmicas, o domínio da Cidade do Pará pelas forças comandadas por Manoel Jorge Rodrigues não durou muito tempo. Várias questões deflagradas posteriormente

como a insatisfação dos cabanos com várias das medidas do Marechal, o número insuficiente de homens a serviço das forças do Governo Central, os recursos militares insuficientes que dispunha e a prisão de Francisco Vinagre junto com outros integrantes do movimento “rebelde”, após as ações dos cabanos no interior da província, como no ataque a vila de Vigia, acabaram selando a condição de domínio de Belém por parte do militar sexagenário.

A essa altura, insatisfeitos com as ações adotadas pelo governo do Marechal Manoel Jorge Rodrigues, e possivelmente, informados do desgaste político do respectivo militar frente a seus aliados, algumas lideranças cabanas começaram a se organizar em vários pontos do interior, visando à reconquista de Belém e à libertação de Francisco Vinagre e dos cabanos que se encontravam encarcerados. Comandavam o “exército rebelde”, Antônio Vinagre, irmão do chefe cabano preso, e Eduardo Angelim, jovem liderança que contava com grande autoridade entre os participantes do movimento.

Em agosto de 1835, após exigir a liberdade dos cabanos que haviam sido presos, o “irmão de Vinagre dirigiu (...) ao Presidente da Província um Ofício em forma de intimação, para que soltasse imediatamente a todas as pessoas, que tinha prendido, ameaçando, no caso de não o fazer, ataca-lo, e não deixar na Cidade pedra sobre pedra” (BRASIL. Relatório dos Negócios da Justiça, 1836, p. 7). Pouco antes da efetivação desse ataque, comandado pelo irmão de Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, quando os intitulados “rebeldes” já se preparavam nas circunvizinhanças, para invadir a Cidade do Pará, Manoel Jorge Rodrigues enviou em tom de desespero, um Ofício direcionado ao Ministério do Império, informado sobre a gravidade do quadro e requisitando apoio. Esse documento foi publicado pelo *Correio Oficial* em novembro de 1835:

Sem duvida penosa e triste é a posição do primeiro Empregado Publico de uma província, quando tendo sido devastada pela anarquia e guerra intestina, tem falência de todas as proporções para fazer castigar os criminosos, repelir as reações, e fazer respeitar a sua autoridade. (...) Suposto conseguisse assumir as rédeas governativas sem oposição e efusão de sangue por efeito de uma bem refletida prudência, em atenção á pequena força á minha disposição e achar-se preso Francisco Pedro Vinagre, chefe dos celerados; todavia possível não tem sido capturar não tem sido capturar os outros influentes e destruir por uma vez aquela facção, que de novo tenta reproduzir nesta capital as catástrofes do dia 7 de Janeiro, sendo grande a massa de malvados reunidos nas imediações d’esta Cidade, a qual não sendo rebatida pelo motivo já ponderado, vai engrossando com indivíduos açulados com a promessa da Liberdade. (*Correio Oficial*, nº 110, 09/11/1835, p.1-2).

Essa passagem, muito além de se constituir em uma exposição da grave situação na qual se encontrava o Pará, ou de representar um pedido de auxílio direcionado ao governo Regencial, expõe, no plano subjetivo, uma série de elementos muito significativos sobre o pensamento do Marechal. Nesse sentido, mesmo já supostamente antevendo sua precária e ameaçada condição de domínio de Belém, Manoel Jorge Rodrigues entendia que a perda da capital para os cabanos, independentemente da situação de inferioridade em que se encontrava, seria vexatória para sua imagem como militar de alta patente perante o Governo Central e, principalmente no discurso dos grupos políticos e imprensa de oposição, como no caso do jornal *O Sete d' Abril*.

Acompanhando e, ao mesmo tempo, apoiado nos argumentos realizados pelo Marechal no presente Ofício, os articulistas do jornal *Correio Oficial* publicaram esse documento na íntegra, pois o mesmo, muito além de informar, já servia como justificativa aos olhos de uma parte do público leitor do Rio de Janeiro para uma eminente derrota militar e moral do governo Regencial em sua política provincial. Ao lado desse ponto, tentava-se passar no plano subjetivo, a mensagem na qual a culpa por essa derrota não seria exclusivamente do Governo Central, mas também de uma série de incongruências econômicas, políticas e de comunicação, que dificultavam as ações do mesmo no Pará.

Confirmando as expectativas pouco favoráveis do Marechal, publicadas no jornal *Correio Oficial*, a cidade de Belém foi atacada pelas forças cabanas em agosto de 1835. A descrição do processo de lutas na urbe, de acordo com um Relatório dos Negócios da Justiça, destaca que a luta durou vários dias, além da destruição de muitas edificações a “cidade esteve entregue ao saque (...). Com a retirada do Presidente os rebeldes ficarão inteiramente senhores do campo (...) tratarão de levar a efeito a (...) ameaça, que fizera Antônio Pedro Vinagre, de não deixar na Cidade pedra sobre pedra” (BRASIL. Relatório dos Negócios da Justiça, 1836, p. 7-8).

Após a reconquista de Belém pelos cabanos e o conseqüente fracasso do Marechal Manoel Jorge Rodrigues, as críticas ao Governo Central se avolumaram em vários jornais da Corte, os quais passaram a descrever o suposto quadro de destruição da Capital do Pará, e ao mesmo tempo, responsabilizar a Regência por esses acontecimentos, como é possível verificar no fragmento a seguir, parte de um artigo intitulado: *Progressivo do Norte e do Sul*, publicado no jornal *O Sete d' Abril* em outubro de 1835:

Nada escapou a barbaridade (...) mais de 200 pessoas foram sacrificadas á fúria indômita dos monstros, no recinto mesmo do Palácio do Governo! O Presidente, abandonado dos cidadãos voluntários a quem tinha confiado os mais importantes pontos de defesa, viu-se obrigado a abandonar o teatro dos desastres, onde fora também sacrificado seu próprio filho, e a refugiar-se a bordo de um dos Navios de guerra estacionados nas aguas do Amazonas (...). O *Sete d' Abril*, deplorando com todos os amigos da humanidade o desfecho de tantas e tão vergonhosas desgraças, há longo tempo preparadas pelos indivíduos que a previdente Administração Aureliana escolhera para pôr a frente dos destinos d'essa província infeliz, não pode resistir a natural indignação com que tem de apresentar hoje o cadáver do exangue Pará, coberto de golpes e descarnado de miséria (*O Sete d' Abril*, nº 290, 31/10/1835, p. 4).

As observações presentes no fragmento, publicado nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, possibilitam o entendimento de alguns aspectos concernentes aos embates ocasionados com o *Correio Oficial*. Em primeiro lugar, é possível verificar que grande parte das críticas direcionadas pelos articulistas de *O Sete* não se voltava diretamente à administração de Manoel Jorge Rodrigues no Pará, considerado muito mais, em sua idade avançada e escasso apoio militar que recebeu, uma vítima das supostas “irresponsabilidades” e “pouco caso” do governo Regencial em relação aos acontecimentos na Província do Norte. Em segundo, que o fracasso no Pará não deveria ser responsabilidade do Marechal, mas em virtude das escolhas da administração Regencial na época, com forte participação de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho,⁴⁰ e que, de acordo com a nota, cognominado de “Administração Aureliana”, influenciou na escolha dessa autoridade para governar a respectiva província. E por último, é possível observar que a culpabilidade pelos eventos no Pará não era unicamente creditada a situações contemporâneas, mas a descasos anteriores cometidos pelo Governo Central.

Confirmando seu posicionamento de responsabilizar o Governo Central pelo fracasso da administração de Manoel Jorge Rodrigues no Pará, os responsáveis pelo periódico *O Sete*

⁴⁰ Nascido em Niterói, em 21 de julho de 1800, filho do Coronel também chamado Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, estudou na Academia Militar, formando-se posteriormente em Direito, na Universidade de Coimbra. Logo após retornar ao Brasil, exerceu o cargo de Desembargador da Relação da Corte, e na mesma época, foi eleito deputado geral, por Minas Gerais, a 2ª Legislatura. Teve forte influência no movimento dos Liberais moderados, que destituiu José Bonifácio da tutoria Imperial, passando a exercer, a partir desse momento, forte influência entre a família Imperial e de D. Pedro II no início de seu reinado. No âmbito de sua carreira política, foi nomeado presidente das províncias de São Paulo (1831), e do Rio de Janeiro (em diversas legislaturas). Exerceu também, o cargo de Ministro da Justiça (1840), dos Negócios Estrangeiros (1833-1835), e Senador pelo Império entre 1843 e 1855. Faleceu em 25 de setembro de 1855. Para maiores informações ver: GUIMARÃES, Lúcia. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba), In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 63-64

d' Abril publicaram na primeira página da edição seguinte a essas críticas uma nota na qual ironizavam implicitamente, ao reimprimirem pela “terceira vez”, as palavras proferidas pelo regente Padre Antônio Diogo Feijó, em seu discurso de encerramento da legislatura:

Permitam nossos leitores que ainda uma terceira vez reimprimamos o Discurso com que Sua Exc. Revm. O Sr. D. Diogo Feijó (...), Regente do Brasil (...) encerrou o Corpo Legislativo em 25 de Outubro (...); tão interessante achamos nós este importante documento!!!

Augustos e Digníssimos Srs. Representantes da Nação. Depois de quase seis meses de Sessão, fora demasiado exigir de vós a continuação de difíceis e importantes trabalhos. O Brasil sofre e reclama dos Poderes Políticos do Estado refletida atenção aos seus males e as medidas e providências mais próprias para curá-los. (*O Sete d' Abril*, nº 291, 03/11/1835, p. 1).

A partir da reflexão sobre esse fragmento, é possível observar que o suposto fracasso da nomeação do Marechal Manoel Jorge Rodrigues para a administração da Província do Pará acabou “respingando” em outra autoridade que, de uma forma geral, não possuía ligação nenhuma com a escolha daquele militar e com a derrota das forças do Governo Central em Belém: o Regente Diogo Feijó, que havia sido empossado em 12 de outubro de 1835, portanto em um momento no qual a Cidade do Pará já havia sido reconquistada pelos cabanos sob comando de Eduardo Angelim.

É de se notar que, a partir desses argumentos, que a derrota do Marechal Manoel Jorge Rodrigues frente às tropas dos cabanos, comandadas por Eduardo Angelim, se constituía apenas em uma espécie de pretexto para que os articulistas do jornal *O Sete d' Abril* acusassem a administração da Regência, comandada por Diogo Feijó, de falácia e inépcia frente aos acontecimentos em Belém.

Contudo, em resposta às críticas e acusações propiciadas pelo periódico *O Sete d' Abril* e outros jornais de oposição, os articulistas do *Correio Oficial* resolveram se pronunciarem em defesa da Regência, publicando em dezembro de 1835, um texto no qual defendiam o Regente Diogo Feijó das “censuras” e “ironias” publicadas em outros órgãos de imprensa, relativas ao suposto descaso em relação ataque e conquista de Belém pelas forças cabanas, em agosto do mesmo ano, durante a administração do presidente da Província Manoel Jorge Rodrigues:

O Pará, o infeliz Pará é hoje o objeto transcendente que ocupa todas as atenções; e com razão, que a sorte daquela tão importante parte do Brasil deve interessar a todas as classes, aos indivíduos que compõe a associação brasileira, e a todos os que respeitam os foros da humanidade. (...) Trabalhasse perceptivelmente, nestes últimos dias, para desacreditar-se o atual Governo, ou antes fazer minguar o conceito, que devidamente granjeou o Regente popular do Brasil, o Ex. Sr. Feijó, sobre quem se fazem, já não disfarçadamente, as pontarias da maledicência, a pretexto da demora que se quer atribuir a desleixo, ou pouco caso, de socorros de força, para reduzir o Pará á obediência, e ao caminho de homens sociais, e por não haver já destruído aqueles tigres sedentos de sangue humano (...). Mas primeiramente: é uma ideia de preconceito, (...) crer-se que por força só da Corte, ou do centro do Império devem partir os socorros de todo o gênero para qualquer parte do Brasil que os reclame. Precisa-se de tropa, ha de ir por força da Corte; e as forças Militares estão todas reunidas na Corte? Temos nós hum campo de reserva, ou aquartelamento geral, que seja o ponto de reunião do exercito, e donde se possa, um momento, fazer marchar a qualquer lugar a porção que se faz precisa? Somos nós, nesse assumpto, a França, a Inglaterra, ou a Alemanha, ou a Suíça? (*Correio Official*, nº 149, 24/12/1835, p.3).

É possível constatar, nos argumentos do articulista do *Correio Official*, que qualquer crítica direcionada ao Regente Diogo Feijó, relacionada a derrota do Marechal Manoel Jorge Rodrigues no Pará, tratava-se de uma injustiça, ou melhor, nas palavras do próprio autor, de um preconceito contra essa autoridade de Governo Central, pois, de acordo com a versão da derrota frente os cabanos, apresentada em artigo publicado nesse periódico, a causa da reconquista de Belém pelos “rebeldes” paraenses deveria estar situada na prerrogativa de grande parte das forças comandadas pelo Presidente “legal” na capital do Pará serem compostas por homens “pouco adestrados no manejo das armas, pouco usados aos combates, carecendo de disciplina Militar, (...) e aterrados pela ferocidade do inimigo tanto, como pela escassez de soldados, de que dispunha o Marechal Manoel Jorge Rodrigues” (*Correio Official*, nº 152, 30/12/1835, p.3).

Com esses argumentos, o articulista do *Correio Official* almejava justificar ou fundamentar, para uma parte da opinião pública do Rio de Janeiro, as questões que haviam ocasionado a derrota das forças “legais” em Belém e o consequente abandono da capital pelo presidente nomeado pela Regência Manoel Jorge Rodrigues em agosto de 1835. O antagonismo existente entre uma descrição dos aspectos que redundaram na derrota de um representante da “legalidade”, nas páginas de um periódico ligado aos interesses do Governo Central é, em primeiro lugar, explicado pela própria mudança de rumos da administração regencial, como já foi ressaltado anteriormente e, em segundo, da necessidade da nova

autoridade escolhida: o padre Diogo Feijó, sintetizado nos órgãos de imprensa que o apoiavam, em ser desvinculado dos supostos “fracassos” ou “erros” anteriores.

Ao mesmo tempo em que se preocupava em expor justificativas para a ruína das forças regenciais em Belém, o articulista do jornal *Correio Oficial* também apresentou argumentos, em forma de perguntas, para confrontar as acusações publicadas em alguns periódicos (como *O Sete d' Abril*), sobre a inépcia das autoridades do Governo Central em não enviar, de imediato, reforços para apoiar os pedidos de socorro expedidos pela administração do Marechal Manoel Jorge Rodrigues no Pará. De acordo com o autor do artigo, esse rápido apoio era impossível, em razão de várias questões, primeiramente, em virtude da “pequeníssima força militar móvel está retalhadamente dividida pelas Províncias” (*Correio Oficial*, nº 149, 24/12/1835, p.3). Em segundo, com que “dificuldades se não podem reunir para ir uma parte delas, a qualquer outra Província?” (Ibidem, p. 3) Em terceiro, onde “estão esses Vapores que receberão aos 300 ou 400 homens para se transportarem apressadamente a qualquer ponto do Império, a Províncias remotas, que os demandem?” (Ibidem, p. 3) Em quarto, onde estão os “depósitos de viveres, de fardamentos, etc.?” (Ibidem, p. 3) E em por último, onde estão, “sobretudo, os dinheiros de reserva para essas necessidades do momento, e acidentais? Nenhuma destas considerações toca os inimigos do Sr. Feijó!” (Ibidem, p. 3)

Existe nesses argumentos, listados de forma interrogativa, uma perceptível hierarquia de justificativas, apresentadas pelo articulista do *Correio Oficial*, como forma de eximir a administração do Padre Diogo Feijó de qualquer crítica ou acusação direcionada a possíveis responsabilidades dessa autoridade, frente aos acontecimentos deflagrados em Belém. Nessa lógica apresentada, a ausência de um corpo militar significativo disponível, os problemas no transporte e comunicação interprovincial e principalmente a falta de recursos financeiros do Governo Central se constituíam em pretextos convenientes para absolver o novo Regente, de qualquer culpa pela derrota em relação aos cabanos.

Evidentemente, dando continuidade a defesa de Diogo Feijó frente às críticas propiciadas pelos órgãos de imprensa da oposição e na perspectiva de livrar o novo Regente de qualquer vínculo ou responsabilidade, com os supostos “erros” cometidos pela administração anterior, o articulista do *Correio Oficial*, fez questão de anunciar a demissão de Manoel Jorge Rodrigues da presidência do Pará:

Vejamos, agora, desnudados de todo o espirito de nociva lisonja, se a Administração, que teve nascimento em 12 de Outubro, se há descuidado censurável ou criminosamente dos negócios do Pará. Sendo indubitável que o Presidente Manoel Jorge Rodrigues, aliás, digno Militar, e servidor honrado, perdera de necessidade a força moral, que mantém o General no Campo, por haver perdido a primeira ação em que se empenhara, a Administração cuidou logo em substituí-lo por outro, que seu posto vá ocupar (Ibidem, p.3).

É possível constatar, a partir desse fragmento, que no olhar apresentado pelo *Correio Oficial* à nova administração Regencial dirigida pelo Padre Diogo Feijó, ao mesmo tempo em que expunha a demissão do Marechal Manoel Jorge Rodrigues, com o argumento “suave” de perda de “força moral”, almejava se dissociar de qualquer responsabilidade frente os atos do governo anterior, e expunha mais uma resposta a jornais de oposição como *O Sete d’ Abril* que, de acordo com o articulista, associava as “novas comoções, e novos atos de desobediência; com o descredito e ridicularização do *Governo Supremo*” (Ibidem, p. 3).

Esta passagem ajuda a revelar que o teor do artigo publicado no *Correio Oficial* não tinha como objetivo essencial apresentar novas informações sobre os acontecimentos no Pará, mas, principalmente, estabelecer uma defesa da nova administração Regencial frente às críticas da “oposição Jornalística” (Ibidem, p. 3). Entretanto, ao mesmo tempo em que almejava se desvincular da responsabilidade de Feijó, os atos cometidos pelo governo anterior, em várias situações, o articulista do *Correio Oficial* não poupou críticas à suposta incapacidade do Marechal em administrar a província do Pará, como é possível verificar no fragmento a seguir, presente em uma edição do periódico publicada em maio de 1836:

A desinteligência, e falta de direção, que reinou na Cidade desde a entrada do Marechal Jorge, e particularmente nos nove infaustos dias de Agosto, sendo causa de ela perder, e de a tomarem os desordeiros, derramou o terror por todo o interior da Província, e foi o principal motivo da apatia em que se conservou até ultimamente. (*Correio Oficial*, nº 102, 07/05/1836, p.3).

É interessante observar, a partir dos elementos presentes nesse fragmento e nos que foram apresentados nas páginas anteriores, que, de acordo com o articulista do *Correio Oficial*, a administração de Manoel Jorge Rodrigues no Pará, desde seus instantes iniciais, havia sido caracterizada pela falta de “inteligência” e “direção” que havia reinado na cidade e em outros pontos da província. Nessa perspectiva, a visão crítica direcionada ao governo do Marechal, embora suavizada pelo risco das apreciações “respingarem” na administração do novo Regente, não poupava a figura do militar, deveria também, mesmo no plano subjetivo,

incluir e censurar a quem o nomeou, eximindo ainda mais o governo de Diogo Feijó de qualquer responsabilidade pelos acontecimentos em Belém.

Assim, embora para o articulista do *Correio Oficial* o “velho” Marechal, em sua suposta falta astúcia no trato administrativo, tivesse grande responsabilidade na derrota para os cabanos em Belém, qualquer frase ou argumento, publicado contra o militar de forma impensada, poderia inevitavelmente recair sobre Diogo Feijó, daí a construção de um discurso crítico mais cauteloso, em relação à derrota de Manoel Jorge Rodrigues no Pará, suprimindo elementos que pudessem subverter os pensamentos e condutas dos leitores e redatores de outros jornais em relação à nova autoridade da Regência.

Contudo, se a derrota de Manoel Jorge Rodrigues e suas consequências se constituíram em interessantes motes de polêmicas, envolvendo os responsáveis pelos jornais *Correio Oficial* e *O Sete d' Abril*, a atuação do outro Marechal nomeado para substituí-lo na direção do Pará, José Soares de Andréa, que passou a ser cognominado de “turco”, gerou controvérsias ainda maiores entre os responsáveis por esses dois periódicos, como será analisado no próximo tópico.

5.2 – Sob a opressão do “turco”: Andréa também ganha uma alcunha

Após reconquistarem a cidade de Belém, em maio de 1836, e estabelecerem uma dura repressão aos cabanos, que passaram a refugiar-se em vários pontos do interior da província, as forças militares representantes da chamada “legalidade”, seguindo as determinações do Governo Central, fixaram uma nova liderança na presidência do Pará: o Marechal José Soares de Andréa,⁴¹ militar de origem portuguesa responsável não apenas pela reconquista de Belém

⁴¹ Francisco José de Souza Soares de Andréa nasceu na cidade de Lisboa em 29/01/1781, e faleceu em 02/10/1858. Durante os anos em que serviu ao Império brasileiro, exerceu as funções de marechal do exercito; conselheiro de Estado e de guerra; comendador da ordem da Rosa e oficial do Cruzeiro. Chegou no Brasil em 1808, acompanhando a família real. Em 1817 atuou em Pernambuco como encarregado da secretaria do governo. Apoiou o processo de emancipação política Brasil em 1822, servindo aos interesses do Império do Brasil nas décadas posteriores. Atuou na guerra Cisplatina; lutou na campanha do Rio Grande do Sul; administrou a província do Grão-Pará nos momentos finais da Cabanagem. Posteriormente trabalhou em Minas Gerais, Bahia, e no Rio Grande-do Sul, onde combateu os farrapos. Nos anos seguintes, representou a província do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais na câmara temporária, e por fim, exercia o cargo de chefe da comissão de demarcação de limites entre o Império brasileiro e a republica do Uruguai, quando faleceu em 1858, depois de quatro anos de serviço nessa comissão. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 3, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1895. p. 16. DA SILVA, Manuel Francisco Dias. *Diccionario biográfico de brasileiros celebres nas letras, artes, politica, filantropia, guerra, diplomacia, industria, sciencias e caridade, desde o anno de 1500 até os nossos dias*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1871. p. 57

frente aos cabanos, mas também pela imposição da ordem imperial a esses grupos intitulados “facciosos” que ainda resistiam no interior em fins da década de 1830.

É importante ressaltar que, embora a nomeação do Marechal José Soares Andréa para o cargo de Presidente Provincial e Comando das Armas do Pará, em fins de 1835, não tenha despertado de forma imediata grandes polêmicas ou críticas nos órgãos da imprensa do Rio de Janeiro aqui analisados, prevalecendo muito mais notas de apoio ao militar que deveria “libertar” a província do Norte do avanço da “barbárie”, foi possível verificar, nas “entrelinhas” das notas publicadas em alguns periódicos do Rio de Janeiro, em especial *O Sete d’Abril*, a exposição de dois sentimentos: de insatisfação pela escolha dessa autoridade e, principalmente, uma perspectiva de desconfiança quanto às ações futuras do respectivo militar em solo paraense. Nesse sentido, um texto revelador da perspectiva de suspeição quanto à nomeação do Marechal Soares Andréa para a Presidência e Comando das Armas do Pará, publicado na edição nº 293 do jornal *O Sete d’Abril* de novembro de 1835, pode ser verificado no fragmento a seguir:

Nova Administração.

Foram nomeados os seguintes Srs.: Brigadeiro Soares de Andréas, Presidente e Comandante das Armas do Pará. (...) O Governo fez o que entendeu conveniente; tinha direito para fazê-lo; e censura justa só recairá sobre ele quando algum ou alguns dos nomeados não satisfação à expectativa publica; então diremos que tal ou tal nomeação foi má, porque o Governo devia lembrar-se de precedentes a que fechou os olhos, e que por esta falta os resultados das nomeações foram mãos (*O Sete d’Abril*, nº 293, 11/11/1835, p. 4).

Não é difícil perceber que, no enfoque apresentado pela nota publicada no jornal *O Sete d’Abril*, a nomeação de José Soares Andréa para os respectivos cargos, não era de fato, a esperada pelo articulista ou redator do respectivo periódico. Esse, contudo, ao mesmo tempo em que alertava sobre a necessidade de analisar os precedentes de cada autoridade escolhida, guardava certa cautela em relação a essa escolha, esperando pelo desenrolar dos acontecimentos.

Porém a prudência apresentada pelo articulista de *O Sete d’Abril* em relação à escolha de Andréia durou apenas alguns dias. Em um artigo intitulado “O Pará e mestre La Veiga”, publicado nesse periódico em novembro de 1835, exatamente uma semana depois da nota informando a nomeação do Marechal, torna-se bastante claro o sentimento de insatisfação dos responsáveis por esse periódico, ao expressarem que a escolha do “Sr Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa para Presidente e Comandante das Armas d’essa infeliz

província, depõe sobejamente em favor da boa fé que o Sr. Feijó tem até aqui ostentado em quase todos os negócios públicos” (*O Sete d’ Abril*, Nº 295, 18/11/1835, p. 3). Ainda de acordo com o presente articulista, desprestigiado como “estava o Sr. Andréas (...) não seria fácil que outro qualquer governo lançasse mão dele para uma comissão de tal magnitude” (*Ibidem*, p. 3), pois o “receio de ser taxado de amigo do regresso e desafeto aos Pais da Pátria, seria mais forte sem duvida que a convicção do merecimento e da integridade d’esse militar” (*Ibidem*, p. 4).

É possível conjecturar, a partir da exposição das desconfianças direcionadas ao histórico de José Soares Andréa, militar de origem lusitana que já havia prestado diversos serviços à administração de D. Pedro I, assumido a Presidência das Armas no Pará, atuado contra os integrantes da Farrroupilha no Sul, sendo identificado inicialmente com o “regresso” e, posteriormente, criando laços com governo de Diogo Feijó, que naquele momento, a preocupação e o enfoque do articulista responsável pelo artigo publicado no jornal *O Sete d’ Abril* estavam muito mais voltados à questões de ordem política e ligadas ao passado do Marechal que propriamente à perspectiva de conseguir, de acordo com seus próprios argumentos, “a pronta vingança que a lei e a humanidade reclamam das afrontas da barbaridade e da ignorância” (*Ibidem*, p. 3) no “dilacerado cadáver do Pará” (*Ibidem*, p. 3).

Por outro lado, de forma distinta aos sentimentos de desconfiança e insatisfação em relação à nomeação de José Soares Andréa para a Presidência do Pará, patentes nas notas publicadas em novembro de 1835 no periódico *O Sete d’ Abril*, os articulistas responsáveis pelo *Correio Oficial* foram bem mais benevolentes em relação a essa escolha, apresentando poucas semanas depois argumentos de apoio e esperança em relação à nomeação do Marechal ao governo da respectiva Província do Norte, como é possível verificar no fragmento a seguir, referente a uma nota publicada em dezembro do mesmo ano:

Finalmente próxima está a partir a Expedição que vai ao Pará levar o Presidente da Província o Sr. Francisco José de Sousa Soares de Andréa, e contribuir para o bom êxito da empresa com que se pretende ali restaurar a ordem, a paz, os direitos da humanidade e o Império da Lei. Os talentos militares e o caráter firme do Sr. Soares de Andréa, afiançam que os esforços do Governo e as suas intenções patrióticas não serão malogradas; e que o Pará vai ser arrancado das mãos desses ferozes, que ali trouxeram a ruína e a devastação (*Correio Oficial*, nº 152, 30/12/1835, p.2).

A observação dessa nota, muito além de evidenciar o sentimento de apoio dos articulistas do *Correio Oficial* à nomeação de José Soares Andréa para a presidência da província do Pará, também revela um claro sentimento de esperança frente à expedição sob

comando do Marechal, que estava prestes a zarpar da cidade do Rio de Janeiro. A presença desses elementos – essenciais para a compreensão das divergências entre os dois periódicos cariocas analisados – também demonstra que a escolha dessa ou daquela autoridade para a administração de províncias em conflito, como a do Pará, ao frustrar determinados interesses políticos e sociais, acabava por se constituir em pontos de exposição das divergências e insatisfações entre os integrantes dos periódicos analisados.

Assim, contrastando com o quadro de desconfiança e insatisfação, exposto nas páginas de *O Sete d' Abril*, em relação à nomeação do Marechal José Soares Andréa para combater os cabanos, a nota publicada algumas semanas depois no *Correio Oficial* procurava demonstrar que essa opção do regente Diogo Feijó era a mais adequada para por fim ao conflito que assolava a província do Norte, principalmente em virtude da experiência e do apoio militar que a nova autoridade do Pará iria angariar em sua expedição contra os cabanos.

Ademais, nos primeiros meses de 1836, momento no qual José Soares Andréa já havia chegado à província do Pará, mas ainda não eram divulgadas notícias nos periódicos do Rio de Janeiro sobre as ações do Marechal em Belém, uma nota publicada nas páginas do *Correio Oficial*, caracterizada por envolver sentimentos de apoio e esperança frente às atitudes do militar nomeado para Regência, para reconquistar a capital paraense se constitui em um indício revelador. Dentro desse discurso, um dos principais elementos suscitados correspondeu, evidentemente, a experiência dessa autoridade que já havia prestado serviços na respectiva província:

A maior prudência, justiça e imparcialidade do lado das novas Autoridades, e o maior patriotismo e moderação do lado dos Cidadãos, poderão unicamente levar ao cabo esta melindrosa e importantíssima tarefa. Sabemos que o Presidente Andréas estivera já no Pará, e que ali adquirira amigos e inimigos: cumpre, e cumpre o mais possível que tanto ele, como esses que outrora lhe haviam sido infestos, cubram com mais denso véu o passado; que impossível fora conseguir paz e conciliação no Pará, despertando antigos ressentimentos e faltas (*Correio Oficial*, nº 102, 07/05/1836, p. 4).

A leitura dessa nota, caracterizada por expor o tom de esperança e apoio em relação às ações do Marechal frente aos cabanos e pedir prudência aos críticos em relação ao governo de José Soares Andréia, apenas evidencia o quanto os acontecimentos da guerra cabana e suas influências nas atitudes da administração do Governo Central acabaram por aprofundar, ou incitar, a exposição de posicionamentos diversos na imprensa do Rio de Janeiro, em especial nos dois periódicos analisados.

Por outro lado, ao longo de sua administração na Província do Pará deflagrada nos anos subsequentes, José Soares Andréa se transformou em uma das autoridades da política regencial mais criticadas pela imprensa brasileira, especialmente entre os anos de 1836 e 1837, momento no qual ocupou diversas edições do jornal *O Sete d' Abril*, em virtude das denúncias sobre supostas arbitrariedades cometidas durante o processo de coerção imposto aos grupos remanescentes do movimento cabano que ainda subsistiam e resistiam espalhados ao longo da bacia amazônica.

Nessa conjuntura, ao mesmo tempo em que expunham, por meio de diversas notas, artigos e cartas, informes sobre os acontecimentos na Província do Pará, um dos jornais do Rio de Janeiro aqui analisado, ao lado de outros periódicos brasileiros da época, começaram a expor de forma súbita uma alcunha direcionada ao presidente provincial José Soares Andréa que, em vários órgãos de imprensa, passou a ser cognominado pela instigante designação de “turco”. Não por acaso, as palavras que abrem esse tópico, elaboradas pelos articulistas do jornal *O Sete d' Abril* entre fins de 1836 e início de 1837, contexto no qual alguns grupos cabanos da província ainda se encontravam em conflito aberto com o Governo Central, representam um interessante indício sobre a existência dessa designação direcionada à principal liderança das forças “legais” em Belém a partir de maio de 1836.

Através dessas considerações, o respectivo tópico almeja explorar a presença e os sentidos da designação: “turco”, aplicada, particularmente, pelos articulistas do jornal *O Sete d' Abril* em relação ao Marechal José Soares Andréa. Esse procedimento, que também ocasionou polêmicas com os representantes do *Correio Oficial*, representa uma perspectiva no mínimo inusitada, ao demonstrar que o uso de alcunhas depreciativas, de uma forma geral, além de gerar controvérsias entre os dois periódicos do Rio de Janeiro aqui analisados.

Assim, o interesse aqui dispensado, ao centrar-se nas visões e descrições de determinados órgãos de imprensa sobre a designação aplicada a uma autoridade das forças “legais”, em um determinado momento da guerra cabana, inova, em parte, com as visões dispensadas anteriormente, voltadas majoritariamente aos cabanos e suas lideranças. Vale ressaltar que, durante aquela conjuntura, vicejaram denúncias em diversos órgãos de imprensa brasileiros direcionadas às atitudes do Marechal José Soares Andréa no governo do Pará o qual, no olhar dispensado por alguns articulistas, passou a ser vislumbrado sob a designação de “turco”, simbolizando, a partir de um primeiro olhar, uma espécie de “tirano”, a exemplo dos sultões do Império Turco que estavam em evidência no período.

Sobre esse aspecto, é possível conjecturar que um dos caminhos para a compreensão do uso da expressão “turco”, em relação ao Marechal José Soares Andréa, nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, e as polêmicas geradas com o *Correio Oficial*, se constituiu na existência de divergências políticas entre determinados periódicos brasileiros e o Governo Central, aspecto evidenciado pelo tom nitidamente agressivo presente em algumas notas direcionadas a presidência do militar português no Pará. Contudo essa não pode ser tomada como a única explicação, pois além da animosidade com a respectiva administração “legal”, vicejavam denúncias de atos de corrupção e comportamentos violentos do respectivo militar:

Os três artigos que acima se leem são copiados do *Paraense* Nº 1. Este periódico não é escrito no Pará, pois lá ninguém pode escrever, mas em Maranhão para onde foi asilar-se o redator dele, afim de poder livremente publicar os despotismos do tirano do Pará, que, por suas atrocidades e violências, é hoje conhecido com apelido de *Turco*, assim no Pará como em Maranhão e Pernambuco; aí todos o denominam o *Turco*, o *General turco*, mormente pelas suas relações mercantis e financeiras com o judeu Aflalo, que é o caixeiro ou corretor de S. Exc. Andréa nas especulações vergonhosas do Governo com o Povo, que por todas as formas é sempre vítima de pilhagem e rapina como nunca se viu em alguma outra parte do Brasil, desde a época da Independência (*O Sete d' Abril*, Nº 491, 11/10/1837, p. 3).

As palavras presentes nesse fragmento, retiradas do jornal *O Sete d' Abril*, além de apresentarem a suposta existência de posturas autoritárias por parte do Marechal José Soares de Andréa, propiciam alguns indícios sobre a origem e os sentidos da expressão: “turco”, como forma de designação atribuída a esse militar. As “novidades” contidas na nota correspondem à suposta origem da designação, proveniente não apenas de possíveis atos de repressão contra as populações da cidade de Belém e interior, como também de conjecturadas práticas de corrupção durante sua administração na Província do Pará em fins da década de 1830. Ao lado desses pontos, nota-se também a perspectiva de distribuir geograficamente, a utilização dessa expressão em relação ao Marechal que passou, de acordo com a nota, a ser inicialmente utilizada em órgãos de imprensa pertencentes à províncias como a do Pará, do Maranhão e de Pernambuco.

Com as formulações presentes nesse fragmento, também é possível observar que a origem da designação: “turco” para o Marechal Soares Andréa estava vinculada à conjecturadas práticas comerciais, realizadas supostamente de forma “ilegal” por esse militar com um judeu de nome “Joaquim Aflalo”, que, de acordo com a nota era o “caixeiro ou corretor” do respectivo militar. A despeito de tais denúncias, que favorecem a compreensão

das procedências dessa expressão, torna-se importante observar, a partir do quadro a seguir, os usos e significados dessa denominação, nas páginas do periódico *O Sete d' Abril*:

TABELA 18 - USOS DA EXPRESSÃO “TURCO” A PARTIR DO JORNAL O SETE D' ABRIL – 1833-1839					
Nº	Edição Nº	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo
1	02	05/01/1833	Correspondência. (p. 3-4)	1	Nacionalidade
2	21	09/03/1833	Ordem do dia. (p. 4)	1	Império Turco
3	29	06/04/1833	Beliscões. (p. 4)	1	Nacionalidade
4	34	23/04/1833	Brasil. (p. 1-2)	1	Império Turco
5	58	16/07/1833	Anúncios. (p. 4)	1	Metáfora
6	305	24/12/1835	Ao meu valente primo, o extirpador dos ausos. (p. 1)	1	Metáfora
7	314	27/01/1836	Epístola. (p. 1)	1	Metáfora
8	343	12/05/1836	Câmara dos Deputados: Sessão de 9 de maio de 1836. (p. 3-4)	1	Império Turco
9	359	06/07/1836	Província de Minas gerais. (p. 2-3)	1	Metáfora
10	436	01/04/1837	Província da Bahia. (p. 5-6)	1	Metáfora
11	464	10/07/1837	Correspondência. (p. 3)	1	Metáfora
12	473	09/08/1837	Farroupilha. (p. 4)	1	Revoltosos
13	482	09/09/1837	Cabanagem no Pará. (p. 4)	1	Mar. Andréa
14	491	11/10/1837	Cabanagem no Pará. (p. 3-4)	1	Mar. Andréa
15	493	18/10/1837	Cabanagem no Pará. (p. 3-4)	1	Mar. Andréa
16	500	13/11/1837	Correspondência. (p. 16)	1	Metáfora
17	549	23/04/1838	O Servilismo do Mané-pança. (p. 3)	1	Metáfora
18	588	27/07/1838	Versos são teus, monotonia é tua. (p. 4)	1	Metáfora
19	600	27/08/1838	Cabanagem no Pará. (p. 4)	1	Mar. Andréa
20	610	19/09/1838	Política e moral. (p. 4)	1	Império Turco
21	648	17/12/1838	O Jornalismo. (p. 3)	1	Metáfora
22	666	16/01/1839	Eleição do Senador. (p. 4)	1	Metáfora
Total 22	XXX	1833-1938	Metáfora – 11 Mar. Andréa – 4 Nacionalidade – 2 Império Turco – 4 Revoltosos – 1		

Fonte: Jornal *O Sete d' Abril*. Biblioteca Nacional, BNdigital.

Ao apresentar o quadro com os usos e significados da expressão “turco” nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, é possível refletir sobre alguns pontos. Em primeiro lugar, destaca-se a predominância do uso metafórico do termo, com 11 alusões identificadas, perspectiva que apenas ratifica, como foi observado nos quadros anteriores, certa hegemonia no uso de designações a partir de sentidos exemplificativos e simbólicos no discurso jornalístico. Em segundo, ressalta-se os sentidos políticos, como o de nacionalidade (2 menções) e de Império Turco (4 citações). Em terceiro, ganha destaque o emprego da designação “turco” como forma de apontar o Marechal José Soares Andréa, com 4 referências encontradas. Postura que demonstra a importância adquirida, em várias edições do presente periódico, da aproximação desse termo com a pessoa e administração do respectivo militar na Província do Pará a partir

de 1836. E por último, observa-se a inserção dessa expressão como forma de designar os participantes da “guerra dos farrapos” no Sul, em 1 referência.

É preciso mencionar que o emprego da expressão “turco”, como forma de designação ao Marechal José Soares Andréa, foi identificado apenas em edições de *O Sete d’Abril* publicadas entre os anos de 1837 e 1838, correspondentes, portanto, ao contexto de administração desse militar na Província do Pará. Apesar das longas interrupções na publicação de notícias sobre o Pará durante a guerra cabana e também de outros assuntos, torna-se curioso ressaltar que três, das quatro referências encontradas, envolvendo a interação entre a designação: “turco” e a pessoa do Marechal, encontram-se em um curto intervalo, entre o início de setembro e a primeira quinzena de outubro de 1837, aspecto que indica a possível inserção desse termo a partir da aquisição de uma determinada leva de informações ou relatos sobre os acontecimentos na província do Norte em um intervalo de poucas semanas.

O tom “insultuoso”, utilizado nas páginas do jornal *O Sete d’Abril*, para aproximar essa expressão da pessoa e governo do Marechal José Soares Andréa, também não é casual, apoiando-se no pressuposto de que, embora necessário para a reconquista da capital provincial frente aos cabanos em 1836, os supostos “desmandos” e “autoritarismos” posteriores do Marechal em sua administração, em Belém e parte do interior do Pará, tornaram sua permanência no poder insustentável e injustificável aos olhos de parte dos moradores do Pará e dos articulistas de alguns órgãos da imprensa brasileira naquela conjuntura, como os pertencentes ao citado periódico.

A partir dessas observações, nota-se também, a partir da análise da tabela, que o conteúdo semântico do termo “turco” alude a diversos significados, que variam desde os sentidos metafóricos, passando por aspectos territoriais ou patrióticos e designando também participantes de movimentos deflagrados no Brasil durante a conjuntura da Menoridade. Ademais, é preciso também reiterar que o uso dessa expressão, em seus diversos sentidos linguísticos, culturais e políticos, também esteve presente em diversas edições do periódico *Correio Oficial*, como é possível verificar no quadro a seguir:

TABELA 19 - USOS DA EXPRESSÃO “TURCO” A PARTIR DO JORNAL CORREIO OFFICIAL – 1833-1841					
Nº	Edição Nº	Data	Assunto noticiado	Nº de alusões ao termo	Aplicações do termo
1	04	04/07/1833	Notícias estrangeiras. (p. 4)	1	Império Turco
2	23	27/07/1833	Notícias estrangeiras. (p. 4)	1	Império Turco
3	117	15/11/1833	Ofício dirigido ao Governo da Província do Mato Grosso. (p. 3)	1	Metáfora
4	44	24/02/1834	Notícias estrangeiras. (p. 4)	1	Império Turco
5	46	26/02/1834	Extrato da França Literária. (p. 3-4)	1	Metáfora
6	71	01/04/1834	Extrat de uma carta de Ancona. (p. 4)	1	Império Turco
7	112	12/11/1834	Notícias estrangeiras. (p. 4)	1	Império Turco
8	138	13/12/1834	Notícias estrangeiras. (p. 4)	1	Império Turco
9	04	07/01/1835	Importância e aplicações da economia política. (p. 2-3)	1	Império Turco
10	07	08/07/1835	Variedades. (p. 2-4)	1	Metáfora
11	24	01/02/1836	Notícias estrangeiras. (p. 3-4)	1	Império Turco
12	54	08/03/1836	Notícias estrangeiras. (p. 4)	1	Império Turco
13	92	26/04/1836	Notícias estrangeiras. (p. 2-4)	1	Império Turco
14	111	19/05/1836	Notícias estrangeiras. (p. 2-4)	1	Império Turco
15	140	28/06/1836	Progresso ou regresso. (p. 2-4)	1	Império Turco
16	13	15/07/1836	Artigos não oficiais. (p. 4)	1	Império Turco
17	59	12/09/1836	Notícias estrangeiras. (p. 4)	1	Império Turco
18	26	03/02/1838	O que é liberdade? (p. 1-4)	1	Metáfora
19	61	16/03/1838	Recordações íntimas do tempo do Império. (p. 3-4)	1	Metáfora
20	94	28/04/1838	Estabelecimento de caridade, asilo de alimentos e prisões de Constantinopla. (p. 3-4)	1	Império Turco
21	78	04/10/1838	O Governo atual do Maranhão. (p. 2-4)	1	Império Turco
22	137	14/12/1838	Justiça turca. (p. 4)	1	Império Turco
23	19	23/01/1839	O Egypto em 1838. (p. 3-4)	1	Império Turco
24	134	19/06/1839	Estatística do Egypto. (p. 3-4)	1	Império Turco
25	54	03/09/1839	Questão do Oriente. (p. 2-3)	1	Império Turco
26	72	25/09/1839	Frederico II e sua esposa. (p. 2-3)	1	Império Turco
27	118	19/11/1839	A Batalha de Navarino. (p. 3-4)	1	Império Turco
28	142	18/12/1839	Mehemet Vice-rei do Egito. (p. 2-3)	1	Império Turco
29	14	18/01/1840	Variedades. (p. 3-4)	1	Império Turco
30	29	06/02/1840	Ensaio de regeneração política da Turquia. (p. 1-4)	1	Império Turco
31	41	20/02/1840	Comunicação com a Índia pelo Egypto e Mar Vermelho. (p. 2-4)	1	Império Turco
32	44	24/02/1840	Comunicação com a Índia pelo Egypto e Mar Vermelho. (p. 2-4)	1	Império Turco
33	73	31/03/1840	França – Paris, 14 de jan. (p. 3-4)	1	Império Turco
34	74	01/04/1840	Exterior. (p. 2-3)	1	Império Turco
35	78	06/04/1840	Notícia. (p. 4)	1	Metáfora
36	20	23/07/1840	Uma tentação. (p. 4)	1	Império Turco
37	44	25/08/1840	Discurso do S. Costa Ferreira. (p. 3)	1	Metáfora
38	62	22/03/1841	Martin Afonso de Melo. (p. 2-3)	1	Império Turco
39	21	28/07/1841	História e conquista de Argel. (p. 2)	1	Império Turco
40	24	31/07/1841	Expedição e conq. de Argel. (p. 2-3)	1	Império Turco
Total 40	XXX	1833-1941	Império Turco – 33	Metáfora – 7	

Fonte: Jornal *Correio Oficial*. Biblioteca Nacional, BNdigital.

A partir da observação do quadro, referente ao respectivo periódico, é possível vislumbrar vários pontos a serem destacados. Em um primeiro momento, observa-se que a inserção e emprego da expressão: “turco”, diferentemente dos usos apresentados em *O Sete d’Abril* no quadro anterior, possui apenas dois encaminhamentos: o referente ao Império Turco, com 33 citações, e o direcionado ao plano metafórico, com 7 referências. Em segundo, destaca-se também que, apesar de exibir 40 alusões identificadas, quase o dobro de menções expostas no quadro anterior pertencente ao jornal *O Sete d’Abril*, não há nenhuma referência desse termo à guerra cabana. E por último, ressalta-se que, nesse quadro de ausência das interações entre Cabanagem e o termo “turco”, o governo do Marechal José Soares Andréa também não é mencionado.

A predominância do emprego da expressão “turco” em sucessivas edições do *Correio Oficial*, como alusão ao Império Turco, deve-se em grande parte a evidência, propiciada por diversos órgãos de imprensa internacionais, em noticiar o autoritarismo dos sultões e as sucessivas crises e conflitos, ao longo das décadas de 1820 e 1830, o que afligiam e começavam a fragmentar o respectivo Império, demonstradas, por exemplo, em conflitos com a Grécia (que se tornou independente em 1832), com a Rússia e com o Egito.

Contudo, a despeito dessas observações e por compreender que a postura de silêncio ou ausência da atribuição: “turco”, como forma de designar o Marechal José Soares Andréa, nas páginas do jornal *Correio Oficial*, também possuía um fundamento político, ao denotar indicações sobre os posicionamentos dos articulistas e redatores desse periódico em relação à respectiva autoridade, o fato dos responsáveis por essa gazeta ocultarem ou ignorarem as acusações atribuídas ao presidente do Pará se constituiu em um indício revelador de como a imprensa, já naquela conjuntura, selecionava e suprimia determinadas informações a partir de seus interesses sócio-políticos.

Assim, ao mesmo tempo em que subsistia certo silêncio dos articulistas e redatores do *Correio Oficial* em relação às acusações e designações imputadas a Andréa, o periódico *O Sete d’Abril* se constituiu em um dos órgãos de imprensa do Rio de Janeiro que mais divulgaram acusações contra a administração desse militar na Província do Pará, cuja população, de acordo com uma nota datada de janeiro de 1837, continua ainda a “gozar de (...) sossego semelhante ao dos túmulos, devido, em parte, aos bons Paraenses que se esforçam por atenuar no conceito do povo os males reais que sobre ele pesão, e em parte ás baionetas do TURCO que oprime aquela desgraçada porção do Território Brasileiro” (*O Sete d’Abril*, nº 482, 09/01/1837, p. 2), e na qual os “homens de bem, para escaparem ás masmorras, ás rodas

de pau, ás perseguições do Sr. Andréa, fugiram daquela província ou deram de mão aos negócios públicos!” (Ibidem, p. 2)

Segundo uma das notas publicadas por esse jornal, o Marechal “levou a pontapés e pescoções pelas escadas do Palácio um homem de bem que lhe tinha ido falar, o qual, apaixonado demais por causa d’esse insulto, morreu em poucos dias; e diz-se que seus parentes e amigos tratam de o vingar” (*O Sete d’Abril*, nº 493, 18/10/1837, p. 4). Em outros episódios de agressão, denunciados pelo mesmo periódico, também ocorridos na Cidade do Pará, o respectivo Presidente Provincial “mandou dar 200 chibatadas no Sr. Mariz à porta do Judeu Aflalo, em satisfação a este, sem atenção alguma aos serviços prestados por aquele à Causa da legalidade” (Ibidem, p. 4), por motivos não claramente explicados, e também o espanhol João Romão de Ávila, que em virtude de possuir “uma libra de pólvora para as suas caçadas (...) foi denunciado, rapidamente agarrado e conduzido à presença do Sr. Andréa que, não querendo ouvi-lo, o insultou e fez recolher ao porão de um navio de guerra” (*O Sete d’Abril*, nº 482, 09/01/1837, p. 2), no dia “3 de Janeiro foi cumprida a ordem do TURCO, e no curto espaço de 6 dias a vitima exalou o ultimo suspiro” (Ibidem, p. 2).

Ao mesmo tempo em que “informava” sobre as perseguições e repressão impostas pelo “turco”, o periódico carioca *O Sete d’Abril* também denunciou o suposto abandono da capital provincial durante a administração de José Soares Andréa, ressaltando que a “imundícia da Cidade cresce: as sesões, bexigas e sarampo, além de outras moléstias, continuam a devorar grande numero de gente e tornam perigosa a habitação da Cidade” (*O Sete d’Abril*, nº 485, 20/09/1837, p. 4). Além dessa denúncia, essa mesma nota também informa que no hospital, os “corpos que de lá saem para se enterrar, são lançados nas valas por detrás dos charcos da estrada de S. José, como se tem achado podres entre a relva, aumentando isto a pestilência da atmosfera” (Ibidem, p. 4).

Embora essas denúncias possam ter sido inventadas ou acrescidas, frente a uma factível animosidade entre o quadro diretivo desse jornal e o respectivo presidente provincial do Pará, denominado continuamente de “turco”, na época uma autoridade influente no Império, é importante ressaltar que acusações sobre supostas atitudes “truculentas” de Andréa no Pará não ficaram restritas ao jornal carioca *O Sete d’Abril*, sendo noticiadas por outros periódicos⁴² naquela conjuntura, fato que fornece subsídios para uma possível fundamentação dessas acusações.

⁴² O periódico, dirigido por Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues Silva, denominado *O Chronista*, destacou em nota publicada no ano de 1838, a repressão do Marechal Andréa contra o morador de Belém João

Exageradas ou não, marcadas por interesses políticos, rivalidades pessoais ou simplesmente voltadas para a perspectiva de informar os leitores, essas notas publicadas em diversos periódicos brasileiros, em finais da década de 1830, procuravam transparecer o caráter “repressor” e “despótico” da administração do Marechal José Soares Andréa, direcionado a diversos indivíduos, na capital da Província do Pará, em um momento de consolidação do poder do Governo Central na região.

Ainda em relação a essa suposta postura repressiva difundida nas páginas de *O Sete d' Abril*, é importante ressaltar que, em alguns momentos de suas falas e relatórios políticos, o próprio Marechal José Soares Andrea deixava transparecer alguns nuances da presença de atitudes autoritárias de sua administração na Província do Pará, ao ressaltar, por exemplo, que em virtude do aumento da vigilância na cidade de Belém, passou a incentivar medidas de controle mais intensas nas ruas, moradias e demais edificações da capital do Grão-Pará, argumentando que as “revistas domiciliares, ou as buscas nas casas, hoje tão odiosas pela ofensa feita ao asilo sagrado do Cidadão” (ANDRÉIA, 1838, p. 17), estão sendo realizadas “todas as vezes que se sente a necessidade delas, (...) ficando por este modo mais hum escudo do crime quebrado a favor da razão e da justiça (...) tanto nesta Cidade como em toda a Província” (Ibidem, p. 17).

As palavras do Marechal José Soares Andréia, além da contínua perspectiva de responsabilizar uma parte da população local pelo estado da capital provincial após o conflito, também deixam transparecer que, após o processo de reconquista da cidade, as ações repressivas, desencadeadas pelas chamadas forças “legais” contra os suspeitos de participarem ou colaborarem com o movimento cabano, tiveram prosseguimento em Belém nos anos seguintes a reconquista da urbe.

Outro ponto a ser ressaltado, consiste no fato de parte das supostas ações repressivas efetivadas pelo Marechal José Soares Andréa no Pará serem legitimadas por determinações do próprio Governo Central, como é possível observar nos trechos destacados da Lei nº 26 – de

Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. De acordo com a nota, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, em virtude de ter escrito “um monólogo para recitar-se no aniversario da Senhora D. Januária, princesa do Grão-Pará”, foi injustamente considerado pelo presidente provincial como autor de “palavras sediciosas”, sendo preso mantido “incomunicável n’uma fortaleza”, na Cidade do Pará. Esse mesmo periódico também ressaltou em de seus números, a suposta postura “brutal” do Marechal Soares Andréa, frente a outro morador de Belém, chamado João Romão de Ávila, “espanhol de nação, estabelecido e d’uma conduta exemplar”, possuidor de “uma libra de pólvora para as suas caçadas”, que a “muitos rogos de um amigo cedeu-lhe: foi denunciado, rapidamente agarrado e conduzido á presença do Sr. Andréa que, não querendo ouvi-lo, o insultou e fez recolher ao porão de um navio de guerra”, e no “curto espaço de 6 dias a vitima exalou o ultimo suspiro”. Para maiores informações ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Op. Cit. p. 182-183; *O Chronista*, 3º Trimestre, Nº 195, 23/06/1838, p. 3; *O Chronista*, 3º Trimestre, Nº 195, 23/06/1838, p. 3

22 de setembro de 1835, que autorizava, em seu inciso primeiro: “mandar prender sem culpa formada, e poder conservar em prisão, sem sujeitar a processo, durante o dito espaço de seis meses, os indiciados em qualquer dos crimes de resistência, conspiração, sedição, rebelião e homicídio” (BRASIL, Lei nº 26, 22/09/1835, 1864, p. 35). E informava em seu artigo 2º que são “declaradas ilícitas todas as associações secretas na província do Pará, e sedição todo o ajuntamento armado que houver de mais de cinco pessoas, contra as autoridades, seus agentes, e execução de seus atos legais” (Ibidem, p. 35). Foi a partir desses posicionamentos e ações que José Soares Andréa passou a receber diversas críticas e a própria denominação de “turco” por parte dos integrantes de alguns periódicos, entre eles *O Sete d’Abril*.

Por outro lado, é importante ressaltar que a utilização da expressão: “turco”, como forma de designar o Marechal e as denúncias realizadas nas páginas de *O Sete d’Abril*, relacionadas às supostas ações repressivas deflagradas na Província do Pará por José Soares Andréa durante sua administração na capital paraense, propiciaram reações imediatas de apoio ao militar que governava o Pará, entre os articulistas de jornais alinhados com o Governo Regencial, um desses periódicos foi o *Correio Oficial*, como é possível verificar no fragmento a seguir:

Os látegos dos intrigantes do *Sete* alcançam maior distancia. A Província do Pará restituída pelos esforços do Sr Andréas ao circulo estrelado do nosso escudo das Armas, já desperta as fúrias dos liberais hipócritas para assacarem ao seu Presidente as maiores prevaricações. Os improvisos do Redator do *Cacambo*, que daí emigrara, como Papagaio (...) são prontamente reproduzidos no *Sete*, e acompanhados de comentários injuriosos aos serviços por esse Oficial, prestados ao Brasil; mas está em moda criminaem-se os bons servidores do Estado; e nós apresentaremos em defesa do Sr. Andréas (*Correio Oficial*, nº 45, 24/08/1837, p. 4).

Os argumentos estabelecidos nas páginas do *Correio Oficial*, em relação às críticas publicadas no jornal *O Sete d’Abril*, direcionadas ao governo do Marechal José Soares Andréa na Província do Pará, apresentam alguns pontos instigantes a serem ressaltados. Primeiramente, estabelecem argumentos em defesa do Marechal, expressando que o mesmo foi responsável direto pela perspectiva de manter o Grão-Pará unido ao Império. Em segundo, apresentam o argumento no qual essas acusações contra a administração de Andréa se constituem, na verdade, em fruto de insatisfações políticas dos liberais no tocante ao Governo Central. Em terceiro, ao adotar essa linha de discurso, supostamente caracterizada pela utilização de termos “injuriosos”, os articulistas do jornal *O Sete d’Abril*, de acordo com os argumentos publicados no *Correio*, passavam a seguir a mesma linha de discurso considerado

como “exaltado” e “irresponsável”, professado por pessoas como Lavor Papagaio, que havia contribuído para ocasionar o processo de lutas no Pará nos anos anteriores.

Nota-se também, a partir desse fragmento, que a utilização da designação: “turco” e as críticas direcionadas a administração do Marechal José Soares Andréa na Província do Pará também se constituíram em pontos de polêmicas, particularmente em razão das divergências políticas existentes entre órgãos de imprensa aqui analisados. Nessa perspectiva, muito além de expressar supostos comportamentos violentos na administração provincial, o uso da designação “turco” e as próprias denúncias em relação à administração de Andréa também expressavam de alguma forma as dissensões existentes entre os articulistas pertencentes aos respectivos órgãos de imprensa, quanto aos rumos que a respectiva província estava tomando após maio de 1836.

Assim, se em um olhar inicial, a presença da designação “turco” nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*, direcionada ao Marechal José Soares Andréa, pode sugerir apenas o suposto comportamento “despótico” dessa autoridade em relação aos moradores da Província do Pará, é possível deduzir, a partir da leitura desse fragmento, que a presença dessa expressão envolvia diversas questões e interesses relativos à política regencial, particularmente os embates envolvendo liberais, moderados e conservadores. De acordo com essa lógica, a existência de dissensões na imprensa carioca e brasileira, como a observada entre os jornais analisados, frente às dinâmicas do Governo Central, também se constituiu em elemento importante para a presença ou ausência dessas alcunhas, não podendo de forma alguma serem desconsideradas.

Nessa perspectiva, a ausência da designação: “turco”, como forma de atribuição ao governo do Marechal José Soares Andréa, observada anteriormente no quadro do *Correio Oficial*, longe de representar alguma postura despreziosa, também deve ser percebida como uma atitude ou opção de caráter político e social, pois, em uma conjuntura na qual a “imprensa constituiu-se como formuladora de projetos de nação distintos entre si (...) e de uma cena pública cada vez mais complexa” (MARTINS e LUCA, 2008, p. 42), nada mais natural que a opção de criticar, incluir ou excluir das notas ou artigos publicados determinados termos que poderiam “denegrir” a imagem de uma determinada autoridade.

Nesse sentido, de acordo com os direcionamentos políticos e sociais adotados pelos responsáveis do *Correio Oficial*, qualquer crítica mais exaltada a essa autoridade, no âmbito de sua administração na Província do Pará, deveria ser repreendida ou, no mínimo, omitida. Um exemplo perceptível da adoção desses posicionamentos pode ser observado não apenas na

inserção de notas e artigos referentes à guerra cabana, mas também, na publicação de outros documentos, como por exemplo na carta exposta a seguir, presente em uma edição de agosto de 1837 do *Correio Official*:

28 de Abril. – Os negócios da Província vão assim, embora pareçam no longe estarem concluídos; *agora é que se faz precisa mais força*, pois á proporção que se for ganhando terreno, se faz necessário ir deixando destacamentos para conter os habitantes, pois são diabos com figura humana, e logo que se julgam desembaraçados querem levantar a grimpa. Ainda há muitos cabanos; a campanha tem nos sido favorável, porque a eles faltam armas e munições, e o exemplo temos visto, que onde as há, e quando podem, aparece reação. Villas há, que se tem rebelado mais de uma vez depois que aqui estamos. – Ainda mais; os tais chamados (agora) legais, acostumados sempre a rusgas, já se vão esquecendo dos males recentes; e como por sistema são revolucionários, andam em comichões, porque há hum ano já estamos na Cidade, e não tem havido escaramuça; julgo que querem brinquedo; em quanto andavam cabisbaixos, era o Andréas um Anjo, seu benfeitor; e agora já é o *diabo, déspota, bicudo*, e tudo o que eles querem. O que digo é, (e eu não sou suspeito) que não será fácil achar outro qualquer homem para conter esta Província, e esta gente, como Andréas, a quem temem até só pelo nome. Só quem aqui vive é que pode fazer ideia do que é isto, e de como se pode governar esta Província em tais circunstancias! (*Correio Official*, nº 45, 24/08/1837, p. 4)

É possível constatar, a partir da leitura da carta publicada em agosto de 1837 nas páginas do *Correio Official*, que esse documento, apesar de não sintetizar uma resposta proposital às críticas publicadas em *O Sete d' Abril*, propõe em seu conteúdo uma clara defesa das ações do Marechal José Soares Andréa em solo paraense. Em um primeiro momento, o texto reforça as ações de Andréa como único homem capaz de pacificar e estabelecer a ordem na província. Em segundo, reforça que essas ações não se encontravam encerradas, sendo necessárias muitas medidas para consolidar a ordem no Pará e eliminar os últimos focos cabanos. E por último, critica aqueles que consideram o Marechal um “déspota”.

A observação desses conteúdos, presentes em uma carta publicada no *Correio Official*, também permite sugerir que as ações do Governo Central no Pará e o próprio desenrolar da guerra cabana eram fruto de intensas polêmicas que ultrapassavam o âmbito institucional e alcançavam diversos segmentos da imprensa do Rio de Janeiro na década de 1830. Assim, por trás dos embates gerados em função das censuras direcionadas à administração do Marechal José Soares Andréa e do uso da designação “turco” em relação a essa autoridade, subsistiam outras questões envolvendo o próprio posicionamento político dos integrantes da imprensa periódica na capital imperial.

Ao lado desses pontos, também é possível observar na citação, uma crítica direta a suposta “falta de critérios” ou de “credibilidade” na obtenção de informações e notas sobre a guerra cabana, publicadas nas páginas do jornal *O Sete d’ Abril*. De acordo com essa lógica, expressada pelo articulista do *Correio Oficial*, periódicos como o *Cacambo* do Maranhão, supostamente portador de tendências radicais, não se constituiriam em fontes confiáveis para serem inseridas nas edições de um órgão de imprensa que se afirmava como sério. Tais afirmativas, ao serem confrontadas com os aspectos analisados no primeiro capítulo, caracterizado por analisar, entre outros assuntos, as formas de obtenção de fontes sobre a guerra cabana no Pará, por parte de periódicos originários de outras províncias, em especial do Rio de Janeiro, tornam-se relativamente vagas, levando-se em conta as limitações na difusão de informações e a existência de critérios político-sociais na opção por notícias a serem publicadas.

É importante também ressaltar, que o uso da designação “turco” nas páginas do jornal *O Sete d’ Abril*, em relação ao governo do Marechal José Soares Andréa, também sinaliza a influência de acontecimentos externos ao Brasil, com uma evidente referência indireta a suposta opressão do Império Otomano nas primeiras décadas do século XIX. Nessa lógica, o “poder” e “autoritarismo” exercidos por Andréa, em terras paraenses, aproximavam-se, em seus significados, do teórico caráter “agressivo” e “opressor” dos sultões naquela sociedade. A presença dessa relação, a partir da inserção de uma expressão, também sugere como as observações sobre as origens e os sentidos de um termo se constituem em um procedimento complexo, representando também indicadores de transformações políticas, sociais e até culturais de uma determinada conjuntura.

Por fim, os procedimentos ancorados na categorização e quantificação de designações, predominantes nos capítulos IV e V, se constituem em exemplos importantes de como esses métodos, ao serem aplicados em pesquisas históricas “podem ser úteis – e muitas vezes o são – desde que utilizados com criatividade, e, sobretudo como procedimento ancilar de uma análise semântica” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.384), possibilitando contribuições inovadoras e muitas vezes imprescindíveis para conhecimento do texto jornalístico no âmbito da história e das demais ciências humanas, ao permitirem verificar que notas e artigos responsáveis por compor a narrativa da guerra cabana, estabelecidos a partir da imprensa na década de 1830, tiveram entre seus pressupostos principais, o uso de expressões ou designações com viés depreciativo, que variavam de acordo com os encaminhamentos político-sociais adotados pelos redatores e articulistas de cada gazeta.

CAPÍTULO VI NOTÍCIAS CONTRA-REVOLUCIONÁRIAS: A CAMPANHA ANTI-CABANA NA IMPRENSA

Na extensa narrativa jornalística que envolve as notícias sobre a guerra cabana, publicada no Brasil entre os anos de 1835 e 1840, um dos pontos mais controversos corresponde às batalhas pela contensão dos avanços cabanos, bem como pela retomada de cidades ou localidades paraenses que estavam dominadas pelas forças cabanas. Nesse mote, ganha um relevo especial a reconquista da capital do Pará, a cidade de Belém, ocorrida em maio de 1836. Esse episódio anti-cabano é marcado por revelar não apenas uma vitória militar e moral das tropas enviadas pela Regência, como também, as descrições e pensamentos expressos em duas gazetas que noticiavam a guerra no Pará, presentes em várias notas, editoriais e outros documentos publicados nas páginas dos jornais aqui analisados, envolvendo os articulistas do *Correio Oficial* e de *O Sete de Abril*.

Episódio capital na história da Cabanagem no Pará, a análise das “notícias”, “críticas” ou “silêncios” envolvendo a temática da reconquista de Belém pelas forças militares comandadas pelo Marechal José Soares Andréa, possibilita uma visão privilegiada de como cada um desses órgãos de imprensa repassou aos seus leitores determinadas linhas de compreensão desse fenômeno deflagrado durante a Menoridade. Nessa lógica, simultaneamente tornava-se necessário expor “justificativas” para as ações do Governo Central, apresentar opiniões sobre a “catastrófica” permanência do controle pelos cabanos naquela região do Império e discutir as lições ocasionadas por esses acontecimentos.

A partir dessas considerações, torna-se importante levantar, como primeiro problema a ser discutido neste capítulo, as “indagações”, “felicitações” e “patriotismos”, envolvendo o processo de reconquista de Belém pelas forças do Governo Central em maio de 1836, os quais foram inseridos nas manchetes, notas, editoriais e documentos governamentais, publicados em um dos jornais transformados em foco de análise na presente tese: o *Correio Oficial*. Na parte seguinte, será abordado como o periódico *O Sete d’ Abril* expôs esses mesmos acontecimentos, mantendo, alternadamente, “críticas” ou “silêncios” frente ao processo de reconquista da capital do Pará. Tais posicionamentos, apesar de habituais e imperativos em momentos de crise institucional como no Brasil, durante o contexto da década de 1830, podem revelar muito mais sobre as linhas sócio-políticas defendidas por redatores e

articulistas de cada um desses periódicos, além de propiciarem uma interessante leitura sobre o caráter e a intensidade desses discursos.

6.1 – “Restauração”, “ordem” e o quase “triunfo da legalidade”

Em 4 de agosto de 1836, após a chegada do Brigue de Guerra Brasileiro “entrado ontem do Pará com 52 dias de viagem” (*Correio Oficial*, nº 29, 04/08/1836, p. 1), a Corte carioca é comunicada finalmente dos episódios de reconquista de Belém ocorrida em 13 de maio do mesmo ano. A chegada dessa notícia no Rio de Janeiro, a despeito dos quase três meses de diferença, entre o envio e o recebimento das notas, verificáveis na data de publicação no *Correio Oficial*, representou muito mais que um “informe rotineiro” sobre a guerra que se desenrolava na província do Norte, podendo ser considerado, ao lado de outras notícias publicadas, como um documento capital para a compreensão de como a imprensa, ou um pequeno segmento dela, pensou e descreveu a retomada da urbe paraense pelas forças da chamada “legalidade” pelo Marechal de origem lusitana.

Nesse sentido, uma das melhores maneiras de verificar como determinados órgãos da imprensa do Rio de Janeiro narraram a guerra cabana consiste em analisar como uma ocasião célebre do conflito – a reconquista de Belém em 13 de maio de 1836 – foi exposta nas páginas do *Correio Oficial*. Assim, quando os articulistas dessa gazeta explicitaram aos cariocas, em pleno mês de agosto, o cenário de abril e maio no Pará, relatando-lhes a chegada à cidade de Belém de uma esquadra comandada por José Soares Andréa, militar nomeado pelo Governo Central como novo Presidente Provincial e Comandante das Armas do Grão-Pará, em substituição ao presidente deposto Manuel Jorge Rodrigues, também descreveram em minúcias os primeiros dias da nova autoridade “legal”, que se encontrava aportada em frente à cidade, suscitando um discurso jornalístico pautado pela lógica de apresentar momentos de tensão e de negociação entre grupos rivais, envolvendo diretamente a questão do domínio sobre a cidade, que ameaçava mais uma vez transformar-se em “palco” de mais uma batalha entre as forças rivais, ou mesmo, sofria a ameaça de eminente destruição por fogo. Nessa conjuntura, o desenrolar deste processo, caracterizado pela saída dos cabanos e a entrada das tropas de Andréa, foi muito comemorada no Rio. Como é possível verificar no fragmento que abre esse tópico, o *Correio Oficial* do Rio de Janeiro passou a repercutir os acontecimentos deflagrados na Cidade do Pará, enfatizando quase sempre em tom de exultação, a possível

volta da capital provincial ao domínio da chamada “legalidade” e a possibilidade, ainda conjecturada, de derrota e expulsão dos cabanos da respectiva urbe.

O *Correio*, talvez por ter se constituído no periódico carioca responsável pela publicação dos atos oficiais, particularmente do Poder Executivo na década de 1830, acabou se notabilizando como aquele que apresentou naquela conjuntura a maior cobertura na capital Imperial dos embates desencadeados no Pará. Esse periódico publicava mais do que artigos, expondo simultaneamente diversos documentos governamentais referentes à chegada de Andréa, tais como ofícios entre as autoridades anti-cabanas e os líderes cabanos com o andamento das negociações e relatórios sobre desembarque das forças comandadas pelo Marechal José Soares Andréa em Belém, a divulgação dos respectivos papéis se transformou em peça chave das matérias apresentadas nesse jornal durante aquele contexto.

Era preciso contar esta retomada através de documentos considerados “confiáveis” para informar sobre o processo de lutas na respectiva província. Embasados nessas perspectivas, os articulistas e redatores do jornal *Correio Oficial* destacaram em todas as páginas de sua edição nº 29, de 04/08/1836, vários ofícios trocados entre autoridades cabanas e anti-cabanas, expostos de forma cronológica, que perfaziam os momentos de negociação e tensão pela ameaça da ocorrência de embates militares, envolvendo os grupos rivais em disputa pela Cidade do Pará.

De acordo com esse periódico, o líder cabano Eduardo Angelim só admitia a possibilidade de abandono da urbe, caso essa ação estivesse diretamente acompanhada da anistia incondicional para seus aliados. Em um ofício do mesmo Angelim, publicado no periódico, o comandante cabano expressava que acreditava na entrada do Marechal “neste porto sem um tiro de parte a parte” (Ibidem, p. 2) e que “faria neste momento por obedecer a S. M. I., cuja Efigie tem sido aqui evidentemente adorada, a despeito de todas as vantagens prometidas, logo no principio, por alguns agentes estrangeiros” (Ibidem, p. 2).

As palavras de Eduardo Angelim podem soar estranhas, em um periódico como o *Correio* claramente voltado para analisar a reconquista imperial da capital paraense como algo positivo e triunfal. Mas se elas dão legitimidade à fala governamental, também revelam que muitos enfrentamentos já em Belém se faziam por meio escrito, através de trocas de mensagens, ofícios e proclamações.

Neste sentido, a correspondência de Andréa com Angelim demonstrava o envolvimento da figura do Imperador menino Pedro II e a suposta fidelidade à monarquia em Belém durante o período de controle da cidade pelos chamados “facinorosos”. Havia aí uma

disputa pela imagem do Imperador, dentro de uma dimensão sócio-cultural que, em determinadas situações, transformava-se no principal elemento do discurso apresentado pelos grupos envolvidos na contenda pelo domínio do Pará.

Em resposta a essas indagações realizadas pelo líder cabano, o Marechal José Soares Andréa emitiu uma carta em 1º de maio de 1836, também publicada na mesma edição do jornal *Correio Oficial*, expressando que não havia possibilidade de uma anistia sem o consentimento da Assembleia Geral, mas que enviaria “tal suplica ao governo” (Ibidem, p. 3). Porém argumentava que um único ato dos cabanos poderia demonstrar que estavam verdadeiramente interessados no “seu desejo de voltarem á ordem”. Seria seu abandono da cidade (Ibidem, p. 2).

O mesmo jornal imprimiu ainda um ofício datado do dia 3 de maio, onde o líder cabano na capital, Eduardo Angelim, respondia as palavras do Marechal, argumentando que, em confiança das palavras de Andréa, iria se retirar com os seus “subordinados, deixando-lhe a cidade livre, onde tantos sacrificios haviam feito para desterrar a anarquia desenfreada” (Ibidem, p. 3). Angelim também expressava nesse documento que seus “fins” nunca teria sido “destruidores”. Concluía lembrando que a causa das “presentes destruições” teria nascido “de ambos os lados pelos conflitos da guerra” (Ibidem, p. 3). O respectivo líder cabano também argumentava que algumas famílias pretendiam “retirar-se para suas casas no interior”, porém eram atrapalhados ou obstados pelas “embarcações na boca do rio Guamá” (Ibidem, p. 3).

Na sequência, mais um ofício de Andréa vinha a público. Datado do mesmo dia 3 de maio, nele, o Marechal afirmava que consentiria “na sua retirada para uma posição qualquer fora da cidade; mas que esta não (...) pudesse servir de base a novas tentativas” de batalhas para uma futura retomada de Belém (Ibidem, p. 3). O presidente nomeado pelo governo central também declarava ser necessário confeccionar uma listagem de pessoas que pretendiam sair da urbe: “todas as pessoas que constarem em uma relação que me deve enviar; podem passar com as suas armas (...) sem invadirem outros distritos, nem passarem além do rio Barcarena, nem do furo Actetúa” (Ibidem, p. 3). Andrea também complementava que para as famílias que desejassem sair da cidade, fossem “senhoras e menores”, poderiam se retirar “com os escravos e remeiros”. Contudo o Marechal ressaltava que deveriam sair “de dia, em todos os sentidos que queiram, recebendo passes, nas embarcações mais próximas á que se apresentarem” (Ibidem, p. 3).

Em resposta, vinha ao público carioca, o ofício de Angelim datado de 4 de maio de 1836 no qual narrava que as condições do comandante anti-cabano seriam “muito pesadas e

duros para um povo, que se considera triunfante, em o que não falecem valor e coragem para defender a sua liberdade, quando esta seja agredida.” (Ibidem, p. 3). E Angelim também lembrava que haveria problemas em não se poder ir mais adiante do que o rio Barcarena, pois sua fazenda naquele local, não seria “lugar suficiente para acomodar quatro ou cinco mil homens”, que deviam “acompanhar” o líder cabano (Ibidem, p. 3). Ressaltava ainda Angelim que, além de “não haver nela os meios de recursos necessários à vida”, ela também ficava “mui perto da Capital”, onde se não poderia “evitar as consequências que darão as novas desconfianças causadas pelo contato em que existirem um e outro partido” (Ibidem, p. 3).

Por fim, o *Correio* publicava o derradeiro ofício de Andréa no qual o comandante, aparentemente, se mantinha “irredutível” em realizar qualquer outra concessão aos cabanos, afirmando em ofício datado de 4 de maio, que levava “muito avante a responsabilidade, consentido na sua passagem de mão armada de hum lugar para outro” (Ibidem, p. 3).

Nesta interessante publicação das correspondências, ainda havia espaço para outra faceta do abandono da capital provincial: tratava-se de uma ideia cabana de incendiar⁴³ a cidade antes da retirada. Veio à tona um ofício escrito pelo Bispo do Pará D. Romualdo de

⁴³ O suposto incêndio de Belém provocado pelos cabanos em maio de 1836, rendeu importantes discussões na historiografia referente ao tema, desenvolvida no século XIX. No ano de 1841, poucos meses após o término da Cabanagem no Grão-Pará, o estudioso Antônio Ladislau Monteiro Baena, elaborou uma pequena biografia do bispo D. Romualdo Coelho, publicada no mesmo contexto, em um dos volumes da Revista do IHGB. Nesse texto, intitulado: *Biographia dos brasileiros distinctos por letras, armas, virtudes, etc. D. Romualdo de Sousa Coelho, Bispo do Pará*, no respectivo estudo, Baena expressa que o bispo D. Romualdo Coelho, ao perceber que os cabanos almejavam incendiar Belém antes de abandonar a cidade, em virtude da chegada das tropas comandadas pelo Marechal Soares Andrea, saiu “duas vezes em Maio de 1836 (...) da sua jazeda, encostado nos ombros de dois sacerdotes para falar aos ferinos rebeldes, que senhoreavam a cidade desde agosto de 1835: na primeira rogou (...) que a entregassem ao Presidente mandado pelo Governo Imperial, (...) na segunda implorou com um Crucifixo nas mãos e com assíduas lágrimas que abandonassem o intento de abrasar a cidade” (BAENA, 1841, p. 474). Ainda em relação a esse tema, o estudioso João Manuel Pereira da Silva em sua obra intitulada: *Historia do Brazil de 1831 á 1840*, publicada em 1878, expressa que, ao abandonarem Belém, os cabanos “lançaram fogo á diversos edificios da cidade. Breve se ergueram as chamas com espantoso ruído, trepando em espirais pelos edificios, lambendo a face dos muros, (...) que desabavam, e despejando pelos ares linhas vermelhas e quentes, que esclareciam horrivelmente o horizonte” (SILVA, 1878, p. 189). Poucos anos depois, essa descrição do incêndio de Belém pelos cabanos, presente no estudo de João Manuel Pereira da Silva, foi veementemente criticada por Domingos Antônio Raiol em sua obra: *Motins Políticos*, ao expressar que: “É imaginário o incêndio descrito com cores tão carregadas por Pereira da Silva na sua História do Brasil de 1831 a 1840, página 189. Procuramos por todos os meios possíveis verificar semelhante asseveração, e chegamos à certeza de ter sido mal informado o ilustre historiador” (RAIOL, 1970, p. 948). Ainda de acordo com o Barão de Guajará, o “que houve de verdade é o que acabamos de referir: começado o fogo, foi logo abafado, sem dano sensível para a cidade” (Ibidem, p. 948). Para maiores informações, ver: *Revista Trimensal de história e geographia ou jornal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo III. Rio de Janeiro: Tip. da Ass. do Despertador. 1841. SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia do Brazil de 1831 á 1840*. Rio de Janeiro: Typographia Carioca, 1878. RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª Ed., Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

Souza Coelho⁴⁴ que, gravemente enfermo, havia permanecido em Belém naquela conjuntura de crise. Ele tem seu ofício transcrito no jornal e, nele, escreve ao Marechal, afirmando que os cabanos estavam insatisfeitos com a imposição do bloqueio da cidade do Pará pela esquadra enviada pelo Governo Central e, por esse motivo, “passarão a incendiar e destruir a urbe, como fizera a legalidade em Igarapé-mirim, o que eles tem sentido vivamente” (*Ibidem*, p. 3).

A essa situação, o Marechal José Andréa, em ofício de 7 de maio, temendo a possibilidade de destruição total de Belém, afirmou que se o “chefe que hoje domina a cidade que aumentar o numero dos seus erros com mais um atentado em que nem ele, nem pessoa alguma tira vantagem, ou proveito, não sou eu que o devo prevenir, faltando aos meus deveres” (*Ibidem*, p. 3). O representante do governo central também expressa que “nos incêndios tem acabado algumas vezes os mesmos que lhes largão fogo” (*Ibidem*, p. 4). “Quem com fogo fere, com fogo será ferido”. Era este o termo argumentativo de Andréa.

Em outro ofício, enviado ao Marechal no dia 8 de maio, Eduardo Angelim demonstrava seu claro interesse em abandonar a capital provincial, expressando que “para evitar efusão de sangue, que deverá produzir uma luta renhida, proponho (...) que estou disposto a largar a capital, recolhendo-me para o Rio Guamá”. O líder cabano também argumentava que tem o receio de que na “minha retirada a capital sofra os destroços de que por vezes tem sido ameaçada, e conjuntamente as imensas famílias que ainda existem” (*Ibidem*, p. 4). Sobre esse aspecto, Angelim afirmava que havia “deliberado” que ficasse na cidade “uma força de pessoas escolhidas para manter a ordem” até Andréa tomasse “conta da Capital em boa paz”. Angelim prometia que de tudo isso Andrea seria “avisado na véspera” da “retirada” do líder cabano (*Ibidem*, p. 4).

É importante salientar que os diversos ofícios trocados entre o Marechal José Soares Andrea e o líder cabano Eduardo Angelim, nos dias que antecederam a retomada de Belém pelas forças Imperiais, e cujas comunicações se formalizaram a partir do momento em que foi apresentada uma “deputação dos rebeldes a bordo da Corveta Regeneração, (...) composta do Conego Raymundo Severino de Mattos, Antônio de Azevedo Santos, e o pardo Manoel Pereira Dutra” (*Ibidem*, p. 1), que, “conduzidos a bordo da Corveta Defensora, onde foi

⁴⁴ D. Romualdo de Souza Coelho, nasceu em Cameté, província do Pará, a 7 de fevereiro do 1762 e faleceu a 15 de fevereiro de 1841. Recebeu a prima tonsura em 1783 e a Ordem Presbiteral em 1785, lecionou latim e foi nomeado vice-reitor no seminário episcopal, lente de teologia e arcepreste da catedral. Foi ao Rio de Janeiro saudar dom João VI no contexto de ascensão ao trono. Exerceu a função de deputado pelas cortes portuguesas, e em sua volta de Portugal eleito presidente da junta provisória organizada em 1823. Escreveu diversos estudos e sermões. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 7, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1902. p. 162-163

recebê-los o Exm. Presidente, (...) entregarão um Ofício do Comandante da Força armada, e outro de S. Ex. Revm. o Bispo do Pará” (Ibidem, p. 1), revelam outros pontos obscuros, mas não menos relevantes para a compreensão de como os articulistas do *Correio Oficial* concebiam os participantes da Cabanagem e os representantes do Governo Central no Pará naquela conjuntura. Em primeiro lugar, é importante salientar que a “linha direta” estabelecida entre as lideranças rivais foi fixada, segundo versão do periódico carioca, de forma aparentemente pacífica, ratificada por pequenas embarcações, que traziam e levavam ofícios para os grupos em disputa. Em segundo, a utilização da expressão “deputação” aplicada aos participantes do movimento que foram recepcionar e entregar ofícios de Eduardo Angelim e do Bispo ao Marechal José Soares Andréa, cujo significado, em dicionários da década de 1830, designa “ação de deputar; a pessoa, ou pessoas deputadas” (PINTO, 1832, p. 327), também possui sentidos passíveis de reflexão, em virtude de simbolizar, no texto do *Correio Oficial*, mesmo que no plano subjetivo, uma espécie de “formalização” dos participantes do movimento, tratados como autoridades. Contudo a inserção dessa expressão também pode ter sido formalizada a partir de outras significações, pois o termo derivado “deputar” também serve como atribuição para assinalar “mandar a alguém fazer as suas vezes; mandara alguém tratar de alguma negociação para deliberar” (Ibidem, p. 327). Em terceiro, a forma como o periódico *Correio Oficial* expõe os “líderes” dos cabanos, Eduardo Angelim, denominado “chefe da força que está na cidade”, e o militar nomeado pelo Governo Central José Soares Andréa, intitulado “presidente”, também representa um interessante ponto de reflexão sobre as concepções sócio-políticas professadas pelos seus redatores e articulistas que assumiam claramente seus ideais anti-cabanos. E por último, o próprio Eduardo Angelim parece ter incorporado, nos ofícios enviados ao Marechal José Soares Andréa, essas concepções de subordinação ou submissão, frente a autoridade enviada pelo Governo Central, ao utilizar repetidamente a nomenclatura “Sr. Presidente”.

Quanto ao próprio teor dos ofícios apresentados ao público carioca, primeiramente, eles sugerem primeiramente, que a capital do Grão-Pará havia se transformado em “moeda de troca” nas negociações envolvendo as forças rivais. Em segundo, revelam que os cabanos tinham com a capital provincial uma relação que não era unicamente de destruição e anarquia, amplamente divulgada pela imprensa do Rio de Janeiro. Angelim se esforça para se mostrar como um “chefe protetor”, como um “bom monarquista” e alguém que estava disposto a retomar a “legalidade” Imperial mediante uma proposta de anistia. Em terceiro, que a inclusão e nomenclatura aplicada ao líder cabano, nas notas e artigos publicados pelo *Correio Oficial*,

possuíam muito mais uma perspectiva de crítica quanto na ideia de que estaria com medo de Andréa e propunha uma anistia e não um enfrentamento. E em quarto, que a imagem do Marechal José Soares Andréa, perpassada nas entrelinhas dos diversos ofícios publicados no respectivo periódico, é de um defensor da cidade contra qualquer ameaça ou atentado a ser efetivada pelos cabanos.

O propósito de expor as ações efetivadas por Eduardo Angelim, em sua perspectiva de adquirir a anistia e retirar os cabanos de Belém, evitando dessa forma a possibilidade de um confronto direto com as forças militares do Governo Central, também foi repetidamente descrito como um ato de “covardia”, “indigno” de uma liderança que havia sido escolhida por seus pares como presidente de uma província, e que devia, por esse e outros motivos, ser deposto a qualquer custo da autoridade que exercia.

Esses argumentos, caracterizados por sintetizar implicitamente algumas das linhas professadas pelos articulistas e redatores do *Correio Oficial*, em relação à autoridade e administração de Eduardo Angelim, tornam-se no mínimo inusitados e contraditórios ao, primeiramente, criticarem a suposta “postura pacífica” da liderança de um movimento cujos integrantes foram, em sucessivos artigos e notas, considerados como “bárbaros” e “sanguinários” e, principalmente, por não lembrarem que a reconquista de Belém também foi fruto de estratégias militares direcionadas aos cabanos, sintetizada na necessidade de um bloqueio da esquadra Imperial e de fogo inimigo considerável em pelo menos um dia de combate.

Ao lado das contradições, presentes nas informações publicadas no *Correio Oficial*, sobre a reconquista de Belém pelas forças comandadas pelo Marechal José Soares Andréa em maio de 1836, outro ponto que chama atenção se constitui na evidente perspectiva de transformar os cabanos em “covardes” que, na primeira oportunidade, optaram por fugir da Cidade do Pará. De acordo com essa versão, no dia anterior ao desembarque do presidente nomeado pelo Governo Central, Andréa “mandou (...) bloquear a cidade, em cuja ocasião sofreram as (...) embarcações bastante fogo do inimigo” (*Correio Oficial.*, nº 29, 04/08/1836, p. 1). Poucos dias depois, em “12 de Maio, os movimentos que se divisavam nas praias em frente da cidade davam indícios de que os rebeldes a queriam abandonar” (*Ibidem*, p. 1). E, com efeito, “no dia seguinte às 3 horas da tarde, quando o vento e maré lhes eram favoráveis, embarcaram-se em 13 embarcações armadas, e demandarão a embocadura do Carnapijó” (*Ibidem*, p. 1).

A leitura dos fragmentos permite evidenciar, que no discurso apresentado pelo jornal *Correio Official*, os cabanos e suas lideranças são apresentados a partir da lógica da “covardia” e do “medo” frente às tropas enviadas pelo Governo Central, comandadas pelo Marechal José Soares Andréa. Assim, em vez de ressaltarem as dificuldades encontradas pelos representantes das forças imperiais em retomarem a capital da província do Pará, os documentos publicados na respectiva gazeta voltam-se muito mais para a perspectiva de difamar as ações e os comportamentos dos participantes do movimento deflagrado no Pará.

O tom depreciativo relacionado aos cabanos, presente nos textos publicados pelo *Correio Official*, expressava o sentimento de oposição, frente ao domínio da Cidade do Pará pelos participantes do movimento “rebelde”. Assim, o ímpeto emocional presente no discurso desse periódico, ao lado de uma suposta perspectiva de informar sobre os acontecimentos em Belém, disseminava uma clara perspectiva de animosidade aos grupos que dominavam a capital da província do Norte.

Controvérsias a parte, foi no decorrer daquele momento, no qual a capital da província do Pará voltava ao controle das forças do Governo Central, que se inicia a ideia corrente de que o dia 13 de maio marcava o retorno da província à legalidade, como é possível verificar no conteúdo das notas publicadas no *Correio Official* ao longo desse tópico. O mesmo periódico demarcou apropriadamente esta construção de uma memória da tomada da cidade pela intensificação dos discursos de execração, direcionados aos cabanos que anteriormente controlavam a respectiva urbe. Aspectos que podem ser observados no fragmento a seguir:

Veio realçar o prazer deste dia a notícia que já ontem publicamos de ter sido entrada a Capital do Pará pelas Tropas juntas naquelas aguas, e Comandadas pelo Sr. Soares de Andréa, que daqui partira com algumas forças para presidir á essa desolada Província. (...) A cidade do Grão Pará acha-se quase reduzida á um comoro de ruínas, e não será em pouco tempo, que esta estrela que esteve a saltar da zona do nosso Escudo d’armas torne a refulgir com o mesmo esplendor, que lhe davam a sua Agricultura, Indústria, e Comércio. Os vândalos, que a destruíram foram-se para o interior depois de sofrerem muitos dos resultados da sua mesma barbaridade; eles levam com sigo o mesmo espirito infernal esfaimado de sangue, destruição, e morte (*Correio Official.*, nº 30, 05/08/1836, p. 3).

Ao lado dos “elogios” à reconquista de Belém pelas forças do Governo Central sob comando do Marechal Andréa, a nota publicada no jornal *Correio Official* também se notabiliza pelas críticas à destruição ocasionada pela presença dos chamados “vândalos” na Cidade. A visão difundida nesse órgão de imprensa também se notabiliza por expor a

presença dos cabanos na Cidade do Pará como representativa do atraso, da ameaça de separatismo e de assassinatos na capital paraense.

A ideia era mostrar aos moradores do Rio de Janeiro que as tropas imperiais comandadas por Andréa seriam novamente senhores da respectiva capital provincial. As autoridades representantes do Governo Central buscaram, utilizando-se em grande parte de documentos publicados na imprensa de outras províncias, como por exemplo, do *Correio Oficial*, legitimar sua autoridade no sistema de ordem ou de poder e, principalmente, responsabilizar os cabanos por todas as mazelas e delitos cometidos ao longo da deflagração do movimento. Nesse sentido, a “pretensão de legitimidade erigida” (RICOEUR, 2008, p. 96) pela administração da Corte passava pela perspectiva de impor a qualquer custo sua autoridade sobre governados, utilizando como uma de suas “estratégias” a perspectiva de fixar a Cabanagem como um movimento sem ideais políticos ou sociais, cujos integrantes, gente supostamente “perigosa” e “mal intencionada”, deveriam curvar-se à ordem legitimada, que “não se limita a coerção física” (Ibidem, p. 98).

Confirmando essa perspectiva, voltada para a construção de uma memória específica do movimento cabano, associada aos interesses dos representantes da Regência no Grão-Pará, a retirada dos grupos cabanos da cidade de Belém, amplamente “festejada” e ressaltada nas páginas do *Correio Oficial*, pode ser tomada como uma interessante prova documental da existência de um discurso justificador que, possivelmente, também foi inserido nas edições de outros jornais brasileiros da época.

Não é difícil constatar ainda, observando os documentos publicados nessa edição do jornal *Correio Oficial*, a perspectiva de despolarizar e responsabilizar unicamente os cabanos pelos estragos ocasionados na cidade. Nesse ponto de vista, os cabanos paraenses são novamente apresentados como “bárbaros” e “desordeiros” cuja única finalidade era aniquilar Belém e parte de seus moradores. No mesmo discurso, o Marechal Francisco José de Sousa Soares Andréa é apresentado como um herói pelo êxito militar de ter reconquistado a urbe amazônica em favor do Governo Central. Assim, ao mesmo tempo em que apoiou e legitimou o controle sobre a capital do Grão-Pará, os articulistas do jornal *Correio Oficial* esforçaram-se em expor, pelo menos em seus primeiros momentos, como “libertadora” e “benéfica”, a reconquista da cidade de Belém por parte das tropas comandadas pelo Marechal Andréa.

As diversas notas e documentos, responsáveis por estabelecer um conjunto de informações sobre a reconquista de Belém pelas tropas da “legalidade”, publicadas nas páginas do *Correio Oficial*, muito além de se constituírem em notícias divulgadas de forma

“desinteressada” ou “despolitizada”, integram, em seu conjunto, um nítido discurso político-social, construído a partir de um determinado lugar, de diversos interesses e concernente à perspectiva de legitimar uma ordem e autoridade específica diante de um público leitor restrito, mas possivelmente ávido por informações sobre os acontecimentos na província do Norte.

Apesar do caráter óbvio, as notícias sobre a reconquista de Belém pelas forças militares do Governo Central, publicadas nas páginas dessa edição do *Correio Oficial*, perfaziam o claro objetivo, tanto no plano explícito como no implícito, de estabelecer um discurso “patriótico” e “ufanista” em favor do Império, e conseqüentemente, de desconstrução da memória cabana.

Por fim, resta argumentar que ao contrário da proposta apresentada pelo jornal *Correio Oficial* em publicar uma descrição “detalhada”, baseada em fontes governamentais, do processo de reconquista de Belém pelas forças militares do Governo Central, o outro jornal do Rio de Janeiro investigado, *O Sete d’Abril*, se notabilizou nesse período pela adoção de uma postura distinta, caracterizada pela exposição de sucintas informações, críticas e silêncios sobre as ações das tropas comandadas pelo Marechal José Soares Andréa no Pará. A reflexão sobre essas “atitudes”, por parte dos responsáveis pela respectiva gazeta, ocuparão as páginas do próximo tópico.

6.2 – Entre críticas e silêncios: *O Sete d’Abril* e a reconquista de Belém

A análise da presença de referências à guerra cabana nas páginas de dois jornais do Rio de Janeiro tende, inevitavelmente, para o encontro de inúmeras surpresas a cada edição folheada e investigada. Cada um dos acontecimentos do movimento sócio-político deflagrado na província do Pará, entre os anos de 1835 e 1840, foi descrito e ordenado pelos articulistas e redatores dessas gazetas, a partir de olhares e esquemas interpretativos, que fogem de qualquer limitação de ordem política ou ideológica, encontrando também subsídios nas próprias maneiras de “descrever” ou “silenciar” sobre esses acontecimentos.

Assim, de forma aparentemente contraditória e inusitada, enquanto um dos periódicos investigados, o *Correio Oficial*, se caracterizou por apresentar, com amplo destaque em algumas de suas edições, uma diversificada documentação governamental, composta particularmente de ofícios e direcionada à chegada e retomada de Belém pela esquadra comandada pelo Marechal José Soares Andréa, os articulistas responsáveis pelo outro jornal

carioca averiguado, *O Sete d' Abril*, apresentaram, no segundo semestre do ano de 1836, momento no qual as notícias sobre a reconquista da capital paraense pelas tropas do Governo Central afluíam no Rio de Janeiro, uma postura completamente distinta, que mesclou “referências sucintas”, “críticas”, “silêncios” e até um hino com referências à guerra cabana.

Mas por que os responsáveis por esse periódico, em um momento capital da guerra no Pará, passaram a adotar uma postura completamente distinta, se comparada a épocas anteriores, em relação à Cabanagem? Por que as informações sobre os acontecimentos na província do Pará, tão comuns no ano de 1835, passaram a ser sucintos e inconstantes e evitados de críticas no segundo semestre de 1836? Uma das respostas para essas indagações pode ser encontrada no próprio acirramento das rivalidades políticas entre grupos liberais e conservadores após a ascensão do padre Diogo Feijó⁴⁵ na Regência, aspecto que acabou influenciando no próprio discurso da imprensa carioca diretamente envolvida nesses embates.

Nessa perspectiva, seria enganoso, portanto, subestimar a supremacia dos elementos políticos, aqui sintetizados na oposição direta a administração de Diogo Feijó, da postura adotada pelos articulistas e redatores de *O Sete d' Abril*, particularmente ao longo do segundo semestre de 1836. Alguns exemplos da adoção desses posicionamentos podem ser observados na publicação de discursos e falas políticas com referências à guerra cabana e, ao mesmo tempo, portadores de críticas às ações do governo Regencial no Pará, como a exposta a seguir, pertencente ao Arcebispo da Bahia, na Sessão da Câmara dos Deputados de 1 de julho de 1836, momento no qual as notícias sobre a reconquista de Belém ainda não haviam chegado ao Rio de Janeiro:

Na verdade, forçoso é confessar que a desditosa província do Pará há sido tratada com uma não merecida indiferença: seu nome não era ordinariamente lembrado, mesmo n'esta Casa (...). O resultado d'essa fatal indiferença nós o lamentamos hoje; e o que mais é, no momento em que essa infeliz província se acha entregue aos horrores da anarquia e do extermínio, e quando as

⁴⁵ Diogo Antônio Feijó nasceu na cidade de São Paulo em 17 de agosto de 1784 e faleceu em 9 de novembro de 1843, abandonado pelos pais, foi criado por outra família até adentrar na vida clerical em 1807. Posteriormente se dedicou ao ensino de latim, retórica e filosofia, sendo eleito deputado pelas cortes portuguesas. Após a independência foi eleito deputado na primeira legislatura brasileira, apoiando o fim do celibato clerical. Foi depois eleito senador pelo Rio de Janeiro e finalmente, assumiu a função de regente do império em 1835, cargo que ocupou até 1837. No início da década de 1840, participou de um movimento revolucionário deflagrado em São Paulo no ano de 1842, sendo preso e permanecendo alguns meses, encarcerado na província do Espírito Santo. Foi autor de diversos estudos e discursos. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Vol. 2, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1893. p. 173. RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

noticias oficiais deveriam suceder-se com maior celeridade, para informarem o Governo de todas as operações da Força expedicionária e habilita-lo a dar quaisquer outras providencias; é quando as comunicações se tornam mais raras e maior a falta dos Paquetes!” (*O Sete d’ Abril*, nº 360, 09/07/1836, p. 2-3).

De uma fala do Visconde de Goiana, Deputado pela província do Pará, na Sessão da Câmara dos Deputados de 8 de julho de 1836:

O Pará e o Rio Grande são os dois pontos de asilo para onde se refugiaram os inimigos sacudidos do centro da Independência! (...) Foi nomeado um Presidente sem forças para o Grão-Pará, talvez para sofrer e fazer sofrer vários revezes; mas, logo que esse presidente recebeu tropas de Pernambuco e começou a melhorar a Causa da Legalidade, foi imediatamente rendido por outro Presidente, que sendo odiado n’aquela província, desanimou o partido dos bons Paraenses que deviam combater a sanhudos Cabanos (*O Sete d’ Abril*, nº 362, 16/07/1836, p. 2).

E de um discurso do Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, na Sessão da Câmara dos Deputados de 16 de julho de 1836:

No Pará é roto o nosso bloqueio por uma Armada Inglesa, não foi respeitada nossa Esquadra que bloqueava aquele porto, não se atendeu a que tratamos de reduzir e punir os rebeldes, não só por seus crimes políticos, mas pelos cometidos contra a tripulação desse navio inglês e outros. Solicitamos o Governo para que nos informe do acontecimento e do peso e consideração que deu a esse atentado; mas o nosso Governo que não tem fé em nossas instituições, o nosso Governo que não acredita nos Brasileiros, como que nos impõe o silêncio com a superioridade das Forças Britânicas. Que Governo!! (*O Sete d’ Abril*, nº 369, 10/08/1836, p. 3).

A observação dessas três passagens, publicadas no jornal *O Sete d’ Abril* entre 1º de julho e 10 de agosto de 1836, a despeito dos fragmentos fazerem alusão à situações diversas, apresenta uma série de elementos muito significativos para a compreensão de como um determinado periódico passou a privilegiar a divulgação de discursos que mesclavam informações sobre a guerra cabana com críticas à autoridade regencial de Diogo Feijó.

Nessa lógica, o primeiro fragmento, proveniente de um discurso do Bispo da Bahia, expõe a suposta indiferença do Governo Central em relação ao Pará. O segundo, originado de uma fala do Visconde de Goiana, em que faz referência às nomeações de presidentes para a respectiva província. E o terceiro, proveniente de uma fala do Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, relaciona os problemas diplomáticos propiciados pela Regência com a Inglaterra, ao caso do navio britânico *Clio* em Salinas. Esses textos possuem em comum, a

condição de representarem importantes documentos para a compreensão dos posicionamentos sócio-políticos do respectivo órgão de imprensa naquela conjuntura.

De toda forma, qualquer que tenha sido a informação direcionada à guerra cabana, como é possível verificar nos fragmentos destacados, não é difícil observar a associação direta com críticas à administração do regente Diogo Feijó, que passa a ser indubitavelmente responsabilizado pelos diversos problemas suscitados na província do Pará. Assim, para além de informar sobre os acontecimentos da Cabanagem, a questão essencial, ressaltada nessas citações, consistia em enfatizar a suposta “incompetência” e “desmandos” do Governo Central em gerir assuntos considerados tão graves. Esses discursos e falas políticas, direcionados aos acontecimentos da guerra cabana, pautados por críticas a Regência e publicados nas páginas de *O Sete d' Abril* ao longo do segundo semestre de 1836, se constituem em documentos importantes para entender algumas das razões que propiciaram a existência de poucas notas e artigos referentes ao respectivo conflito, nas páginas do referido órgão de imprensa durante essa conjuntura. Alguns dos raros documentos publicados, de autoria dos próprios articulistas do periódico, foram caracterizados por censuras, tanto em relação ao Governo Central como no tocante ao Marechal José Soares Andréa em sua administração no Pará, como é possível verificar no fragmento a seguir, originado de uma nota intitulada: “Arbítrio, força e dinheiro!!!”:

O nosso PATRIOTICO Governo, que julga que em nada deve haver regra e que cumpre que tudo esteja dependente do seu querido ARBITRIO, entendeu também que as promoções dos Oficiais deverão ser reguladas pela sua única e imutável vontade (...) autorizou o Presidente do Pará a promover como e quem quisesse aos postos da Armada e do Exército. Assim vemos terem sido promovidos n'aquela província vários Oficiais de Mar, com manifesta violação das leis e escandalosa atropelação dos direitos de muitos outros Oficiais que nada cedem em merecimento, capacidade e serviços aos que tiveram a ventura de ser recompensados por meio tão ilegal (*O Sete d' Abril*, nº 375, 31/08/1836, p. 4).

Não é difícil constatar que as ideias presentes nesse fragmento, publicado no jornal *O Sete d' Abril* em 31 de agosto de 1836, portanto, em um momento no qual as notícias sobre a reconquista de Belém já haviam sido difundidas em periódicos da Corte, que o foco de críticas dos articulistas do periódico carioca estava direcionado a administração regencial. Nessa perspectiva, por mais que o conteúdo da nota fizesse referência ao governo do Marechal José Soares Andréa (que sofre censuras e acusações), a atenção do articulista estava

fixada na suposta postura arbitrária do Governo Central em apoiar a promoção ilegal de oficiais para a província do Pará.

Outro ponto a ser ressaltado na nota está situado na constatação da grande lacuna de informações noticiadas sobre a reconquista de Belém deflagrada em maio de 1836, nas páginas do jornal *O Sete d' Abril*. Assim, chama atenção verificar que enquanto o jornal *Correio Oficial* publicou os primeiros documentos e artigos, relatando a retomada da capital paraense pela esquadra Imperial, a partir da edição pertencente ao dia 4 de agosto, como foi observado no tópico anterior, reinou, praticamente, por um mês um grande silêncio nas páginas de *O Sete d' Abril*, o qual só foi quebrado com as críticas a José Soares Andréa e a Regência na edição do dia 31.

Ao lado dessas questões, a presença desse perceptível “silêncio” nas edições de *O Sete d' Abril*, publicadas ao longo do mês de agosto de 1836, em relação ao tema da reconquista de Belém pelas forças comandadas pelo Marechal José Soares Andréa apresenta alguns pontos que devem ser enfatizados. Em primeiro lugar, subtende-se que, apesar de apoiarem a expulsão e destruição dos cabanos em Belém, os articulistas e redatores do respectivo periódico não teceram de imediato, qualquer artigo ou nota destacando o “feito” do Governo Central, pelo risco desse texto se transformar, mesmo no plano subjetivo, em uma forma de apoio ou elogio à administração de Diogo Feijó. Em segundo, é possível conjecturar que a ausência de informações sobre a guerra cabana, durante esse período, também possa ter sido fruto de um suposto “boicote” por parte do *Correio Oficial*, principal receptor e divulgador de documentos governamentais do período, no envio de informações aos jornais de oposição à Regência. Em terceiro, a possibilidade dos responsáveis pelo periódico *O Sete d' Abril* não considerarem as informações sobre a reconquista da Cidade do Pará pelas forças Imperiais, publicadas no *Correio Oficial*, como “confiáveis” ou “dignas” de serem repassadas aos seus leitores, também se constitui em uma hipótese plausível a ser apresentada. Vale observar que, apesar do silêncio de informações envolvendo assuntos relativos ao Pará, nas páginas de *O Sete d' Abril*, ter durado praticamente um mês, foi somente uma semana depois da publicação da nota que criticava simultaneamente o governo da Regência e Marechal Andréa que uma pequena nota, publicada na página final da edição de 6 de setembro de 1836, com o título: “Guerra civil”, fez uma pequena descrição da reconquista de Belém pelas forças Imperiais, destacando que:

Do Pará chegarão notícias algum tanto agradáveis. As tropas do Governo ocuparão a Capital que os rebeldes abandonarão depois de um curto bloqueio, mas conseguirão estes retirar-se para o interior. Dizia-se ali que muitos dos rebeldes se iam dispersando, de maneira que não havia a recear dos fugidos. Aquela Capital tinha sofrido muito com diversos combates dados no seu interior, e os rebeldes a deixarão fortificada, a ponto de ser-lhe fácil resistir a qualquer ataque (*O Sete d' Abril*, nº 377, 06/09/1836, p. 4).

Através dessa passagem – caracterizada por almejar sintetizar em um único parágrafo o processo de reconquista de Belém pelas tropas do Império – é possível destacar alguns pontos. Primeiramente, que a nota com referências sucintas à reconquista de Belém pelas tropas comandadas pelo Marechal José Soares Andréa foi publicada no jornal *O Sete d' Abril*, praticamente, um mês depois das informações sobre esses acontecimentos terem sido divulgadas no *Correio Oficial*. Em segundo, que mesmo com todo esse atraso na exposição de notícias sobre a guerra cabana, o articulista de *O Sete d' Abril*, apresenta os eventos no Pará como se fossem informações novas ou exclusivas. E por último, que a existência dessa distância temporal (praticamente um mês), envolvendo a publicação de notícias sobre um mesmo acontecimento, por periódicos de uma única cidade, no caso o Rio de Janeiro, também indica, como já foi ressaltado ao longo desse tópico, a clara existência de divergências político-sociais entre essas gazetas.

Essas observações, embora possam conduzir a um quadro de acirradas dissensões entre os dois periódicos do Rio de Janeiro aqui analisados e, ao mesmo tempo, dos articulistas de *O Sete d' Abril* em relação à Regência de Diogo Feijó, não deve ser descartada, do problema da diferença temporal entre a publicação de informações sobre a reconquista de Belém, a questão das dificuldades na aquisição de notícias. Nessa lógica, embora os dois órgãos de imprensa aqui analisados pertençam à mesma cidade, é factível que essas informações chegassem a cada uma das gazetas em tempos e por embarcações diferentes. E que, além disso, mesmo tendo contato com os novos dados publicados na folha “rival”, em várias circunstâncias, uma se recusava a publicar informações divulgadas na outra, mesmo que essas fossem consideradas importantes, em decorrência da já observada divergência político-ideológica.

No decorrer dos meses de outubro e novembro de 1836, os responsáveis pelo jornal *O Sete d' Abril*, continuaram a dar pouca importância nas páginas da gazeta aos acontecimentos deflagrados no Pará, após a reconquista de Belém pela esquadra comandada pelo Marechal José Soares Andréa. Nesse período, a província do Norte foi lembrada apenas de forma sucinta, como em uma nota intitulada “Mentira! Mentira! Mentira!”, na qual o articulista fez

críticas à administração de Diogo Feijó, ressaltando que o governo desse regente envolvia a “perseguição da Imprensa, á deportações, a prisões arbitrárias, a pedidos extravagantes de DINHEIRO, FORÇA E ARBITRIO, ao desmazelo ou traição com que se tem dirigido o Governo na pacificação do Pará” (*O Sete d’ Abril*, nº 389, 15/10/1836, p. 4), ou em um artigo denominado: “A Sessão de 1836”, caracterizado por fazer censuras a repressão contra a imprensa por parte da administração de Feijó, ao ressaltar que “*O Sete d’ Abril* se via perseguido, um dos seus responsáveis jazia nas cadeias e prestaram-se escandalosas fianças de 6 e 13 contos de réis. Enquanto isto assim sucedia no Rio de Janeiro, a guerra do Pará continuava” (*O Sete d’ Abril*, nº 399, 19/11/1836, p. 1).

Apesar das referências ao Pará, verificadas nesses fragmentos, o fato é que nos meses finais do ano de 1836, os redatores e articulistas do jornal *O Sete d’ Abril* desviaram o foco anterior, direcionado aos acontecimentos da guerra cabana, para transformar esse assunto, pelo menos temporariamente, em uma espécie de apêndice das críticas empreendidas contra a figura e administração de Diogo Feijó. Nessa perspectiva, mesmo se opondo ao movimento cabano, criticando as falhas do Governo Central na campanha militar na província do Norte e exigindo a destruição dos “rebeldes” paraenses, a vitória das forças regenciais em Belém passava a se constituir em um tema pouco “atraente” para um periódico cujos responsáveis propugnavam constantemente a saída do padre Regente do poder.

Ademais é importante salientar, que a continuidade das críticas dos articulistas de *O Sete d’ Abril* em relação à administração de Diogo Feijó, rendeu nos meses subsequentes uma resposta nas páginas do *Correio Oficial*, cujos redatores argumentaram em uma edição publicada já no ano de 1837, que a despeito do que “dizem os articulistas do Sete de Abril no artigo que refutamos” (*Correio Oficial*, nº 130, 17/06/1837, p. 3), a administração do Sr. Feijó “quis, e quer força, arbítrio, e dinheiro; mas para que? Para salvar o Império do abismo da anarquia” (*Ibidem*, p. 3). Ainda de acordo com o responsável pelo artigo, parte das atribuições pelo qual o Império passava eram de responsabilidade da “imoralidade de escritores, ou vociferadores, como os Redatores de *O Sete d’ Abril*, porque o Governo do Sr. Feijó quis e quer salvar duas Províncias, que os malvados, (com quais simpatizam os Redatores de *O Sete d’ Abril*)” (*Ibidem*, p. 3), que por seus atos, “tem coberto de crimes, e de desolação, e pretendem desligar da Comunhão Brasileira” (*Ibidem*, p. 1).

Ainda de acordo com a resposta publicada no *Correio Oficial*, as rebeliões provinciais se fortaleceram com a resistência “patricida, e antinacional de Deputados da oposição, desentendidos de seus deveres, indiferentes as calamidades públicas, e só dominados por

caprichos, e por paixões ignóbeis; quando oradores, que também passam por colaboradores de *O Sete d' Abril*" (Ibidem, p. 1). Nessa perspectiva, para o autor desse texto de resposta aos periódicos de oposição, "essas, e outras publicações fora das Câmaras, tinham enfraquecido, se não dissipado, todas as esperanças dos defensores da Legalidade, com essa resistência às exigências do Governo, com o desconceito, e suspeitas, que procuram suscitar" (Ibidem, p. 1).

Existem no conteúdo dessas críticas direcionadas aos jornais de oposição à Regência vários pontos a serem ressaltados. Em primeiro lugar, é possível ressaltar que esses argumentos façam referência aos movimentos deflagrados no Pará e no Rio Grande do Sul, indicam de forma muito clara que por trás da cobertura desses conflitos subsistia uma série de embates entre os periódicos favoráveis e contrários ao Governo Central. Em segundo, que essas rivalidades subsistentes na imprensa do Rio de Janeiro ultrapassavam as páginas dos jornais, sendo também disseminadas na Câmara dos Deputados. E por último, elas ajudam a elucidar a própria questão dos silêncios em *O Sete d' Abril* em relação às notícias com conteúdo favorável à administração de Diogo Feijó, a exemplo do processo de reconquista de Belém pelas forças comandadas pelo Marechal Andréa, cujo conteúdo foi pouquíssimo explorado pelos articulistas dessa gazeta.

Através dessa resposta propiciada pelos articulistas do *Correio Official*, também é possível admitir que a guerra cabana se constituía em um visível ponto de embates envolvendo os integrantes dos dois jornais analisados, os quais passaram a utilizar das notícias sobre as ações do governo Regencial contra os cabanos como forma de criticar ou defender a administração de Diogo Feijó. Partido dessa lógica, cada novo acontecimento sobre o Pará, noticiado no Rio de Janeiro, poderia ocasionar reações distintas nos periódicos analisados.

Em suma, a partir da predominância de um discurso dominado pelo enfoque político, é possível afirmar que o relativo "sucesso" obtido pelo Marechal José Soares Andréa em Belém, não se constituiu na notícia mais esperada pelos articulistas e redatores do jornal *O Sete d' Abril* os quais, visivelmente passaram a adotar, a partir do segundo semestre de 1836, quando essas informações se difundiam na imprensa do Rio de Janeiro, um comportamento nitidamente "frio" e "distanciado" das informações que chegavam do Pará, cada vez mais inseridas em notas que ocupavam pequenos espaços da gazeta, ou mesmo nem publicadas.

Assim, por tudo que foi dito ao longo desse tópico, é possível ressaltar que prevalecia entre os articulistas e redatores de *O Sete d' Abril*, nos meses que se seguiram, a difusão de notícias sobre a reconquista da Cidade do Pará pelas forças regenciais, um claro sentimento de

frustração ou insatisfação frente ao êxito obtido pela administração de Diogo Feijó nesse quesito. Perspectivas que explicam as atitudes “críticas” e os “silêncios” manifestados nas páginas desse periódico, em notas com alusão à Cabanagem no período.

Porém, ao mesmo tempo em que expressavam, através das “críticas” e dos “silêncios”, suas insatisfações com a vitória da Regência em Belém, os responsáveis pelo jornal *O Sete d' Abril* utilizaram de outros subterfúgios na narrativa da gazeta, para rechaçar, no plano subjetivo, os participantes da guerra cabana e a administração de Diogo Feijó. Uma das atitudes identificadas mais inusitadas consistiu na publicação, em princípios de dezembro do ano de 1836, de um hino em homenagem ao aniversário de D. Pedro.

6.3 – Viva Pedro II! Morram os anarquistas! Análise de um hino em *O Sete d' Abril*

Em 2 de Dezembro de 1836, um hino em homenagem as comemorações dos onze anos de D. Pedro estampou com destaque a edição nº 403 do jornal *O Sete d' Abril*, ocupando por completo a primeira página do respectivo periódico. A presença desse tipo de homenagem por parte da imprensa do Rio de Janeiro e também de outras províncias brasileiras, embora representasse uma prática relativamente habitual em uma conjuntura na qual o jovem príncipe, após a abdicação (1831) e morte do pai (1834), “passou a ser aclamado nos jornais como o consolidador de nossa independência” (SCHWARCZ, 1998, p. 53), ganhou elementos especiais no “ambiente conturbado das Regências” (Ibidem, p. 67).

Nessa conjuntura, a perspectiva relativamente comum de exaltar o jovem príncipe nascido no Brasil em 02 de Dezembro de 1825, através de algumas rimas, sofreu transformações inusitadas, fruto do ambiente conturbado vivenciado na Regência, que era abalada com “uma série de rebeliões estourando em diversos pontos do país” (Ibidem, p. 53). Em pauta, muito mais que uma homenagem ao futuro monarca, estava, sobretudo, a perspectiva de expor, de forma direta ou subjetiva, uma circunstância histórica específica, na qual um dos dois jornais do Rio de Janeiro aqui investigados, em uma época na qual as gazetas estavam divididas, “segundo as tendências de seus proprietários e do próprio momento político, que se debatia entre projetos centralizadores e descentralizadores” (Ibidem, p. 53), apresentou de forma destacada uma cantiga específica em relação a esse momento natalício, caracterizada por fazer diversas referências aos movimentos provinciais deflagrados no Norte e no Sul do Brasil.

É interessante observar que ao contrário das “críticas” e “silêncios” que caracterizaram o discurso do jornal *O Sete d’ Abril* em notas e artigos com referências a guerra cabana, discutidos no tópico anterior, a presença de um hino no referido periódico, com algumas referências à guerra cabana, como será discutido nas próximas páginas, simbolizou uma verdadeira ruptura com os encaminhamentos tomados anteriormente, indicando que os eventos no Pará não haviam, de fato, desaparecido das páginas dessa gazeta.

Para além de uma homenagem “corriqueira”, centrada na proposta de enfatizar características físicas e da personalidade de D. Pedro, ou na exaltação patriótica das belezas naturais e virtudes da população brasileira que, costumeiramente, faziam do “príncipe menino” uma “imagem manipulada de forma cuidadosa pelas elites locais” (Ibidem, p. 57), o hino de autor não revelado, publicado nas páginas do jornal *O Sete d’ Abril* em 2 de Dezembro de 1836, dia natalício do futuro Imperador, possuía outras peculiaridades que o tornavam especial naquele contexto e o vinculavam a interesses específicos e relevantes. Assim, mesmo que Robert Darnton, em sua investigação sobre os contos populares no período moderno, considere que o “significado histórico dos versos está mais em seu tom que em suas alusões” (DARNTON, 1986, p. 60), essa parte do estudo irá privilegiar o conteúdo discursivo de um hino em suas interações com as questões político-sociais no período. Contudo, antes de qualquer observação sobre esses elementos, torna-se importante apresentar a seguir uma reprodução da página na qual as rimas foram publicadas:

O SETE D'ABRIL.

80 RS. RIO DE JANEIRO, SEXTA FEIRA 2 DE DEZEMBRO DE 1836. N.º 403.

Publica-se ás Quartas Feiras e Sabbados na *TYP. AMERICANA* de I. P. da Costa, Rua detraz do Hospicio n. 160. Recebem-se assignaturas a 2\$ por semestre, *pagos adiantados*. Os Ns. avulsos vendem-se nas lojas do costume, preço 80 réis.

.....
 Como quér que este feito os netos tomem,
 Ha-de em tudo vencer a Patria, a gloria.
Virg. Aeneid. Lib. VI.

A O
 MUITO ALTO E MUITO PODEROSO
 SENHOR D. PEDRO II,
 IMPERADOR CONSTITUCIONAL

E
 DEFENSOR PERPETUO DO BRASIL.
 NO FAUSTISSIMO ANNIVERSARIO DE SEU
 AUGUSTO NATALICIO.

H Y M N O .

*O' Dia! és todo
 Dos Monarquistas ;
 De ti não gostão
 Vis anarquistas.*

Raiaste, ó Dois de Dezembro,
 Salvador da Monarquia!
 Beja o pó d'onde surgiras,
 Fremente Demagogia.

O' Dia! és todo, &c.

Se convulsa treme a Patria
 De sangue quasi esvaída,
 Cobra alento n'este Dia
 Que agoira salvar-lhe a vida.

O' Dia! és todo, &c.

A dôr, o gemido, o pranto....
 Os receios... tudo pára
 Ante o Astro luminoso
 Que Dia tão fausto aclara.

O' Dia! és todo, &c.

Mas quem obra taes prodigios?
 Quem tanto pôde fazer?...
 PEDRO SEGUNDO: o primeiro
 Que entre nós vimos nascer.

O' Dia! és todo, &c.

Ha onze annos que ouvimos,
 Entre as salvas de alegria,
 Annunciar-se que o Céu
 Um mimo ao Brasil fazia.

O' Dia! és todo, &c.

O Herdeiro das Virtudes
 Da Casa d'Austria e Bragança,
 É O NOSSO IMPERADOR
 Penhor de nossa esperança.

O' Dia! és todo, &c.

De seu Sceptro um leve aceno
 Ha-de manter na UNIÃO
 As provincias que tendêrem
 Do Centro á separação.

O' Dia! és todo, &c.

Seu nome sómente pôde
 Expellir do Sul ao Norte
 As facções sanguisedentas
 Que á Patria intentem dar morte.

O' Dia! és todo, &c.

Do Amazonas ao Prata
 Prestarão obediencia,
 Todas, ao Filho do Heróe
 Que nos dêo a Independencia.

O' Dia! és todo, &c.

Eis o Dia, ó Brasileiros,
 Por nós todos suspirado,
 Que ha-de salvar do naufragio
 Alquebrada a Náo do Estado.

O' Dia! és todo, &c.

A Integridade do Imperio,
 A SANTA RELIGIÃO,
 Serão os firmes esteios
 Da Brasileira Nação.

O' Dia! és todo, &c.

As nossas vozes unindo,
 Puro voto aos Céos ergamos
 Pela vida do Monarca
 De Quem nós tudo esperamos.

*O' Dia! és todo
 Dos Monarquistas ;
 De ti não gostão
 Vis anarquistas.*

Reprodução da primeira página da edição nº 403 do jornal *O Sete d' Abril*, contendo o hino em homenagem ao aniversário de D. Pedro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sete-dabril/709476>.

Dedicado ao “Muito alto e muito poderoso Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil”, o hino, de autor não identificado e publicado na página inicial da edição nº 403 do jornal *O Sete d’ Abril*, possui várias especificidades a serem observadas e que merecem ser examinadas em seus muitos detalhes e elementos político-sociais concernentes à conjuntura histórica na qual foi produzido.

Em primeiro lugar, é possível verificar, já a partir da rima inicial que acompanha todas as estrofes da cantiga: “O’ Dia! És todo Dos Monarquistas; De ti não gostão Vis anarquistas” (*O Sete d’ Abril*, nº 403, 02/12/1836, p. 1), uma clara perspectiva de opor os defensores do regime Imperial, intitulados “monarquistas”, daqueles que, por questões diversas durante a Regência, eram contrários ao regime, denominados “anarquistas”. Naturalmente, o “dia” a ser comemorado, ressaltado na rima, não se constituía em uma data qualquer, mas estava sintetizado na data de aniversário do menino D. Pedro, herdeiro do trono no Brasil, daí a perspectiva de se opor aos inimigos do Império, designados de “anarquistas”. Eram esses posicionamentos, claramente favoráveis à Monarquia e críticos em relação aos grupos de oposição ao regime, que passaram a predominar ao longo das diversas partes do hino, cujos versos encontravam grande interação com os eventos desencadeados durante a Menoridade.

Ao lado dessas questões, a segunda parte do hino, caracterizada por exaltar a data de 2 de Dezembro, não apenas como dia natalício do jovem príncipe, mas na forma de um marco iniciador ou salvador do Império, também se constitui em um elemento simbólico importante para a compreensão dos significados atribuídos a D. Pedro naquela conjuntura de crise:

Raiaste, ó Dois de Dezembro,
Salvador da Monarquia!
Beja o pó d’ onde surgiras,
Fremente Demagogia. (Ibidem, p. 1).

A explícita duplicidade da importância destinada ao dia 2 de Dezembro, tanto como momento jubiloso de exaltação da Monarquia, como também de eliminação da chamada “demagogia”, aqui compreendida nas atitudes dos grupos de oposição a ordem Imperial, também representa uma clara contraposição ou descontentamento com a situação sócio-política vivenciada no Brasil durante a Menoridade, a qual necessitava urgentemente da figura do monarca que sintetizaria a “luz” e a “salvação” frente os problemas enfrentados no país.

Porém, apesar da importância e exortação destinadas ao aniversário e à figura de D. Pedro, o conteúdo do hino não se voltava propriamente, ou exclusivamente, para a perspectiva de enaltecer a imagem do jovem monarca, mas destinava-se, de forma mais clara, à proposta

de expor a suposta ameaça pelo qual passava o Império, com suas guerras e violências que ameaçavam o regime:

Se convulsa treme a Pátria
De sangue quase esvaída,
Cobra alento n'este Dia
Que agoira salvar-lhe a vida.

A dor, o gemido, o pranto....
Os receios.... tudo para
Ante o Astro luminoso
Que Dia tão fausto aclara.

Mas quem obra tais prodígios?
Quem tanto pode fazer?....
PEDRO SEGUNDO: o primeiro
Que entre nós vimos nascer. (Ibidem, p. 1).

Como se pode notar, o tema mais importante a ser enfatizado pelos fragmentos destacados do hino, em homenagem ao aniversário de D. Pedro em 1836, não era propriamente o de felicidade, frente ao dia natalício para o menino que iria herdar o trono, mas, principalmente, a crise e os conflitos pelo qual passavam o nascente Império durante o período da Regência. Nessa lógica, a insistência em ressaltar a violência e as mortes ocasionadas nos diversos conflitos deflagrados de Norte a Sul do Brasil representa um interessante indício dos medos e preocupações que permeavam a pena do responsável pelas estrofes.

Contudo, apesar da “dor”, dos “gemidos” e dos “prantos” vivenciados em vários pontos do Império, como no caso da guerra cabana desencadeada na província do Pará, subsistia cada vez mais próxima e radiante uma “luz” (D. Pedro) que iria, de acordo com os fragmentos ressaltados, simbolizar uma espécie de salvação moral e espiritual para as crises que assolavam a pátria.

Considerado muito mais que um simples herdeiro de uma Monarquia Constitucional, D. Pedro II é descrito no hino como uma espécie de “dádiva divina”, ou seja, alguém que, mesmo não sendo absolutista ao modo dos monarcas europeus da Modernidade, se constituía, de acordo com a rima, em uma espécie de “escolhido dos céus” para reinar no Brasil, como é possível verificar nas quadrinhas abaixo:

Há onze anos que ouvimos,
 Entre as salvas de alegria,
 Anunciar-se que o Céu
 Um mimo ao Brasil fazia.

O Herdeiro das Virtudes
 Da Casa d' Áustria e Bragança,
 É O NOSSO IMPERADOR
 Penhor de nossa esperança. (Ibidem, p. 1).

Descrito como uma espécie de “salvação” para a crise pelo qual passava o governo Regencial em 1836, o menino D. Pedro encarnava, de acordo com o fragmento do hino, as “virtudes” e “esperanças” enobrecidas pelas origens europeias, cujas afinidades com casas Imperiais importantes se constituíam em aspectos que aumentavam a esperança.

Contudo, mesmo ressaltando as “virtudes” do futuro Imperador, o discurso apresentado no hino voltou a dar ênfase às crises e ameaças que o Brasil sofria em virtude dos movimentos deflagrados em algumas províncias. Nessa lógica, o principal elemento ressaltado consistia na possibilidade do futuro monarca evitar a possibilidade de separatismo, proveniente principalmente das guerras desencadeadas nas províncias do Norte e do Sul:

De seu Cetro um leve aceno
 Há-de manter na UNIÃO
 As províncias que tenderem
 Do Centro á separação.

Seu nome somente pode
 Expelir do Sul ao Norte
 As facções sanguisedentas
 Que á Pátria intentem dar morte.

Do Amazonas ao Prata
 Prestarão obediência,
 Todas, ao Filho do Herói
 Que nos deu a Independência. (Ibidem, p. 1).

Percebe-se na análise desses fragmentos, centrada nas homenagens dispensadas ao futuro Imperador que, apesar dos sentimentos em prol do dia natalício do príncipe aflorarem em determinados momentos, os mesmos foram visivelmente encobertos pela perspectiva de medo e ansiedade frente aos conflitos deflagrados em algumas províncias, como a Cabanagem no Pará. Nessa perspectiva, de acordo com a visão dispensada pelo autor, a figura de D. Pedro, em seu sentido simbólico, possuía, a exemplo do “leve aceno com o cetro”, uma perspectiva de manter a união das províncias com o centro, no caso o Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva, muito além do criticado e conturbado governo Regencial que não mostrava, de acordo com os argumentos apresentados pelos articulistas e redatores de *O Sete d' Abril* no tópico anterior, competência para o enfrentamento das crises pelo qual passava o Brasil durante a Menoridade, a visão apresentada pela quadrinha coloca D. Pedro em um papel proeminente no sentido de manter a tão ameaçada integridade territorial e política.

Assim, muito mais que uma homenagem pelo aniversário de D. Pedro ou um alerta contra as “ameaças” pelo qual passava a integridade do Império, frente à possibilidade de fragmentação territorial propiciada por movimentos como a Cabanagem, a quadrinha, também sintetizava a clara condição de descontentamento dos articulistas e redatores desse periódico frente à administração Regencial, especialmente quando a mesma esteve sob controle de Diogo Feijó, como é possível verificar nos fragmentos expostos a seguir:

Eis o Dia, ó Brasileiros,
Por nós todos suspirado,
Que há-de salvar do naufrágio
Alquebrada a Nau do Estado.

A Integridade do Império,
A SANTA RELIGIÃO,
Serão os firmes esteios
Da Brasileira Nação.

As nossas vozes unindo,
Puro voto aos Céus ergamos
Pela vida do Monarca
De quem nós tudo esperamos. (Ibidem, p. 1).

Como se pode notar, embora o autor do hino não revele de forma direta, subsistia uma crítica implícita ao governo da Regência naquela conjuntura que, de acordo com os opositores, encontrava-se “debilitado” ou “enfraquecido” sob a administração de Diogo Feijó, não possuindo força política ou moral para debelar as ameaças propiciadas pelos movimentos deflagrados no Norte e no Sul. Nessa perspectiva, de acordo com a ideia apresentada nos fragmentos, apenas a figura do jovem monarca D. Pedro, com sua natural força e prestígio, poderia “salvar do naufrágio” a nação.

Outra questão apontada nesses fragmentos do hino sugere que a questão da antecipação da Maioridade do Imperador, na época ainda com onze anos, é colocada em pauta como forma de solucionar as crises pelo qual o Brasil atravessava no período. De acordo com esse pensamento, a principal alternativa para superar a conjecturada “incompetência” da

administração do padre Diogo Feijó e superar os movimentos deflagrados nas províncias, a exemplo da Cabanagem, consistia na antecipação da ascensão do jovem Imperador ao poder.

É possível também observar, confrontando os argumentos apresentados nesses fragmentos com os “silêncios” dos articulistas de *O Sete d’ Abril*, em relação à Cabanagem, discutidos no tópico anterior, que o hino, apesar de dedicar, no plano aparente, referência ao aniversário do futuro imperador, possuía subjetivamente outras perspectivas e objetivos que envolviam aspectos como o medo em relação à possibilidade de separatismo em virtude dos movimentos deflagrados em algumas províncias e, principalmente, de críticas e descontentamentos com a administração Regencial naquela conjuntura.

Assim, ao analisar as aproximações apontadas, é factível conjecturar que o suposto “silêncio” de *O Sete d’ Abril* em relação às notícias referentes à guerra cabana, verificado no segundo semestre de 1836, particularmente após a publicação por parte do *Correio Oficial* das informações expostas no tópico anterior referentes à reconquista de Belém pelas forças comandadas pelo Marechal José Soares Andréa, não se constituiu em resultado de um suposto “desinteresse” ou ausência de informações aos articulistas de *O Sete*, em relação aos eventos desencadeados no Pará.

Nessa perspectiva, a presença do hino em homenagem ao aniversário de D. Pedro, na edição de 2 de Dezembro do mesmo ano, portador de várias referências à guerra cabana, se constitui em um indício importante de que a temática do movimento desencadeado no Pará em nenhum momento esteve fora da pauta ou foi negligenciada pelos articulistas ou redatores de *O Sete d’ Abril*, pois se as investigações comprovam o número reduzido de publicações relacionadas ao tema, entre os meses de agosto e novembro de 1836, elas também transparecem a existência de dissensões político-sociais entre os dois periódicos cariocas investigados.

Por fim, o uso desse hino, como forma de ressaltar a significância da temática da guerra cabana nas páginas de *O Sete d’ Abril*, também representou um indício de que nos meses e anos subsequentes a expulsão dos cabanos de Belém, mais especificamente entre 1837 e 1840, as notícias sobre o movimento deflagrado no Pará continuaram tendo destaque nas edições das duas gazetas do Rio de Janeiro aqui analisadas. Nessa conjuntura, um dos assuntos, envolvendo os acontecimentos na província do Norte mais polemizados por esses órgãos de imprensa foi o das prisões e deportações para a Corte dos líderes cabanos Francisco Vinagre e Eduardo Angelim.

6.4 – Os cabanos vão a Corte: prisão e degredo de Angelim e Vinagre

Tenho a satisfação de comunicar a V. Ex., que já se acha preso o rebelde Eduardo Francisco Nogueira Angelim, sendo de esperar que em breve seja pacificada toda a Província do Pará, segundo me participa o Exm. Presidente Andréas; por quanto tem ele á sua disposição força muito suficiente para atacar com vantagem os poucos pontos que ainda restam aos revoltosos (*Correio Official*, nº 20, 26/01/1837, p. 1)

Em janeiro de 1837, quando o jornal *Correio Official* publicou esse ofício, remetido pelo presidente da Província para o Maranhão ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça na Corte, as notícias sobre os acontecimentos da guerra cabana no Pará, que ainda prosseguia em vários pontos da província, foram ganhando, nos dois periódicos do Rio de Janeiro analisados, outras perspectivas, tanto otimistas por apresentarem elementos menos alarmistas e depreciativos em relação aos destinos dessa parte do Império, como no próprio foco proposto das notas voltadas para o tema, que passaram a expor cada vez mais um movimento “rebelde” em colapso, cujas principais lideranças ainda vivas que fossem capturadas e presas deveriam sofrer os rigores da lei.

É importante ressaltar, que algum tempo antes das notas publicadas na imprensa, as ações que desencadearam a prisão de Eduardo Angelim e de dois dos seus irmãos, a partir de uma expedição apoiada pelo Marechal José Soares Andréa, já haviam sido amplamente difundidas entre as autoridades do Império, pois foram anunciadas através de ofícios, enviados pelas autoridades do Pará, a diversos presidentes provinciais em novembro de 1836, a exemplo do Maranhão, cujo texto informava que “foi preso nas ultimas cabeceiras do Rio Capim, (...) sobre um lago chamado Porto Real, o chefe dos Rebeldes desta Província Eduardo Francisco Nogueira Angelim e com ele seus dois irmãos Geraldo e Manoel” (APEP, Códice 655, Ofício nº 40, de 6/11/1836); de São Paulo: “tenho a satisfação de participar que o restabelecimento da ordem tem feito progressos não interrompidos nesta província. Está preso Eduardo e com ele quase todos os rebeldes que tiveram durante a crise alguma importância” (APEP, Códice 655, Ofício nº 42, de 8/11/1836); do Ceará: “tenho a satisfação de participar (...) que no dia 20 de outubro foi preso (...) o chefe dos rebeldes, Eduardo Francisco Nogueira Angelim, e com ele seus dois irmãos” (APEP, Códice 655, Ofício nº 5, de 9/11/1836); da Bahia: “participo que foi preso o chefe dos rebeldes, Eduardo Francisco Nogueira Angelim com seus irmãos e que tem sido igualmente presos muitos outros rebeldes” (APEP, Códice 655, Ofício nº 6, de 9/11/1836); e de Pernambuco: “há tempos que estava preparando os

meios de poder prender o Eduardo ou pelo menos de o fazer acabar em algum ataque a que sua audácia o arrojara. (...) e afinal veio ele mesmo a cair-me nas mãos” (APEP, Códice 655, Ofício nº 9, de 9/11/1836).

Nesse interim, o destino de dois dos principais líderes cabanos no final do movimento: Francisco Vinagre, encarcerado ainda durante a administração do Marechal Manoel Jorge Rodrigues em 27 de julho de 1835, logo após a chegada em Belém da “notícia infausta do morticínio da Vigia” (RAIOL, 1890, p. 27), e de Eduardo Angelim, capturado em 30 de outubro de 1836, após refugiar-se “nos confins do Acará, no chamado Rio Pequeno” (Ibidem, p. 380), por uma guarnição comandada pelo alferes Pedro José Gonçalves. Dias depois da prisão, esse líder cabano desembarcou em Belém e, após ser “conduzido preso no meio de numerosa escolta à presença de Andrea” (Ibidem, p. 383), foi recolhido na “corveta Defensora com seus dois irmãos Geraldo e Manuel” (Ibidem, p. 383), e posteriormente transferido para a “Fortaleza da Barra com Francisco Vinagre e os demais chefes rebeldes” (Ibidem, p. 383).

Após algum tempo de confinamento dos líderes cabanos na Fortaleza da Barra, o presidente do Pará, Marechal José Soares Andrea, “julgando que era perigoso conservar Eduardo, e Vinagre tão próximos ao teatro da guerra” (BRASIL. Relatório da Justiça, 1837, p.6), os remeteu para a capital Imperial. Nesse processo de deportação, “Eduardo Angelim, Francisco Vinagre e os irmãos de um e de outro” (RAIOL, 1890, p. 430) foram exilados “para residência dos dois primeiros a província do Rio de Janeiro por dez anos, e dos últimos a de Pernambuco por sete e três anos” (Ibidem, p. 430). Nessa conjuntura, as notícias sobre o banimento, prisão e posteriormente das condições de ambos no Rio de Janeiro, transformaram-se em temas muito polemizados nos jornais cariocas entre os anos de 1837 e 1840, especialmente pelos dois órgãos de imprensa aqui investigados.

Assim não é difícil constatar no conteúdo do fragmento que abre essa parte do estudo que as informações sobre prisão de Eduardo Angelim, um dos principais líderes cabanos, que havia assumido o controle do movimento em Belém, após derrotar as forças comandadas por Manoel Jorge Rodrigues em agosto de 1835, que muito além da perspectiva de informar sobre o encarceramento de um “líder faccioso”, possuía um forte sentido de entusiasmo, em representar ao mesmo tempo, o gradual desaparecimento de um movimento considerado “rebelde” que havia ameaçado as estruturas de um Império ainda em consolidação e o êxito político-militar de um contestado e criticado governo Regencial, ainda sob a direção de Diogo Feijó.

Por outro lado, a simples presença dos principais líderes do movimento cabano, ainda vivos, na capital do Império, mesmo que na condição de prisioneiros a espera de julgamento, guarda significados simbólicos importantes ao colocar frente a frente dois indivíduos considerados inimigos e nocivos à ordem Regencial com aqueles que haviam determinado a destruição do movimento cabano. Assim, embora não tenham sido transportados para o Rio de Janeiro, para serem assumidamente exibidos na condição de “troféus”, ao modo do chefe gaulês Vercingetórix, removido para Roma após ser derrotado por Júlio Cesar, a presença de Eduardo Angelim e Francisco Vinagre na Corte transformou-se em uma das notícias, entre aquelas envolvendo os movimentos provinciais, mais expostas e discutidas pela imprensa carioca do período, ganhando uma importância alegórica indubitável, por introduzir dentro da sede do poder Imperial dois elementos considerados “estranhos” e “ameaçadores” as determinações do Governo Central.

Para além dos sentidos simbólicos e metafóricos que integram o processo de prisão, degredo e julgamento desses líderes cabanos, essa parte do estudo pretende adentrar em uma das últimas questões noticiadas e polemizadas em relação à temática da guerra cabana nas páginas do *Correio Oficial* e de *O Sete d’Abril* em fins da década de 1830, aquela envolvendo, mais especificamente, a cobertura do processo de deportação dos líderes cabanos Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, nos órgãos de imprensa especificados.

É importante ressaltar que a análise envolvendo a cobertura da prisão e deportação dos líderes cabanos Francisco Vinagre e Eduardo Angelim para o Rio de Janeiro, por parte dos jornais *Correio Oficial* e *O Sete d’Abril*, sofre a partir de finais da década de 1830 e início dos anos 40, uma inevitável interrupção de informações, ocasionada pelo desaparecimento de ambos os periódicos, *O Sete d’Abril*, em março de 1839 e o *Correio Oficial* em agosto de 1841. A supressão das atividades de ambos os periódicos cariocas investigados, entre fins da Menoridade e início do Segundo Reinado, não impede, porém, de analisar alguns dos instantes finais da guerra cabana, particularmente o envolvendo a repercussão e as polêmicas ocasionadas nessas gazetas, a partir da decisão do Governo Central em degredar para a Corte os dois mais conhecidos líderes cabanos ainda vivos.

Ao lado desses pontos, a reflexão sobre essas questões, apesar de estar em grande parte centrada nos olhares apresentados sobre os destinos e punições aplicadas a Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, lideranças cujas prisões e deportações para o Rio de Janeiro, passaram a ocupar sucessivas notas em jornais cariocas, também permite verificar, sob outras perspectivas, como dois periódicos da Corte expuseram em suas páginas um dos momentos

finais da guerra cabana, no qual o processo de repressão aos integrantes do movimento, imposto pelo governo Regencial, passou a ocupar as páginas das gazetas especificadas, ocasionando diversas polêmicas.

Ao lado dessas questões, é relevante considerar que essa parte do estudo inicia-se temporalmente a partir de 1837, momento no qual as notícias sobre a prisão de Eduardo Angelim, descrita no início do tópico através do fragmento retirado do *Correio Oficial*, e da deportação do mesmo para o Rio de Janeiro, em companhia de Francisco Vinagre, passam a afluir de forma contínua nos periódicos da Corte, ocasionando uma perceptível expectativa e algumas polêmicas na imprensa, como é possível verificar na nota a seguir, publicada pelo jornal *O Sete d' Abril*, a partir de informações obtidas com o periódico maranhense *Cacambo*:

Maranhão 5 de janeiro de 1837.

Chegou d'esta província (o Pará) no dia 30 de Dezembro o Paquete *Brasília*, trazendo a seu bordo os dois presos Eduardo Francisco Nogueira Angelim e Francisco Pedro Vinagre, esses dois fautores da anarquia que devastou a mais interessante província do Império! Consta-nos que o Sr. Andréas arranjara com o Comandante do Paquete que cedesse a sua câmara aos dois presos, para mais comodidade da sua viagem: louvaríamos este cavalheirismo, este rasgo de generosidade da S. Exc., se ele fosse praticado a respeito de generais inimigos que houvessem combatido pelos interesses da sua Pátria; mas não o *Eduardo* e o *Vinagre*, se bem que não sejam tão criminosos como o *Machado de Oliveira*, o *Ceará* e o desgraçado *Lobo* (a quem Deus perdoe), são contudo dois anarquistas, réus de grandes crimes e que nenhum direito têm á simpatia ou ao respeito de pessoa alguma (*O Sete d' Abril*, nº 432, 18/03/1837, p. 5).

Através dessa passagem – onde se observa a importância adquirida na imprensa carioca pelas informações sobre o degredo de Angelim e Vinagre para a Corte – é possível também verificar que para os articulistas de *O Sete d' Abril*, ao lado da exposição sobre o envio dos dois prisioneiros para a cidade do Rio de Janeiro, deveria ser ressaltado, como forma de “denegrir” a imagem da Regência, os supostos “privilégios” de acomodações que ambos os líderes “rebeldes” haviam adquirido em sua viagem para a prisão na capital do Império, por intermédio do Marechal e Presidente Provincial José Soares Andréa.

Nessa perspectiva, ao lado da proposta de informar sobre a remoção de dois dos principais chefes da Cabanagem, que ainda prosseguia em vários pontos do Pará, o articulista de *O Sete d' Abril* não perdeu a oportunidade de criticar as ações do Governo Central, cujas autoridades nomeadas, no caso o Presidente da Província do Pará, haviam supostamente de forma “inaceitável”, beneficiado dois “anarquistas” que tinham ameaçado os “interesses da pátria”.

A partir desse “gancho”, centrado nos conjecturados “vantagens” ou “regalias” de transporte aos dois líderes do movimento cabanos, o articulista do jornal *O Sete d' Abril* também colocou em discussão a própria questão da indignação ocasionada pelas “prerrogativas”, vivenciadas por criminosos durante a Regência, como é possível verificar no fragmento exposto a seguir:

O que não sentirão dentro da alma essas famílias, ricas n'outro tempo e hoje reduzidas talvez á mendicidade, vendo os principais fautores das suas desgraças e da ruina da sua Pátria receberem do Governo sinais de estima e de consideração? Não acreditarão outros malvados como eles, vendo-os assim tratados, que o crime é um caminho por onde de pode ir ás honras, e um meio de se adquirir importância na sociedade? Basta que a impunidade anime o crime; não se aumente esse mal com sinais de consideração e de estima dados a criminosos que, como estes, têm assaz merecido a indignação dos bons cidadãos, e em geral da humanidade (Ibidem, p. 5).

É possível verificar nesse fragmento que, a despeito de noticiar sobre o processo de remoção de Francisco Vinagre e Eduardo Angelim para a cidade do Rio de Janeiro, em princípios de 1837, a nota publicada pelo periódico *O Sete d' Abril*, voltava-se diretamente para o objetivo de reprovar os atos do governo Regencial que, de acordo com os argumentos apresentados, acabava por privilegiar indivíduos responsáveis pela prática de atos criminosos.

Assim, sob predomínio de um enfoque político, o tema da viagem dos líderes cabanos para a Corte transformava-se, na lógica dos articulistas e redatores de *O Sete d' Abril*, em um interessante ponto de críticas às ações da administração de Diogo Feijó em relação ao movimento desencadeado no Pará, cujas atitudes, de acordo com a visão apresentada pelos articulistas e redatores simpatizantes da oposição, eram marcadas pela “incompetência” e supostos “privilégios” dispensados a indivíduos considerados criminosos.

É de se notar que, ao lado das críticas diretas e agressivas às administrações do padre Diogo Feijó e do presidente do Pará José Soares Andrea, as censuras dispensadas pelos articulistas do periódico *O Sete d' Abril*, relacionadas à viagem dos líderes cabanos para o Rio de Janeiro, também poderiam ser caracterizadas pela adoção de sentidos irônicos e inusitados, como é possível observar no pequeno fragmento publicado por esse periódico carioca no espaço logo abaixo da nota sobre a chegada dos presos Francisco Vinagre e Eduardo Angelim em Pernambuco, portador de um texto com a seguinte mensagem:

Já chegarão a Pernambuco estes dois campeões do progresso e não tardarão a aparecer em nossas praias: dizem uns que vem de encomenda como um brinde de amêndoas que o Sr. Andreas faz ao chefe e membros da Sacra Camarilha, asseguram outros que vem para ser processados conjuntamente com o Machado de Oliveira; alguns finalmente afirmam que, como se tem de reunir as massas dos livres, os dois chefes vem para serem colocados no lugar que lhes está destinado pela tal Divina Providencia da Republica (*O Sete d' Abril*, nº 432, 18/03/1837, p. 5).

Essa nota, portadora de um tom irônico e agressivo em relação ao governo Regencial, representa um exemplo importante de como a narração de um episódio aparentemente desprezioso – a remoção de dois líderes cabanos para a capital do Império – pôde transformar-se em mote de críticas ao Governo Central. A leitura desse fragmento também levanta alguns pressupostos a serem discutidos. Em primeiro lugar, é possível observar que Eduardo Angelim e Francisco Vinagre são denominados “campeões do progresso” em uma postura claramente de escárnio dos articulistas de *O Sete d' Abril* em relação às ações adotadas pela Regência. Em segundo, os interesses que ocasionaram a remoção dos líderes cabanos para a capital Imperial geraram várias suposições e boatos, entre os quais, de que a presença dos chefes “rebeldes” no Rio de Janeiro tratava-se de uma espécie de “troféu” ofertado pelo Marechal José Soares Andrea ao padre Diogo Feijó. E por último, de que a presença de Angelim e Vinagre na capital do Império estava ocorrendo em razão da suposição desses cabanos serem julgados juntamente com um integrante da alta cúpula do governo Regencial: Machado de Oliveira.

A despeito da proposta de cobertura da viagem de Eduardo Angelim e Francisco Vinagre ao Rio de Janeiro, estabelecida pelos articulistas de *O Sete d' Abril*, o outro jornal carioca analisado adotou procedimentos e visões completamente distintas para expor de forma metódica e meramente informativa o processo de transferência dos líderes cabanos para a Corte, pautada pela exposição, em grande parte das vezes, de pequenas notas, provenientes do Ministério da Justiça, como atesta o fragmento exposto a seguir, originário de um ofício datado de 31 de maio de 1837, que expõe a saída da Escuna de guerra Brasília, responsável por transportar os prisioneiros de Pernambuco a capital Imperial:

MINISTERIO DA JUSTIÇA.

Expediente do dia 31 de Março de 1837.

Dito ao mesmo, que constando que na Escuna de Guerra Brasília, que estava a partir de Pernambuco, vem os dois Chefes da revolução no Pará Francisco Pedro Vinagre, e Eduardo Francisco Nogueira Angelim, remetidos presos pelo Presidente desta ultima Província, cumpre que dê as necessárias, para que, logo que aqui chegue a referida Escuna, sejam dela removidos os indicados presos para prisões seguras, e dê conta por esta Secretaria de estado. (*Correio Official*, nº 76, 08/04/1837, p. 2-3).

É até desnecessário dizer que o conteúdo do fragmento retirado da edição do *Correio Official*, datado do expediente de 31 de março de 1837, mas publicado somente no dia 8 de abril, se constitui em um texto de linguagem nitidamente governamental, construído de forma “mecânica” e “prática”, com o intuito de informar os setores institucionais da Corte sobre alguns dos procedimentos que deveriam ser adotados em relação à chegada dos prisioneiros provenientes de Belém. Porém, mesmo admitindo essas características do fragmento, não pode ser excluído o sentido político do mesmo, em expor, a partir de determinadas perspectivas, as “ações” e “precauções” adotadas pelo Governo Central em relação à condução dos líderes cabanos presos.

Vale observar que esse procedimento adotado pelos articulistas do *Correio Official*, em publicar notas do Ministério da Justiça, com referências, passo a passo, ao transporte dos líderes cabanos presos para o Rio de Janeiro, teve continuidade em edições subsequentes, como na exposição de um ofício datado de 4 de abril de 1837, que expõe a chegada de Francisco Vinagre e Eduardo Angelim a capital do Império, como é possível verificar na nota exposta a seguir:

MINISTERIO DA JUSTIÇA.

Expediente do dia 4 de Abril de 1837.

Dito ao chefe da Policia desta Corte, que constando estar á barra a Escuna de Guerra, que conduz os presos Francisco Pedro Vinagre, e Eduardo Francisco Nogueira Angelim, chefes da rebelião do Pará, cumpre que, na conformidade das ordens que lhe foram já expedidas, dê as providencias necessárias para o desembarque dos mesmos, fazendo-os recolher em prisões seguras (*Correio Official*, nº 78, 11/04/1837, p. 3).

É possível observar, analisando o documento publicado no *Correio Official*, que as informações sobre a chegada dos líderes cabanos presos a capital Imperial foram expostas de forma “sucinta” e “mecânica”, sem a apresentação de outros detalhes sobre o comportamento dos prisioneiros ou da reação das autoridades e demais moradores da cidade, com a notícia do desembarque de indivíduos cujos atos foram “notabilizados” e “condenados”, a partir das

páginas da imprensa. Essa postura em relação ao desembarque das lideranças cabanas, apesar de soar estranha em um primeiro olhar, pode ser explicada a partir de duas possibilidades: a da ausência de informações mais detalhadas sobre a chegada de Angelim e Vinagre na capital Imperial ou a da perspectiva de expor unicamente as notícias oriundas do Governo Central.

Os critérios apresentados pelos editores e articulistas do jornal *Correio Oficial*, em apresentar, quase que exclusivamente, as notas originárias do Ministério da Justiça, direcionadas à prisão e deportação de Francisco Vinagre e Eduardo Angelim para o Rio de Janeiro, apesar de aparentarem limitar a publicação de informações sobre as condições dos líderes cabanos, após os mesmos estarem sob custódia do Governo Central, à informações “superficiais” e “enfadonhas”, esclarecem, na verdade, os próprios objetivos dos responsáveis pelo periódico em expor informações sobre os líderes “rebeldes” prisioneiros através da visão do governo Regencial.

Alguns pensamentos utilizados na nota, especialmente o da perspectiva de conservar Francisco Vinagre e Eduardo Angelim em “prisões seguras”, também possibilitam o entendimento de que ainda prevalecia entre os representantes do Governo Central um claro sentimento de “prevenção” ou “medo” frente a permanência dos líderes cabanos em prisões de Corte. Esse sentimento também pode ser verificado no fragmento publicado a seguir, originário um ofício datado de 16 de junho de 1837, oriundo do Ministério da Justiça:

MINISTERIO DA JUSTIÇA.

Expediente do dia 16 de Junho de 1837.

Dito ao Sr. Ministro da Guerra, rogando-lhe a expedição das suas ordens, para que Francisco Pedro Vinagre, e Eduardo Francisco Nogueira Angelim, principais autores da rebelião do Pará, sejam recolhidos a Fortaleza de Santa Cruz logo que forem enviados pelo Chefe da Polícia, e ali conservados em segurança. Dito ao Chefe da Polícia da Corte, para fazer transferir para a prisão acima declarada, os presos referidos, entendendo-se com aquele Sr. Ministro (*Correio Oficial*, nº 04, 05/07/1837, p. 2).

Publicada aproximadamente dois meses após a nota anterior, esse fragmento, também originário do Ministério da Justiça, pode ser considerado um interessante complemento das prerrogativas apresentadas anteriormente, ao delinear que algum tempo após a chegada da Escuna de guerra *Brasília* transportando os presos Francisco Vinagre e Eduardo Angelim na cidade do Rio de Janeiro, o Ministro da Guerra determina sua transferência e recolhimento na Fortaleza de Santa Cruz, por considerá-la segura para esse fim.

Não é difícil constatar que os argumentos presentes nesse texto governamental, apesar de sucintos e limitados a deliberar a transferência de Francisco Vinagre e Eduardo Angelim

para a prisão da Fortaleza de Santa Cruz, deixam bastante claro que a conservação dos líderes cabanos em uma prisão considerada segura e confiável estava na ordem do dia para as autoridades do Império, ainda receosas quanto a suposta “periculosidade” dos prisioneiros.

Aproximadamente um ano depois de ter sido enviado preso para o Rio de Janeiro, Francisco Vinagre remeteu um requerimento à Câmara dos Deputados pedindo o relaxamento de sua prisão, por considera-la injusta pelo fato de não ter sido julgado e não ter culpa formada. O conteúdo desse requerimento pode ser observado em nota publicada pelo jornal *O Sete d’Abril*, a partir do texto de uma Sessão da Câmara dos Deputados, datado de 23 de maio de 1838:

CAMARA DOS DEPUTADOS.

Sessão de 23 de Maio de 1838.

Aprovada a Acta e lido o expediente, entra em discussão o seguinte parecer: Francisco Pedro Vinagre, natural do Pará, preso n’esta Corte, representa estar, há perto de três anos, recluso sem culpa formada, havendo sido remetido d’aquela Província debaixo de prisão, na qual é conservado, apesar de suas moléstias e das leis em contrario: E pede que a Assembleia Geral Legislativa proveja sobre a reclamação que faz para ser restituído á sua liberdade, alegando não serem criminosos os factos que ele praticara, para salvar a Província do Pará contra o plano e esforços de Malcher que havia proclamado a independência e separação da mesma Província; e que, nas mesmas circunstâncias em que o suplicante se acha, estão muitas outras pessoas que o Presidente Andreas remeteu presos para esta Corte, e que, ou imediatamente ou pouco depois, foram relaxados da prisão e postos em liberdade (*O Sete d’Abril*, nº 567, 06/06/1838, p. 1).

Não é difícil perceber que, para livrar-se da prisão, Francisco Vinagre utiliza, como um dos principais artifícios de defesa, ao lado dos argumentos sobre a inexistência de julgamento e de culpa formada, a perspectiva de responsabilizar outra liderança cabana Félix Clemente Malcher, que havia sido morto em conflito com o mesmo no ano de 1835. Nessa lógica, Vinagre se apresenta como um grande “defensor” da causa do Governo Central no Pará, impedindo as ambições “separatistas” de Malcher. Destaca-se também que, além de se inocentar e acusar um líder cabano assassinado como principal responsável pelas ações contrárias a Regência, Vinagre procede claramente a favor de seus companheiros presos na capital Imperial, ao argumentar que, na mesma condição injusta em que se encontrava, “estão muitas outras pessoas que o Presidente Andreas remeteu presos para esta Corte”.

Por outro lado, ao publicarem integralmente o conteúdo da defesa apresentada por Francisco Vinagre à Câmara dos Deputados, os articulistas do jornal *O Sete d’Abril*, de forma oposta às perspectivas delineadas pelos responsáveis do *Correio Official*, possivelmente

almejavam expor uma visão distinta sobre a condição dos chefes cabanos presos na Corte. Essa leitura, longe de pretender defender as lideranças cabanas encarceradas, ou da proposta de apresentar a versão delineada pelo discurso governamental, almejava expor que o confinamento dos líderes cabanos na capital Imperial, se configurava em uma situação melindrosa que necessitava ser melhor dirigida pelas autoridades.

A despeito dos interesses professados pelos articulistas do jornal *O Sete d' Abril* em divulgarem em suas páginas os argumentos de Francisco Vinagre em prol de sua libertação e de seus companheiros, os representantes da Comissão de Justiça Criminal adotaram um posicionamento favorável pela aprovação do pedido do líder cabano, ao argumentar que “é de parecer que se peçam ao Governo, com urgência, todas as informações que possa fornecer a este respeito” (*O Sete d' Abril*, nº 567, 06/06/1838, p. 1). Contudo, no mesmo fragmento publicado no jornal *O Sete d' Abril*, é apresentada uma fala do Deputado pelo Pará Bernardo Souza Franco,⁴⁶ contestando o pedido de Vinagre e o parecer da Comissão da Câmara, ao expressar que é:

Desnecessário pedir esclarecimentos ao Governo sobre a pretensão de Francisco Pedro Vinagre, uma vez que o seu requerimento não veio documentado; nota que o indivíduo de que se trata é um criminoso, que não tem contra si só um processo ou dois, e sim mais de oito ou dez; que, enfim, o seu requerimento deve ser indeferido (*O Sete d' Abril*, nº 567, 06/06/1838, p. 1).

Contraopondo-se a essa opinião, o Deputado Gomes Campos expressa que o procedimento da Comissão é adequado, pois a mesma não “podia deixar de pedir informações ao Governo, porque o indivíduo se queixa do Governo, por estar preso sem culpa formada” (Ibidem, p. 1). Acompanhando esses argumentos, o Deputado Henrique de Rezende também sustenta seu apoio a Comissão, ao declarar que “convém muito saber se acaso o Governo

⁴⁶ Bernardo de Sousa Franco nasceu em Belém em 28 de junho de 1805. Ainda com 15 anos, participou de uma Guarda Nacional Cívica organizada em virtude dos movimentos deflagrados no Pará, após a proclamação da constituição portuguesa. Integrou posteriormente um movimento em favor da independência, sendo preso e enviado para Lisboa, sendo recolhido na fortaleza de S. Julião, da qual foi solto em pouco tempo. Retornou ao Pará em 1824, onde por intermédio do pai, trabalhou como caixeiro em uma casa comercial. Em 1831, foi para Pernambuco, onde se formou na Academia de Direito em 1835, assumindo no ano seguinte o cargo de Procurador Fiscal da Tesouraria. Na carreira administrativa serviu como presidente da província do Pará em 1839-1840 e 1841-1842, também foi presidente da província de Alagoas em 1844, e finalmente da do Rio de Janeiro, sendo agraciado posteriormente com o título de visconde. Foi deputado por sua província diversas vezes, também foi escolhido senador do império em 1855; ministro da fazenda em 1848 e em 1857, e finalmente conselheiro de estado, escreveu diversas obras. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 1, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1883. p. 417-418

pretende fazer julgar esse réu por um Tribunal especial, a fim de se ilustrar a Câmara sobre qualquer decisão que possa tomar” (Ibidem, p. 1). Após esses argumentos, mesmo com as insistências de Bernardo Souza Franco, ao alegar que o requerimento deve ser indeferido por não estar documentado, o requerimento foi levado a mesa para ser votado, recebendo aprovação por parte dos Deputados. Nessa mesma votação, o “aditamento do Sr. Henrique de Rezende é igualmente aprovado, e a emenda do Sr. Souza Franco fica prejudicada” (Ibidem, p. 1).

Apesar da vitória obtida na Câmara dos Deputados, centrada na perspectiva de rever a documentação e a situação penal de Francisco Vinagre e possivelmente de outras lideranças dos cabanos que se encontravam presas na capital Imperial, a condição dos chefes cabanos confinados no Rio de Janeiro não sofreu grandes alterações até, pelo menos, o ano de 1839, quando Francisco Vinagre e Eduardo Angelim foram supostamente remetidos de volta à província do Pará com o objetivo de serem julgados em Belém. Situação polêmica e pouco conhecida, que foi noticiada esparsamente pelo *Correio Oficial*, como possível de ser observar na nota publicada pela respectiva gazeta, a partir de um ofício originário do Ministério da Justiça:

Aviso ao Sr. Ministro da Marinha, para que dê providencias necessárias para a verificação de remessa dos réus Francisco Pedro Vinagre, e Eduardo Francisco Nogueira Angelim, para a Província do Pará, no primeiro Vaso de guerra que seguir para aquele porto, a fim de serem ali julgados (*Correio Oficial*, nº 25, 30/07/1839, p. 2).

E de outro ofício, também originário do Ministério da Justiça, publicado no *Correio Oficial* uma semana depois, em 6 de agosto de 1839, no qual o Ministro da Marinha expressa que os presos Francisco Vinagre e Eduardo Angelim devem ser remetidos de volta a província do Pará em navios de guerra e não em embarcações mercantes:

MINISTERIO DA JUSTIÇA.

Aviso ao Sr. Ministro da Marinha, comunicado que não convém que sejam transportados em vaso mercante, mas sim no primeiro de guerra que se oferecer, os réus Francisco Pedro Vinagre, e Eduardo Francisco Nogueira Angelim (*Correio Oficial*, nº 31, 06/08/1839, p. 2).

A despeito do conteúdo das notas, sintetizado na perspectiva de informar sobre a remoção de Francisco Vinagre e Eduardo Angelim para serem julgados na cidade de Belém, e das autoridades, mais especificamente o Ministro da Marinha, estarem exigindo uma embarcação de guerra para a realização desse transporte. A observação do processo de

cobertura desse evento, realizado pelos articulistas do *Correio Oficial*, permite abordar alguns pontos. Em primeiro lugar, que os fragmentos publicados apresentam elementos bastante sucintos, limitando-se a exposição de informações básicas como a viagem, os prisioneiros que dela farão parte e o tipo de embarcação que realizará o transporte, sem nenhuma notícia ou documento adicional que poderia confirmar ou não, a chegada dessas duas lideranças cabanos em Belém. Em segundo, é possível admitir que a publicação dessa pequena nota, claramente padronizada, não tinha como objetivo detalhar ao leitor as questões e interesses que envolviam o destino dos prisioneiros, apenas centrava-se na exposição de um quadro com informações governamentais sobre o acontecimento. E por último, ao se constituir em um texto relativamente curto e que apresenta uma interpretação ambígua, a publicação do mesmo, embora importante para ser destacada como indício, não pode ser tomada como prova definitiva da chegada e julgamento dos respectivos líderes cabanos no Pará.

É importante constatar, ainda em relação à suposta remoção e julgamento dos líderes cabanos a ser realizada no Pará, que poucos meses após essas notas governamentais serem publicadas no *Correio Oficial*, os réus Francisco Vinagre e Eduardo Angelim acabaram sendo beneficiados pelo Decreto de Anistia do dia 22 de Agosto de 1840, que propugnava em conceder “anistia a todos aqueles, que estiverem por qualquer forma, envolvidos em crimes políticos (...) em cada uma das Províncias do Império” (BRASIL. Collecção das Decisões do Governo, 1840, p. 76) e, a partir da qual, ficavam em “perpetuo silencio, como se nunca tivesse existido, os processos, e sentenças, que tiverem tido lugar em virtude de crimes políticos, para mais não produzirem efeito algum contra as pessoas envolvidas nos mesmos crimes” (Ibidem, p. 76).

Efetivada logo após a ascensão de D. Pedro II ao trono do Brasil, com a “intenção de sepultar as antigas discórdias e inaugurar um novo tempo” (RICCI, 2013, p. 72), a anistia “foi complexa no Pará” (Ibidem, p, 72), pois “chegou em um momento crítico: os cabanos interioranos, em sua maior parte, ainda estavam em processo de julgamento” (Ibidem, p, 72), e ao lado desses pontos, “muitos antigos revolucionários – sem julgamento algum – haviam sido expostos a uma política cruel de recrutamento e trabalho forçado conhecida como Corpos de Trabalhadores” (Ibidem, p, 72). Com todas essas questões em jogo, muitos “homens de Estado há época da anistia de 1840 temeram pelo pior” (Ibidem, p. 73), pois receavam a volta dos conflitos na província.

Mesmo com os temores e insatisfações propiciados pelo Decreto de Anistia formalizada pelo Imperador, havia uma saída jurídica que evitava um pânico maior, pois o “decreto previa o exílio por até dez anos aos conhecidos ‘criminosos’ tidos por mais ‘facinorosos’” (Ibidem, p. 73). Assim, mesmo remetidos da “Corte para o Pará Eduardo Francisco Nogueira Angelim, e Francisco Pedro Vinagre” (BRASIL. *Relatório da Justiça*, 1841, p. 7), onde deveriam ser pronunciados “por crime particular de morte pelo Juiz de Paz do 1º Distrito da Cidade de Belém” (Ibidem, p. 7), ambos foram “amnistiados pelo Presidente da Província, na conformidade do Decreto de 22 de Agosto” (Ibidem, p. 8), mas imediatamente “condenados” ao degredo, com a “cláusula de residirem no Rio de Janeiro, sem poderem voltar aquela Província por espaço de 10 anos” (Ibidem, p. 8).

A nova condição dos líderes da guerra cabana no Pará transformou-se em tema continuamente abordado pela imprensa do Rio de Janeiro, a exemplo do Ofício, publicado originalmente no *Treze de Maio*, enviado pelo Presidente da Província do Pará Tristão Pio dos Santos e pelo Dr. Joaquim Rodrigues de Sousa, informando sobre as influências da Anistia Geral, sobre as prisões de Eduardo Angelim e Francisco Vinagre, reproduzido em uma das edições do *Correio Oficial*, datada de fevereiro de 1841:

Em virtude do Exame a que se procedeu nos processos de Eduardo Francisco Nogueira Angelim, e Francisco Pedro Vinagre, segundo me informa nos dois Ofícios seus que recebi ontem, tenho resolvido conceder-lhes amnistia aqueles dois presos na conformidade do Decreto de 22 de Agosto do corrente ano, com a cláusula de residirem no Rio de Janeiro, sem que possam voltar a esta Província durante o espaço de dez anos. Neste sentido ordeno a V. S. que passando imediatamente, com o seu Escrivão, á Corveta Amazonas, onde se acham guardados os mesmos presos, os faça assignar um termo na forma indicada, no qual V. S. fará empregar a palavra – temporariamente – de que se serve o Decreto, para que este prazo possa ser restringido (*Correio Oficial*, nº 41, 23/02/1841, p. 3).

Contudo, ainda que anistiados, a possibilidade da chegada de Francisco Vinagre e Eduardo Angelim na província do Pará foi responsável por ocasionar polêmicas e insatisfações no meio político regional, que acabaram sendo destacadas na Câmara dos Deputados e na imprensa do período. Sobre esse aspecto, Bernardo de Souza Franco, que havia sido presidente do Pará no contexto da Anistia e, posteriormente, havia assumido a função de Deputado por esta província, se opôs tanto ao “ao julgamento desses réus” (*Correio Oficial*, nº 29, 04/08/1840, p. 2) em Belém, por considerar “impolítica e inconveniente a remessa dos presos do Pará” (Ibidem, p. 2), como, principalmente, alertava “sobre o mal que a

presença de dois dos principais cabeças aqui presos, poderia produzir em uma Província, que eles alagarão de sangue, e cobrirão de desgraças” (Ibidem, p. 2).

A despeito das opiniões perpetradas pelo Deputado Bernardo de Souza Franco na Câmara dos Deputados, Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, após anistiados, acabaram sendo obrigados a retornar ao Rio de Janeiro e intimados a “assignar previamente termo de residência nas localidades que em uma lista anexa ao decreto estavam designadas, fora do lugar onde os anistiados (BRASIL. Anaes do Senado, 1863-1864, p.113)” naturalmente residiam.

Contudo, após o retorno a capital do Império, os líderes cabanos degredados tiveram uma rápida “estada” na cidade. O entusiasmo e os aplausos de Eduardo Angelim, presente na galeria da Câmara, após um discurso realizado pelo Deputado Antônio Carlos, pertencente a bancada de oposição ao governo, propiciou novos rumos a história dos líderes cabanos, pois como descreve Domingos Antônio Raiol:

Eduardo Angelim assistindo na corte ás discussões da câmara temporária, estava um dia nas galerias quando falava Antônio Carlos, em oposição ao governo. Não pode conter-se ao ouvir aquele distinto orador, e levantando-se sobre a bancada deu-lhe repetidos vivas e apoiados, não obstante ser mais de uma vez advertido e chamado a ordem. Este ato motivou a sua prisão na rua, ao sair do paço da Câmara. E recolhido à Fortaleza de Santa Cruz, foi depois embarcado para Fernando de Noronha em 1º de agosto de 1841, e dali só pôde sair para voltar para o Pará, quando decorreram dez anos de residência forçada fora da província, apesar de ter reclamado contra sua estada naquela ilha, sendo-lhe favorável a Câmara temporária. O mesmo destino teve Francisco Vinagre, por ter o governo julgado inconveniente a sua permanência no Rio de Janeiro (RAIOL, 1890, p. 431).

O fragmento, retirado da quinta edição da obra *Motins Políticos*, publicada em 1890, caracterizado por descrever o episódio responsável pela remoção de Eduardo Angelim, e depois de Francisco Vinagre, para um novo e último degredo, entre 1841 e 1851, na prisão da ilha de Fernando Noronha em Pernambuco, apesar de já bastante conhecido no meio historiográfico, inserido no final desse tópico, e também do capítulo que fecha a investigação nos dois órgãos de imprensa cariocas, responsáveis pela cobertura da guerra cabana ao longo da década de 1830. O trecho, muito mais que a necessidade de informar sobre o destino dos respectivos líderes cabanos naquela conjuntura, tem a função de suprir os silêncios ocasionados por ambos os jornais, um deles por ter desaparecido em 1839, e o outro, mesmo subsistindo até 1841, nenhuma referência fez a esse episódio.

O desaparecimento dos respectivos periódicos, entre fins da década de 1830 e início da década de 1840, apenas reforça a perspectiva relacionada ao silêncio das fontes, levantada por Jacques Le Goff em uma de suas obras, na qual é preciso “questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história”, (LE GOFF, 2003, p. 109), pois “devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência dos documentos” (Ibidem, p. 109).

Ao lado desses pontos, a ausência de informações, pelos motivos já ressaltados, em ambas as gazetas, sobre os acontecimentos que propiciaram o último banimento dos principais líderes cabanos que ainda estavam vivos na década de 1840, apesar de também reforçar a ideia de “opacidade e silêncio” (DARNTON, 1986, p. XIV), proposta Robert Darnton, não diminui em hipótese alguma a importância adquirida por esses jornais em um estudo cujo percurso, ao longo dos quatro primeiros capítulos, foi adentrar em uma investigação da interação entre imprensa e Cabanagem a partir de olhares externos, mais especificamente de articulistas e redatores pertencentes à capital do Império. Ele, na verdade, fortalece e justifica os princípios adotados até o momento, em razão de expor as descrições da guerra no Pará, em dois órgãos de imprensa do Rio de Janeiro, que existiram e praticamente desapareceram no conturbado e polemizado período da Menoridade.

Porém, apesar da proximidade temporal com a guerra cabana e do próprio período de existência entre ambas as gazetas, um aspecto ficou bastante evidente na investigação do *Correio Oficial* e de *O Sete d' Abril*: as diferenças de posicionamentos apresentadas em relação ao tema. Assim, se um grande “abismo” nos separa dessas leituras sobre a Cabanagem, publicadas na década de 1830, havia também, entre os próprios jornais investigados, perceptíveis diferenças e divergências nas leituras ou exposições sobre os acontecimentos deflagrados no Pará, cuja análise a despeito das muitas dificuldades auxiliou na perspectiva de elucidar ou interpretar, mesmo que parcialmente, as descrições do movimento cabano publicadas nesses periódicos.

Após essas considerações, resta conhecer como a guerra cabana foi observada e narrada a partir de um olhar interno, próximo tanto dos eventos como dos “personagens” que compuseram direta ou indiretamente o respectivo conflito. Nessa perspectiva, nada mais interessante do que analisar pensamentos, impressões e posicionamentos em relação à Cabanagem, a partir das páginas de um jornal fundado nos instantes finais dos embates no

Pará, mas que guardava em notas, editoriais e artigos inúmeras marcas e impressões desses acontecimentos: *O Treze de Maio*.

PARTE 2

DE DENTRO PARA FORA: O TREZE DE MAIO, HISTÓRIA E MEMÓRIA IMEDIATA NO PARÁ.

CAPÍTULO VII

O ANTI-CABANISMO E O MOVIMENTO PELA MAIORIDADE EM UM JORNAL PARAENSE

Nem um titulo nos pareceu mais adequado de que o de – *Treze de Maio* – d’esse dia memorável nos fastos da história Paraense, – dia de doces recordações, em que a Legalidade conseguiu triunfar dos desastrosos feitos e negros planos da rebeldia, – apoderando-se da Capital da Província (*Treze de Maio*, nº 1, 13/05/1840, p. 1).

Como um periódico, cuja criação e a própria denominação interagem com a reconquista de Belém pelas forças militares do Governo Central, passou a se constituir, a partir da década de 1840, em um dos principais baluartes da difusão de uma memória *anticabana* na Província do Pará? Através de quais discursos, esse jornal, denominado *Treze de Maio*, cujo primeiro número, propositalmente, passou a circular na Cidade do Pará no “dia 13 de maio de 1840, e o último em 31 de outubro de 1862” (BARATA, 1973, p. 236), expôs, ao longo de suas primeiras edições, mais especificamente no ano de 1840, a guerra cabana e o processo de imposição da ordem Imperial na Amazônia?

A perspectiva de responder essas interrogações e a possibilidade de compreender como a Província do Pará, ainda envolta no processo de lutas no início do Segundo Reinado, foi descrita através das páginas desse jornal, se constituirão em foco principal dessa parte do estudo. Sobre esse aspecto, a probabilidade de analisar como o respectivo periódico, em seus primeiros tempos de existência, passou a fixar em suas páginas um discurso característico sobre a guerra cabana e também sobre a restauração da capital provincial entre a conjuntura final da Menoridade e o início do Segundo Reinado representa um ponto instigante da presente tese, em sua busca de discorrer sobre os discursos de alguns órgãos de imprensa sobre a Cabanagem.

Sobre esse aspecto, a proposta de investigação do presente capítulo, direcionada à Província do Pará, nos primeiros anos de existência desse jornal, é justificada não apenas pela proximidade cronológica dos eventos da Cabanagem, das interações políticas dos responsáveis pelo periódico com o Segundo Reinado, mas também em virtude da proposta de

verificar como este segmento da imprensa paraense vislumbrava e narrava a guerra cabana e seus personagens naquele contexto.

Não por acaso, o fragmento que abre esse tópico, retirado da primeira edição desse órgão de imprensa, pode ser considerado como um documento revelador, não apenas de um suposto posicionamento político favorável ao Governo Central, professado pelos articulistas e responsáveis pelo periódico, “fundado por Honório José dos Santos, como órgão oficial” (Ibidem, p. 236), mas, ao mesmo tempo, da importância simbólica que a reconquista de Belém pelas chamadas “forças legais”, cuja data de 13 de maio de 1836, passou a representar parte do esforço de luta contra a Cabanagem. Assim, ao lado de conceber a luta contra os últimos focos de resistência dos cabanos em 1840, como instante principal da respectiva guerra, a opção pela denominação *Treze de Maio*, como título do jornal, tem como característica direta a proposta de estabelecer a restauração do Pará como momento excepcional e marcante para a história da província e da própria Cabanagem, que já começava a ganhar um sentido pedagógico específico naquela conjuntura.

Contudo é importante ressaltar, que o *Treze de Maio* integra um amplo e complexo quadro de surgimento da imprensa no Pará, entre o processo de Independência política e período da Menoridade. Assim, antes de qualquer análise ou consideração, envolvendo a presença de aspectos ou descrições da guerra cabana ou relativas à imposição da ordem Monárquica nas páginas desse jornal paraense, torna-se importante conhecer e discutir alguns pontos relacionados à formação da atividade jornalística nessa província durante a conjuntura das décadas de 1820 e 1830.

7.1 – Imprensa no Pará: algumas considerações

No Pará, embora não faltem controvérsias e polêmicas sobre o surgimento da imprensa, o aparecimento do primeiro prelo ocorreu por intermédio de “João Francisco Madureira que, em 1820, abriu, moldou e fundiu caracteres e construiu o torculo (...) amparado em algum dinheiro, conseguido por subscrição pública” (SODRÉ, 1999, p. 35), e adquirindo autorização governamental em 28 de maio do mesmo ano para “imprimir pequenos avulsos” (Ibidem, p. 35). Nessa mesma conjuntura, Felipe Alberto Patroni,⁴⁷ em

⁴⁷ Filho do alferes Manoel Joaquim da Silva Martins, Filipe Alberto Patroni, nasceu na cidade de Belém, do Pará, no ano de 1798 e faleceu em Lisboa em 15 de julho de 1866. Formado em Direito na Universidade de Coimbra, envolveu-se diretamente nos embates das Cortes lusitanas como representante do Pará no início da década de 1820. Eleito deputado pelo Pará, na legislatura de 1842 a 1845, dissolvida na primeira sessão, não

“sociedade com Simões da Cunha, José Batista da Silva e com o impressor Daniel Garção de Melo” (Ibidem, p. 38), fundou, em 1º de abril de 1822, *O Paraense*, “primeiro jornal que se publicou no Pará” (BARATA, 1973, p. 225) e cuja tipografia havia sido “adquirida em Lisboa” (Ibidem, p. 225).

Reforçando essas informações, o historiador Manoel Barata afirma que o jornal *O Paraense* “sustentava a união da província a Portugal, sob o novo regime constitucional ali proclamado pela revolução liberal de 24 de agosto de 1820” (Ibidem, p. 225). Contudo, já sob o controle de Batista Campos, o mesmo periódico passou a “advogar ostensivamente a causa da adesão da província ao governo de Pedro I” (Ibidem, p. 226). A orientação político-social do jornal *O Paraense*, de acordo com Geraldo Mártires Coelho, representou um “ponto fulcral de toda a problemática resultante do exercício da liberdade de imprensa no Grão-Pará” (COELHO, 1993, p. 27), assumindo, segundo esse estudioso, uma “oposição ao autoritarismo militar, à ineficiência burocrático-administrativa e aos interesses pessoais que prevaleciam sobre o fundamental da administração pública” (Ibidem, p. 27), desígnio que se tornou “mais visível quando a responsabilidade pela redação passou das mãos de Filipe Patroni para as do cônego Batista Campos” (Ibidem, p. 27).

Corroborando com essas informações, Geraldo Mártires Coelho, em sua obra: *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará*, considera que no âmbito formal, as “origens da imprensa paraense remontam ao ano de 1822, quando Filipe Patroni, intelectual pertencente à pequena burguesia do Grão-Pará e estudante em Coimbra entre 1816 e 1820, criou em Belém ‘O Paraense’” (Ibidem, p. 24), aproveitando-se das novas condições de “liberdade de imprensa” (Ibidem, p. 24) no Brasil daquela conjuntura. Nessa linha de pensamento, Coelho não considera a origem da imprensa paraense a partir das ações de João Francisco Madureira em 1820, pois, de acordo com esse autor:

Formalmente observadas, as origens da imprensa paraense remontam ao ano de 1822, quando Filipe Patroni, intelectual pertencente à pequena burguesia do Grão-Pará e estudante em Coimbra entre 1816 e 1820, criou em Belém o jornal “O Paraense”, valendo-se das condições asseguradas pelo Vintismo à liberdade de imprensa “enquanto direito dos portugueses de ambos os hemisférios”. Sucede que a criação do primeiro periódico do Norte do Brasil não foi um fato isolado, antes decorrendo de um processo que também

sendo reeleito. Em 1851, resolveu voltar a Portugal com o objetivo de publicar com mais facilidade suas obras, não retornando mais ao Brasil. Possuía assim uma grande ilustração, sendo dotado de uma memória prodigiosa, apresentou após 1840, certos problemas mentais que foram progredindo até completa loucura, em cujo estado faleceu. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Vol. 2, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1893. p. 347-348

comportou a presença de Filipe Patroni em Lisboa, entre março e dezembro de 1821, como abrigou as grandes linhas do seu projeto de ascender ao Governo do Grão-Pará (Ibidem, p. 24).

As questões suscitadas nos argumentos de Geraldo Mártires Coelho sobre o surgimento da imprensa na Província do Pará permitem verificar que, o nascimento dos periódicos em solo paraense não estava limitado a construção de um prelo, para a publicação e circulação de pequenos impressos avulsos, mas integrava um quadro muito amplo que interagiu com o jogo de forças políticas e sociais, envolvendo segmentos representativos dos poderes dominantes regionais e locais. Na lógica apresentada por esse autor, muito além de sintetizar um ato isolado, fruto da vontade de um único indivíduo, a origem da imprensa na respectiva província do Norte do Brasil comportou um intrincado embate de interesses e conveniências que giravam em torno da causa do Vintismo⁴⁸ e da liberdade de imprensa no início da década de 1820, em solo brasileiro e paraense, nessa conjuntura.

Observados esses pontos, é possível também verificar no texto de Geraldo Mártires Coelho, outras questões de fundo relacionadas ao surgimento da imprensa no Pará. Em primeiro lugar, que a linha discursiva apresentada nas páginas do jornal *O Paraense* “representou o ponto fulcral de toda a problemática resultante do exercício da liberdade de imprensa no Pará”. E em segundo, que tal postura ocasionou a “origem do processo que praticamente bipolarizou a sociedade provincial em torno de duas posições configuradas: uma congregando elementos que defendiam a liberdade de imprensa (...) e outra, reunindo os que se opunham a essa liberdade” (Ibidem, p. 27).

Convém assinalar que os embates envolvendo a temática da liberdade de imprensa, apresentados no estudo de Geraldo Mártires Coelho, correspondem apenas a “ponta do iceberg” na história do processo de surgimento da imprensa em solo paraense, subsistindo ainda diversos aspectos e elementos relacionados ao tema, apenas abordados

⁴⁸ Expressão utilizada para designar o quadro político e institucional de Portugal no princípio da década de 1820. Iniciado em agosto de 1820, após a formação da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, presidida pelo brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca, e extinto em abril de 1823, quando ocorreu a restauração do Absolutismo, liderado por D. Miguel. O período do Vintismo foi marcado pela imposição das soluções liberais e pelo predomínio político das Cortes Constituintes. Ao lado desses pontos, o Vintismo também foi caracterizado pela perspectiva de recuperar as liberdades perdidas com a imposição do Absolutismo no reino lusitano, e ao mesmo tempo, pela proposta de restringir a autonomia comercial e política alcançada pelo Brasil após 1808. Para maiores informações sobre o tema ver: VERDELHO, Telmo dos Santos. *As palavras e as idéias na Revolução Liberal de 1820*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981; PEREIRA, Miriam Halpern et al. (coords.), *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1982, 2 v. ALEXANDRE, Manuel Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, Porto, Afrontamento, 1993.

superficialmente, ou ainda, praticamente inexplorados no meio historiográfico regional e brasileiro.

A despeito dessas questões, é importante assinalar que no início de 1835, em virtude da guerra cabana, ocorreu o desaparecimento quase simultâneo de diversos órgãos de imprensa que circulavam em Belém, alguns por razões desconhecidas, como *O Mercantil paraense*, jornal semanal “publicado em 1835” (BELLIDO, 1908, p. 80), outros reconhecidamente em virtude da supressão imposta durante a guerra cabana, quando foram extintos os jornais “*O Pacote do Governo*, em 3 de fevereiro; *O Publicador Oficial Paraense*, em 28 de março; e *A Sabatina*, em julho, cessando todos a publicação no mesmo ano” (SALLES, 1992, p. 120-121). Vale ressaltar que *O Pacote do Governo* “foi tirado debaixo do governo de Félix Antônio Clemente Malcher e os dois últimos (...) no governo cabano de Francisco Pedro Vinagre” (Ibidem, p. 121).

É notório observar que a política de repressão desencadeada contra alguns segmentos da imprensa paraense, ganhou intensidade após a reconquista de Belém em 13 de maio de 1836, pois durante a administração do Marechal José Soares Andréa, militar responsável pela derrota e expulsão dos cabanos na capital, “extinguiu-se praticamente a imprensa revolucionária e política no Pará”, pois o novo presidente eliminou “entre outras liberdades individuais, a liberdade de imprensa” (Ibidem, p. 120).

Essa forte política de repressão contra a existência de periódicos de oposição ao Governo Central em Belém, aspecto que ao lado de diversos pontos especificados no primeiro capítulo, dificultava substancialmente o acesso de jornais pertencentes a outras províncias sobre os acontecimentos da Cabanagem no Pará, só foi parcialmente amenizado em 1837, quando o “livreiro e editor Honório José dos Santos, proprietário da Tipografia Restaurada (...) lança o 1º número, pelo mês de agosto, da *Folha Commercial do Pará*, hebdomadário, que circula sem atropelos até 1840” (Ibidem, p. 121) e quando no mesmo ano, o jornal bissemanal *O Paraense* passou a ser publicado, somente “deixando de existir em 1842” (BELLIDO, 1908, p. 92). A partir do ano de 1840, quando a Cabanagem encontrava-se em seus momentos finais e D. Pedro II, ainda menor, era consolidado como 2º Imperador do Brasil, surge na Província do Pará o jornal: *Paquete Imperial*, órgão de imprensa bissemanal “publicado em 1840” (Ibidem, p. 90), e o *Treze de Maio*, cujas especificidades serão abordadas no próximo tópico.

Por outro lado, é importante ressaltar que, mesmo antes da eclosão da guerra cabana e da repressão desencadeada contra a imprensa paraense nessa conjuntura, grande parte dos

periódicos que surgiram, independentemente das concepções político-sociais que seus redatores ou articulistas professavam, foram caracterizados por uma efêmera existência ou circulação. As questões responsáveis por esse rápido desaparecimento de grande parte das folhas que circularam na província do Pará necessitam de estudos mais específicos, pois grande parte dos “trabalhos produzidos pela pesquisa histórica regional sobre as primeiras horas da imprensa no Pará, ficaram cingidos com fontes residuais e fragmentárias” (COELHO, 1989, p. 21), insuficientes, dessa forma para uma investigação mais específica sobre como as condições econômicas, sociais e políticas de uma província, cujos moradores vivenciavam sérios problemas de comunicação com as demais partes do Império, a qual ainda se constituía em espaço de contínuas lutas político-sociais, favoreceram ou não, para a abreviada existência de muitas gazetas.

Portadores de diversificadas perspectivas políticas e sociais, os periódicos que existiram no Pará, entre as décadas de 1820 e 1830, também se notabilizaram por expressar em suas páginas as contradições e embates vivenciados na província após o processo de ruptura do Brasil com Portugal, introduzindo também em suas edições as agitações que perfizeram o contexto da Menoridade. A partir dessas considerações, uma lista desses periódicos, organizada através de fontes diversas, pode ser observada na tabela a seguir:

TABELA 20 - JORNAIS PARAENSES NAS DÉCADAS DE 1820 E 1830			
1	<i>O Paraense</i>	1822-1823	Órgão de imprensa que sustentava a união da província a Portugal, sob o novo regime constitucional ali implantado.
2	<i>O Astro da Lusitania</i>	1822	Jornal semanal publicado em outubro de 1822.
3	<i>O Luso Paraense</i>	1823	Órgão do partido que sustentava a união do Pará a Portugal, tinha como proprietário Daniel Garção de Melo e como redatores José Ribeiro Guimarães e o francês Lagier.
4	<i>O Independente</i>	1823-1824	Órgão da facção exaltada. Redigido pelo padre João Lourenço de Sousa.
5	<i>Verdadeiro Independente</i>	1824-1827	Órgão oficial, e do partido constitucional moderado, criado por José Araújo Roso.
6	<i>O Amigo da Virtude</i>	1825	
7	<i>A Voz das Amazonas</i>	1827	Órgão do governo, seu proprietário e também da tipografia, transcrevia textos de jornais como a <i>Gazeta de Lisboa</i> .
8	<i>O Telegrapho</i>	1829	Jornal de circulação bi-semanal que existiu ao longo de 1829.
9	<i>O Telegrapho Paraense</i>	1828-1830	Jornal redigido pelo con. Silvestre Antunes Pereira da Serra transcrevia textos políticos do <i>Astro de Minas</i> . Sendo impresso na Tip. Nacional e Imperial.
10	<i>O Brasileiro Fiel à Nação e ao Imperador</i>	1829	Jornal semanal publicado no ano de 1829.
11	<i>O Sagitario</i>	1829-1830	Órgão dos liberais moderados.
12	<i>O Correio do Amazonas</i>	1831-1834	
13	<i>Orpheo Paraense</i>	1831	Órgão da Câmara Municipal.
14	<i>Opinião</i>	1831	Órgão dos liberais moderados, redigido por João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.
15	<i>O Bellerophon</i>	1831	Jornal semanal publicado no ano de 1831.
16	<i>Echo Independente</i>	1831-1832	Órgão da sociedade da União Liberal e Independente.
17	<i>Heimall</i>	1831	-----
18	<i>O Soldado Liberal</i>	1832	Jornal de circulação bi-semanal publicado ao longo de 1832.
19	<i>A Luz da Verdade</i>	1832-1833	-----
20	<i>O Amigo da Ordem</i>	1832	-----
21	<i>O Liberal</i>	1832	Órgão de imprensa publicado no ano de 1832.
22	<i>O Despertador</i>	1832	Órgão de imprensa semanal pertencente ao partido constitucional moderado, e criado para restabelecer a ordem pública, se constituiu em principais opositores ao governo do presidente Machado de Oliveira.
23	<i>O Publicador Amazonense</i>	1832-1834	Jornal político e literário.
24	<i>O Paraguassu</i>	1832-1833	Jornal político e literário. Pregava a separação do Pará, a expulsão dos brasileiros adotivos e dos estrangeiros.
25	<i>O Federalista Paraense</i>	1833	Órgão da Sociedade Federal Paraense.
26	<i>A Federação</i>	1833	Jornal de circulação mensal publicado em 1833.
27	<i>O Vigilante</i>	1834	-----
28	<i>O Desmascarador</i>	1834	-----
29	<i>Mercantil</i>	1834	Jornal de circulação semanal publicado em 1834.
30	<i>O Cabano da praia grande</i>	1834	Jornal de circulação semanal publicado em 1834.
31	<i>Correio Oficial Paraense</i>	1834-1835	-----
32	<i>Sentinela Maranhense na Guarita do Pará</i>	1834	Surgiu em 1º de outubro de 1834 em substituição ao <i>Publicador Amazonense</i> , como órgão de oposição ao governo de Lobo de Sousa, tinha como redator Vivente Ferreira Lavor Papagaio.
33	<i>O Mercantil Paraense</i>	1834	-----
34	<i>Diário do Conselho</i>	1831-1834	-----

	<i>Provincial</i>		
35	<i>Paquete do Governo</i>	1835	-----
36	<i>Publicador Official Paraense</i>	1835	-----
	<i>O Mercantil paraense</i>	1835	Jornal de circulação semanal publicado em 1835.
37	<i>A Sabatina paraense</i>	1835	Jornal de circulação bi-semanal publicado em 1835.
38	<i>Folha Commercial do Pará</i>	1837-1840	Jornal de circulação semanal publicado até 1840.
39	<i>O Recompilador de Anecdotas</i>	1837	-----
40	<i>O Paraense</i>	1837-1842	Jornal de circulação bi-semanal publicado no ano de 1837 que deixou de existir em 1842.
41	<i>Paquete Imperial</i>	1840	Jornal de circulação bi-semanal publicado em 1840.
42	<i>Treze de Maio</i>	1840-1862	-----

Tabela por mim organizada a partir das obras: BELLIDO, Remijio de. *Catalogo dos jornaes paraenses 1822-1908*. Belém: Imprensa Official, 1908. CARVALHO, Alfredo de. Gênese e progressos da imprensa periódica no Brasil. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Parte I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará: obras reunidas*. Belém: UFPA, 1973. p. 225-236. COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993. SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992. p. 72 -122. E do jornal *TREZE DE MAIO* Nº 100. 06/05/1841. p. 2-3.

Sem pretender aprofundar ou polemizar a discussão sobre os primeiros tempos da imprensa paraense,⁴⁹ tema que necessitaria de um estudo específico e que não corresponde ao foco da presente tese, o quadro apresentado levanta alguns pontos a serem ressaltados. Em primeiro lugar, possibilita a percepção na qual, mesmo em seus momentos iniciais, havia uma variedade de pequenas gazetas sendo publicadas em solo paraense, muitas delas existindo ao mesmo tempo, situação de um quadro de relativa liberdade de expressão que, no Brasil, começou a ganhar importância no início da década de 1820, quando passou a vigorar “entre os direitos estendidos ao Brasil pelas Cortes em 1821” (COELHO, 1989, p. 21).

Em segundo, a presença de várias gazetas, algumas favoráveis, outras evidentemente de oposição à administração provincial, demonstra o predomínio da esfera política em relação à existência desses órgãos de imprensa. Sobre esse aspecto, Antônio Ladislau Monteiro Baena, em seu *Ensaio Corográfico*, fazendo referência às décadas de 1820 e 1830 da imprensa no Pará, chegou a expressar que a “maravilhosa arte de imprimir só tem servido para copiar editais, ofícios das autoridades públicas, proclamações, (...) a que dão o nome de periódicos, e nos quais lançam com destemida pena desaforadas gravunhas” (BAENA, 2004, p. 210).

⁴⁹ Sobre a história da imprensa no Pará ver: BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. *Jornais Paraoaras: catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985. COELHO, Geraldo Mártires Coelho. *Letras & Baionetas*. Belém: Cultural CEJUP, 1989. COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993. SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: CEJUP, 1992. SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. *O uso da imagem na mídia impressa em Belém: percurso e configuração*. In: PEREIRA, Ariane et al. *Fatos do passado na mídia do presente: rastros históricos e restos memoráveis*. São Paulo: Intercom; e-livros; UNICENTRO, 2011.

E por último, mesmo com a relativa liberdade de expressão, vários jornais foram perseguidos e “empastelados” pelo governo provincial, como no caso de *O Paraense* durante a década de 1820. Após essa sucinta exposição sobre os primeiros tempos da imprensa no Pará, no próximo tópico serão pontuados alguns aspectos referentes ao surgimento e características de um dos jornais presentes no quadro e que integra a pesquisa da tese: o *Treze de Maio*.

7.2 – O *Treze de Maio*: origem e características

Entre todos os jornais que existiram no Pará, durante a primeira metade do século XIX, um possui características especiais, por estar simbolicamente ligado tanto aos acontecimentos da guerra cabana, como dos eventos que precederam o conflito: o *Treze de Maio*. Periódico, cujo próprio título homenageava a vitória das forças “legais”, comandadas pelo Marechal José Soares Andrea em Belém, fixando “jubilosamente o dia 13 de maio no Pará” (SALLES, 1992, p. 122), essa gazeta representa um interessante caminho para a compreensão de leituras específicas direcionadas à Cabanagem e à imposição da ordem Imperial no Pará.

Criado por intermédio de Honório José dos Santos (1801-1857), livreiro e editor proveniente do Rio de Janeiro que se mudou para Belém em 1819, passando a integrar na capital paraense o Primeiro Regimento de Milícias da Província do Grão-Pará e que em 1823 foi preso sob acusação de unir-se ao movimento que almejava um golpe e a tomada do quartel de artilharia, sendo enviado para Portugal e “recolhido ao forte de São Julião da Barra” (MUNIZ, 1973, p. 626), só libertado depois de reconhecida à independência do Brasil, evento que o fez regressar “para Belém na galera Maria a 20 de agosto de 1824” (Ibidem, p. 626). Honório foi o responsável pela fundação da tipografia Santos e Menor, envolvendo-se com diversos periódicos na Província durante as décadas de 1820 e 1830, entre eles, o *Treze de Maio*.

Subsistindo por mais de duas décadas (1840-1862) e possuindo inicialmente como “seus primeiros tipógrafos auxiliares (...) três pretos, escravos seus (Joaquim, Camillo e Cyrillo), por ele mesmo ensinados” (BARATA, 1973, p. 237) esse jornal apresentava entre os seus lemas oficiais a “propagação dos atos administrativos do Governo, o Comércio, a indústria, a instrução publica, os melhoramentos enfim da Província” (*Treze de Maio*, nº 1, 13/05/1840, p. 1).

Esse periódico de circulação bissetimaneal, cuja primeira edição foi impressa em maio de 1840, tinha um preço anual diferenciado para moradores de Belém e os das diversas localidades ou províncias. Aos da capital do Pará, ele saía por 8\$000 réis por ano e custava para os demais 10\$000, vindo a público duas vezes por semana. Nele, mais uma vez se percebe o caráter “oficial” ou “governamental”, com muitas publicações de atos e decretos provinciais, os quais estavam autorizados a fazê-los como seus editores mesmo os dizem no primeiro número. Vale lembrar que os primeiros relatórios dos presidentes de província do Pará também saíram pela mesma tipografia, o que anuncia claramente sua ligação política com os primeiros presidentes de província anti-cabanos.

Ao lado desses pontos, o *Treze de Maio* também se constituiu em uma gazeta subdividida em duas partes: uma evidentemente “consagrada á publicação dos atos oficiais” (Ibidem, p. 1) da província e a outra, responsável pela publicação de artigos e editoriais independentes. Complementando esses elementos, a imagem a seguir apresenta o frontispício da edição nº 1 desse jornal:

N.º 1 QUARTA FEIRA 13 DE MAIO DE 1840 1.º TRIMESTRE

TREZE



DE MAIO

Publica-se as Quartas e Sabbados; Subscree-se nas Lojas de Joaquim da Rocha Oliveira & C.ª, Rua da Sãa Vistã, e na de Francisco José de Arango, Rua dos Mercadores, distribue-se por casa dos Sãrs. Assignantes preço de 2\$400 reis por Trimestre de vinte cinco Folhas; vende-se avulças a 160 reis por folha nas Lojas assimã mencionadas e nesta Typographia.

Pará Na Typ. de Santos & menor Rua d'Alfama N.º 15.

PROSPECTO.

Authorizados pelo Exmº Governo da Provincia a publicar os seus actos, encarregamo-nos do cumprimento d'este dever com inexplicavel satisfacão porque acreditamos, que com este nosso proceder fazemos um serviço á nossa Provincia, cujo estado, circumstancias e melhoramentos levamos d'estarte ao conhecimento dos nossos Concidadãos das mais distantes Provincias. Nem um titulo nos pareceu mais adequado de que o de = TREZE DE MAIO = d'esse dia memoravel nos fustos da historia Paraense, — dia de doces recordaçoes, em que a Legalidade conseguiu triumphar dos desastros feitos e negros planos da rebeldia, — apoderando-se da Capital da Provincia. — Incumbindo-nos de taõ espinhosa tarefa, temos em vistas contribuir, quanto poder-mos para o bem estar de nossa chara Patria, e por isso naõ recuzamos o auxilio d'aquelles, que por meio de decentes e sisudos artigos se queiraõ prestar á manifestaçã das necessidades da Provincia, e dos meios de obter os seus melhoramentos, e por isso admittimos em nossa folha todos os trabalhos, que á ella, ou do estado poderem interessar e bem assim os actos das Authoridades subalternas. Repellimos toda e qualquer correspondencia, ou polemica, que tenha por objecto a vida particular de alguem, ou por fim a opposiçã aos actos de qualquer Authoridade que seja, excepto se da Authoridade competente tivermos, para nossa salva guarda permissã para o fazer. A propleaçã dos actos administrativos do Governo, o Commercio, a industria, a instrucção publica, os melhoramentos emfim da Provincia — saõ o assumpto principal a que nos dedicamos.

Esta folha sahirá duas vezes por semana, sendo metade consagrada á publicaçaõ dos actos officiaes, e a outra aos movimentos e relaçaõs commerciaes, naõ soffrendo este segundo objecto alteraçã alguma com a mudançã da folha, porque daremos como antes, em todos os Sabbados os preços dos principaes generos de importaçaõ e exportaçaõ no mercado; e como as despezas da impressã e papel se tornaõ maiores por que duplicamos o trabalho, elevamos o preço do Trimestre á 2\$400 reis.

Esperamos, por isso, que os nossos assignantes nos naõ desamparem, mas ao contrario encoragem taõ util emprêza e concorraõ para sustentar o unico filho da liberdade da Imprensa que nos propomos, na Capital da Provincia, a alimentar, e que esperamos fazê-lo proficuo ao publico, tributando ao Governo e ás Authoridades o respeito, que lhes é devido, e circunscrevendonos nos limites que hemos traçado.



PARTE OFFICIAL.

Illmº Sãr. = Tendo de celebrar-se no dia 13 do corrente na Cathedral desta Cidade pelas 10 horas da manhaõ um *Te-Deum Laudamus* em açãõ de Graças ao Omnipotente, por ser esse o dia anniversario da quelle, em que as tropas da Legalidade se apoderaraõ da Capital, e dezejando o Presidente da Provincia, que V. S.ª com todos os empregados das repartiçoes, que lhe saõ subordinadas, concorraõ a tornaõr mais solemne um acto, que tanto deve regozijar os coraçoes dos Paraenses, e de toda o Brasileiro, amigo do Estado, o communico a V. S.ª para que empregue o seu zelo em satisfazer ao Governo em objecto de tanto

Portador de simbologia Imperial, semelhante ao *Correio Oficial*, como pode ser observado no destaque propiciado à imagem do Brasão da Monarquia no frontispício da edição nº 1, o *Treze de Maio* se constituiu, durante muito tempo, no principal órgão de divulgação das ações governamentais da Província do Pará, representando, ao mesmo tempo, em seu primeiro ano de existência, o centro difusor na capital das determinações do Segundo Reinado e de informações sobre a guerra cabana, ainda em andamento no ano de 1840.

Além dessas características, o coordenador desse periódico também expressa em um dos números que “não publicamos nem faremos publicar correspondência alguma tendente a provocar inimizades, ou rixas, sejam contra qualquer amigo, ou não amigo” (*Treze de Maio*, nº 100, 06/05/1841, p. 2), justificando essa postura com o argumento no qual essas ações propiciam “sempre o descontentamento e as desordens entre uma família, ou todo o povo de hum país” (*Ibidem*, p. 2).

É possível verificar, já a partir da análise desses “procedimentos de conduta”, supostamente adotados pela organização do jornal *Treze de Maio*, que a memória e os “exemplos” dos acontecimentos da guerra cabana em Belém e no interior encontravam-se claramente “entranhadas” nas ações tomadas pelos articulistas desse periódico. O medo em relação à deflagração de um novo conflito nas ruas da Cidade do Pará ainda percorria as mentes e corações dos integrantes desse órgão de imprensa, que almejavam, pelo menos no discurso, não cometerem aquilo que consideravam “falhas” de outros periódicos no passado em incitarem ódios e rivalidades que poderiam fugir do controle e desencadear distúrbios ainda piores.

As mais de duas décadas de existência do jornal *Treze de Maio* (1840-1862), que fizeram desse órgão de imprensa o “jornal de maior duração na primeira metade do século XIX em Belém” (SEIXAS, 2011, p. 2), em contradição com a curta permanência de grande parte dos periódicos anteriormente citados, sugere de imediato a reflexão na qual a instabilidade política, econômica e social na capital do Grão-Pará, no contexto posterior a ruptura com Portugal, acabou influenciando diretamente na condição de curta duração, de grande parte das gazetas naquela conjuntura.

Em relação ao apoio governamental, é importante ressaltar que o respectivo periódico contou com amplo suporte institucional durante praticamente toda a sua existência. Criado com autorização do “Exmº Governo da Província” (*Treze de Maio*, nº 1, 13/05/1840, p. 1), com a finalidade de “publicar seus atos” (*Ibidem*, p. 1), o *Treze de Maio* esteve, em suas

origens, umbilicalmente ligado à divulgação de atos do Governo Central, a ponto do próprio presidente provincial João Antônio de Miranda expressar em uma fala governamental que:

Não temendo a publicação de meus atos, e entendendo, que a Província necessitava gozar dos frutos da liberdade de Imprensa, não duvidei anima-la, fazendo aparecer o periódico 13 de Maio, que lhe ha prestado grandes serviços, sem o menor dispêndio de seus cofres. Uma vez que não foi ainda poluída essa salutar instituição pela torpe calunia, pelo manejo da intriga, por desorganizadoras doutrinas (PARÁ, *Discurso do Presidente da província*, 1840, p. 5).

As palavras de João Antônio de Miranda direcionadas ao processo de criação e a importância adquirida por esse periódico, em divulgar as ações do governo provincial, expondo a cidade de Belém através de uma visão específica, tornam-se instigantes, não apenas pela tentativa dessa autoridade em demonstrar a existência de um suposto quadro de liberdade de imprensa, e que a criação do *Treze de Maio* não havia onerado os cofres provinciais, mas principalmente em apresentar o respectivo periódico como símbolo de uma nova conjuntura de “paz” e “prosperidade” para a capital da província do Pará a partir da década de 1840.

Por outro lado, além do intenso simbolismo de suas origens com os eventos da Cabanagem, possuindo um título, como já foi ressaltado anteriormente, estabelecido em homenagem direta, à data que seus criadores consideravam como o dia em que as “forças legais, ao mando do (...) marechal Andréa (...), entraram nesta desolada cidade, ensanguentada e saqueada pelas hordas de sicários, (...), que pela surpresa e pelo morticínio, dela se havia apoderado na manhã de 7 de janeiro de 1835” (BARATA, 1973, p. 237), o *Treze de Maio* também foi responsável pela construção de discursos específicos sobre a guerra cabana e seus personagens, a partir dos anseios e valores políticos de seus proprietários e articulistas.

Além desses pontos, a análise mais específica das palavras pronunciadas pelo historiador Manoel Barata no início do século XX, e caracterizadas por considerar os cabanos que conquistaram parte da província como “hordas de sicários”, não há como dissociar a existência do jornal *Treze de Maio*, folha originalmente publicada na “Tip. de Santos & Menor” (Ibidem, p. 236), situada na Rua da Alfama número 15, cuja periodicidade inicial era de “duas vezes por semana” (*Treze de Maio*, nº 1, 13/05/1840, p. 1), com o estabelecimento, nas palavras desse estudioso, de “uma nova era na imprensa paraense” (BARATA, 1973, p. 237), sob a égide do Governo Central.

Por outro lado, ao observar o panorama de surgimento e difusão do jornal *Treze de Maio*, não há como deixar de levantar alguns pontos sobre o surgimento da arte tipográfica no Pará durante as primeiras décadas do século XIX. Assim, de acordo com o levantamento realizado a partir do estudo intitulado: *Apontamentos para uma História do Design Gráfico no Brasil – o caso do Pará – Levantamento das empresas tipográficas do Pará entre 1820 e 1850*, os autores: Guilherme Cunha Lima, Edna Lucia Cunha Lima e Fernanda de O. Martins expressam que, das “30 denominações de tipografias encontradas, (...) muitas são as mesmas oficinas que apenas mudaram de proprietário, ou de partido político. Com isso conclui-se que o número total pode ser reduzido, no período (...), a quinze oficinas” (LIMA, 2014, p. 4).

Ainda de acordo com o levantamento realizado por esses estudiosos, a origem da Tipografia de Santos & Menor encontra-se diretamente ligada à “Tipografia Restaurada, fundada em 1837 por Honório José dos Santos. Esta gráfica assume depois várias denominações: Tipografia Santos e Menor, Tipografia Santos e Irmão, Tipografia Santos e Filho” (Ibidem, p, 5). Foi nessa mesma tipografia, caracterizada por mudar de dono e designação em várias circunstâncias, que foi impresso, de acordo com esses estudiosos, o primeiro livro de maior importância na província: “Compendio das Eras da Província do Pará, de Antônio Baena, uma narrativa histórica sobre o Pará desde 1615 até 1823” (Ibidem, p, 4).

Vale ressaltar que a Tipografia de Santos & Menor se constituiu na “primeira oficina tipográfica com objetivos não políticos, embora a serviço do governo. Imprimiu a *Folha Commercial do Pará*, entre 1837 e 1840, que foi substituída pelo *Treze de Maio*” (Ibidem, p, 7). Jornal que foi contratado pelo Governo da Província para “publicar discursos, legislação, decretos das autoridades (expediente de Governo), movimento dos portos (entrada e saída de embarcações), anúncios de vendas e movimento da Alfândega, além das notícias” (Ibidem, p, 7). Consolidou-se, na época, como o “primeiro jornal de longa duração da Amazônia” (Ibidem, p, 7).

Após essas breves considerações sobre o jornal *Treze de Maio*, constitui-se em tarefa importante investigar, através do próximo tópico, como a Guerra Cabana e a volta da província ao domínio dos representantes e simpatizantes da chamada “legalidade” foi descrita em documentos governamentais publicados, pelos articulistas de um periódico, que em sua linha de conduta repeliam “toda e qualquer correspondência, ou polêmica, que tenha por objeto (...) ou por fim a oposição aos atos de qualquer autoridade” (*Treze de Maio*, nº 1, 13/05/1840, p. 1) ligada à ordem imperial.

7.3 – As “armas da legalidade” contra os “desatinos da rebeldia”: a imprensa paraense e a data do treze de maio

Já em sua primeira edição, o jornal *Treze de Maio* deixava transparecer seu posicionamento político pró-monarquia, ao noticiar os festejos realizados em Belém, em virtude do aniversário de reconquista da urbe frente aos cabanos. O periódico informava na chamada “*Parte Oficial*”, a celebração “no dia 13 do corrente na Catedral desta Cidade pelas 10 horas da manhã um *Te-Deum Laudamus* em ação de Graças ao Onipotente”. O motivo era proclamado com todas as tintas: era “esse o dia aniversario daquele, em que as tropas da Legalidade se apoderarão da Capital”. Essa nota, caracterizada como uma espécie de convocatória, também informava que “os empregados das repartições” (Ibidem, p. 1) existentes na capital provincial deveriam participar para “tornar mais solene um ato, que tanto deve regozijar os corações dos Paraenses” (Ibidem, p. 1).

Essa notícia, publicada sob auspícios do presidente provincial João Antônio de Miranda, vinha acompanhada de outras convocatórias para os festejos do “apoderamento” da província frente aos que se chamavam à época de “rebeldes”. Eram cópias de ofícios direcionados à Câmara Municipal, aos Cônsules e ao próprio bispo do Pará, a quem o presidente Miranda informava que se havia dado ordens para que o dia treze de maio fosse solenizado “com todos os atos de público regozijo”, atos estes que seriam “próprios dos dias em que feitos de alguma importância os tornam célebres nos fastos das Nações, e dos Povos”. Para isso era desejo de Miranda que se rendesse graças ao “Onipotente” pelo que denominou de “triunfo, que as armas da Legalidade contra os desatinos da rebeldia nesta província tiveram” (Ibidem, p. 1).

Ao lado da pomposa notícia comemorativa também se estampavam várias notas que informavam outro acontecimento marcante da guerra cabana ainda em andamento naquela semana: a rendição em Lúzea⁵⁰ (Baixo Amazonas) de “novecentos e oitenta rebeldes com as

⁵⁰ Localizada na Comarca do Alto Amazonas, a vila de “Lúzea” ou “Luzia” (expressão utilizada no estudo de Ladislau Monteiro Baena), fica situada na antiga Missão dos índios Maués. Durante a Cabanagem, Lúzea transformou-se em uma das localidades daquela região que mais sofreu com os ataques praticados pelos cabanos ou pelas forças do Governo Central. Ao lado desses pontos, a rendição de um numeroso grupo de cabanos naquela vila em 1840 foi transformada por alguns órgãos de imprensa no período, em um dos marcos simbólicos do ocaso da guerra cabana, embora na prática, não tenha se constituído no momento final do respectivo movimento. Para maiores informações, ver: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos, ou historia dos principaes acontecimentos politicos da provincia do Para desde o anno de 1821 ate 1835*, Volume V, Belém: Imprensa de Tavares Cardoso, 1890.

suas armas, (...) capitaneados por Gonçalo Jorge de Magalhães” (Ibidem, p. 1), também ganha notoriedade na respectiva edição do *Treze de Maio*.

A presença dessas notas sobre a rendição em Lúzea, lado a lado com as notícias comemorativas dos festejos da data cívica do dia 13 de maio, funcionavam como duas faces da mesma moeda, em que, de um lado, procurava-se mostrar que Belém se fortalecia em relação ao Império (relação centro periferia), enquanto, de outro lado, o interior do Pará se submetia ao mesmo processo de “domesticação” e domínio Imperial. Na capital do Pará seria o triunfo do “apoderamento” Imperial de Belém com a história e a memória que se construía da retomada anti-cabana. Enquanto que no interior era o “apoderamento” ainda real com a prisão dos “rebeldes” que ainda resistiam, mas que estariam – sob esta perspectiva apresentada pelo jornal – desistindo a olhos vistos.

Esse evento, que pode ser considerado um dos momentos decisivos, sintetizando na lógica dos articulistas do *Treze de Maio* uma grande derrota para os cabanos que ainda resistiam no interior da província, foi amplamente noticiado. Para os articulistas do respectivo jornal, esse episódio também representava uma perda irreparável para os intitulados “rebeldes”, ao propiciar a rendição de um numeroso grupo cabano no interior do Pará.

Ademais, apesar da rendição de um significativo grupo cabano em Lúzea, é importante ressaltar que esse acontecimento, apesar de significativo do ponto de vista moral, militar e simbólico, não se constituiu no ato final da Cabanagem. Ainda subsistiam grupos cabanos espalhados por alguns pontos da província do Pará. O episódio final está presente numa pastoral de D. Romualdo (*Treze de Maio*, nº 4, 28/05/1840, p. 2-3), sobre o retorno dos cabanos que haviam se exilado para a região do Oiapoque. Nesse sentido, quando a guerra cabana encontrava-se em seus momentos finais, “houve uma fuga para fora das fronteiras brasileiras” (RICCI, 2013, p. 52), e a mesma “parece ter sido séria o suficiente para o já adoentado bispo do Pará D. Romualdo Coelho escrever, em 1840, uma pastoral” (Ibidem, p. 52), na qual, “suplicava aos fiéis paraenses que haviam migrado para o Oiapoque que regressassem à suas casas e a sua Província” (Ibidem, p. 52). Ainda era preciso fazer os “rebeldes” retornarem ao Pará e se “ajustarem” aos novos tempos e aos novos comandantes.

A despeito desses pontos e da importância destinada nas páginas do *Treze de Maio* sobre os acontecimentos deflagrados em Lúzea, outro indício explicativo para essa ênfase aos eventos da Cabanagem no respectivo órgão de imprensa pode ser verificado na constante associação entre a derrota dos cabanos e a manutenção da “ordem” e da “paz” na Província do Pará, que pode ser verificado no fragmento exposto a seguir:

Parecia que a Providencia tinha marcado o ultimo dia de vida para a nossa cara Província, e quando ela arquejava nos paroxismos, quando ela não lobrigava nem sequer o mais pequeno vislumbre de esperança, eis que o dia Treze de Maio de 1836 assoma radioso em seu horizonte tão enublado. Oh! Foi então que as forças da Legalidade, debaixo do comando do Exm^o Snr. Andréa, sopearão os esforços da anarquia e restituirão á ordem o seu reinado. Então o Pará sentiu correr em suas veias novo sangue, sentiu um benéfico sopro de vida, e seu peito ulcerado já se acha quase cicatrizado. (...) É para despertar no coração de todos os Brasileiros doces recordações, é para levantar um monumento ás gerações vindouras, é para encorajar o patriotismo que se festeja o aniversário de tão grande dia (*Treze de Maio*, nº 2, 16/05/1840, p. 1).

Essas palavras, impressas na 2^a edição do jornal *Treze de Maio*, propiciam alguns indícios reveladores da importância adquirida pela reconquista de Belém nas páginas do respectivo periódico. Considerada uma espécie de “libertação” ou “salvação” perante forças que supostamente desejavam a destruição da província, ação do Governo Central em expulsar os cabanos da capital paraense se constituía em um dia considerado “glorioso” a ser eternizado. Nessa perspectiva, as ações dos cabanos, descritas como responsáveis por ocasionar o “facho da discórdia, ensopando as mãos em sangue e dando brados de = vitória = sobre motões de cadáveres” (Ibidem, p. 1), deveriam ser contidas a qualquer custo, pois eram consideradas como uma espécie de “anomalia” (Ibidem, p. 1).

Dando continuidade à ênfase destinada ao marco de reconquista de Belém pelas forças do Governo Central, o articulista do respectivo periódico expressa que a “humanidade cansada de opor uma resistência enérgica ao ímpeto terrível dos elementos desorganizadores, faz um esforço sobrenatural, calca o colo sanguento da hidra anárquica, e coloca-se debaixo dos ramos da oliveira” (Ibidem, p. 1). Nesse momento, o “dia Treze de Maio de 1836 assoma radioso em seu horizonte tão enublado. Oh! foi então que as forças da Legalidade, debaixo do comando do Exm^o Snr. Andréa, sopearão os esforços da anarquia e restituirão á ordem o seu reinado” (Ibidem, p. 1).

Deste modo, a entrada das tropas comandadas pelo Marechal Soares Andréia na cidade do Pará, não ocasionou apenas uma grande derrota militar para o grupo político-social adversário, ela também foi caracterizada por outras rupturas, que interagiram com o plano metafórico, ao serem marcadas pela difusão dos valores e anseios da ordem imperial, através de vários discursos – entre os quais, o da mitologia clássica – pois ao fazerem referência ao Império e à Cabanagem, as elites paraenses estabeleceram uma “maneira de falar sobre as coisas, compreendê-las e lidar com elas” (WAGNER, 2010, p. 39).

Sobre esse aspecto, as palavras publicadas em 1840 no jornal *Treze de Maio*, como forma de homenagear, quatro anos depois, a entrada das forças intituladas “legalistas” e a conseqüente reconquista de Belém, ao fazerem menção a exemplos da mitologia grega, representam um indício interessante para uma percepção inicial de como os detentores do poder governamental passaram a utilizar-se de outros “artifícios”, como de “lições” provenientes da cultura clássica, na forma de “denegrir” o processo de lutas dos cabanos, que, ao contrário do nascente 2º Reinado, geralmente assinalado como difusor da ordem e da “civilização” na região, era associado à ignorância e a destruição.

O papel atribuído à mitologia grega no fragmento, particularmente na perspectiva de associar a guerra cabana a uma espécie de hidra, serpente da tradição lendária helênica, portadora de várias cabeças, que quando decepadas, tinham o atributo de renascer, possivelmente tenha fundamento, nos receios de muitos integrantes das elites dirigentes e dos proprietários de órgãos de imprensa, na perspectiva de difusão do movimento “rebelde” ou “anárquico”, como também era denominado em províncias diversas. Outra possível “lição de moral” dessa aproximação entre Cabanagem e mitologia clássica no fragmento citado talvez encontre fundamento em uma plausível perspectiva de associar o Marechal José Soares Andréa, principal responsável pela reconquista de Belém em 13 de maio de 1835 e repressão final aos cabanos (eliminando a “Hidra anárquica”), ao herói mitológico Hércules que, na lenda, matou a temida Hidra de Lerna.

Possivelmente, convictos de que o domínio militar sobre os grupos cabanos derrotados não era suficiente para fixar nas mentes e corações de grande parte dos moradores da província do Grão-Pará os valores sociais e políticos da ordem imperial, vários representantes da monarquia na região perceberam que esse processo envolvia muito mais que a realização de reparos nas edificações destruídas; construção de monumentos e mudanças toponímicas na urbe, ele também ligava-se a perspectiva de fixar visões caracterizadas por celebrar o Império e denegrir a Cabanagem, fazendo uso, em diversas situações, da mitologia grega e romana.

Nesse sentido, entre finais da década de 1830 e os primeiros anos do 2º Reinado, autoridades e órgãos de imprensa do Pará, em especial o jornal *Treze de Maio*, passaram a empreender, de forma direta ou metafórica, concepções marcadas pela perspectiva de exaltar a monarquia e depreciar a Cabanagem, geralmente por meio do uso de argumentos ou termos originários do antigo mundo greco-romano. Esse posicionamento, marcado por perspectivas diversificadas, pode ter influenciado em uma maior aceitação da ordem Imperial e, ao mesmo tempo, na desqualificação histórica do movimento cabano que passou, desde a primeira

metade do século XIX, a ser associado à prática de desígnios distantes dos ideais de “civilização”.

Ao adentrar – mesmo que parcialmente – na utilização de “ideias, crenças, visões de mundo” (GINZBURG, 2006, p. 12), provenientes da cultura clássica, nas páginas do jornal *Treze de Maio*, como forma de celebrar a nascente ordem Imperial e, ao mesmo tempo, depreciar os pensamentos, ações e condutas dos cabanos, esse tópico também permitirá a análise de forma indireta, a partir de algumas edições do *Treze de Maio*, do “conjunto de atitudes (...) códigos de comportamento, próprios das classes subalternas” (Ibidem, p. 12) no decorrer do processo de lutas no Grão-Pará.

Nesse sentido, abundam situações de aplicação da mitologia clássica direcionadas à ordem monárquica ou à Cabanagem nas páginas desse periódico. Um exemplo dessa prática pode ser percebido em notícias referentes aos festejos realizados na cidade de Belém, em prol da decretação da Maioridade do Imperador, deflagrados entre 18 e 20 de outubro de 1840. Nessa conjuntura, os articulistas do jornal *Treze de Maio* fizeram comparações diretas entre as apresentações de artistas que divertiam a multidão e personagens da mitologia grega, ao considerar, por exemplo, que os dois meninos equilibristas, que se apresentaram nos dias de festa em um teatro da capital provincial, “puseram em ação as hercúleas forças dos Rigas, Vallis e outros; (...) fizeram mais, sustendo-se em equilíbrios mui difíceis” (*Treze de Maio*, nº 46, 28/10/1840, p. 1).

Apesar de se constituírem em um uso apenas alegórico, sem qualquer conotação direta com a guerra cabana ou mesmo com o Império, a presença de comparações, nas páginas do *Treze de Maio*, entre os artistas que se apresentavam na capital paraense durante as festas em prol da ascensão do Imperador, com personagens como Hércules, possibilita um exemplo instigante de como um respectivo órgão de imprensa se utilizava de elementos da mitologia clássica, para ilustrar argumentos e pensamentos diversos.

A presença de referências a mitos da antiguidade grega para usos diversos nas páginas do *Treze de Maio* também serve como indício de os articulistas desse periódico “beberam” de alguma forma, ao longo da primeira metade do século XIX, de obras e ensinamentos pertencentes ao mundo greco-romano, pois “através de comparações e analogias com a história e literatura do velho mundo” (ZILLY, 1997, p. 96); muitos integrantes das elites letradas do Brasil procuravam fornecer “parâmetros interpretativos” (Ibidem, p. 96) para a sociedade de seu tempo.

Ademais, as aproximações do passado clássico com a guerra cabana não se restringiram às referências à Hidra de Lerna. Aspectos da mitologia grega na antiguidade também ganharam relevância nas páginas do *Treze de Maio*, em seu repertório de “exemplos”, “lições” e “imagens”, direcionados aos acontecimentos da Cabanagem, como é possível verificar no fragmento a seguir:

O abuso, como novo Protheu, surgia em todos os pontos. Ai da instituição; em que se compenetrava: – nela aninhando, multiplicava-se como vermes sobre um cadáver, esboroava e tudo carcomia: e (...) previa a próxima ruina da sua moradia (...) e só se tranquilizava ouvindo o estampido da que deixou desabando-se coberta dos esconjuros e dos anátemas dos homens. Em tão, em pé sobre os destroços de um Trono, agarrado á outro pouco seguro, soltava um brado de vitória, que coagulava o sangue: – Triunfei! Mas esse Trono consolidou-se, dele saiu um braço potente, que o afogou, e uma voz, que lhe disse: – Quem impera sou eu! Foi declarada então a Maioridade de S. M. I. o Sr. D. Pedro 2º (*Treze de Maio*, nº 33, 12/09/1840, p. 1).

O presente fragmento, publicado no respectivo periódico em setembro de 1840, representa, inicialmente, um interessante exemplo de como na capital paraense, os conflitos desencadeados no contexto da Menoridade eram associados à desordem e destruição a partir do uso de termos e argumentos pertencentes à cultura clássica, no caso em questão a palavra de origem mitológica *Protheu*, deus grego filho de Poseidon, mas que também designa o rei do Egito que astutamente reteve em sua corte Helena de Tróia (KURY, 2008, p. 344). Naquele contexto, a existência de percepções depreciativas das elites imperiais direcionadas as atitudes e valores dos cabanos e sobre o próprio movimento político-social envolvia, particularmente, pontos direcionados a suposta violência praticada durante os conflitos.

Ao lado das aproximações entre a guerra cabana e a mitologia clássica, em outro volume desse periódico também correspondente ao ano de 1840, os acontecimentos na Província do Pará são revisitados por meio da exposição de um projeto de lei, apresentado na “1ª sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Legislativa Provincial” (BARATA, 1973, p. 119) pelo “deputado Dr. Francisco da Silva Castro (...), tornando de grande gala o dia 13 de maio” (Ibidem, p. 119).

É importante ressaltar que, de acordo com o historiador Manoel Barata, “ainda que esse projeto não apareça como lei na coleção das leis da província do Pará” (Ibidem, p. 119), a data foi comemorada como tal. Exemplo importante dessa situação pode ser verificado na edição do *Treze de Maio* de “15 de maio de 1841, em artigo editorial, dá a notícia de ter sido o dia 13 de maio (...) comemorado com salvas de artilharia e espetáculo de gala no teatro

‘Providencia’” (Ibidem, p. 119). Evento que contava com a “presença do vice-presidente da província o qual, perante a Efigie imperial, deu “vivas ao imperador”, à Assembleia geral legislativa e à Nação Brasileira” (Ibidem, p. 119). Assim, o dia 13 de maio foi transformado em uma espécie de “monumento cívico da província”, como demonstra o respectivo periódico, em seu nº 27, ao informar que:

O dia 13 de Maio será de grande gala em toda a Província, em memoria da restauração da capital pelas tropas imperiais, e por tal motivo se manifestarão todas as provas do publico regozijo. Paço da Assembleia Provincial do Pará, 17 de agosto de 1840 (*Treze de Maio*, nº 27, 22/08/1840, p. 1).

Através dessa notícia, correspondente a oficialização da data de 13 de maio como suposto momento de “júbilo” do Pará, é possível verificar, já de imediato, que o jornal *Treze de Maio*, além de apoiar as decisões governamentais em solo paraense, também se notabilizava pela perspectiva de apresentar a guerra cabana através de uma lógica que se adequava aos interesses do Governo Central. Vale ressaltar que o estabelecimento dessa data, por parte dos articulistas e redatores desse periódico, não se constituiu unicamente em emblema da derrota e expulsão dos cabanos de Belém, ela também foi fixada na perspectiva de esboçar um novo momento histórico e político, galgado pelos ideais civilizatórios, sintetizados na ascensão de D. Pedro II ao trono do Império.

Ao lado das perspectivas de fixar uma memória específica da guerra cabana e de estabelecer a imagem de um novo momento histórico para a província do Pará e ao Brasil, outro “uso” do marco de 13 de maio nas páginas do respectivo periódico pode ser observado em uma deliberação pedagógica que visava consolidar, de forma voluntária ou não, uma determinada visão dos acontecimentos da guerra cabana para as futuras gerações não apenas de forma local, mas no âmbito da educação brasileira de uma forma geral, passando a ser adotada em algumas instituições de ensino do Brasil nessa conjuntura.

Reforçando essas observações, não faltam exemplos e usos que demonstram a importância adquirida pela data de 13 de maio de 1836, no meio educacional e intelectual brasileiro do Segundo Reinado. Em um livro intitulado *Compendio de História do Brasil*, de autoria do militar pernambucano José Ignácio Abreu e Lima, publicado originalmente em 1843, o respectivo autor, ao relatar os acontecimentos no Pará, expressa em um dos momentos que o “Brigadeiro Andréa, depois de haver mandado ocupar a Cidade de Belém pelo Capitão de mar e guerra Frederico Mariath e Tenente Coronel Joaquim José Luiz de Souza, fez sua

entrada naquela Capital no dia 13 de Maio” (LIMA, 1843, p. 110), ocupando-se sucessivamente do processo de pacificação da Província.

Agostinho Marques Perdigão Malheiro em seu estudo intitulado: *Indice Chronologico dos factos mais notáveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849*, publicado em 1850, também dimensiona importância a essa data, ao expressar, que o “Brigadeiro Soares de Andréa; o qual, depois de fazer ocupar a capital por tropas ajudadas pela Divisão Naval ao mando de Frederico Mariath, entra e toma posse (13 de maio); bate em vários encontros os revoltosos, fazendo prisioneiros Vinagre e outros chefes” (MALHEIRO, 1850, p. 111)

Outro exemplo da perspectiva de aceitação, durante o Segundo Reinado, do dia 13 de maio como marco importante da história brasileira no âmbito educacional pode ser verificado no livro: *Lições de História do Brasil para uso das Escolas de Instrução Primaria*, estudo de autoria de Joaquim Manoel de Macedo, professor de História e Corografia Pátria do Colégio Pedro II, utilizado pelos alunos da referida instituição educacional no Rio de Janeiro. Na parte dessa obra, intitulada “Índice cronológico da historia do Império do Brasil” (MACEDO, 1865, p. 395), caracterizada por enumerar e tecer sucintos comentários sobre as datas consideradas “importantes” da história nacional, o dia 13 de maio é descrito como o momento em que o “brigadeiro Soares de Andréa, nomeado presidente e comandante das armas do Pará, depois de fazer ocupar a cidade de Belém pelas forças que estavam á sua ordem, entra n’esta capital, ocupando-se depois incessantemente da pacificação da província” (Ibidem, p 409).

A presença desse fragmento, em um livro utilizado para ministrar aulas no Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro, representa um indício importante de como o marco de 13 de maio de 1836 passou a ser incorporado ainda no Segundo Reinado, como data relevante aos olhos dos representantes da ordem Imperial, para ser inserido no processo educativo das crianças e jovens do Brasil. Ao lado desse ponto, é importante também reforçar, que essa e outras referências à data concernente à retomada da capital paraense pelas forças militares comandadas pelo Marechal José Soares de Andréia, possibilita um dado revelador da influência e contribuições do texto jornalístico na produção historiográfica do Segundo Reinado, confirmando a percepção na qual a construção da narrativa da Cabanagem acontece de forma precursora na imprensa da Menoridade.

Originário de um acontecimento político-militar relevante para o Governo Central no Pará e ao mesmo tempo, fruto de uma escolha das autoridades paraenses, e depois brasileiras,

em seus projetos pedagógicos de perpetuação ou recordação de marcos cívicos considerados essenciais para serem ensinados nas salas de aula durante o Império, o dia correspondente a retomada de Belém pelas forças comandadas pelo Marechal José Soares Andréa não deveria ser esquecido pela população paraense ou pelos estudantes de outros pontos Brasil. De forma concomitante, o mesmo periódico também se notabilizou por apresentar outra “face” das celebrações Monárquicas em solo paraense, caracterizadas pela constante prática de rituais na capital paraense em favor do Imperador, em particular nas celebrações da Maioridade, como será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO VIII CELEBRANDO O IMPÉRIO, DEPRECIANDO A CABANAGEM: FESTAS DA MAIORIDADE EM BELÉM

É hoje de alguma sorte mais lisonjeiro o estado das províncias onde existe o terrível flagelo da guerra fraternal, em seu horizonte adelgada a negra nuvem já se observa, o coração brasileiro já nutre lisonjeiras esperanças: e qual será o motivo desse fenômeno? Quais as causas que lhe podemos atribuir? Na perscrutação destas o entendimento humano se perde, e com certeza uma ou mais lhe não pode assegurar, pois quando isto feito seja aplicada a reflexão, de pronto se conhece, que não motiva ela este fenômeno, ou porque é ela puramente imaginária ou neutralizada por outras, que aniquilam e a tornam como inexistente; no entanto sendo força assinar-lhe ao menos uma causa, pois que *nihil fit, sine ratione sufficiente*, duas principais aparecem: o espírito de ordem que domina todo o coração brasileiro, e em parte as acertadas nomeações de presidentes das províncias que pugnam a braços com a rebeldia. Assim se observará no Pará o ativo, talentoso e probo presidente doutor Miranda, que não sabe transigir com o crime, nem voltar as costas para o perigo (*Treze de Maio*, nº 26, 20/08/1840, p. 2).

Em agosto de 1840, poucos dias antes da chegada das notícias no Pará sobre a ascensão de D. Pedro II ao trono, foi publicada nas páginas do *Treze de Maio* uma nota proveniente do jornal *Diario do Rio de Janeiro*. O texto se caracterizava por trazer as boas expectativas das autoridades e simpatizantes do Governo Central quanto ao término do processo de lutas na região, a partir de dois caminhos: primeiramente em razão da “acertada nomeação” de João Antônio de Miranda para a presidência da província, cujos atos foram responsáveis por sucessivas derrotas e perseguições aos últimos grupos remanescentes do movimento cabano no interior da província e, respectivamente, o “espírito da ordem que domina todo o coração brasileiro”, que pode ser compreendido a partir da ascensão do monarca.

Dessa maneira, apesar de envolverem temáticas aparentemente distintas, notas e artigos direcionados as celebrações da Maioridade no Pará e ao processo de repressão do movimento cabano na respectiva província, publicados nas edições do *Treze de Maio*, durante o início da década de 1840, não estiveram em momento algum dissociados em seus objetivos e perspectivas, dividindo, ou em determinadas situações integrando, um mesmo plano político-ideológico, caracterizado por propostas catalizadoras e mobilizadoras em relação às populações da região. Com efeito, o tópico a seguir apresentará um quadro das festas e cerimônias Imperiais em solo paraense.

8.1 – Vivas ao príncipe no Grão-Pará

Em seu estudo sobre a construção da imagem de Luís XIV, símbolo do absolutismo na França, Peter Burke expressa que os “louvores a um rei são homenagens prestadas a um papel, não bajulações de indivíduos. Um estado centralizado precisa de um símbolo de centralidade” (BURKE, 1994, p. 23). Nele, o “soberano e sua corte, frequentemente vistos como uma imagem do cosmo, são um centro sagrado ou ‘exemplar’ do restante do Estado” (Ibidem, p. 23).

A imagem do Rei Sol, construída em um momento no qual o monarca e a nação francesa eram percebidos como um único corpo se constitui num interessante ponto de partida para pensarmos as celebrações monárquicas no Pará. Nos tempos revolucionários franceses, porém, as imagens pátrias, fossem elas republicanas ou monarquistas, construíram um processo de ensino didático mais amplo, que se estendia aos cidadãos e não mais apenas aos nobres e cavaleiros. Também se ampliava as tipologias simbólicas. Nasceram os hinos pátrios, os cultos cívicos às bandeiras e nas festas cívicas. Mas como Mona Ozouf (OZOUF, 2009) descreveu estes festejos pátrios franceses foram frutos diretos do divórcio criado na França em razão da fuga do Rei, de sua prisão, julgamento e guilhotina pública. Desde a morte do rei francês, nascia para o mundo ocidental e também para o Brasil monárquico aquilo que Lynn Hunt (HUNT, 2007) denominou de novas formas simbólicas das práticas políticas. É no estudo desse campo que podemos compreender melhor as festividades da maioria no Pará e o culto à imagem do jovem monarca D. Pedro II. Festejava-se uma imagem de um jovem que simbolizava uma pátria em formação, mas já uma pátria constitucional, liberal e com símbolos variados como hino, bandeiras e datas cívicas em processo de solidificação.

No início da década de 1840, ao mesmo tempo em que a cidade de Belém já se encontrava sob controle e administração das autoridades do Governo Central, formalizava-se no Rio de Janeiro, de acordo com a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, o chamado Golpe da Maioridade,⁵¹ responsável por antecipar o processo de coroação de Pedro de Alcântara,

⁵¹ Apesar de terem sido aventadas, pelo menos desde 1834, por parte de diversas autoridades e políticos, propostas em favor da antecipação da Maioridade do jovem príncipe D. Pedro. Foi somente em 1840, com a criação da Sociedade Promotora da Maioridade, conhecida como Clube da Maioridade, organizado por integrantes do Partido Liberal, como Antônio Carlos de Andrada e Silva e Holanda Cavalcante, que foi formalizado o projeto que visava antecipar a ascensão de D. Pedro II ao trono e extinguir o regime das Regências. Para maiores informações sobre o Golpe da Maioridade, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. CALMON, Pedro. *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, 5 vols. LIRA, Heitor. *História de D. Pedro II*. São Paulo: Edusp, 1977, 3 vols.

efetivado no trono do Brasil como D. Pedro II, em 23 de julho de 1840, mas sagrado e coroado de forma oficial somente em 1841.

Naquela conjuntura, marcada pelo processo de consolidação da monarquia brasileira, um punhado de homens que residiam na Província do Pará, ligados ao Império, ou simplesmente admiradores do regime Monárquico, exercendo funções militares, políticas e também na área comercial de Belém, que, em nenhuma hipótese consideravam o processo de Maioridade do Imperador como um “Golpe”, mas como momento único da história nacional, intitulado no jornal *Treze de Maio* de “ELEVAÇÃO DE S. M. O IMPERADOR O SENHOR D. PEDRO SEGUNDO AO THRONO DO BRASIL” (*Treze de Maio*, nº 28, 26/08/1840, p. 1), encarregaram-se da responsabilidade de tentar fixar nas mentes e corações dos habitantes da capital paraense e do interior o estabelecimento de memórias adequadas aos valores e anseios da ordem em ascensão, centralizada na autoridade do Imperador.

Utilizando-se de conjeturados “artifícios”, responsáveis por transpassar desde os “comportamentos mentais” (COLI, In: STAROBINISKI, 1988, p. 7) até os “símbolos, (...) a etiqueta e as formas diversas de sociabilidade” (Ibidem, p. 7) que envolviam festas e cerimônias, os representantes e simpatizantes da ordem Imperial visavam fazer da província do Grão-Pará um espaço “exemplar” e “leal” do Governo Central, exaltando a figura de D. Pedro II que, mesmo durante a guerra, nunca deixou de ser reverenciado e, ao mesmo tempo, “encobrir” ou “distorcer” o passado de lutas e o domínio dos cabanos na respectiva região. Nesse sentido, a partir de 1840, os “movimentos de multidão, as festas, os emblemas são os elementos desse discurso simbólico que no seu conjunto dissimula e manifesta um passo decisivo da história” (STAROBINISKI, 1988, p. 48) da Província do Pará, podendo ser considerado uma espécie de ano divisor de águas na respectiva urbe, que sofria transformações não apenas de ordem estética em seus espaços públicos, mas também de ordem moral e política.

Assim, ao contrário da fase conhecida como da Menoridade, cuja administração do Governo Central era muitas vezes assumida por políticos que não possuíam o prestígio e a legitimidade de D. Pedro II, mas que apenas utilizavam da figura do príncipe em ocasiões especiais, após a consolidação da Maioridade, o Imperador D. Pedro II passou a ser solenizado nas ruas de Belém de forma cada vez mais intensa, com festas e celebrações em favor do Império na respectiva urbe as quais passam a se desenvolver como uma espécie de “ato fundador”, e as datas cívicas passaram a “desenhar a linha contínua de uma fidelidade” (Ibidem, p. 68) ao jovem monarca.

Em uma província como a do Pará, que aos olhos e pensamentos dos representantes do Governo Central, se notabilizou nos anos de 1835/1840 como “atribulada” e “insurgente”, tornava-se tarefa fundamental elaborar “novos padrões” (HOBSBAWM e RANGER, 2008, p. 12), em que a história funcionaria como “legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (Ibidem, p. 21) em favor do Império. Nessa perspectiva, houve na capital paraense, a partir do processo de Maioridade uma popularização maior da imagem de Pedro II que, além de um uso político mais centralizador (menos federativo) e mais pedagógico, com cultos que iam além do *Te Deum* tradicional, nasciam as primeiras grandiosas festas cívicas que, ao lado das homenagens ao jovem Imperador, instaurava-se “uma guerra implacável à memória cabana” (RICCI, 2013, p. 70), que começou a ser “construída (...) nos momentos imediatos à derrota em armas” (Ibidem, p. 72).

Assim, nada mais interessante, aos propósitos dos integrantes locais da monarquia brasileira, que a possibilidade de popularizar, de forma “pedagógica” e “centralizadora” na Cidade do Pará, o governo de D. Pedro II, incutindo nos olhos, mentes e corações dos habitantes da respectiva urbe cerimônias e rituais que ajudavam a fortalecer em âmbito local o poder real, apresentando a figura do Imperador como “pai” ou “libertador” da província frente aos remanescentes e adeptos dos grupos considerados “insurgentes”, e, por conseguinte, “respingando” o anti-cabanismo nas reminiscências e sentimentos dos moradores.

A existência, nas edições de um jornal, de aproximações entre dois aspectos aparentemente dissociados, como a difusão de ideais Monárquicos, vinculados à cerimônias que contavam com a utilização de representações⁵² do Monarca na Província do Pará, e

⁵² Ao longo das últimas décadas, foram produzidos diversos estudos dedicados à análise dos usos de imagens ou outros aspectos da simbologia real, voltados a diversos contextos históricos e sociais. Eric Hobsbawn, ao referir-se a monarquia britânica em sua obra intitulada *A Invenção das tradições*, argumenta que a “natureza variável de sua imagem pública durante os últimos duzentos anos não vem sendo digna de muita atenção por parte dos historiadores” (HOBSBAWN e RANGER, 2008, p. 113). Apesar de considerar importantes, estudos que envolvam as imagens e cerimônias reais, esse mesmo autor atribui, no mesmo estudo, um “papel” menor as pinturas e estátuas de figuras reais, ao afirmar que as “obras de arte (...) são, por definição, estáticas: seu significado só se altera com o tempo devido a modificações no contexto” (Ibidem, p. 116). De modo antagônico ao pensamento expresso por Eric Hobsbawn, o historiador Peter Burke, em seu livro sobre a imagem de Luis XIV, atribui uma grande relevância aos estudos envolvendo obras de arte como as efígies, ao expressar que essas pinturas “eram também tratadas como substitutos do rei” (BURKE, 1994, p. 20), utilizadas nos eventos realizados em regiões ou cidades onde o monarca não estava presente. Além dessa característica, o mesmo autor expressa que, na França, “outros retratos presidiam festividades em tributo ao rei nas províncias. Ocorria-lhes até ser carregados em procissão, como a imagem de um santo” (Ibidem, p. 20). A importância do uso de imagens reais em celebrações diversas também é reiterada por Roger Chartier, segundo o qual, a eficácia ritual relaciona-se a “numerosas formas de transmissão quer, pela palavra, pela escrita, pela imagem” (CHARTIER, 2002, p. 195). Ainda de acordo com esse historiador, para que a “representação do poder soberano não se atenha ao momento e ao local da presença efetiva da pessoa do rei, são necessários textos e imagens capazes de tornar pública a vida ritualizada do príncipe tal como faziam relativamente a sua sagração” (Ibidem, p. 195). Chartier também afirma que “essas representações do poder que devem forçar a adesão popular não tem locais

simultaneamente de pensamentos e atitudes caracterizadas pelo anti-cabanismo nos anos iniciais do Segundo Reinado corresponde a um tema novo que apesar das proximidades com o capítulo anterior, centrado mais especificamente nas concepções presentes nas páginas do *Treze de Maio*, sobre a consolidação do marco cívico do dia 13 de maio de 1836, também não se constituiu, quando pensada na análise do pensamento jornalístico ao longo do século XIX, em uma temática “digna” de atenção por parte dos historiadores.

Em Belém do Pará, capital provincial recém-conquistada pelas forças do Governo Central e localizada a milhares de quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, sede do Império no Brasil, a realização de celebrações em favor do Império constituía-se em uma possibilidade de uma parcela considerável da população da urbe ter contato, mesmo que de forma indireta, com uma extensa simbologia que supostamente “facilitaria” as ações em favor da “popularização” do rei no respectivo centro populacional.

É importante ressaltar que as origens da organização de cerimoniais em homenagem a Monarquia em Belém, não estão situadas na festa cívica em homenagem a D. Pedro II. Antes da celebração da Maioridade, Antônio Ladislau Monteiro Baena relata muito detalhadamente, em sua obra *Compêndio das Eras do Pará*, a cerimônia da aclamação de D. João VI no ano de 1817 em Belém, como é possível observar o fragmento a seguir:

Na manhã do dia 12 de Maio os Vereadores da Cidade e os seus Officiais, formados em cavalgada de grande pompa e fulgor discorrem por várias ruas da Cidade dando o agradável anuncio de que no dia subseqüente se ha de reconhecer com publica e solene magnificência por legítimo Monarca o Príncipe Regente Dom João (...). No dia treze o primeiro clarão da Alva he saudado por harmônicos concertos; sobe aos ares alegre popular bulício; ao Sol nascente soa o estampido das baterias das Fortalezas, desfraldam-se as insígnias Portuguesas, e embandeiram-se as embarcações Nacionais de Guerra e Comércio. As oito horas os Corpos de Infantaria de Linha e Milícias fulgurantes de asseio e louçania postam-se no lado esquerdo da varanda, que o Senado fez construir, na fachada do Paço do Conselho (...). Coalha-se de povo imenso a larga rua. Apresentam-se na dita varanda o Governo Provisional, as pessoas de plana ilustre, e outras que pelos seus

determinados (...) colocado deste modo ao serviço da persuasão monárquica” (Ibidem, p. 195). Lilia Moritz Schwarcz, em seu estudo intitulado *As barbas do imperador*, ressalta a importância das representações pictóricas, como forma de legitimar a figura de D. Pedro II, ao afirmar que estas “cumprem, portanto, um papel fundamental: produzem, no imaginário, por meio das imagens expostas nas repartições, casas da corte e jornais, um monarca que era invisível no cotidiano da população” (SCHWARCZ, 1998, p. 87), pois o imperador “restava isolado no Paço e só existia por meio de pinturas, que mostravam um rei seguro, jovem e forte” (Ibidem, p. 87). Para maiores informações ver: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence (organizadores). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante, 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei. A Construção da imagem pública de Luís XIV*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. 2ª Ed., Trad. Maria Manuela Galhardo, Lisboa: DIFEL, 2002.

cargos e representação deviam ali agregar-se. O Presidente do Senado da Câmara abre a augusta cerimônia, fazendo uma muito cortez inclinação ao Retrato de Sua Majestade Fidelíssima, e recitando uma excelente Oração: a qual ultimada, e feita outra vênua ao Retrato lavra o Escrivão da Câmara o Auto. O Governo Provisional, e todos os circunstantes prestam o juramento de preito e Homenagem. O Cidadão nobre, que empunhava o novo Estandarte da Esfera, Quinas e Casellos, desenrola-o e frorea-o fora da balaustrada e diz ao povo em altas vozes – Real, Real, Real, pelo Muito Alto e Muito Poderoso Senhor Rei Dom João Sexto Nosso Senhor – Imediatamente rompe universa voz de vivas, e ouve-se as Musicas dos Regimentos, o estrupido de numerosas girandolas, os repiques dos sinos, e as salvas do Parque de Artilharia postado em frente dos Armazéns da Marinha, as quais foram seguidas pelos navios e Fortalezas. Não se pode exprimir o alteroso auge de alegria a que se viu sublinhado o Povo e todas as classes de Cidadãos pelo Majestoso ato desta Aclamação. (BAENA, 1969, p. 299-300)

A visão apresentada nessa descrição da Aclamação de D. João VI em Belém, no ano de 1817, expõe os diversos elementos e momentos de uma cerimônia real que integram as necessidades políticas, religiosas e simbólicas de uma Monarquia, ainda caracterizada por padrões absolutistas. Neste ritual, voltado para a perspectiva de corporificar a imagem do Monarca D. João VI, a partir de um discurso de glorificação, pautado por situações que reforçam o poder e o louvor ao soberano, se vê uma festa monárquica católica e absolutista, tal como aquela descrita por Peter Burke em sua obra direcionada a investigar a “fabricação” da imagem do rei Luís XIV da França absolutista.

Mesmo não contando com a presença do Monarca, aspecto que não diminuía a importância da celebração no Pará, mas sem a pompa da cerimônia de Aclamação realizada no Rio de Janeiro, que foi caracterizada pela presença de todas as formalidades que cercam esse tipo de acontecimento, na qual, D. João “ostentando as insígnias reais – o manto, o cetro, a coroa e o escudo real, no qual figurava a esfera celeste, emblema do Reino do Brasil” (NEVES In: VAINFAS, 2002, p. 172), participou de diversos rituais como o “beija-mão” (Ibidem, p. 172), “cortejo” (Ibidem, p. 172) e “*Te Deum*” (Ibidem, p. 172), a cerimônia realizada em Belém se constituiu, indubitavelmente, em um momento único do fausto Imperial na capital paraense.

A segunda festa desse período foi a de aclamação de Pedro I Imperador do Brasil em 1822, mas ela não foi comemorada no Pará, pois a província paraense ainda não havia aderido à causa de Pedro I. Não obstante, tratando-se de uma festa ícone da monarquia constitucional na qual o caráter divino da aclamação tradicional foi colocado em xeque, pois se anteriormente os reis portugueses jamais tinham sido sagrados, mas tão somente aclamados (MÊREA, Apud OLIVEIRA, 2007, p. 6) a cerimônia de coroação de D. Pedro I, no Brasil,

incorporou o “recurso à sagração na aclamação” (OLIVEIRA, 2007, p. 8), aspecto que, de acordo com o historiador Eduardo Romero de Oliveira, destoa em relação às cerimônias realizadas pela Monarquia portuguesa anteriormente, “por se tratar do evento de fundação do reino autônomo do Brasil” (Ibidem, p. 8).

A despeito dessas polêmicas, envolvendo o uso das cerimônias de coroação e sagração, é importante salientar que aclamação objetivava fundar a legitimidade do poder imperial sobre a soberania popular; entretanto o novo império – fracamente nacional – requeria outras cerimônias que o afirmassem capaz de representar a nação liberal e constitucional. Neste caso, as cerimônias de coroação e sagração não foram percebidas como contrárias, de modo algum, à aclamação. Na verdade, ambas foram vistas como complementares, cabendo à coroação e à sagração conferir maior autenticidade e autoridade ao império e ao imperador.

Pelo Pará, a primeira festa já no Império foi a do juramento à Constituição de 1824, que Baena descreve muito sumariamente esse juramento no Pará no *Ensaio Corográfico*, ao expressar que “apareceu nesta Província a Constituição Política do Império do Brasil, e logo a promessa de obedecer-lhe, e respeitá-la, foi vigorizada pela Santidade do Juramento, que a tornou sagrada” (BAENA, 2004, p. 136). Já João Palma Muniz publica a ata de adesão e explica um pouco melhor o juramento no seu livro *Adesão do Pará de 1923*. Esta festividade foi apagada simbolicamente por conta do massacre do Brigue Palhaço que se sucedeu e dos problemas políticos dos anos de 1830, como expõe Ignácio Cerqueira Accioli e Silva em sua *Corografia paraense*, ao expressar que logo após o “povo de per si entusiasticamente rompesse em aclamações à Independência, demitindo logo o Governo, e substituindo-o por outro de cinco membros” (SILVA, 1833, p. 223), iniciaram-se os conflitos em Belém, pois “não tardou o povo a irritar-se, vendo que eram pela maioria desse Governo, tolerados pacificamente nos seus empregos, aqueles que até então faziam causa comum com os inimigos do Brasil” (Ibidem, p. 223). A continuidade desses embates, que ofuscaram as celebrações pela Adesão, acabaram propiciando na noite de 16 de outubro, quando patrulhas sob comando de Pascoe Grenfell, “prenderam em terra duzentas e cinquenta e seis pessoas que encontraram nas ruas, (...) esses infelizes foram (...) transportados para bordo da galera S. José Diligente, ou Palhaço, oprimidos no estreito porão” (Ibidem, p. 224) e quase todos mortos.

Alguns anos depois de Ignácio Cerqueira Accioli e Silva ter relatado em sua obra os conflitos e mortes desencadeados durante o processo de Adesão do Pará em 1823, essa data

cívica passou a adquirir muito destaque no jornal *Treze de Maio*, que expôs as diversas cerimônias e festejos a serem realizados na cidade de Belém em comemorações a esse marco, em sua edição nº 25, de 15 de agosto de 1840:

O Dia d' hoje deve ser grato aos corações Paraenses, ele deve encher de patriótico jubilo aqueles, que sinceramente palpitam pela prosperidade da Pátria! Ele recorda a grande época nacional, em que a Província, levada pela magica voz da natureza, e trilhando altiva os soberbos passos de suas coirmãs, soltou o brado heroico = INDEPENDENCIA OU MORTE!!! A aurora deste dia, que tão doces sensações desperta, foi anunciada por uma salva d' Artilharia de bordo da Corveta Amazonas: pela uma ora da tarde nova salva se fez ouvir, e neste momento teve lugar a abertura da Assembleia Provincial. Que majestosa coincidência! Que turbilhão de patrióticas ideias não ocupou em tal momento o pensamento arrebatado desse Povo pacífico, obediente e leal! (...) Consta-nos que á noite haverá uma apresentação no Teatro União, e deste modo se concluirá um dos maiores dias da Província (*Treze de Maio*, nº 25, 15/08/1840, p. 1-2).

Apesar dos festejos, expostos pelo articulista do *Treze de Maio* no ano de 1840, em decorrência da data de 15 de agosto, dia no qual se comemora a Adesão da província do Pará a Independência, serem de natureza distinta e bem mais modesta que, por exemplo, os realizados em favor da aclamação de D. João VI na capital do Pará, o destaque propiciado ao fragmento publicado no respectivo órgão de imprensa ocorreu em razão de dois pontos a serem ressaltados. Primeiramente, por tratar-se de uma das primeiras festas cívicas realizadas no Pará a receberem cobertura do *Treze de Maio*, pois os festejos em prol da Maioridade do Imperador só seriam concretizados quase duas semanas depois, com a chegada das notícias da ascensão do Monarca ao trono em Belém. E por último, que o “espírito” da população e, principalmente das autoridades em relação às comemorações desse marco cívico, apresentado pelo *Treze de Maio*, difere substancialmente do exposto por Ignácio Cerqueira Accioli e Silva em sua obra correspondente aos acontecimentos do processo de Adesão na década de 1820.

A partir dessas observações sobre a realização e as características das festas cívicas no Pará antes do período da Aclamação de D. Pedro II, um dos acontecimentos relevantes do processo de celebração da Monarquia na província, na qual a Efigie do Monarca foi amplamente exposta nas ruas e outros espaços de Belém, corresponde, indubitavelmente, aos festejos em prol da ascensão desse Monarca ao trono em 1840, evento amplamente noticiado pelo jornal *Treze de Maio*, como atesta o fragmento exposto a seguir:

Chegando o Paquete de Vapor no dia 23 á noite confirmou a faustíssima noticia da maioridade de S. M. I. a qual foi aplaudida com exuberantes provas de entusiasmo e patriotismo. Continuou a Cidade a apresentar uma linda perspectiva iluminada, soltando-se uma Cópia prodigiosa de fogos. Ontem, logo de madrugada a Corveta Amazonas, toda embandeirada deu uma estrondosa salva de artilharia e ás 9 e meia principiou a reunião da tropa no largo da Capital constante do 8º Batalhão de Caçadores comandado pelo Major Queiroz Carrera, o Policial e o Corpo dos Educandos, todos fardados, comandados pelo Capitão Belfort, apresentando tudo um asseio extraordinário nos uniformes. As 10 horas principiou o Te Deum, onde apareceram os Exm.º Snrs. Presidente e Comandante das Armas, acompanhados pela officialidade, Corpo Consular, Membros da Assembleia Provincial, e pessoas gradas ao País. Finda a ação de Graças, entrou o Cortejo á S. M. I. na Sala do Dossel, que pela primeira vez se apresentou nesta Província riquíssima. Começou a Parada e depois das descargas o Exm.º Sñr. Presidente deu enérgicos Vivas á MAIORIDADE DE S. M. I. que foram coractos espontâneos do coração. Às duas horas estava tudo concluído, subindo de quando em quando estrondosas girandolas. Apresentaram-se no Teatro o Exm.º Sñr. Presidente e o Comandante das Armas, com um brilhante e numeroso séquito. Logo que subiu o pano viu-se a effigie de S. M. I. e o Exm.º Sñr. Presidente na companhia do Corpo Consular, deu Vivas a MAIORIDADE DO NOSSO AUGUSTO IMPERADOR, o quais foram repetidos três vezes. Seguiu-se depois o Elogio e o Hino cantado, oferecendo o Sñr. Major Queiroz a Musica do seu Batalhão; em um dos intervalos da Peça o povo promoveu em Vivas a S. M. I. (*Treze de Maio*, nº 28, 26/08/1840, p. 7).

A diversidade de aspectos que ilustram a descrição dos festejos da Maioridade de D. Pedro II em Belém, publicada em uma folha suplementar da edição nº 28 do dia 26 de agosto de 1840 do jornal *Treze de Maio*, transforma esse texto em uma fonte muito rica, portadora de diversas especificidades que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, observa-se de imediato que boatos ou informes não confirmados sobre a Maioridade do Imperador já haviam chegado à capital paraense anteriormente e o “Paquete Pernambucano vindo do Rio de Janeiro” (Ibidem, p. 1) apenas oficializou a “verificação da satisfatória notícia” (Ibidem, p. 1). Em segundo, que os festejos já estavam sendo previamente preparados pelo governo provincial, daí a rápida recepção da Corveta Amazonas “toda embandeirada”, dos “fogos” e da “salva de artilharia” e do “Corpo de Educandos todos fardados (...) apresentando um asseio extraordinário no uniforme” e principalmente com a rápida e intensa participação militar e de autoridades no evento. Em terceiro, que a Igreja Católica teve papel proeminente na cerimônia, com a realização de um *Te Deum*, com forte participação das autoridades provinciais e estrangeiras da capital paraense. Em quarto, que após a realização do ato religioso, a celebração passou a ser regida pelo Presidente provincial João Antônio de Miranda, que sobreveio a prestar “Vivas a Maioridade do Imperador”. Em quinto, os festejos

chegam ao momento de ápice no teatro, onde o presidente provincial, após repetidos vivas a Maioridade do Imperador, retirou o pano que cobria a Efigie do Monarca. E por último, a cerimônia chega ao seu momento de encerramento com o canto de hinos e a realização de uma peça em homenagem ao acontecimento.

É possível observar em cada uma das etapas dos festejos, em prol da Maioridade do Imperador em Belém, a existência de um plano simbólico que perpassa a cerimônia quase por completo. No mesmo, os quadros militares, religiosos e civis da província encontram-se plenamente representados em cada uma das etapas do evento realizado em reverência a D. Pedro II na capital do Pará. Ao lado desses pontos, percebe-se também que a população da cidade ou o “povo”, como descreve o articulista do *Treze de Maio*, embora presente em praticamente todos os momentos do evento assume um papel “menor”, apenas participando como observadores ou expectadores, supostamente aplaudindo ou dando vivas em homenagem ao jovem Monarca.

Grande parte da detalhada descrição, presente no jornal *Treze de Maio*, referente aos festejos realizados em Belém, homenageando a Maioridade do jovem Imperador, foi inserida em uma folha suplementar, como é possível observar na página a seguir:

SUPPLEMENTO

AO PERIODICO TREZE DE MAIO N.º 28.

*o qual era chego feito segredo
porem publico como (V. a. p. 1.º)*

Quando o Paquete de Vapor no dia 23 á noite confirmou a FAUSTISSIMA NOTICIA DA MAIORIDADE DE S. M. I. a qual foi applaudida com exuberantes provas de enthusiasmo e patriotismo. Continuou a Cidade a apprezentar uma linda perspectiva illuminada, soltando-se uma Copia prodigiosa de fogos. Hontem, logo de madrugada a Curveta Amazonas, toda embandeirada deu uma estrondosa salva de artilheria, e ás 9 $\frac{1}{2}$ principiou a reunião da tropa no largo da Capital constante do Batalhaõ 8.º de Caçadores commandado pelo Major Queiroz Carreira, o 4.º d' Artilheria, um Esquadrão de Cavallaria Policial, e o Batalhaõ de Infanteria Policial, e o Corpo dos Educandos, todos fardados, commandados pelo Capitão Belfort, apprezentando tudo um acio extraordinario nos uniformes. As 10 horas principiou o Te Deum, onde apparecerão os Exm.ºs Sñrs. Presidente e Commandante das Armas, acompanhados pela Officialidade, Corpo Consular, Membros d' Assembléa Provincial, e pessoas gradas do Paiz. Finda a acção de Graças, entrou o Cortejo á S. M. I. na Salla do Docel, que pela primeira vez se appresentou nesta Provincia, riquissima. Começou a Parada e depois das descargas o Exm.º Sñr. Presidente deu energicos Vivas á MAIORIDADE DE S. M. I. que foraõ correspondidos universalmente, acompanhados de todos os caracteres que distinguem os actos espontaneos do coração. As duas horas estava tudo concluido, subindo de quando em quando estrondosas girandolas. Appresentaraõ-se no Theatro o Exm.º Sñr. Presidente e Commandante das Armas, com um brilhante e numeroso sequito. Logo que subio o pano viu-se a effigie de S. M. I. e o Exm.º Sñr. Presidente na companhia do Corpo Consular, deu Vivas a MAIORIDADE DO NOSSO AUGUSTO IMPERADOR, os quaes foraõ repetidos tres vezes. Seguiu-se depois o Elogio e o Hymno cantado, offerecendo o Sñr. Major Queiroz a Muzica do seu Batalhaõ; e em um dos intervallos da Peça o Povo prorompeu em Vivas a S. M. I. e ao Exm.º Sñr. Presidente e Commandante das Armas, e deu entaõ largas a todo o seu jubilo e enthusiasmo, reinando sempre até ao fim, ordem e harmonia, dignas do bom Povo Paraense.

A MAIORIDADE DE S. M. I. O SENHOR D. PEDRO SEGUNDO é a aurora dos bens que o Brazil aguardava; só ella podia dar golpe profundo a todos os maleficos elementos que a Discordia aticara e espalhara sobre a terra de Santa Cruz; é e será o ponto para o qual convergiraõ os animos de todas as capacidades patrioticas. Ainda mais vivas e approximadas á evidente realisacão são as esperanças nossas, passando em revista e analisando cada um dos setes sabios Ministros. É baseados em seu saber e patriotismo que ardentemente pedimos-lhe a conservacão do sempre louvado Exm.º Sñr. Doutor Joaõ Antonio de Miranda, nosso digno Presidente, sobre cuja cabeça chovem as bençãos do Povo Paraense. O Pará tão infeliz hoje o considera como seu Pai, como seu zelosissimo Protector; e só com elle esta Provincia surgirá suberba e ufana e o Amazonas correrá mais magestoso; em seus Annacs não apparece homem publico, mais creador, mais illustrado e honrado. Os monumentos publicos apparecem, a industria vai crescendo e até na choupana é bendito o nome de S. Ex.ª; a mocidade é protegida, os Educandos e Educandas prosperaõ, tudo augmenta-se.

Como o Exm.º Sñr. Commandante das Armas, tenha cooperado com todos os seus esforços de accôrdo com o Exm.º Sñr. Presidente para a prosperidade da Provincia, como a carreira que tem estreado é brilhante, tem attrahido sympathias. Cidadão honrado e justo como é, soube ganhar o amor dos Paraenses, e por isso seu nome é respeitado, e seria profundo o nosso pezar se o Governo de S. M. I. o roubasse dos nossos braços.

A Providencia é Grande, S. M. I. e o seu Governo são illustrados, e o Grão Pará com seu digno actual Presidente e Commandante das Armas subirá ao ponto a que o destinou a Natureza.

Não é difícil constatar que a presença de uma página suplementar, impressa no jornal *Treze de Maio*, com informações sobre as celebrações da Maioridade e ascensão de D. Pedro II ao trono na capital da província do Pará, ganhou uma importância especial no respectivo periódico. Contudo, ao lado dos detalhes já ressaltados nas páginas anteriores, direcionados aos festejos e cerimônias, chama atenção no respectivo texto a forma como foi empregada a palavra “MAIORIDADE” que, ao lado do nome ou das insígnias abreviadas para designar o Monarca, é sempre fixada em letras maiúsculas e em tamanho maior, ganhando destaque ao longo do fragmento. O propósito de ressaltar essa expressão, além de indicar clara uma condição de respeito ou reverência em relação à figura do Imperador, também representa um interessante indício de como o respectivo acontecimento foi concebido pelos articulistas e redatores desse órgão de imprensa.

Ao lado dessas questões, torna-se perceptível, na leitura do texto, o sentimento de satisfação, demonstrado pelo articulista desse periódico, ao apresentar a notícia da elevação de D. Pedro II ao trono do Brasil. Vale ressaltar que, para noticiar com mais detalhes os “festejos” na cidade de Belém, a efetivação do processo de Maioridade do monarca, o nº 28 do respectivo periódico, datado de 26 de agosto de 1840, veio com outra página suplementar, caracterizada por conter uma mensagem do bispo, intitulada: “Dom Romualdo de Souza Coelho, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Bispo do Gram Pará do Conselho de S. M. I., que Deus guarde &c.” (Ibidem, p. 8), marcada por também homenagear o jovem Imperador. .

Em consonância aos festejos realizados na cidade, um aspecto curioso, pincelado da página suplementar publicada no *Treze de Maio*, corresponde às constantes referências aos melhoramentos realizados pela ordem imperial em Belém e no restante da província durante o pós-Cabanagem e, ao mesmo tempo, as referências negativas direcionadas à época de domínio dos cabanos no Pará, como é possível verificar nas palavras abaixo:

Chegando o Pacote de Vapor no dia 23 á noite confirmou a Faustíssima noticia da Maioridade de S. M. I. a qual foi aplaudida com exuberantes provas de entusiasmo e patriotismo. Continuou a Cidade a apresentar uma linda perspectiva iluminada, soltando-se uma Cópia prodigiosa de fogos. Apresentaram-se no Teatro o Exmº Snr. Presidente e Comandante das Armas, com brilhante e numeroso séquito. Logo que subiu o pano viu-se a efigie de S. M. I. e o Exmº Snr Presidente (...) deu Vivas a Maioridade do Nosso Augusto Imperador, os quais foram repetidos três vezes (...). O Pará tão infeliz hoje o considera como seu pai, como seu zelosíssimo Protetor; e só com ele esta Província surgirá soberba e ufana (...). Os monumentos públicos aparecem, a indústria vai crescendo e até na choupana é bendito o

nome de S. Ex^a; a mocidade é protegida, os Educandos e Educandas prosperam, tudo aumenta-se (Ibidem, p. 7).

Esse fragmento, retirado do *Suplemento do periodico Treze de Maio n° 28*, apresenta diversos pontos instigantes. Em primeiro, destaca-se que a notícia da Maioridade de D. Pedro II chegou a uma Belém “iluminada”, contrariando, no plano simbólico, as perspectivas de escuridão e destruição atribuídas à Cidade do Pará durante o domínio cabano. Em segundo, é enfatizada a reverência à Efigie do monarca na capital paraense, considerado, de acordo com o jornal, o “pai” e “protetor” da província. E por último, é sublinhado, através da construção de diversas obras e monumentos, o engrandecimento econômico da capital e do restante da província no pós-Cabanagem, transformações que propiciavam apoio à administração do Império, até entre os grupos sociais mais pobres do Pará que, anteriormente, haviam, no plano teórico, apoiado as ações do movimento cabano.

Além desses pontos, uma observação criteriosa desse trecho do suplemento possibilita verificar que, ao lado da ênfase ao poder do Governo Central, exemplificada nas referências aos festejos da Maioridade em Belém, havia uma clara perspectiva, por parte dos articulistas do *Treze de Maio*, em ressaltar e associar o desenvolvimento da província com a consolidação da ordem imperial no pós-Cabanagem, simbolizadora, no discurso desse periódico, do “progresso” e “civilização” na região.

A presença de atitudes e discursos de apoio ao Governo Central nas páginas do jornal *Treze de Maio*, apesar de parecerem óbvias, em um periódico que funcionou como divulgador das ações e procedimentos governamentais na província do Pará nos momentos finais da Cabanagem, possui duas especificidades. Em primeiro lugar, chama atenção à ênfase destinada aos acontecimentos da guerra cabana em Belém, cujos eventos, particularmente o processo de reconquista da urbe pelas forças comandadas pelo Marechal Andréa, ganham uma conotação não alcançada em nenhum órgão de imprensa contemporâneo ou posterior no século XIX. E por último, o destaque destinado à própria data 13 de maio que, com toda a sua simbologia, como já foi observado anteriormente, se transforma em título do periódico, também se constitui em aspecto a ser ressaltado.

Por outro lado, apesar de suas tensões e inconsistências, o discurso do jornal *Treze de Maio*, caracterizado por aproximar aspectos dissonantes como os festejos em prol do fim da guerra cabana, a imposição da ordem Monárquica no Pará e o processo de ascensão do jovem

Imperador ao trono, engrena-se também pela perspectiva de apoiar e legitimar o Regime Imperial em solo paraense.

A despeito desses aspectos, o conteúdo das notas publicadas pelo jornal *Treze de Maio* expõe outro ponto relevante, concernente aos festejos em prol da Maioridade de D. Pedro II na cidade de Belém, centrado nas significativas somas dispensadas para a realização dos eventos. Estas celebrações, realizadas durante alguns dias e financiadas respectivamente pela “Lei Nº 98 de 3 de julho de 1841” (PARÁ. Índice ou Repertorio Geral das Leis, 1854), que “autorizou a despesa de 6:000\$000 reis para em nome da Província do Pará festejar-se a Coroação de S. M. I. O SENHOR DOM PEDRO SEGUNDO (Ibidem, p. 31), e também pela “Lei Nº 100 de 5 de julho de 1841” (Ibidem, p. 31), responsável por permitir a “Câmara Municipal da Capital a despender 2:000\$000 réis com o festejo da Sagração e Coroação do MESMO AUGUSTO SENHOR” (Ibidem, p. 31), se constituíram em momentos determinantes para a compreensão de como um determinado órgão de imprensa passou a apresentar em suas páginas o processo de fortalecimento da “representação” ou “imagem” da monarquia na Cidade do Pará.

Embora o presente documento não indique o percentual dos gastos do governo provincial do Pará com as celebrações em favor da Maioridade de D. Pedro II em Belém, é possível destacar alguns pontos. Em primeiro lugar, que esses gastos foram oficializados em Leis provinciais, postura que indica a importância desses eventos para a administração pública do Pará. Em segundo, que as essas leis (nº 98 e nº 100), aprovadas curiosamente nos dias 3 e 5 de julho de 1841, apresentam em seu conteúdo uma sutil, mas importante diferença, já que a primeira, com gastos orçamentários da ordem de 6:000\$000 reis, foi abonada com o objetivo de se “festejar-se a Coroação de S. M. I.”, enquanto que a segunda, com despesa de 2:000\$000, foi aprovada para o “festejo da Sagração e Coroação” de D. Pedro II.

A presença dessa mudança sugere duas hipóteses: a primeira delas é que após a aprovação da lei nº 98, as autoridades paraenses, possivelmente sem nenhuma experiência em celebrações dessa envergadura, verificaram que era necessário incrementar a cerimônia, antes resumida ao ato simbólico de “Coroação”, deveria também envolver a “Sagração”, daí a perspectiva de aumentar as despesas aprovando uma nova Lei (nº 100) com gastos adicionais. A outra suposição é de que conscientes da insuficiência dos recursos aprovados na Lei nº 98 para os festejos em homenagem ao Imperador, os políticos paraenses resolveram aprovar uma a Lei nº 100, requisitando novos recursos e modificando o texto da mesma para não ficar semelhante a anterior.

Contudo, independentemente da alteração ou da aprovação de uma nova Lei, interessa ressaltar que, na lógica apresentada pelas autoridades paraenses, os festejos em favor de D. Pedro II a serem realizados em Belém, não estavam resumidos ao ato simbólico de “Coroação”, envolvendo também sentidos mais profundos ao serem marcados pela perspectiva de “Sagração”.

Simbolizadora de representações oficiais da ordem imperial nos recantos mais distantes do Brasil, a presença de Efigie de D. Pedro II em eventos diversos realizados no Pará também se constituiu um elemento instigante para a compreensão de como a difusão de um discurso imagético e sentimental, adequado aos interesses e valores do Império, passou a estar presente no cotidiano dos moradores de Belém, a partir da década de 1840, momento de consolidação do Segundo Reinado no Brasil.

É importante ressaltar que existem indícios de usos de uma efigie de D. Pedro II na Cidade do Pará em momentos anteriores a implantação do Segundo Reinado. A título de exemplo, alguns documentos indicam que, durante a Cabanagem, ocorreram nas ruas da capital paraense, homenagens à figura do jovem príncipe, pois a “autoridade entre os vários grupos que se formaram na revolução em Belém (...) dependia de uma certa visão distante e caridosa do Imperador menino” (RICCI, 2008, p. 86).

Nesse sentido, por mais contraditório que possa parecer ainda no contexto da Menoridade, quando os cabanos eram “senhores” da Cidade do Pará, uma imagem do jovem príncipe foi supostamente reverenciada nas ruas da respectiva capital provincial durante a administração de Eduardo Angelim. Sobre esse aspecto, o respectivo líder cabano chegou a afirmar, em uma carta destinada ao Marechal Soares Andréa, que durante seu governo a população da urbe paraense tem se prestado a “obedecer a S. M. I., cuja Efigie tem sido aqui evidentemente adorada, a despeito de todas as vantagens prometidas, logo no principio, por alguns agentes estrangeiros, que me patentearão a necessidade de ligar-me a seus Estados” (*Correio Oficial*, nº 29, 04/08/1836, p. 2). Esses argumentos do líder cabano indicam claramente o uso político da imagem do Imperador, possivelmente uma forma de Eduardo Angelim, acusado de separatista, contra argumentar aos seus críticos, através da realização de cerimônias em Belém com a efigie de D. Pedro, durante o seu governo.

Não obstante, consciente dessas restrições, a análise das informações contidas no respectivo periódico sobre a prática de expor a Efigie do monarca às populações da Província do Pará possibilita revelar importantes indícios sobre o processo de legitimação da figura de D. Pedro II e, ao mesmo tempo, das formas de depreciação e distorção das ações dos cabanos.

Essa nova “batalha” na Província do Pará, diferentemente dos conflitos deflagrados entre 1835 e 1840, embora não envolvesse diretamente o uso de armas de fogo e a violência física, representava a perspectiva de fixar nas mentes e corações das populações da capital paraense os valores e aspirações da ordem imperial, como indica o respectivo fragmento:

Tendo sido elevado ao Trono S. M. o Senhor Dom Pedro II, e devendo o Governo solenizar um tão glorioso sucesso com todas as demonstrações de publico regozijo e respeito, tem determinado fazer celebrar o *Te-Deum* Laudamos amanhã pelas dez horas do dia, o que comunico á V. S.^a a fim de dar as convenientes providencias. E devendo outro sim ter lugar em seguida o indispensável cortejo á Efigie do mesmo Augusto Senhor, convido a V. S.^a para assistir a tão importante ato (*Treze de Maio*, nº 29, 29/08/1840, p. 1).

Muito além de representar unicamente um ato político, a presença da Efigie de D. Pedro II em cortejo na cidade de Belém guarda alguns significados importantes que devem ser mais bem esquadrihados. Em primeiro lugar, demonstra o forte papel da Igreja nessa cerimônia e nos demais atos da festa civil, pois carregar a Efigie em cortejo é colocar a imagem de Pedro II no andor, igualando ela a de um santo ou uma santa, como por exemplo, Nossa Senhora de Nazaré durante o Círio. Antônio Ladislau Monteiro Baena, contemporâneo a esses eventos de aclamação do jovem Imperador em Belém, fez uma descrição do cortejo de Nazaré no seu *Ensaio Corográfico*, ressaltando que a “Imagem da Senhora é conduzida para a sua Ermida em uma Berlinda de Capela do Palácio do Governo, onde na manhã desse dia a depositam para de tarde se fazer a sua trasladação, a que chamam Círio” (BAENA, 2004, p. 212).

Comparando a versão do cortejo com a Efigie de D. Pedro II em Belém, descrito na edição de 29 de agosto de 1840, com o cortejo do Círio em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré realizado na mesma cidade, e descrito por Baena, em obra originalmente publicada na década de 1830, é possível destacar algumas observações. Em primeiro lugar, apesar dos objetivos presentes em ambos os cortejos serem em alguns pontos diversos, não há como deixar de ressaltar o caráter sagrado, que ambas as imagens passam a adquirir. Em segundo, é perceptível observar que assim com a imagem da santa no Círio, a Efigie do Imperador também é carregada em um andor pelas ruas da cidade, aspecto que fortalece o caráter sagrado. Em terceiro, a realização de uma espécie de procissão com a imagem do Monarca também denuncia a forte participação e influência da Igreja Católica no evento. E por último, embora o fragmento não indique as ruas por onde o cortejo iria passar, ou por quem ou em qual momento a Efigie de D. Pedro II foi descortinada, a realização dessa trasladação

representa um indício muito forte da interação de aspectos sagrados na aclamação do jovem Imperador na capital do Pará.

O ritual realizado na cidade de Belém, em homenagem a antecipação da Maioridade do imperador, apresentado no respectivo fragmento, também possui alguns indícios de que não se trata unicamente de uma celebração despreziosa em prol do jovem D. Pedro II. É possível verificar nas entrelinhas, através da presença de alguns termos como “sucesso” e “respeito”, que a figura do monarca deveria representar a imposição da “ordem” e “desenvolvimento” em uma província recentemente devastada por um longo e violento conflito, responsável por ameaçar o poder do Governo Central. Assim os indivíduos envolvidos na realização dos faustos régios na Cidade do Pará deveriam fazer uso de imagens do monarca, “colocando-as ao serviço da demonstração da soberania” e integridade do Império.

Ao lado desses pontos, também é possível verificar que propiciar emoção e alegria as populações do Pará, a partir da exposição da Efigie de D. Pedro II, não se constituíam nos únicos objetivos das elites imperiais na província durante o pós-Cabanagem. Apresentar a figura do rei, a partir de seu poder, evidenciada nas costumeiras celebrações de uma cerimônia conhecida como *Te Deum*, “que divulga por todo o reino a representação do poder real na sua função guerreira” (CHARTIER, 1988, p. 194-195), se constitui em um indício claro de como em uma província, marcada em sua história recente pela existência suposta de populações “rebeldes” e “agitadas”, tornava-se necessário a utilização de estratégias marcadas pela perspectiva de emoção e submissão.

Cabe destacar ainda que, no presente fragmento, retirado das páginas do *Treze de Maio*, as realizações do *Te Deum* em homenagem ao jovem monarca, ao lado do convite ao Governador do Bispado, se constituem em indícios reveladores de que as celebrações em favor do Segundo Reinado na Cidade do Pará deveriam ser legitimadas pelas principais instâncias oficiais na província: a política e a religiosa. É possível também conjecturar que simbologia real presente na exposição da Efigie, também se manifestava na Província do Pará “por meio de cerimônias, gestos e rituais” (Ibidem, p. 221), com suscetibilidade aos aspectos da cultura local, situação que tornava “possível a sua manipulação pelos diferentes poderes” (Ibidem, p. 221), que poderiam “transformar as sequências, modificar os itinerários, redistribuir a ordenação de um mesmo cerimonial – por exemplo, nos cortejos cívicos, nas procissões gerais” (Ibidem, p. 221), e em outros rituais.

É interessante também observar que os festejos e cerimônias realizados em Belém, direcionados à Maioridade e ascensão de D. Pedro II ao trono brasileiro, também ocasionaram o surgimento de uma série de objetos com referências ou imagens do jovem Imperador, os quais passaram a ser comercializados na capital paraense e em alguns pontos do interior da província, a exemplo do Anúncio de venda de uma folhinha com a Efigie do Monarca, publicado no *Treze de Maio* em 29 de agosto de 1840:

AVIZOS.

Com a efigie do nosso Imperador o Snr. D. Pedro 2º; acham-se Folhinhas de algibeira para o ano de 1841, em a Loja de Joaquim da Rocha Oliveira & C.^a Rua da Boa Vista (*Treze de Maio*, nº 29, 29/08/1840, p. 7).

Tradicionalmente conhecidas na língua portuguesa como espécies de “calendário, anual dos santos, festas moveis, lunações, marés etc” (CASTILHO e CORDEIRO, 1865, p. 371), as folhinhas de porta ou de algibeira, cujas distinções encontram-se nos formatos, as de porta possuem “dimensões de folio” (Ibidem, p. 371) e as de algibeira “são em volume” (Ibidem, p. 371), foram produzidas para homenagear as celebrações da Maioridade do Imperador e comercializadas em Belém, como atesta o fragmento destacado. A divulgação desse tipo de “produto” em um jornal como o *Treze de Maio*, além de indicar a difusão de um comércio envolvendo a imagem e a suposta popularidade do Monarca, possibilita também verificar mais um indício de como a figura de D. Pedro II era aproximada, pelo menos no plano simbólico, da imagem de um santo.

Ao lado dessas questões correspondentes à comercialização de folhinhas com a figura de D. Pedro II para o uso privado, a Efigie do Imperador também podia ser reverenciada em espaços fechados como os palácios e teatros, ganhando nessas situações um caráter mais privado e espetaculoso, como demonstra a citação exposta a seguir:

Durante as comemorações do 7 de setembro no teatro de Belém “houve no principio um Elogio Dramático, findo o qual apareceu o retrato de S. M. I., a quem o Exm.º Sr. Presidente festejou com enérgicos Vivas, correspondidos pelo Povo com muito entusiasmo, tocando-se o hino” (*Treze de Maio*, nº 33, 12/09/1840, p. 2).

Por meio do respectivo fragmento, publicado em uma edição do jornal *Treze de Maio* em 1840, é possível verificar que a presença da Efigie de D. Pedro II em uma celebração realizada num teatro da Cidade do Pará possibilita uma interessante reflexão sobre a simbologia da respectiva prática. Em primeiro lugar, indica que, muito além de uma simples

pintura do monarca, as efigies, cujo um dos principais exemplares encontrava-se fixado no Palácio do Governo da Província, mais especificamente na “Sala do Dossel” (*Treze de Maio*, nº 71, 23/01/1841, p. 1), representavam a própria figura do rei, em sua “glória” e “poder” e legitimavam o próprio domínio do Estado.

É importante ressaltar, que durante os cortejos e celebrações realizadas em Belém, envolvendo a exposição da Efigie do Imperador pelas ruas e repartições públicas da cidade, grande parte dos funcionários públicos, residentes na capital provincial, eram praticamente “coagidos” a participarem dos respectivos eventos. Um exemplo dessa situação pode ser verificado na *Correspondencia Official*, publicada nas páginas de um dos volumes do jornal *Treze de Maio* em setembro de 1843. Na presente nota, o Secretário do Governo Miguel Antônio Nobre informa, em nome do presidente provincial, que os empregados públicos devem “comparecer nos dias de Festa Nacional para o cortejo á Efigie de S. M. o Imperador, independentemente de convite, ou aviso” (*Treze de Maio*, nº 341, 02/09/1843, p. 1), o mesmo documento também reforçava que os “empregados devem apresentar-se no Palácio do Governo para o dito Cortejo no dia 7 do corrente mês, e em todos os mais de Festa Nacional, como sempre foi de estilo, e como cumpre aos bons servidores do Estado” (*Ibidem*, p. 1).

A análise desse fragmento, publicado em Belém no início do 2º Reinado, permite delinear vários indícios reveladores direcionados à participação de moradores da capital provincial nas celebrações envolvendo a Efigie de D. Pedro II. Em primeiro lugar, possibilita deduzir que se os funcionários públicos da Cidade do Pará eram praticamente coagidos a envolverem-se nas festas “triumfalistas” e “patrióticas” em homenagem ao rei, a figura do monarca não era tão popular na respectiva urbe, como os documentos e publicações oficiais tentam demonstrar. Em segundo, as ameaças implícitas aos funcionários, presentes na nota oficial, também demonstram a suposta existência de empregados públicos que não simpatizavam com essas celebrações em prol do Imperador. E por último, se havia supostas insatisfações entre os servidores da província, é conjecturável supor que entre os demais moradores da capital provincial esse descontentamento podia ser ainda maior.

Vale ressaltar que em uma edição posterior, o jornal *Treze de Maio* fez referência aos eventos do dia 7 de setembro realizados em Belém, destacando que as “onze horas da manhã principiou o Te Deum na Cathedral, a cujo religioso ato concorreram o Exmo. Sr. Presidente da Província; a Deputação nomeada pela Assembleia Legislativa Provincial (...) e Empregados Públicos de todas as repartições” (*Treze de Maio*, nº 343, 09/09/1843, p. 1), além de “todos os demais Paraenses, e Estrangeiros distintos residentes n’esta Cidade de Belém. (...) teve lugar o

Cortejo á Efigie de S. M. O Imperador” (Ibidem, p. 1). A celebração teve prosseguimento no teatro, sendo finalizada “com o aparecimento do retrato de S. M. I., á quem o Exmo. Sr. Presidente da Província imediatamente saudou dando vivas ao mesmo Augusto Senhor, a Independência do Brasil, e a Augusta Família Imperial” (Ibidem, p. 1).

A visão perpassada nesses fragmentos fornece uma interpretação muito interessante de como os articulistas do jornal *Treze de Maio* concebiam a presença e os usos de Efigies do Imperador em cerimônias públicas realizadas no Pará. Em primeiro lugar, as descrições sobre a interação da imagem do monarca com instâncias dos poderes político e religioso da província, durante os cortejos, sugere a preocupação dos responsáveis pelo periódico em oficializar a representação do monarca frente às autoridades consideradas legítimas na província. Em segundo, ao apresentar as reverências destinadas à imagem de D. Pedro II, os articulistas do respectivo periódico almejam repetidamente demonstrar a popularidade do rei frente às populações de Belém e, conseqüentemente, demonstrar que esses moradores eram de fato defensores da ordem monárquica, rejeitando qualquer outra forma de governo ou poder que não fosse “legalmente” instituído. E por último, ao apresentar a figura do jovem monarca a partir de designações como “Augusto Senhor” ou “Augusta Família Imperial”, o mesmo periódico procurava sobrepor a suposta “civildade” e “legitimidade” dos integrantes do Império brasileiro frente à “barbárie” e “ilegitimidade” dos cabanos.

É importante ressaltar que a depreciação da guerra cabana e a exaltação da ordem monárquica nos volumes do jornal *Treze de Maio*, em princípios da década de 1840, ganharam outras conotações, sendo concretizadas de maneiras diversas. Uma prática comum e instigante, presente em notas diversas publicadas nesse periódico, se constituiu na perspectiva de aproximação da família Imperial do Brasil ou de aspectos ligados da Cabanagem a partir de sentidos pedagógicos. Essa prática, ora intencional, ora involuntária, merece ser analisada em um tópico, como será investigado na parte a seguir, referente à inserção no respectivo periódico de exemplos e lições da antiguidade clássica, como forma de exaltação da ordem Monárquica em Belém.

8.2 - Depois da festa: Pedro II e a educação cívica no Pará

No princípio da década de 1840, enquanto os últimos focos de resistência dos cabanos no Grão-Pará eram perseguidos no interior da província, e quando os defensores da ordem Imperial no Brasil almejavam consolidar o regime por meio do processo de decretação da

Maioridade do imperador D. Pedro II, iniciava-se na cidade de Belém, através das páginas do jornal *Treze de Maio*, uma nova “batalha” que envolvia tanto o campo estrutural, caracterizado por um conjunto de transformações urbanas, passando pelo político, marcado pelo retorno a subordinação ao governo central do Rio de Janeiro, como também no plano metafórico, assinalado entre outros aspectos pelo uso da cultura clássica, na construção de percepções específicas em relação à monarquia.

Nessa conjuntura, embora o pensamento romântico, com seu subjetivismo, sentimentalismo e “oposição violenta ao classicismo” (ROSENFELD e GUINSBURG, 2005, p. 261), começasse a aflorar no meio intelectual brasileiro, subsistia no discurso oficial e de vários periódicos nacionais, “lições”, “exemplos” e “ações” que remetiam a cultura ou história clássica grega e romana. Como por exemplo, no fragmento exposto a seguir, retirado do jornal *Treze de Maio*:

Um momento depois vi Fabricio no seio da pobreza; Scipião morrendo no exílio; Epieto escrevendo entre ferros; Seneca, e Fraseas escoando-se em sangue; mas sem que a serenidade natural se lhes visse perturbada. Cercado de tantos ilustres infelizes chorei e eles estranharam-me o pranto. Um d’ eles, era Catão, aproximou-se de mim, e disse-me: ‘Não chores sobre nós; imitamos, e aprende a vencer a dor!’” (*Treze de Maio*, nº 56, 02/12/1840, p. 3).

Essa valorização da “cosmovisão racionalista e (...) estética neoclássica” (FIGUEIREDO, 2008, p. 3) em pleno século XIX, no âmbito das autoridades e elites identificadas com a ordem monárquica na capital do Grão-Pará no início da década de 1840, acabou se transformando na elaboração de discursos e termos, voltados tanto para a perspectiva de exaltar o retorno da “legalidade” no momento de efetivação da Maioridade do Imperador, como também na proposta de execrar a Cabanagem, tendo por base, “o mundo greco-romano” (CARBONELL, 1987, p. 79), ainda considerado no período “o da ordem ideal das coisas” (*Ibidem*, p. 79), no qual seu conhecimento permitiria idealizar “novas maneiras de conceber o tempo, o passado” (*Ibidem*, p. 79) e a história.

Situações de proximidade com a antiguidade clássica podiam ocorrer no simples ato de designar o monarca. Em 1840, o presidente provincial João Antônio de Miranda,⁵³

⁵³ Nascido no Rio de Janeiro em 1811 formou-se na área de bacharel em direito pela faculdade de São Paulo, assumindo posteriormente o cargo de Desembargador e Senador pela Província de Mato Grosso por indicação imperial. Tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e fundador da Sociedade de Estatística do Brasil. Presidiu as províncias da Pará, do Maranhão e do Ceará. Envolveu-se na carreira da magistratura como Promotor na Corte. Faleceu a 1 de novembro de 1851. Para maiores informações ver: BLAKE, Augusto

responsável pela “tarefa de preparar a Cidade para as festas da Maioridade” (Cruz, 1981: 167), estabeleceu, como uma das principais obras nesse período, as alterações realizadas no antigo *Largo da Pólvora* que, além de ganhar a denominação de *Praça Pedro Segundo*, tinha em seu projeto final a perspectiva de “fazer inscrever nos lugares próprios dela esse pequeno sinal de tributo ao Augusto Nome de S. M. o Imperador” (*Treze de Maio*, nº 25, 15/08/1840, p. 3). Essa “despretensiosa” forma de tratamento em relação à figura ou ao governo de D. Pedro II, prática comum no meio oficial e intelectual do período, e que também poderia ser caracterizada pelo emprego de termos como: “augusto príncipe”, “augusta pessoa” e “augusta dinastia”, além de perpassar diversificados interesses políticos e sociais, remetia ao passado clássico, cujo significado – na Roma antiga era de “sagrado, divino, majestoso” – servindo para indicar a figura dos imperadores.

Exemplos como esses, que podem passar despercebidos em um olhar desatento, sugerem que os usos da cultura clássica por parte dos representantes da ordem imperial brasileira suplantavam a simples perspectiva de “erudição” e “lições” a serem implementadas por parte do restrito círculo letrado da época. Havia também, por trás da perspectiva de utilizar aspectos do passado grego ou romano, uma “política de domínio” (CHALHOUB e PEREIRA, 1998, p. 95) que “possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, (...) eufemismos e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar e expressar” (Ibidem, p. 95) a ordem monárquica.

Além da utilização de um vocabulário “sofisticado”, com a inserção contínua de termos pertencentes à cultura clássica, o jornal *Treze de Maio* também noticiou, com destaque, a presença de aspectos da cultura clássica da antiguidade em eventos realizados na cidade de Belém, como nos festejos em virtude da decretação da maioridade do Imperador, deflagrados entre 18 e 20 de outubro de 1840, evento no qual os usos de aspectos do mundo greco-romano tornaram-se evidentes. Nesse sentido, um aspecto curioso presente nas notas do respectivo periódico corresponde à ênfase destinada à descrição de padrões da arquitetura clássica, na decoração das ruas e construções da capital paraense para os festejos da ascensão do Imperador, como no erguimento de um “grande pórtico (...) com mais de duas mil luzes, sobre o capitel” (*Treze de Maio*, nº 46, 28/10/1840, p. 4), no qual podia ser vislumbrado o “Augusto retrato de Sua Majestade Imperial” (Ibidem, p. 4), construído nas proximidades do largo do Carmo, e na atuação de dois corpos militares que formaram “arcos triunfais com

bandeirinhas de cores nacionais” (Ibidem, p. 4), homenageando o “triunfo que teve a Monarquia com a Maioridade de S. M. I.; e, por fim, no começo do circulo por eles formado em dança, arvoravam o Estandarte Imperial” (Ibidem, p. 5). Ainda de acordo com o periódico, esse “torneio imitado dos Romanos mereceu aplauso geral” (Ibidem, p. 5).

A partir desses fragmentos, é possível verificar que, de acordo com as descrições presentes no jornal *Treze de Maio*, a cultura clássica, sob as mais variadas perspectivas e usos, adequou-se, no momento da realização de festas em prol da maioridade de D. Pedro II em Belém, à perspectiva das elites provinciais, em fixar “uma versão oficial de um passado revisto e corrigido pela ideologia reinante e os valores que ela professa” (GUSDORF, 1993, p. 18). Sobre esse aspecto, embora seja praticamente impossível avaliar, de uma forma geral, a reação das populações da capital provincial a esses festejos, fica perceptível o caráter pedagógico dos mesmos, ao objetivarem aproximar o Rei e a monarquia brasileira da grandiosidade e do poder do antigo Império Romano.

Além desses pontos, a relação da imagem do regime imperial brasileiro com a tradição clássica, estabelecida a partir de diversas festividades realizadas em Belém, também envolvia o estabelecimento de monumentos provisórios, como colunas, arcos do triunfo e representações de templos, erguidos na capital paraense para diversos festejos, como o da homenagem à “Augusta Consorte de S. M. O Imperador (...) que montão a grande quantia” (*Treze de Maio*, nº 335, 12/08/1843, p. 3). Esses possuíam não apenas a finalidade de retratar, mas também de aproximar metaforicamente a figura do monarca brasileiro da grandiosidade, luxo e poder do Império Romano. Não obstante, ao serem estabelecidos no Grão-Pará, muitos desses monumentos ganhavam adereços de aspectos da flora e fauna amazônica, como na própria *Praça Pedro Segundo*, estabelecida no início da década de 1840, em homenagem ao Imperador, e que foi alinhada “com Taperebás plantadas pela extensão de todas as linhas, que formão o paralelogramo” (PARÁ, Discurso Recitado pelo Presidente da Província, 1840, p. 31).

Assim, nada mais conveniente para os representantes do regime monárquico no Pará que aproximar os cabanos, em seus conjecturados atos de “violência”, “ignorância” e “rusticidade”, de povos que historicamente foram constituídos como símbolos da “ferocidade” e da ameaça aos ideais de “civilização” do antigo Império Romano: os bárbaros. O interesse em “enquadrar” as ações dos cabanos, nessas condutas consideradas “dissolutas”, como parte indissociável da própria Cabanagem, tornou-se um ponto de preocupação constante no discurso de várias autoridades provinciais nessa conjuntura.

Sobre esse aspecto, ainda em 1838, quando o processo de lutas ainda ocorria no interior do Pará, o Marechal José Soares de Andréia, responsável pela expulsão dos cabanos de Belém, expressa no início de uma fala provincial que não iria fazer uma “exposição detalhada dos horrores inventados nesta revolução espantosa, em que o barbarismo parecia querer devorar de hum só trago toda a Civilização existente” (PARÁ, Discurso do Presidente da Província, 1838, p. 4). Em maio de 1840, o Bispo do Grão-Pará Dom Romualdo Coelho, que havia presenciado as lutas da Cabanagem em Belém, e encontrava-se gravemente doente, expressou em uma homília publicada no jornal *Treze de maio* as seguintes percepções sobre a rendição e anistia dos últimos focos revolucionários na província:

Amados Filhos, escutai a voz interior do coração, que vos inculca a cada momento, que o Atrativo da Pátria tem uma força oculta e invencível, a que só podem resistir corações bárbaros, ou de bronze: vinde, Amados Filhos, consolar os vossos Parentes, Amigos e Patrícios; vinde aumentar a gloria da vossa Mai Pátria, que tanto carece de braços (...). Tudo em fim vos convida; a Heroica resolução de novecentos e oitenta Patrícios, que no Alto Amazonas desampararão as brenhas, para reunir-se aos caros Parentes, e consolar-se em paz com as doçuras da vida social; a Amnistia dada pela generosa Grandeza do Ilustrado Governo Central (...) são garantes tão seguros, que já mais podem sofrer alteração alguma (*Treze de Maio*, nº 4, 28/05/1840, p. 2-3).

Ao mesmo tempo em que demonstravam preocupação com as ações dos cabanos, as palavras de Dom Romualdo Coelho e do Marechal José Soares de Andréia expõem de forma clara a utilização de termos originários da cultura romana, como “bárbaros” e “patrícios”, que serviam para designar respectivamente os integrantes da Cabanagem e a sociedade paraense do período. Paralelamente a essas concepções, os argumentos do Marechal e do Bispo também difundem a percepção na qual os participantes da Cabanagem se constituíam em uma massa formada por “ignorantes” e “selvagens”, em contraposição à “ilustração” e “civilidade” dos representantes do governo imperial.

As interações entre “anarquia”, “violência” e “ignorância”, atribuídas as ações dos cabanos, transformam-se em elementos relevantes para a compreensão de como a Cabanagem também foi associada a aspectos culturais depreciativos, relacionados ao passado clássico. Assim é possível observar nos argumentos dos representantes e admiradores da ordem imperial a construção de um perceptível discurso anti-cabano, caracterizado pela depreciação da cultura e das ações dos diversos grupos étnicos participantes do respectivo movimento, ficando visível o objetivo de suplantar em distintos momentos os aspectos políticos e sociais

que motivaram a eclosão desse movimento político-social, por pensamentos que identificavam a atuação desses grupos a partir de estereótipos negativos.

Além do uso de termos como “bárbaros”, para designar os cabanos, outra prática comum entre os integrantes do poder político no Grão-Pará se constituía na perspectiva de demonstrar erudição, quando faziam alguma referência à Cabanagem. Sobre esse aspecto, em um discurso publicado no jornal *Treze de maio*, o Deputado Bernardo de Souza Franco, ao referir-se a questão da carência de oficiais nas forças militares da província e à possibilidade de uma nova Cabanagem, expressa que, no início da década de 1840, essa parte do Império encontra-se em estado de “desleixo, (...) abandono (...) quanto a força militar” (*Treze de Maio*, nº 26, 20/08/1840, p. 3). E que após sua saída da presidência, o “4º batalhão de caçadores em operações no Amazonas, (...) esteve todo este tempo sem oficiais”. Sobre essa suposta situação de “insegurança”, a respectiva autoridade protesta que esse era o seu “*delenda est Carthago* de todos os dias” (Ibidem, p. 3), pois em sua opinião, o “Amazonas, essa parte importantíssima da província, corria o risco de completa aniquilação, pela perda de disciplina que necessariamente deveria seguir-se da falta de oficiais” (Ibidem, p. 3-4). Souza Franco finaliza seu discurso interrogando o atual presidente provincial, e clamando novamente que “era também este ponto o seu *delenda est Carthago*” (Ibidem, p. 4).

Mais que uma súplica em prol de mudanças na organização militar na região do Grão-Pará, a *delenda est Carthago*, pronunciada por Bernardo de Souza Franco, indica o quanto à linguagem das elites imperiais ainda encontrava-se eivada de sentidos e significados provenientes da antiguidade clássica. Assim, por meio do uso de um vocabulário assinalado por opor “erudição de escrita à pobreza cabana” (RICCI, 1993, p. 22), o discurso dessa autoridade comportava em seus argumentos um caráter “civilizatório, superior e rico, procurando derrotar seus adversários cabanos inclusive em sua linguagem” (Ibidem, p. 22), estabelecendo um discurso legitimador da ordem monárquica, não apenas militar, mas também no âmbito cultural.

Ao lado das questões de erudição, o passado clássico também funcionava, para alguns estudiosos, como forma de parâmetro para a análise do Império brasileiro, na qual, eram realizadas constantes interações entre ambas as histórias. Sobre esse aspecto, em um comunicado também publicado no jornal *Treze de maio*, o autor João Candido de Deus e Silva argumenta sobre a colonização das fronteiras do Grão-Pará após o término da Cabanagem, fazendo uso de vários exemplos da história romana, ao expressar:

Que melhor ocasião do que a atual para estabelecer colônias em nossas fronteiras do Norte. Pacificadas as comoções intestinas do Império, muito poderiam ser aplicados aquele fim. A política do antigo Orbe Romano foi aplicar suas Legiões a colônias das fronteiras, para segurar seus domínios contra a invasão dos Bárbaros do Norte. O soldado depois de haver servido nas Bandeiras Romanas conseguia descanso e premio nas terras que lhe eram distribuídas, e o Estado ganhava no aumento de povoação e segurança de suas raias (*Treze de Maio*, nº 36, 23/09/1840, p. 3).

Mas que simplesmente argumentar sobre a importância do estabelecimento de colônias nas fronteiras do Norte do Império após o fim da Cabanagem, é possível verificar nesse fragmento a perspectiva de correlacionar fatos históricos distintos e distantes temporalmente. Nesse sentido, o processo de colonização dos limites no antigo Império romano podia servir, de acordo com o autor, de exemplo aos projetos de ocupação das áreas de fronteira da província do Grão-Pará, que deveria ser povoada, na perspectiva de evitar qualquer ameaça dos chamados “bárbaros”, responsáveis por colocar em risco o “progresso” e a “civilização” da região. Para esse articulista, os “padrões” da antiguidade serviam como forma de conduzir e alertar as autoridades do presente sobre os aspectos que haviam ocasionado tensões, conflitos e rebeliões no passado, auxiliando na construção de um discurso legitimador da ordem imperial em Belém no pós-Cabanagem. Além dessa questão, a inserção de “exemplos” e “lições” da cultura clássica também envolvia a perspectiva de “uso político da história da antiguidade” (FIGUEIREDO, 2008, p. 4), ao possibilitar, mesmo tratando de eventos e termos pertencentes à épocas distantes, formas de ensinamento para as sociedades do presente e do futuro, seguindo na prática o modelo estabelecido por Cícero⁵⁴ de história *Magistra Vitae*.⁵⁵

⁵⁴ Marcus Tullius Cícero (Arpino 106 a. C. – Fórmia 43 a. C.) foi um dos mais conhecidos políticos e oradores romanos da fase final da República. Sua educação foi esmerada, sendo aluno de algumas das mentes mais brilhantes de Roma no período. Posteriormente adentrou na vida política, exercendo as funções de Senador, Cônsul etc. Autor de uma diversificada obra, composta por retóricas, tratados filosóficos, discursos, cartas e poemas. Entre seus escritos que sobreviveram aos séculos, à obra *De Oratore* (55 a. C.), na qual expõe algumas máximas relacionadas à importância da narrativa histórica. Para maiores informações ver: COWELL, F. R. *Cícero e a República Romana*. Trad. Maria Helena Albarran de Carvalho. Lisboa. Editora Ulisseia Limitada, 1967. CICERÓN. Bruto. *El Orador*. traducción, introducción y notas de E. Sanchez Salor. Alianza Editorial, S.A, madrid, 2001.

⁵⁵ De acordo com o *topos* ciceroniano conhecido como *Magistra Vitae*, a história pode possibilitar, através do aprendizado de suas “narrações”, “exemplos” e “lições”, perspectivas de “instrução” para as sociedades do presente e do futuro, patenteando ora a sabedoria e os erros dos povos, ora as virtudes e os vícios dos particulares. Por meio dessa concepção, na qual o saber histórico era baseado na realização de paralelismos com fatos do passado, essa área de conhecimento adquiria o sentido de “ensinamento”, podendo adequar-se aos mais variados fins políticos ou sociais. Para maiores informações ver: KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistra vitae. Sobre a dissolução do topos*. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Os Ensinamentos de um Barão Amazônico: Motins Políticos Sob o Topos da História *Magistra Vitae*. *Revista de Teoria da História Ano 2, Número 4, dezembro/2010*

A inserção de aspectos da cultura clássica na depreciação da Cabanagem e nos festejos em prol do Império no Pará através das páginas do *Treze de Maio* não ocorria aleatoriamente. Havia, tanto no plano real, como no metafórico, vários objetivos em aproximar a monarquia brasileira, ainda em busca de construir seu “museu imaginário da identidade nacional” (GUSDORF, 1993, p. 3), do grande Império Romano da antiguidade. Primeiramente, a perspectiva de enfatizar o poder e a grandiosidade do único regime imperial existente em solo americano, na época, “cercado” por várias repúblicas vizinhas. Em segundo, a perspectiva de incluir os “exemplos” da cultura clássica por parte das elites paraenses e brasileiras também passava pela perspectiva de legitimar nos planos: político e geográfico um regime que ainda necessitava fundar seus valores essenciais.

Em terceiro, a construção de um discurso caracterizado por “cultivar a nacionalidade por meio de exemplos de devoção e heroísmo” (Ibidem, p. 9) dos antigos, em notas publicadas no jornal *Treze de Maio*, também visava “impressionar os espíritos por meio da evocação de grandes cenas da história” (Ibidem, p. 9). E, em quarto, ao buscarem, no plano metafórico, “origens” na Roma antiga, os admiradores do Império do Brasil também procuravam demonstrar “civilidade” e “erudição”, para se sobreporem intelectualmente e moralmente às supostas “ignorância”; “violência” e “rusticidade” dos integrantes da Cabanagem.

Por fim, centrados nos valores e na cultura Ocidental e, por acreditarem que a “interpretação da história do Pará ainda passava por uma leitura marcada pelos cânones europeus” (FIGUEIREDO, 2008, p. 5), por meio do jornal *Treze de Maio*, os representantes do regime imperial no Grão-Pará, ao mesmo tempo em que exaltaram o Império a partir do passado clássico, adotando padrões semelhantes aos utilizados pelas elites em outras províncias brasileiras, utilizaram de seus conhecimentos e admiração da cultura greco-romana, para estabelecer visões negativas sobre a Cabanagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 24 de dezembro de 1873, o jornal *Diário de Belém*, “folha política, noticiosa e comercial (...) redigida pelo bacharel Antônio Francisco Pinheiro” (BARATA, 1973, p. 247), estampou em sua primeira página uma pequena nota. Nela, a Cabanagem foi lembrada num episódio de roubo corriqueiro, no qual os ladrões, após terem “penetrado em a noite de sábado no quintal da casa do Sr. Elias José Nunes da Silva, á travessa da Princesa, e sanando-se com quantas galinhas encontraram, pararam no canto, onde ergueram vivas á Cabanagem e morras aos marinheiros!” (*Diário de Belém*, nº 290, 24/12/1873, p. 1). Dois anos depois, em 1876, uma notícia publicada na primeira página do jornal *O Liberal*, “órgão do partido liberal” (BARATA, 1973, p. 247), intitulada “A Cabanagem da assembleia”, especificava a ocorrência de tumultos nas galerias dessa instituição, onde se encontravam “soldados em mangas de camisa, quando a isso se opõe o respectivo regimento (...) sendo 2 armadas de chicotinhos,” (*O Liberal*, nº 47, 27/02/1876, p. 1). Em 1884, um crítico literário do mesmo jornal, ao fazer menção a publicação da 4ª edição da obra *Motins Políticos*, de autoria do Barão de Guajará, registrou em uma coluna que a Cabanagem foi um “flagelo que devastou o Pará, de fins de 1834 a 1836, revolução bárbara, sem ideias, sem intuits políticos nem sociais, sem chefes dignos d’este nome pelo talento ou pelo caráter, verdadeira orgia de sangue” (*O Liberal*, nº 171, 27/07/1884. p. 2), que se “constitui talvez as paginas mais vergonhosas de nossa historia independente” (Ibidem, p. 2).

A inserção proposital, na parte final da tese, de notícias tão heterogêneas em suas origens, circunstâncias e perspectivas, cujo elo mais aparente é a permanência, nas décadas de 1870 e 1880, de uma visão negativada do movimento cabano ocorrido no Pará entre 1835 e 1840, no qual o mesmo parecia equivaler a atos de rebeldia, roubo ou algo que rememorava o tempo cabano crivado por adjetivos fortes como “devastador” e “bárbaro”, sinônimo de “orgia de sangue”, um verdadeiro “flagelo” paraense, se constitui em uma evidência de como textos provenientes da imprensa, “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram” (LE GOFF, 2003, p. 537-538), representam documentos indispensáveis para a aquisição de certas leituras do conflito, várias décadas após seu término.

Ao lado desses pontos, a inclusão, nessa parte da tese de fragmentos metafóricos ou críticos em relação à guerra cabana, publicados em jornais paraenses nas décadas de 1870 e

1880, mas que poderiam envolver periódicos de várias províncias brasileiras no decorrer do período da Menoridade ou do Segundo Reinado, também se institui em exemplo para demonstrar como o olhar da imprensa, sobre os episódios da Cabanagem ou de qualquer outro movimento provincial deflagrado na década de 1830, ainda é pouco conhecido ou explorado pelos estudiosos atuais, se constituindo em temáticas que necessitam ser mais exploradas, em virtude da grande quantidade, riqueza e variedade de fontes, grande parte já digitalizada, envolvendo esses acontecimentos.

A partir dessa explanação e das discussões aventadas ao longo dos capítulos que perfizeram este estudo, é possível admitir, independentemente das percepções apresentadas nas notas do *Diário de Belém* e de *O Liberal*, que o legado teórico sobre a guerra cabana não se fundamenta, como muitos ainda acreditam, em hipótese alguma, em exclusividade de um conjunto de historiadores ou da documentação governamental, originada do poder Imperial na primeira metade do século XIX, encontrando-se também, de forma indiscutível, no rico e diversificado quadro de fontes jornalísticas produzidas ao longo da Menoridade.

Nessa perspectiva, este estudo se estabeleceu em uma reafirmação, direta ou indireta, ao longo de seus oito capítulos, da importância da imprensa como fonte para a realização de pesquisas sobre a Cabanagem, ou de qualquer outro movimento provincial deflagrado no Brasil durante o século XIX. Espero ter tido a competência de evidenciar, no decorrer desse difícil e tortuoso caminho, a riqueza e relevância documental dos impressos jornalísticos, sintetizados como “testemunho (...) ensinamento” (Ibidem, p. 538), ajudando a “pulverizar” certos preconceitos, ainda curiosamente subsistentes no meio acadêmico, em relação à utilização desses textos, que em minha experiência funcionaram como fontes principais, em alguns momentos, quase específicas, auxiliando no embasamento e elaboração de uma tese, a partir do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA).

Ademais, ao lado dessas questões, em hipótese alguma, pretendi asseverar que o recorte indicado para a análise desses jornais é exclusivo, pois seria, no mínimo, uma grande irresponsabilidade afirmar que o caminho ou perspectiva para a investigação, envolvendo esse ou aquele acontecimento no decorrer da década de 1830, teria, necessariamente, de ser trilhado pelos órgãos de imprensa que escolhi, ou que os mesmos representam as principais fontes do gênero para a análise da guerra cabana. Acredito sim, que as perspectivas aventadas nesta pesquisa, embora integrem um amplo leque de possibilidades, possam de fato contribuir para aquisição de outros olhares e descrições sobre o respectivo tema, ultrapassando as possibilidades e tessituras ainda hegemônicas, baseadas na prevalência de fontes oficiais

(provenientes do executivo, legislativo e judiciário) ou da vasta bibliografia, já citada anteriormente, relacionada a esses acontecimentos deflagrados na Província do Pará.

Diante desses motes, busquei demonstrar ao longo desta tese, sintetizada na análise das diferentes leituras sobre a guerra cabana a partir da opção por três jornais, o quanto essa temática, portadora de uma vasta categoria de significados sociais, políticos e simbólicos, precisa ser repensada e, quem sabe, reescrita em uma versão que teria por base principal a riquíssima, e até o momento sub-utilizada, investigação dos periódicos publicados no período.

Procurei evidenciar também, ao longo dos seis primeiros capítulos desta tese, caracterizados pela proposta de estabelecer olhares externos, provenientes do Rio de Janeiro, sede da capital imperial, que ao lado das inúmeras dificuldades na aquisição de notícias sobre a guerra cabana por parte da imprensa no período, situação originária de um precário sistema de informações e correspondências em um Estado em formação, subsistiam claras divergências nos modos de descrever e interpretar os acontecimentos no Pará durante a Menoridade, a partir dos periódicos selecionados: o *Correio Oficial* e *O Sete d' Abril*, pois os articulistas e redatores, responsáveis por cada um desses jornais, portadores de concepções políticas e sociais distintas, estabeleceram a seu modo, em cada uma das notas, artigos ou editoriais publicados, leituras específicas, enfatizando, diminuindo ou até omitindo a exposição de determinados eventos, de acordo com as visões de mundo que professavam.

É importante assinalar que para o olhar contemporâneo aos embates da guerra cabana, mais especificamente o proveniente dos jornais na década de 1830, o respectivo evento, evidentemente, não possuía nem podia conter, os mesmos significados e leituras de um trabalho histórico produzido alguns anos ou décadas depois, como a obra *Motins Políticos* de Domingos Antônio Raiol, estudo publicado em cinco volumes ao longo dos anos de 1865 e 1890, já arrolado e discutido ao longo da presente tese. Tal diferença, sintetizada não apenas na clara oposição entre escrita jornalística e histórica (portadoras de sentidos distintos), mas também presente em aspectos como as categorias político-sociais, pertencentes aos homens e mulheres de cada conjuntura, também se constituiu em elemento instigante para a realização dessa pesquisa, ao permitir observar e pensar a Cabanagem a partir de outros elementos explicativos.

Porém, a despeito das diferenças temporais e de perspectivas, alguns autores do século XIX que abordaram o tema da guerra cabana, em especial Domingos Antônio Raiol, embasados no discurso jornalístico das décadas de 1830 e 1840, historicizaram as visões de mundo anti-cabanas presentes nas primeiras narrativas do conflito difundidas nesses

periódicos, e deram status de saber histórico aos acontecimentos. Assim, ao contrário do discurso convencionado ao longo do século XX, por estudiosos como: Jorge Hurley (HURLEY, 1936); Basílio de Magalhães (MAGALHÃES, 1939); Ernesto Cruz (CRUZ, 1967); Palma Muniz (MUNIZ, 1973); de que aspectos como o apoio a monarquia e o sentimentalismo do Barão, em decorrência da morte do pai Pedro Raiol durante o ataque cabano a Vigia, tenham se constituído nos principais aspectos construtivos da narrativa de *Motins Políticos* e do posicionamento anti-cabano do Barão de Guajará ao longo de sua obra, não há como deixar de considerar a influência no texto desse autor, da leitura e apropriação de informações a partir de notas e documentos divulgados na imprensa durante a Menoridade.

Nessa lógica, muito antes de autores que trataram ou fizeram referência ao tema durante o Segundo Reinado, como: José Ignácio Abreu e Lima (LIMA, 1843); Salvador Henrique D'Albuquerque (D'ALBUQUERQUE, 1848); Agostinho Marques Perdigão Malheiro (MALHEIRO, 1850); João Manuel Pereira da Silva (SILVA, 1878); e do próprio Domingos Antônio Raiol, a construção da narrativa da Cabanagem ocorreu a partir da imprensa, cujos articulistas e redatores não apenas informaram seus leitores sobre os acontecimentos no Pará, mas ao mesmo tempo, estabeleceram versões do conflito que acabaram indubitavelmente influenciando o discurso historiográfico.

Por outro lado, o caminho trilhado na análise do jornal paraense *Treze de Maio* (1840-1862), realizada a partir do capítulo VII, através do qual busquei estabelecer um olhar interno, de tessitura local, sobre o processo de lutas da guerra cabana, apesar de possuir recursos teóricos e interpretativos semelhantes aos aplicados na investigação realizada sobre os periódicos cariocas nas partes anteriores, apresentou resultados bastante distintos, que podem ser delineados.

Em primeiro lugar, o fato de ter sido fundado somente em 1840, quando a guerra cabana encontrava-se em seus momentos finais, fez do *Treze de Maio* um periódico com características especiais, sendo muito mais direcionado para a análise de informações daquilo que foi denominado na presente tese de pós-Cabanagem. Em segundo, por se constituir em um periódico local, ou seja, ter existido em Belém em um momento no qual a cidade e seus moradores ainda se recuperavam dos eventos e lembranças do respectivo conflito, esse jornal também se instituiu em um interessante documento para tentar recuperar alguns aspectos relativos ao processo de reconstrução da urbe e imposição da ordem monárquica na província do Pará. Em terceiro, o fato de ter subsistido na capital paraense, também faz dessa gazeta um importante caminho para a proposta de entender como a guerra cabana foi pensada e

interpretada por alguns sujeitos históricos da região. E por último, a análise do *Treze de Maio* também favoreceu o entendimento de como os conflitos desencadeados no Pará também ganharam sentidos metafóricos, ao serem associados, por exemplo, a aspectos pertencentes à cultura e mitologia da antiguidade clássica.

Essas características, que poderiam ser observadas como pontos de dissociação ou incompatibilidades entre as visões de “fora” e de “dentro”, elaboradas pela imprensa do Rio de Janeiro e do Pará em relação à guerra cabana, representam, a meu ver, alguns dos aspectos mais importantes do respectivo estudo, ao demonstrarem de forma explícita a grande diversidade de leituras e percepções que um acontecimento deflagrado em uma província do Norte adquiriu no âmbito da imprensa brasileira ao longo da primeira metade do século XIX.

Foi no contexto dessa análise, que também pude verificar e demonstrar, a importância do domínio do Governo Central sobre a região amazônica, não apenas para alguns segmentos da imprensa do Rio de Janeiro, que em diversas situações, observadas ao longo dos capítulos, alardearam, de forma fundamentada ou não, seus temores frente à possibilidade de separatismo da respectiva província, como principalmente, para as próprias autoridades imperiais, em um período no qual a monarquia ainda estava construindo seus mecanismos de legitimação e afirmação.

Longe de buscar respostas definitivas, pois, as “perguntas mudam incessantemente e a história nunca para” (DARNTON, 1986, p. 336), impossibilitando “limites finais ou últimas palavras” (Ibidem, p. 336), espero ter contribuído, por meio do legado teórico dessa tese, com os debates e reflexões que envolvem não apenas os estudos e pesquisas relacionados à história da imprensa no Brasil e no Pará ou dos usos e possibilidades das fontes jornalísticas, mas principalmente, da instigante interação entre os periódicos e a construção da narrativa da Cabanagem.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado do Pará – APEP

Documentação da Secretaria da Presidência da Província do Pará

Ofício do Comandante da Corveta Elisa Isidoro Francisco ao presidente da província do Pará Manoel Jorge Rodrigues. Correspondência de diversos com o Governo da província do Pará. Códice manuscrito nº 521 (1834-1835), Ofício nº 85, de 22/06/1835.

Ofício enviado pelo presidente da província do Pará Manoel Jorge Rodrigues a Ângelo Custódio Correa. Correspondência de diversos com o Governo da província do Pará. Códice manuscrito nº 521 (1834-1835), Ofício nº 103, de 20/06/1835.

Ofício enviado pelo Presidente do Pará José Soares Andréa ao presidente do Maranhão Antônio Pedro da Costa Ferreira, Correspondências dos presidentes a diversos (1836-2839), Códice 655, nº 40, de 6/11/1836.

Ofício enviado pelo Presidente do Pará José Soares Andréa ao presidente de São Paulo José Cesário de Miranda Ribeiro. Correspondências dos presidentes a diversos (1836-2839), Códice 655, nº 42, de 8/11/1836.

Ofício enviado pelo Presidente do Pará José Soares Andréa ao presidente do Ceará José Martiniano Pereira de Alencar. Correspondências dos presidentes a diversos (1836-2839), Códice 655, nº 5, de 9/11/1836.

Ofício enviado pelo Presidente do Pará José Soares Andréa ao presidente da Bahia Francisco de Souza Paraíso. Correspondências dos presidentes a diversos (1836-2839), Códice 655, nº 6, de 9/11/1836.

Ofício enviado pelo Presidente do Pará José Soares Andréa ao presidente de Pernambuco Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Correspondências dos presidentes a diversos (1836-2839), Códice 655, nº 9, de 9/11/1836.

Documentação avulsa da Secretaria da Presidência da Província do Pará

Ofício do Ministro da Repartição dos Negócios do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama ao presidente da província do Pará Bernardo Lobo de Souza. Secretaria da Presidência da Província. Ofício nº 5, Caixa 41 (1835-1839), de 7/03/1835.

FONTES IMPRESSAS

Anais Parlamentares

Annaes da bibliotheca do Archivo Publico do Pará. Tomo primeiro. Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1902. p. XV

Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará. Tomo XII, Belém: SECDDET, 1981.

Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Deputados. Tomo 3, Sessão em 26 de julho de 1864. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1864.

Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Deputados. Tomo 1, Sessão de 1865. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1865.

Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Deputados. Tomo 1, Sessão em 29 de maio de 1866. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1866.

Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados, primeiro ano da décima-terceira legislatura, Sessão de 1867, tomo IV. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1867.

Annaes do Senado Imperio do Brasil, Terceiro ano da 11ª Legislatura Sessão de 1863-1864. Vol. I., Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1864.

Biblioteca da Universidade de Chicago

<http://www.lib.uchicago.edu/e/index.html>

Relatórios dos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros

<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/interior>

BRASIL. Ministério do Império, Ministro José Ignacio Borges. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1836, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado José Ignacio Borges.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836.

BRASIL. Ministério do Império, Ministro Antonio Peregrino Maciel Monteiro. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado a Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1836, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Antonio Peregrino Maciel Monteiro.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838.

Relatórios dos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios da Marinha

<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

BRASIL. Ministério do Império, Ministro Salvador José Maciel. *Proposta e Relatório da Repartição dos Negócios da Marinha Apresentados a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1836, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Salvador José Maciel*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1836.

Relatórios dos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios do Império

<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

BRASIL. Ministério do Império, Ministro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império Apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1833*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1833.

BRASIL. Ministério do Império, Ministro Antônio Pinto Chichorro da Gama. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império Apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1834*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1834.

BRASIL. Ministério do Império, Ministro Joaquim Vieira da Silva e Sousa. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império Apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1835*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1835.

BRASIL. Ministério do Império, Ministro José Ignacio Borges. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império Apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1836*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1836.

BRASIL. Ministério do Império, Ministro Antonio Paulino Limpo de Abrêo. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império Apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1837*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1837.

BRASIL. Ministério do Império, Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império Apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1838*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1838.

BRASIL. Ministério do Império, Ministro Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império Apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1839*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1839.

BRASIL. Ministério do Império, Ministro Francisco Ramiro d' Alsis Coelho. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império Apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1840*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1840.

BRASIL. Ministério do Império, Ministro Candido José de Araújo Vianna. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império Apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1841*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional: 1841.

Relatórios dos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios da guerra

<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>

BRASIL. *Relatorio da repartição dos negocios da guerra apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão de 1828, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Bento Barrozo Pereira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1828.

BRASIL. *Relatorio da repartição dos negocios da guerra apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1835, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Barão de Itapicurú-Mirim*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835.

BRASIL. *Relatorio da repartição dos negocios da guerra apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1836, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel da Fonseca Lima e Silva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836.

Relatórios dos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios da Justiça

<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/justica>

BRASIL. *Relatorio da repartição dos negocios da justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1835, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Alves Branco*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835.

BRASIL. *Relatorio da repartição dos negocios da justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1836, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Antonio Paulino Limpo de Abico*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836.

BRASIL. *Relatorio da repartição dos negocios da justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1837, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1837.

BRASIL. *Relatorio da repartição dos negocios da justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1841, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1841.

Relatórios e falas dos presidentes do Pará

<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para>

PARÁ. *Discurso como que o Presidente da Provincia do Para fez a Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838*. Belém: Typ. Restaurada de Santos e Santos menor, 1838.

PARÁ. *Discurso com que o presidente da província do Pará fez a abertura da primeira sessão da Assembleia Provincial no dia 22 de março de 1838*. Typ. Restaurada de Santos, 1838.

PARÁ. *Discurso recitado pelo Exm.º Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco Presidente da Provincia do Pará quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839*. Belém: Typ. Santos & Menor, 1839.

PARÁ. *Discurso recitado pelo exm. snr. doutor João Antonio de Miranda, presidente da provincia do Pará na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840.* Pará, Typ. de Santos & menor, 1840.

PARÁ. *Discurso recitado pelo Exm. Snr. Doutor João Antonio de Miranda Presidente da Provincia do Pará no acto de dar posse da Presidencia desta Provincia ao Exm.º Snr. Vice Almirante Trstão Pio dos Santos no dia 4 de novembro de 1840.* Belém: Typ. de Santos & Menor. 1840.

PARÁ. *Discurso recitado pelo exmo snr. doutor Bernardo de Souza Franco, vice-presidente da provincia do Pará na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 14 de abril de 1842.* Pará, Typ. de Santos & menor, 1842.

PARÁ. *Discurso recitado pelo exm.o snr. coronel Jozé Thomaz Henriques, presidente da provincia do Pará na abertura da segunda sessão da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1843.* Pará, Typ. de Santos & menores, 1843.

PARÁ. *Esposizione do estado e andamento dos negocios da provincia do Pará no acto da entrega que fez da Presidencia o Exmo. Marechal Francisco José de Souza Soares d' Andrea, ao Exmo ao Doutor Bernardo de Souza Franco, no dia 8 de abril de 1839.* Belém: Typ. de Santos, e menor, 1839.

PARÁ. *Falla do Exm. Presidente da Provincia de Pernambuco Francisco Rego Barros, 1838.* Recife: Tip. de Santos & Companhia, 1838.

Falas do trono

Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889, coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados. Brasília: INL, 1977.

Biblioteca digital da Câmara dos Deputados

<http://bd.camara.gov.br/bd/>

Leis e decretos

Colleção das leis e decretos do Imperio do Brazil: desde a feliz epoca da sua independencia. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 07/10/2014.

Coleção das Leis do Império do Brasil. Tomo 4º. Parte 1, Seção 28ª. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional. 1841. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 07/10/2014.

Colleção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1861. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 07/10/2014.

Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1840. Tomo 3°. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional. 1863. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 07/10/2014.

Coleção das decisões do governo do Império do Brasil, 1835. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 07/10/2014.

Coleção das leis do Império do Brasil de 1835. parte primeira. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1864. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 07/10/2014.

Coleção das leis do Império do Brasil de 1837. v. 1, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1864. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 07/10/2014.

Índice ou Repertório Geral das leis da Assembléa Legislativa Provincial do Gram Pará (1838-1853) por André Curcino Benjamin. Pará: Typ. Commercial de Antonio Jose Rabello Guimarães. 1854.

Periódicos raros digitalizados

Archivo Popular: leituras de instrução e recreio, semanario pitoresco. Vol. IV., Lisboa: Typografia de A. J. C. da Cruz, 1840.

Littérature et Philosophie mêlées. Vol. II, Paris: Eugène Renduel, Libraire – Éditeur, 1834.

O Panorama, jornal litterario e instructivo da sociedade propagadora dos conhecimentos uteis. Vol. IV, Lisboa: Typographia do Panorama, 1840.

Revista Trimensal de história e geographia ou jornal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo I. Rio de Janeiro: Tip. da Ass. do Despertador. 1839.

Revista Trimensal de história e geographia ou jornal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo II. Rio de Janeiro: Tip. da Ass. do Despertador. 1840.

Revista Trimensal de história e geographia ou jornal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo III. Rio de Janeiro: Tip. da Ass. do Despertador. 1841.

Revista Trimensal de Historia e Geographia do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Tomo 6, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1844.

Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro-editor. 1865.

Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 2ª ed., Tomo VIII, Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1867.

Revista Trimensal de Historia e Geographia. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert. 1848.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo, Vol. III. São Paulo: Typographia de El Diario Español, 1898.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

<https://www.bn.br/>

Jornais disponíveis na Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional – RJ

A Aurora Fluminense: jornal politico e litterario, Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1827 – 1839. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/aurora-fluminense/706795>

Diario de Belem: folha politica noticiosa e commercial. Belém [PA]: Typ. do Diário de Belém, 1868-1892. <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-belem/222402> Acesso em: 05/05/2013.

Diario do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Typografia do diário, (1821-1878). Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-rio-janeiro/094170>. Acesso em: 05/05/2013.

O Correio Official. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1833 – 1841. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-official/808970>. Acesso em: 05/05/2013.

O Chronista. Rio de Janeiro: Typographia Commercial de Silva & Irmão, 1836 – 1839. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/chronista/702811>. Acesso em: 05/05/2013.

O Liberal. Belém [PA]: Typ. do Liberal do Para, 1869-1890. <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/liberal-para/704555>. Acesso em: 05/05/2013.

O Espectador brasileiro: diario politico, litterario e commercial. Rio de Janeiro: Typ. Plancher, 1824 – 1827. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/spectador-brasileiro/700126>. Acesso em: 05/05/2013.

O Sete d' Abril. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1833 – 1839. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sete-d-abril/709476>. Acesso em: 05/05/2013.

O Treze de Maio. Belém: Typographia de Santos & Menores, 1840 – 1862. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/treze-maio/700002>. Acesso em: 05/05/2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Compendio da historia do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1843.

ALBUQUERQUE, Salvador Henrique d'. *Resumo da história do Brasil*. Pernambuco: Typ. Imparcial, 1848.

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazônia – Xingu*. Trad. Eduardo de Lima e Castro. Brasília: Senado Federal, 2002.

AGUIÁR, F.: MEIHY, J.C.S.B. & VASCONCELOS. (Orgs.). *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

ALEXANDRE, Manuel Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, Porto, Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, Tito Franco de. *O Conselheiro José Furtado: biographia e estudo de história política contemporanea*. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1867.

ALVES FILHO, Armando, SOUZA JÚNIOR, José Alves, BEZERRA NETO, José Maia. *Pontos de História do Pará*. Belém: Produção Independente, 1999.

AMORA, Antônio Soares. *O Romantismo (1833/1838 – 1878/1881)*. São Paulo, Cultrix. 1967.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nome, termos e conceitos históricos*. 3ª ed., ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

_____. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento. O contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Universidade de Brasília/Hucitec, 2008.

BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

BARBOSA, Marinalva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS NETO, João Pinheiro de. *Administração pública no Brasil: uma breve história dos Correios*. São Paulo: Annablume, 2004.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Valle do Amazonas: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Trad. Regina Régis Junqueira; apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

BELLO, Oliveira. *Imprensa Nacional 1808-1908: apontamentos históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II, 1840-1891*. Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.

BELLIDO, Remijio de. *Catalogo dos jornaes paraenses 1822-1908*. Belém: Imprensa Official, 1908.

BELMAR, Alexandre de. *Voyage aux Provinces Brésiliennes du Para et des Amazones en 1860, précédé d'un rapide coup d'oeil, sur le littoral du Bresil*. Traduction et reproduction reservees. Londres: Therezise imprimeur, 1861.

BEZERRA NETO, José Maia. GUZMÁN, Décio de Alencar. (Orgs.). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

BIARD, François Auguste. *Deux années au Brésil*. Paris: Librairie de L. Hachette. 1862.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. (sete volumes) 1883-1902.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 3ª Ed. Ed.Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

_____. *Os reis taumaturgos*. Trad. Julia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Tradução André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Portugal: Publicações Europa América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 41 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BRASIL, Thomaz Pompêo de Souza. *Compendio elementar de geographia geral do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1864.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: De Gutenberg à internet*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979.

BURGUIÉRE, André. *A antropologia histórica*. IN: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *A Fabricação do Rei. A Construção da imagem pública de Luís XIV*. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. Trad. Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CABRAL, Alfredo Vale. *Anaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1881.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à Historiografia*. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Ligia. *O Bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema. 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARVALHO, José Murilo de (Org). *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTILHO, Alexandre Magno de. CORDEIRO, Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro. *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro para o anno de 1866 com 431 artigos e 91 gravuras*. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1865.

CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 4ª ed., tradução de Epharain Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Forense Universitária, 1994.

_____. *A Escrita da História*. 3ª Ed., Trad. de Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CERQUEIRA E SIVA, Ignacio Accioli de. *Corografia Paraense ou Descrição Física, Historica, e Politica da Provincia do Gram-Pará*. Salvador: Typografia do Diario, 1833.

CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Orgs.). *A história contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987.

_____. *A ordem do livro. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. *A História cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed., Tradução de Maria Manuela Galhardo, LISBOA: DIFEL, 2002.

_____. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada, 3; da Renascença ao século das luzes.*, tradução Hildegard Feist, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CÍCERO, M. T. *De Oratore*. Livro II, Cap. 9, 36. Ed. bilingüe. Texto revisado y traducido por A. Tovar y A. R. Bujaldón. Barcelona: Alma Mater, 1967.

CICERÓN. Bruto. *El Orador*. traducción, introducción y notas de E. Sanchez Salor. Alianza Editorial, S.A, madrid, 2001.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ Editora.

COCHRANE, Thomas John. *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.

COELHO, Geraldo Mártires. *Letras & baionetas; novos documentos para a história da imprensa no Pará*. Belém: CEJUP, 1989.

_____. *Anarquistas, demagogos e dissidentes*. Belém: CEJUP, 1993.

COLI, Jorge, Prefácio. In: STAROBINISKI, Jean. *1789 Os Emblemas da Razão*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo Diccionario critico e etymologico da língua portuguesa*. PARIS: Oficina Typographica de Casimir, 1836.

_____. *História do Brasil, desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até a abdicação do imperador D. Pedro I*. Paris: Livraria Portugueza, 1839.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução a literatura no Brasil*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1988.

COUTINHO, Afrânio. COUTINHO, Eduardo de Faria. *A Literatura no Brasil: A era Romântica*. Vol. 3. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

COWELL, F. R. *Cícero e a República Romana*. Trad. Maria Helena Albarran de Carvalho. Lisboa. Editora Ulisseia Limitada, 1967.

CRUZ, Ernesto Horácio da. *Nos Bastidores da Cabanagem*. Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942.

_____. *História do Pará*. Belém: Universidade do Pará, 1969.

_____. *Procissão dos séculos: vultos e episódios da história do Pará*. Belém: Imprensa Oficial 1952.

_____. *Igrejas de Belém: edição comemorativa do Sexto Congresso Eucarístico Nacional*. Belém: Imprensa Oficial, 1953.

_____. *História de Belém*. Vol. 2, Belém: Coleção Amazônia, 1973.

_____. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. 2ª Ed. Belém: CEJUP, 1992.

DA SILVA, Manuel Francisco Dias. *Diccionario biográfico de brasileiros celebres nas letras, artes, politica, filantropia, guerra, diplomacia, industria, ciencias e caridade, desde o anno de 1500 até os nossos dias*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1871.

DARNTON, Robert. *O Grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sonia Coutinho, Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800*. Trad. Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DE SUZANNET, Par m. Lé Comte. *Souvenirs de voyages les provinces du Caucase, l'empire du Brésil*. Paris: G.-A. Dentu, Imprimeur-Libraire, 1846.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a historia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.). *Política, Nação e edição: O lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII – XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

EDWARDS. William H. *A Voyage the river Amazon including residence at Para*. New-York: D. Appleton & Company, 1847.

- ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12ª Ed. São Paulo: Globo, 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1986.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Vol. I, 3ª edição. Trad. Leonor Martinho Simões. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FONSECA, Gondim da. *Biografia do jornalismo carioca: 1808-1908*. Rio de Janeiro, Quaresma, 1941.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva / Marcos Cezar de Freitas (org.)*. São Paulo: Contexto. 2005. 6ª ed.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. de Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume II 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 185-231.
- GUIMARÃES, Isidoro Francisco. *Memoria historica sobre os ultimos sucessos no Pará*. Lisboa, Typographia de C. J. da Silva & Comp, 1836.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. *Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, Nº. 1. 1988.
- GUINSBURG, Jacó (Org.) *O romantismo*. 4ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GUSDORF, Georges. Lenda e história. In: *As revoluções da França e da América: violência e a sabedoria*. Trad. Henrique de Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. De Beatriz Sidou, São Paulo: Centauro, 2003.

HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race, and Popular Culture in the North of Brazil, 1798-1840*. New York: Cambridge University Press, 2010.

HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Orgs.). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editoras UFRJ/FGV, 1998.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante, 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História. Ensaios*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *Bandidos*. Trad. Donaldson M. Garschagen, 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1960-1964. Tomo II. O Brasil Monárquico.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936.

_____. *Noções de história do Brasil e do Pará: de acordo com o programa de ensino primário do Estado do Pará e em comemoração ao tricentenário da partida, de Cameté, a 28 de outubro de 1637, da expedição de Pedro Teixeira, á conquista da alta Amazônia para o Brasil*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1938.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classes na Revolução Francesa*. SP: Cia das Letras, 2007.

IGNOTUS (SERRA, Joaquim). *Sessenta annos de jornalismo – A imprensa no Maranhão 1820-1880*. Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino, 1883.

ILDONE, José. *Noções de História da Vigia*. 1ª Ed. Belém: Edições SEJUP. 1991.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Livraria Martins Editora/EDUSP, 1972.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

KURY, Mario da Gama. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 8ª Ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LEACH, E. R.. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: MATTA, R. (Org.). *Antropologia*. São Paulo: Ática, 1983.

LEAL, Felipe José Pereira. *Correções e Ampliações ao que sobre a Revolução que Arreventou na Cidade do Pará, em Janeiro de 1835 o Conselheiro João Manoel Pereira da Silva, em sua História do Brasil de 1831 a 1840*. Bahia, 1879.

LEE, Anna. *O sorriso da sociedade: intriga e crime no mundo literário da belle époque*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª Ed. Trad. Bernardo Leitão. [et. al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger (Orgs.). *A história nova*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

LEXIKON, Herder. *Dicionário de símbolos*. São Paulo. Editora Cultrix, 1990.

LIMA, J. I. Abreu e. *Compendio de Historia do Brasil*. Tomo II, Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

LIMA, Luis Costa. *A Aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LOPES, Antônio. *História da imprensa no Maranhão (1821-1925)*. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1959.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *O Nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LUZ, Milton. *A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de História do Brasil para uso das Escolas de Instrução Primaria*. Rio de Janeiro: Casa de Domingos José Gomes Brandão, 1865.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *Indice chronologico dos factos mais notaveis da historia do Brasil: desde seu descobrimento em 1500 até 1849*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1850.

MARCOY, Paul. *Travels in South America. From the Pacific Ocean to the Atlantic Ocean*. Vol. II, New York: Scribner, Armstrong, & Co. 1875.

MARQUES, Cesar Augusto. *Diccionario historico-geographico da provincia do Maranhão*. São Luís: Typ. do Frias, 1870.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1855-1877)*. São Paulo: T. A. Queiróz, Vol. III. 1993.

MASSAUD, Moisés. *História da literatura brasileira: das origens ao romantismo*. Vol. 1. São Paulo: Cultrix, 2001.

MATTOS, Luiz Jose de Carvalho e Mello. *Paginas d'história constitucional do Brasil, 1840-1848*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.

MEGIANE, Ana Paula Torres. *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

MEIRA, Clóvis. ILDONE, José. CASTRO, Acyr (Orgs.). *Introdução à Literatura no Pará*. Vol. 1, Belém: CEJUP, 1990.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli, *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*, Rio de Janeiro, Ed. Arquivo Nacional, 2008.

MELLO, Moraes. *Corographia histórica, chronographica, Genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, 1863.

MENDES, Francisco Paulo. *Raízes do Romantismo*. Belém: UFPA, 1999.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MICHELET, Jules. *A Agonia da Idade Média*. São Paulo: EDUSC, 1992.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.

MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MORAIS, Rubens Borba de. BERRIEN, William. (direção). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. 2ª Ed. Belém: SECULT. 1973.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Da Utilidade e do Inconveniente da História para a Vida*. São Paulo: Editora Escala. 2008.

NOBRE, José Freitas. *História da imprensa de São Paulo*. São Paulo, Leia, 1950.

NOVAES, Adauto (Org.). *Estado sem nação: criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado*. In. *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. MATTOS, Claudia Valladão de. (Orgs.). *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp. 1999.

OSOUF, Mona. *Varenes. A morte da realeza*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PARANHOS, Haroldo. *História do Romantismo no Brasil*. São Paulo: Cultura Brasileira. 1937-38, 2 vols.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Vol. II, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

PEREIRA, Ariane (org.). *Fatos do passado na mídia do presente: rastros históricos e restos memoráveis*. São Paulo: INTERCOM e-livros; UNICENTRO Paraná, 2011.

PEREIRA, Miriam Halpern et. al. (Coords.), *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1982.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PERROT, Michelle. (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa a Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*, Manaus, Valer, 2001.

PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2006.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da língua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RAIOL, Domingos Antônio. *O Brasil político*. Belém: Tip. do Diário do Comércio, 1858.

_____. *Motins politicos, ou historia dos principaes acontecimentos politicos da provincia do Para desde o anno de 1821 ate 1835*, Volume I, Rio de Janeiro: Typographia do Imperial instituto artistico, 1865.

_____. *Motins politicos, ou historia dos principaes acontecimentos politicos da provincia do Para desde o anno de 1821 ate 1835*, Volume II, São Luís: Typographia Rua da paz, 1868.

_____. *Motins politicos, ou historia dos principaes acontecimentos politicos da provincia do Para desde o anno de 1821 ate 1835*, Volume III, Rio de Janeiro: Typographia Hamburgueza do Lobão, 1883.

_____. *Motins politicos, ou historia dos principaes acontecimentos politicos da provincia do Para desde o anno de 1821 ate 1835*, Volume IV, Rio de Janeiro: Typographia Hamburgueza do Lobão, 1884.

_____. *Motins politicos, ou historia dos principaes acontecimentos politicos da provincia do Para desde o anno de 1821 ate 1835*, Volume V, Belém: Imprensa de Tavares Cardoso, 1890.

_____. *Juízo Crítico sôbre as obras literárias de Felipe Patroni*. Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, 1º volume, 3º fascículo, Imprensa Oficial, Belém, 1900.

_____. *Obras de Domingos Antônio Raiol – Barão de Guajará*. Belém, GRAFISA, 1970.

RAMOS, Paula da Silva. *Vozes do Império: Estados Unidos e Argentina no debate político da imprensa brasileira (1875-1889)*. 1ª ed., São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

REIS, Arthur César Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *O Desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

RICOEUR, Paul. *Temps et récit, III, Le temps raconté*. Paris, Seuil, 1985.

_____. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

ROCQUE, Carlos. *Grande enciclopédia da Amazônia*. 6 Volumes, Belém: Amazônia Editora LTDA, 1968.

_____. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul*. Diário do Rio Grande. Rio Grande, 1900.

_____. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990.

RODRIGUES, Dilke Barbosa. *A vida singular de Angelim*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1936.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 2 volumes. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1888.

_____. *História da literatura brasileira*. 7ª Ed., Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1980.

SALLES, Vicente. *A música e o tempo no Grão-Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1980.

_____. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª ed., Brasília: Ministério da Cultura; Belém: SECULT, 1988.

_____. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém, Paka-Tatu, 2000.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial - os Institutos Históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

_____. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras. 1993.

_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Gilmar Pereira. *Memórias Históricas Escritas pelo Doutor César Augusto Marques*. Caxias – Maranhão: Editora JM, 2010.

SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: SECULT. 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. *História da literatura brasileira*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SOUSA, Paulino José Soares. *Visconde do Uruguai*. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002.

SOUSA, Inglês de. *Contos Amazônicos*. São Paulo: Editora Martin Claret. 2005.

STAROBINISKI, Jean. *1789 Os Emblemas da Razão*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 volumes. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Os românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia geral do Brazil*. Tomo II, Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1857.

VEIGA, Luiz Francisco da. *A revolução de 7 de abril de 1831 e Evaristo Ferreira da Veiga*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1862.

VEIGA, Xavier da. *A imprensa de Minas Gerais 1807-1894*, Ouro Preto: Imprensa Official de Minas-Geraes, 1894.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Tereza. *Nem bárbarie nem civilização*. São Paulo: Annablume. 2006.

VERDELHO, Telmo dos Santos. *As palavras e as idéias na Revolução Liberal de 1820*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

VERÍSSIMO, José Dias de Matos. *Estudos brasileiros (1877-1885)*. Belém: Editores Tavares Cardoso. 1889.

_____. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

_____. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

VIANA, Hélio. *Contribuições à história da imprensa brasileira: 1812-1869*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

_____. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VIEIRA, Domingos. *Grande Dicionario portuguez ou Thesouro da língua portuguesa*. Vol. V. Porto: Editores, E. Charlon e Bartholomeu H. de Moraes. 1874.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et ali. *A Pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. Trad. Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Trad. Alípio Correa de Franca. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Artigos

ANDRADE, Marcos Ferreira de. SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, *Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835)* In: Almanack. Guarulhos, n.04, p.130-148, 2º semestre de 2012.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil*, In: Eurípides Simões de Paula (org.), Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, v. II, pp. 225-39, 1971.

CANO, Jefferson. *Áticos e beócios na República das Letras: aspectos da opinião pública no Rio de Janeiro (1836-1837)*. In: Cad. AEL, v.9, n.16/17, 2002.

CAVALVANTE, Maria Imaculada. *Do Romance folhetinesco às telenovelas*. In: OPSIS - Revista do NIESC, Vol. 5, 2005.

FERREIRA, Eliana Ramos. *Cidade de malvadezas ou de matar “bicudos”?* Belém entre a Cabanagem e a Belle Époque. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

FERREIRA, L. M.: *Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial*. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 13, n. 2, p. 271-92, abr.-jun. 2006.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Delenda Cartago? A antiguidade clássica, o modernismo literário e a história da independência na Amazônia, 1823-1923*. In: TUPIASSU, Amarílis (org.) Estudos literários (coleção Linguagens). Belém: UNAMA, 2008.

_____. *Uma história impressa: os jornais paraense, 1822-1922*. In: Publicação trimestral da Fundação de Telecomunicações do Pará. P.40- 45, Ano II, nº.5, Mar. 2009.

_____. *Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 22, Nº 43, Janeiro-junho de 2009, p. 176-195.

FREITAS, Ludmila Gomides. O Conceito de bárbaro e seus usos nos diferentes projetos coloniais portugueses para os índios. In: *Saeculum - Revista de História* [24]; João Pessoa, jan./ jun. 2011.

GODOI, Rodrigo Camargo de. Crimes de Imprensa nos tempos do Padre Feijó. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012*.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: RIHGB, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul/set 1995.

HANDELMANN Heinrich. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. In: (Boletim da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), 1931.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: Problemas teóricos e práticos*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 5, nº 10, 1992, p. 134-146.

LEAL, Fabiana Machado. *Geografia: ciência corográfica e ciência corológica*. In: <http://enhpgii.files.wordpress.com>.

LIMA, Guilherme Cunha. LIMA, Edna Lucia Cunha. MARTINS, Fernanda de O. *Apontamentos para uma História do Design Gráfico no Brasil – o caso do Pará – Levantamento das empresas tipográficas do Pará entre 1820 e 1850*. In: Coutinho, Solange G.; Moura, Monica; Campello, Silvio Barreto; Cadena, Renata A.; Almeida, Swanne (orgs.). Proceedings of the 6th Information Design International Conference, 5th InfoDesign, 6th CONGIC Blucher Design Proceedings, Nº 2, vol.1., São Paulo: Blucher, 2014.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. *Motins políticos e a Historiografia Imperial: a inserção de um intelectual amazônico nos quadros do IHGB*. In: Almanack Braziliense, v. 01, p. 88-104, 2011.

_____. *A Geografia na narrativa de um barão: percepções sobre os espaços natural e urbano amazônicos na obra Motins Políticos*. In: Revista NUPEM (Online), v. 4, p. 10-31, 2012.

_____. RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Desiguais por natureza: percepções de um barão amazônico sobre os pensamentos socialista e anarquista no alvorecer da República*. In: História & Perspectivas (Online), v. 26, p. 10-29, 2013.

MAGALHÃES, Basílio de. *A Cabanagem*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 171, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

MÊREA, Paulo. *Sobre a aclamação de nossos reis*. In: Revista Portuguesa de História, Coimbra, 1962, p. 411-417.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. *O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sagração de D. Pedro I (1822)*. In: Revista Tempo, n. 26. Nov. 2007 p 133 – 159.

REIS, N. R. B.. *Historiografia paraense no século XIX: a contribuição de Domingos Antônio Raiol*. In: XI Encontro Regional de História - Democracia e Conflito - ANPUH/RJ, 2004, Rio de Janeiro. Livro de Resumos. Rio de Janeiro, 2004. V. 1.

_____. *Usos da Idéia de República no Contexto da Cabanagem - Pará - 1834-1840*. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005, Londrina/PR. XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz. Londrina: Associação Nacional de História - ANPUH, 2005.

_____. *Historiografia em transição: a contribuição do Barão de Guajará à história regional amazônica*. In: XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ - Usos do Passado, 2006, Niterói/RJ. XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ - Usos do Passado -Resumos e Programação. Niterói/RJ: ANPUH/RJ, 2006.

RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. In: Revista tempo: Rio de Janeiro, v. 22, 2006.

_____. *Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos*. In: Anais do Arquivo Público de Belém, Belém, v. 4, 2001.

_____. *História amotinada: memórias da cabanagem*. In: Cadernos do CFCH, v. 12, n. 1-2. Belém: 1993, pp.13-28.

_____. *Fronteiras da nação e da revolução: identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840)*. In: Boletim Americanista, Año LVIII, nº 58, Barcelona, 2008, pp. 77-95.

_____. *Llagas de guerra y actos de fe politica: la 'Cabanagem' en la narrativa historiográfica y antropológica*. In: Boletim Americanista, v. 1, p. 33-57, 2012.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. *Os primeiros passos do colonismo social no Pará: Folha do Norte e A Província do Pará*. Trabalho apresentado no GT de Mídia Impressa, In: VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2011.

SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. *Os generais do exército brasileiro de 1822 a 1889: traços biográficos*. Vol. I, Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1906.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia da fundação do imperio brasileiro*. Tomo II, Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor. 1865.

_____. *Historia do Brazil de 1831 á 1840*. Rio de Janeiro: Typographia Carioca, 1878.

STONE, Lawrence. *O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*. In: Revista de história. São Paulo: UNICAMP. 1991.

ZILLY, Berthold. Civilização versus barbárie. Um confronto entre Facundo (1845) de Sarmiento e Os Sertões (1902) de Euclides da Cunha. In: AGUIÁR, F.: MEIHY, J.C.S.B. & VASCONCELOS. (orgs.). *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

Revistas

BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais da Biblioteca Nacional*, Vol. 85, Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e divulgação, 1965.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Exposição comemorativa do centenário do Diário oficial 1862-1962*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ministério da Educação e Cultura, 1962.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. *Jornais Paraoaras: catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

Teses, Dissertações e Monografias

ALVES, Moema de Bacelar. *Rosas cercadas de espinhos: as mulheres no contexto da cabanagem*. Monografia de graduação. UFPA, 2006.

ARAÚJO, Johny Santana de. *Um grande dever nos chama: a arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão (1865-1866)*. Teresina: Dissertação de mestrado. UFPI, 2005.

BARROS, Michelle Rose Menezes de. *Germes de grandeza: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850)*. Belém: Dissertação de mestrado. UFPA, 2006.

BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil. Grão-Pará: 1859-1888)*. Tese de Doutorado. PUC/SP, 2009.

CABRAL, Jânia Socorro Rocha. *Os cabanos na fala da legalidade, uma leitura da “relação nominal dos rebeldes presos - 1836. Códice 1130. 1995. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Maria Angelica Motta Maués.*

FERREIRA, Eliana Ramos. *Em tempo cabanal: Cidade e Mulheres no Pará Imperial – Primeira metade do século XIX. 1999. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, PUC, São Paulo, 1999.*

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. *Os motins políticos de um ilustrado liberal: História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Orientadora, Magda Ricci. UFPA, 2010.*

MONTEIRO, José Cauby Soares. *Rebeldes, deschapelados e pés-descaçados: os cabanos no Grão-Pará. Dissertação de mestrado. Belém: NAEA-UFPA, 1994.*

REIS, N. R. B.. *Motins Políticos, de Domingos Antonio Raiol. Memória, historiografia e identidade regional. Niterói-RJ: Dissertação de mestrado. UFF, 2003.*